



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

---

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

---



—— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO ——

## RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSPEÇÃO

MARANHÃO  
*Dezembro de 2014*

## SUMÁRIO

<b>ATOS PREPARATÓRIOS DA INSPEÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	7
2. DA EXECUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO .....	8
<b>ÁREA INSTITUCIONAL .....</b>	<b>10</b>
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MP/MA .....	10
4. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA .....	10
4.1. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA .....	10
4.2. SUBPROCURADORIAS-GERAIS DE JUSTIÇA .....	13
4.2.1 SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS....	14
4.2.2. SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS .....	19
4.2.3. SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS .....	21
5. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA .....	22
6. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	24
7. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	27
7.1. CORREGEDOR-GERAL.....	27
7.19. SUBCORREGEDOR-GERAL DO MP/MA.....	36
8. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	36
9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL.....	38
9.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL.....	38
9.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	38
9.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – CAODHC .....	40
9.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO .....	41
9.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	42
9.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO.....	44
9.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBI- DADE ADMINISTRATIVA.....	45
9.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO À SAÚDE .....	47
9.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CAOP/PIPD .....	48
9.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – CAOP-CEAP .....	49
10. OUVIDORIA-GERAL .....	51
11. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE ÀS ORG. CRIMINOSAS – GAECO.....	53
12. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA .....	60
12.1. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	60
12.2. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	62
12.3. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	63
12.4. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	65
12.5. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	66
12.6. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	67
12.7. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	68
12.8. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	69
12.9. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL .....	70
12.10. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	71
12.11. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	72
12.12. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	73
12.13. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	74
12.14. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	76
12.15. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	76
12.16. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	78
12.17. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	79
12.18. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	81
12.19. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.....	82
12.20. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	83

12.21.	1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	84
12.22.	1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	85
12.23.	1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	86
12.24.	2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	88
12.25.	2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	89
12.26.	2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE CRIMINAL.....	91
12.27.	2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	92
12.28.	3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	93
12.29.	3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	94
12.30.	3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	96
12.31.	3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	97
13.	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	98
13.1.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	98
13.2.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	99
13.3.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	101
13.4.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	104
13.5.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 1º PROMOTOR DA FAZ. PÚBLICA.....	107
13.6.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 2º PROMOTOR DA FAZ. PÚBLICA.....	110
13.7.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 3º PROMOTOR DA FAZ. PÚBLICA.....	114
13.8.	8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 4º PROMOTOR DA FAZ. PÚBLICA.....	117
13.9.	9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 5º PROMOTOR DA FAZ. PÚBLICA.....	121
13.10.	10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	124
13.11.	11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	127
13.12.	12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	129
13.13.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	132
13.14.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	133
13.15.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	135
13.16.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	138
13.17.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	140
13.18.	18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	142
13.19.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	144
13.20.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	146
13.21.	21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	148
13.22.	22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	149
13.23.	23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA.....	153
13.24.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA FUND. E ENT. DE INTERESSE SOCIAL.....	156
13.25.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA FUND. E ENT. DE INTERESSE SOCIAL.....	161
13.26.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA REG. PÚBLICOS E MASSAS FALIDAS.....	164
13.27.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA EDUCAÇÃO.....	167
13.28.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA EDUCAÇÃO.....	172
13.29.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	177
13.30.	8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	182
13.31.	9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1º PROMOTOR DO CONSUMIDOR.....	186
13.32.	10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 2º PROMOTOR DO CONSUMIDOR.....	190
13.33.	11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.....	195
13.34.	12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA - PROMOTORIA ITINERANTE.....	198
13.35.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA - PROMOTORIA ITINERANTE.....	201
13.36.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEF. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	204
13.37.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEF. DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	210
13.38.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DO IDOSO.....	215
13.39.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DO IDOSO.....	219
13.40.	18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA SAÚDE.....	225
13.41.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA SAÚDE.....	229
13.42.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA SAÚDE.....	237
13.43.	21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA MULHER.....	240
13.44.	22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA MULHER.....	245
13.45.	23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONT. EXT. DA ATIV. POLICIAL.....	248
13.46.	24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONT. EXT. DA ATIV. POLICIAL.....	255

13.47.	25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONT. EXT. DA ATIV. POLICIAL.....	261
13.48.	26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1ª PJ DA ORD. TRIB. E ECONÔMICA ...	266
13.49.	27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 2ª PJ DA ORD. TRIB. E ECONÔMICA ...	270
13.50.	28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO .....	274
13.51.	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO .....	279
13.52.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO .....	287
13.53.	31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO .....	292
13.54.	32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1º PROMOTOR DA INF E JUV .....	297
13.55.	33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 2º PROMOTOR DA INF E JUV .....	304
13.56.	34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 3º PROMOTOR DA INF E JUV .....	308
13.57.	35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 4º PROMOTOR DA INF E JUV .....	312
13.58.	36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 5º PROMOTOR DA INF E JUV .....	317
13.59.	37ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 6º PROMOTOR DA INF E JUV .....	321
13.60.	38ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONFLITOS AGRÁRIOS.....	324
13.61.	39ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONFLITOS AGRÁRIOS.....	329
13.62.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	335
13.63.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	337
13.64.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	340
13.65.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	343
13.66.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	346
13.67.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	349
13.68.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	352
13.69.	8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	357
13.70.	9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	360
13.71.	10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	363
13.72.	11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	366
13.73.	12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	369
13.74.	13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	372
13.75.	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	375
13.76.	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	378
13.77.	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	381
13.78.	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	385
13.79.	18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	388
13.80.	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	393
13.81.	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	396
13.82.	21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	399
13.83.	22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	402
13.84.	23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	405
13.85.	24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	408
13.86.	25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	411
13.87.	26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	414
13.88.	27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	417
13.89.	28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	421
13.90.	29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	424
13.91.	30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA.....	427
13.92.	31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL.....	430
13.93.	32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL.....	434
13.94.	33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL.....	438
13.95.	34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL.....	442
13.96.	CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	446
14.	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR .....	449
14.1.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RAPOSA/MA .....	449
14.2.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA .....	457
14.3.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA .....	459



14.4.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA .....	461
14.5.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA .....	463
14.6.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO CONSUMIDOR, DA ORDEM ECONÔMICA, DO CIDADÃO, DAS FUNDAÇÕES E DO TERCEIRO SETOR .....	467
14.7.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEF. DO MEIO AMBIENTE, DA ORDEM ECONÔMICA, DO CIDADÃO, DAS FUND. E DO TERCEIRO SETOR .....	471
14.8.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO IDOSO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REGISTROS PÚBLICOS .....	474
14.9.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEF. DA SAÚDE E REGISTROS PÚBLICOS .....	479
14.10.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA FAZENDA PÚBLICA .....	482
14.11.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	486
14.12.	8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DA MULHER .....	490
14.13.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	492
14.14.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	494
14.15.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	496
14.16.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	498
14.17.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	500
14.18.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	502
14.19.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA .....	504
14.20.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA .....	507
14.21.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA AÇAILÂNDIA/MA .....	511
14.22.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA .....	514
14.23.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA .....	518
14.24.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA .....	522
14.25.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA .....	526
14.26.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO LISBOA/MA .....	528
14.27.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	534
14.28.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	538
14.29.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	543
14.30.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	547
14.31.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	550
14.32.	6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	554
14.33.	7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA .....	558
14.34.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA .....	562
14.35.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA .....	566
14.36.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA .....	571
14.37.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA .....	575
14.38.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA .....	578
14.39.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA .....	581
14.40.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA .....	583
14.41.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA .....	586
14.42.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA .....	588
14.43.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA .....	591
14.44.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE TIMON/MA .....	593
14.45.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE TIMON/MA .....	596
14.46.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA .....	600
14.47.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA .....	604
14.48.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA .....	608
14.49.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA .....	611
14.50.	5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA .....	617
14.51.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA/MA .....	621
14.52.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA/MA .....	624
14.53.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA .....	631

14.54.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA .....	635
14.55.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA .....	639
14.56.	PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDARÉ MIRIM/MA.....	644
14.57.	1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA.....	647
14.58.	2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA.....	651
14.59.	3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA.....	654
14.60.	4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA.....	660
15.	RELATÓRIOS COMPLEMENTARES DAS EQUIPES DE INSPEÇÃO .....	663
15.1.	Relatório Complementar da Equipe nº 08 .....	663
15.2.	Relatório Complementar da Equipe nº 10 .....	666
15.3.	Relatório Complementar da Equipe nº 11 .....	671
15.4.	Relatório Complementar da Equipe nº 12 .....	673
16.	CONSTATAÇÕES DA ÁREA-FIM .....	674
16.1.	CONSTATAÇÕES PRELIMINARES.....	674
16.2.	CONSTATAÇÕES GERAIS .....	708
<b>ÁREA ADMINISTRATIVA .....</b>		<b>722</b>
17.	ÁREA ADMINISTRATIVA.....	722
17.1.	PLANEJAMENTO .....	722
17.2.	FINANÇAS E CONTABILIDADE.....	726
17.3.	RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO .....	728
17.4.	ADMINISTRAÇÃO .....	751
17.4.1.	LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	751
17.4.2.	ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO .....	752
17.4.3.	IMÓVEIS.....	753
17.4.4.	VEÍCULOS .....	755
17.4.5.	CONTROLE INTERNO .....	755
18.	CONSTATAÇÕES DA ÁREA ADMINISTRATIVA.....	757
<b>ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>		<b>794</b>
19.	ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	794
20.	CONSTATAÇÕES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	800
<b>ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....</b>		<b>802</b>
21.	ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	802
<b>PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL .....</b>		<b>805</b>
22.	PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL.....	805
22.1.	ÁREA INSTITUCIONAL.....	805
22.2.	ÁREA ADMINISTRATIVA.....	819
22.3.	ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	823
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>825</b>
23.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	825

# ATOS PREPARATÓRIOS DA INSPEÇÃO

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**1.1.** Na 12ª Sessão Ordinária de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, ocorrida em 09 de junho do mesmo ano, a Corregedoria Nacional indicou o Estado do Maranhão para ser objeto de inspeção correcional no âmbito do Ministério Público.

**1.2.** Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou a Portaria CNMP-CN nº 157, de 10 de outubro de 2014, visando a realização da visita prévia à unidade, com o objetivo de coletar informações e reunir os documentos necessários aos trabalhos a serem realizados por ocasião da inspeção, integrando a equipe os membros auxiliares Luís Paulo Villafañe Gomes Santos e Fernando da Silva Comin, além do Analista em Administração do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Adauto Viccari Júnior. Na sequência, a Corregedoria Nacional publicou as Portarias CNMP-CN nº 172, 173 e 174, todas de 11 de novembro de 2014, deflagrando o processo de inspeção no Ministério Público Estadual (MPE), no Ministério Público Federal (MPF) e no Ministério Público do Trabalho (MPT).

**1.3.** Foi designado o dia 01/12/2014, das 14:00 às 17:00 horas, e os dias 02, 03 e 04/12/2014, das 09:00 às 17:00 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão e da Procuradoria da República em São Luis/MA, para a realização do atendimento ao público, mediante o recebimento de sugestões, notícias, reclamações, denúncias ou observações capazes de contribuir para o aprimoramento dos serviços prestados pelas unidades do Ministério Público situadas no Estado do Maranhão.

**1.4.** Os seguintes órgãos e autoridades receberam ofício da Corregedoria Nacional, comunicando a realização da inspeção, bem como as datas e locais de atendimento ao público: o Presidente do Tribunal de Justiça, o Corregedor-Geral de Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Maranhão, o Procurador-Chefe da Advocacia-Geral da União, o Defensor Público Geral do Estado, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, o Chefe da Polícia Civil do Estado e os Presidentes das Associações dos Membros do Ministério Público, da Magistratura, dos Defensores Públicos e dos Procuradores do Estado do Maranhão, o Presidente do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, o Diretor do Foro da Justiça Federal, o superintendente Regional da Polícia Federal, o superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal.

**1.5.** Foram instaurados no âmbito da Corregedoria Nacional do CNMP os Procedimentos de Inspeção 1592/2014-91 (Portaria 172/2014 – MPE/MA), 1593/2014-35 (Portaria 173/2014 – MPF/MA), 1594/2014-80 (Portaria 174/2014 – MPT/MA), para organização dos documentos, para organização dos documentos.

**1.6.** Por fim, foram editadas as Portarias CNMP-CN nº 175, de 12 de novembro de 2014; 183, de 19 de novembro de 2014; 184, de 21 de novembro de 2014; 186, de 24 de novembro de 2014, e 187, de 25 de novembro de 2014, contendo as designações e requisições de membros e servidores para comporem as equipes de inspeção.

## 2. DA EXECUÇÃO DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO

**2.1.** A execução da inspeção deu-se conforme seu planejamento e foi realizada no período de 01 a 05 de dezembro de 2014, por um total de 26 (vinte e seis) membros e 15 (quinze) servidores, além do Corregedor Nacional, Conselheiro Alessandro Tramujas Assad, que dirigiu os trabalhos, e dos Conselheiros Antônio Pereira Duarte, Cláudio Portela, Esdras Dantas de Souza e Leonardo Carvalho.

**2.2.** Para operacionalizar o desenvolvimento da inspeção foram constituídas 13 (doze) equipes, cada uma com seus alvos e objetivos previamente determinados.

**Equipe 1. Composição:** Géber Mafra Rocha – Promotor de Justiça (MP/AM); Maria Piedade Queiroz Nogueira Belasque – Promotora de Justiça (MP/AM); Objetivos: Procuradoria-Geral de Justiça; Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; Secretaria Para Assuntos Institucionais e Escola Superior do Ministério Público.

**Equipe 2. Composição:** Nilo Spinola Salgado Filho – Procurador de Justiça (MP/SP); Lenna Luciana Nunes Daher – Promotora de Justiça (MPDFT); Objetivos: Colégio de Procuradores de Justiça; Conselho Superior do Ministério Público; Corregedoria-Geral; Ouvidoria e Central de Inquéritos.

**Equipe 3. Composição:** Vera Lúcia Pacheco F. de Arruda – Procuradora de Justiça (MP/RO); Franke Soares Rosa – Promotor de Justiça (MP/CE); Objetivos: 19 (dezenove) Procuradorias de Justiça Cíveis e 11 (onze) Procuradorias de Justiça Criminal.

**Equipe 4. Composição:** Gustavo Roberto Chaim Pozzebon – Promotor de Justiça (MP/SP); Carlos José Alves de Araújo – Promotor de Justiça (MP/AM); Objetivos: Centros de Apoio Operacional (Consumidor, Criminal, Direitos Humanos e Cidadania, Educação, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural, Patrimônio Público e Probidade, Pessoas Idosas e Deficientes, Saúde).

**Equipe 5. Composição:** Francisco de Assis Machado Cardoso – Promotor de Justiça (MP/RJ); Gérson Luis Kirsch Daiello Moreira – Promotor de Justiça (MP/RS); Objetivos: São Luís/MA: Grupo de Atuação Especializado no Combate ao Crime Organizado – GAECO; Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial – CAOP-CEAP; 03 (três) Promotorias de Justiça Especializadas do Controle Externo da Atividade Policial; e 04 (quatro) Promotorias de Justiça do Patrimônio Público.

**Equipe 6. Composição:** Fábio Barros de Matos – Promotor de Justiça (MPDFT); Vilneci Pereira Nunes – Promotora de Justiça (MP/RS); Objetivos: São Luís/MA: 01 (uma) Promotoria de Justiça Cível; 02 (duas) Promotorias da Capital Especializadas da Defesa do Consumidor; 04 (quatro) Promotorias de Justiça de Execução Penal; 05 (cinco) Promotorias de Justiça da Fazenda Pública; 06 (seis) Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; 02 (duas) Promotorias de Justiça da Ordem Tributária.

**Equipe 7. Composição:** Eranani Vilhena – Promotor de Justiça (MP/SP); Bárbara Heise – Promotora de Justiça (MP/SC); Objetivos: São Luís/MA: 01 (uma) Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Humanos; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas de Fundações e Entidades de Interesse Social; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Educação; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa do Meio Ambiente; 02 (duas) Promotorias de Justiça Itinerantes; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Pessoa com Deficiência; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa do Idoso; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Mulher; 03 (três) Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Saúde.

**Equipe 8. Composição:** José Cláudio Zan – Promotor de Justiça (MP/SP); Marcelo Mengarda – Promotor de Justiça (MP/SC); Objetivos: São Luís/MA: 30 (trinta) Promotorias de Justiça Criminais.

**Equipe 9. Composição:** Letícia Lemgruber – Promotora de Justiça (MP/ES); Darlan Benevides de Queiroz – Promotor de Justiça (MP/AM); Objetivos: São Luís/MA: 01 (uma) Promotoria de Justiça Especializada em Registros Públicos e Massas Falidas; 02 (duas) Promotorias de Justiça Especializadas em Conflitos Agrários; 17 (dezessete) Promotorias de Justiça Cíveis; Raposa/MA: Promotoria de Justiça de Raposa.

**Equipe 10. Composição:** Januário Justino Ferreira – Procurador do Trabalho (MPT); José Carlos Fernandes Júnior – Promotor de Justiça (MP/MG); Objetivos: Imperatriz: 18 (dezoito) Promotorias de Justiça; 02 (dois) Ofícios da Procuradoria da República; 02 (dois) Ofícios da Procuradoria do Trabalho; Açailândia: 07 (sete) Promotorias de Justiça; João Lisboa: 02 (duas) Promotorias de Justiça; Balsas: (01) Ofício da Procuradoria da República.

**Equipe 11. Composição:** Leandro Garcia Algarte – Promotor de Justiça (MP/PR); Rodrigo Monteiro da Silva – Promotor de Justiça (MP/ES); Objetivos: Caxias: 07 (sete) Promotorias de Justiça; 02 Ofícios da Procuradoria da República e 01 Ofício da Procuradoria do Trabalho; Codó: 02 (duas) Promotorias de Justiça; Timon: 09 (nove) Promotorias de Justiça.

**Equipe 12. Composição:** Odair Tramontin – Promotor de Justiça (MP/SC); Flávio Vanderlei da Nóbrega Cabral de Vasconcelos – Promotor de Justiça (MP/PB); Objetivos: Bacabal: 05 (cinco) Promotorias de Justiça; 01 (um) Ofício da Procuradoria da República; 01 (um) Ofício da Procuradoria do Trabalho; Lago da Pedra: 02 (duas) Promotorias de Justiça; Pedreiras: 03 (três) Promotorias de Justiça; Pindaré-mirim: 1 (uma) Promotorias de Justiça; Santa Inês: 05 (cinco) Promotorias de Justiça.

**Equipe 13. Composição:** Luis Paulo Villafañe Gomes Santos – Procurador do Trabalho (MPT); Álvaro Luiz de Mattos Stipp – Procurador Regional de República. Objetivos: São Luís: MPU – Capital.

**Auditoria Tecnologia da Informação:** Fábio Massahiro Kosaka – Procurador do Trabalho (MPT); Thiago Francisco de Menezes – Servidor.

**Auditoria Administrativa:** Adauto Viccari Júnior, Dina Quintas Colares Araújo, Raphael de Almeida Nunes e Rodrigo Otávio Rocha Barbosa – Servidores.

**Atendimento ao Público:** Equipe 1 (MPE): Márcio Roberto Bastos França, Eduardo Futema Ushikoshi e Jucélia Ferreira de Albuquerque; Equipe 2 (MPU): Fábio Augusto Lima Rodrigues, Bruno Dias Galvão Cavalcanti, Marcos Vinícius da Silva Lopes e Astrogildo Guedes dos Santos – Servidores.

**Comunicação Social:** Déborah de Vasconcelos Torres – Servidora (ASCOM/CNMP).

**Coordenação e apoio:** A coordenação dos trabalhos foi realizada pelo membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Dr. Fernando da Silva Comin, Promotor de Justiça (MP/SC). A parte de logística e apoio às equipes foram exercidas pelos servidores João Barbosa Lima (Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional) e Joa-quim Elias de Sousa Neto, Assessor Nível III do CNMP.



## ÁREA INSTITUCIONAL

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MP/MA

O Ministério Público do Estado do Maranhão está estruturado conforme disposto nos artigos 5º e 6º, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão – LOMPE/MA), in verbis:

*Art. 5º – São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:*

*I – a Procuradoria Geral de Justiça;*

*II – o Colégio de Procuradores de Justiça;*

*III – o Conselho Superior do Ministério Público;*

*IV – a Corregedoria Geral do Ministério Público.*

*Art. 6º – Integram a Administração do Ministério Público:*

*I – as Procuradorias de Justiça;*

*II – as Promotorias de Justiça.*

### 4. PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça constitui um dos órgãos de execução da estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão. Os demais órgãos da administração se encontram administrativamente a ela subordinados. O titular é o Procurador-Geral de Justiça, escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os integrantes de lista tripartite eleita pelos membros da classe em exercício, para mandato de 02 (dois) anos (art. 7º, da LOMPE/MA).

#### 4.1. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Na ocasião da inspeção, exercia o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Procuradora de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, cujas competências e atribuições constam no art. 8º da LOMPE/MA, tendo assumido o órgão em 14 de junho de 2014 (recondução ao cargo para o biênio 2014/2016). Afirmou, também, residir na comarca de lotação e não exercer o magistério ou a advocacia, nem respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar.

**4.1.1. Ordem de substituição legal para a PGJ.** A Procuradora-Geral de Justiça será substituída pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, na falta deste, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e, nos casos de suspeição e impedimento previstos na legislação processual, pelo Procurador de Justiça mais antigo no Colégio de Procuradores, de acordo com o art. 93, da Lei Complementar Estadual nº 13/91.

**4.1.2. Subprocuradores-Gerais.** O Procurador-Geral de Justiça delegará as atribuições a serem exercidas pelos Subprocuradores-Gerais de Justiça para Assuntos Jurídicos e para Assuntos Administrativos (art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 13/91).

**4.1.3. Assessoria de membros no gabinete da Procuradora-Geral.** Há a Chefia de Gabinete, exercida por um Órgão Ministerial, a Promotora de Justiça Sirley Castro Aires Rodrigues, e um grupo de 16 assessores

(entre membros e servidores) que compõem a Assessoria Especial, chefiada pelo Promotor de Justiça Marcos Valentin Pinheiro Paixão, com competência para elaborar as minutas das manifestações da Procuradora-Geral de Justiça nos processos judiciais e administrativos, bem como assessorá-la nos assuntos jurídicos e internos. A Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça compreende a Assessoria Cível e Administrativa, a Assessoria Criminal, a Assessoria de Controle de Constitucionalidade e Assuntos Institucionais e a Assessoria de combate a Atos Ilícitos praticados por pessoa que goze de foro por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. O artigo 34 do Regimento Interno da PGJ disciplina as atribuições do Assessor Chefe, que, em síntese, compreende supervisionar o trabalho dos assessores, despachar com o PGJ e subprocuradores, além de outras atribuições previstas do artigo mencionado. Essa estrutura é utilizada também pelas Subprocuradorias.

**4.1.4. Estrutura de pessoal.** Compõe-se de 01 (um) membro (chefe de gabinete), 04 (quatro) assessores técnicos e 03 (três) técnicos ministeriais.

**4.1.5. Condições da instalação física do órgão.** Localizado em prédio próprio.

**4.1.6. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** O controle é efetuado pelo Sistema Digidoc (ainda em testes), cedido pelo TJMA para a tramitação de autos administrativos na área meio. Há também o SIMP, para a tramitação de autos da área-fim, cedido pelo MPMS. Por fim, vale destacar que é utilizado uma terceira ferramenta para o controle de autos, desenvolvida pela TI local, e que será substituída pelo Digidoc.

**4.1.7. Gabinete de Segurança Institucional, Assessoria Militar ou similar.** Esse trabalho é desenvolvido pelo GSI e a Coordenadoria de Inteligência que funcionam junto ao GAECO, embora no organograma oficial eles estejam ligados diretamente ao gabinete da Procuradora-Geral de Justiça.

**4.1.8. Sistema de controle dos atos normativos internos.** Em caso positivo, informar o método empregado. Este controle é feito por meio de ferramenta desenvolvida pela TI e administrada pela SECINST, sendo a publicação realizada através de boletim eletrônico.

**4.1.9. Sistema de controle de procedimentos administrativos e requerimentos (férias, licenças, diárias, etc.).** Em caso positivo, informar o método empregado. O controle e a tramitação de procedimentos administrativos e requerimentos são realizados por meio do sistema Digidoc, desenvolvido pela TI do MPMA, sendo que os requerimentos de membros tramitam no gabinete do PGJ e os dos servidores na SubAdm.

**4.1.10. Pendências relativas aos procedimentos administrativos.** Os procedimentos dessa natureza são de responsabilidade da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos.

**4.1.11. Controle de processos judiciais de competência do Procurador-Geral.** Em caso positivo, informar o método empregado. O controle de processos judiciais é feito por sistema informatizado na própria Assessoria Especial e Coordenadoria de Processos do Segundo Grau. No mês de novembro de 2014 foi implantado o SIMP na Assessoria Especial e na Coordenadoria de Processos do Segundo Grau, conforme programação estabelecida pelo MPMA.

**4.1.12. Pendências relativas aos processos judiciais de competência do Procurador-Geral de Justiça.** Os procedimentos dessa natureza são de responsabilidade da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

**4.1.13. Sistema de controle das representações ou peças informativas recebidas.** Em caso positivo, informar o método empregado. O controle das representações e/ou peças informativas é realizado por sistema informatizado cujo controle fica a cargo da Assessoria Especial.

**4.1.14. Representações, Procedimentos, Inquéritos e Peças de Informação pendentes de análise.** Os procedimentos dessa natureza estão sob a responsabilidade da Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos.

**4.1.15. Sistema de Controle de Procedimentos Administrativos Disciplinares.** Em caso positivo, informar método empregado. Os procedimentos dessa natureza estão sob a responsabilidade da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, que possui 01 (uma) servidora específica destacada para atuar nas sindicâncias, sendo o controle realizado pelo cadastro informatizado do setor específico.

**4.1.16. Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.** Há Regimento Interno da Procuradoria-Geral, cuja regulamentação se deu por meio do Ato Regulamentar nº 20/2005.

**4.1.17. Sistema de controle de convênios firmados.** Em caso positivo, informar o método empregado. Realizado mediante pasta física da SECINST e publicado no Portal do MPMA com controle numérico.

**4.1.18. Publicação do quadro geral de antiguidade dos membros.** Conforme constatado, há a publicação do quadro geral de antiguidade dos membros.

**4.1.19. Controle dos procedimentos de autorização de residência fora da comarca.** Há o controle dos procedimentos de autorização para residir fora da comarca. A questão está disciplinada pelo Ato Regulamentar nº 03/2008/CGMP.

**4.1.20. Questões relativas às Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça:**

**a) Existência de ato normativo que regulamenta as atribuições dos cargos comissionados (Resolução 06/CNMP).** As atribuições dos cargos comissionados estão disciplinadas na Lei nº 8.077/2004 e no Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 20/2008).

**b) Relatórios de controle da atuação administrativa e financeira (Resolução 12/CNMP).** Foi constatada a existência de relatórios de controle da atuação administrativa e financeira.

**c) Existência de ato normativo que fez a adequação dos procedimentos de investigação criminal, nos termos da Resolução 13/CNMP.** A adequação dos procedimentos de investigação criminal está prevista no Ato Regulamentar PGJ nº 01/2014.

**d) Existência de ato normativo que fez a adequação dos procedimentos de controle externo da atividade policial, nos termos da Resolução 20/CNMP.** A disciplina do controle externo da atividade policial está regida pela Resolução do CPJ nº 04/2010.

**e) Informar se houve a cessação de designação de membro do Ministério Público para atuar no Tribunal de Contas, nos termos da Resolução 22/CNMP.** Sim.

**f) Existência de ato normativo que fez a adequação da tramitação do inquérito civil e do procedimento preparatório, nos termos da Resolução 23/CNMP.** A adequação procedimental ocorreu por meio da Resolução do CPJ nº 22/2014 e do Ato Regulamentar PGJ nº 05/2014.

**g) Existência de ato normativo contemplando o disposto na Resolução 37/CNMP, que proibiu a existência de nepotismo no âmbito do Ministério Público.** O Órgão inspecionado informou que se encontra pendente de resposta a consulta feita ao CNMP sobre o assunto, cuja relatoria está a cargo do Conselheiro Jefferson Coelho.

**h) Existência de ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e disponibilidade do Portal da Transparência, nos termos da Resolução 38/CNMP (prazo cumprimento: 15/01/2009).** Não. De acordo com a Chefe da Secretaria de Assuntos Institucionais – SECINST, não houve um ato específico para a implantação do Portal da Transparência. O MPMA deu cumprimento à Resolução nº 38/CNMP, com a formação de uma comissão para executar o Portal, porém, não foi encaminhado o ato de constituição da aludida comissão.

**4.1.20.h. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Procuradora-Geral de Justiça informou que, por força da Resolução n.º 38 do CNMP o Ministério Público do Estado do Maranhão vem cumprindo integralmente as determinações da LRF e da Resolução retromencionada, a partir da edição da mesma, que trata do Portal da Transparência, considerando que passou a ser de cumprimento imediata a Resolução n.º 38 e Resoluções seguintes que tratam da matéria, tendo sido constituída equipe de acompanhamento do cumprimento do Portal da Transparência no âmbito do Ministério Público do Estado, Portaria de n.º 7981/2014. Entretanto não havia sido editada ainda, norma interna, considerando que a Resolução do CNMP é de cumprimento obrigatório e expressa quanto aos regramentos a serem instituídos. Todavia, o Ministério Público do Estado editará ato normativo ainda neste mês de julho de 2015, comprovando à Corregedoria Nacional a edição do referido Ato.

**i) Existência de ato normativo que fez adequação do programa de estágio no âmbito do Ministério Público, nos termos da Resolução 42/CNMP (prazo para cumprimento: 26/10/2009).** A regulamentação do programa de estágio se deu por meio do Ato Regulamentar nº 03/2013.

**4.1.21. Existe relatório anual da Procuradoria-Geral de Justiça?** Há a elaboração de relatório anual da PGJ.

**4.1.22. Estatística do órgão.** A estatística de processos judiciais da Procuradoria-Geral de Justiça está referida no termo de inspeção da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

**4.1.23. Sugestões da Procuradora-Geral de Justiça.** Sugestão para que o Ministério Público brasileiro garanta um percentual mínimo de 3% da receita bruta dos Estados para o Ministério Público estadual. A Procuradora-Geral de Justiça salientou, ainda, a necessidade de se observar o perfil do membro para o exercício da atividade profissional, especialmente no início da carreira.

## 4.2. SUBPROCURADORIAS-GERAIS DE JUSTIÇA

Conforme disposto no art. 6º do Regimento Interno da PGJ (Ato Regulamentar nº 20/2008), o Procurador-Geral de Justiça delegará as atribuições a serem exercidas pelos Subprocuradores-Gerais de Justiça para Assuntos Jurídicos e para Assuntos Administrativos, os quais, nos termos do art. 7º do Regimento Interno da PGJ, serão escolhidos, livremente, pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre os Procuradores de Justiça.

Segundo constatado, no âmbito do MP-MA, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos é exercida pelo Procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Souza e a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é exercida pela Procuradora de Justiça Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, sendo as atribuições regulamentadas, respectivamente, pelos arts. 8º e 9º do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 4.2.1 SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

À época da realização da inspeção, o órgão estava sob a responsabilidade da Procuradora de Justiça Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, que informou ter assumido o cargo em 02 de setembro de 2014 (Ato nº 527/2014 – GPGJ), residir na localidade da lotação, não exercer o magistério ou a advocacia, bem como não ter respondido ou estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar. Informou, ainda que, mesmo exercendo as funções na SUBADM, continua atuando em suas atividades como órgão de execução. As atribuições do órgão estão previstas no artigo 9º do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 20/2008 – GPGJ).

**4.2.1.1. Estrutura de pessoal do órgão.** A estrutura de pessoal da SubAdm é composta por 02 (dois) servidores comissionados, 02 (dois) servidores efetivos e 01 (um) estagiário.

**4.2.1.2. Instalações físicas do órgão.** Foram consideradas satisfatórias pelo órgão inspecionado.

**4.2.1.3. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** Feito através de um sistema desenvolvido pela área de TI do MP/MA destinado ao controle de tramitação de autos, além de controle físico e pelo livro de protocolo. Informou-se, também, que está em fase de implantação o sistema Digidoc.

**4.2.1.4. Controle dos atos normativos internos.** É realizado internamente, com a numeração fornecida pelo setor de recursos humanos sendo que os atos são disponibilizados no boletim eletrônico, no Portal da Transparência e também no Diário Oficial.

**4.2.1.5. Controle de procedimentos administrativos e requerimentos (férias, licenças, diárias, etc).** O controle é feito através de sistema próprio, desenvolvido e disponibilizado pela TI local.

**4.2.1.6. Pendências relativas aos procedimentos administrativos:** Foram constatadas as pendências a seguir relacionadas:

##### QUADRO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS COM PENDÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO

Nº	Nº Registro	Movimentação	Objeto	Estado atual
1	3531AD/2013	04/04/2014	Pedido de providências – requisição de servidores	Aguardando manifestação do Diretor das Promotorias de Justiça de Timon, quanto à indicação de servidores ocupantes dos cargos de motorista e recepcionista.



2	4433AD/2013	22/09/2014	Requisição de servidor vigia.	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
3	4994AD/2014 – Anexo 4995AD/2014	23/06/2014	Pendências no registro de ponto eletrônico	Conclusos. Aguardando deliberação acerca da alteração do Ato Regulamentar do ponto
4	5814AD/2014	08/10/2014	Requisição de servidora – AOSD.	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
5	7424AD/2014	25/09/2014	Requisição de servidora em substituição à servidora requisitada que está de licença maternidade	Conclusos
6	7764AD/2014	28/08/2014	Requisição de servidora – AOSD	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
7	7850AD/2014	23/09/2014	Requisição de servidora – AOSD.	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
8	8614AD/2014	26/08/2014	Requisição de servidor – Vigia	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
9	8950AD/2014	30/10/2014	Requisição de servidor – vigia	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
10	8953AD/2014	09/09/2014	Requisição de servidor – vigia	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
11	2175AD/2013	12/06/2014	Solicitação de Gratificação de Padrão Ministerial	Conclusos – aguardando análise acerca da prioridade do atendimento do pleito, bem como da viabilidade orçamentária, tendo em vista o atingimento do limite de 1,90% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
12	9691AD/2014	01/10/2014	Solicitação de policiais militares da reserva	Aguardando resposta da interessada acerca da realização de curso pelos policiais militares indicados.

13	3871AD/2014	16/10/2014	Solicitação de servidora – especialista em educação	Requisição procedida. Aguardando resposta do Prefeito Municipal de São Luís – falta assinar Termo de Convênio.
14	7767AD/2014	15/10/2014	Assinatura de Termo de Convênio – Cessão de servidores	Aguardando resposta do prefeito municipal de Imperatriz.
15	9738AD/2013	24/11/2014	Verbas indenizatórias	Processo sobrestado em razão da reintegração provisória do servidor, em cumprimento à decisão judicial.
16	2297AD/2014	26/11/2014	Reclamação trabalhista	Conclusos. Processo em análise.
17	10421AD/2014	13/10/2014	Pedido de providências	Aguardando análise de minuta de recomendação ao setor de protocolo
18	4581Ad/2014	18/06/2014	Gestão de ponto	Aguardando modificação de Ato Regulamentar de Gestão de Ponto Eletrônico
19	7986AD/2014	12/08/2014	Pedido de providências – Promotoria de Imperatriz – Insuficiência de fundos para manutenção das despesas urgentes	Aguardando reunião com a Administração Superior para deliberação de providências.
20	8000AD/2009	19/05/2011	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do governo Estado.
21	2823Ad/2010	17/02/2011	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Monção
22	5755Ad/2010	10/12/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Zé Doca
23	7180Ad/2010	24/04/2012	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de João Lisboa
24	9563AD/2010	11/05/2011	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Imperatriz
25	1343Ad/2011	08/04/2011	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do governo do Estado
26	1895AD/2011	18/10/2011	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São João do Carú
27	2210AD/2011	22/03/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São Francisco do Maranhão
28	3921AD/2011	08/01/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Maracumê
29	7467AD/2011	07/11/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Carolina
30	3968Ad/2012	25/05/2012	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Bequimão
31	6347AD/2012	07/02/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do governo do Estado
32	7930AD/2012	15/02/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São Luís
33	8068AD/2012	16/08/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Paraibano

34	9228AD/2012	19/03/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do governo do Estado
35	1068AD/2012	21/03/2012	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Olinda Nova do Maranhão
36	4434AD/2013	09/05/2014	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Açailândia
37	6272AD/2013	07/10/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Zé Doca
38	6280AD/2013	17/09/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Santa Luzia
39	7823AD/2013	02/04/2014	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Caxias
40	7733AD/2013	04/11/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São Luís
41	7957AD/2013	07/02/2014	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação da Presidência do Tribunal de Justiça
42	8470AD/2013	04/10/2013	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São Luís
43	10278AD/2013	26/08/2014	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São Francisco do Maranhão
44	11039AD/2013	30/04/2014	Requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de Santa Inês
45	4272AD/2014 – Anexo 7030AD/2012	24/09/2014	Reconsideração de requisição de servidor	Realizada a requisição. Aguardando manifestação do prefeito Municipal de São José de Ribamar

**4.2.1.6.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Baseado nas informações prestadas pela Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos, o Procurador-Geral de Justiça informou que todas as pendências apresentadas pela Equipe de Inspeção foram sanadas, conforme comprovado pela planilha apresentada.

**4.2.1.7. Controle de processos judiciais de competência do Subprocurador-Geral e Justiça.** Não é realizado referido controle pela SUBADM.

**4.2.1.8. Pendências relativas aos processos judiciais de competência do Subprocurador-Geral de Justiça:** Prejudicado.

**4.2.1.9. Controle das representações ou peças informativas recebidas.** O controle é feito através de sistema próprio, desenvolvido e disponibilizado pela TI local.

**4.2.1.10. Representações ou peças informativas com pendências.** Não foram encontradas pendências.

**4.2.1.11. Controle de procedimentos administrativos disciplinares.** O controle é feito através de sistema próprio, desenvolvido e disponibilizado pela TI local.

**4.2.1.12. Procedimentos administrativos disciplinares pendentes de análise:** Foram encontradas as seguintes pendências:

PAD EM TRAMITAÇÃO		
Nº PORTARIA	PROCESSADO (A)	FASE
PAD de Portaria nº 3537/2014 de 03/06/2014	Jaciana Castro Silva, apurar suposta infração administrativa vedada no art. 228, IV e XII da Lei 6107/94	Aguardando alegações finais da defesa
PAD de Portaria nº 7481/2014 de 26/11/2014	Augusto César Costa Aguiar, apurar suposta infração administrativa vedada no art. 228, II da Lei nº 6107/94.	Entregue a Presidente da Comissão Processante em 01/12/2014
<i>PAD's instaurados para apurar conduta de servidores que estão em tramitação.</i>		

PROCESSO SOB A GUARDA DO SUBADMINISTRATIVO (SINDICÂNCIA E PAD)	
Nº PROCESSO	JUSTIFICATIVA
Procedimento Administrativo nº 01/20110-CP, apensos 1922AD/2010, 2141AD/2010, 2713AD/2010, 3288AD/2010, 3767AD/2010, 9412AD/2012 E 9305AD/2012.	Encaminhado em 28/05/2015 à Coordenação de Folha de Pagamento para cálculo.
253AD/2012 e 7104AD/2013/Sind. de portaria nº 6625/2013-GS-PGJAAD.	Apenso aos Autos de Sindicância de Portaria nº 6625/2013-GS-PGJAAD, encaminhado à Coordenação de Gestão de Pessoas em 05/11/2014, para ser aplicada a penalidade de suspensão de 15(quinze) que foi convertida em multa, previsão de desconto na folha de pagamento de dezembro/2014.
7658AD/2010	Às fls. 06 consta despacho de Dra. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, datado de 09 de outubro de 2014, encaminhado a Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos. Foram oficiados os membros da Comissão sindicante em 12 de novembro de 2014.
766AD/2010, apensos 9364AD/2009, 898AD/2010E 1579AD/2010	Às fls. 147 consta despacho de Dra. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, datado de 09 de outubro de 2014, encaminhado a Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos. Foram oficiados os membros da Comissão Processante em 12 de novembro de 2014.
8218AD/2011 e apenso nº 8158AD/2011	Trata-se de PA referente a resultado da Avaliação de desempenho do servidor Augusto César Costa Aguiar, consta PAD em tramitação em desfavor do referido servidor.
Peça de Informação em conjunto nº 01/2014, originado pela Promotoria de Justiça de Pedreiras	Encaminhado em 19/11/2014 mediante ofício nº 436/2014-1ª PJPD à SUBADM.
<i>Sindicâncias e PAD's de servidores já concluídos e com providências a serem ultimadas por outros setores, cujos autos permanecem sob a guarda da SUBADM.</i>	

**4.2.1.12.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça, fundada nas informações prestadas pela Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, apresentou planilha contendo a atual situação dos Procedimentos encontrados à época da Inspeção do CNMP, na qual consta que, dos 45 (quarenta e cinco) processos mencionados neste relatório, apenas 14 (quatorze) permanecem com tramitação ativa (fls. 139 a 143, Anexo II, Volume I).

**4.2.1.13. Regimento interno da Subprocuradoria-Geral de Justiça.** Não existe Regimento Interno próprio, porém, há no Regimento interno da Procuradoria-Geral de Justiça, onde ocorre a referência ao órgão inspecionado.

**4.2.1.14. Relatório anual da Subprocuradoria-Geral de Justiça.** O relatório anual da SubAdm consta no relatório da PGJ.

**4.2.1.15. Sugestões da Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativo.** 1) O órgão inspecionado sugeriu que houvesse uma atuação ministerial mais voltada para a realidade local e regional, e que fosse desenvolvida atividade coordenada entre os MPs, tendo por meta a resolução de problemas regionais; 2) Propõe, também, que o CNMP se posicione sobre a utilização dos servidores do MP estadual nas atividades eleitorais, que é realizada sem nenhuma compensação, diferente do que ocorre com o membro, demanda está constante dos servidores, inclusive por seus órgãos de classe; 3) Por fim, ressaltou que o CNMP esteja sensível às diferenças regionais ao emitir normas gerais.

**4.2.1.16. Experiências inovadoras.** Oficinas de artesanato, de restauração de móveis, culinária, peças de teatro, coral (houve a produção de CD, com a participação dos servidores), objetivando a integração e a humanização do ambiente de trabalho para a valorização dos servidores.

## **4.2.2. SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

À época da realização da inspeção, o órgão estava sob a responsabilidade do Procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Souza, que informou ter assumido o órgão em 02 de setembro de 2014 (Ato nº 528/2014-GPGJ), residir na localidade de lotação, não exercer o magistério nem a advocacia e não ter respondido ou estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar. As atribuições do órgão estão previstas no artigo 8º do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 20/2008 – GPGJ).

**4.2.2.1. Estrutura de pessoal do órgão.** A estrutura de pessoal do órgão é composta de 01 (uma) assessora do gabinete e 16 (dezesseis) assessores da Assessoria Especial, cuja identificação e atribuição constam no TI da PGJ.

**4.2.2.2. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** É realizada pelo sistema de protocolo interno, desenvolvido pelo TI local.

**4.2.2.3. Controle dos atos normativos internos.** Prejudicado, pois, não congrega atribuições regulamentares.

**4.2.2.4. Controle de procedimentos administrativos e requerimentos (férias, licenças, diárias, etc).** Prejudicado, pois, não congrega atribuições regulamentares.

**4.2.2.5. Pendências relativas aos procedimentos administrativos:** Prejudicado.

**4.2.2.6. Controle de processos judiciais de competência do Subprocurador-Geral de Justiça Judicial.** É realizado pelo sistema de controle de protocolo, desenvolvido pela TI local.

**4.2.2.7. Pendências relativas aos processos judiciais de competência do Subprocurador-Geral de Justiça Judicial:** Foram encontradas as seguintes pendências: (a indicação dos processos se deu pelo número de protocolo e não pela numeração única).

**4.2.2.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em suas informações, a Procuradora-Geral de Justiça esclareceu, no tocante ao registro numerário dos processos judiciais, que no limiar deste ano foi implantado, no âmbito da Assessoria Especial, o SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) que estabelece e organiza interna corporis a numeração dos processos judiciais, no qual há registro destacado dos respectivos números único e de protocolo no Tribunal de Justiça, tudo a contribuir para o controle, transparência e celeridade dos feitos. Deste modo, asseverou que a pendência apontada já se encontra completamente contornada com a



efetivação do SIMP no Ministério Público do Maranhão. Foram apontados, em aludido relatório preliminar, 7 (sete) processos administrativos afetos ao exame da Assessoria Especial, com pendências. Esclareceu que os processos administrativos nº 3990AD/2014; 1139AD/2011; 3783AD/2014; 140CS/2014 e 149CS/2014, obtiveram, desde o ingresso no setor, como de praxe, a devida atenção, recebendo a análise específica atinente a cada caso, inexistindo, portanto, comportamento omissivo ou retardatário, sendo que estão todos devidamente despachados no âmbito da Assessoria Especial. No que pertine ao procedimento nº 1040AD/2014, que cuida da análise de propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa a legislação municipal de Lago da Pedra-MA, aduziu que até o momento foram frustradas as tentativas do Ministério Público obter a publicação do diploma legal municipal, conditio sine qua non para a propositura da medida, sendo que até mesmo a peça exordial já se encontra minutada. Nada obstante, como não há ocorrência de prescrição neste caso, reputou-se como mais adequada a obtenção da prova necessária à propositura da ação. Por seu turno, o procedimento nº 9542AD/2013 que se refere a exame de eventuais irregularidades em contratações de servidores, informou que foi transformado em notícia de fato (SIMP 8242-500/2015) carecendo de investigações que estão sendo conduzidas pela própria Assessoria Especial, e portanto demandando o tempo necessário para a obtenção das provas, de forma a possibilitar a formação da eventual opinio delict. Para finalizar, apresentou as informações pertinentes a cada um dos autos supracitados com cópia das respectivas manifestações emitidas e acolhidas, bem como de registros processuais do protocolo SIMP.

**4.2.2.8. Controle das representações ou peças informativas recebidas.** Referido controle é feito pelo sistema de controle de protocolo, desenvolvido pela TI local.

**4.2.2.9. Representações ou peças informativas com pendências.** Foram encontrados os seguintes procedimentos administrativos com pendência:

Nº	NÚMERO DO PROCESSO	INTERESSADOS	SITUAÇÃO
01	1139AD/11 (em anexo 580AD/12,5166AD/11,8864AD/11,217AD/11,6337AD/11) *	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO	Demora da providência a ser adotada pelo MP considerando-se a data do fato e a sua gravidade. Sugere-se Pedido de Providências – PP.
02	3990AD/2014	CESAR QUEIROZ RIBEIRO	Demora da providência a ser adotada pelo MP considerando-se a data do fato e a sua gravidade. Sugere-se Pedido de Providências – PP.
03	3783AD/14*	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO	Excesso de prazo verificado. Sugere-se Representação por Inércia por Excesso de Prazo – RIEP.
04	9542AD/13*	RICARDO AUGUSTO DUARTE DOVERA	Excesso de prazo verificado. Sugere-se Representação por Inércia por Excesso de Prazo – RIEP.
05	140CS/14*	RAQUEL CHAVES DUARTE SALES	Excesso de prazo verificado. Sugere-se Representação por Inércia por Excesso de Prazo – RIEP.
06	149CS/14*	RAQUEL CHAVES DUARTE SALES	Excesso de prazo verificado. Sugere-se Representação por Inércia por Excesso de Prazo – RIEP.
07	1040AD/14*	LAYS GABRIELLA PEDROSA SOUZA	Excesso de prazo verificado. Sugere-se Representação por Inércia por Excesso de Prazo – RIEP.

**4.2.2.9.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Consta nos esclarecimentos da Procuradora-Geral de Justiça que, conforme informado pelo Subprocurador Geral para Assuntos Jurídicos, todas as pendências apresentadas pela equipe de inspeção foram sanadas, considerando que todos os processos administrativos e jurídicos tiveram seu curso regular, e que os registros no Sistema SIMP vem acontecendo no âmbito da Assessoria Especial, conforme documento apresentado à Corregedoria Nacional (fls. 143 a 144, Anexo II, Volume I).

**4.2.2.10. Controle de procedimentos administrativos disciplinares.** Não há controle de procedimentos administrativos disciplinares.

**4.2.2.11. Procedimentos administrativos disciplinares pendentes de análise:** Prejudicado.

**4.2.2.12. Regimento interno da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial.** O Regimento interno da Procuradoria-Geral contempla a normatização da SUBJUR.

**4.2.2.13. Relatório anual do órgão.** Segundo informado, o relatório anual integra o relatório anual da PGJ.

**4.2.2.14. Feitos distribuídos ao Subprocurador-Geral de Justiça:**

PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	47	19	8	3	4	35	11	124	548	138	37	10
Distribuídos no mês	191	260	54	96	191	155	500	1817	529	132	110	39
Impulsionados no mês	219	271	59	95	160	179	387	1393	939	233	137	41
Saldo do mês atual	19	8	3	4	35	11	124	548	138	37	10	8
Audiências judiciais/sessões	1	2	2	2	3	2	2	3	2	2	3	2

**Obs.:**  $(1 + 2 - 3 = 4)$ , ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). De acordo com o órgão inspecionado, os picos de movimentação a partir de julho se deveram à remessa de processos de precatórios pelo TJ.

**4.2.2.15. Observações da equipe de inspeção.** O titular do órgão declarou que prioriza a celeridade processual.

### 4.2.3. SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

À época da realização da inspeção, o órgão estava sob a responsabilidade da Promotora de Justiça Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, que informou ter assumido o cargo em 15 de junho de 2012 (Ato nº 362/2012-GPGJ), residir na localidade de lotação, não exercer o magistério nem a advocacia e não ter respondido ou estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar.

**4.2.3.1. Estrutura de pessoal do órgão.** A estrutura de pessoal da Secretaria é composta por 01 (uma) assessora (requisitada), 01 (um) técnico (efetivo) e 02 (dois) comissionados.

**4.2.3.2. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** Sistema de controle de protocolo desenvolvido e disponibilizado pela TI local.

**4.2.3.3. Controle dos atos normativos internos.** Não há controle dos atos normativos internos.

**4.2.3.4. Controle de procedimentos administrativos e requerimentos (férias, licenças, diárias, etc).** É realizado por meio do controle de protocolo desenvolvido e disponibilizado pela TI local.

**4.2.3.5. Pendências relativas aos procedimentos administrativos:** Não há pendências a serem informadas. Há um fluxo trabalho intenso, porém dentro da regularidade esperada para o órgão, sem paralisação

há mais de trinta dias, até pela natureza dos feitos.

**4.2.3.6. Regimento interno da Secretaria para Assuntos Institucionais.** Não há regimento interno próprio, apenas o da PGJ.

**4.2.3.7. Relatório anual da Secretaria para Assuntos Institucionais.** É inserido no relatório anual da PGJ.

**4.2.3.8. Sugestões do Membro.** **a)** Melhorar a estrutura administrativa e de pessoal, tendo em vista a quantidade de membros e aspectos geográficos. **b)** Unificação dos calendários CNMP/CNPG/GNDH e das comissões do CNMP.

**4.2.3.9. Experiências inovadoras.** **a)** Projeto Institucional de Educação de Qualidade Direito de Todo Maranhense; Plano de Ação Integrado do MPMA: controle e fiscalização dos sistemas de segurança pública e penitenciária do estado. **b)** Programa Institucional de Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção; Programa de Saúde Institucional; Programa de Transporte Escolar.

## 5. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público é integrado por todos os Procuradores de Justiça, e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Suas atribuições estão previstas no art. 11 e incisos da Lei Complementar Estadual nº 13/91 (LOMPE/MA), no art. 10 do Regimento Interno da PGJ (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no art. 11 e seguintes do Regimento Interno do Órgão (Resolução nº 01/1984-CPMP).

**5.1. Estrutura de pessoal do Colegiado.** A estrutura de pessoal do Colégio de Procuradores, unificada com a do Conselho Superior do Ministério Público, é composta por Antonio Lobato Ramalho – chefe de secretaria (cargo comissionado), Mariangela Pontes Vale Pinheiro – analista processual (cargo efetivo), Maria Francisca Lima da Silva – assessor técnico (cargo comissionado) e Maísa da Costa Rocha – estagiária.

**5.2. Condições da instalação física do Colegiado.** A secretaria dos Órgãos Colegiados, que atende tanto ao Conselho Superior quanto ao Colégio de Procuradores de Justiça, ocupa uma diminuta e estreita sala localizada no andar térreo do edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça. O espaço é bastante reduzido e não acomoda adequadamente os servidores e o mobiliário. Por sua vez, a sala de reuniões do Colegiado está instalada no terceiro andar do mesmo edifício e dispõe de espaço e estrutura física adequados ao bom funcionamento das reuniões.

**5.3. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** Os procedimentos ingressam na secretaria dos Órgãos Colegiados, recebem um número do protocolo geral e são distribuídos eletronicamente pelo Sistema Sorteio Colégio. Após a distribuição, os dados são inseridos em uma planilha eletrônica de controle.

**5.4. Periodicidade das reuniões.** As reuniões ordinárias ocorrem na última quinta-feira do mês.

**5.5. Publicação das pautas de reunião.** As pautas são publicadas na página do Colégio na internet, com no mínimo 48 horas de antecedência. Rotineiramente, as pautas são publicadas com uma semana de antecedência. As sessões são públicas e transmitidas ao vivo pela internet.

**5.6. Controle de procedimentos de redistribuição de atribuições de órgãos do Ministério Público.** Não há previsão regimental de divisão do Colegiado em áreas temáticas para tratar do tema de redistribuição de atribuições, entretanto, segundo informações da Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, Secretária do Colégio, quando necessário, delibera-se por constituir um grupo de trabalho dentre os membros, para estudo de redistribuição de atribuições. Os procedimentos são registrados e controlados com o uso do mesmo método já descrito no termo de inspeção do Conselho Superior.

**5.7. Procedimentos de redistribuição de atribuições de órgãos do Ministério Público pendentes de análise.** 6862AD/2013 – Assunto: redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz – Relatora Procuradora de Justiça Maria Luiza Ribeiro Martins – data de distribuição 26/06/2014. Andamento atual: pedido de vista pelo Procurador de Justiça José Henrique.

**5.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou a Procuradora-Geral de Justiça que, no âmbito do Colégio de Procuradores de Justiça, foram apreciados diversos processos que tratavam da redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça, conforme ata e pauta da sessão do Colégio de Procuradores de Justiça do último dia 28 de maio de 2015, onde definiu e aprovou a Resolução nº 29/2015 CPMP, que trata das atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, oriundas do PA nº 6862/2013.

**5.8. Ata de aprovação da última proposta orçamentária anual.** Na ocasião da inspeção foi apresentada a Ata da Sessão Extraordinária, realizada no dia 04 de setembro de 2014, onde foi aprovada a proposta orçamentária anual.

**5.9. Existe regimento interno do Colegiado?** O Regimento Interno atual foi aprovado no ano de 1984, por meio da Resolução nº 01/84, alterado pelas Resoluções nº 07/2009 e nº 24/2014. A alteração de 2014 ainda não foi incluída no texto do Regimento Interno.

**5.10. Controle das recomendações e resoluções expedidas.** As resoluções estão disponibilizadas na página do Colégio. Publica-se anualmente um livro físico de resoluções do Colegiado. Não existem recomendações expedidas pelo Colegiado.

**5.11. Relatório anual do Colegiado.** O relatório anual de 2014 está em fase de elaboração. O arquivo eletrônico com o relatório de 2013 foi corrompido e não foi localizado o documento físico.

**5.12. Controle prévio da proposta orçamentária anual da unidade.** Não existe controle prévio da proposta orçamentária. Também não ocorre acompanhamento da execução orçamentária por parte do Colegiado.

**5.13. Há Órgão Especial?** Não há Órgão Especial no Colégio de Procuradores de Justiça.

**5.14. Sugestões da Secretária do Órgão.** Melhorar a estrutura física e de pessoal da secretaria do Colegiado. A Secretária informou que haverá mudança no ano de 2015 para um novo prédio.

**5.15. Experiências inovadoras.** Transmissão ao vivo, pela internet, das sessões do Colegiado.

**5.16. Observações da equipe de inspeção.** a) O Regimento Interno do Colégio de Procuradores atualmente em vigor foi aprovado em 1984 e, ainda que tenha sofrido duas alterações pontuais, nos anos de 2009 e 2014, necessita ser inteiramente atualizado para ficar em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 13/91 e demais normas. b) Chegou ao conhecimento da equipe de inspeção notícias quanto à baixa assi-

duidade dos Procuradores de Justiça às reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores. Nesse sentido, foram obtidas as atas das reuniões dos anos de 2013 e 2014, em que se constatou grande número de ausências, inclusive impossibilitando a instalação das sessões por falta de quórum (Atas 2, 6 e 12, de 2013; Ata 6, de 2014).

## 6. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do MP/MA, incumbido de velar pelos seus princípios institucionais, sendo integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como seus membros natos, e por 05 (cinco) Procuradores de Justiça, como membros eleitos para um mandato de 02 (dois) anos (art. 12 da LOMPE/MA). Suas atribuições estão previstas no art. 15 da LOMPE/MA, no art. 12 do Regimento Interno da PGJ (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no art. 31 do Regimento Interno do CSMP.

**6.1. Estrutura de pessoal do Conselho.** O quadro de pessoal do Conselho é composto por Antonio Lobato Ramalho – chefe de secretaria (cargo comissionado), Mariangela Pontes Vale Pinheiro – analista processual (cargo efetivo), Maria Francisca Lima da Silva – assessor técnico (cargo comissionado), Maísa da Costa Rocha – estagiária.

**6.2. Condições da instalação física do Conselho.** A secretaria dos Órgãos Colegiados, que atende tanto ao Conselho Superior quanto ao Colégio de Procuradores de Justiça, ocupa uma pequena sala localizada no andar térreo do edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça. O espaço é bastante reduzido e não acomoda adequadamente os servidores e o mobiliário. Por sua vez, a sala de reuniões do Colegiado está instalada no terceiro andar do mesmo edifício e dispõe de espaço e estrutura física adequados ao bom funcionamento das reuniões.

**6.3. Secretaria do Colegiado.** A secretaria do colegiado é exercida pela Procuradora de Justiça Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf.

**6.4. Estrutura de membros e critérios para a escolha.** A estrutura é composta por 07 (sete) membros, sendo 02 (dois) deles natos (Procurador-Geral e Corregedor-Geral) e os demais eleitos pela classe para um mandato de 02 (dois) anos, possível a recondução, sem limite para a reeleição. Também são eleitos 02 (dois) suplentes.

**6.5. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos).** O SIMP ainda não foi implantado no Conselho Superior. Os processos são registrados no protocolo geral da Procuradoria e recebidos pela secretaria do Conselho Superior. A distribuição aos Conselheiros é feita por um programa denominado “Sorteio Conselho”. Nesse sistema são cadastrados todos os procedimentos que deram entrada na secretaria e realizado o sorteio de forma automática e aleatória. O sistema emite relatórios contendo a listagem de feitos distribuídos. A relação é alimentada em uma planilha de Excel, para controle e acompanhamento. As planilhas com o andamento atualizado dos processos, separadas por Conselheiro-Relator, ficam disponíveis na internet para consulta dos membros e do público. Os procedimentos disciplinares são recebidos e registrados em um livro físico de registro, sendo os dados alimentados em planilha em Excel para controle. Com o relatório conclusivo da comissão processante, é realizado o sorteio para distribuição a um dos Conselheiros Relatores. Segundo informado, não existe prazo regimental para que o Conselheiro Relator inclua o procedimento na pauta de julgamento.

**6.6. Periodicidade das reuniões.** As reuniões ordinárias são semanais, às sextas-feiras.



**6.7. Publicação antecipada das pautas de reuniões.** As pautas são publicadas com 48 horas de antecedência, no boletim interno, disponível na página do conselho Superior, na internet. As pautas não são publicadas no Diário Oficial. As sessões são públicas e transmitidas ao vivo pela internet. Os registros em audiovisual das sessões anteriores ficam disponíveis na página do Colegiado para consulta. Nas sessões é permitida a sustentação oral pelos interessados.

**6.8. Publicação prévia dos editais de movimentação na carreira.** Os editais de movimentação na carreira são publicados no Diário Oficial com prazo de 3 dias para inscrição dos interessados, além de serem publicados na página da internet.

**6.9. Votação aberta e fundamentada.** A votação é aberta e fundamentada.

**6.10. Controle dos procedimentos de movimentação na carreira.** Os requerimentos para promoção por antiguidade ou merecimento são autuados em um procedimento, que é encaminhado à Corregedoria para juntada de relatório com as informações funcionais. Após a instrução, a secretaria encaminha uma cópia das informações funcionais para cada Conselheiro e inclui na pauta da próxima sessão desimpedida. Os votos dos Conselheiros são incluídos na ata de julgamento. As atas ficam disponíveis para consulta na internet, assim como são arquivadas em meio físico, em livro encadernado. A secretaria elabora extrato da ata, com as deliberações do Colegiado, para facilitar a consulta pelos interessados.

**6.11. Ato que fixa critérios de aferição do merecimento (Res. n. 02/CNMP).** Tais estão prescritos na Resolução CSMP nº 001/2006.

**6.12. Controle de procedimentos diversos (aposentadoria compulsória, verificação da incapacidade física ou mental, exceções de impedimento ou suspeição).** As resoluções estão disponibilizadas na página do Conselho. Publica-se anualmente um livro físico de resoluções do CSMP. Não existem recomendações expedidas pelo Colegiado.

**6.13. Controle das revisões de arquivamento de inquéritos civis e procedimentos preparatórios.** As resoluções estão disponibilizadas na página do CSMP. Publica-se anualmente um livro físico de resoluções do Colegiado. Não existem recomendações expedidas pelo Colegiado.

**6.14. Controle de procedimentos de vitaliciamento dos membros do Ministério Público.** Os procedimentos com os relatórios conclusivos de vitaliciamento são recebidos da Corregedoria-Geral, registrados e distribuídos a um Relator, utilizando-se o mesmo método já relatado. Os procedimentos são constituídos tão somente com o relatório da Corregedoria-Geral, desacompanhados de outros documentos referentes ao acompanhamento do estágio. A secretaria do Conselho Superior alimenta planilha eletrônica específica para registrar as informações referentes aos promotores não vitaliciados e a respectiva distribuição do procedimento a um Conselheiro Relator. Os relatórios são julgados no Conselho Superior e, após, ocorre uma sessão solene de vitaliciamento no Colégio de Procuradores. Segundo informações, a cada três meses, a Corregedoria-Geral encaminha relatório parcial do desempenho dos membros não vitaliciados, que é apresentado na sessão do Conselho Superior, documentos que são devolvidos ao Órgão disciplinar após apreciação pelo Colegiado.

**6.15. Controle de procedimentos de autorização para afastamento de membro (capacitação, requisição do CNMP, etc.).** A Resolução n. 007/2004 do Conselho Superior do MP-MA dispõe sobre os afastamentos para frequentar seminários e estudos. O requerimento do interessado, devidamente instruído,

é autuado e distribuído a um Conselheiro Relator, sendo controlado por meio do método já descrito. Os procedimentos de afastamentos de longa duração são instruídos com os relatórios trimestrais das atividades relacionadas aos afastamentos. Os relatórios são juntados aos autos e levados à sessão do Conselho Superior para conhecimento. A equipe de inspeção analisou dois procedimentos de afastamentos:

1057CS/2013 – Promotora de Justiça Bianca Sekeff Rocha – autorizado o afastamento por 2 anos para cursar Mestrado em Direitos Fundamentais oferecido pela Universidade de Lisboa. Apresentados 2 relatórios trimestrais. 83CS/2014 – Promotor de Justiça Antonio Coelho Soares Júnior – autorizado o afastamento para curso de Doutorado. Apresentou relatório trimestral referente ao período de setembro a novembro de 2013.

**6.16. Controle de Procedimentos de disponibilidade e remoção de ofício.** Conforme informações da Procuradora de Justiça Secretária, não há casos de membros em disponibilidade nem removidos de ofício.

**6.17. Controle dos assentos do Colegiado.** Os enunciados são publicados na forma de resoluções, numeradas e publicadas na página do Conselho Superior na internet, no link normas do CSMP. Não há enunciados expedidos pelo Conselho Superior a respeito de questões relacionadas à homologação de arquivamentos de Inquéritos Cíveis Públicos ou à expedição de Termos de Ajustamento de Conduta. Os votos dos relatores nas homologações de arquivamento de feitos extrajudiciais não são publicados, de forma que os membros não dispõem de meios para acompanhar o entendimento do Colegiado sobre o tema. Constatou-se positivamente que o Colegiado está ementando todas suas decisões, segundo modelo extraído do CNMP. A equipe de inspeção sugeriu que fosse elaborado e publicado um ementário com a finalidade de possibilitar ao próprio Órgão, aos membros e a terceiros o conhecimento dos precedentes.

**6.18. Existe regimento interno do Colegiado?** Sim. O Regimento Interno atual foi aprovado no ano de 1996, no Diário de Justiça do Estado de 08/05/1996.

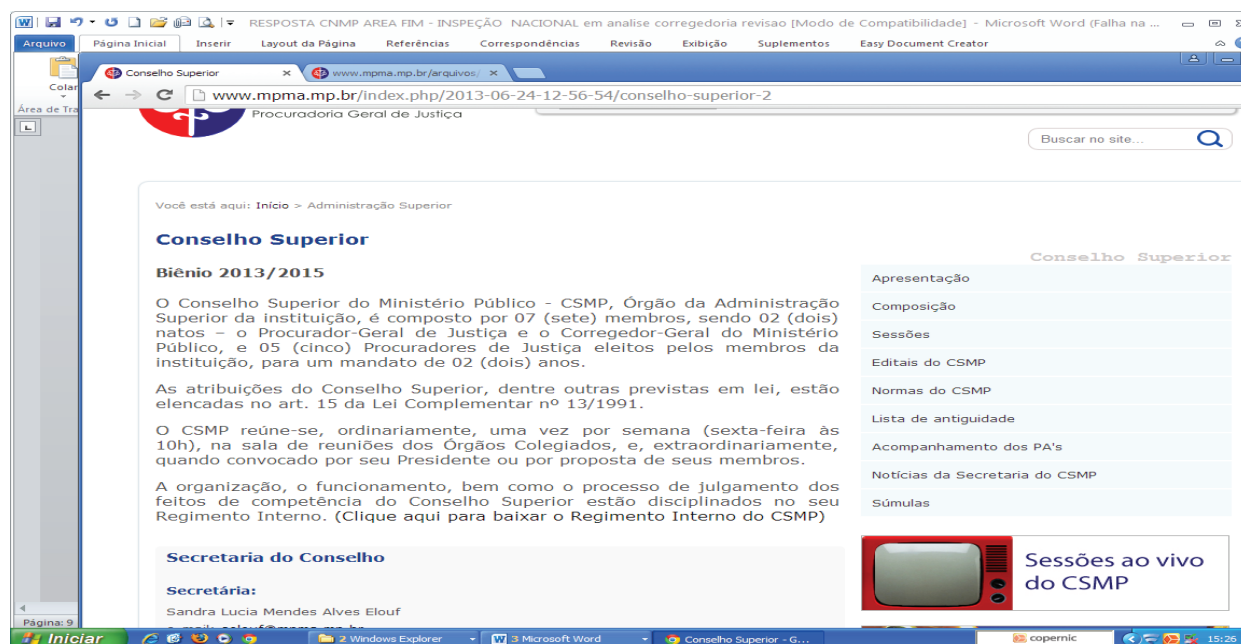
**6.19. Sugestões da Secretária do Colegiado.** a) Sumular os entendimentos do Conselho Superior; b) Melhorar a estrutura de pessoal da secretaria do Órgão; c) Separar a secretaria do Conselho Superior da estrutura administrativa do Colégio de Procuradores.

**6.20. Experiências inovadoras.** a) Disponibilização das planilhas de controle de feitos na internet, para que os membros possam ter conhecimento do andamento dos procedimentos; Elaboração de extratos das atas, para agilizar e facilitar a consulta pelos interessados. b) Transmissão audiovisual das sessões e disponibilização das sessões anteriores; Agilização do fluxo para publicação dos atos remetidos pelos promotores de justiça, como portarias inaugurais, TACs, mediante o encaminhamento direto à biblioteca. c) Otimização da devolução dos feitos para cumprimento das diligências pelos membros. Nessas hipóteses, procedimentos extrajudiciais não são apreciados em sessão do Conselho. A própria secretaria providencia o cumprimento da diligência junto ao promotor de justiça, mediante determinação do relator em voto.

**6.21. Observações da equipe de inspeção.** a) A estrutura física da secretaria dos Órgãos Colegiados não acomoda adequadamente os servidores e mobiliário necessários para o bom funcionamento do Órgão. b) Apesar de não haver registro e tramitação dos feitos do Colegiado pelo sistema SIMP, a organização administrativa da secretaria do Conselho Superior permite o rápido acesso aos expedientes e dados relacionados aos andamentos. c) Constatou-se positivamente que o Colegiado está ementando todas suas decisões, segundo modelo extraído do CNMP. A equipe de inspeção sugeriu que fosse elaborado e publicado um ementário com a finalidade de possibilitar ao próprio Órgão, aos membros e a terceiros o conhecimento dos precedentes.

**6.21.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que a estrutura do Ministério Público do Estado e de suas Unidades vem passando por transformações e adequações, e em

especial a Sala dos órgãos especializados, que por decisão da Procuradora-Geral de Justiça e das Secretarias do Conselho Superior do Ministério Público e do Colégio de Procuradores de Justiça separaram as Secretarias, visando adequar o ambiente de trabalho, aperfeiçoar e profissionalizar a gestão, tendo transferido a Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça para o segundo andar do Prédio Anexo, ofertando melhor distribuição dos processos, armazenamento e controle, bem como proporcionando melhores condições de trabalho aos funcionários. Atualmente a Secretaria do Conselho Superior possui sala própria, com quadro de pessoal próprio e estrutura tecnológica, para que cumpra a sua missão, e vem informando a sociedade e membros de todas as suas ações, em sua página virtual.



## 7. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral é órgão componente da Administração Superior, orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, realizar correições e inspeções nas Promotorias de Justiça, bem assim inspeções nas Procuradorias de Justiça, além de propor ao Conselho Superior do Ministério Público, a confirmação ou não de órgão de execução; instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa (art. 16 da LOMPE/MA). O Corregedor-Geral deverá ser eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, observada a mesma forma de escolha (art. 17 da LOMPE/MA).

### 7.1. CORREGEDOR-GERAL

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, à época da inspeção, era o Procurador de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, que assumiu o cargo em 14 de abril de 2013. Na ocasião, o Corregedor-Geral afirmou residir na localidade de lotação, não exercer o magistério nem a advocacia e já ter respondido a procedimento administrativo disciplinar no ano de 2004 (quando exercia o cargo de Procurador-Geral de Justiça), que foi objeto de arquivamento, sem aplicação de penalidade.

**7.1.1. Assessoria da Corregedoria-Geral.** A Assessoria da Corregedoria-Geral é composta pelos seguintes membros:

**a) Doracy Moreira Reis Santos.** Assumiu a função de Chefe de Gabinete em 14 de abril de 2013. É titular da Promotoria de Associações e Fundações. Reside na comarca de lotação, não exerce o magistério nem a advocacia e não participa no momento de curso de aperfeiçoamento. Não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente de 08:00 às 15:00 (horário constantemente ultrapassado por necessidade de serviço).

**b) Marta Helena Costa Ribeiro.** Assumiu a função em 27 de maio de 2013. É titular da 16ª Promotoria de Justiça Cível da Capital. Reside na comarca de lotação e não exerce o magistério nem a advocacia. Participou, em 2014, do curso de aperfeiçoamento Global Mediation. Não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**c) Rosanna Conceição Gonçalves.** Assumiu a função em 14 de abril de 2014. É titular da 34ª Promotoria de Justiça da Capital. Reside na comarca de lotação e não exerce o magistério nem a advocacia. Participou, em 2014, de curso de aperfeiçoamento em Washington e no Rio de Janeiro (Global Mediation). Não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre das 08:00 às 15:00.

**d) Valdenir Cavalcante Lima.** Assumiu a função em 17 de abril de 2013. É titular da 28ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital. Reside na comarca de lotação, não exerce o magistério nem a advocacia e não participa no momento de curso de aperfeiçoamento. Não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**e) Washington Luiz Maciel Cantanhede.** Assumiu a função em 02 de maio de 2013. É titular da 25ª promotoria de Justiça Criminal da Capital. Reside na comarca de lotação, não exerce o magistério nem a advocacia e não participa no momento de curso de aperfeiçoamento. Não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**f) Cássius Guimarães Chai.** Assumiu a função em 14 de fevereiro de 2014. É titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Substituição Plena na Capital. Reside na comarca de lotação e exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão (instituição pública, carga horária em sala de aula de 12 horas semanais, período noturno, não exerce função administrativa). Não exerce a advocacia e participa de curso de aperfeiçoamento como aluno e capacitador, habilitado pela Escola do Ministério Público, CNMP e CNJ. Está respondendo a um procedimento administrativo disciplinar (Procedimento preliminar, autuado como PA), instaurado no final do mês de outubro de 2014, em razão de representação de um Promotor de Justiça que estava sendo correccionado – atualmente o procedimento está com vista para o membro se manifestar; cumpre expediente rotineiramente, das 08:00 às 15:00, mas havendo necessidade, excede o horário.

**g) Cláudio Rebelo Correia Alencar.** Assumiu a função em 05 de agosto de 2014. É titular da 19ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital. Reside na comarca de lotação e não exerce o magistério nem a advocacia. Participou, em 2014, do Curso de Atualização em Direito Eleitoral e de Curso acerca da Lei de Resíduos Sólidos. Não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**7.2. Estrutura de pessoal do Órgão.** A Corregedoria é composta por 01 (uma) auxiliar ministerial (Ana Maria Abreu Ramos), 04 (quatro) cargos efetivos de técnico ministerial (Angela Lianete Lima Vieira, Eli-

sangela Silva da Costa Braz, Keila Renata Brandão Moraes e Lorena Maria Ferreira Santos), 01 (um) cargo em comissão de chefe de seção estatística (Anne Carolinne Sousa de Almeida), 01 (um) cargo em comissão de chefe de seção arquivo e informática (Eduardo Dias dos Santos), 01 (um) cargo em comissão de chefe de seção de controle, correição e procedimentos administrativos (Geysa Rosa Costa Leite), 01 (um) cargo efetivo de analista ministerial (Josias Pereira da Silva) e 03 (três) assessores de promotor de justiça à disposição da CGMP (Denissom Gonçalves Chaves, Leidiane Leite Gusmão e Verner de Albuquerque Bezerra).

**7.3. Estrutura física.** A Corregedoria-Geral está instalada no subsolo do edifício sede da Procuradoria-Geral, constituída de: sala de secretaria, gabinete do Corregedor-Geral, gabinete da Chefe de Gabinete, gabinete da Subcorregedoria, sala de reuniões, copa, secretaria dos Promotores-Corregedores e cinco gabinetes dos Promotores-Corregedores. As instalações são inadequadas, tendo em vista localizarem-se no subsolo, sem ventilação natural suficiente, além de não disporem de condições de acessibilidade. O acesso à Corregedoria-Geral se dá somente por escadas. Em razão da falta de acessibilidade, o atendimento ao público, se necessário, ocorre na parte externa do prédio. Segundo informações do Corregedor-Geral, provavelmente no mês de abril de 2015, ocorrerá mudança para um prédio novo, que acomodará toda a estrutura da administração superior e Procuradorias de Justiça, com instalações adequadas ao funcionamento da Corregedoria-Geral.

**7.3.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro responsável pela unidade esclara-receu que instalações físicas atuais da Corregedoria-Geral localizadas no subsolo do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme observado pela comissão não atendem aos critérios eficientes de acessibilidade. Entretanto, sempre e quando necessário o atendimento ao descapacitado motor é realizado na recepção e ou nas dependências da biblioteca, em reservado. – Como anotado, as novas instalações em fase de acabamento lógico obedecem às normativas ABNT quanto à acessibilidade e adequações estruturais adaptadas ao cidadão com restrição à mobilidade.

**7.4. Sistemas de arquivo:** As representações disciplinares são remetidas ao protocolo geral da Instituição, onde recebem um número e são registradas no sistema geral de protocolo, sendo então encaminhadas à Corregedoria-Geral. A distribuição entre os Promotores-Corregedores se dá manualmente, por ordem de chegada, pela secretaria, sem o conhecimento prévio do membro acerca do que está sendo distribuído. Quando o Corregedor-Geral determina a instauração de procedimento disciplinar, o acompanhamento passa a ser feito por meio de alimentação de planilha em Excel e a movimentação é manual, por meio de um livro de carga. Os procedimentos disciplinares são físicos e as manifestações não são digitalizadas. Segundo informações do Promotor-Corregedor Dr. Cássius, está sendo desenvolvido o sistema DIGIDOC, que tem por objetivo unificar todo o fluxo de atividade administrativa, inclusive os procedimentos da Corregedoria-Geral. O arquivo físico de documentos e procedimentos ocupa um espaço anexo à sala de reuniões da Corregedoria-Geral. Documentos, como as peças processuais produzidas pelos membros em estágio probatório, são guardados em um arquivo gerenciado por uma empresa contratada pelo MP/MA.

**7.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Quanto a esse item, foi esclarecido pelo membro responsável que o sistema DIGIDOC, informado à comissão correcional, à época em desenvolvimento, encontra-se em fase final de certificação, possibilitando, além do fluxo contínuo de procedimentos por setores, o seu arquivamento digital e a completa implementação do Processo Administrativo Eletrônico, ressaltando-se a expedição de atos de notificação pessoal e revestidos de reserva legal, os quais continuarão em arquivos próprios.

**7.5. Estatística 2013/2014 de procedimento disciplinares que tramitaram na Corregedoria-Geral.** Não informado.

**7.5.1. Procedimentos disciplinares pendentes de análise pela Corregedoria.**



Ord	Nº MP	ESPÉCIE	SITUAÇÃO
1	5205AD/2013	Sindicância	Instaurada em 30/09/2013. Notificação da sindicada para que se manifeste quanto ao interesse em ouvir testemunhas.
2	5628AD/2014	Sindicância	Instaurada em 09/07/2014. Designação de data para oitiva de testemunha.
3	1449AD/2014	Sindicância	Instaurada em 24/02/2014. Em 02/04/2014 um dos membros da comissão sindicante se declarou suspeito. Designado outro membro para compor a comissão em 04/06/2014. Em 06/06/2014, o interrogatório da sindicada foi remarcado para 28/08/2014. Em 20/08/14, um dos membros da comissão solicitou remarcação do interrogatório, tendo em vista sua participação em grupo de trabalho. Não houve outra deliberação até a data da inspeção.
4	3996AD/2014	Sindicância	Instaurada em 06/10/2014. Fato chegou ao conhecimento da Ouvidoria em 11/04/2014. Encaminhada a notícia à Corregedoria-Geral no dia 15/04/2014. Reclamação transformada em Sindicância em 06/10/2014. Andamento atual: despacho para notificação de defesa prévia pela sindicada.

**7.5.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em seus esclarecimentos, o membro in-formou que nos anos 2013 e 2014, segundo relatórios estatísticos das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público publicados, cujos dados seguem a baixo transcritos foram, respectivamente instaurados, em 2013 – dois Processos Administrativos Disciplinares e três sindicâncias; e, em 2014 – sete sindicâncias. Insta assinalar que no item 7.15, como registrado no relatório preli-minar às fls. 38, os mencionados dados se encontram naquele relatório apresen-tado à comissão. Os dados referentes ao ano de 2014 foram publicados na forma do anuário O Timbira, cujo exemplar foi remetido ao CNMP no mês posterior ao de sua publicação, janeiro de 2015.

SETORES	ATIVIDADES	2013
Corregedoria e Subcorregedoria	Correções e Visitas de Inspeção de 1ª instância	99
Assessoria	Notificações	5
Assessoria	Pareceres da Assessoria	715
Assessoria	Processos Administrativos Disciplinares	2
Assessoria	Sindicâncias	3
Assessoria	Vitalicamento	33
Assessoria	Estágio Probatório	3
Assessoria	Atos de Recomendações	6
Assessoria	Exercício no Magistério	15
Gabinete	Comunicação Interna	186
Gabinete	Ofícios Recebidos	2080
Gabinete	Ofícios Expedidos	967
Gabinete	Ofícios Circulares	38
Gabinete	Memorandos	368
Gabinete	Processos Administrativos Despachados	1215
Estatística	Mapas de Produtividade	2313
Estatística	Relatório de Promoção e Remoção	64

ATIVIDADES	2014
Correções (1ª Instância)	22
Inspeções (1ª Instancia)	74



Pareceres da Assessoria	1263
Processos Administrativos Disciplinares	0
Sindicâncias	7
Vitalicamento	3
Estágio Probatório	3
Recomendações	7
Atos Conjuntos	25
Exercício no Magistério	25
Ofícios Recebidos	932
Ofícios Expedidos	741
Ofícios Circulares	15
Memorandos	607
Processos Administrativos Despachados	2297
Relatório de Promoção e Remoção	117

Quanto aos procedimentos pendentes de análise pela Corregedoria-Geral, apresentou as seguintes informações atualizadas: **Sindicância – Portaria Reservada nº 05/2013 – CGMP** (alterada pela Portaria Reservada nº. 02/2015 – CGMP), referente ao Processo Administrativo nº. 5205AD/2013, que tem como sindicada a Promotora de Justiça Herlane Maria Fernandes de Carvalho, foi arquivada com aplicação da pena de “Advertência Verbal”, tendo a Sindicada recorrido da decisão, originando o Processo Administrativo nº. 4286AD/2015; **Sindicância – Portaria Reservada nº 02/2014 – CGMP** (alterada pela Portaria Reservada nº. 03/2014 – CGMP), referente ao Processo Administrativo nº. 1449AD/2014, cujo sindicado é o Promotor de Justiça Zanony Passos Silva Filho, foi arquivada sem aplicação de penalidade por falta de justa causa; **Sindicância – Portaria Reservada nº 06/2014 – CGMP**, referente ao Processo Administrativo nº. 5628AD/2014, que tem como sindicada a Promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia, encontra-se em fase de instrução; **Sindicância – Portaria Reservada nº 10/2014 – CGMP**, referente ao Processo Administrativo nº. 3996AD/2014, cuja sindicada é a Promotora de Justiça Maria Luciane Lisboa Belo, encontra-se em fase de instrução.

**7.6. Inspeções e Correções (regulamentação interna e periodicidade).** As inspeções e correções no âmbito do MP-MA são regulamentadas pela Lei Complementar Estadual n. 13/91 e pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral. A lei define o mínimo de Promotorias e de Procuradorias de Justiça a serem correicionadas anualmente. Quanto às inspeções, não existe periodicidade definida. Foi entregue à equipe de inspeção o cronograma das unidades correicionadas em 2014 e previstas para 2015, onde se pôde observar que, no mês de dezembro de 2014, está prevista a realização de inspeções em quatro Procuradorias de Justiça, sorteadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça. A última inspeção em Órgãos de segundo grau ocorreu em abril de 2012 e antes desta em janeiro de 2011.

**7.6.1. Controle de resultado relativamente a procedimentos disciplinares pela Corregedoria-Geral (informar o método empregado).** Não há controle de resultado dos procedimentos disciplinares. Segundo informações prestadas pelo Corregedor-Geral, é possível extrair a estatística de punições e arquivamentos a partir da planilha de controle dos feitos em Excel. O Corregedor-Geral tem atribuição para instaurar processo administrativo, instruir, nomear a comissão processante e julgar, nas hipóteses em que se apuram faltas disciplinares punidas em tese com advertência. Em relação às demais penalidades, o Corregedor instaura o procedimento preliminar, cabendo ao Conselho Superior deliberar a respeito da instauração do processo administrativo disciplinar. Nesses casos, a comissão é nomeada pelo Procurador-Geral e, após o PAD relatado, os autos retornam ao Conselho Superior para julgamento e aplicação de penalidade. Não é atribui-

ção regimental da Corregedoria secretariar as comissões processantes nomeadas pelo Procurador-Geral. A comissão processante nomeia um servidor de carreira, que pode ser integrante da Corregedoria-Geral, para secretariá-la. O Colégio de Procuradores tem atribuição para decidir os processos administrativos disciplinares em sede recursal. A autorização para propositura de ação civil pública de perda do cargo é objeto de deliberação pelo Colégio de Procuradores. Não existe rotina de controle, por parte da Corregedoria-Geral, do andamento dos procedimentos disciplinares pendentes de deliberação no Conselho Superior. Segundo o Corregedor-Geral, ele, enquanto membro nato do Colegiado, toma ciência do andamento dos PADs em instrução e dos pendentes de julgamento nas sessões ou por meio das atas. O controle da aplicação das punições é realizado tanto pelo Conselho Superior quanto pela Corregedoria-Geral, que faz a anotação da pena nos assentamentos funcionais do membro. Nas hipóteses em que o Conselho Nacional solicita informações quanto ao desfecho de procedimentos disciplinares pendentes de julgamento perante o Conselho Superior, a Corregedoria-Geral envia memorando à Secretaria do Colegiado, para obter, por escrito, dados relacionados ao andamento dos feitos, remetendo, na sequência, a informação ao CNMP. Em dois casos, a Corregedoria Nacional tem reiteradamente solicitado informações quanto ao desfecho de procedimentos que originaram Reclamação Disciplinar. Com relação à reclamação disciplinar n. 0958/2013-23, que deu origem ao PAD 5160AD/2013, o Corregedor-Geral informou que houve julgamento pelo Conselho Superior na sessão de 31/10/2014, decidindo-se pelo arquivamento (Ata de julgamento). No que tange, à reclamação disciplinar n. 0549/2013-27, que deu origem aos processos administrativos 8747AD/2011 e 4251AD/2011, o Corregedor-Geral, relator do procedimento no Conselho Superior, informou que aguardava o desfecho do inquérito civil instaurado pela Promotoria de Justiça (Especializada na Defesa da Probidade Administrativa e Patrimônio Público). Com o ajuizamento de ação de improbidade contra a Procuradora de Justiça investigada e outros, tornou-se possível o julgamento da questão disciplinar, de forma que o processo administrativo será incluído na pauta da própria sessão do Conselho Superior.

**7.6.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Consoante anotado pela comissão correccional nacional, o disciplinamento quanto às correções e sua periodicidade en-contra-se na LOEMPMA 013/91, e, embora haja constado na escala de Dezem-bro/2014 indicação para realização de inspeção em órgãos de execução de se-gundo grau, as mesmas não foram realizadas em virtude da intensa movimenta-ção na carreira, particularmente nas entrâncias final e intermediária, que exigiram a atenção concentrada da Corregedoria para as inspeções e elaboração dos res-pectivos relatórios – Movimentação esta que se desenvolveu nos anos 2013 e 2014, também, em virtude da criação de inúmeros cargos nas entrâncias final e intermediária. Referente às correções em órgãos de segunda instância, encon-tram-se previstas doze (12) a serem realizadas, sendo quatro em junho do corrente ano, e oito no próximo mês de setembro. Foi apresentada planilha contendo a programação das correções/inspeções realizadas de janeiro a junho de 2015 (fls. 152/155, Anexo II, Volume I).

**7.6.1.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Quanto ao Controle de Resultados relati-vos a proce-dimentos disciplinares pela Corregedoria-Geral foi informado que os procedimentos administrativos, cuja competência inicial é do órgão correccional lo-cal, como registrado pela comissão às fls. 35, relativos àquela cuja penalidade a ser aplicada é a advertência, são registrados e controlados por aplicação de tabela Excel. – Neste aspecto, cabe informar que a Corregedoria-Geral do Ministério Pú-blico do Estado do Maranhão já requereu nos autos do Proc. Ad. 5274AD/2015, seja desenvolvido sistema próprio e ou ferramentas no ambiente DIGIDOC em fase de certificação, contemplando o cadastramento, movimentação e controle de fluxo de informações quanto aos Processos Disciplinares iniciados por todos os órgãos da administração su-perior, os de pedido de Residência Fora da Comarca e os rela-tórios de Atividades de Magistério. – No pre-sente momento aguarda-se cumprimen-to do cronograma de execução de projetos sob encargo do CMTI para a conver-gência dessas funcionalidades no GESP (Sistema de Gestão Pública e ou DIGI-DOC). Tocante à reclamação disciplinar 0549/2013-27 mencionado às fls. 35, con-soante informado a esse e. Conselho Nacional o mesmo encontra-se em pauta para julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

**7.7. Acompanhamento de estagiários.** O acompanhamento de estagiários é atri-buição da Secretaria de Assuntos Institucionais.

**7.8. Controle dos relatórios de atividades.** Com a instalação do SIMP (Sistema Integrado de Informação do Ministério Público), toda a atividade fim está sendo objeto de registro no novo sistema, ainda não instalado em todo o Estado, mas somente na Capital (100% das unidades) e em grande parte da entrância intermediária. A Corregedoria-Geral se faz presente na comissão gestora do SIMP. Após a implantação do sistema, os relatórios de atividades estão sendo extraídos diretamente pela Corregedoria-Geral. Os relatórios de movimentação processual e de produtividade podem ser emitidos em sua forma analítica ou sintética, o que permite à Corregedoria-Geral o pleno e imediato conhecimento de toda a movimentação das Promotorias de Justiça onde o sistema foi instalado. As Promotorias de Justiça que ainda não possuem instalado o novo sistema ainda devem remeter mensalmente à Corregedoria-Geral os mapas estatísticos, por mensagem eletrônica.

**7.9. Manifestações em procedimentos de autorização de residência fora da comarca.** O membro requer a autorização de residência fora da Comarca ao Procurador-Geral de Justiça, abrindo-se vista para manifestação da Corregedoria-Geral, que analisa se o pedido se adequa aos termos do ato regulamentar. As autorizações deferidas pela Procuradoria-Geral são registradas e acompanhadas pela Corregedoria, inclusive por ocasião das correições e inspeções. Foi apresentada lista contendo a relação dos membros autorizados a residir fora da comarca de lotação.

**7.10. Controle do exercício do magistério Res. nº 73/CNMP.** A Corregedoria-Geral expede, anualmente, ofício circular para que os membros informem o exercício do magistério. Foi apresentada relação dos membros que exercem o magistério.

**7.11 Assentos funcionais.** As informações referentes aos assentos funcionais dos membros são extraídas pela Corregedoria em consulta ao sistema do RH. Não existem pastas funcionais físicas organizadas pela Corregedoria-Geral. Quanto aos certificados de cursos, tais documentos são escaneados e organizados pela Corregedoria em pasta eletrônica nominal para cada membro.

**7.12. Acompanhamento do estágio probatório.** Atualmente existem 4 membros em estágio probatório no âmbito do MP-MA. Não há procedimento de acompanhamento do estágio, para juntada de todas as manifestações produzidas pelos membros não vitaliciados, nem de relatórios parciais de avaliação. Há o encaminhamento mensal de cópias de peças processuais produzidas pelo Promotor de Justiça não vitaliciado. A remessa das manifestações é feita por meio físico, desse modo, nenhuma avaliação é realizada após a cada recebimento das referidas cópias. Não há conceitos parciais atribuídos no decorrer do estágio probatório. Segundo informações prestadas pela Chefe de Gabinete, quando se observa alguma irregularidade nas peças processuais, é expedida recomendação de orientação aos membros, recomendação esta que fará parte do procedimento com o relatório final de vitaliciamento. Entretanto, solicitado pela equipe de inspeção um procedimento de vitaliciamento, nada nesse sentido foi constatado. Os membros em estágio probatório também se submetem a um Curso de Ingresso e Vitaliciamento, de responsabilidade da Escola Superior do Ministério Público, que encaminha à Corregedoria-Geral um relatório com a assiduidade e as notas dos alunos. Um Promotor-Corregedor integra o Conselho da Escola Superior do Ministério Público e se manifesta quanto ao conteúdo programático do curso a ser ministrado aos Promotores de Justiça Substitutos. Na definição do calendário de inspeções/correições, a Corregedoria-Geral tenta priorizar os cargos ocupados pelos membros não vitaliciados, porém não existe obrigatoriedade de todos os membros em estágio probatório serem cor-reicionados. Em verdade, os promotores não vitaliciados só são cor-reicionados se porventura se encontrarem

nos cargos previamente designados no cronograma de correição. Passados os dois anos do estágio probatório, a Corregedoria-Geral elabora um relatório final de confirmação ou não no cargo, encaminhando-o ao Conselho Superior, desacompanhado dos documentos recebidos pela Corregedoria no curso daquele período de avaliação, conforme constatado pela equipe de inspeção ao analisar os procedimentos a seguir detalhados. 2515CS/2014 – membro: Paloma Ribeiro Gonçalves Pinho Reis – concluiu o prazo para vitaliciamento em 12/08/2014. Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral em 20/11/2014, remetido ao Conselho Superior em 21/11/2014. Ainda não foi distribuído no Colegiado; 2080CS/2014 – membro: Laura Amélia Barros – concluiu o prazo para vitaliciamento em 12/08/2014. Relatório elaborado pela Corregedoria-Geral em 03/09/2014, e remetido na mesma data ao Conselho Superior. Deliberação quanto à permanência no cargo em 17/10/2014. Nos dois procedimentos, constata-se o descumprimento do prazo legal para conclusão do relatório de vitaliciamento pela Corregedoria-Geral, tendo em vista que o artigo 71, caput, da Lei Complementar 13/91, determina que, 90 dias antes do término do estágio probatório, deverá o Órgão Disciplinar remeter relatório final ao Conselho Superior. Não foi constatado caso em que membro do MP/MA não tenha sido vitaliciado.

**7.12.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que a legislação interna, como apontado no item pela comissão nacional, em que pese dispor sobre o estágio e fases de sua avaliação, merece reformulação e adequação por critérios e procedimentos mais detalhados, razão pela qual se determinou a instalação de comissão de estudos formada por Promotores de Justiça Corregedores, mediante Ordem de Serviço 02/2015 GCGMPMA, para análise e proposição de normativa a atender a previsão de avaliações parciais, sequenciadas e conceituais, com critérios objetivos de aferição de eficiência e eficácia sócio institucionais das ações pugnadas e realizadas pelo órgão de execução em estágio probatório, atendendo o respeito ao processo de capacitação continuado na dicção da EC45/04. Informou que o curso de capacitação e vitaliciamento a ser ministrado para os recém aprovados no último concurso público de provas e de títulos teve ampla participação da Corregedoria-Geral do Ministério Público, tanto na estruturação do programa e do conteúdo programáticos quanto na indicação de facilitadores e seleção de material de apoio. O recém-publicado Manual de Atuação Funcional, já distribuído a todos os membros em versão impressa, e disponibilizado na internet na versão e.book, figura como referência prática e instrumental a emprestar maior uniformidade e identidade de ação da Instituição ministerial.

**7.13. Expedição de atos, portarias e recomendações.** Todos os atos de caráter genérico estão publicados na página da Corregedoria na internet (por meio da biblioteca) e intranet. As recomendações individuais normalmente se originam das correições/inspeções e não são publicadas, porém se sujeitam ao controle de cumprimento pelo Órgão disciplinar, por meio do acompanhamento do procedimento de inspeção.

#### **7.14. Cumprimento de Resoluções do CNMP.**

**7.14.1. Controle das Intercepções Telefônicas (Res. nº 36/CNMP).** O membro responsável por procedimento de intercepção telefônica deve remeter até o dia 5 do mês seguinte à manifestação, um ofício sigiloso à Corregedoria-Geral, contendo os dados requeridos pelo CNMP. Um servidor da Corregedoria condensa essas informações e preenche o formulário eletrônico da Corregedoria Nacional.

**7.14.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou a Procuradora-Geral de Justiça que, no dia 04 de maio de 2015, foi instaurado o PA 4438AD/2015 por provocação da Secretaria de Assuntos Institucionais para elaboração de Ato Regulamentar Conjunto disciplinando as Intercepções telefônicas e telemáticas, havendo sido apresentado minuta pelo GECOC e termo de vistas à Corregedoria no dia 10 de junho de 2015. Cabe registrar que o próprio GECOC fora submetido à correição cujo relatório encontra-se em elaboração.

**7.14.2. Cronograma de inspeções e correições (Res. nº 43/CNMP).** O cronograma de inspeções e correições das Promotorias de Justiça é publicado no Diário Oficial e na internet. Com relação às Procuradorias de Justiça, não há publicação de edital de correição, mas apenas a expedição de ato, com a comunicação ao Órgão inspecionado. De acordo com informações prestadas pelo Corregedor-Geral, a partir de 2015, essa rotina será alterada, com a publicação de todos editais de correição, inclusive nas Procuradorias de Justiça.

**7.14.3. Informações Conselho Nacional do Ministério Público.** Os relatórios de inspeção dos estabelecimentos prisionais, unidades de internação de adolescentes e entidades de abrigamento são validados pela Corregedoria-Geral, que realiza análise formal do conteúdo, verificando se o membro que o preencheu possui atribuições e, em caso de atraso, cobra do responsável.

**7.15. Relatório anual da Corregedoria.** Foi apresentado o relatório Anual de 2013.

**7.16. Sugestões dos membros da Corregedoria-Geral.** Não foram apresentadas sugestões pelos membros.

**7.17. Experiências inovadoras.** **a)** O Corregedor-Geral destacou a criação do projeto “O MP na via de segurança” que tem por objetivo motivar os membros do MP-MA a se engajarem em atuação extrajudicial para proporcionar maior segurança no trânsito, principalmente no que concerne ao tráfego de motocicletas. **b)** Mencionou também a criação do GPI – Grupo de Promotores Itinerantes. Integrado por membros voluntários que se dispõem a auxiliar as promotorias de justiça em que, nas inspeções/correições, constatou-se acúmulo de processos. O promotor de justiça solicitante se compromete a participar de oficina de capacitação. **c)** Destacou, ainda, a criação do Grupo do Júri para auxiliar os membros com dificuldade para participação em plenários do Tribunal do Júri. **d)** Por fim, registrou a criação do Programa pela valorização do atendimento ao público – o membro do MP como agente de transformação social. Foi expedida recomendação pela Corregedoria-Geral, que também realizará encontros regionais com os membros.

**7.18. Observações da Equipe de Inspeção.** **a)** A equipe de inspeção constatou positivamente a implantação do SIMP, que permite a emissão de relatórios de atividades, extraídos diretamente pela Corregedoria-Geral. Os relatórios de movimentação processual e de produtividade podem ser emitidos em sua forma analítica ou sintética, o que permite à Corregedoria-Geral o pleno e imediato conhecimento de toda a movimentação das Promotorias de Justiça onde o sistema foi instalado. **b)** Estrutura física: acessibilidade. O gabinete do Corregedor-Geral e Assessoria não são acessíveis. O atendimento é realizado no térreo. O problema será solucionado, segundo afirmado, com a mudança para a nova sede. **c)** A última inspeção em Órgãos de segundo grau ocorreu em abril de 2012 e a penúltima em janeiro de 2011. Na atual gestão, iniciada em abril de 2013, a Corregedoria-Geral ainda não realizou inspeção em Procuradorias de Justiça. O cronograma apresentado à equipe de inspeção indica que, no mês de dezembro de 2014 estão previstas inspeções em Procuradorias de Justiça, segundo sorteio realizado pelo Colégio de Procuradores de Justiça. **d)** Os procedimentos disciplinares não são registrados em sistema próprio. O controle se dá por meio do número do protocolo geral e alimentação de planilhas em Excel, o que inviabiliza a extração automática de relatórios de feitos em andamento. **e)** Não existe rotina de controle, por parte da Corregedoria-Geral, do andamento dos procedimentos disciplinares pendentes de deliberação no Conselho Superior. Consequentemente, não há cobrança nem acompanhamento de prazos prescricionais. **f)** Não há conceitos parciais atribuídos no decorrer do estágio probatório. **g)** Não são realizadas inspeções ou correições voltadas para os Promotores de Justiça em estágio probatório. Estes somente são correicionados se porventura se encontrarem nos cargos previamente designados no cronograma de correição. **h)** Constatou-se o descumprimento do prazo legal para conclusão do relatório de vitaliciamento pela Corregedoria-Geral, tendo em vista que o artigo 71, ca-



put, da Lei Complementar 13/91, determina que, 90 dias antes do término do estágio probatório, deverá o Órgão Disciplinar remeter relatório final ao Conselho Superior. **i)** Não existe procedimento administrativo próprio contendo a ficha funcional dos membros do Ministério Público. As consultas são feitas junto ao Setor de Recursos Humanos.

**7.18.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu quanto aos itens: **b**, que a nova sede tem projeto arquitetônico respeitando acessibilidade e funcionalidades inclusivas e adaptadas aos usuários e ao público com restrições motoras; **c**, que foram designadas doze Procuradorias a serem inspecionadas. Quatro no presente mês de Junho e oito no próximo mês de setembro; **d** e **e**, que foi iniciado o processo de desenvolvimento e a ambientação digital de ferramentas para permitirem registro e controle de todos os processos administrativos disciplinares, convergindo os fluxos de informação e permitindo a emissão atual de relatórios, objetivando elidir prescrição e dar celeridade e transparência; **f** e **g**, que foi instituída comissão de estudos para atualização e melhoramento da regulamentação do estágio probatório; **h**, que o descumprimento do prazo na publicação dos relatórios de vitaliciamento se deu em virtude do ingresso de concursados do último certame por decisão judicial que tornou impraticável a observância ao prazo assinalado em lei, exigindo adaptação ao processo de capacitação inicial e diferenciado acompanhamento, aliado ao período de intensa movimentação na carreira e a reduzida equipe de promotores de justiça corregedores e **i**, que a manutenção da ficha funcional dos membros, junto ao setor de recursos humanos visa a facilitar a atualização das anotações de todos os aspectos da vida funcional, bem como agilizar a adoção de medidas de impacto financeiro e orçamentário da própria instituição. Não há qualquer prejuízo, pois há fácil comunicação entre os setores, e a Corregedoria-Geral matem como informado à comissão arquivos digitais nominais por membro em terminal informatizado próprio.

## 7.19. SUBCORREGEDOR-GERAL DO MP/MA

O Subcorregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, à época da inspeção, era a Procuradora de Justiça Rita de Cássia Maia Baptista Moreira, que assumiu o cargo em 10 de outubro de 2013. Na ocasião, a Subcorregedora afirmou residir na localidade de lotação, não exercer o magistério nem a advocacia e não ter respondido ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar. Ressaltou também que na condição de substituto legal atua nos afastamentos e impedimentos do Corregedor-Geral, portanto, não se afasta do Órgão de Execução do qual é titular. Além disso, exerce suas atribuições em hipóteses específicas de delegação, como nos casos em que preside procedimentos disciplinares. Por fim, destacou que o Subcorregedor-Geral é indicado pelo Corregedor-Geral eleito.

## 8. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão é um órgão auxiliar destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fórum de estudo, conferência, palestra, dentro outras atividades, visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição bem como, a preparação de candidatos ao concurso público para ingresso na carreira. Atualmente, a ESMP/MA é dirigida pela Promotora de Justiça Ana Teresa Silva de Freitas, que assumiu o órgão em 25 de fevereiro de 2014 (Ato nº 428/2014 – GPGJ), reside na comarca de lotação, exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão, no cargo de professora adjunta III, tendo ingressado por meio de concurso público, com carga 20 horas, ministrando Direito Civil I e Teoria Geral do Processo, na graduação do curso de Direito, noturno, das 18:30 às 22:00; não exerce a advocacia; não respondeu e nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumpre expediente das 08:00 às 15:00.



**8.1. Controle de atividades.** É feito por arquivos documentais e digitais utilizando-se dos computadores disponíveis.

**8.2. Estrutura de pessoal.** É composta por 03 membros (a Diretora e mais 02 Promotoras de Justiça Auxiliares, a Dra. Eliane Costa Ribeiro Azor e a Dra. Maria de Fátima de Santana Borges), 03 servidores efetivos (01 analista e 02 auxiliares), 01 Assessor Técnico comissionado, 01 estagiária, 02 servidores cedidos (01 segurança e 01 de serviços gerais) e 03 terceirizados (telefonista, serviços gerais e motorista).

**8.3. Condições das instalações físicas.** Prédio alugado e em boas condições.

**8.4. Relacionar os cursos oferecidos nos últimos 12 meses:**

CURSOS/ CARGA HORÁRIA	CAPACITADOS
1 - Curso de Preparação e Aperfeiçoamento Destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira. Carga horária: 117h ****	04 Promotores de Justiça
2 - Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, com Defesa de Monografia e recebimento de certificado.	05 Promotores de Justiça 15 servidores
3 - Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, sem Defesa de Monografia, com declaração das disciplinas cursadas.	02 Promotores de Justiça 03 servidores
4 - Curso de Gerenciamento de Crises Carga horária: 15h	34 Promotores de Justiça 12 convidados
5 - Curso de Atualização em Direito Eleitoral (em parceria com a AMPPEM) Carga horária: 08h	59 Promotores de Justiça
6 - Curso de Recepção a Estagiários Carga horária: 12h	65 Estagiários
7 - Curso de Libras Carga horária: 40h	29 Servidores
08 - Curso de Licitação e Contratos Administrativos Carga horária: 45h	03 Promotores de Justiça 25 Servidores
09 - Seminário "O MP no combate a crimes financeiros" (em parceria com o GAECO e o BB) Carga horária: 07h	32 Promotores de Justiça 42 Servidores 04 Convidados
10 - Curso de Gerenciamento de Crises – realizado em Imperatriz-MA Carga horária: 15h	12 Promotores de Justiça 13 Convidados
11 - Curso Gestão da Qualidade (em Convênio com a ESMP/SP) - EAD Carga horária: 40h	73 Servidores inscritos e cursando Curso encerra no mês de dezembro
12 - III Jornada Jurídica da Universidade Estadual do Maranhão (Evento em parceria com a UEMA) Carga Horária: 15h	23 Servidores
13 - 2º Encontro Operacional Criminal: mecanismos atuais de combate ao crime organizado no sistema prisional (em parceria com o GAECO) Carga Horária: 07h	23 Promotores de Justiça 27 Convidados
14 - Oficina "PROVITA E O MP/MA": História, Compreensão e Operacionalização da Política de Proteção a Vítimas e Testemunhas no Estado" (Em parceria com o CAOPP/DH) Carga horária: 08h	24 Promotores de Justiça

**8.5. Sistema de arquivo.** A ESMP/MA organiza seus arquivos por meio físico e digital.

**8.6. Relatório anual.** Há um institucional com os demais órgãos e um destacado, mais detalhado e direcionado à administração e ao CSMP/MA que, segundo a Diretora da ESMP, será elaborado pela primeira vez.

**8.7. Sugestões do titular do órgão.** **a)** Melhorar o quadro de servidores, com servidores mais capacitados, inclusive com pedagogo e servidor com qualificação na área técnico-administrativa. **b)** Mudança de instalações físicas, com local mais apropriado, com segurança e estacionamento. **c)** Melhor adequação de horários para a realização de cursos em dias e horários além do expediente, com a compensação de horas ou folgas, para os servidores. **d)** Maior concentração das atividades de capacitação na Escola, seja por iniciativa ou por parcerias, ou mediante manifestação ou ciência, em caso de eventos externos ou nos não realizados pela Escola, tudo para evitar repetições e coincidências. **e)** Aquisição de equipamento para transmissão à distância dos eventos de capacitação da Escola a outras unidades do Estado. **f)** Aquisição de um sistema de impressão de certificados a ser realizado pela Escola, atualmente concentrado na Procuradoria Geral de Justiça, o que dificulta a certificação. **g)** Instalação efetiva dos núcleos regionais da Escola, para facilitar o acesso aos cursos. **h)** Implementação na internet de página autônoma e com melhor visualização das atividades realizadas e a realizar, contendo todas as informações da Escola e cursos gravados, para disponibilizar a um maior número de pessoas.

**8.8. Experiências inovadoras.** “Projeto Pensar” e “Sensibilizando à promoção da justiça” (ambos com previsão para 2015).

**8.9. Observações da equipe de inspeção.** Outras atividades de atuação foram informadas, cujos documentos foram juntados aos autos do procedimento de inspeção.

## 9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Conforme disposto nos art. 36, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 13/91 (com redação dada pela LC Estadual 101/2006), os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão, sendo suas atribuições dispostas no art. 38 do mesmo Diploma Legal.

### 9.1. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL

**9.1.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional Criminal foi criado e regulamentado pela Resolução 02/97.

**9.1.2. Coordenação.** Quando da realização da inspeção, não havia ninguém nomeado para a coordenação. O Promotor de Justiça José Cláudio Almada Lima Cabral Marques, exerceu a função de 20/07/2012 a 06/05/2013 (Portaria 4011/2012 e 2449/2013 – GPGJ). Por este motivo, o termo não foi preenchido.

### 9.2. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**9.2.1. Atribuições do órgão.** O Centro de Apoio Operacional da Defesa do Consumidor foi criado e regulamentado pela Resolução 02/97.

**9.2.2. Coordenação.** O CAOP de Defesa do Consumidor é coordenado pela Promotora de Justiça Lítia Teresa Costa Cavalcanti (que ocupa cumulativamente o cargo do 2º Promotor do Consumidor, sem receber qualquer gratificação), que assumiu o órgão em 19 de julho de 2012 (Portaria 3981/2012 – GPGJ). Reside

na localidade da lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; já respondeu a procedimento administrativo disciplinar (sindicância), por críticas a atuação da Procuradora-Geral de Justiça anterior (procedimento arquivado, sem sanção); cumpre expediente das 08:30 às 12:30 e das 14:30 às 18:00.

**9.2.3. Controle de representações ou peças informativas.** O CAOP do Consumidor não recebe qualquer representação ou peças de informação.

**9.2.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Prejudicado.

**9.2.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** Não há informações técnico-jurídicas, porque o CAOP só existe pró-forma, sendo formado apenas pela inspecionada, que ocupa a função de coordenação.

**9.2.6. Estrutura de pessoal.** O CAOP conta apenas com a Coordenadora.

**9.2.7. Condições das instalações físicas.** Não informado.

**9.2.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Não há.

**9.2.9. Sistema de arquivo.** Utiliza sistema físico.

**9.2.10. Relatório anual.** Foi apresentado o relatório anual de 2013.

**9.2.11. Observações.** O CAOP foi criado em 2012, a pedido da inspecionada, que já ocupava o cargo de 2º Promotor de Justiça do Consumidor da Capital. Segundo seu relato, todas as promotorias de justiça, inclusive a do consumidor, estavam instaladas em um galpão com teto de zinco, sem ar condicionado, até 2012. A partir de então a Procuradoria-Geral locou o prédio (Rua Montanha Russa, nº 53) onde se encontra atualmente instalado o CAOP do Consumidor e a 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor. No atual edifício (casa antiga assobradada restaurada) também está instalado, no pavimento térreo, o Memorial do Ministério Público, espaço destinado ao registro de fatos históricos relacionados ao Ministério Público do Estado do Maranhão. As instalações físicas da Promotoria do Consumidor e do CAOP do Consumidor são excelentes, sendo bastante diferentes das encontradas nos CAOPs localizados no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. O material de apoio elaborado pelo CAOP, que é encontrado no site da Instituição na internet, provém exclusivamente das peças produzidas pela coordenadora enquanto promotora de justiça do consumidor.

**9.2.12. Sugestões do titular do órgão.** a) Sugere a lotação de servidores no CAOP, a fim de viabilizar o funcionamento do Órgão Auxiliar. O quadro poderia ser formado por um assessor jurídico (nível superior de escolaridade) e um estagiário. Já requereu tal providência da Procuradora-Geral de Justiça. b) Propõe a instalação de detectores de metal nas promotorias de justiça, a fim de garantir a segurança dos membros e servidores do Ministério Público.

**9.2.13. Experiências inovadoras.** Prejudicado, pois o CAOP não funciona efetivamente.

**9.2.14. Observação da equipe de inspeção.** O material de apoio encontrado no site da Instituição no CAOP do Consumidor se resume a peças elaboradas pela inspecionada.

### 9.3. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – CAODHC

**9.3.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional de Proteção aos Direitos Humanos e Cidadania – CAOP/DHC, foi criado e regulamentado pela Resolução 03/2006 – CPMP/MA).

**9.3.2. Coordenação.** O CAOP é coordenado pela Procuradora de Justiça Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, que acumula o cargo de Secretária do conselho Superior e atua na 2ª Procuradoria de Justiça Cível da Capital. Assumiu o órgão em 17 de setembro 2013 (Portaria 5336/2013–GPGJ); reside na localidade da lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; e cumpre expediente das 08:00 às 14:00.

**9.3.3. Controle de representações ou peças informativas.** O controle é feito com o registro no sistema informatizado e distribuídos aos Promotores da área de atuação.

**9.3.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Não foram encontradas pendências.

**9.3.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** Ocorre por meio do envio de e-mails e no site do MP/AM, ([www.mpma.mp.br](http://www.mpma.mp.br)), onde constam peças, endereços, contatos, e demais informações para o público e membros do MP.

**9.3.6. Estrutura de pessoal.** O CAOP conta com 01 (um) técnico administrativa, 01 (uma) técnica ministerial e 01 (uma) estagiária cedida pelo Instituto Superior de Educação Continuada – ISEC, além de 01 (um) estagiário cedido pela Fundação Sousândrade.

**9.3.7. Condições das instalações físicas.** O espaço físico do Centro de Apoio é bem reduzido e fica no porão do prédio, numa sala de aproximadamente 20 m<sup>2</sup>, sem ventilação e iluminação natural adequadas

**9.3.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Encaminhamento imediato mediante ofício.

**9.3.9. Sistema de arquivo.** O CAOP dispõe de arquivo físico e digital.

**9.3.10. Relatório anual.** As informações constam do Relatório Geral da Instituição.

**9.3.11. Sugestões do titular do órgão.** Alteração da Resolução que fixa as atribuições do CAOP de Direito Humanos, nos termos da minuta já elaborada que será levada à apreciação do Colégio de Procuradores, pois a vigente não contempla mais a gama de atribuições hoje necessárias à atuação eficiente do Ministério Público.

**9.3.12. Experiências inovadoras.** **a)** Reestruturação do CAOP por núcleos de atuação (Mulher, Igualdade Étnico-racial, Diversidade sexual, Combate ao Trabalho Escravo, Proteção à população em situação de rua, Conflitos agrários, Prevenção da tortura e Proteção às vítimas e testemunhas). **b)** Cartilha de orientação do PROVITA (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão). **c)** Incentivo à implantação da Comissão Municipal de Apoio à causa LGBT, sendo inclusive agraciado o CAOP/DHC com o 4º Prêmio Gaivota de Direitos Humanos. **d)** Criação de Prêmio de Direitos Humanos

do CAOP/DHC para os membros por trabalhos na área. **e)** Participação nas seguintes comissões: Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Comissão Temporária de Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social do Programa Brasil – Quilombola Maranhão, Programa de Proteção a Vítima e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão, Comitê Estadual de enfrentamento à Homofobia-Lesbo-Transfobia no Maranhão e Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. **f)** Participação em Oficinas, Reuniões e Audiências Públicas. **g)** Participação do CAOP no Projeto Conhecer para Enfrentar, focado no combate ao racismo.

**9.3.13. Observações da equipe de inspeção.** **a)** Verificou-se que o CAOP, embora sem muita estrutura de pessoal e física, tem uma atividade intensa e produz muito material de interesse da comunidade, sendo bem articulado com as entidades da sociedade civil, participando de diversos fóruns de discussão sobre as questões multidisciplinares relativas à sua atuação, como diversidade sexual, combate à violência, etc. **b)** A Procuradora de Justiça que coordena as atividades não tem dedicação exclusiva para o CAOP, não recebe remuneração para o exercício da função, mas mesmo assim desenvolve com muito empenho e dedicação as tarefas, sendo criativa e inovadora nas ações do Centro de Apoio, promovendo e incentivando o interesse dos membros e da sociedade sobre esta atuação, de forma proativa. **c)** O espaço físico do Centro de Apoio é bem reduzido e fica no porão do prédio, numa sala de aproximadamente 20 m<sup>2</sup>, sem ventilação e iluminação natural adequadas.

## 9.4. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO

**9.4.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação foi criado e regulamentado pela Resolução nº 12/2013-CPMP/MA.

**9.4.2. Coordenação.** O CAOP de Defesa da Educação é coordenado pela Promotora de Justiça Érica Ellen Beckman da Silva, que cumula o cargo de Promotora de Justiça de Morros, comarca situada a 97 Km de São Luís/MA. Assumiu o órgão de 31 de outubro de 2014 a 09 de dezembro de 2014 (Portaria nº 4688/2014); reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de atualização; não exerce o magistério ou a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumpre expediente na sede do CAOP apenas às segundas e sextas-feiras, já que exerce a coordenação do órgão sem prejuízo de suas funções normais de Promotora de Justiça dos Morros. A coordenadora é auxiliada por outros 03 (três) membros, as Promotoras de Justiça Elizabeth Albuquerque de Sousa Mendonça e Carla Mendes Pereira Alencar, e o Promotor de Justiça Eduardo Borges Oliveira, conforme Portarias nº 4993/2013-GPGJ e nº 4687/2014-GPGJ (doc. IV e V). Os integrantes do CAOP se reúnem, presencialmente, sempre que possível, conforme as possibilidades de cada um em virtude das funções exercidas nos respectivos órgãos de execução. A comunicação entre todos ocorre, via de regra, através de email ou de grupo no whatsapp).

**9.4.3. Controle de representações ou peças informativas.** O controle é feito através de registro no Sistema Informatizado de Processos – SIMP.

**9.4.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Foi encontrada pendência no Processo Administrativo nº 12038AD/2014, recebido em 14 de novembro de 2014 e autuado em 17 de novembro de 2014.

**9.4.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** O controle é feito mediante pastas físicas e pelo sistema Informatizado de Processos – SIMP.

**9.4.6. Estrutura de pessoal.** A estrutura de pessoal é formada pelo coordenador, por 02 (dois) servidores (um está em gozo de licença maternidade) e 01 (uma) estagiária.

**9.4.7. Condições das instalações físicas.** O CAOP ocupa uma única sala, com área de cerca de 20m<sup>2</sup>, equipada com 04 (quatro) estações de trabalho e três armários, situada no subsolo da Procuradoria-Geral de Justiça, sem iluminação e ventilação natural.

**9.4.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Encaminhamento imediato mediante ofício. O CAOP também adota a prática de consignar, no ofício de envio, que se coloca à disposição do órgão de execução para prestar qualquer auxílio de ordem técnica, inclusive para a realização de reuniões que possam atender a demanda de vários colegas.

**9.4.9. Sistema de arquivo.** Há arquivos físicos e digitais.

**9.4.10. Relatório anual.** Foi apresentado o relatório de 2014.

**9.4.11. Sugestões do titular do órgão.** **a)** Sugere que o coordenador seja afastado de suas funções normais para se dedicar exclusivamente ao CAOP, já que há muito a ser feito no Estado do Maranhão no âmbito das atribuições do órgão de execução. **b)** Criação de promotorias regionais especializadas nos grandes centros tais como São Luís, Imperatriz, Timon, Caxias, Santa Inês, Bacabal e Pedreiras. **c)** Inclusão, em concurso público, de cargo de especialistas em educação para aprimoramento das funções do CAOP enquanto órgão auxiliar da execução. **d)** Criação do Observatório da Educação no Estado do Maranhão, para acompanhamento dos índices de educação, com o objetivo de balizar a atuação do Ministério Público em determinadas matérias.

**9.4.12. Experiências inovadoras.** **a)** A coordenação do CAOP solicitou à CGU a realização de auditoria especial com a finalidade de verificar a regularidade das empresas contratadas para prestar serviço de transporte escolar. Essa demanda ocorreu após um acidente que vitimou vários estudantes em razão da precariedade do meio de transporte (apresentou os CDs contendo os relatórios de fiscalização do transporte escolar, assim como material impresso). Em virtude do que restou constatado, o CAOP elaborou minuta de termo de ajustamento de conduta tendo por objeto a adequação do transporte escolar, disponibilizando-o aos promotores de justiça. **b)** O CAOP tem promovido a capacitação de Conselheiros do FUNDEB e de Alimentação Escolar, em parceria com a CGU.

**9.4.13. Observações da equipe de inspeção.** **a)** O coordenador não se afasta de suas funções normais para desempenhar as atividades do CAOP, o que se mostra prejudicial ao exercício das atribuições inerentes ao órgão auxiliar. **b)** O CAOP foi instalado no mês de agosto de 2013, após ter sido desmembrado do CAOP da Infância. **c)** O CAOP não exerce a função de distribuidor de feitos, nem pratica qualquer ato típico de execução. **d)** A equipe constatou a precariedade da estrutura física e humana do CAOP. Evidentemente a inadequada estrutura física e humana do CAOP impede o pleno atendimento da demanda dos órgãos de execução. **e)** a equipe de inspeção identificou atuação profícua do Centro de Apoio de Defesa do Direito à Educação, inclusive diferenciada em relação ao que foi constatado em relação aos demais CAOPs, não obstante a precariedade da estrutura humana e física de que dispõe o órgão.

## 9.5. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

**9.5.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude foi criado e regulamentado pela Resolução CPMP/MA nº 02/97.



**9.5.2. Coordenação.** O CAOP de Infância e Juventude é coordenado pelo Promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques, que acumula o cargo de Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital, sem gratificação. Assumiu o órgão em 20 de junho de 2012 (Portaria nº 3305/2012); reside na comarca de lotação; não participa atualmente de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar. Como exerce função em órgão de execução situado em outro prédio, atua como Coordenador do CAOP/IJ de forma virtual, mas comparece semanalmente na sede do órgão.

**9.5.3. Controle de representações ou peças informativas.** As representações ou peças informativas são recebidas e registradas no protocolo geral e no Sistema Integrado de Protocolo – SIMP.

**9.5.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Não foram constatadas representações ou peças informativas pendentes de manifestação.

**9.5.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** É feito através de meio físico e no site oficial ou intranet, no último caso, em relação aos dados sujeitos a segredo de justiça.

**9.5.6. Estrutura de pessoal.** O quadro de pessoal, além do coordenador, é composto por 01 (um) técnico ministerial (efetivo) e 02 (dois) assessores (comissionados). O coordenador é auxiliado pelos Promotores de Justiça Eduardo Borges de Oliveira, Gleudson Malheiros Guimarães, Marco Antônio Santos Amorim, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, designados pelo PGJ (Ofício nº 134/2014 CAOP/IJ), para a elaboração de projetos.

**9.5.7. Condições das instalações físicas.** O CAOP ocupa uma única sala, com área de cerca de 20m<sup>2</sup>, equipada com 04 (quatro) estações de trabalho, situada no subsolo da Procuradoria-Geral de Justiça, com iluminação e ventilação natural precárias.

**9.5.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** É feita a distribuição imediata ao órgão de execução com atribuição para a espécie.

**9.5.9. Sistema de arquivo.** Há arquivo físico e digital.

**9.5.10. Relatório anual.** Foram disponibilizados os relatórios anuais de 2013 e 2014 (parcial).

**9.5.11. Sugestões do titular do órgão.** a) Sugere que o CNMP incentive o diálogo frequente entre os Centros de Apoio que atuam na área da infância e juventude. b) Destaca que embora o CAOP/IJ não exerça função típica de órgão de execução, existe na Lei Orgânica do Ministério Público do Maranhão regra que possibilita essa atuação (artigo 38, inciso VI, in fine). O inspecionado entende que o CNMP deveria recomendar à Procuradoria-Geral de Justiça que adotasse providências para revogar o citado dispositivo legal, de forma a adequar a Lei Orgânica do Ministério do Maranhão à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

**9.5.12. Experiências inovadoras.** O CAOP exerce papel de articulação permanente entre as promotorias de justiça especializadas, incentivando-as no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

**9.5.13. Observações da equipe de inspeção.** Não foi identificada qualquer atividade como órgão de execução.

## 9.6. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO

**9.6.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo foi criado e regulamentado pela Resolução 02/97.

**9.6.2. Coordenação.** O órgão é coordenado pelo Promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, que assumiu o órgão em 25 de novembro de 2004 (Portaria nº 2.682 de 25/11/2004) e exerce a coordenação do órgão sem prejuízo do exercício de suas funções como titular da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Capital (atualmente acumula, inclusive, as funções de outro promotor de justiça), e sem qualquer gratificação pelo desempenho cumulativo do cargo e das funções no CAOP. Reside na comarca de lotação; não participa atualmente de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; permanece praticamente todo o tempo de expediente no órgão de execução, dirigindo-se ao CAOP apenas mediante a existência de demanda.

**9.6.3. Controle de representações ou peças informativas.** As representações ou peças informativas são registradas no sistema de controle de processos – Sistema Integrado de Protocolo (digital), e imediatamente encaminhadas ao órgão de execução com atribuição.

**9.6.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Não foi identificada nenhuma pendência.

**9.6.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** As informações técnico-jurídicas são arquivadas em meio físico no CAOP e na intranet por meio do site oficial ([www.mpma.mp.br/caouma](http://www.mpma.mp.br/caouma)) da Instituição.

**9.6.6. Estrutura de pessoal.** A estrutura de pessoal corresponde a 01 (um) coordenador (promotor de justiça em exercício cumulativo de funções), auxiliado por 01 (um) promotor de justiça, atualmente o Dr. Cláudio Rebelo Correia Alencar, que acumula as funções de assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público, sem gratificação. A estrutura de pessoal do CAOP se completa com 01 (um) arquiteto urbanista que, no entanto, atualmente se encontra afastado cursando mestrado na FAU-USP, e 01 (um) perito (biólogo), ambos ocupantes de cargo de provimento efetivo, além de 01 (um) servidor de carreira e 01 (um) estagiário.

**9.6.7. Condições das instalações físicas.** O CAOP Meio Ambiente ocupa uma única sala, com área de cerca de 20m<sup>2</sup>, equipada com 04 (quatro) estações de trabalho e 03 (três) armários, situada no subsolo da Procuradoria-Geral de Justiça, sem iluminação e ventilação natural.

**9.6.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** O Centro de Apoio não realiza atuação típica de órgão de execução. Eventuais notícias de fato que aportam no CAOP são registradas no Sistema Integrado de Protocolo (digital) e encaminhadas imediatamente ao órgão de execução.

**9.6.9. Sistema de arquivo.** Existem arquivos físicos e digitais.

**9.6.10. Relatório anual.** Foram apresentados os relatórios de 2005 a 2013 e 2014 (parcial).

**9.6.11. Sugestões do titular do órgão do Ministério Público.** O inspecionado sugere que o CNMP adote providências para que as atribuições dos CAOPs sejam regulamentadas, de forma padronizada, em todos os Ministérios Públicos estaduais, com disciplina sobre o conteúdo dos relatórios anuais, a estrutura mínima física e de pessoal etc.

**9.6.12. Experiências inovadoras.** **a)** O CAOP disponibiliza aos membros do Ministério Público o calendário anual de pesca, documento que reúne toda a legislação pertinente à pesca, de forma compilada, como forma de instrumento de auxílio ao exercício da atividade fim dos promotores de justiça. **b)** O CAOP fomentou a criação do Grupo de Defesa da Fauna (GEDEF-MA) e do Grupo de Saneamento, que se formalizou por meio da Resolução nº 25/2014 – CPMP. Tratam-se de grupos temáticos destinados à produção de planos e projetos institucionais, formados por Promotores de Justiça especializados nessas matérias, sem qualquer gratificação extra, para disseminação por todo o Ministério Público do Estado do Maranhão. **c)** O CAOP realizou levantamento, atualizado até 30 de outubro de 2014, de disposição de resíduos sólidos em todas as comarcas do Estado, identificando o município, a eventual existência de plano de disposição de resíduos, de termo de ajustamento de conduta, inquérito civil ou ação civil pública versando sobre a matéria, além da forma atual de disposição (lixão, aterro controlado, bota-fora, aterro sanitário etc), e produziu relatório de atividades na fiscalização da gestão ambiental de resíduos sólidos pelos municípios. **d)** O Centro de Apoio compila no site oficial da Instituição as leis municipais e as leis estaduais que sequer são encontradas, de forma organizada, na Assembleia Legislativa.

**9.6.13. Observações da equipe de inspeção.** **a)** O CAOP não exerce a função de distribuidor de feitos, nem pratica qualquer ato típico de execução. **b)** A equipe constatou a precariedade da estrutura física e humana do CAOP. O CAOP ocupa uma única sala, com área de cerca de 20m<sup>2</sup>, equipada com quatro estações de trabalho e três armários, situada no subsolo da Procuradoria-Geral de Justiça, sem iluminação e ventilação natural. Até o dia 03 de novembro sequer havia estagiário. De acordo com o inspecionado, a estrutura física e humana do CAOP não permite que se atenda a demanda dos órgãos de execução. **c)** O inspecionado encaminhou ofício (99/2014) ao Exmo. Corregedor Nacional, contendo informações relacionadas ao funcionamento do CAOP. **d)** O inspecionado apresentou todos os processos que tramitam no CAOP, que são gerados a partir de documentos recebidos que não sejam de conteúdo meramente formal ou de resposta. Esses processos são registrados no Sistema Integrado de Protocolo (digital). O Coordenador forneceu relação desses processos, ressaltando que não se tratam de questões relativas a função típica de órgão de execução.

## 9.7. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA

**9.7.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Patrimônio Público e da Probidade Administrativa foi criado e regulamentado pela Resolução CPMP/MA nº 02/97.

**9.7.2. Coordenação.** O CAOP é coordenado pelo Procurador de Justiça José Henrique Marques Moreira, que assumiu o órgão em 2001 (exerce a função de coordenador do CAOP/ProAd sem prejuízo de suas funções normais de procurador de justiça junto à uma das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, sem gratificação). Reside na comarca de lotação; não participa atualmente de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumpre expediente das 08:00 às 15:00, mas normalmente pode ser encontrado no seu gabinete na Procuradoria de Justiça, já que a sede do CAOP não dispõe de estrutura física mínima para o exercício das atividades.

**9.7.3. Controle de representações ou peças informativas.** Via de regra não são dirigidas representações ou peças de informação ao CAOP, mas, quando isso ocorre, o expediente é encaminhado ao órgão de execução com atribuição após ter sido registrado no Sistema Integrado de Informação.

**9.7.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Foram identificadas 02 (duas) representações pendentes de manifestação à equipe, ambas oriundas da Ouvidoria Geral do Ministério

Público: a) A primeira, encaminhada por meio do Ofício nº 319/2013/GAB/OUV, da Ouvidoria Geral do Ministério Público, de 19 de abril de 2013, recebida no CAOP em 23 de abril de 2013, que cuida de representação por suposta ocorrência de improbidade administrativa envolvendo Comissões de Licitações das Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão. Não consta haver andamento. O inspecionado justificou que se trata de representação relativa a fato genérico que não demanda qualquer providência do CAOP. b) A segunda, encaminhada por meio do Ofício nº 570/2013/GAB/OUV, da Ouvidoria Geral do Ministério Público, de 15 de agosto de 2013, que cuida de representação anônima em face de servidor público em razão do acúmulo de cargos remunerados. Não consta andamento. O inspecionado afirmou não se lembrar da providência adotada nesse caso.

**9.7.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** O órgão não produz informações técnico-jurídicas, pois não dispõe de estrutura humana e física. Os atendimentos à demanda dos Promotores de Justiça são feitos por telefone, pelo próprio inspecionado.

**9.7.6. Estrutura de pessoal.** A estrutura de pessoal é composta pelo coordenador e 03 (três) servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

**9.7.7. Condições das instalações físicas.** O CAOP ocupa uma única sala, com área de cerca de 20m<sup>2</sup>, equipada com quatro estações de trabalho e três armários, situada no subsolo da Procuradoria-Geral de Justiça, sem iluminação e ventilação natural. Até o dia 03 de novembro sequer havia estagiário. De acordo com o inspecionado, a estrutura física e humana do CAOP não permite que se atenda a demanda dos órgãos de execução.

**9.7.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** É realizada a distribuição imediata ao órgão de execução com atribuição para atuar no caso.

**9.7.9. Sistema de arquivo.** Há arquivos físicos e digitais.

**9.7.10. Relatório anual.** Foram apresentados os relatórios anuais de 2013 e 2014).

**9.7.11. Sugestões do titular do órgão.** a) Sugere que os CAOPs concentrem esforços em questões prioritárias que resultem em benefício efetivo e palpável à sociedade civil. b) Propõe, também, que os procuradores de justiça exerçam suas funções em procuradorias especializadas, não perante determinada Câmara Cível ou Criminal do Tribunal de Justiça, como ocorre hoje em dia. Justifica que o formato sugerido otimizará o exercício das funções institucionais do Ministério Público. c) Sugere, ainda, que seja replicado aos CAOP/ProAd de outros Estados a forma de atuação que vem sendo praticada nesta unidade, concernente ao encaminhamento de material, aos promotores de justiça, para que ajuízem ações de execução dos acórdãos condenatórios do Tribunal de Contas do Estado.

**9.7.12. Experiências Inovadoras.** a) O Coordenador do CAOP adota a prática de encaminhar, aos promotores de justiça com atribuição para promover a execução, os acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas do Estado, não obstante o Supremo Tribunal Federal tenha recentemente decidido que falece atribuição ao Ministério Público para ajuizar ações dessa natureza. Para tanto, o CAOP encaminha aos promotores de justiça o modelo de petição inicial, cópia do acórdão a ser executado, a certidão de trânsito em julgado do acórdão e o cálculo aritmético do valor atualizado da multa exequenda. Para demonstrar o resultado prático efetivo alcançado a partir dessa experiência inovadora, o CAOP realiza e possui levantamento do montante revertido ao Estado por conta dessa forma de atuação coordenada. b) O inspecionado determina aos servidores do CAOP que façam o levantamento, no diário oficial, de todos os casos de dispensa e inexistência

de licitação, e os encaminha aos promotores de justiça com atribuição para a adoção das providências cabíveis.

**c)** O CAOP também tem realizado o levantamento de todas as portarias que versam sobre o repasse de verbas do Fundo Estadual para os Fundos Municipais de Saúde (“repasse fundo a fundo”), com vistas à prestação de auxílio aos promotores de justiça na identificação de eventuais fraudes durante o processo de repasse.

**9.7.13. Observações.** **a)** Conforme a percepção da equipe de inspeção, o coordenador se esforça para exercer cumulativamente as funções do CAOP e da procuradoria de justiça, o que, aliás, ocorre há muito tempo, desde 2001 (observada a breve interrupção de aproximadamente 1 (um) ano, em 2011/2012 que foi substituído por outro membro). **b)** Observa-se que o inspecionado atua com dedicação às funções institucionais, embora demonstre excessivo desapego à forma, inclusive relatando à equipe, quanto às duas representações pendentes de manifestação acima arroladas, que não promoveu encaminhamento formal em razão da falta de tempo e de pessoal para a expedição de ofícios.

## 9.8. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO À SAÚDE

**9.8.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde foi criado e regulamentado pela Resolução CPMP/MA nº 09/2010.

**9.8.2. Coordenação.** O CAOP da Saúde é coordenado pelo Promotor de Justiça Herberth Costa Figueiredo (atuando cumulativamente e sem gratificação na 18ª Promotoria Especializada na Defesa da Saúde – PRODESUS), que assumiu o órgão 02 de outubro de 2014. Reside na comarca de lotação; participa atualmente do curso de aperfeiçoamento (Copeds – CNJ); exerce o magistério na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, lecionando Direito Constitucional, no horário matutino e vespertino (07:30h às 09:00h) e (13:00h às 15:00h), respectivamente; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumpre expediente das 09:00 às 14:00.

**9.8.3. Controle de representações ou peças informativas.** As representações ou peças informativas são registradas no Sistema Integrado de Protocolo – SIMP e distribuído entre os órgãos de execução.

**9.8.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Não foram constatadas pendências.

**9.8.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** O controle é feito através do site do Ministério Público do Estado do Maranhão ([www.mpma.mp.br](http://www.mpma.mp.br)) com link próprio do CAOP-Saúde e arquivo físico na sala do CAOP.

**9.8.6. Estrutura de pessoal.** É composta por 01 (um) funcionário técnico administrativo.

**9.8.7. Condições das instalações físicas.** Apresenta condições aparentemente satisfatórias.

**9.8.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Encaminhamento, mediante ofício, aos órgãos de execução.

**9.8.9. Sistema de arquivo.** Existe arquivo digital (SIMP) e pastas físicas.

**9.8.10. Relatório anual.** Foram apresentados os relatórios.



**9.8.11. Sugestões do titular do órgão.** **a)** O Coordenador pleiteia o auxílio de mais 01 (um) Assessor Jurídico, 01 (um) Perito na área de psicologia e 01 (um) Perito na área de saúde. **b)** Sugere que a administração superior celebre convênios com órgãos públicos que atuam na área da saúde (vigilância sanitária, DENASUS, UNASUS, etc), visando ações conjuntas de promoção e prevenção de saúde.

**9.8.12. Experiências inovadoras.** **a)** Programa direito à saúde: prevenção, controle e combate à corrupção, conforme relatado no relatório anual 2013. **b)** Trabalho em conjunto com a UFMA – Universidade Federal do Maranhão e UNASUS/UFMA – Universidade de Atenção ao Sistema de Saúde, no treinamento de Conselheiros de Saúde em todo Estado do Maranhão, inclusive a membros e servidores do Ministério Público.

**9.8.13. Observações da equipe de inspeção.** **a)** O Coordenador exerce a função sem remuneração e sem prejuízo da atuação na 18ª Promotoria Especializada na Defesa da Saúde – PRODESUS. **b)** Informou também que, na ocasião da inspeção, encontrava-se em gozo regular de férias.

## **9.9. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CAOP/PIPD**

**9.9.1. Atribuições.** O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde foi criado e regulamentado pela Resolução CPMP/MA nº 10/2011.

**9.9.2. Coordenação.** O CAOP é coordenado pelo Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos (atuando cumulativamente e sem gratificação na 14ª Promotoria da Pessoa com Deficiência), que assumiu o órgão em 19 de abril de 2012 (Portaria nº 2153/2012). Reside na comarca de lotação, cursa Doutorado em Políticas Públicas, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 18:00.

**9.9.3. Controle de representações ou peças informativas.** O controle é realizado mediante protocolo físico e as peças são encaminhadas aos órgãos com atribuição para atuar.

**9.9.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.** Não foram constatadas pendências.

**9.9.5. Controle de informações técnico-jurídicas.** O controle é feito através arquivo físico na promotoria onde exerce as atribuições.

**9.9.6. Estrutura de pessoal.** Não há nenhum servidor.

**9.9.7. Condições das instalações físicas.** Não tem estrutura física própria.

**9.9.8. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Encaminhamento, mediante ofício, aos órgãos de execução.

**9.9.9. Sistema de arquivo.** Existe arquivo físico.

**9.9.10. Relatório anual.** Foi apresentado o relatório de 2013.



**9.9.11. Sugestões do titular do órgão.** O coordenador pleiteia um espaço físico próprio e 02 (dois) servidores capacitados para atuação na área.

**9.9.12. Experiências inovadoras.** **a)** Realização de TCAs em conjunto com a Defensoria Pública e outras Promotorias (saúde, educação, etc), transcendendo a área de atuação. **b)** Atua também em conjunto com PROCON, DETRAN, Polícia Civil para preferência ao atendimento das pessoas com deficiência. **c)** Acompanhamento das proposições legislativas relacionadas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência no Estado (Assembleia Legislativa), informando aos demais membros.

**9.9.13. Observações da equipe de inspeção.** O Promotor tem material como legislação, peças e doutrina para compartilhar com os membros por meio do site do Ministério Público, no entanto, por falta de pessoal e estrutura, não foi possível ainda realizar tal desiderato até a presente data, já tendo relatado o fato várias vezes à Chefia da Instituição, conforme cópia dos ofícios apresentados.

**9.9.13.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos, referente ao Relatório de Inspeção da Corregedoria Nacional do CNMP, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência - CAOP/PIPD prestou esclarecimentos, relativamente aos seguintes itens: **9.9.1** - Não há observações a fazer, uma vez que não há irregularidades; **9.9.2** - Não observações a fazer, visto que não há irregularidades; **9.9.3** - Todo o controle é realizado mediante protocolo de entrada e saída, pois este Centro de Apoio ainda não foi implantado no SIMP; **9.9.4** - Não há observações a fazer, visto que não há irregularidades; **9.9.5** - No Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência - CAOP/PIPD o controle é apenas físico, tendo em vista a não implantação do aludido CAOP no sistema SIMP; **9.9.7** - Condições das instalações físicas - as informações constantes no aludido Relatório refletem a realidade dos fatos e demonstram as dificuldades estruturais deste CAOP/PIPD, que não dispõe de espaço físico, servidor ou mobiliário próprios, o que tem prejudicado o aumento da produtividade e a boa prestação dos serviços; **9.9.8** - O encaminhamento das demandas é precedido, preferencialmente, por contato telefônico ou e-mail, e, após essas providências iniciais, é enviado expediente ao órgão de execução com atribuição para atuar no feito; **9.9.9** - Sistema de arquivo - somente o físico, já que, conforme informado, o sistema SIMP ainda não foi implantado neste CAOP/PIPD; **9.9.10** - Não há observações a fazer, uma vez que os relatórios foram apresentados; **9.9.11** - Até o presente momento o citado CAOP/PIPD não dispõe de espaço físico próprio, tampouco de servidor(es) para auxiliar nos trabalhos; **9.9.12** - Não há observações a fazer, uma vez que não há irregularidades; **9.9.13** - Não há observações a fazer, visto que não foram detectadas irregularidades. A avaliação dos inspecionadores nacionais parece não ter sido negativa, a teor das respostas e das observações consignadas, tendo sido ressaltada a necessidade de atendimento dos reiterados pleitos deste Coordenador quanto à necessidade de estrutura física e funcional adequadas para este CAOP/PIPD.

## **9.10. CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL - CAOP-CEAP**

**9.10.1. Coordenação e atribuições do Órgão.** A coordenação do Órgão era exercida pelo Promotor de Justiça José Cláudio Almada Lima Cabral Marques (exercendo cumulativamente as funções na 23ª PJ do Controle Externo das Atividades Policiais, sem receber nenhuma gratificação), que assumiu a unidade em maio de 2012. Informou que reside na comarca de lotação; não participa atualmente de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na Universidade Dom Bosco, em São Luís, na lecionando Processo Penal, com carga horária de 30 h mensais, às segundas e às quintas-feiras, das 16 às 17:30 e das 20:50 às 22:30 e não exerce cargo de administração na entidade; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo

a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00 às 14:00. O CAOP-CEAP exerce apenas funções administrativas, de apoio e orientação aos PJs que atuam na área, tanto na Capital quanto nas PJs do interior. De acordo com a Resolução 11/2010, que regula o funcionamento do CAOP-CEAP, foi efetuada a divisão do Estado para fins de atuação na área em 04 regiões, com a nomeação de um Coordenador Regional para cada uma delas. Os Coordenadores Regionais teriam as funções de auxiliar a promoção da atuação na área de Controle Externo da Atividade Policial, promovendo palestras, encontros, acompanhamento de metas (dentre elas, da ENASP) etc. Na Capital, as funções são exercidas diretamente pelo Coordenador do CAOP-CEAP.

**9.10.2. Estrutura de pessoal do CAOP-CEAP.** O quadro de pessoal do Órgão é composto POR 01 (um) técnico e 01 (um) analista ministerial, ambos concursados, além de 01 (uma) estagiária forense.

**9.10.3. Condições das instalações físicas do Órgão.** O órgão encontra-se instalado em imóvel próprio, instalado no Prédio das PJs de São Luís/MA, em uma sala compartilhada pela Coordenação e secretaria de apoio. A sala é dotada de 03 (três) estações de trabalho, com mobiliário e equipamentos de hardware/software condizentes.

**9.10.4. Procedimento utilizado em caso de demanda para atuação típica de órgão de execução.** Efetuam o direto encaminhamento para o Promotor de Justiça com atribuição, tanto na Capital quanto nas PJs do interior, utilizando-se, neste último caso, se necessário, do apoio dos Coordenadores Regionais.

**9.10.5. Sistema de Arquivo.** Utilizam, quando compatível com a atividade do CAOP, o sistema SIMP. Além disso, existem pastas de controle de ofícios recebidos/expedidos e demais pastas para arquivo de informações técnico-jurídicas.

**9.10.6. Relatório anual.** Confeccionado mensalmente, de acordo com o artigo 4º da Resolução 11/2010.

**9.10.7. Controle de representações/peças informativas.** Não existe qualquer tipo de controle administrativo das representações e peças informativas recebidas pelo CAOP-CEAP. Normalmente, tais peças são encaminhadas ao CAOP via protocolo geral da Instituição ou via eletrônica por email (eg. Disque 100), sendo posteriormente encaminhadas ao órgão de execução que detenha atribuição para oficiar no feito.

**9.10.8. Representações/peças informativas pendentes de manifestação.** Não foi possível analisar, uma vez que não há controle administrativo das representações e peças de informações.

**9.10.9. Controle de informações técnico-jurídicas.** Os pedidos de apoio/orientação enviados ao CAOP-CEAP são normalmente encaminhados por ofício, via email ou por telefone. Uma vez recebidos os pedidos de orientação, não há nenhuma sistemática administrativa de registro de entrada de tais pedidos. Foi esclarecido que, na prática, os pedidos provenientes dos órgãos de execução, quando realizados por via telefônica, são comunicados informalmente ao PJ Coordenador para atendimento. Os pedidos recebidos via email, por sua vez, ficam apenas na caixa de entrada de mensagens do endereço de correio do CAOP-CEAP (caop-ceap@mpma.mp.br), onde são diretamente respondidos aos respectivos remetentes. Os ofícios recebidos são controlados em pastas próprias. No entanto, de igual forma, não foi possível, na análise física efetuada durante a visita de inspeção, verificar se existiam no CAOP pedidos de apoio/orientação de cunho técnico-jurídico pendente de resposta. Para tal, seria necessária, por exemplo, a análise individual de cada ofício recebido e a verificação da existência, na pasta de ofícios expedidos, da respectiva resposta à solicitação apresentada.

**9.10.10. Sugestões do titular do órgão.** Sugeriu a melhora da estrutura administrativa do CAOP-CEAP, permitindo um melhor desempenho das atividades atualmente exercidas.

**9.10.11. Experiências inovadoras relatadas.** Criação de sistemática de controle de estatísticas próprias para acompanhamento de mortes violentas e assaltos no Estado do Maranhão. No primeiro caso, efetuam uma análise inicial no livro de registro do IML para uma coleta preliminar de dados. Após, efetuam um batimento de tais informações com os dados da SSP e os eventualmente fornecidos pela imprensa. No final, são produzidos relatórios trimestrais, os quais são divulgados na página principal da internet do CAOP-CEAP e encaminhados, via email, para a SSP, para os principais meios de imprensa, parlamentares etc. Por tal razão, inclusive, a Delegada-Geral do Estado efetuou representação no CNMP contra as atividades desempenhadas pelo CAOP-CEAP.

**9.10.12. Observações da equipe de inspeção.** a) O CAOP não dispõe de rotinas administrativas confiáveis para o controle de representações e peças de informação eventualmente encaminhadas ao Centro de Apoio para posterior envio aos Promotores de Justiça com atribuição. De igual forma, o CAOP também não possui controle da tramitação de informações técnico-jurídicas. Por tais razões, não foi possível verificar se o órgão cumpre, de forma efetiva, suas atividades de difusão de conhecimento e de prestar apoio aos demais membros em atuação na área, bem como se efetua o encaminhamento adequado para os Promotores Naturais das demais peças/representações que recebem relacionadas à atividade-fim. b) Foi afirmado pelo Coordenador entrevistado que, na prática, exerce também as funções da Coordenação Criminal, tendo sido esclarecido que a Coordenação Criminal, embora exista formalmente na estrutura administrativa da PGJ (vide resolução em anexo), não possui estrutura física e quadro de apoio administrativo próprios, utilizando a mesma estrutura do CAOP-CEAP.

## 10. OUVIDORIA-GERAL

**10.1. Atribuições do órgão.** As atribuições da Ouvidoria-Geral estão descritas no artigo 2º da Lei Complementar nº 83/2005.

**10.2. Ouvidor-Geral.** No ato da inspeção a função de Ouvidor-Geral do MP/MA era exercida pela Procuradora de Justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, sendo que, de acordo com o artigo 4º, § 4º da Lei complementar 83/2005, os membros remanescentes da lista tríplice serão considerados suplentes do Ouvidor, com a atribuição de substituí-lo nos afastamentos e impedimentos. Entretanto, segundo informações da Ouvidora, nunca houve candidatos remanescentes, de forma que, a cada afastamento, o Procurador-Geral designa, por portaria, um Ouvidor Substituto. Informou, também, o membro titular que assumiu o órgão em 18 de novembro de 2011 e exerce o segundo mandato, que se encerrará em novembro de 2015. Reside na localidade de lotação, não exerce o magistério nem a advocacia, não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumula as funções de Ouvidora com as atribuições da Procuradoria de Justiça da qual é a titular.

**10.3. Estrutura de pessoal da Ouvidoria-geral.** A Lei Complementar nº 149/2012 criou a estrutura de pessoal da Ouvidoria, constituída de 01 (um) assessor técnico, 01 (uma) secretária e 01 (uma) assessora jurídica, todos os 03 (três) cargos em comissão, indicados pela Ouvidora e nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça. Além da estrutura definida em lei, são lotados na Ouvidoria: 01 (um) analista ministerial e 01 (um) assessor técnico, ambos de cargos efetivos. Além deles, a Ouvidoria dispõe, ainda, de 02 (dois) terceirizados, sendo 01 (um) motorista e 01 (uma) telefonista.

**10.4. Condições das instalações físicas.** A Ouvidoria está instalada no terceiro andar de um edifício anexo à sede da Procuradoria-Geral, constituída de 01 (um) gabinete da Ouvidora e 02 (duas) salas para a secretaria. As instalações não dispõem de acessibilidade adequada, pois o elevador é pequeno e muitas vezes não funciona, além de que existem diversos des-

níveis entre a saída do elevador no terceiro andar e as salas da Ouvidoria. Nesse sentido, quando necessário, os atendimentos pessoais são realizados no andar térreo. A Ouvidora informou que no próximo ano haverá mudança para o prédio novo da Procuradoria-Geral, dotado de instalações mais adequadas ao funcionamento da Ouvidoria.

**10.5. Sistema de arquivo (controle do órgão e dos procedimentos):** Os registros podem ser feitos pessoalmente, por meio telefônico (0800 - 0981600), por email, ou pelo preenchimento de formulário eletrônico (cadastro de manifestação) na página da Ouvidoria na internet. No caso dos atendimentos pessoais ou telefônicos, um servidor da Ouvidoria faz o preenchimento do cadastro de manifestação, que gera um número de protocolo. Os formulários gerados são impressos e encaminhados à Ouvidora para despacho das providências, como, por exemplo, a expedição de ofício ao Promotor natural. Os ofícios são encaminhados aos membros em meio físico, com a observação de que o destinatário deverá informar à Ouvidoria, no prazo de 10 dias, as medidas iniciais tomadas quanto aos fatos (Regimento Interno - Ato Regulamentar 001/2009). Os dados de movimentação são inseridos no Sistema de Cadastro de Manifestação da Ouvidoria, que permite a consulta pelo número do registro ou do CPF do reclamante. O Sistema não possui filtro para emitir relatório dos registros ainda não finalizados. O controle também é realizado com o auxílio de planilhas em Excel, em que são inseridos dados mais detalhados, como assunto, classificação, providência e resolatividade. Os registros que não são manifestamente improcedentes são autuados em processo administrativo para controle. As informações relativas ao andamento dos processos pendentes são inseridas em planilha eletrônica específica. Os atendimentos presenciais ao público são registrados em livro físico.

**10.6. Número de registros.** Foram efetuados 1.203 (um mil, duzentos e três) registros nos últimos 10 meses.

**10.7. Horário do atendimento ao público.** O atendimento presencial ocorre das 08:00 às 18:00.

**10.8. Sugestões do membro:** **a)** Melhorar a estrutura física da Ouvidoria. De acordo com a Ouvidora, deve ocorrer mudança para um prédio novo no ano de 2015. **b)** Disponibilizar um identificador de chamada telefônica para a Ouvidoria. **c)** Lotar na Ouvidoria um servidor que possa realizar serviço externo.

**10.9. Experiências inovadoras:** **a)** Projeto finalista no Prêmio Inovare de 2013: Solutividade de Denúncias-Manifestações através da Ouvidoria-Geral do MP-MA. **b)** Projeto de Implantação de Ouvidorias Municipais nas Prefeituras do Estado do Maranhão. Visa fomentar a criação de Ouvidorias nos Municípios, por meio das seguintes ações: reuniões com a participação dos membros, para conscientização do Prefeito. **c)** Elaboração de projetos de lei e encaminhamento à respectiva Câmara Municipal.

**10.10. Observações da equipe de inspeção.** **a)** O art. 4º, §4º, da Lei Complementar 83/2005 determina que os membros remanescentes da lista tríplice serão considerados suplentes do Ouvidor, com a atribuição de substituí-lo nos afastamentos e impedimentos. Entretanto, segundo informações da Ouvidora, não houve candidatos remanescentes nas últimas eleições, o que tem ocasionado a designação de substitutos pela Procuradoria-Geral de Justiça, quando necessário. Dessa forma, a equipe de inspeção considera como salutar que, institucionalmente, estimule-se a participação de mais candidatos na eleição para a formação da lista tríplice para Ouvidor, a fim de que já se saiba, objetivamente, quem será o substituto do Ouvidor. **b)** As instalações da Ouvidoria não dispõem de acessibilidade adequada, pois o elevador é pequeno e muitas vezes não funciona, além de que existem diversos desníveis entre a saída do elevador no terceiro andar e as salas da Ouvidoria. Nesse sentido, quando necessário, os atendimentos pessoais são realizados no andar térreo. **c)** Os registros da Ouvidoria estão satisfatoriamente organizados em planilhas e em autos físicos, permitindo o acesso e controle pelos servidores quanto às atividades desempenhadas pelo Órgão, por meio de alimentação e busca manual. Dessa forma, para otimizar e facilitar o desempenho das funções, sugere-se o aprimoramento do sistema que atende à Ouvidoria, de forma a concentrar todo o controle em meio eletrônico.

## 11. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO

**11.1. Coordenação e atribuições do Órgão.** O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, à época da inspeção, era coordenado pelo Promotor de Justiça Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, que declarou ter assumido o GAECO em dezembro de 2002. Informou, ainda, residir no local da lotação, não participar de curso de aperfeiçoamento, não exercer o magistério nem a advocacia e ter respondido a procedimento administrativo disciplinar, porém sem sofrer sanção disciplinar, além de cumprir expediente de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 15:00. Os atos normativos que regulam a atuação são os seguintes: Resolução 006/2002 CPMP/MA (cria o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC), Resolução 005/2009 CPMP/MA (altera artigo 4º da Resolução 006/2002, incluindo dentre as atribuições do GECOC a coleta de dados de inteligência) e a Resolução 013/2011 (alterou a nomenclatura do GECOC para GAECO).

**11.2. Estrutura de pessoal do GAECO.** O quadro de pessoal do Órgão é composto da seguinte forma:

**a) Área Administrativa:** 14 (quatorze) servidores lotados no órgão, sendo: 01 (um) cedido pela Prefeitura de São Luís/MA, 09 (nove) concursados e 08 (oito) comissionados.

**b) Área Policial:** O GAECO dispõe de 04 (quatro) policiais militares lotados no órgão. Porém, foi informado que, efetivamente apenas 02 (dois) PMs – Tenentes – encontram-se servindo no GAECO. Os demais encontram-se na PJ de Passo Lumiar, exercendo a função de segurança patrimonial e, às vezes, segurança pessoal dos membros. Eventualmente, o GAECO utiliza o efetivo de policiais lotados no Gabinete de Segurança Institucional, subordinado à PGJ, que atualmente possui 16 PMs em atuação na Capital (12 + 04 GAECO) e 07 no interior, totalizando 23.

**c) Área de Técnica:** a área técnica é composta de 04 (quatro) analistas, servidores efetivos, que auxiliam na análise de feitos em trâmite no órgão.

**11.3. Estrutura de apoio e equipamentos.** Estrutura composta por Ibase e Analys't Notebook (i2). O GAECO detém 05 (cinco) estações de trabalho para a realização de análises de quebras de sigilos bancários e fiscal. Embora ainda não tenha sido instalado no MP/MA o LAB/LD, o Grupo utiliza as ferramentas anteriormente referidas para a realização das análises de vínculos nas investigações em curso no órgão. Além disso, foi celebrado um termo de cooperação com o MPDFT para utilização do sistema CONFITEOR, sistema informatizado que realiza análises de quebras de sigilo bancário.

**11.4. Instalações físicas.** O GAECO encontrava-se instalado em imóvel próprio, situado um prédio anexo na Procuradoria-Geral de Justiça, com 02 (dois) andares, contendo 02 (duas) salas de apoio secretaria administrativa, Centro de Monitoramento Eletrônico, arquivo permanente, sala do CPD, 01 (um) banheiro, 01 (uma) sala de reuniões/depoimentos, copa, sala de operacional, 16 (dezesesseis) estações de trabalho e 02 (dois) computadores para monitoramento, 03 (três) notebooks, 03 (três) scanners, 01 (um) plotter, 04 (quatro) impressoras, 02 (dois) servidores de interceptação, 02 (dois) aparelhos de fax e 02 (duas) máquinas trituradoras.

**11.5. Sistema de Arquivo/Controle de Feitos e Documentos.** Além do controle da Procuradoria-Geral de Justiça, o GAECO possui controle administrativo através do programa ARGUS, para controle de arquivo, registro e atuação, expedição de ofícios e memorandos.



## 11.6. Atendimento ao público e atuação funcional do GAECO.

**a) Atendimento ao público.** Não existe nenhuma sistemática diferenciada para o atendimento, ocorrendo durante todo o expediente administrativo (das 8h às 15h, de segunda a sexta-feira). Efetuada triagem genérica pela secretaria do órgão, efetuando o direcionamento, de acordo com a natureza do atendimento, a cada um dos integrantes do grupo.

**b) Atribuição/atuação do GAECO como órgão de execução.** As atribuições do GAECO encontram-se atualmente delineadas pelo artigo 4º da Resolução 006/2002 e demais alterações, o qual estabelece a atribuição do Grupo para officiar nos feitos que envolvam a prevenção e repressão ao crime organizado, na sede da Comarca de São Luís e em todo o território do Estado do Maranhão. A atuação do GAECO na atividade-fim, nos moldes da previsão contida no artigo 4º da Resolução 006/2002, ocorre em “representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo aos seus integrantes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância”. No entanto, de acordo com o informado durante a visita de inspeção, a atividade do Grupo normalmente se concentra na fase investigativa, atuando diretamente ou em apoio ao Promotor Natural<sup>1</sup>, sendo esta última, a modalidade mais comum de atuação do Grupo. Nestes casos, quando atuam em apoio ao Promotor Natural, os procedimentos investigatórios são instaurados, via de regra, diretamente na PJ de origem ou efetua-se a requisição da instauração de IP na Polícia Civil – que possui no Estado Unidade específica para atuação no combate ao Crime Organizado – ou na Polícia Federal. Internamente, no âmbito do GAECO, são instaurados procedimentos administrativos que recebem a alcunha de “Procedimentos Internos”<sup>2</sup>, nos quais são efetuados os acompanhamentos, de forma administrativa, do apoio prestado pelo Grupo ao Promotor Natural, salientando que as medidas relacionadas à atividade-fim são produzidas diretamente no curso dos respectivos procedimentos que tramitam nos órgãos de execução de origem. Além disso, para cada caso de atuação em apoio do GAECO, são lavradas portarias de designação por parte da Chefia Institucional, que designa os PJs do grupo para atuarem em apoio ao Promotor Natural. Por outro lado, foi também informado que o GAECO atua em apoio a investigações na esfera cível, conduzidas pelos órgãos de execução com atribuição, que envolvem a atuação de organizações criminosas. No entanto, em tais casos, prestam apenas apoio à atividade desempenhada pelo Promotor Natural, não havendo a prática de qualquer ato de órgão de execução. A atuação do Grupo na instrução processual dos feitos, embora não seja vedada pelo respectivo ato normativo que regula sua atuação<sup>3</sup>, somente se efetua mediante prévia anuência do Promotor Natural. Contudo, foi relatado pelo PJs inspecionados que, via de regra, os Promotores Naturais atuam em conjunto com os integrantes do GAECO durante a investigação, possibilitando que tenham pleno conhecimento do caso para efetuarem o seu acompanhamento durante a fase processual.

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Núm. Representações/Notícias de Fato recebidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de PICs instaurados:	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Total de PICs instaurados para apuração de crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de arquivamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Medidas Cautelares propostas:	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas em crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. Total de Denunciados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Valores Sequestrados/Arrestados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. de Prisões Cautelares Postuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

<sup>1</sup> Nos moldes do artigo 4º, § 3º da Resolução 006/2002, a atuação do GAECO se dará, preferencialmente, em conjunto com o órgão do Ministério Público do local da ação penal respectiva.

<sup>2</sup> Vide relações em anexo, nas quais constam os procedimentos internos instaurados e em andamento no GAECO, com data de instauração e natureza da atividade desempenhada.

<sup>3</sup> Vide § 5º do artigo 4º da Resolução 006/2002.

**c) Atuação do Grupo em auxílio ao promotor natural.** Os Promotores Naturais encaminham diretamente ao PGJ ou ao próprio grupo, solicitando o concurso do GAECO na investigação. Em todos os casos, o PGJ solicita manifestação prévia do GAECO para verificação de pertinência temática da atuação. Em caso positivo, é expedida portaria de designação dos membros para atuação em auxílio ao Promotor Natural.

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Número de pedidos de auxílio recebidos:	01	-	-	02	01	-	03	-	01	02	-	-
Número de pedidos de auxílio deferidos:	01	-	-	02	01	-	03	-	01	02	-	-
Total de PICs instaurados:	-	-	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-
Total de arquivamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Medidas Cautelares propostas:	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas em crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. Total de Denunciados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Valores Sequestrados/Arrestados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. De Prisões Cautelares Postuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**d) Descrição, em linhas gerais, sobre a incidência, por natureza de espécie delitiva, dos pedidos de auxílio recebidos nos últimos 12 (doze) meses.** Os pedidos de auxílio envolvem investigações de improbidade administrativa e organização criminosa de extração ilegal de madeira em terras indígenas.

**11.7. Intercepção telefônica.** Foi esclarecido pelos PJs inspecionados que o MPMA possui equipamento para a realização direta de monitoramento telefônico, o qual se encontra instalado no GAECO, composto por 02 servidores da empresa Wytron, como capacidade de monitoramento de 32 alvos. No entanto, o Coordenador do grupo informou que pouquíssimas intercepções são realizadas diretamente com a utilização do referido equipamento, sendo que normalmente utilizam o equipamento da SSP, uma vez que as intercepções são deferidas no curso de IPs instaurados perante a respectiva UPJ.

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Núm. de procedimentos remanescentes do período anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Qtdd de terminais monitorados remanescentes do período anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. de procedimentos com medidas de intercepção telefônica iniciadas no período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Qtdd de linhas telefônicas cujo monitoramento iniciou-se no período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	27
Núm. de procedimentos com medidas de intercepção telefônica encerradas no período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Qtdd de linhas telefônicas, cujo monitoramento encerrou-se no período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73

Núm. de procedimentos com medidas de interceptação telefônica que permaneciam em curso, após o último dia do período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Qtdd de linhas telefônicas cujo monitoramento permanecia em curso após o último dia do período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Total de pessoas físicas ou jurídicas investigadas, no período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	08	14
Número de pessoas que permaneciam sob investigação, após o último dia do período de referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15

**11.8. Procedimentos de quebras de sigilo.** O órgão realiza diretamente análise das informações constantes das quebras de sigilo decretadas em investigações nas quais atua.

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Quebra de Sigilo Bancário	-	23	-	-	-	-	-	-	29	-	378	-
Quebra de Sigilo Fiscal	-	1	-	-	-	-	-	-	04	-	25	-
Quebra de Sigilo Bursátil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quebra de Sigilo Telemático	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**11.9. Operações de Inteligência.** O Grupo realiza operações de inteligência.

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Recons	-	-	-	-	02	-	-	-	03	-	01	-
Vigilância	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-
Outras (especificar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Obs.:** O quadro acima refere-se apenas às operações realizadas pelos PMs que se encontram em atuação no GAECO.

**11.10. Membros que integram a estrutura funcional do GAECO.** Além do coordenador, integram a estrutura funcional do GAECO, os seguintes promotores de justiça:

**a) Dra. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira.** Assumiu o órgão em 25 de fevereiro de 2014; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu ou está respondendo a procedimento administrativo disciplinar e cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**b) Dr. Gladston Fernandes de Araújo.** Assumiu o órgão em 23 de julho de 2012; reside na localidade da lotação; não participa de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério atualmente, pois seu contrato está suspenso (Faculdades Santa Teresinha – CEST, instituição privada) e não exerce atividade administrativa na entidade de ensino; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumpre expediente das 08:00 às 15:00.

**11.11. Atuação funcional dos membros do GAECO.**

**a) Dr. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues**

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Núm. Representações/Notícias de Fato recebidas:	2	-	2	1	9	5	4	9	2	2	9	3
Total de PICs instaurados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de PICs instaurados para apuração de crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de arquivamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Medidas Cautelares propostas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas em crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. Total de Denunciados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Valores Sequestrados/Arrestados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. De Prisões Cautelares Postuladas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: 1) Os dados estão em um banco de dados de controle administrativo, sistema ARGUS; 2) as cautelares de interceptação são comunicadas à Corregedoria.

#### b) Dra. Jerusa Capistrano Bandeira

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Núm. Representações/Notícias de Fato recebidas:	-	-	-	-	3	5	4	2	5	2	-	3
Total de PICs instaurados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de PICs instaurados para apuração de crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de arquivamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Medidas Cautelares propostas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas em crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. Total de Denunciados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Valores Sequestrados/Arrestados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. De Prisões Cautelares Postuladas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

#### c) Dr. Gladston Fernandes de Araújo

	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Núm. Representações/Notícias de Fato recebidas:	2	-	2	1	9	5	4	9	2	2	9	3
Total de PICs instaurados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de PICs instaurados para apuração de crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total de arquivamentos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Medidas Cautelares propostas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Denúncias oferecidas em crimes contra a Administração Pública:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. Total de Denunciados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Valores Sequestrados/Arrestados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Núm. De Prisões Cautelares Postuladas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**Obs.:** O quantitativo referido diz respeito a processos administrativos e procedimentos internos recebidos e devolvidos com parecer.

**11.12. Processos e procedimentos analisados.** Existem atualmente em andamento no GAECO apenas 02 (dois) PICs e um PI que, na prática, caracteriza-se como uma NF. Indagados acerca do baixo número de investigações originárias instauradas pelo GAECO, os PJs inspecionados informaram que a atuação do grupo centraliza-se, na sua maioria, em apoios ao PJs naturais, sendo realizados todos os atos relacionados à atividade-fim no curso dos respectivos procedimentos que se encontram nas PJs originárias. Da análise física dos feitos, verificou-se que grande parte dos Procedimentos Internos caracterizam-se como verdadeiros pedidos de apoio apresentados pelos Promotores Naturais. Vide tabela abaixo:

ESPÉCIE	NÚMERO DO PROCEDIMENTO	DATA DA INSTAURAÇÃO
PIC	001/2014-GAECO	26/03/2014
PIC	003/2014-GAECO	01/09/2014
PI	0289/2014	15/10/2014

#### 11.13. Sugestões apresentadas pelos Membros do GAECO.

MEMBRO	SUGESTÃO
Dr. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues	Que seja aprovada pelo CNMP, resolução que disciplina a atuação dos GAECOS
Dra. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira e Dr. Gladston Fernandes de Araújo	A necessidade da regulamentação, no âmbito do CNMP, da estruturação e regulamentação dos GAECOs, a fim de fornecer ao menos uma padronização mínima para tais grupos, atualmente criados e estruturados de formas distintas em cada unidade do MP.

**11.14. Observações da equipe de inspeção. a)** Como forma de se preservar o sigilo das informações sensíveis que são encaminhadas ao GAECO/MA, os documentos que são enviados diretamente ao grupo (ofícios encaminhados pelos PJs, comunicações por parte de outros órgãos externos etc.) são registrados no sistema ARGUS no âmbito do próprio GAECO, não passando pelo Protocolo Geral do MPMA. No entanto, a tramitação administrativa dos feitos em curso no grupo ainda não se encontra totalmente adequada ao padrão de taxonomia estabelecido pelo CNMP, não havendo distinção, pela natureza da comunicação recebida, para o registro e atuação. Como regra geral, o feito recebe registro e atuação como “Procedimento Interno”, nomenclatura que serve para o registro de informações, conforme constatado durante a inspeção, das mais distintas naturezas, dentre elas: notícias de fato, solicitações de atuação em apoio e recebimento de informações de inteligência. Além disso, verificou-se que após o registro como Procedimento Interno, também não foi estabelecida sistemática na qual uma Coordenação Interna possa efetuar uma análise preliminar do conteúdo da informação recebida, efetuando o seu cadastramento no sistema de acordo com a sua natureza e posterior distribuição dos feitos para setores internos e membros que integram o Grupo. Por tal razão, tentou-se a emissão, por intermédio do sistema ARGUS, de uma listagem com todos os Procedimentos In-



ternos atualmente em andamento no GAECO, o que não foi possível, tendo sido solicitado à Coordenação do Grupo a confecção de uma relação manual dos feitos, com os respectivos números de registro, data de instauração e assunto, a qual ficou de ser entregue à equipe de inspeção até o término da semana de trabalho. Assim, a equipe de inspeção buscou identificar, dentre os chamados Procedimentos Internos, os quais teriam natureza de Notícias de Fato (NF). Contudo, não foi possível a identificação de tais procedimentos por intermédio de simples busca no sistema informatizado. De igual forma, o sistema informatizado também não permitiu a emissão de relação de todos os Procedimentos Internos que se encontram atualmente em curso no Grupo. Por tal razão, esta equipe efetuou a análise física dos procedimentos que se encontravam na secretaria e com vista aberta aos integrantes do grupo, tendo identificado que a sua maioria se caracterizava como pedidos de apoio do grupo e informações de inteligência, possuindo pouca natureza de NF, os quais passaram a constar do quadro de análise de processos e procedimentos que segue abaixo. Por outro lado, uma iniciativa do órgão que merece registro por parte desta equipe de inspeção é a criação do “Centro de Monitoramento Eletrônico” do MPMA. Por intermédio de tal unidade, instalada dentro do GAECO, torna-se possível a verificação, em tempo real e por imagens digitais, de câmeras instaladas dentro de diversos setores da PGJ – inclusive, dentro do Gabinete da atual PGJ – e de Promotorias do Interior, possibilitando imediato acionamento de equipes de segurança e das forças policiais em caso de invasão indevida em horários fora do expediente ou violação de protocolos de segurança orgânica. **b)** Em relação às informações sigilosas e de inteligência, verificou-se que algumas delas ainda possuem rotina de passarem pelo sistema geral de protocolo da Instituição antes do encaminhamento para análise por parte do GAECO, havendo nítida violação do sigilo das informações sensíveis constantes de alguns documentos. Foi informado pelos PJs inspecionados que, apesar de tentarem orientar os diversos setores administrativos acerca da regular tramitação de feitos de tais naturezas, ainda não existe na Instituição uma normativa para a tramitação interna de documentos sigilosos ou de informações sensíveis. **c)** No que se refere aos RIFs encaminhados ex officio pelo COAF/MF ao MPMA, foi esclarecido que tais informações são encaminhadas ao Grupo, onde recebem tratamento de documentos de inteligência e, após a realização de coleta preliminar de dados, são encaminhados para os Promotores Naturais mediante a apresentação de relatório do próprio órgão, descaracterizando o documento de inteligência de origem. Os pedidos de informações apresentados ao COAF/MF diretamente pelos PJs por intermédio do SEI recebem tramitação direta entre o solicitante e o órgão de destino.

**11.14.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que no GAECO foi implantado o SIMP e por força desta implantação todos os processos administrativos e notícias de fato estão sendo autuados, sendo possível o controle efetivo da quantidade e distribuição dos mesmos, superando assim a pendência existente.

## 12. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

12.1. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.												
TITULAR	DOMINGAS DE JESUS FRÓZ GOMES												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 17/07/1996; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª Procuradoria Criminal, em razão do afastamento do titular desta, Doutor Suvamy Vivekananda Meireles, para exercer a função de Corregedor-Geral do MPMA; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h e, às vezes estende o horário de acordo com a necessidade.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV (atualmente vago), 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	146	141	81	94	79	67	83	62	12	74	53	47	
Distribuídos no mês	88	0	103	86	103	114	78	0	264	172	99	50	
Impulsionados no mês	93	60	90	101	115	98	99	50	202	193	105	54	
Saldo do mês	141	81	94	79	67	83	62	12	74	53	47	43	
Audiências	3	0	1	1	2	3	1	1	3	2	3	1	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos	Com vista há mais de 30 dias:								29				
	Com vista há mais de 6 meses:								0				
	Com vista há mais de 12 meses:								0				
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR													
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como suplente no Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão.													
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:								0				
	Com vista há mais de 6 meses:								0				
	Com vista há mais de 12 meses:								0				
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO													
O membro inspecionado sugeriu que no caso de gozo de férias do Procurador de Justiça, os feitos que estão com o Procurador que se afasta não sejam distribuídos aos demais.													
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS													
Espécie	Número do procedimento			Data da instauração			Situação detectada						
Apelação Cível	0486682014			15/03/2013			Irregular. Com vista desde 23/10/2014. Excesso de prazo.Vista há mais de 30 dias.						
Apelação Cível	0499352014			14/03/2012			Irregular. Com vista desde 24/10/2014. Excesso de prazo.Vista há mais de 30 dias.						
Apelação Cível	0023822014			14/10/2008			Irregular. Com vista desde 23/09/2014. Excesso de prazo.Vista há mais de 30 dias.						
Apelação Cível	0482812014			23/04/2009			Irregular. Com vista desde 13/10/2014. Excesso de prazo.Vista há mais de 30 dias.						

Apelação Cível	0368432014	09/08/2013	Irregular. Com vista desde 30/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0278212014	26/06/2014	Irregular. Com vista desde 14/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0484372014	21/08/2013	Irregular. Com vista desde 14/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0488892014	20/12/2013	Irregular. Com vista desde 23/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0495492014	05/10/2009	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0422872014	31/07/2014	Irregular. Com vista desde 31/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0384412014	18/08/2014	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0476602014	08/05/2013	Irregular. Com vista desde 10/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0460662014	14/02/2014	Irregular. Com vista desde 02/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0495472014	26/06/2011	Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0449322014	05/02/2014	Irregular. Com vista desde 02/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0453742014	23/05/2013	Irregular. Com vista desde 03/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0470942014	29/11/2010	Irregular. Com vista desde 10/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0453752014	04/04/2013	Irregular. Com vista desde 02/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0427562014	25/09/2014	Irregular. Com vista desde 08/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0467932014	02/10/2014	Irregular. Com vista desde 24/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0481122014	09/10/2014	Irregular. Com vista desde 13/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0488312014	14/10/2014	Irregular. Com vista desde 24/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0491352014	15/10/2014	Irregular. Com vista desde 17/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0076452014	21/02/2014	Irregular. Com vista desde 20/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0494242014	17/10/2014	Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0443432014	18/09/2014	Irregular. Com vista desde 02/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0431602014	12/09/2014	Irregular. Com vista desde 03/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0012412014	16/01/2014	Irregular. Com vista desde 23/09/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0494692014	16/10/2014	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Excesso de prazo. Vista há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Dos 42 (quarenta e dois) processos judiciais com vista, sendo que, destes, 29 (vinte e nove) feitos com prazo de vista excedido, os quais foram anotados na Tabela do item VIII. Os atrasos, à primeira vista, não aparentam ser decorrente de excesso de trabalho. Tendo em vista tal constatação, a Equipe de Inspeção faz a indicação da possível instauração de RIEP por parte do CNMP.
- 2) A inspecionada informa que a unidade nunca foi inspecionada pela Corregedoria-Geral do MPMA.
- 3) Quanto à sugestão da inspecionada, no sentido de que, no caso de gozo de férias do Procurador de Justiça, os feitos que estão com o Procurador que se afasta não sejam distribuídos aos demais, cumpre anotar que a Equipe de Inspeção verificou que, na verdade, não há nenhum ato regulamentando essa situação e as demais alusivas à substituição.
- 4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**12.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora de Justiça Domingas de Jesus Fróz Gomes enviou Certidões expedidas pela Coordenadoria de Processos desta Procuradoria nas quais constam que os processos listados nos Ofícios nº 213/2015 e 260/2015 datados de 25 e 26 de maio do corrente ano, já foram devolvidos para o Tribunal de Justiça com manifestação.

12.2. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando as atribuições dos Procuradores de Justiça.											
TITULAR	MARCO ANTÔNIO ANCHIETA GUERREIRO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 26/08/2007; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se nos últimos 06 meses em razão de férias (06/10 a 03/11); cumpre expediente no período matutino e vespertino.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	1 chefe de gabinete, 3 assessores jurídicos, 1 assessor técnico IV.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. O local de trabalho do inspecionado era um banheiro, que foi adaptado para servir como gabinete. O inspecionado ressaltou que investiu recursos próprios na reforma e compra de mobiliário. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Pastas e Sistema SIMP.											
Obs.: Está em construção outra sede, para 2015, que tende a resolver o problema de espaço.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	25	0	167	106	97	31	59	71	159	116	137	43
Distribuídos no mês	47	181	52	55	27	55	58	176	88	104	27	54
Impulsionados no mês	72	14	113	64	93	27	46	88	131	83	121	56
Saldo do mês	0	167	106	97	31	59	71	159	116	137	43	41
Audiências	2	1	1	2	1	1	1	2	2	1	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:								4			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Obs.: A Equipe de Inspeção realizou duas visitas na unidade inspecionada. A primeira em 01/12/2014, e a segunda no dia 05/12/2014. Nesta última visita constatou-se que existiam na unidade inspecionada 37 (trinta e sete) feitos judiciais com vista, sendo que, destes, 4 (quatro) estavam com prazo para manifestação excedido, os quais foram anotados na tabela do item VIII.												
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Sugeriu a revisão da Recomendação/CNMP nº 16/2010, por entendê-la muito abrangente; e 2) Propôs que os pareceres dos Procuradores de Justiça sejam ementados.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
O inspecionado informou que se manifesta em todos os feitos cíveis, inclusive em matérias abrangidas pela Recomendação/CNMP nº 16/2010.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Apelação Cível	042122/2014	07/03/2010	Irregular. Com vista em 03/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	042889/2014	18/01/2012	Irregular. Com vista em 15/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	042889/2014	18/01/2012	Irregular. Com vista em 15/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	043938/2014	31/08/2014	Irregular. Com vista em 24/10/2014. Há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

A Equipe de Inspeção verificou que, dos 37 feitos que se encontravam com vista ao inspecionado, 04 (quatro) deles estavam com prazo superior a 30 (trinta) dias para manifestação, todos eles anotados na tabela constante do item VIII supra. Tendo em vista tal constatação, a Equipe de Inspeção faz a indicação da possível instauração de RIEP por parte do CNMP.

**12.2.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Procurador de Justiça Marco Antonio Guerreiro informou que os processos judiciais nos: 0446922014, 0428892014, 0421222014 e 0439382014, analisados pela equipe de inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, foram devolvidos ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão com parecer meritório: os três primeiros, dia 05.01.2014 e o último, dia 15.12.2014.

### 12.3. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.											
TITULAR	JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA BENTS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 10/05/1991; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	1 Chefe de Gabinete (Cargo Comissionado) e 3 Assessores Jurídicos (um dos assessores é concursado).											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Digital e físico.											
Obs.: Foi informado que no início do próximo ano, aproximadamente em março de 2015, será inaugurada a nova sede da Procuradoria-Geral, o que solucionaria o problema de espaço atual.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	116	102	94	90	88	79	79	61	32	31	29	22
Distribuídos no mês	62	0	53	56	42	85	29	11	84	103	90	59
Impulsionados no mês	76	8	57	58	51	85	47	40	85	105	97	64
Saldo do mês	102	94	90	88	79	79	61	32	31	29	22	17
Audiências	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						12		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		



EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR			
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como integrante do Colégio de Procuradores e Coordenador da Revista MPMA.			
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
1) Foi Diretor da Escola Superior do MPMA (2005-2007); 2) Coordena, desde 1998, a Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão; 3) Atua, desde a sua criação, na composição do órgão gestor do Fundo Estadual do Ministério Público; 4) integra o Conselho Pedagógico da Escola Superior do MPMA. O Inspecionado acrescentou que, nos casos que possuem entendimento consolidado nos Tribunais, e visando dar objetividade às manifestações, adotou a elaboração de pareceres na forma de considerandos, concluindo-se, ao final, pela tese aplicada ao caso (consta, em anexo, um parecer apresentado a título exemplificativo).			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Apelação Cível	048725/2014	24/06/2014	Irregular. Com vista em 29/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	044410/2014	21/11/2012	Irregular. Com vista em 03/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	043948/2014	04/11/2009	Irregular. Com vista em 02/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	039920/2014	25/08/2014	Irregular. Com vista em 24/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível - ACP	048760/2014	31/01/2011	Irregular. Com vista em 24/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	050118/2014	02/04/2013	Irregular. Com vista em 24/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	021846/2011	08/12/2009	Irregular. Com vista em 10/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	045555/2014	12/02/2013	Irregular. Com vista em 30/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	044726/2014	06/08/2013	Irregular. Com vista em 24/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	061212/2014	14/07/2013	Irregular. Com vista em 10/09/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	059980/2014	08/02/2011	Irregular. Com vista em 23/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	043979/2014	14/06/2007	Irregular. Com vista em 22/10/2014. Há mais de 30 dias.
OBSERVAÇÕES			
1) A Equipe de Inspeção verificou que, dos feitos que se encontravam com vista ao inspecionado, 12 (doze) deles estavam com prazo superior a 30 (trinta) dias para manifestação, todos eles anotados na tabela constante do item VIII supra. Tendo em vista tal constatação, a Equipe de Inspeção faz a indicação da possível instauração de RIEP por parte do CNMP.			
2) A Equipe de Inspeção se reporta ao termo de inspeção da Procuradoria de Justiça de titularidade da Doutora Marilea Campos dos Santos Costa, ao qual está anexada cópia do Ofício nº 299/2014/GAB/OUV, da Ouvidoria do MPMA, encaminhando à Corregedoria-Geral do MPMA a notícia de possível excesso de prazo para manifestação por parte do inspecionado.			
3) Não foram apresentadas sugestões por parte do membro inspecionado.			

**12.3.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Procurador de Justiça José Antonio Oliveira Bents prestou os seguintes esclarecimentos: 1º) apresentou relatório contendo informações acerca dos feitos encontrados no Órgão à época da Inspeção; 2º) relativamente à reclamação do Advogado João Batista Dias – noticiando possível excesso de prazo, desta 1ª Procuradoria de Justiça Cível, na apreciação da Apelação Cível nº. 005475/2012 –, que deu origem ao PA nº. 3433AD/2013, instaurado em 24.04.2013, e cujo encaminhamento pela Ouvidoria-Geral do MPMA, por meio do Ofício nº. 299/2014/GAB/OUV, só se deu em 25.11.2014 – ou seja, muito tempo depois da devolução do

referido recurso de apelação, em 29.05.2013, pelo Órgão, informou que dito processo administrativo, após a análise foi devidamente arquivado, em 29.01.2015, por decisão dessa Corregedoria Geral do Ministério Público, conforme consta da Ficha do Setor de Protocolo, bem assim da Certidão passada, em 28.05.2015, pelo servidor Eduardo Dias dos Santos, Chefe da Seção de Documentação, Arquivo e Informática - Matrícula nº. 1070485 (arquivo digital apresentado à Corregedoria Nacional); 3º) por fim, informou que, na presente data, não havia na 1ª Procuradoria de Justiça Cível qualquer procedimento judicial ou extrajudicial pendente de análise e parecer.

12.4. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando as atribuições das Procuradorias de Justiça.											
TITULAR	SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 06/13/2013; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; cumulativamente a função de Secretária do CSMP e Coordenadora do CAOP/DH; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Meio eletrônico e pastas de arquivos.											
Obs.: A inspecionada informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	62	0	20	13	7	6	16	18	33	17	14	10
Distribuídos no mês	53	95	67	59	46	52	34	12	68	67	62	56
Impulsionados no mês	115	75	74	65	47	42	32	77	84	70	66	65
Saldo do mês	0	20	13	7	6	16	18	33	17	14	10	1
Audiências	0	1	1	1	0	2	0	2	1	1	0	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
Exerce atividade na Administração Superior como Conselheira e Secretária do CSMP.												
Processos/Procedimentos									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Sugere a criação, no MPMA, de procuradorias de recursos cíveis e criminais; 2) a revisão da Recomendação 16/2010 do CNMP, por entender que seu acolhimento esvazia substancialmente as atribuições do Ministério Público, especialmente com relação às Procuradorias Cíveis.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												

1) Divulga pareceres no sítio do MPMA na internet. 2) A inspecionada solicitou que constasse, ainda, que tem se manifestado em todos os feitos, mesmo aqueles abrangidos pela Recomendação 16/2010 do CNMP, por entender ser relevante referida atuação. 3) Ressaltou, ainda, que, com relação aos recursos interpostos pelos Promotores de Justiça, costuma entrar em contato com estes antes de emitir os respectivos pareceres, buscando, assim, estabelecer uma relação de proximidade com os colegas de primeiro grau, bem como obter informações que podem melhor fundamentar as manifestações perante a Câmara Cível.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Tendo em vista que há apenas um processo judicial com vista, recebido na data de 03/12/2014, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária anotação individualizada dele.

#### OBSERVAÇÕES

A Procuradora informa que, desde que assumiu o órgão, ainda não foi inspecionada, ressaltando que inclusive solicitou a realização de referida inspeção pela Corregedoria local.

### 12.5. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

**ATRIBUIÇÕES** Atua perante a 1ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.

**TITULAR** TEREZINHA DE JESUS ANCHIETA GUERREIRO

#### DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O membro informou que assumiu o órgão em 04/03/1998; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de licença médica (10 a 21/11/2014); cumpre expediente das 8h às 15h, sendo que prolonga o expediente conforme a necessidade do serviço.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Estrutura de pessoal** 3 Assessores, 1 Assessora Técnica IV e 1 Chefe de Gabinete.  
**Estrutura física** Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.  
**Sistema de Arquivo** Armazenamento de pareceres e peças ministeriais em sistema de arquivos de pastas digitais, enquanto o arquivo de documentações físicas oficiais é organizado em pastas A/Z.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	34	24	55	11	14	1	42	15	56	50	31	79
Distribuídos no mês	54	185	50	57	42	85	56	175	85	61	136	47
Impulsionados no mês	64	154	94	54	55	44	83	134	91	80	88	94
Saldo do mês	24	55	11	14	1	42	15	56	50	31	79	17
Audiências	1	0	1	2	1	2	3	2	2	1	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Processos**  
Com vista há mais de 30 dias: 0  
Com vista há mais de 6 meses: 0  
Com vista há mais de 12 meses: 0  
Obs.: Em outubro de 2014, a inspecionada respondeu durante 17 dias durante o afastamento do Procurador Marco Antônio Anchieta Guerreiro, sendo que ficaram pendentes de devolução 08 (oito) feitos relativamente àquela respondência, e, destes, 6 (seis) estão com prazo para manifestação superior a 30 dias e foram anotados na tabela abaixo.

#### EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O membro informou que exerce atividade como Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos.

**Processos/Procedimentos**  
Com vista há mais de 30 dias: 0  
Com vista há mais de 6 meses: 0  
Com vista há mais de 12 meses: 0

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) Participou da Comissão do Concurso em 2014, na condição de Presidente. 2) Exerceu a função de Subprocuradora Administrativa. 3) Exerceu a função de Subprocuradora Jurídica. 4) Acumulou as funções com de outra Procuradoria de Justiça durante 17 dias, iniciando-se em outubro e terminando em novembro de 2014.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Apelação Cível	0502242014	25/10/2011	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
Apelação Cível	0497402014	24/06/2011	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
Apelação Cível	04993152014	13/05/2009	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
Embargos à Execução	0260742014	16/06/2014	Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
Apelação Cível	0497632014	06/12/2013	Irregular. Com vista desde 22/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
Apelação Cível	0466332014	24/02/2014	Irregular. Com vista desde 30/10/2014. Prazo superior a 30 dias.
OBSERVAÇÕES			
<p>1) No ato da inspeção verificou-se que haviam 16 (dezesesseis) feitos com vista relativamente à 1ª Procuradoria Cível, nenhum deles, contudo, com prazo para manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;</p> <p>2) Os feitos que foram anotados se referem a processos que a inspecionada teve vista em razão de respondência. De fato, em outubro de 2014, a inspecionada respondeu durante 17 dias pela Procuradoria de Justiça do Doutor Marco Antônio Anchieta Guerreiro, sendo que ficaram pendentes de devolução 08 (oito) feitos relativamente àquela respondência, e, destes, 6 (seis) estão com prazo para manifestação superior a 30 dias, todos eles anotados na tabela constante do item VIII. Tendo em vista tal constatação, a Equipe de Inspeção faz a indicação da possível instauração de RIEP por parte do CNMP;</p> <p>3) Não foram relatadas sugestões por parte do membro inspecionado.</p>			

**12.5.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora de Justiça Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro informou que os seguintes processos judiciais: Apelação Cível nº 0502242014, Apelação Cível nº 0497402014, Apelação Cível nº 04993152014, Apelação Cível nº 0497632014, Embargos à Execução nº 0260742014, Apelação Cível nº 0497632014 e Apelação Cível nº 0466332014 analisados pela equipe de inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, já se encontram devolvidos com manifestação para o Tribunal de Justiça, conforme certidão fornecida pelo Coordenadoria de Distribuição da PGJ/MA (arquivo digital apresentado à Corregedoria Nacional).

12.6. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 2ª Câmara Cível.												
TITULAR	CLODENILZA RIBEIRO FERREIRA												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 04/03/1998; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (agosto de 2014); cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: A inspecionada informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer até maio de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	30	0	32	45	24	11	12	11	0	0	13	8	

Distribuídos no mês	52	99	75	60	51	69	40	8	0	63	62	56
Impulsionados no mês	82	67	62	81	64	68	41	19	0	50	67	63
Saldo do mês	0	32	45	24	11	12	11	0	0	13	8	1
Audiências	0	0	1	1	1	1	1	1	0	2	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	5	0	2	0	2	3	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:							0	
				Com vista há mais de 6 meses:							0	
				Com vista há mais de 12 meses:							0	
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado	
				Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado	
				Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado	
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Não há nenhum processo judicial com vista.												
OBSERVAÇÕES												
1) Não há nenhum processo judicial com vista;												
2) Com relação à distribuição dos feitos, a inspecionada informa que ocorre automaticamente;												
3) Questionada a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu apenas em 2012;												
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.												

## 12.7. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Não consta no termo de inspeção.											
TITULAR	EDUARDO DANIEL PEREIRA FILHO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 03/12/2013; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (julho/2014) e de licença médica (12 dias em Outubro/2014); cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico, 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	4	0	0	3	0	0	0	15	1	2	8
Distribuídos no mês	43	91	70	56	41	48	42	79	53	79	36	49
Impulsionados no mês	39	95	70	53	44	48	42	63	67	78	30	57
Saldo do mês	4	0	0	3	0	0	0	15	1	2	8	0
Audiências	2	2	2	1	2	1	2	0	0	0	2	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0



EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior. É Presidente da Comissão de Segurança Institucional.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Sugere organizar e aumentar o número de servidores da Coordenadoria de Processos, responsável pela distribuição dos processos, pois devido à sobrecarga atual, às vezes ocorre a demora de até 2 (dois) dias para cadastramento e distribuição de feitos, causando prejuízo em razão dos prazos para manifestação; e 2) Ausência de regulamentação das substituições nos casos de férias e outros afastamentos dos Procuradores, atualmente inexistente.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) Quanto à primeira sugestão do inspecionado, no sentido de ser reestruturado o setor de distribuição, a Equipe de Inspeção se reporta ao termo de inspeção do Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, no qual foram refeitas considerações a respeito da questão;		
2) A Equipe de Inspeção também constatou que, de fato, não existe regulamentação das substituições entre os Procuradores de Justiça;		
3) O inspecionado informa que não sabe informar a data em que ocorreu última inspeção da unidade pela Corregedoria local, porém ressalta que, desde que assumiu, não houve nenhuma;		
4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

12.8. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Cível.												
TITULAR	RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 07/03/1996; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (de 13/10 a 14/11); cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	1 Chefe de Gabinete (cargo comissionado, exercido por servidora concursada), 1 Assessor Técnico (cargo comissionado) e 3 Assessores Jurídicos (sendo 1 cargo comissionado exercido por servidora concursada e 02 cargos exclusivamente comissionados).												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, virtual e pastas de arquivos												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer até maio de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	3	0	39	29	30	18	37	19	53	50	43	10	
Distribuídos no mês	29	95	71	61	41	133	46	90	59	70	25	13	
Impulsionados no mês	32	56	81	60	53	114	64	56	62	77	58	17	
Saldo do mês	0	39	29	30	18	37	19	53	50	43	10	6	
Audiências	0	1	1	1	1	2	1	1	1	2	0	1	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Que os Procuradores de Justiça possam atuar como órgãos agentes; 2) Uma melhor organização e aumento do número de servidores da Coordenadoria de Processos, responsável pela distribuição dos processos, pois devido à sobrecarga atual, às vezes ocorre a demora de até 2 (dois) dias para cadastramento e distribuição de feitos, causando prejuízo em razão dos prazos para manifestação; 3) Criação de uma Coordenadoria para a área Criminal e outra para a área Cível.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
Com relação às atuações de destaque, o inspecionado ressaltou, dentre outras, que foi Procurador-Geral de Justiça em 4 mandatos; Presidente do CNPG e Presidente do GNCOC.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Tendo em vista que todos os 5 processos judiciais estavam em dia, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles.		
OBSERVAÇÕES		
1) Com relação à sugestão do inspecionado no sentido de que haja a reestruturação da Coordenadoria de Processos, responsável pela distribuição dos processos aos Procuradores de Justiça, inclusive aumentando o número de servidores atuais para evitar demora no cadastramento e distribuição dos feitos recebidos do TJMA, cumpre que a Equipe de Inspeção constatou que este constitui um problema informado por vários Procuradores de Justiça. Em razão disso, a Equipe de Inspeção esteve na referida Coordenadoria, constatando, em suma, que: 1.1) a Coordenadoria possui 2 (duas) seções, uma responsável pelos processos das Procuradorias Criminais, e outra responsável pelos processos das Procuradorias Cíveis; 1.2) além da Coordenadora e dos chefes de seção, trabalham na referida Coordenadoria 2 (dois) assessores técnicos, 2 (dois) técnicos ministeriais, 1 (um) oficial de Promotoria e 1 (um) estagiário; 1.3) de acordo com a Coordenadora, Doutra Anna Maria Alvares Nunes do Rego: 1.3.1) em regra os processos recebidos no dia são cadastrados e distribuídos até o dia seguinte, porém, algumas vezes, é necessário um período maior, a depender da quantidade de feitos recebidos; 1.3.2) desde o dia 22/10/2014 os processos são distribuídos automaticamente e de forma equitativa, utilizando-se o Sistema SIMP; c.3.3) o referido Sistema permitiu a emissão de relatórios individualizados, com a indicação do número de processos distribuídos a cada um dos Procuradores de Justiça; 1.3.4) para conseguir que os processos sejam recebidos e distribuídos no mesmo dia, seriam necessários pelo menos mais 6 (seis) técnicos ministeriais, sendo 3 (três) deles para cada uma das seções, as quais, além disso, poderiam ser transformadas em Coordenadorias próprias; 1.3.5) alguns processos, como habeas corpus, mandados de segurança e etc., teriam preferência no cadastramento e distribuição;		
2) A Equipe de Inspeção resalta que, de fato, constatou haver atrasos inclusive com prejuízo para a atividade dos Procuradores de Justiça, pois o prazo começa a contar da data do recebimento na Procuradoria de Justiça, e não do dia em que recebem os feitos nos respectivos gabinetes. E, ainda a propósito do tema, se reporta aos termos de inspeção dos Procuradores de Justiça Eduardo Daniel Pereira Filho e Flávia Tereza de Viveiros Vieira, nos quais constam informações adicionais;		
3) Submete à análise da Corregedoria Nacional, portanto, a análise quanto a conveniência da expedição de recomendação à Procuradoria-Geral de Justiça, para que sejam realizados estudos e, na sequência, reestruturada a Coordenadoria de Processos responsável pela distribuição dos feitos aos Procuradores de Justiça;		
4) A última vez que a Corregedoria local inspecionou o órgão foi em março de 2012.		

12.9. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.
TITULAR	ANA LÍDIA DE MELLO E SILVA MORAES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que assumiu o órgão em 24/09/1993; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias em julho de 2014; cumpre expediente das 8h às 14h e, se houver necessidade, estende o horário.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Estrutura de pessoal	1 chefe de gabinete, 1 assessor técnico e 3 assessores jurídicos.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	47	20	0	27	26	44	27	5	6	79	75	45
Distribuídos no mês	51	0	61	55	109	57	52	6	136	91	102	78
Impulsionados no mês	78	20	34	56	91	74	74	5	63	95	132	96
Saldo do mês	20	0	27	26	44	27	5	6	79	75	45	27
Audiências	1	0	1	2	1	1	1	2	1	1	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Existem atualmente 27 (vinte e sete) processuais com vista ao Ministério Público, nenhum deles, contudo, com prazo para manifestação excedido. Os números referentes ao campo 2, “distribuídos no mês”, incluem as ciências de acórdãos.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
O membro sugere a ampliação do quadro de assessores das Procuradorias de Justiça.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
A inspecionada informa que todos os servidores devem conhecer as atividades uns dos outros, para que, no caso de necessidade de afastamento de algum deles, os outros saibam desempenhar as atividades sem prejuízo para o serviço.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Existem atualmente 27 (vinte e sete) processuais com vista ao Ministério Público, nenhum deles, contudo, com prazo para manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) Com relação à sugestão da ampliação do quadro de assessores das Procuradorias de Justiça, a Equipe de Inspeção não verificou a existência de dados objetivos que apontassem para a efetiva necessidade dessa ampliação.												
3) Com relação à distribuição dos feitos, a inspecionada informa que ocorre automaticamente, pelo Sistema SIMP.												
4) A inspecionada informa que a última inspeção pela Corregedoria local ocorreu março de 2010;												
5) A inspecionada informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												

## 12.10. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.
TITULAR	IRACY MARTINS FIGUEIREDO AGUIAR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 20/09/1993; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se nos últimos 06 meses, em razão de férias (outubro de 2014); cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	33	0	0	17	30	30	21	21	28	61	69	0
Distribuídos no mês	53	0	66	52	63	55	52	73	138	86	0	67
Impulsionados no mês	86	0	49	39	63	64	52	66	105	78	69	60
Saldo do mês	0	0	17	30	30	21	21	28	61	69	0	7
Audiências	1	0	2	1	1	1	1	2	1	1	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
A inspecionada sugere a ampliação das atribuições dos Procuradores de Justiça.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Todos os feitos judiciais estão em dia, razão pela a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) A inspecionada informa que a distribuição dos feitos judiciais atualmente ocorre por intermédio do Sistema SIMP, de forma automática;												
3) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu em dezembro de 2013;												
4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.												

### 12.11. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Cível do TJMA.												
TITULAR	MARILEA CAMPOS DOS SANTOS COSTA												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 25/06/2010; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente pela Ouvidoria do MPMA; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (agosto de 2014); cumpre expediente das 9h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	1 chefe de gabinete, 1 assessor técnico e 3 assessores jurídicos.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: A inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	38	3	34	16	29	2	10	21	23	0	29	51	
Distribuídos no mês	53	92	71	51	49	56	53	81	0	90	110	88	
Impulsionados no mês	88	61	89	38	96	48	42	79	23	61	88	103	

Saldo do mês	3	34	16	29	18	10	21	23	0	29	51	36
Audiências	1	1	1	1	0	3	1	1	0	1	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como Ouvidora Geral.												
Obs.: O membro possui feitos com vistas provenientes desta atividade												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Obs: Os feitos alusivos à Ouvidoria foram analisados por equipe própria de inspeção.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
A inspecionada sugere o aumento do pessoal de apoio da Ouvidoria do MPMA, com um técnico administrativo com treinamento em arquivologia, além de um assistente social para auxiliar nos atendimentos.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
Foi finalista do Prêmio Inovare em 2013, com o Programa “Boas práticas na resolutividade”, desenvolvido pela Ouvidoria												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Tendo em vista que todos os feitos estavam em dia, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) A inspecionada informa que a unidade foi inspecionada pela última vez pela Corregedoria-Geral do MPMA em 2010;												
3) A inspecionada informa que, no exercício da atividade de Ouvidora, recebeu reclamações no sentido de que: 3.1) haveria excesso de prazo para manifestação nos feitos por parte de determinados Procuradores de Justiça, fatos comunicados, em um dos casos, à Subprocuradoria-Geral para Assuntos Jurídicos da PGJ, mediante o Ofício nº 804/2014/GAB/OUV, e, em outro, à Corregedoria-Geral do MPMA por intermédio do Ofício nº 299/2014/GAB/OUV (documentos apresentados à equipe e juntado aos autos de inspeção); e 3.2) determinado advogado não teria conseguido ser atendido pela Procuradora Geral de Justiça MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO, fato comunicado à Subprocuradoria de Assuntos Jurídicos da PGJ por intermédio do Ofício nº 106/2014/GAB/OUV (documentos apresentados à equipe e juntado aos autos de inspeção)												
4) Ressalta ainda que, ainda no exercício das funções da Ouvidoria, houve situações em que foram realizadas ligações anônimas, que teriam partido de um “orelhão”, no sentido de que alguns integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça deixam de comparecer injustificadamente às referidas sessões, mas que nesses casos não houve formalização, por se tratar de notícia prestada via telefone e anonimamente. Maiores considerações a respeito das atividades da Ouvidoria foram realizadas no termo próprio, de outra Equipe de Inspeção;												
5) Havia 9 (nove) processos judiciais com vista, nenhum deles com prazo excedido para manifestação.												

**12.11.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou, quanto ao item 3 das observações constantes no Termo de Inspecção, que todos os Ofícios encaminhados a Procuradora-Geral de Justiça relatando citados fatos foram objeto de remessa para atuação do Corregedor Geral do Ministério Público, do Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, que é o coordenador das Procuradorias de Justiça, e do próprio Procurador de Justiça interessado, ressaltando ser atribuição da Corregedoria Geral do Ministério Público a apuração dos fatos.

12.12. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando as atribuições das Procuradorias de Justiça.
TITULAR	THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	



O membro informou que assumiu o órgão em 26/09/2008; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (11/08 a 19/09/2014); cumpre expediente das 8h às 15h.

Obs.: Ato Normativo nº 18/2012.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estrutura de pessoal	1 Chefe de Gabinete, 1 Técnico ministerial e 3 Assessores Jurídicos.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	A inspecionada informa que, em 2015, será inaugurada a nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o que solucionaria o problema de espaço atual.

Obs.: A inspecionada informa que, em 2015, será inaugurada a nova sede da PGJ, o que solucionaria o problema de espaço atual.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	24	22	25	11	22	39	27	4	11	1	14	1
Distribuídos no mês	38	88	64	50	108	57	52	85	62	30	97	89
Impulsionados no mês	40	85	78	39	91	69	75	78	72	17	95	86
Saldo do mês	22	25	11	22	39	27	4	11	1	14	1	4
Audiências	-	1	1	2	1	1	1	3	2	1	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

#### EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.

Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A inspecionada sugere que o Colégio de Procuradores edite ato regulamentando atribuições de 2º grau.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) No ato da inspeção verificou-se que haviam 10 feitos com vista, nenhum deles estava com prazo para manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**12.12.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora de Justiça, embora em gozo de licença médica, informou não existirem explicações ou comentários a serem feitos, uma vez que o relatório preliminar não fez menção a qualquer irregularidade verificada na Procuradoria de Justiça por ela ocupada.

#### 12.13. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 4ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando as atribuições.
TITULAR	VAGO (em razão do Dr. Cezar Queiroz Ribeiro de ter completo 70 anos em 22/11/2014)
SUBSTITUTO	JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 28/05/2010; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Procuradoria de Justiça Criminal da Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha (a qual atua perante a 2ª Câmara Criminal), afastada para ocupar o cargo de Procuradora Geral de Justiça, bem como pela sua própria titularidade, perante a 5ª Procuradoria Cível; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se em razão de férias (outubro/2014); cumpre expediente das 8h às 16h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e pastas de arquivos.											
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	58	16	33	40	19	28	45	40	94	54	66	62
Distribuídos no mês	69	105	104	54	90	179	100	223	177	133	215	173
Impulsionados no mês	111	88	97	75	81	162	106	169	217	121	219	195
Saldo do mês	16	33	40	19	28	45	39	94	54	66	62	40
Audiências	1	1	3	1	1	3	2	5	2	2	5	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) A criação, em Lei, de cargos efetivos (servidores públicos), com a posterior realização de concurso público para os respectivos provimentos; 2) A mudança das Procuradorias para a nova sede, tão logo seja possível; e 3) Aumentar o número de Procuradorias, notadamente para equilibrar o número de Procuradorias que oficiam perante a 5ª Câmara Cível, pois atualmente oficiam perante esta apenas 3 (três) Procuradorias, enquanto perante as demais Câmaras oficiam 4 (quatro) Procuradorias.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) A Equipe de Inspeção compareceu na unidade inspecionada em 02/12/2014 e verificou que o Dr. Cezar Queiroz Ribeiro foi afastado por ter completado 70 anos em 22/11/2014. Consta que Sua Excelência requereu a aposentadoria voluntária em data anterior, mais especificamente em 19/11/2014, dando origem ao Processo Administrativo nº 12129AD/2014, ainda em tramitação (cópia do processo anexada ao presente termo). Até então não havia sido editado o ato de aposentadoria. Também não havia qualquer ato formal designando outro Procurador para exercer as atribuições da Procuradoria que ficou vaga em razão do afastamento do Dr. Cezar Queiroz Ribeiro. Constatou-se, contudo, de acordo com informações prestadas pela servidora Márcia Maria de Paula Barros Muniz, Assessora Jurídica da Procuradoria inspecionada (Matrícula nº 1070524), que o Dr. Cezar Queiroz Ribeiro ainda ficou assinando pareceres até o dia 01/12/2014, tendo sido recebida então a orientação verbal do Subprocurador Jurídico, Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, informando que, oportunamente, seria designado um outro Procurador para responder pela Procuradoria inspecionada. Em conversa com a Dra. Doracy Moreira Reis Santos, Assessora do Corregedor-Geral do MPMA, esta informou que o ato de designação do Procurador que atuará em substituição ficaria pronto para o dia seguinte, 03/12/2014. Em razão disso, a Equipe de Inspeção suspendeu o ato de inspeção e retornou no dia 04/12/2014. Verificou-se, então, que, de fato, em 03/12/2014, foi expedida a Portaria nº 7688/2014-GPGJ, designando o inspecionado, Dr. JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO, para responder pela 4ª Procuradoria Cível de Justiça;												
2) Outra constatação foi a de que não há um ato estabelecendo as atribuições de cada Procuradoria, bem como os substitutos automáticos nos casos dos afastamentos dos respectivos titulares;												
3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.												

12.14. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 4ª Câmara Cível.											
TITULAR	FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA (afastado desde 02/09/2014, para exercer o cargo de Subprocurador Jurídico da PGJ)											
SUBSTITUTO	PAULO ROBERTO SALDANHA RIBEIRO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 02/03/2004; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Procuradoria de Justiça de sua titularidade; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	94	0	15	8	24	59	10	1	31	25	16	15
Distribuídos no mês	48	72	49	68	119	45	0	82	71	61	72	57
Impulsionados no mês	142	57	56	52	84	94	9	52	77	70	73	72
Saldo do mês	0	15	8	24	59	10	1	31	25	16	15	0
Audiências	0	1	1	1	2	0	0	2	1	2	0	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Todos os 15 (quinze) feitos judiciais com vista, todos estão em dia, razão pela a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) O inspecionado informa que a distribuição dos feitos judiciais atualmente ocorre por intermédio do Sistema SIMP, de forma automática;												
3) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, o inspecionado informou que ocorreu em 2012;												
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.												

12.15. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 4ª Câmara Cível e também em todos os recursos oriundos de ações de execução de acórdãos do Tribunal de Contas, mesmo naqueles que caberiam a outra Procuradoria de Justiça pelos critérios normais de distribuição interna (anuência prévia do Procurador "Promotor Natural"), com interposição dos recursos cabíveis ao STJ e ao STF inclusive incidentais (agravos e embargos).											

TITULAR	JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 29/03/1996; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente pelo CAOP Patrimônio Público e Probidade Administrativa; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se em razão de férias (05/05 a 02/07); cumpre expediente das 8h às 16h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema <i>SIMP</i> , meio virtual e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer até maio de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	29	14	32	31	40	48	20	6	9	29	56	52
Distribuídos no mês	52	81	55	74	76	0	0	97	122	118	111	78
Impulsionados no mês	67	63	56	65	68	28	14	94	102	91	115	76
Saldo do mês	14	32	31	40	48	20	6	9	29	56	52	54
Audiências	1	1	1	1	3	1	0	1	1	3	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	5	9	3	11	11	9	13	8	6	19	5	50
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	4	6	2	7	1	8	3	3	23	20	41	12
Obs.: Nos meses em que houve 0 (zero) feitos distribuídos se referem ao período de férias.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:									2		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Obs.: Existem 33 (trinta e três) feitos com vista, sendo que, destes, <b>12 (doze) estão com prazo de vista superior a 30 dias</b> , e que foram anotados na tabela constante do item VIII.												
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior possuindo delegação para promoção de ação penal originária do Tribunal de Justiça.												
Obs.: A delegação mencionada, é para um feito específico, no caso uma ação penal contra Promotor de Justiça (Denúncia nº 36.369/2012/ Número Único 0006284-54 2012.8.10.00000).												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
O inspecionado informa que atua em todos os recursos oriundos de ações de execução de acórdãos do Tribunal de Contas, mesmo naqueles que caberiam a outra Procuradoria de Justiça pelos critérios normais de distribuição interna (anuência prévia do Procurador “Promotor Natural”), com interposição dos recursos cabíveis ao STJ e ao STF, inclusive incidentais (agravos e embargos). Ressalta, contudo, que não há nenhum ato formal do Colégio de Procuradores, embora tenha submetido a questão a exame deste, tendo a maioria concluído favoravelmente, decisão que o inspecionado acredita ter ficado registrada em ata.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento			Data da instauração			Situação detectada					
Apelação Cível	0485262014			11/07/2013			Irregular. Com vista desde 20/10/2014. Há mais de 30 dias.					
Apelação Cível	0484842014			09/08/2013			Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Há mais de 30 dias.					
Apelação Cível	0482532014			12/09/2011			Irregular. Com vista desde 14/10/2014. Há mais de 30 dias.					
Apelação Cível	0491142014			26/04/2012			Irregular. Com vista desde 22/10/2014. Há mais de 30 dias.					

Apelação Cível	0495852014	03/05/2012	Irregular. Com vista desde 22/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0484522014	03/05/2012	Irregular. Com vista desde 17/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0495792014	23/11/2012	Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0491942014	06/04/2010	Irregular. Com vista desde 21/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0474672014	12/03/2012	Irregular. Com vista desde 14/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0230702014	24/04/2012	Irregular. Com vista desde 17/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0494132014	18/07/2013	Irregular. Com vista desde 29/10/2014. Há mais de 30 dias.
Apelação Cível	0475562014	11/10/2007	Irregular. Com vista desde 13/10/2014. Há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Dos 33 (trinta e três) feitos com vista, **12 (doze) estão com prazo de vista superior a 30 dias**, e que foram anotados na tabela constante do item VIII. O inspecionado informou que estes feitos ficaram em atraso devido ao fato de estar aguardando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no Recurso Especial nº 823.347, que gerou a repercussão geral de nº 768, bem como que todos os feitos em questão se referem a recursos oriundos de ações de execução de acórdãos do Tribunal de Contas;
- 2) A Equipe de Inspeção se dirigiu ao setor responsável pela distribuição e tomou conhecimento de que, para garantir a distribuição equitativa de processos entre os Procuradores, o Sistema *SIMP* faz a compensação em face do recebimento daqueles recursos. De qualquer modo, tendo em vista a constatação daqueles dados objetivos, demonstrando a existência de feitos com vista há mais de 30 dias, a Equipe de Inspeção faz a indicação para análise quanto a possível instauração de **RIEP** por parte do CNMP;
- 3) Com relação à distribuição dos mencionados recursos, a Equipe de Inspeção não constatou que não há nenhum ato formal do Colégio de Procuradores, embora a questão tenha sido submetida à análise deste, tendo a maioria dos seus integrantes concordado em que mencionados processos fossem distribuídos ao inspecionado (documento apresentado à equipe e juntado aos autos de inspeção);
- 4) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, o inspecionado informa que ocorreu, salvo engano, em novembro de 2012;
- 5) Não foram relatadas sugestões por parte do membro inspecionado.

#### 12.16. 4ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 4ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando as atribuições.												
TITULAR	PAULO ROBERTO SALDANHA RIBEIRO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 02/03/2004; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Procuradoria de titularidade do Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	1 técnico ministerial exercendo cargo comissionado de chefe de gabinete; 1 técnico ministerial exercendo cargo comissionado de assessor de procurador de justiça; 1 assessor técnico exercendo cargo comissionado e 2 assessores em cargo comissionado de assessor de procurador de justiça.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	22	0	3	15	0	11	29	24	5	9	28	37	
Distribuídos no mês	59	66	55	2	43	74	29	84	54	72	68	66	

Impulsionados no mês	81	63	43	17	32	56	34	103	50	53	59	89
Saldo do mês	0	3	15	0	11	29	24	5	9	28	37	14
Audiências	1	1	1	0	1	1	2	2	1	3	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como integrante do Colégio de Procuradores de Justiça.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:									Não		
	Com vista há mais de 6 meses:									Não		
	Com vista há mais de 12 meses:									Não		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Todos os 14 (quatorze) feitos judiciais estão em dia, razão pela a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) O inspecionado informa que a distribuição dos feitos judiciais atualmente ocorre por intermédio do Sistema SIMP, de forma automática;												
3) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, o inspecionado informou que ocorreu em 2011;												
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.												

## 12.17. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 5ª Câmara Cível.											
TITULAR	JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 28/05/2010; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela PJ Criminal da Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha (atua perante a 2ª Câmara Criminal), afastada para ocupar o cargo de Procuradora-Geral de Justiça; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (outubro/2014); cumpre expediente das 8h às 16h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015. Ressalta, ainda, que um de seus assessores jurídicos está de licença maternidade.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	61	0	136	34	80	55	53	18	174	174	145	76
Distribuídos no mês	53	257	84	120	96	119	104	302	202	159	68	129
Impulsionados no mês	114	121	186	74	122	121	139	146	202	188	137	78
Saldo do mês	0	136	34	80	55	53	18	174	174	145	76	127
Audiências	1	1	1	1	1	4	2	2	1	1	2	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como integrante do CSMP, possuindo 51 feitos com vistas, provenientes desta atividade.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:										15	
	Com vista há mais de 6 meses:										4	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Obs.: A delegação é para um feito específico, no caso uma ação penal contra Promotor de Justiça (Denúncia nº 36.369/2012/nº único 0006284-54 2012.8.10.00000 / Acusado: Carlos Serra Martins). Dos 51 feitos com vista, 19 estão com prazo de manifestação excedido, sendo eles anotados na tabela do item VIII.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Sugere a criação, por meio de lei, de cargos efetivos (servidores públicos), com a posterior realização de concurso público para os respectivos provimentos; 2) A mudança das Procuradorias para a nova sede, tão logo seja possível; e 3) Aumentar o número de Procuradorias, notadamente para equilibrar o número de Procuradorias que oficiam perante a 5ª Câmara Cível, pois atualmente oficiam perante esta apenas 03 Procuradorias, enquanto perante as demais Câmaras oficiam 04 Procuradorias.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração		Situação detectada								
Peças de Informação	1711CS/2014	13/02/2008		Irregular. Recebido/conclusos em 16/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Peças de Informação	1662CS/2014	30/08/2012		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Peças de Informação	1647CS/2014	03/02/2012		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Peças de Informação	1641CS/2014	31/05/2012		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Peças de Informação	161701CS/2014	29/04/2010		Irregular. Recebido/conclusos em 19/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Peças de Informação	0720CS/2014	30/08/2007		Irregular. Recebido/conclusos em 07/03/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 6 meses.								
Peças de Informação	1072CS/2014	10/01/2014		Irregular. Recebido/conclusos em 20/05/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 6 meses.								
Procedimento Administrativo	1958CS/2014	08/02/2013		Irregular. Recebido/conclusos em 02/09/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Administrativo	1039CS/2014	10/08/2012		Irregular. Recebido/conclusos em 29/05/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 6 meses.								
Procedimento Administrativo	1839CS/2014	25/10/2011		Irregular. Recebido/conclusos em 22/07/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Administrativo	1116CS/2014	018/04/20128/02/2013		Irregular. Recebido/conclusos em 29/05/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 6 meses.								
Procedimento Administrativo	1852CS/2014	16/04/2012		Irregular. Recebido/conclusos em 22/07/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Administrativo	1702CS/2014	27/03/2014		Irregular. Recebido/conclusos em 13/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Preparatório	1667CS/2014	14/10/2013		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Investigatório Preliminar	1884CS/2014	13/06/2013		Irregular. Recebido/conclusos em 30/07/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Representação	1770CS/2014	11/06/2014		Irregular. Recebido/conclusos em 22/07/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Representação	16540CS/2014	07/07/2011		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								
Procedimento Preparatório	1655CS/2014	18/05/2011		Irregular. Recebido/conclusos em 24/06/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.								

Procedimento Preparatório	1106CS/2014	07/02/2014	Irregular. Recebido/conclusos em 06/05/2014. Excesso de Prazo: com vista há mais de 30 dias.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) Existem 94 processos judiciais com vista, nenhum deles, contudo, com prazo de manifestação superior a 30 dias, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;</p> <p>2) No entanto, quanto aos feitos do Conselho Superior do Ministério Público, constatou-se que, dos 51 feitos com vista, 19 estão com prazo de manifestação excedido, sendo eles anotados na tabela específica. O inspecionado, a propósito desses feitos com vista há mais de 30 dias, informa que, além do período de férias, bem como o fato de estar, atualmente, com uma assessora de licença maternidade, passou por problemas pessoais, decorrentes do falecimento do seu irmão, fato ocorrido em 18/10/2014;</p> <p>3) Verifica-se, ainda, que alguns feitos estão com vista a prazo superior a 06 (seis) meses. Considerando estes dados objetivos, a Equipe de Inspeção sugere a instauração de RIEP;</p> <p>4) O inspecionado informa que a unidade foi inspecionada, salvo engano, em 2011 ou 2012;</p> <p>5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.</p>			

### 12.18. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 5ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando a atribuição das Procuradorias de Justiça.											
TITULAR	SÂMARA ASCAR SAUAIA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 09/06/2008; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h e, havendo necessidade, até as 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e pastas de arquivos.											
Obs.: A inspecionada informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer até maio de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	45	0	75	28	37	36	32	19	54	68	8	46
Distribuídos no mês	49	253	90	94	98	75	90	120	238	192	119	103
Impulsionados no mês	94	178	137	86	90	88	89	104	170	272	107	102
Saldo do mês	0	75	28	37	36	32	19	54	68	8	46	47
Audiências	2	1	1	1	1	2	1	2	3	2	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	5	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												

Sugere a criação de mais um cargo de Procurador de Justiça para atuar perante a 5ª Câmara Cível, uma vez que, atualmente, somente existem 03 Procuradores de Justiça atuando perante esta. Que nas outras Câmaras, tanto Cíveis quanto Criminais, oficiam 04 Procuradores de Justiça.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Dos 47 (quarenta e sete) processos com vista, nenhum deles se encontra com prazo de manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;
- 2) Questionada a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu no início de 2013;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 12.19. 5ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 5ª Câmara Cível. Não há ato regulamentando as atribuições.												
TITULAR	TEODORO PERES NETO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 29/12/2004; reside na comarca de lotação; participa de alguns cursos de aperfeiçoamento realizados pela PGJ; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	66	161	104	96	91	82	92	101	158	131	165	131	
Impulsionados no mês	66	161	104	96	91	82	92	101	158	131	165	131	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências	1	1	1	3	2	2	3	3	3	2	3	2	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	1	3	0	2	2	1	1	1	2	1	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	1	2	2	1	3	2	1	2	2	2	3	2	
Obs.: Os dados estatísticos se referem à unidade inspecionada, bem como a respondência pela Procuradoria do Dr. Raimundo Nonato Carvalho Cível, durante o afastamento deste, em razão de férias.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos				Com vista há mais de 30 dias:							0		
				Com vista há mais de 6 meses:							0		
				Com vista há mais de 12 meses:							0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR													
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.													
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO													
O inspecionado sugere um maior incentivo à produção científica por parte dos membros, além da realização de cursos e oficinas com o intuito de agregar mais conhecimento e atualização jurídica.													

<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
Foi coordenador do Programa Institucional “Memória do Ministério Público MA”. Também foi autor de livros que enaltecem o desempenho do Ministério Público na proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ao lado de outros temas, quais sejam “Recanto e contemplações de Santa Quitéria”, “Memórias – 2008”, “O Namoro da Princesa”, “Romance-2012” e “Saudosos Caminhos – Contos, 2013”.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Todos os feitos judiciais estão em dia, razão pela a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles; 2) A inspecionada informa que a distribuição dos feitos judiciais atualmente ocorre por intermédio do Sistema SIMP, de forma automática; 3) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, o inspecionado informa que ocorreu no final do segundo semestre de 2013.

12.20. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Criminal.											
TITULAR	SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES (afastado para ocupar o cargo de Corregedor-Geral do MPMA).											
SUBSTITUTO	DOMINGAS DE JESUS FRÓZ GOMES											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 02/08/2014; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 1º Procuradoria Cível; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos											
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	2	20	39	33	26	23	22	26	38	63	45
Distribuídos no mês	-	25	45	32	24	30	22	31	38	69	33	18
Impulsionados no mês	-	7	26	39	31	33	23	27	26	44	51	34
Saldo do mês	-	20	39	33	26	23	22	26	38	63	45	29
Audiências	-	-	-	-	1	1	1	2	1	1	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Os dados não preenchidos se referem a campos que a unidade inspecionada não informou à Equipe de Inspeção.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos	Com vista há mais de 30 dias:								1			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como suplente, no Conselho Superior do MPMA.												
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Apelação Criminal	0448412014	22/09/2014	Irregular. Com vista desde 10/10/2014. Excesso de prazo. Com vista há mais de 30 dias.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) Verifica-se que, de janeiro a novembro de 2014, a média mensal de manifestação impulsos processuais foi de apenas 31 (trinta e um) feitos, aparentemente baixa, até porque a unidade inspecionada conta com 3 (três) Assessores de Procurador de Justiça, 1 (um) Assessor Técnico IV e 01 (um) Chefe de Gabinete. Ainda assim havia no momento da inspeção 1 (um) um processo judicial com vista há mais de 30 dias, razão submete-se à Corregedoria Nacional a eventual necessidade de instauração de RIEP;</p> <p>2) Tendo em vista que não foram disponibilizados todos os dados estatísticos, ficou inviabilizado o exame da atuação no que tange, em especial, ao número de recursos interpostos;</p> <p>3) A inspecionada disse não saber se houve, e, caso positiva a resposta, a data em que ocorreu a última inspeção da Corregedoria local na unidade ora inspecionada;</p> <p>4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.</p>			

12.21. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.											
TITULAR	EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 12/03/1992; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou das atividades em razão de férias (agosto e novembro); cumpre expediente das 8h às 14h, tendo informado que não trabalha às sextas feiras.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	31	9	30	57	54	24	28	24	18	-	40	78
Distribuídos no mês	37	58	144	67	72	65	62	66	26	128	91	34
Impulsionados no mês	59	37	117	70	102	61	66	72	44	88	69	112
Saldo do mês	9	30	57	54	24	28	24	18	0	40	78	0
Audiências	0	1	2	2	2	2	3	3	2	3	2	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: O inspecionado informa que não interpôs recurso porque as decisões foram todas favoráveis.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.												
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												

1) Que passou a utilizar apenas o meio virtual; 2) Escolheu uma equipe capacitada e fixou uma meta do prazo máximo de 3 (três) dias para elaboração das respectivas minutas por parte dos assessores.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Todos os feitos judiciais estão em dia, razão pela a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;
2) O inspecionado informa que a distribuição dos feitos judiciais atualmente ocorre por intermédio do Sistema SIMP, de forma automática;
3) Questionado a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, o inspecionado informou que nunca houve;
4) O inspecionado informou que não trabalha às sextas-feiras;
5) Não há nenhum processo judicial com vista;
6) Não foram apresentadas sugestões por parte do membro inspecionado.

**12.21.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau ressaltou que não havia em seu gabinete nenhum processo com parecer efetuado em atraso. Quanto ao fato de não trabalhar às sextas-feiras, esclareceu que tal fato se dá em razão do exercício de sua fé, mas que, quando muito necessário, para que não haja atraso em seu serviço, sempre se faz presente na Procuradoria de Justiça.

**12.21.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou a Procuradora-Geral de Justiça que, diante da informação prestada pelo membro a Comissão do CNMP (item 4, do campo Observações), cumpre a Corregedoria Geral do MP/MA apurar a conduta do mesmo, considerando ser dever de todos os membros dar expediente no horário de trabalho e cumprindo sua missão constitucional.

12.22. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.
TITULAR	SELENE COELHO DE LACERDA
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro assumiu o órgão em 19/03/2010; reside na comarca de lotação; participa de curso de pós-graduação; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não consta no termo de inspeção a informação se recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (agosto/2014); cumpre expediente das 8h às 14h e das 16h às 18h (informou também que o horário de expediente no órgão varia conforme demanda de trabalho, volume de processos e a pauta seção TJMA).	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Estrutura de pessoal	3 assessores jurídicos, 1 técnico ministerial e 1 chefe de Gabinete.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	Digital e físico.
Obs.: O inspecionado informa que, segundo informações que obteve, no início do próximo ano, aproximadamente em março de 2015, será inaugurada a nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o que solucionaria o problema de espaço atual.	
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
PERÍODO	Dez Jan Fev Mar Abri Mai Jun Jul Ago Set Out Nov
Saldo do mês anterior	8 3 7 14 7 4 13 15 12 18 17 5
Distribuídos no mês	23 28 50 37 25 65 48 29 46 62 34 24
Impulsionados no mês	28 24 43 44 28 56 46 32 40 63 46 27
Saldo do mês	3 7 14 7 4 13 15 12 18 17 5 2
Audiências	1 0 0 0 1 0 1 1 0 1 1 1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0



Obs.: A inspecionada informa que, com relação aos meses de janeiro, fevereiro, março e maio de 2014, não compareceu às sessões do TJMA, porém solicitou que outro Procurador fosse em seu lugar, não se recordando os motivos de assim fazê-lo. Pediu para constar que foi substituída pelo Procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Melhoria na segurança, notadamente no controle de entrada e saída de pessoas no prédio da Procuradoria; e 2) Modernização da TI.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) No ato da inspeção verificou-se que haviam dois feitos com vista, o mais antigo com vista datada de 27/11/2014. Tendo em vista que todos estavam em dia, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;		
2) A inspecionada informa que foi Corregedora-Geral do MPMA entre 2009 e abril de 2013, tendo nesse período realizado a inspeção de praticamente todas as Procuradorias de Justiça, com exceção, salvo engano, da Procuradoria de Justiça do Doutor JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA, que, na época em que seria realizada, de acordo com o calendário estabelecido, se encontrava afastado por algum motivo;		
3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

12.23. 1ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 1ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.												
TITULAR	MARIA DOS REMÉDIOS FIGUEIREDO SERRA												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 12/03/1992; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou das atividades em razão de diversas licenças médicas, em datas variadas, entre março de 2013 e outubro de 2014; cumpre expediente das 9h às 13h, sendo que, em algumas semanas, chega a faltar 2 ou 3 dias.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Técnico ministerial e 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	32	9	0	0	4	1	-	-	-	0	9	29	
Distribuídos no mês	13	2	-	12	0	0	-	-	-	9	47	38	
Impulsionados no mês	36	11	-	8	3	1	-	-	-	0	56	47	
Saldo do mês	9	0	-	4	1	0	-	-	-	9	29	20	
Audiências	0	0	-	0	0	0	-	-	-	0	0	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	-	0	0	0	-	-	-	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	-	0	0	0	-	-	-	0	0	0	

Obs.: Os meses de fevereiro, junho, julho e agosto de 2014 não constam registro de movimentações pois, de acordo com a inspecionada, se referem a períodos em que ela se encontrava afastada em razão de férias ou licenças médicas. A inspecionada informa que não compareceu a nenhuma sessão de julgamento entre março de 2013 a novembro de 2014. Ressalta que, em alguns casos, a sua ausência decorreu do fato de estar de licença médica ou férias e, em outros, porque solicitou a outro Procurador que fosse em seu lugar. Questionada a respeito do motivo pelo qual não foi a algumas sessões mesmo não estando afastada, afirmou que, depois de seu problema de saúde, passou a fazer uso de medicações que a deixam indisposta para o trabalho, especialmente pela manhã, quando ocorrem as sessões do Tribunal de Justiça. Acrescentou que acha as sessões “maçantes”, acrescentando: “Já cumpri minha missão há muito tempo. Já devia estar aposentada”. Diante dessa resposta foi questionada se havia requerido aposentadoria voluntária, tendo afirmado que não, pois antes pretende gozar férias e receber o respectivo adicional, mas que estava pensando em se aposentar no início do próximo ano de 2015.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

#### EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.

Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A inspecionada sugere a revisão das atribuições dos Procuradores de Justiça, para incluir atividades de órgão agente.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

#### OBSERVAÇÕES

1) A Equipe de Inspeção deixa consignado, em especial, os seguintes fatos, noticiados pela própria inspecionada: a) Sua Excelência cumpre expediente no órgão das 9h30min às 13h, sendo que, contudo, não trabalha todos os dias, chegando a faltar 2 (dois) ou até 3 (três) dias em algumas semanas; e b) não compareceu a nenhuma sessão de julgamento do TJMA entre março de 2013 a novembro de 2014, ressaltando que, em alguns casos, a ausência decorreu do fato de estar de licença médica ou férias, mas, em outros, porque solicitou a outro Procurador que fosse em seu lugar. Questionada a respeito do motivo pelo qual não foi a algumas sessões mesmo não estando afastada, afirmou que, depois de seu problema de saúde, passou a fazer uso de medicações que a deixam indisposta para o trabalho, especialmente no período da manhã, quando ocorrem as sessões do Tribunal de Justiça. Acrescentou que acha as sessões “maçantes”, acrescentando as seguintes palavras, in verbis: “Já cumpri minha missão há muito tempo. Já devia estar aposentada”. Diante dessa resposta foi questionada se havia requerido aposentadoria voluntária, tendo afirmado que não, pois antes pretende gozar férias e receber o respectivo adicional, mas que estava pensando em se aposentar no início do próximo ano de 2015.

2) A propósito de tais informações, a Equipe de Inspeção deixa consignado que a inspecionada também afirmou estar passando por problemas de saúde, e que chegou a apresentar quadro de possível depressão. As licenças médicas em datas variadas, notadamente entre março de 2015 e outubro de 2014, podem ser um indicativo de que referido problema efetivamente tenha ocorrido. De qualquer modo, considerando o reconhecimento de faltas ao trabalho, bem como a sessões de julgamento perante o TJMA mesmo em períodos que não estava afastada, a Equipe de Inspeção fez a anotação de todas as informações acima expostas para a análise da Corregedoria Nacional e providências que entender eventualmente cabíveis;

3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**12.23.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora de Justiça Maria dos Remédios Figueiredo Serra prestou os seguintes esclarecimentos: “...venho esclarecer a Vossa Excelência que as informações contidas no Relatório de Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público estão claras e relatam o meu problema de saúde, motivo pelo qual tive, em algumas ocasiões, que me afastar das minhas funções. A propósito, em abril de 2013, já bastante debilitada, sofri um desmaio e tive que sair de casa para o Hospital UDI, conduzida nesse estado de inconsciência, em uma ambulância da SAMU. Hospitalizada por um dia, requeri licença para tratamento médico. A depressão já estava instalada e assim fiquei impossibilitada de voltar ao trabalho. Tentei, mas não consegui. A minha doença – a Depressão – é uma enfermidade e como tal, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), será no ano de 2020 a principal causa de morte no mundo. Relato isso não só justificando, mas para que atentem a esse problema, hoje, causa principal ou uma das, de falta ao serviço. Devastada por ela, a depressão, tive a certeza de que não me seria mais possível continuar. Estava decidida: a aposentadoria seria a solução. Porém, acostumada a vivenciar situações adversas, decidi ficar, embora ciente de que tudo seria difícil, mas não impossível. Assim, continuei e continuarei impulsionada e estimulada por essas dificuldades. Quanto às sessões junto ao Tribunal de Justiça que são realizadas no horário matutino – momento crucial para um depressivo típico – contei com a ajuda de um colega e amigo que, sem que eu pedisse, se ofertou para realizá-las por mim. Aceitei

durante esse período mais difícil. Retornarei, sem dúvidas a realizá-las, mas disso tirei a conclusão de que “amigo é aquele que vem sem ser chamado”. Ele me ajudou, eu aceitei e prejuízo nenhum causou a nossa instituição. Agora, quanto aos dias que deixei de estar presente ao meu gabinete, os motivos são os mesmos. Estou em tratamento médico com psiquiatra e neurologista, este acompanhando a “neuralgia do nervo trigêmeo”, que embora tenha sido operada, as sequelas ficaram e serão eternas. Somente para ilustrar: “A neuralgia do nervo trigêmeo”, segundo a literatura médica é a pior dor que um ser humano pode sentir. Recentemente, há mais ou menos, dois meses, foi tema abordado no “Fantástico”, Rede Globo, tendo sido entrevistado o Dr. Manoel Jacobsen Teixeira, neurocirurgião que, em São Paulo, realizou a minha cirurgia. Ainda assim, mesmo diante dos meus contratempos de saúde, as atividades funcionais no gabinete foram desenvolvidas a contento. Finalmente, quanto às experiências inovadoras, realmente não as relatei, pois no momento não as tenho, mas quem sabe? O futuro a Deus pertence. Sim, com muita saudades, irei requerer a minha aposentadoria a qualquer momento, se assim decidir, ou então permanecerei exercendo minhas funções até 01 de junho de 2017, véspera do meu aniversário de 70 (setenta) anos.”

12.24. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 2ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.												
TITULAR	KRISHNAMURTI LOPES MENDES FRANÇA												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 08/03/1994; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; não se afastou das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	12	1	13	15	0	4	14	15	19	35	18	27	
Distribuídos no mês	26	40	46	5	13	37	36	40	53	43	56	43	
Impulsionados no mês	37	28	44	20	9	27	35	36	37	60	48	53	
Saldo do mês	1	13	15	0	4	14	15	19	35	18	27	17	
Audiências	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obs.: Existem atualmente 19 (dezenove) processos com vista ao Ministério Público, nenhum deles, contudo, com prazo para manifestação excedido. Os números referentes ao campo 2, “distribuídos no mês”, incluem as ciências de acórdãos.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos				Com vista há mais de 30 dias:						0			
				Com vista há mais de 6 meses:						0			
				Com vista há mais de 12 meses:						0			
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR													
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.													
Processos/Procedimentos				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			

<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O inspecionado informa que, algumas vezes, determinados Procuradores se afastam por algum motivo (férias, licença médica e etc.), porém não deixam nenhum de seus assessores à disposição do Procurador que responderá pela Procuradoria de Justiça. Ressalta que a questão já foi levada ao conhecimento do Colégio de Procuradores de Justiça, que havia deliberado no sentido de que, nos casos de afastamentos, o Procurador que se afastou deixe pelo menos 1 (um) assessor à disposição do Procurador que responderá pela Procuradoria, porém isto nem sempre vem ocorrendo. O inspecionado não sabe informar se houve a edição de um ato formal do Colégio de Procuradores relativamente à referida matéria.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Existem atualmente 19 (dezenove) processos com vista ao Ministério Público, nenhum deles, contudo, com prazo para manifestação excedido. Em razão disso, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;
2) Verifica-se uma aparente pequena movimentação de processos, devendo-se destacar: 2.1) A média mensal de impulsos processuais é inferior a 38 (trinta e oito) feitos, aí incluídas as ciências de decisões; 2.2) Horário de expediente até as 14 horas; e 2.3) Não foi interposto nenhum recurso interposto no último ano.
3) Com relação à distribuição dos feitos, o inspecionado informa que ocorre automaticamente, pelo Sistema SIMP;
4) O inspecionado informa que a última inspeção pela Corregedoria local ocorreu em fevereiro de 2010;
5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

12.25. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 2ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.												
TITULAR	LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 08/11/1993 (Ato nº 772/93); reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no período noturno, sendo 20 horas-aula por semana; não exerce a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de licença saúde de 30/05 a 28/07/2014 (Portaria 3817/2014); licença especial de 29/07 a 11/09/2014 (Portaria 5013/2014); licença especial de 18/09 a 26/10/2014 (Portaria 6084/2014); licença especial de 29/10 a 02/12/2014 (Portaria 6979/2014); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete, todos ocupantes de cargo em comissão.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	20	0	10	20	2	12	8	2	1	1	0	0	
Distribuídos no mês	27	43	46	6	12	19	0	0	0	0	0	0	
Impulsionados no mês	47	33	36	24	2	23	6	1	0	1	0	0	
Saldo do mês	0	10	20	2	12	8	2	1	1	0	0	0	
Audiências	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obs.: Não há nenhum processo judicial com vista. A inspecionada informa que algumas das movimentações acima se referem a processos despachados no período em que se encontrava de licença especial, porém que haviam sido recebidos em data anterior.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR													

O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
<p>A inspecionada sugere: 1) A alteração do horário de funcionamento do Ministério Público, que atualmente é de 8 às 14 horas para os funcionários efetivos e de 8 às 15 para os ocupantes de cargos em comissão (Ato Regulamentar 18/2012 – documento 02, entregue à equipe), especialmente para se adequar ao horário de funcionamento do Tribunal de Justiça, que se estende até as 18 horas. Informa que alguns serviços da Procuradoria de Justiça deixam de ficar disponíveis a partir das 15 horas, fato que, às vezes, inviabiliza ou prejudica o desenvolvimento regular das atividades da Procuradoria de Justiça. Ressalta que, com relação ao período de inspeção do CNMP, o horário foi alterado para o período de 8 às 12 e das 14 às 18hs (documento 01, entregue à equipe); 2) O aperfeiçoamento profissional da Coordenadora da Coordenadoria de Processos, responsável pela distribuição dos processos das Procuradorias de Justiça; 3) Que as equipes de inspeção que atualmente inspecionam os ramos do Ministério Público no Estado do Maranhão analisem o conteúdo dos pareceres jurídicos emitidos pelos Procuradores de Justiça Criminais. A inspecionada ficou de entregar posteriormente as cópias de pareceres para serem especificamente analisados pelo CNMP. A Equipe de Inspeção chegou a reservar a numeração “09”, na ordem dos documentos, porém a inspecionada não entregou a tempo a aludida documentação; 4) Que as substituições dos Procuradores de Justiça nos casos de afastamento se façam por Procuradores que atuam na mesma área (cível ou criminal); 5) Que os processos para ciência oriundos do TJMA sejam encaminhados diretamente ao respectivo Procurador de Justiça, de modo a evitar que se perca os prazos para eventuais recursos, considerando que hoje os feitos são inicialmente remetidos à Subprocuradoria-Geral de Justiça e, somente depois, para o Procurador de Justiça; e 6) Realização de vista, pelo CNMP, ao Hospital Público Nina Rodrigues, para verificar a situação dos presos que seriam para lá encaminhados para se submeterem a exame de sanidade mental, porém “esquecidos” no referido local; Além das sugestões apresentadas, a inspecionada pediu para ficarem registradas as seguintes situações e documentos, a serem analisadas pela Corregedoria Nacional: 7) Ocorrência de tratamento desigual entre Procuradores de Justiça, isto porque no dia 21/12/2012, mediante a Portaria/GPGJ nº 6715/2012, foram interrompidas por necessidade de serviço as férias concedidas à então Procuradora-Geral de Justiça REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA, e, na mesma data, mediante a Portaria/GPGJ nº 6716/2012, foi concedida à referida Procuradora licença para tratamento de saúde, iniciando no dia 05/12/2014 (efeito retroativo) e terminando em 02/01/2013. Informa que o tratamento desigual decorreu do fato de que, em 30/05/2014, enquanto a inspecionada estava no gozo de licença especial concedida por intermédio da Portaria/GPGJ 3292/2014, também requereu a concessão de licença saúde, a qual teria sido deferida mediante a Portaria/GPGJ 3817/2014. Ocorre que, diversamente do que se verificou naquele primeiro caso (referente à Procuradoria-Geral de Justiça REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA), quanto à inspecionada não teria havido a interrupção automática da licença especial. A inspecionada acrescenta que, de ordem, foi expedido o Ofício nº 30/2014-2ªPJ, solicitando informações a respeito da ausência da respectiva interrupção (documento 03, entregue à equipe); 8) Ausência de resposta a ofícios e memorandos encaminhados pela 2ª Procuradoria de Justiça Criminal, tais como, por exemplo: 8.1) Ofício nº 27/2011-2ªPJ e Memorando nº 01/2014-2ªPJ, encaminhados pela inspecionada ao Coordenador de Serviço Gerais Procuradoria-Geral de Justiça; 8.2) Ofício nº 01/2013-2ªPJ, encaminhado à Corregedoria-Geral do MPMA; 8.3) Ofício nº 63/2013-2ªPJ, encaminhado à Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos; 8.4) Ofício nº 64/2013-2ªPJ, encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça; 8.5) Ofício nº 73/2013-2ªPJ, encaminhado à Subprocuradora Geral para Assuntos Jurídicos, e, ainda, o Ofício nº 74/2013-2ªPJ, comunicando à PGJ o protocolo daquele primeiro (Ofício nº 73/2013-2ªPJ) (documento 04, entregue à equipe); 9) Ingerência por parte da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos nas atribuições da Procuradoria ora inspecionada, por ter encaminhado o Ofício nº 073/2013-GSPA, dirigido ao Assessor Jurídico RAFAEL DO VALE NUNES, e não diretamente ao Procurador de Justiça que, na época, estava atuando em substituição à inspecionada, então afastada de suas funções (documento 05, entregue à equipe); 10) Designação de substituto em gozo de férias para atuar em período de afastamento da inspecionada (Portaria/GPGJ nº 5522/2014 e Portaria/GPGJ nº 6085/2014 – documento 06, entregue à equipe); 11) Suposto descumprimento da Resolução/CNMP nº 73/2011, porque haveria desde 2008 até a presente data membros do Ministério Público exercendo funções de magistério com carga horária semanal superior a 20 horas, alguns inclusive com dedicação exclusiva, fatos que teriam sido comunicados, mediante a entrega em mãos da documentação correspondente, à então Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e à Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (documento 07, entregue à equipe); 12) A única inspeção feita na unidade pela Corregedoria local ocorreu em 19/08/2011, sem que, até o momento, teve acesso às conclusões da referida inspeção. A inspecionada ressalta que esta foi a primeira vez em toda a sua carreira que foi submetida a uma inspeção, ou seja, nunca antes, nem quando era Promotora de Justiça, havia sido submetida a inspeção ou correição pela Corregedoria-Geral do MPMA; 13) Ocorrência de julgamentos criminais por parte do TJMA sem que houvesse pareceres do Ministério Público, fatos comunicados à Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos e à Procuradoria-Geral de Justiça mediante os Ofícios 063/2013-2ªPJ e 064/2013-2ªPJ, ainda não respondidos (documento 08, entregue à equipe); 14) Recebimento de remunerações por parte de Procurador de Justiça, mesmo depois de este já ter se aposentado (documento 11, entregue à equipe).</p>		
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>		
<p>1) Realização de diligências para localizar testemunhas e demais pessoas não encontradas pelo oficial de justiça; 2) Exigência da juntada aos autos cópias de documentos pessoais dos investigados ou réus, visando evitar situações de falsa identidade; 3) Comunicações aos órgãos pertinentes (OAB, Corregedorias e etc.) de situações de plágios de manifestações processuais (documento 10, entregue à equipe); e 4) Extração de cópias de processos referentes aos processos em que a inspecionada se manifestou, o que se mostra útil em algumas situações, mencionando a inspecionada, a propósito, as cópias que foram importantes para instruir o HC 0001174-06.2014.8.10.0000, do TJMA, e que foram mencionadas como razão de decidir na decisão que denegou a respectiva ordem (documento 12, entregue à equipe).</p>		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados.		



OBSERVAÇÕES
1) Conforme antes consignado, a inspecionada se afastou durante os seguintes períodos: licença saúde de 30/05 a 28/07/2014 (Portaria 3817/2014); licença especial de 29/07 a 11/09/2014 (Portaria 5013/2014); licença especial de 18/09 a 26/10/2014 (Portaria 6084/2014); licença especial de 29/10 a 02/12/2014 (Portaria 6979/2014). A inspecionada informa que algumas das movimentações acima se referem a processos despachados no período em que se encontrava de licença especial, porém que haviam sido recebidos em data anterior;
2) De se consignar, ainda, que, de 01/01/2014 a 29/05/2014 – período em que a inspecionada não estava licenciada –, houve apenas 165 impulsos processuais, ou seja, uma média mensal de 33 (trinta e três). No mesmo período foram interpostos 4 (quatro) recursos. Tais dados apontam no sentido de baixa carga de serviços, notadamente se for levado em consideração a existência de 3 (três) assessores jurídicos, 1 (um) chefe de gabinete e 1 (um) técnico administrativo na unidade inspecionada.

**12.25.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que as férias e licenças da Procuradora de Justiça foram requeridas e examinadas nos autos dos Processos nos 11108AD/2012, 106118AD/2012, 9595AD/2012, 12786AD/2014, 4189AD/2014, 8772AD/2014, 11320AD/2013 e 3769AD/2013, conforme documento digital apresentado à Corregedoria Nacional. Quanto ao controle do exercício do Magistério por parte dos membros, esclareceu que está a cargo da Corregedoria Geral, e qualquer notícia ou comunicação acerca da matéria, estas informações são apuradas mediante processo administrativo pela PGJ e Corregedoria Geral, tendo os membros, total ciência do cumprimento da Resolução do CNMP, que disciplina a matéria.

12.26. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE CRIMINAL												
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 2ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando a divisão das atribuições entre as Procuradorias de Justiça.											
TITULAR	REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA (afastada para exercer o cargo de Procuradora-Geral de Justiça)											
SUBSTITUTO	JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 17/11/2014; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela PJ Criminal da Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha (atua perante a 2ª Câmara Criminal), afastada para ocupar o cargo de Procuradora Geral de Justiça; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (Outubro/2014); cumpre expediente das 8h às 16h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.											
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	1	6	10	15	5	18	8	9	10	10	10
Distribuídos no mês	37	39	48	37	25	36	30	39	53	45	54	37
Impulsionados no mês	36	34	44	32	35	23	40	38	52	45	54	41
Saldo do mês	1	6	10	15	5	18	8	9	10	10	10	6
Audiências	0	1	1	1	1	1	0	2	2	1	1	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												



Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Obs.: Existem 6 processos com vista, todos recebidos na data da inspeção.		
<b>EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR</b>		
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como integrante do Conselho Superior do Ministério Público.		
Obs.: Possui 51 feitos com vista, provenientes desta atividade.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	20
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Obs.: Os dados referentes ao item VI (acima) são do Procurador inspecionado, Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato. A delegação é para um feito específico, no caso uma ação penal contra Promotor de Justiça (Denúncia nº 36.369/2012/nº único 0006284-54 2012.8.10.00000/Acusado: Carlos Serra Martins). Dos 51 feitos com vista, 19 (dezenove) estão com prazo de manifestação excedido, os quais, contudo, foram anotados no termo alusivo à titularidade do Procurador inspecionado, Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, ao qual se reporta a Equipe de Inspeção.		
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
1) A criação, em Lei, de cargos efetivos (servidores públicos), com a posterior realização de concurso público para os respectivos provimentos; 2) A mudança das Procuradorias para a nova sede, tão logo seja possível; e 3) Aumentar o número de Procuradorias, notadamente para equilibrar o número de Procuradorias que oficiam na 5ª Procuradoria Cível. Ressalta que atualmente oficiam nesta apenas 3 (três) Procuradores, enquanto nas demais oficiam 4 (quatro) Procuradorias.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
A equipe de inspeção teceu informações mais detalhadas acerca dos processos e procedimentos analisados nos itens 1 e 2 no campo “observações”.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) Existem 06 processos judiciais com vista, nenhum deles, contudo, com prazo de manifestação superior a 30 dias, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;		
2) Quanto aos feitos do Conselho Superior do Ministério Público, verificou-se que, dos 51 feitos com vista, 19 estão com prazo de manifestação excedido, 19 estão com prazo de manifestação excedido, os quais, contudo, foram anotados no termo alusivo à titularidade do Procurador inspecionado, Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, ao qual se reporta a Equipe de Inspeção;		
3) Registre-se que, de acordo com o inspecionado, ocorre a distribuição automática dos feitos entre as Procuradorias, pelo Sistema SIMPE;		
4) O inspecionado não soube informar a data da última inspeção pela Corregedoria local na unidade inspecionada;		
5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

## 12.27. 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 2ª Câmara Criminal.											
TITULAR	REGINA MARIA DA COSTA LEITE											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 18/02/1999; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 3ª Procuradoria Criminal; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades nos últimos 06 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.											
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.											
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.											
Obs.: Está em construção outra sede, prevista para terminar em 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	18	2	11	17	16	2	1	12	21	15	17	57
Distribuídos no mês	26	34	45	30	26	0	17	41	50	44	99	61

Impulsionados no mês	42	25	39	31	40	1	6	32	56	42	59	111
Saldo do mês	2	11	17	16	2	1	12	21	15	17	57	7
Audiências	0	0	1	0	3	0	0	1	1	1	3	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

**EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.		
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

**SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO**

1) Sugere o aperfeiçoamento da distribuição, com o aumento de pessoal da Coordenadoria de Processos; 2) A divisão desta em duas coordenadorias, uma para as Procuradorias Criminais e outra para as Procuradorias Cíveis; 3) Informa que, atualmente, devido à deficiência da estrutura de pessoal e a demanda existente, nem sempre é possível cadastrar e distribuir os feitos no mesmo dia, o que pode causar prejuízo, notadamente para cumprimento dos prazos recursais mais reduzidos.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Dos únicos 3 (três) processos judiciais com vista, nenhum deles se encontra com prazo de manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;
- 2) Questionada a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu em 2011, mas que, no final de cada mês, os Gabinetes registram os dados estatísticos (mapas estatísticos mensais) em um sistema próprio da Corregedoria para edição do respectivo relatório;
- 3) Quanto à sugestão da inspecionada, a Equipe de Inspeção se reporta ao termo de inspeção do Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, no qual foram realizadas anotações a este respeito;
- 4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**12.28. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando as atribuições.
TITULAR	FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA

**DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O membro assumiu o órgão em 07/05/2007; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (06/10 a 14/11); cumpre expediente das 8h às 14h.

**EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Estrutura de pessoal	3 Assessores e 1 Chefe de Gabinete.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.

Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015. Há também um cargo de técnico ministerial, porém que está vago no momento.

**ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO**

**PROCESSOS JUDICIAIS**

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	44	0	28	28	24	6	0	0	22	44	23	0
Distribuídos no mês	41	67	95	99	61	0	0	46	81	59	12	7

Impulsionados no mês	85	39	95	103	79	6	0	24	59	80	35	7
Saldo do mês	0	28	28	24	6	0	0	22	44	23	0	0
Audiências	1	2	1	2	0	0	0	0	2	2	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Há 4 (quatro) processos judiciais com vista, nenhum com prazo excedido para manifestação. A inspecionada informa que os números referentes ao campo 2, "distribuídos no mês", incluem os processos que chegam para ciência de decisões.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

#### EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA.

Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A inspecionada sugere que haja uma melhor organização e aumento de efetivo de servidores da Coordenadoria de Processos, responsável pela distribuição dos processos, pois devido à sobrecarga atual, às vezes ocorre a demora de até 2 (dois) dias para cadastramento e distribuição de feitos, causando prejuízo em razão dos prazos para manifestação. No caso do Habeas Corpus, quase sempre somente é distribuído no dia seguinte à chegada do processo no órgão.

Obs.: Com relação à sugestão apresentada de inspeção, a equipe de inspeção constatou um exemplo do que afirmado, qual seja, o Habeas Corpus nº 0009743-93.2014.8.10.0000 (Número Protocolo: 0521562014), sendo retiradas cópias de referido processo e anexadas ao presente termo, demonstrando que deu entrada no Ministério Público em 01/12/2014, porém somente dando entrada na unidade inspecionada no dia seguinte, dia 02/12/2014.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Considerando que não há nenhum processo com prazo de manifestação excedido, foi realizada a anotação apenas do processo constante no campo "Sugestões/Observações do Membro".
- 2) Quanto à sugestão da inspecionada, a Equipe de Inspeção se reporta ao termo de inspeção do Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, no qual foram realizadas anotações a este respeito;
- 3) A inspecionada informa que a última inspeção da Corregedoria local ocorreu em fevereiro de 2011;
- 4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 12.29. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

ATRIBUIÇÕES	Não informado.
TITULAR	MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

#### DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O membro assumiu o órgão em 06/11/2007; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (13/10 a 11/11); cumpre expediente das 8h às 14h.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.

Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

#### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	24	0	17	4	27	12	12	20	13	35	14	0
Distribuídos no mês	26	50	24	104	70	43	68	101	111	78	28	54
Impulsionados no mês	50	33	41	81	85	43	60	108	89	99	42	57
Saldo do mês	0	17	4	27	12	12	20	13	35	14	0	0
Audiências	1	0	1	1	1	2	1	2	2	3	0	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	5	1	1	3	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	4	0	1	1	2	0	0	0

Obs.: Há 3 (três) processos judiciais com vista, nenhum deles com prazo para manifestação excedido.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

#### EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como integrante do Colégio de Procuradores de Justiça.

Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Sugere a ampliação e a capacitação dos servidores da Coordenadoria de Distribuição de Processos, evitando eventual ocorrência de atraso no cadastramento e distribuição dos recursos nos processos a serem encaminhados aos Gabinetes dos Procuradores de Justiça. Ressalta que, em face da demanda, já chegou a ocorrer atraso de até 04 (quatro) dias para o cadastramento, distribuição e remessa dos referidos processos. Complementa afirmando que tais atrasos podem causar prejuízo para as atividades, considerando a possibilidade de perda de prazo recursal, a exemplo de Embargos de Declaração, que tem o prazo de apenas 48 (quarenta e oito) horas para sua interposição; 2) Que seja regulamentada a substituição dos Procuradores de Justiça nos casos de afastamentos, inclusive, se necessário, e para evitar sobrecarga de processos, dispondo sobre a necessidade de convocação de Promotores de Justiça da mais elevada entrância; 3) A inspecionada informa que, após alteração do Regimento Interno do TJMA, o recebimento de denúncias e o julgamento de Prefeitos Municipais nos processos criminais, que antes eram da competência do Plenário, passou a ocorrer pelas Câmaras Criminais isoladas, porém a Procuradoria-Geral não se tem feito presente nos julgamentos, nem delegado formalmente a realização do ato aos Procuradores de Justiça que atuam perante referidas Câmaras Criminais. Em razão disso, alguns membros que atuam perante qualquer das Câmaras Criminais, em respeito ao princípio do Promotor Natural, se recusam a atuar nesses feitos, levando ao adiamento dos atos. Sugere que o Procurador-Geral de Justiça, ou, não sendo possível, o Subprocurador Jurídico ou o Subprocurador Administrativo (substitutos legais), se façam presentes às referidas sessões ou, se for o caso, que seja feita a delegação específica, e mediante ato formal, a algum Procurador de Justiça que atua perante as Câmaras Criminais.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) controle permanente dos processos judiciais encaminhados ao Tribunal de Justiça do Maranhão com intervenção do Órgão Ministerial (3ª Procuradoria de Justiça Criminal), por petições dirigidas aos Desembargadores-relatores e à Presidência do Tribunal de Justiça, visando impulso processual na Coordenadoria Criminal, com pedido de baixa de processos à primeira instância para cumprimento de Acórdãos, dar celeridade processual e pedido de inclusão em pauta de julgamento; e 2) Expedição de Ofícios aos Promotores de Justiça dando ciência desse acompanhamento processual na 3ª Câmara Criminal e para adoção de providências, visando o cumprimento das decisões transitadas em julgado, objetivando a execução da condenação pelo juízo de primeiro grau, e acompanhamento pelos Promotores de Justiça desses processos no juízo de base, visando à integração harmônica entre esta Procuradoria de Justiça Criminal e os Promotores de Justiça do Estado, garantindo eficácia da prestação da jurisdição.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

1) Tendo em vista que nenhum dos processos judiciais com vista estavam com prazo excedido para manifestação, a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles.  
2) Quanto à sugestão apresentada pela inspecionada, a respeito da reestruturação do setor responsável pela distribuição dos feitos, a Equipe de Inspeção se reporta ao termo de inspeção do Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, no qual foram feitas considerações a este respeito.  
3) A última vez que a unidade foi inspecionada pela Corregedoria local foi em 2011.

**12.29.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, por entender pertinente, fez alterações no Relatório Preliminar, em relação ao número 15 do item II (período de expediente do Ministério Público) uma vez que o expediente interno no seu gabinete se estende para além do expediente da procuradoria-Geral de Justiça, de acordo com a necessidade de

trabalho, o que ocorre com frequência e item IV (Estatística do Órgão), retificou as informações quanto aos processos distribuídos e impulsionados no mês de novembro de 2014, em conformidade com os relatórios gerados pelo SIMP, as quais já foram inseridas no campo próprio.

12.30. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL													
ATRIBUIÇÕES	Atua perante a 3ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando as atribuições das Procuradorias de Justiça.												
TITULAR	MARIA LUIZA RIBEIRO MARTINS CUTRIM												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 06/11/2013; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de licença prêmio (15 dias em agosto de 2014); cumpre expediente no período matutino e vespertino.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Estrutura de pessoal	3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.												
Estrutura física	Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.												
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.												
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	9	0	16	0	11	18	30	30	28	12	29	32	
Distribuídos no mês	0	38	8	15	38	68	59	53	15	42	50	33	
Impulsionados no mês	9	22	24	4	31	56	59	55	31	25	47	61	
Saldo do mês	0	16	0	11	18	30	30	28	12	29	32	4	
Audiências	0	0	1	1	1	1	2	1	1	1	0	1	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos	Com vista há mais de 30 dias:										0		
	Com vista há mais de 6 meses:										0		
	Com vista há mais de 12 meses:										0		
Obs.: Existem atualmente 02 processos com vista, sendo que nenhum deles com prazo superior a 30 dias.													
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR													
O membro informou que não exerce atividade na Administração Superior.													
Processos/Procedimentos	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS													
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.													
OBSERVAÇÕES													
1) Dos únicos 2 (dois) processos judiciais com vista, nenhum deles se encontra com prazo de manifestação excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;													
2) Com relação à distribuição dos feitos, a inspecionada informa que, a partir do dia 22/10/2014, a distribuição ocorre automaticamente, mediante o Sistema SIMP;													
3) Questionada a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu no início de 2014;													
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.													

12.31. 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL												
ATRIBUIÇÕES		Atua perante a 3ª Câmara Criminal. Não há ato regulamentando as atribuições.										
TITULAR		RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 13/09/2006; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu e nem responde a procedimento administrativo disciplinar; exerce cumulativamente a função de Subcorregedora do MPMA; não recebeu colaboração nos últimos 06 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (04 a 28/08); cumpre expediente no período matutino e vespertino.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Estrutura de pessoal		3 Assessores, 1 Assessor Técnico IV e 1 Chefe de Gabinete.										
Estrutura física		Há um gabinete privativo, com uma antessala na qual ficam os servidores. O espaço aparenta ser pequeno para atender as necessidades. São fornecidos mobiliários e equipamentos de informática padrões.										
Sistema de Arquivo		Sistema SIMP, meio virtual e pastas de arquivos.										
Obs.: O inspecionado informa que os problemas estruturais tendem a ser resolvidos com a conclusão da nova sede, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	55	0	21	38	25	18	1	12	43	19	29	29
Distribuídos no mês	25	44	51	59	43	0	12	80	12	54	48	36
Impulsionados no mês	80	23	34	72	50	17	1	49	36	44	48	67
Saldo do mês	0	21	38	25	18	1	12	43	19	29	29	2
Audiências	2	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Recursos Interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
EM RELAÇÃO A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR												
O membro informou que exerce atividade na Administração Superior como Subcorregedora do MPMA e membro eleito do Conselho Superior do Ministério Público.												
Obs.: O membro inspecionado possui feitos com vistas provenientes desta atividade.												
Processos/Procedimentos									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
Obs.: Dos 14 feitos do Conselho Superior que estão com vista, nenhum está com prazo excedido, razão pela qual não foi realizada a anotação individualizada deles.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) Não há nenhum processo judicial com vista. Dos 14 feitos do Conselho Superior, nenhum está com prazo excedido, razão pela qual a Equipe de Inspeção considerou desnecessária a anotação individualizada deles;												
2) Com relação à distribuição dos feitos, a inspecionada informa que a distribuição dos feitos é automática, sendo que há aproximadamente 1 (um) mês a distribuição ocorre mediante o Sistema SIMP. Informa, no entanto, que, às vezes ocorre certa demora para a Coordenadoria de Distribuição de Processos cadastrar e distribuir os processos aos Procuradores de Justiça, sendo que houve casos em que os processos chegaram no Gabinete já com prazo expirado. Assinala, contudo, que, com a implementação do SIMP, tem sido menor o prazo para o cadastramento e distribuição;												
3) Questionada a respeito da última data em que a Corregedoria realizou a inspeção do órgão, a inspecionada informa que ocorreu no final de 2012;												
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.												



## 13. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

13.1. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos das 1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Atuar junto aos 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis. Oficiar nas habilitações de casamento processadas no registro civil das pessoas naturais das 1ª e 2ª Zona. Oficiar nos feitos cíveis da Turma Recursal, não afetos a órgão de execução com atribuição específica.									
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		GLADSTON FERNANDES DE ARAÚJO (designado para o Gaeco desde 23/07/2012).										
SUBSTITUTO		LUSIVAL SANTOS GASPAR DUTRA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado, assumiu o órgão em 17/02/2014, reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 2ª PJ Cível da Capital; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 9h às 13h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 9h às 13h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessora jurídica (bacharel em Direito).										
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.										
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª Vara Cível (7.468); 2ª Vara Cível (7.477); 9ª Vara Cível (4.053) e 10ª Vara Cível (840), totalizando 19.838.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	52	42	61	48	63	63	28	31	51	21	46	30
Impulsionados no mês	52	42	61	48	63	63	28	31	51	21	46	30
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	1	8	6	5	0	3	7	3	10	16	7
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva perante a 1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis (custos legis)

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos no campo “X” em razão da Promotoria inspecionada apresentar apenas 2 processos com vista aberta, datada de 01/12/2014.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) As atribuições da 1ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos de 04 (quatro) Varas Cíveis (1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis), diante da quase inexistente demanda oriunda do Juizado Especial Cível e processos oriundos da Turma Recursal;
- 2) A média de produtividade da 2ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 44 (quarenta e quatro) processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em menos de 05 (cinco) audiências;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

### 13.2. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos das 3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Atuar junto ao 3º e 4º Juizado Especial Cível. Oficiar nas habilitações de casamento processadas no registro civil das pessoas naturais das 3ª e 4ª Zona. Oficiar nos feitos cíveis da Turma Recursal, não afetos a órgão de execução com atribuição específica.
Atribuições extrajudiciais? Não. O Promotor inspecionado esclareceu que não se manifesta nas habilitações de casamento, por entender que não há interesse do MP, e por isso comunicou os Cartórios respectivos e não recebe procedimentos extrajudiciais de habilitação de casamento.	

Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		LUSIVAL SANTOS GASPAR DUTRA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou é titular do órgão inspecionado, assumiu o órgão em 02/08/1996, reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª PJ Cível de São Luis, desde janeiro de 2014, não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 9h às 13h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 9h às 13h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessor.										
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 2 impressoras e 1 scanner.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.										
Sistema de Registro		Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3ª Vara Cível da Capital (3.920); 4ª Vara Cível da Capital (2.767); 11ª Vara Cível da Capital (2.023); 12ª Vara Cível da Capital (1.032), totalizando 9.742 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1, com vista aberta datada de 26/11/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	10	4	2	18	20	17	4	2	19	9	13	20
Impulsionados no mês	10	4	2	18	20	17	4	2	19	9	12	19
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Audiências realizadas	4	3	3	2	1	4	5	1	3	3	1	3
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário					Improbidade administrativa					Prejudicado		
					ACP/ações coletivas (exceto improbidade)					Prejudicado		
					Ações para a defesa de direito individual indisponível					Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado		
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado		
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado		
Processos eleitorais					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado		
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado		
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado		
Notícias de Fato					Em tramitação há menos de 30 dias:					Prejudicado		
					Em tramitação há mais de 30 dias:					Prejudicado		

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva enquanto custos legis na 3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos no campo "X" em razão da Promotoria inspecionada apresentar apenas 01 (um) processo com vista aberta, datada de 26/11/2014.

#### OBSERVAÇÕES

1) As atribuições da 2ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos de 04 (quatro) Varas Cíveis (3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis), diante da quase inexistente demanda oriunda do Juizado Especial Cível e processos oriundos da Turma Recursal; 2) A média de produtividade da 2ª Promotoria de Justiça Cível é de 11 processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em menos de 03 audiências; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

### 13.3. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos das 5ª, 6ª, 13ª, 14ª Varas Cíveis não afetos ao órgão de execução com atribuição específica. Atuar junto ao 5º, 6º Juizados Especiais Cíveis e Juizado Especial de Trânsito. Oficiar nas habilitações de casamento processadas no registro civil das pessoas naturais da 5ª zona. Despachar as precatórias ministeriais cíveis versando matéria que não de direito de família ou afeta a Promotoria de Justiça Especializada, providenciando o seu cumprimento. Oficiar nos feitos cíveis da Turma Recursal, não afetos a órgão de execução com atribuição específica.
Atribuições extrajudiciais? Apenas relacionadas ao cumprimento de Cartas Precatórias e manifestação nas habilitações de casamento.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	ANDRIA MÁRCIA RIBEIRO DE SOUZA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão tendo assumido em 21/01/2008, reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão, não recebeu colaboração nem se afastou nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h, incluindo as audiências judiciais no período matutino.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Raro, porém quando é procurada por advogados o atendimento pode ser realizado tanto no MP como no Fórum, no período do expediente.

Estrutura de Pessoal	1 assessora jurídica (cargo em comissão), sendo servidora efetiva do quadro.											
Estrutura física	Boas condições. Possui 1 gabinete com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de TACs, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 5ª Vara Cível: 4.404; 6ª Vara Cível: 5.573; 13ª Vara Cível: 2.085 e 14ª Vara Cível: 2.529.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	12	0	0	0	0	0	7	0	3	0
Distribuídos no mês	20	12	24	26	25	25	29	23	15	29	14	20
Impulsionados no mês	20	0	36	26	25	25	29	16	22	26	14	20
Saldo do mês	0	12	0	0	0	0	0	7	0	3	0	9
Audiências realizadas	12	0	17	6	5	15	4	4	7	6	8	4
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		

Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> Varas Cíveis.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A inspecionada sugere a designação de mais um servidor para atuar em sua Promotoria de Justiça.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados processos ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) São 16 Varas Cíveis distribuídas em 4 Promotorias de Justiça Cíveis. Embora previsto em Resolução, nunca oficiaram em cartas precatórias e não mais se manifestam em habilitação de casamento, tendo em vista que até mesmo os cartórios de registro civil não mais encaminham para o MP;
- 2) As atribuições da 3ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na atuação custos legis em 04 (quatro) Varas Cíveis, com média mensal de 20 (vinte) processos e 7 (sete) audiências, diante da pouca demanda relacionada à atuação perante 02 (dois) Juizados Especiais Cíveis, Trânsito, precatórias cíveis, habilitação de casamento e Turma Recursal Cível, o que sugere a necessidade de redimensionamento das atribuições em questão;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 4) A equipe 6 observou de forma geral que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 5) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos cíveis;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 7) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficial como custos legis;
- 8) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais.
- 9) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.



#### 13.4. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos das 7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Atuar junto ao 7º, 8º, 9º e 10º Juizados Especiais Cíveis. Despachar as precatórias ministeriais ver sando matéria de direito de família providenciando o seu cumprimento. Oficiar nos feitos cíveis da Turma Recursal, não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Atribuição eleitoral perante a 91ª Zona Eleitoral.											
Atribuições extrajudiciais? Apenas para cumprimento das cartas precatórias versando sobre matéria de direito de família.													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		MARIA TERESA PESTANA CHAVES BARROS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado tendo assumido em 22/04/1998 (antes a denominação era 7ª Promotoria Cível, modificado a nomenclatura através da Resolução 19/2013 CPMP/MA), reside na comarca de lotação; atualmente participa do curso de atualização em Direito Eleitoral, em 01/08/2014, com 8h/aula; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão, não recebeu colaboração nos últimos 6 meses, afastou-se das atividades nos últimos 6 meses em razão de férias (21/04 a 11/05/2014); cumpre expediente das 8h30min às 13h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h30min às 13h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessora jurídica (cargo comissionado).											
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner, mobiliário padrão.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 12.956 processos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3	0	
Distribuídos no mês	5	3	22	20	12	16	14	45	11	17	8	1	
Impulsionados no mês	5	3	22	20	12	16	13	43	13	15	11	0	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	1	3	1	3	0	0	
Audiências realizadas	0	5	7	3	2	12	1	6	2	5	4	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0	
Obs.: Em Julho/2014 respondeu pela PJ de Registro Público. Em relação à atribuição eleitoral possui 12 processos com carga aberta.													
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	1	1	1	0	4	1	1	0	0

Obs.: A PJ tem a atribuição de receber e dar cumprimento às cartas precatórias de matéria de direito de família (04 cartas precatórias recebidas e despachadas).

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 6 meses:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 12 meses:	0 (eleitoral)
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0 (eleitoral)
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0 (eleitoral)
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0 (eleitoral)
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0 (eleitoral)
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0 (eleitoral)
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0 (eleitoral)
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0 (eleitoral)
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva perante a 7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis (custos legis).

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial) – eleitoral

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugere a necessidade de 01 servidor para realização de registros no sistema Simp, ainda que com atuação em mais de uma Promotoria, principalmente para as situações de férias ou licença do assessor.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos no campo "X" em razão da Promotoria inspecionada não apresentar nenhum processo com vista aberta.

OBSERVAÇÕES
1) As atribuições da 4ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos de 04 (quatro) Varas Cíveis (7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis), diante da quase inexistente demanda oriunda do Juizado Especial Cível e processos oriundos da Turma Recursal; 2) A média de produtividade da 4ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 14 (quatorze) processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em menos de 06 (seis) audiências; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Maria Teresa Pestana Chaves Barros, em seus esclarecimentos, quanto a constatação de que é quase inexistente a demanda oriunda do Juizado Especial Cível e processos oriundos da Turma Recursal, informou que, de acordo com o art. 17 da Resolução nº 19/2013 – CPMP, “os titulares das Promotorias de Justiça Cíveis reversar-se-ão, a cada ano, na representação do Ministério Público na Turma Recursal da Capital, iniciando-se o ciclo pela 1ª Promotoria de Justiça Cível e concluindo-se com a 4ª Promotoria de Justiça Cível, com atribuição de oficiar nos feitos cíveis”. Sendo assim, tendo em vista que a citada Resolução nº 19 foi publicada em 20.09.2013, no período da inspeção, ocorrida em 2014, esta 4ª Promotoria Cível não tinha atribuição para atuar na Turma Recursal, já que o revezamento se iniciou em setembro de 2013 pela 1ª Promotoria de Justiça Cível, razão pela qual não havia demanda oriunda da Turma Recursal. No entanto, a partir de setembro de 2016 a 4ª Promotoria Cível terá atribuição junto a Turma, o que fará com que essa situação seja modificada.

13.5. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 1º PROMOTOR DA FAZENDA PÚBLICA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua perante 1ª Vara da Fazenda Pública, como custos legis, e 7ª Vara da Fazenda Pública nos processos de execução fiscal (a qual não atua em razão da natureza da matéria- Recomendação 16-CNMP).
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	MARIA DE FÁTIMA DE SANTANA BORGES (afastada para exercer funções juntos à Escola Superior do MP desde 04/08/2014)
SUBSTITUTO	ESDRAS LIBERALINO SOARES JUNIOR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 04/08/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 7ª PJ Criminal; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses por 10 dias em novembro/2014; cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão).
Estrutura física	Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no 2º Pavimento com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.
Sistema de Registro	SIMP (desde junho de 2014).
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Informação não fornecida.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.	

Obs.: Foi solicitado a 1ª Vara da Fazenda Pública, mas ainda não conseguiram informar (aguardando). A distribuição dos processos entre as promotorias da Fazenda Pública é vinculada às varas de atuação.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL

PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	18	28	43	25	46	18	0	9	0	23	59	106
Distribuídos no mês	61	38	21	93	86	43	61	31	38	77	117	59
Impulsionados no mês	51	23	39	72	114	61	52	40	15	41	69	162
Saldo do mês	28	43	25	46	18	0	9	0	23	59	106	3
Audiências realizadas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Não se aplica.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
---------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado.												



SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO
O membro inspecionado sugeriu a melhoria na estrutura de pessoal, mediante a realização de concurso público para servidores.
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
OBSERVAÇÕES
<p>1) Apesar de haver promotorias de substituição plena, o Dr. Esdras foi convidado a cumular não sabendo exatamente o motivo, mas talvez em razão da quantidade escassa de colegas substitutos. Percebe a remuneração de 10% do valor do subsídio em razão da cumulação;</p> <p>2) A Dra. Maria de Fátima de Santana Borges, titular da promotoria, está afastada para exercer funções junto à Escola Superior do MP desde 04/08/2014;</p> <p>3) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;</p> <p>4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;</p> <p>5) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;</p> <p>6) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;</p> <p>7) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;</p> <p>8) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;</p> <p>9) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;</p> <p>10) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p>

### 13.6. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 2º PROMOTOR DA FAZENDA PÚBLICA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua perante 2ª Vara da Fazenda Pública, como custos legis, e 7ª Vara da Fazenda Pública nos processos de execução fiscal (a qual não atua em razão da natureza da matéria- Recomendação 16-CNMP)
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	JOSÉ RIBAMAR SANCHES PRAZERES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/04/2001, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Mestrado em Criminologia, Universidade Federal do Maranhão e Especialização em Processo Penal à Distância pela Faculdade Anhanguera; exerce o magistério na Faculdade do Estado do Maranhão – FACEM. Disciplina: Processo Penal. Carga horária: 4h/semanais. Período noturno, duas vezes por semana, início: 04/2013; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Raro, mas quando existe no horário de expediente e sempre na presença de um servidor para evitar qualquer tipo de comentário caso o atendimento fosse individual.

Estrutura de Pessoal	1 assessora (cargo em comissão).											
Estrutura física	Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no 2º Pavimento com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico (os pareceres mais antigos estão todos encadernados em dezenas de volumes, representando todo o histórico de atuação da promotoria).											
Sistema de Registro	SIMP											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na (s) unidade(s) judiciária(s): 2ª Vara da Fazenda Pública: 2.209.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: A distribuição dos processos entre as promotorias da Fazenda Pública é vinculada às varas de atuação.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	4	-	-	-	8	12	4	10	7	12	17	12
Impulsionados no mês	4	-	-	-	12	12	4	8	9	8	21	12
Saldo do mês	0	-	-	-	0	0	0	2	0	4	0	0
Audiências realizadas	0	-	-	-	0	0	3	3	2	1	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: De acordo com as portarias nº 6898/2013 e 637/2014, o Promotor de Justiça, Dr. José Ribamar Sanches Prazeres esteve em gozo de férias no período de 06/01 a 22/04/2014, portanto não existem registros nesta Promotoria dos processos recebidos e impulsionados durante o afastamento, encontrando-se as informações com o Promotor de Justiça que respondeu cumulativamente.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Não se aplica.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Definir mais atribuições a promotoria de Fazenda Pública, como, por exemplo, a improbidade administrativa, matéria que acredita de suma importância para o Estado e para a sociedade; 2) Observar a regra de substituição automática estabelecida em regras internas do MP-MA, não sendo necessária a designação de promotores de justiça de outras áreas.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 2) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 3) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 4) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 5) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 6) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 7) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.7. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA  
3º PROMOTOR DA FAZENDA PÚBLICA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua perante a 3ª Vara da Fazenda Pública, como custos legis, 8ª Vara da Fazenda Pública, execução fiscal (sem atuação ministerial); 13º Juizado Cível (igualmente com pouca intervenção ministerial).										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		MARCO AURÉLIO BATISTA BARROS										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro é titular do órgão inspecionado; assumiu em 19/01/1998, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 9h às 13h e das 15h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Muito raro, no horário de expediente.										
Estrutura de Pessoal		1 assessora (cargo em comissão).										
Estrutura física		Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no 2º Pavimento com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico (inclusive salvos em CD-Rom).										
Sistema de Registro		SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3ª vara da fazenda pública: 4.961 processos; b) 8ª vara da fazenda pública: 10.105 processos; c) 13º juizado especial cível: 5.700 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
Obs.:A distribuição dos processos entre as promotorias da Fazenda Pública é vinculada às varas de atuação.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	6	0	0	21	0	10	26	12	1
Distribuídos no mês	41	9	31	35	26	60	44	42	132	76	54	34
Impulsionados no mês	41	9	25	41	26	39	65	32	116	90	65	23
Saldo do mês	0	0	6	0	0	21	0	10	26	12	1	12
Audiências realizadas	4	0	1	2	2	3	2	1	3	3	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	2	5	0	0	1	0	3	4	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Não se aplica.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O membro inspecionado entende que o Plantão Judicial de final de semana deveria ser realizado pelos promotores especializado da infância e adolescente no atendimento ao adolescente que praticam atos infracionais, tendo em vista a natureza da atuação, ou a criação de promotoria de plantão;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado;
- 3) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 4) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 5) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 7) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 8) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Marco Aurélio Batista Barros, informou, em relação ao item 6, do campo OBSERVAÇÕES, que a situação relatada do Relatório Preliminar refere-se a apenas uma Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e, possivelmente, a um mês específico. Quanto a Promotoria de Justiça, no período inspecionado, esclareceu que atuou em 584 (quinhentos e oitenta e quatro processos). Aduziu que entendendo interessante que seja considerada a possibilidade de inclusão de atribuição especializada nas Promotorias de Fazenda Pública da Capital.

#### 13.8. 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA 4º PROMOTOR DA FAZENDA PÚBLICA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Cível e Relação de Consumo.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	NACÔR PAULO PEREIRA DOS SANTOS
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu em 09/03/1998, reside na comarca de lotação; participou do curso "O MP no Combate aos Crimes Financeiros", realizado pela ESMPMA, no dia 10/10/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; no ano de 2005, respondeu a procedimento administrativo disciplinar por suposta difamação do então Procurador-Geral de Justiça, tendo o feito sido arquivado no mesmo ano, sem a aplicação de sanção disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão, não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Raramente, no horário do expediente.
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico (cargo em comissão).

Estrutura física	Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no 2º Pavimento com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4ª vara da Fazenda Pública: 6.501 processos; 14º Juizado Cível e das relações de Consumo: 1.415 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 49.												
Obs.: A distribuição dos processos entre as promotorias da Fazenda Pública é vinculada às varas de atuação												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	65	17	138	14	83	30	1	46	67	98	165	65
Impulsionados no mês	65	17	138	14	83	30	1	46	67	98	165	16
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
Audiências realizadas	0	0	6	7	9	1	1	8	2	0	0	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Não se aplica.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Programa de informática no SIMP para acompanhamento controle de demandas de valores material ou moral elevados; 2) programa de informática no SIMP para coleta de dados estatísticos de ações de saúde; 3) Ampliação de rede de inteligência para que todos os membros do ministério público possam atuar no combate às organizações criminosas, identificando indícios movimentação financeira ou bens patrimoniais em nome de terceiros, pertencentes a pessoas que possam integrar as referidas organizações criminosas; 4) Inclusão na esfera de atuação desta promotoria de justiça cível as atribuições de ajuizamento de demandas para a recuperação de ativos financeiros contra operadoras de planos e seguros de saúde, nas hipóteses de usuários de planos de saúde serem atendidos pela rede pública de saúde.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) Judicialização da saúde: o ministério público na reconstrução das políticas públicas; 2) O ministério público em defesa do sus; 3) Recuperação de créditos imprescritíveis; 4) plano de combate às organizações criminosas; 5) demandas de valores elevados: a segurança do patrimônio financeiro das fazendas públicas à vista do MP.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

#### OBSERVAÇÕES

1) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MPA equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.9. 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA  
5º PROMOTOR DA FAZENDA PÚBLICA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atuação perante a 5ªVara da Fazenda Pública, como custos legis.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS (Licença Maternidade - Portaria n. 5379/2014-GPGJ).											
SUBSTITUTO	ARACELES LIMA RIBEIRO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 18/08/2014 (Portaria nº 5380/2014-GPGJ); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (julho de 2014), cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Não há em razão da matéria.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão).											
Estrutura física	Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no 2º Pavimento com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo	Pastas físicas e virtuais.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Pre-judicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.639 (05/11/2014).												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 37.												
Obs.: A distribuição dos processos entre as PJs da Fazenda Pública é vinculada às varas de atuação.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	56	48	25	54	25	22	23	0	0	14	3	45
Distribuídos no mês	23	30	77	57	17	69	21	39	68	27	97	50
Impulsionados no mês	31	53	48	86	20	68	44	39	54	38	55	58
Saldo do mês	48	25	54	25	22	23	0	0	14	3	45	37
Audiências realizadas	6	2	1	0	0	1	1	2	1	4	2	3
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	10
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Não se aplica.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu a realização de curso de "reciclagem" especialmente aos promotores de justiça lotados nas promotorias de justiça de substituição plena.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Processo Cível	180312014	14/04/14	Vista em 02/10/2014 – prazo excedido – irregular

Processo Cível	14682.20.2011	20/01/11	Vista em 20/10/2014 – prazo excedido – irregular
Processo Cível	378892014	11/08/14	Vista em 08/10/2014 – prazo excedido – irregular
Processo Cível	211192014	07/05/14	Vista em 20/10/2014 – prazo excedido – irregular

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 3) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 4) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 5) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 7) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 8) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.9.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Lena Cláudia Ripardo Pauxis, esclareceu que, em relação aos feitos neste órgão do Ministério Público com vista há mais de 30 (trinta) dias, esteve afastada de suas atribuições por se encontrar em gozo de Licença Maternidade do dia 18 de agosto de 2014 até 03 de fevereiro de 2015, nos termos da Portaria nº 5379/2014-GPGJ, não podendo prestar, portanto, maiores esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante o período mencionado.

#### 13.10. 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 1ª Vara de Interdição e Sucessões não afetos a órgão de execução com atribuição específica.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	RAQUEL SILVA DE CASTRO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado, tendo assumido em 2010, reside na comarca de lotação; atualmente faz Mestrado em Direitos Humanos na Faculdade de Lisboa; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades, por 2 anos, para cursar o mestrado, a partir de 16/10/2012, cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico (bacharel em Direito), cargo comissionado.
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 3 computadores, 1 impressora e 1 scanner.

Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas, arquivos, ficheiros, etc.) e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico pastas, arquivos, ficheiros, etc.) e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.056 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 27, sendo que todos os processos ingressaram em 01/12/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	38	0	0	14	33	25	54	43	75	96	79	69
Distribuídos no mês	36	70	40	69	46	75	28	55	79	23	51	9
Impulsionados no mês	74	70	26	50	54	46	39	23	58	40	61	78
Saldo do mês	0	0	14	19	25	54	43	75	96	79	69	0
Audiências realizadas	37	0	26	32	23	48	52	24	42	56	19	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	10	0	4	12	8	8	11	10	12	15	12	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugere a necessidade de criação de um corpo técnico composto de assistentes sociais e contadores para acompanhamento dos curatelados.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos no campo "X" em razão da Promotoria inspecionada apresentar 27 (vinte e sete) processos judiciais com vista aberta, todos datados de 01/12/2014.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A média de produtividade da 10ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 48 (quarenta e oito) processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em menos de 29 (vinte e nove) audiências;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 13.11. 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 1ª Vara de Família não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna
--------------------------------	--

Atribuições extrajudiciais? Sim

Atribuição na área da improbidade administrativa? Não

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não

Atribuições de controle externo da atividade policial? Não

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não

TITULAR IRONILDE SOUSA RIBEIRO

#### DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O membro é titular do órgão inspecionado, assumindo em 15/05/2008, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria Eleitoral; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (45 dias em agosto/2014) e licença por motivo de luto (setembro/2014), cumpre expediente das 8h às 15h.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Atendimento ao público	Das 8h às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico (cargo comissionado).
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 sala com 1 banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico <i>SIMP</i> .
Sistema de Registro	Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico <i>SIMP</i> .

**De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos?** Não gere recursos.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

**Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s):** 630.

**Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público:** 10, sendo que a vista mais antiga é datada de 7 dias.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	5
Distribuídos no mês	24	29	46	28	31	52	21	12	28	51	27	15
Impulsionados no mês	24	29	46	28	31	52	21	12	28	35	38	10
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	5	10
Audiências realizadas	70	69	51	52	46	79	43	16	58	78	36	102
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	0	-
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<b>Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário</b>	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
<b>Processos cíveis – custos legis</b>	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
<b>Processos cíveis ajuizados pelo MP</b>	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
<b>Processos eleitorais</b>	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

**Qual o critério de recebimento de feitos:** Distribuição aleatória com o 17º. Promotor de Justiça Cível dos processos da 1ª Vara de Família (atribuição concorrente), quando da primeira vista aberta ao MP. Nos retornos dos processos estes são remetidos à Promotoria preventiva.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A Promotoria inspecionada possui atribuição concorrente perante a 1ª Vara de Família com a 17ª Promotoria de Justiça Cível (630 processos em andamento). As audiências são realizadas de segunda a quinta-feira, com divisão equitativa entre as duas Promotorias e os processos judiciais são distribuídos de forma equitativa pelo protocolo;
- 2) A média mensal da 11ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 30 (trinta) processos judiciais e participação em 58 (cinquenta e oito) audiências;
- 3) Em janeiro de 2014 a Promotoria inspecionada acumulou a 12ª Promotoria Cível (11 pareceres e 33 audiências) e 7ª Promotoria Cível (7 pareceres e 2 audiências). Em maio de 2014 respondeu pela 8ª Promotoria Cível (30 pareceres e 1 audiência);
- 4) As atribuições da 11ª Promotoria de Justiça Cível foram exercidas pela Dra. Gisele Silva da Cunha Arrôso em fevereiro de 2014 e pelo Dr. Laert Pinho de Ribamar de 14/07/14 a 22/08/2014 e de 20/08/14 a 27/08/14;
- 5) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

#### 13.12. 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família. (Concorrente com a 11ª Promotoria de Justiça Cível).
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	LAERT PINHO DE RIBAMAR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado tendo assumido em 30/07/1999, reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 15h.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor.											
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 630 (sistema Themis, do Poder Judiciário).												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0
Distribuídos no mês	24	0	0	29	22	28	28	32	28	40	13	33
Impulsionados no mês	24	0	0	29	22	28	28	25	35	40	13	33
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0
Audiências realizadas	93	0	0	46	51	81	48	63	62	32	41	30
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Gozo de férias nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição igualitária com a 11ª Promotoria de Justiça Cível, conforme a demanda recebida.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.		
OBSERVAÇÕES		
1) Atribuição concorrente com a 11ª Promotoria Cível. Divisão das audiências entre ambas, cada semana um faz a audiência;		
2) Audiências não são designadas por dia certo com intervenção do MP;		
3) A 12ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís atua exclusivamente perante a 1ª Vara de Família de São Luís, com média mensal de manifestação em 27 processos judiciais e participação em 57 audiências;		
4) Relata que o atendimento ao público zerou há 1 ano, quando a sede da Promotoria mudou para o local atual, em razão da população ter que pagar 2 passagens;		
5) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

**13.12.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Laerte Pinho Ribamar, com relação às respostas consignadas no Relatório Preliminar, teceu considerações sobre duas respostas que, ao seu entendimento, ficaram descontextualizadas: 2) Audiências não são designadas por dia certo com intervenção do MP. Sobre este item esclareceu que informou que não existe dia certo para as audiências que exigem a intervenção do Ministério Público, porém, os Promotores de Família com atuação junto a 1ª Vara de Família, embora sem obrigação legal, atuam em todas as audiências do Juízo, de tal maneira que há sempre um representante do Ministério Público nas aludidas audiências; 4) Relata que o atendimento ao público zerou há 1 ano, quando a sede da Promotoria mudou para o local atual, em razão de a população ter que pagar 2 passagens. Esclareceu, sobre a aludida resposta que realmente informou que depois que a sede das Promotorias da Capital saiu do lado do Fórum, o atendimento do público em gabinete diminuiu muito, já que, em face da natureza da Promotoria que tem atuação mais processual, as partes preferem nos procurar no Fórum, já que o processo de seu interesse geralmente se encontra no Cartório da Vara. Ademais, como geralmente vão ao Fórum em busca de informação do processo e a sede das Promotorias mudou de local, fica inviável pagar duas passagens para deslocar até os gabinetes das Promotorias.

**13.13. 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		3º Promotor de Justiça de Família, 2ª vara da família (concorrente com a 14ª Promotoria de Justiça Cível).											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		SARAH ALBUQUERQUE DE SOUSA SANTOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado tendo assumido em 06/02/2009, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h30min às 13h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor.											
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP											
Sistema de Registro		Sistema físico (livros de protocolo e pastas) e eletrônico SIMP											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 953 processos, considerados até o dia 05/11/2014.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2, com vista aberta em 01/12/2014.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês		57	0	46	82	74	62	57	72	129	83	59	51
Impulsionados no mês		57	0	46	82	74	62	57	72	129	83	59	51
Saldo do mês		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas		73	0	27	55	35	87	53	67	78	45	80	93
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: O inspecionado informou que gozou férias em janeiro de 2014. Nos meses de março, julho, agosto, setembro e outubro respondeu por outras Promotorias.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário						Improbidade administrativa					Prejudicado		
						ACP/ações coletivas (exceto improbidade)					Prejudicado		
						Ações para a defesa de direito individual indisponível					0		
Processos cíveis – custos legis						Com vista há mais de 30 dias:					0		
						Com vista há mais de 6 meses:					0		
						Com vista há mais de 12 meses:					0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP						Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado		
						Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado		
						Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado		

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva 2ª Vara de Família.		
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 14ª Promotoria de Justiça Cível. Segunda remessa distribuída por prevenção. Audiências cada um realiza uma semana (segunda a sexta).		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.		
OBSERVAÇÕES		
1) Distribuição equitativa com a 14ª Promotoria de Justiça Cível. Segunda remessa distribuída por prevenção. Audiências cada um realiza uma semana (segunda a sexta);		
2) A 13ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís atua perante a 2ª Vara de Família de São Luís, com média mensal de manifestação em 72 processos judiciais e participação em 60 audiências;		
3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

#### 13.14. 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família (concorrente com a 13ª Promotoria Cível)
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	FANNY DE SOUSA BRANDES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado tendo assumido em 23/04/2007, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão, não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.	



EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico.											
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (protocolo e pastas AZ) e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico (protocolo e pastas AZ) e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 953.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 7.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	123	29	50	0	64	130	117	139	115	82	0	45
Impulsionados no mês	123	29	50	0	64	130	117	139	115	82	0	45
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	90	30	40	0	50	92	72	102	48	64	0	140
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa								Prejudicado			
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)								Prejudicado			
	Ações para a defesa de direito individual indisponível								0			
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 30 dias:								Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 180 dias:								Prejudicado			
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):								Prejudicado			
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 dias;								Prejudicado			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:									Prejudicado			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									Prejudicado			
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:									Prejudicado			
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):									Prejudicado			

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Divisão equitativa com o Promotor concorrente. Audiências cada um realiza uma semana.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos neste campo em razão da Promotoria inspecionada não apresentar processos com vista aberta e prazo excedido.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) As atribuições da 1ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos da 2ª Vara de Família, com atribuições concorrentes com a 13ª Promotoria de Justiça;
- 2) A média de produtividade da 1ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 74 (setenta e quatro) processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em mais de 60 (sessenta) audiências;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

### 13.15. 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		3ª Vara de Família (concorrente com a 16ª Promotoria).											
Atribuições extrajudiciais? Não informado													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não informado													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não informado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não informado													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não informado													
TITULAR		KARLA ADRIANA HOLANDA FARIASVIEIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado, tendo assumido em 04/04/2013, reside na comarca de lotação; participou do VI Congresso do Mercosul de Direito de Família, realizado nos dias 5 e 6/9/2014, em Porto Alegre/RS (16 horas/aula), não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 16ª PJ Cível de São Luis, não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (23/06 a 01/08/2014), cumpre expediente das 8h às 15h, sendo que quando há audiências judiciais o horário de expediente é estendido.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessora (servidora comissionada).											
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 3 mesas, 3 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 771.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	

Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	18	43	47	18	20	49	44	0	126	101	60	53
Impulsionados no mês	18	43	47	18	20	49	44	0	126	101	60	53
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	59	0	50	17	18	78	11	0	101	62	48	101
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Gozou férias em julho de 2014.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	4	3	3	2	4	1	0	0	1	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		

Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado				
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado			
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado			
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado			
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado			
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado			
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado			
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado			
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado			
Fundações:										Prejudicado				
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado														
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)														
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado			
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado			
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado			
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado			
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado			

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Relata que a Promotoria inspecionada não possui atribuição na Resolução n. 019/2013, do Colégio de Procuradores, para ajuizamento de demanda judicial visando reconhecimento de paternidade. Por isso sugere alteração para previsão de tal atribuição; 2) Sugere a ELABORAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O TJ/MA ou com o Laboratório Forense para realização de exames de DNA (solicitação já enviada ao PGJ pelo Ofício n. 10/2014).

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

A equipe de inspeção deixou de listar processos neste campo em razão da Promotoria inspecionada não apresentar processos com vista aberta e prazo excedido.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) As atribuições da 15ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos da 3ª Vara de Família, com atribuições concorrentes com a 16ª Promotoria de Justiça;
- 2) A média de produtividade da 15ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 48 (quarenta e oito) processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em mais de 45 (quarenta e cinco) audiências;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 13.16. 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª vara da família (concorrente com a 15ª Promotoria Cível).
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	MARTHA HELENA COSTA RIBEIRO (assessora da Corregedoria Geral do MPMA desde 27/05/2013)
SUBSTITUTA	KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado (titular Dra. Martha Helena Costa Ribeiro, assessora da Corregedoria Geral do MPMA desde 27/05/2013), assumiu o órgão em 27/05/2013, reside na comarca de lotação; participou do VI Congresso do Mercosul de Direito de Família, realizado nos dias 05 e 06/09/2014 – Porto Alegre/RS, totalizando 16 horas/aula; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 15ª PJ Cível de São Luís; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (23/06 a 01/08/2014), cumpre expediente das 8h às 15h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 assessora (vinculada à 16ª Promotoria).
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP

Sistema de Registro	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 771.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	19	45	49	16	15	57	40	0	97	88	37	54
Impulsionados no mês	19	45	49	16	15	57	40	0	97	88	37	54
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	53	0	47	14	17	63	10	0	6	25	25	57
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	5	3	0	0	1	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	2	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	1	1	0	0	0	6	3	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	2	2	0	1	2	2	0	0	1	0	0
Obs.:A notícia de fato recebida em outubro se refere a uma Carta Precatória recebida de Brasília.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	



Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Responde pela 16ª em acumulação com a 15ª Promotoria (titular). Realiza todas as audiências.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Não haviam processos com vista aberta e prazo excedido.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) As atribuições da 16ª Promotoria de Justiça Cível se concentram na manifestação como custos legis de processos judiciais oriundos da 3ª Vara de Família, com atribuições concorrentes com a 15ª Promotoria de Justiça		
2) A média de produtividade da 16ª Promotoria de Justiça Cível é de manifestação em 43 (quarenta e três) processos judiciais, enquanto custos legis, em processos judiciais – atividade para a qual o Promotor de Justiça conta com o auxílio de um assessor jurídico exclusivo – e participação em mais de 26 (vinte e seis) audiências;		
3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

### 13.17. 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família (concorrente com a 18ª Promotoria Cível).
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
<b>TITULAR</b>	MARIA DO SOCORRO VIEGAS REIS LEITE
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado, tendo assumido em 22/04/2004, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor
Estrutura física	Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 3 mesas, 2 computadores, 2 impressoras e 1 scanner.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico SIMP.

Sistema de Registro	Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 812.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 24, com vista aberta mais antiga datada de 24/11/14.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	2	0	4	1	0	0	14	2	0	0	0	2
Distribuídos no mês	89	42	82	0	51	138	83	21	0	0	81	98
Impulsionados no mês	91	38	85	1	51	124	95	23	0	0	79	74
Saldo do mês	0	4	1	0	0	14	2	0	0	0	2	26
Audiências realizadas	19	22	35	0	0	52	36	-	0	10	30	30
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		

Qual o critério de recebimento de feitos: Divisão equitativa com a Promotoria concorrente. Cada um realiza audiência durante 1 semana.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro inspecionado sugere a necessidade de modificação das atribuições das Promotorias de Família para inclusão de atribuição extrajudicial visando a investigação de paternidade.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram listados processos neste campo porque não havia processos judiciais com vista e prazo de manifestação excedido.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) A Promotoria inspecionada atua concorrentemente com a 18. <sup>a</sup> Promotoria de Justiça perante a 4. <sup>a</sup> Vara de Família de São Luís, com média mensal de manifestação em 76 processos judiciais e participação em 29 audiências;
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.18. 18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)				8º Promotor de Justiça de Família, 4ª vara da família (concorrente com a 17ª Promotoria de Justiça Cível).									
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		GIORGIONNI MATOS LAUANDE FONSECA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado, tendo assumido em 04/08/2004, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (setembro/2014), cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor.											
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico (pasta AZ).											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 812.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 9, sendo a mais antiga datada de 3 dias.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	5	5	1	19	19	102	0	2	26	0	0	27	
Distribuídos no mês	87	29	111	70	124	0	66	68	9	0	79	84	
Impulsionados no mês	87	33	93	70	41	102	64	44	35	0	52	102	
Saldo do mês	5	1	19	19	102	0	2	26	0	0	27	9	
Audiências realizadas	28	13	0	72	32	0	40	93	0	0	40	38	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado			
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado			
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado			
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0			
				Com vista há mais de 6 meses:						0			
				Com vista há mais de 12 meses:						0			
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Em tramitação há menos de 90 dias:						Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 180 dias:						Prejudicado			
				Em tramitação há menos de 1 ano:						Prejudicado			
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						Prejudicado			
				Em tramitação há menos de 90 dias;						Prejudicado			
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há mais de 90 dias;						Prejudicado			
				Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:						Prejudicado			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado			
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado			
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado			
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado			
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado			
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado			
				Outras unidades de atendimento:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado			
Fundações:						Prejudicado							

Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 17ª Promotoria de Justiça Cível.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro inspecionado sugere padronizar a atuação dos promotores de família (ausência de padronização da atuação das promotorias de família, no que se refere à intervenção nos processos judiciais).
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) O inspecionado relata inconsistências no sistema Simp, ao efetuar o levantamento para o relatório constatou 09 processos a mais no gabinete que não constavam no sistema SIMP, conforme relatórios apresentados à equipe e juntados aos autos de inspeção.
2) Foi consignado que o membro inspecionado é o 8º Promotor de Justiça de Família, 4ª vara da família (concorrente com a 17ª Promotoria de Justiça Cível), atuando como custos legis em uma média de 60 (sessenta) processos/mês, participando de, em média, 29 audiências, no período;
3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 13.19. 19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 5ª Vara de Família não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna (concorrente com a 20ª Promotoria de Justiça Cível, titular Dra. Sirlei, Chefe de Gabinete). Atribuição perante a 10ª Zona Eleitoral.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
<b>TITULAR</b>	MARUSCHKA DE MELLO E SILVA
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado, tendo assumido o órgão em 30/12/1997 (Portaria nº1896/1997); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 20ª PJ Cível de São Luís, atribuição perante a 5ª Vara de Família, com início em 24/11/2014 (titular Dra. Sirlei de Castro Aires Rodrigues, exerce assessoria do PGJ desde 15/06/2013); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença prêmio (abril a agosto de 2014) e férias (40 dias em outubro); cumpre expediente das 8h30min às 14h (período no qual acompanha as audiências judiciais), sendo que comparece à Promotoria de Justiça após as audiências e permanece até as 15h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h30min às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 assessora da 19ª PJ e 1 assessora da 20ª PJ.
Estrutura física	Em boas condições gerais. 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner (mais 1 computador da 20ª PJ).
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.
Sistema de Registro	Sistema físico (pastas AZ).
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.	
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 609.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 7, com vista aberta mais antiga de 28/11/2014.	
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>PERÍODO</b>	Dez Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov
Saldo do mês anterior	12 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Distribuídos no mês	26 0 0 56 0 0 0 73 53 4 7
Impulsionados no mês	38 0 0 56 0 0 0 73 53 4 7
Saldo do mês	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

Audiências realizadas	11	0	0	72	0	0	0	0	54	108	32	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: A Promotora inspecionada gozou licença saúde em janeiro e fevereiro de 2014. Gozou licença prêmio a partir de 23/04/2014, não há registro de processos recebidos em abril, inspecionada relata ter se manifestado em vários processos. Permaneceu em licença prêmio até o final de julho. Gozou 40 dias de férias a partir de 06/10/2014. Trabalhou de 01 a 06/10/2014. Retornou 24/11/2014.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebimento de todos os processos da 5ª Vara de Família, em razão da Promotora inspecionada cumular a 20ª PJ (atribuição concorrente).

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não havia, na data da inspeção, processos com vista com prazo vencido.

#### OBSERVAÇÕES

1) Não há registro na 19ª PJ da atuação dos Colegas que substituíram a Promotora inspecionada em suas licenças. A situação é peculiar, posto que o controle dos atos praticados fica em poder do(s) Promotor(es) de Justiça que efetuaram a substituição no período, e não no órgão no qual se deu a substituição; 2) A Promotora de Justiça inspecionada atua em uma média de 19 (dezenove) processos por mês, com participação em uma média de 23 (vinte e três) audiências, não levando em consideração os períodos em que ocorreu sua substituição por falta de informações, como observado no parágrafo anterior; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.



**13.19.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Maruschka de Mello e Silva, informou que as observações feitas pela equipe de inspeção não evidenciam a realidade funcional tanto da 19ª Promotoria de Justiça Cível a qual Promotora é titular, quanto a 20ª Promotoria de Justiça Cível a qual Promotora atua em substituição, pois existe uma grande demanda processual e uma grande demanda de audiências diárias. Na estatística do órgão foi elencado que em média existem na 5ª Vara de Família a qual esta Promotoria atua, 609 processos em trâmite e a atuação desta Promotora mensalmente ultrapassa o que foi observado como 19 processos em média, assim como a participação desta em audiências, tudo evidenciado na estatística do órgão. Quanto a observação 2, constatando que relatadas nenhuma experiência inovadora e nem sugestões, há também um grande equívoco, pois especialmente na Vara de atuação desta Promotoria existe em pleno funcionamento o projeto “Paz na Família” em que consiste em oportunizar as partes que tenham processo em tramitação para comparecerem independente de intimação para fins de conciliação e que desta forma tem obtido resultados satisfatórios, principalmente no que tange a celeridade processual e que foi informado por esta Promotora no momento da inspeção, assim também como o Plantão realizado que fora relatado com minúcias da seguinte maneira: Duração do Plantão: 1 semana, Horário: das 18 horas de segunda-feira até as 8 horas do dia seguinte; sábado domingo e feriados – 24 horas. Atuação do plantão cível: ações que envolvam saúde, busca e apreensão e adolescente infrator. Também fora relatado da insegurança que o Membro Ministerial é exposto quando ocorre a apresentação dos adolescentes infratores no gabinete, durante a madrugada pois a grande maioria dos adolescentes apresentados são integrantes de facções criminosas e geralmente são acompanhados apenas por um único policial civil, situação também relatada na inspeção. Aproveitou a oportunidade para requerer uma nova inspeção.

#### 13.20. 20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 5ª Vara de Família não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	SIRLEI DE CASTRO AIRES RODRIGUES (exerce assessoria do PGJ desde 15/06/2013)
SUBSTITUTO	MARUSCHKA DE MELLO E SILVA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado (titular Dra. Sirlei de Castro Aires Rodrigues, exerce assessoria do PGJ desde 15/06/2013); assumiu o órgão em 24/11/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 19ª com atribuição concorrente perante a 5ª Vara de Família; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença prêmio (abril a agosto de 2014) e férias (40 dias em outubro de 2014); cumpre expediente das 8h30min às 14h, período no qual acompanha as audiências judiciais, sendo que comparece na Promotoria de Justiça após as audiências e permanece até 15h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h30min às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 assessora jurídica (bacharel em Direito, cargo comissionado).
Estrutura física	Possui, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP
Sistema de Registro	Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 609.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 8, com vista aberta mais antiga em 28/11/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	39	0	0	62	0	0	0	0	27	54	5	8
Impulsionados no mês	39	0	0	62	0	0	0	0	27	54	5	8
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	11	0	0	41	0	0	0	0	0	119	32	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Os dados se referem ao período no qual a inspecionada respondeu pela 20ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís/MA. Não existem arquivados na 20ª PJ os dados dos períodos nos quais outros Promotores responderam pela Promotoria.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva perante a 5ª Vara de Família.												

<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram relatados processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) A equipe de inspeção se reporta às observações registradas no Termo de inspeção da 19ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís, de titularidade da Promotora de Justiça atualmente designada para a 20ª Promotoria de Justiça;
2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

13.21. 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			11º Promotor de Justiça de Família, 6ª vara da família (atribuição concorrente com a 22ª Promotoria Cível, titular Dr. Carlos Alberto Garcia)									
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		SUSETTE MARQUES PALMEIRA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu em 05/03/2007, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (40 dias em setembro de 2014), cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 12h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessor.										
Estrutura física		1 gabinete, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro		Sistema físico e digital.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Cerca de 700 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	7	8	34	0	18	23	14	9	12	0	34	15
Impulsionados no mês	7	8	34	0	18	23	14	9	12	0	34	15
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	41	30	95	0	84	239	46	74	96	0	34	33
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						0		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa dos processos judiciais com o Promotor concorrente, audiência cada semana um realiza.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu a existência de servidor disponível para esclarecer dúvidas acerca do preenchimento correto dos dados no sistema SIMP.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Deixou de ser preenchido por não haver na data da inspeção processos com vista e prazo vencido.		
OBSERVAÇÕES		
1) A 21ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís atua perante a 6ª Vara de Família de São Luís, com atribuições concorrentes com a 22.ª Promotoria de Justiça e média mensal de manifestação em 17 processos judiciais e participação em 64 (sessenta e quatro) audiências;		
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

### 13.22. 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 6ª Vara de Família não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna (concorrente com a 21ª Promotoria de Justiça Cível). Atribuição eleitoral perante a 76ª Zona Eleitoral.
--------------------------------	--

Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	CARLOS ALBERTO GARCIA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu em 05/03/2007, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Atualização em Direito Eleitoral; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria Eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h30min às 12h30min.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Não informado.											
Estrutura de Pessoal	1 assessora.											
Estrutura física	Boa estrutura.											
Sistema de Arquivo	Arquivos físicos na Promotoria de Justiça.											
Sistema de Registro	Sistema físico na Promotoria de Justiça (pasta AZ).											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 800.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2, com vista aberta mais antiga datada de 28/11/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0
Distribuídos no mês	5	7	16	14	6	13	25	26	20	24	18	21
Impulsionados no mês	5	7	16	14	6	13	25	26	18	25	21	19
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	2
Audiências realizadas	62	0	73	90	34	67	89	73	44	44	52	51
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0 (eleitoral)	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											0	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a Promotoria concorrente, audiência cada semana um Promotor.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Possui atribuições eleitorais criminais (ajuizamento e acompanhamento de ações penais?).											
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO											
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:								0		
	Com vista há mais de 6 meses:								0		
	Com vista há mais de 12 meses:								0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:								0		
	Com vista há mais de 6 meses:								0		
	Com vista há mais de 12 meses:								0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:								0		
	Com vista há mais de 6 meses:								0		
	Com vista há mais de 12 meses:								0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:								0		
	Com vista há mais de 6 meses:								0		
	Com vista há mais de 12 meses:								0		
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:								0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):								0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):								0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								0		
	Com vista há mais de 6 meses:								0		
	Com vista há mais de 12 meses:								0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:								0			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:								Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.											
Obs.:Atribuição criminal enquanto Promotor eleitoral. Notícia crime recebida em 10/11/2014.											
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO											
O membro sugere melhorias no sistema Simp no que se refere ao registro de audiências.											
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS											
Não foram relatados processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.											
OBSERVAÇÕES											
1) A 22ª Promotoria de Justiça atua perante a 6ª Vara de Família, com média mensal de manifestação em 16 (dezesesseis) processos judiciais e participação em 60 (sessenta) audiências. Não possui atribuição extrajudicial;											
2) As audiências são designadas aleatoriamente, e não de forma a concentrar as audiências com participação do Ministério Público em determinados dias da semana;											
3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.											

**13.23. 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 7ª Vara de Família não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna (concorrente com o 24º. Promotor de Justiça Cível de São Luís, vago desde outubro de 2013. A partir de então a 23ª Promotoria de Justiça Cível atua com exclusividade na 7ª Vara de Família). Atribuição eleitoral perante a 89ª Zona Eleitoral.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não (apenas enquanto Promotora eleitoral).												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não (apenas enquanto Promotora eleitoral).												
TITULAR		MARIA DO SOCORRO ASSUNÇÃO GOMES										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu em 01/04/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar em 2001, mas não sofreu sanção disciplinar; responde cumulativamente pela atribuição eleitoral perante a 89ª Zona Eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 08h30min às 12h em audiência e das 13h às 14h na Promotoria de Justiça (de duas a três vezes por semana, nos outros dias participa de audiências à tarde).												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessor.										
Estrutura física		Em boas condições gerais. Possui 1 gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico (arquivos salvos no computador e sistema Simp).										
Sistema de Registro		Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico (arquivos salvos no computador e sistema Simp).										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 675.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1, com vista aberta em 28/11/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	13	1	1	1	7	2	1	4
Distribuídos no mês	22	11	25	40	19	25	28	24	20	57	17	25
Impulsionados no mês	22	11	25	27	31	25	28	18	25	58	14	26
Saldo do mês	0	0	0	13	1	1	1	7	2	1	4	3
Audiências realizadas	75	49	113	69	47	54	14	59	71	62	68	174
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Atribuição extrajudicial relacionada ao eleitoral.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0 (eleitoral)	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0 (eleitoral)	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0 (eleitoral)	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0 (eleitoral)	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0 (eleitoral)	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0 (eleitoral)	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0 (eleitoral)	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0 (eleitoral)	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0 (eleitoral)	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0 (eleitoral)	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0 (eleitoral)	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0 (eleitoral)	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0 (eleitoral)	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva perante a 7ª Vara de Família e exclusiva perante a 89ª Zona Eleitoral.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Atribuições criminais relacionadas ao eleitoral.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 6 meses:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 12 meses:	0 (eleitoral)
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 6 meses:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 12 meses:	0 (eleitoral)
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 6 meses:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 12 meses:	0 (eleitoral)
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 6 meses:	0 (eleitoral)
	Com vista há mais de 12 meses:	0 (eleitoral)
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0 (eleitoral)
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0 (eleitoral)
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0 (eleitoral)
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0 (eleitoral)
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva perante a 89ª Zona Eleitoral.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) A inspecionada relatou que o recesso de fim de ano ocorre de 20 de dezembro a 20 de janeiro;
2) A 23ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís possui atribuições exclusivas perante a 7ª Vara de Família de São Luís, com média mensal de manifestação em 25 (vinte e cinco) processos judiciais e participação em 62 (sessenta e duas) audiências.
3) Quando ocorreu a remoção do Promotor de Justiça que atuava na 24ª Promotoria de Justiça, operou-se a extinção do órgão, com a concentração de suas atribuições na 23ª Promotoria de Justiça, que passou a atuar com exclusividade junto à 7ª Vara de Família. A extinção de uma das Promotorias de Justiça que atuam em conjunto nas Varas de Família está prevista desde a época da criação dos cargos, o que denota que, desde o início, a demanda para atuação do Ministério Público nas varas de família estava superdimensionada, justificando-se a extinção gradativa dos cargos à medida que ocorrer sua vacância;
4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

### 13.24. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Fiscalizar a instituição e a gestão das fundações e das entidades de interesse social e promover as medidas administrativas e as ações judiciais pertinentes para a sua regularização ou extinção, inclusive as de improbidade administrativa”.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
<b>TITULAR</b>	NÃO INFORMADO
<b>SUBSTITUTO</b>	TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumindo o órgão em 03/03/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 30ª Promotoria de Justiça de São Luís (improbidade administrativa), não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (mês de julho), cumpre expediente das 8h às 16h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	2 assessores, sendo um do promotor titular e o outro do promotor substituto, 2 técnicos (1 execução de mandados e um técnico ministerial), 1 analista em contabilidade e 1 estagiário de contabilidade.
Estrutura física	1 gabinete compartilhado entre as duas promotorias de justiça especializada de fundações e duas salas compartilhadas entre as promotorias das fundações para apoio administrativo
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e físico.
Sistema de Registro	Sistema SIMP e físico.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? O inspecionado relata que não houve a necessidade de execução de nenhum destes acordos, de modo que não há gerência dos recursos.	
Obs.: O inspecionado relata que a estrutura de pessoal acima indicada serve também à 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Fundações, embora todos os funcionários estejam lotados na 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Fundações. O inspecionado relata que o Sistema SIMP foi implantando em março de 2014. O inspecionado relata que atua na área criminal, a despeito de a resolução que normatiza a atuação das promotorias das fundações não conferir atribuição criminal nos feitos correlatos.	
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).	
Obs.: O inspecionado relata que a promotoria possui, também, atuação como fiscal da lei em processos relativos à área de sua atribuição.	
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>	

PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Obs.: (-) dados não fornecidos.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	7	2	15	3	5	2	5	3	0	0	1	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	3	1	2	1	2	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	3	11	6	11	14	2	6	6
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	3	11	6	11	14	2	6	6
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Obs.: A listagem dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada extraída do sistema SIMP foi entregue à equipe e juntada aos de inspeção. Durante a inspeção a equipe constatou que alguns procedimentos não estavam cadastrados no sistema SIMP e solicitou a elaboração de uma relação dos procedimentos não cadastrados. Em momento posterior à inspeção, o promotor fez a entrega de novo relatório gerado pelo Sistema SIMP, informando que fez o cadastro dos procedimentos restante em referido sistema.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										1	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										9	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										10	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	



Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	1										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	4										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	21										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	51										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		1										
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 2ª Promotoria de Justiça Especializada.												
Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada foi entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: O inspecionado relata que atua na área criminal, a despeito de a resolução que normatiza a atuação das promotorias das fundações e terceiro setor não conferir atribuição criminal nos feitos correlatos.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									

Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não há (conforme atribuição da promotoria).

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Promotoria de Justiça sem estrutura de pessoal suficiente, necessitando de técnico ministerial qualificado para realização de serviço burocrático; 2) Necessidade de criação de estrutura física e de pessoal para cada promotoria especializada para não ser necessário o compartilhamento destas estruturas; 3) Relata que o contador e o estagiário em contabilidade não conseguem, satisfatoriamente, analisar todos os procedimentos de prestação de contas das fundações, de modo que seria necessária a contratação de mais servidores com esta qualificação.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) "Projeto Caminhando Direito – Educar para Transformar" – projeto implantando nas Comarcas de Balsas, Icatu e Cururupu, conforme cópia entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção; 2) O inspecionado relata que idealizou um fluxograma para realizar o acompanhamento de todos os convênios que o poder público firma com entidades do terceiro setor, de modo a fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	109/2012	18.4.2012	Irregular. Procedimento não consta autuado no Sistema SIMP. Aguarda a cientificação do interessado acerca do arquivamento promovido. Objeto: requerimento de atestado de regular funcionamento da associação dos moradores de Maracujá.
Inquérito Civil	018699-500/2014	31.3.2011	Irregular. Inquérito Civil prorrogado em uma única oportunidade, em 14.11.2014. Antes do despacho de prorrogação, o Inquérito Civil permaneceu sem andamento desde o mês de abril de 2013.
Inquérito Civil	01/2014	3.9.2014	Irregular. Procedimento não consta cadastrado no Sistema SIMP.
Notícia de Fato	06/2014	24.10.2014	Irregular. Procedimento não consta cadastrado no Sistema SIMP. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convênio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). O inspecionado relata que todos os convênios celebrados são fiscalizados pela promotoria, independentemente da existência de denúncia de irregularidades. Narra que quando se constata irregularidade é instaurado Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.

Notícia de Fato	07/2014	21.10.2014	Irregular. Procedimento não consta cadastrado no Sistema SIMP. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convenio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). O inspecionado relata que todos os convênios celebrados são fiscalizados pela promotoria, independentemente da existência de denúncia de irregularidades. Narra que quando se constata irregularidade é instaurado Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.
Notícia de Fato	13/2014 (SIMP nº 016877-500/2014)	13.11.2014	Irregular. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convenio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). O inspecionado relata que todos os convênios celebrados são fiscalizados pela promotoria, independentemente da existência de denúncia de irregularidades. Narra que quando se constata irregularidade é instaurado Inquérito Civil ou Proc. Preparatório.
Notícia de Fato	016867-500/2014	13.11.2014	Irregular. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convenio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). O inspecionado relata que todos os convênios celebrados são fiscalizados pela promotoria, independentemente da existência de denúncia de irregularidades. Narra que quando se constata irregularidade é instaurado Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório.
“Processo Administrativo”	019484-500/2014	13.1.2012	Irregular. Classe não condizente com a taxonomia do CNMP. Objeto: irregularidades em fundação. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato data de 24.7.2014)
Procedimento Administrativo	019481-500/2014	11.11.2010	Irregular. Instaurado Procedimento Administrativo com base em denúncia que noticia irregularidade em entidade de terceiro setor. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato data de 24.7.2014).
Procedimento Preparatório	002/2011	11.1.2011	Irregular. Não há portaria de instauração do Procedimento Preparatório. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório ou despacho determinando sua conversão em Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 18.3.2014). Procedimento não consta autuado no Sistema SIMP.
Notícia de Fato	019285-500/2014	27.8.2013	Irregular. Prazo de conclusão da Notícia de Fato escoado. Não houve a instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório para a apuração das irregularidades notificadas ainda no ano de 2013 (objeto: irregularidade em associação).
Procedimento Administrativo	225/2012	24.8.2013	Irregular. Procedimento não consta autuado no Sistema SIMP. Objeto: expedição de atestado de funcionamento.

#### OBSERVAÇÕES

1) Foi consignado que o membro inspecionado exerce a Coordenação do GPI (Grupo de Promotores de Justiça Itinerante) – Ato Regulamentar Conjunto nº 1/2013; 2) A equipe verificou que, de um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução nº 23 do CNMP, já que existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “pedido de providência” e “processo administrativo”. Verifica-se da tabela anexada ao termo de inspeção, que o Sistema SIMP permite o cadastramento de tais classes. Ainda, existem 35 Notícias de Fato com prazo excedido para sua conclusão (outras 28 Notícias de Fato não possuem no Sistema SIMP a informação da data de seu cadastro, impossibilitando verificar se há excesso de prazo ou não), procedimentos administrativos cadastrados para investigação de irregularidades em associações (quando seria o caso de instauração de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil); 3) O inspecionado relata que não submete os arquivamentos ao Conselho Superior, quando o procedimento não possui uma portaria inaugural (por exemplo: aprovação para registro de ata de fundações, emissão de atestados de regularidade das entidades), sem levar em consideração o objeto do procedimento extrajudicial. Relata que este é, inclusive, o entendimento do CSMP/MA. Nestes casos, o feito é autuado como “processo administrativo” em livro e no SIMP como Notícia de Fato; 4) Existem, ao todo, 101 procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria inspecionada, os quais estão sendo movimentados regularmente; 5) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).

**13.25. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: “Fiscalizar a instituição e a gestão das fundações e das entidades de interesse social e promover as medidas administrativas e as ações judiciais pertinentes para a sua regularização ou extinção, inclusive as de improbidade administrativa”.										
Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO	CLÁUDIO JOSÉ SODRÉ											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado, assumindo o órgão de 09/07/2014 a 07/08/2014 (Portaria nº 4182/2014) e de 03/09/2014 aos dias atuais (Portaria nº 5694/2014-GPGJ); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 9ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luis; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença prêmio (30 dias); cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessor e 1 técnico										
Estrutura física		1 gabinete compartilhado entre as duas promotorias de justiça especializada de fundações e 2 salas compartilhadas entre as promotorias das fundações para apoio administrativo.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.										
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Sem ocorrência.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs: O inspecionado relata que não houve a entrada de processos judiciais cíveis no período acima indicado.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	1	4	19	13	17	20	30	26	1	54	24
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	1	12	21	6	4	6	12	4
Arquivamento com Remessa	0	0	0	1	1	1	0	0	0	2	2	2
Termos de Depoimento	0	0	1	0	0	4	7	0	2	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	1	0	0	4	4	1	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs: Relato do inspecionado quanto aos dados do atendimento ao público: Todas as notícias de fato distribuídas referem-se a atendimentos ao público que culminaram em procedimentos extrajudiciais. No entanto, a promotoria realiza diversos atendimentos diariamente, mormente no que tange a solicitação de informações sobre documentação, tramitação de procedimentos, entre outros, os quais não foram contabilizados em livro próprio. A inexistência de separação física entre os gabinetes das duas promotorias de justiça especializadas em fundações e entidades de interesse social e a falta de corpo técnico-administrativo ocasionou, desde a instalação dessa promotoria, a realização de atendimentos ao público pelos técnicos ministeriais da 1ª Promotoria Especializada sem que tenha havido definição acerca de qual promotoria o atendimento se referia. Além disso, a alta demanda de atendimentos realizados pelos técnicos diariamente dificultou o registro de todos eles separadamente. Por tais razões, não houve contabilização dos atendimentos ao público nessa Promotoria. A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	0
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	10
	Em tramitação há mais de 30 dias:	43
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	36
	Em tramitação há mais de 90 dias;	46
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		4
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:	51★	
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado	
Fundações:	12		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 1ª. Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social da Capital.			
Obs.: ★ O dado se refere a visitas realizadas pelo promotor de justiça a associações.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado formulou algumas sugestões: 1) Necessidade de contratação de mais servidores, inclusive na área da contabilidade; 2) Necessidade de melhoria de estrutura física, já que os promotores de fundações têm que compartilhar o mesmo gabinete.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	017866-500/2014	9.1.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias. Último ato em 30.10.2014. Objeto: expedição de atestado de funcionamento de fundação/entidade do terceiro setor.
Procedimento Administrativo	017860-500/2014	5.2.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias. Último ato em 30.10.2014. Objeto: expedição de atestado de funcionamento de fundação/entidade do terceiro setor.
Notícia de Fato	018527-500/2014	24.3.2014	Irregular. Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Não foi instaurado o procedimento extrajudicial pertinente à apuração dos fatos. Objeto: irregularidades em entidade do terceiro setor.
“Peças de Informação”	018767-500/2014	7.3.2014	Irregular. Há um despacho do promotor determinando a instauração de Procedimento Preparatório. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP. No Sistema SIMP este procedimento consta cadastrado como Notícia de Fato.
“Peças de Informação”	017840-500/2014	6.3.2013	Irregular. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP. No Sistema SIMP este procedimento consta cadastrado como Notícia de Fato.
Notícia de Fato	017803-500/2014	24.4.2014	Irregular. Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Não foi instaurado o procedimento extrajudicial pertinente à apuração dos fatos. Objeto: irregularidades em entidade do terceiro setor.
Notícia de Fato	018509-500/2014	8.6.2014	Irregular. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convenio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). O inspecionado relata que todos os convênios celebrados são fiscalizados pela promotoria, independentemente da existência de denúncia de irregularidades. Prazo para conclusão da Notícia de Fato excedido.
“Processo Administrativo”	017553-500/2014	3.7.2014	Irregular. No SIMP consta como Procedimento Administrativo e não “Processo Administrativo”, classe esta não existente na taxonomia do CNMP. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 4.9.2014).
Notícia de Fato	018460-500/2014	7.5.2014	Irregular. Instaurada Notícia de Fato, quando deveria ter sido por Procedimento Administrativo, em razão do objeto do procedimento extrajudicial (fiscalização de execução de convenio realizado entre poder público e entidade de terceiro setor – não há notícia de irregularidade). Prazo de conclusão da Notícia de Fato excedido.
Notícia de Fato	019029-500/2014	22.5.2014	Irregular. Objeto: denúncia de irregularidades em entidade do terceiro setor. Prazo de conclusão da Notícia de Fato excedido.



Notícia de Fato	018842-500/2014	8.4.2014	Irregular. Objeto: denúncia de irregularidades em entidade do terceiro setor. Prazo de conclusão da Notícia de Fato excedido.
Procedimento Administrativo	017863-500/2014	7.2.2014	Irregular. Objeto: expedição de atestado de funcionamento de entidade de terceiro setor. Sem andamento há mais de 30 dias (último andamento em 16.10.2014).
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) Existe um procedimento extrajudicial cadastrado como “processo administrativo”, não atendendo à Resolução nº 23 do CNMP. O Sistema SIMP permite o cadastramento de tal classe. Ainda, existem 44 Notícias de Fato com prazo excedido para sua conclusão (outras 4 Notícias de Fato não possuem no Sistema SIMP a informação da data de seu cadastro, impossibilitando verificar se há excesso de prazo ou não);</p> <p>2) Existem, ao todo, 140 procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria inspecionada;</p> <p>3) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);</p> <p>4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.</p>			

### 13.26. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA REGISTROS PÚBLICOS E MASSAS FALIDAS

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Fiscalizar os officios dos registros civil de pessoas naturais, civil de pessoas jurídicas, de títulos e documentos e de imóveis. Promover as ações civis públicas em matéria registrária. Oficiar nos feitos da Vara de Registros Públicos. Oficiar nos feitos de matéria registrária em trâmite perante quaisquer das varas cíveis. Oficiar nos feitos da Vara de Recuperação de Empresas e promover as ações penais por crimes falimentares.											
Atribuições extrajudiciais? Sim														
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não														
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Apenas no que se refere aos crimes falimentares.														
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não														
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não														
TITULAR		LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
O membro assumiu o órgão em 2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (30 dias em junho/2014), cumpre expediente das 8h às 14h.														
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
Atendimento ao público			Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal			1 (um) assessor jurídico (bacharel em Direito, cargo comissionado) e 1 (uma) servidora efetiva (nível médio, vínculo efetivo).											
Estrutura física			Gabinete com banheiro, 2 mesas, 2 computadores, 1 impressora e 1 scanner.											
Sistema de Arquivo			Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro			Sistema físico (pasta AZ) e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.														
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA														
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.														
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).														
Obs.: O Promotor inspecionado relatou que atua perante três varas cíveis (2ª, 3ª e 8ª), nos processos que versam sobre registro público, entretanto tais Varas acumulam outras competências, razão pela qual não foi possível especificar apenas os processos relacionados a registros públicos em tramitação nos referidos Juízos.														
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL														
PROCESSOS JUDICIAIS														
PERÍODO			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	78	20	164	171	66	151	73	0	141	96	155	73
Impulsionados no mês	78	20	164	171	66	151	73	0	141	96	155	73
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	3	0	4	0	0	1	2	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Gozou férias em julho de 2014 e o movimento processual foi distribuído para a Promotora que o substituiu.

#### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	3	3	3	1	1	0	0	5	3	2	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	11	2	1	2	4	1	2	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	7	5	5	7	9	10	6	-	5	3	1	0

Obs.: Recebe procedimento extrajudicial dos Cartórios de Registros Cíveis acerca da retificação de registros cíveis a partir de erros grosseiros. As notícias de fato se referem a pedidos de certidão negativa, segunda via de certidões.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:												0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):												0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:												Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Atuação exclusiva em matéria de registros públicos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: O inspecionado relatou nunca ter recebido qualquer notícia de crime falimentar. Não soube informar por onde tramitam os processos de recuperação judicial e falência, acredita tramitarem nas Varas Cíveis.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	000049-600/2014	27/06/2014	Objeto: requisição de 2ª via de certidão. Último movimento: 09/09/2014 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de conversão)
Notícia de Fato	014034-500/2014	22/10/2014	Objeto: requisição de 2ª via de certidão. Último movimento: 23/10/2014 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de conversão)

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O Poder Judiciário já criou uma Vara de Registros Públicos, entretanto esta ainda não foi instalada;
- 2) As demandas judiciais de registros públicos tramitam perante a 2ª, 3ª, e 8ª Varas Cíveis;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

### 13.27. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA EDUCAÇÃO

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos ao direito à educação, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa”.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA (afastado para tratamento de saúde).
SUBSTITUTO	MARIA LUCIANE LISBOA BELO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em fevereiro de 2014; reside na comarca de lotação; participou do Curso de Licitação e Contratos Administrativos; I Módulo: 10 a 12/09/2014; II Módulo: 15 a 17/09/2014; III Módulo: 22 a 24/09/2014. III Jornada de Direito – Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais – 22, 23 e 24 de outubro de 2014; não exerce o magistério nem a advocacia; está respondendo a procedimento administrativo disciplinar (ainda tramitando na corregedoria local); responde cumulativamente pela titularidade da 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Educação; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 9h às 17h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.

Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico, 1 técnico administrativo, 1 analista ministerial (pedagoga), 1 funcionária pública estadual cedida (pedagoga) e 1 funcionária pública municipal cedida (pedagoga).
Estrutura física	1 gabinete e 2 salas de apoio administrativo.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Destinados a fundos de diretos da educação e da proteção da criança e adolescente. A inspecionada relata que não houve casos de execução de TAC's ou a destinação efetiva de recursos para esses fundos. Relata, por fim, que não faz a fiscalização da aplicação dos recursos destes fundos.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	0
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	3	1	8	4	13	6	0	9	9	5	2	1
TAC firmado	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Termos de Depoimento	8	1	6	8	9	12	13	20	17	16	10	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	8	1	6	8	9	12	13	20	17	16	10	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	1	0	3	2	4	0	0	0	4
Atendimento ao público	3	2	6	6	10	1	0	4	2	4	1	1

Obs.: Existem procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada sem cadastro no Sistema SIMP. A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais, registrados e não registrados no SIMP, em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	2
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	3
	Em tramitação há mais de 30 dias:	38
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	31
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	1
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	2
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	5
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		6
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		2
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		16
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: A inspecionada relata que por meio de acordo verbal com o promotor de justiça titular da 4ª. Promotoria de Justiça Especialidade (Educação) houve a distribuição dos feitos da seguinte forma: assuntos relativos à educação infantil e ensino fundamental são da atribuição da 5ª. PJ Especializada e os assuntos relativos ao ensino médio são da atribuição da 4ª PJ Especializada.

Obs.: Foram feitas 23 visitas em escolas.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) Capacitação de funcionários públicos municipais e estaduais para realização de vistorias em escolas no intuito de averiguar as demandas de irregularidades físicas; 2) Com base neste levantamento foi confeccionado o documento “Análise situacional das Escolas Municipais e Estaduais de São Luís”, que já serviu de estudo para mestrados na área de educação; 3) Projeto “Educação Superior: escolha consciente”, que visou combater a existência e disseminação de cursos superiores irregulares; 4) Projeto “Fórum de Discussão: Enfrentando a Violência no Espaço Escolar”.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
“Peças de Informação”	93/13	24.10.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “peças de informação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: bullying – direito individual. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 12.6.2014).
“Peças de Informação”	96/13	4.11.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “peças de informação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: defesa de direito individual de criança. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 25.6.2014).
“Pedido de providências”	023/2012	28.2.2012	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “pedido de providências” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: defesa de direito individual de criança. Sem andamento regular (último ato: reunião na promotoria de justiça em 15.5.2012. Recomendação expedida pela promotora apenas em 20.11.2014).



“Pedido de providências”	056/2012	20.8.2012	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “pedido de providências” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: defesa de direito individual de criança.
“Peças de Informação”	72/13	24.7.2012	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “peças de informação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: demora na regularização de diploma estrangeiro por universidade.
Procedimento Preparatório	28/2013	23.4.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há portaria de instauração do Procedimento Preparatório. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório ou sua conversão em Inquérito Civil. Objeto: condições precárias da Casa dos Estudantes Secundaristas. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 25.8.2014).
Procedimento Preparatório	22/2013	22.4.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório ou sua conversão em Inquérito Civil. Objeto: assédio por parte de professor contra alunas. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 16.6.2014).
Procedimento Preparatório	038/2013	8.5.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório ou sua conversão em Inquérito Civil. Objeto: notícia levada ao conhecimento da promotoria por escola, dando conta de que um aluno seu estava portando arma. Objeto não passível de apuração via Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 26.9.2014).
Procedimento Administrativo	001/2014	11.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 7.8.2014). Objeto não passível de apuração via Procedimento Administrativo, mas via Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: condições inadequadas de funcionamento de escola municipal.
Procedimento Administrativo	72/2006	18.7.2006	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 7.10.2014). Objeto não passível de apuração via Procedimento Administrativo, mas via Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: espaço insalubre em escola estadual.
Procedimento Administrativo	36/2008	23.6.2008	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 14.2.2014). Objeto não passível de apuração via Procedimento Administrativo, mas via Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: irregularidade em curso de pós-graduação.
“Processo Administrativo” e “Pedido de Providências”	9163AD/11	17.11.2011	Irregular. Há duas autuações na capa do procedimento extrajudicial: “Processo Administrativo” e “Pedido de Providências”. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há despacho determinando a autuação da documentação protocolada na promotoria. Classe “processo administrativo” ou “pedido de providências” não prevista na taxonomia do CNMP. Não há indicação do objeto investigado. Trata-se de cópia de procedimento licitatório que tramitou na Secretaria de Educação do Estado.
“Processo Administrativo”	5875AD/2014	9.6.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “processo administrativo” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: irregularidades em escola particular. Objeto não passível de apuração via “Processo Administrativo”, mas via Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato: ofício expedido em 22.9.2014).
Procedimento Preparatório	39/2013	8.5.2013	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há prorrogação do prazo de conclusão do Procedimento Preparatório ou sua de sua conversão em Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias: último ato em 12.6.2014.
Inquérito Civil	004/2011	22.7.2011	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias: último ato em 26.8.2014.

Inquérito Civil	1/2007	18.5.2007	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Não há prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias: último ato em 10.2.2014.
-----------------	--------	-----------	---

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A equipe verificou que existem 123 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existem apenas 30 procedimentos extrajudiciais cadastrados;
- 2) De um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução nº 23 do CNMP, já que existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “processo administrativo” e “representação”. Ainda, houve a instauração de diversos procedimentos administrativos para apuração de fatos que deveriam ser investigados por meio de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil (tabela acima);
- 3) A promotoria inspecionada contava no momento da inspeção com 153 procedimentos extrajudiciais em trâmite, conforme listagens completas anexadas ao termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção. Da análise destas listagens, bem como dos procedimentos que foram manuseados pela equipe de inspeção (tabela acima), verifica-se que a maioria não possui regular andamento;
- 4) A equipe de inspeção não constatou a existência de qualquer justificativa para os excessos de prazo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais, situação a ser analisada para a verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 5) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);
- 6) Não foram relatadas sugestões por parte do membro inspecionado.

**13.27.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, informou, inicialmente, que esteve afastado de suas funções ministeriais em gozo de férias do dia 04/03/2014 à 09/04/2014 e de licença médica do dia 10/04/2014 até 09/02/2015, portanto, restou prejudicado prestar algumas informações relativas à Inspeção realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no mês de dezembro de 2014. No que diz respeito às observações constantes no quadro “Situação Detectada”, relativa à defesa de direito individual, esclareceu que os procedimentos instaurados com essa finalidade atendem, por reflexo, à coletividade escolar de cada unidade, apenas registrado por um ou outro usuário, entendendo este Órgão ser de dever do Ministério Público investigar e adotar as providências cabíveis. No que diz respeito às irregularidades apontadas por falta de cadastramento dos procedimentos no Sistema SIMP, em que pese estar afastado, o membro tem notícia de que tal sistema só foi implantado precariamente a partir do mês de julho de 2014, enfrentando diversas dificuldades para enquadrar os assuntos (fato denunciado) na taxonomia apresentada pelo mesmo, fato que pode ser comprovado através de e-mails enviados ao servidor Dércio Santiago, responsável pelo Sistema (e-mails enviados à [derciosantiago@mpma.mp.br](mailto:derciosantiago@mpma.mp.br) e [cmti@mpma.mp.br](mailto:cmti@mpma.mp.br)). Registrou, ainda, que esta situação ainda hoje perdura. Com relação à irregularidade de cadastramento de “Peças de informação” não ser prevista na taxonomia do CNMP, em todos os Relatórios encaminhados à Corregedoria Geral do Ministério Público, constam tal nomenclatura sem que haja sido feita qualquer observação contrária. Ademais, somente com o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, publicado em 16/12/2014 é que definiu a classe “Notícia de Fato”, deixando-se de utilizar “Peças de Informação”, portanto não se pode falar em irregularidades nos procedimentos que antecederam este Ato. Quanto aos processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade, apresentou arquivo digital com tabela contendo suas justificativas. No que tange às informações da produtividade nos últimos 12 meses, deixou de apresentar em razão dos motivos acima expostos (afastamento por licença médica). Finalmente, ressaltou que as Promotorias Especializadas que atendem ao público, a exemplo da Defesa da Educação, têm uma gama de atividades extraprocessuais, que constitui em atendimento ao público diário, inspeções em unidades escolares, reuniões com Executivo, Legislativo e outras instituições afins à área da educação, realização de audiências públicas nos diversos bairros de nossa capital, participação em Fóruns Permanentes, Audiências Públicas no Legislativo Estadual e Municipal, além de proferir palestras em diversos órgãos afins, dentre outras atividades. Salientou, ainda, que a 4ª Promotoria de Defesa da Educação, ao longo dos anos vem realizando diversas atividades inovadoras e exitosas, reconhecidas por toda sociedade maranhense, notadamente à melhoria da oferta dos serviços educacionais de qualidade, podendo citar: Projeto Institucional “Escola para

todos: compromisso do Ministério Público e da sociedade”, que teve como objetivo realizar um diagnóstico, com inspeção in loco, em torno de 350 escolas da Rede, diagnóstico este que tem servido de subsídio para intervenções junto ao Poder Público, com exigências a curto, médio e longo prazo, na perspectiva de qualidade dos serviços ofertados; Realização de Fóruns de Enfrentamento da Violência no Espaço Escolar, com parceria da Rede Estadual e Municipal de Ensino e demais instituições; Projeto “Educação Superior: uma escolha consciente” com ampla divulgação no Estado, minimizando consideravelmente às demandas de oferta irregular no Ensino Superior; Projeto “Promotoria nas escolas”, que entre outros objetivos, trabalha na mediação de conflitos escolares. Por último, destacou que este signatário no desempenho de suas funções na área de Educação, representa o Ministério Público Estadual na Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, e recentemente escolhido para compor o GT8 do CNMP, mediante a visibilidade das atividades desta Promotoria e apresentados no referido grupo, além de exercer à Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação do MP/MA.

### 13.28. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA EDUCAÇÃO

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos ao direito à educação, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa”.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		MARIA LUCIANE LISBOA BELO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/09/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Licitação e Contratos Administrativos; I Módulo: 10 a 12/09/2014; II Módulo: 15 a 17/09/2014; III Módulo: 22 a 24/09/2014 e também da III Jornada de Direito – Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais – 22, 23 e 24/10/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; está respondendo a procedimento administrativo disciplinar, ainda em trâmite na corregedoria local; responde cumulativamente pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Educação; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 9h às 17h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor jurídico e 1 técnico ministerial. Os seguintes funcionários, lotados na 4ª. PJ Especializada, são compartilhadas entre as promotorias da educação da capital: 1 analista ministerial (pedagoga), 1 funcionária pública estadual cedida (pedagoga) e 1 funcionária pública municipal cedida (pedagoga).											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala de apoio administrativo.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Destinados a fundos de diretos da educação e da proteção da criança e adolescente. A inspecionada relata que não houve casos de execução de TAC's ou a destinação efetiva de recursos para esses fundos. Relata, por fim, que não faz a fiscalização da aplicação dos recursos destes fundos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	

Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	2	0
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	3	1	8	4	13	6	0	9	9	5	2	0
TAC firmado	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	8	1	6	8	9	12	13	20	17	16	10	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	8	1	6	8	9	12	13	20	17	16	10	1
Reuniões (com ata)	0	0	0	1	0	3	2	4	0	0	0	0
Atendimento ao público	3	2	6	6	10	1	0	4	2	4	1	0

Obs.: Existem procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada sem cadastro no Sistema SIMPA. Listagem completa dos procedimentos extrajudiciais, registrados e não registrados no SIMP, em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	0
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	1
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	2
	Em tramitação há mais de 30 dias:	54
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		3

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		2
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		3
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	2
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: A inspecionada relata que por meio de acordo verbal com o promotor de justiça titular da 4ª. Promotoria de Justiça Especialidade (Educação) houve a distribuição dos feitos da seguinte forma: assuntos relativos à educação infantil e ensino fundamental são da atribuição da 5ª. PJ Especializada e os assuntos relativos ao ensino médio e superior são da atribuição da 4ª PJ Especializada.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu a contratação de mais servidores para apoio técnico e jurídico. A inspecionada entregou no ato da inspeção diversas cópias de ofícios reivindicando à Administração Superior a lotação de funcionários na 5ª. PJ Especializada, pedidos estes negados.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Foi relatada a atuação na “Representação” nº 033/2014, em que culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas (greve dos professores da rede municipal de educação). Diante desta atuação, a promotora recebeu da Câmara de Vereadores de São Luís uma moção de aplausos e receberá uma comenda, desta mesma casa legislativa (a inspecionada entregou no ato da inspeção um relatório sobre sua atuação neste caso, relatório este anexado ao termo de inspeção e juntado aos autos de inspeção).

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
“Representação”	001/2014	9.1.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: ausência de vaga na educação infantil. Procedimento não remetido ao arquivo, a despeito da existência de prova da cientificação do arquivamento promovido, datada de 30.5.2014.
“Representação”	004/2014	4.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: recusa de vaga em escola para aluno com deficiência. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato: ata de reunião na promotoria de justiça, realizada no dia 12.3.2014).
“Representação”	005/2014	12.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: falta de vaga em escola. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 30.5.2014).
“Representação”	006/2014	12.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: recusa da escola em realizar matrículas de menores de idade em razão da falta de documentos escolares de transferência. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 30.5.2014).
“Representação”	008/2013	12.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: recusa da escola em realizar matrícula de criança com deficiência. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato: reunião realizada na promotoria de justiça em 27.5.2014).
“Representação”	010/2014	24.2.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: inexistência de vaga em escola para determinada criança. Sem andamento há mais de 30 dias (único ato: ofício expedido em 26.2.2014, que não obteve resposta até a presente data).



“Representação”	011/2014	12.3.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: inexistência de vaga em escola para determinada criança. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.4.2014).
“Representação”	019/2014	27.3.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: recusa de vaga em escola para aluno com deficiência. Procedimento não remetido ao arquivo, a despeito da existência de prova da cientificação do arquivamento promovido, datada de 30.5.2014.
“Representação”	033/2014	21.5.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: irregularidades nas escolas municipais de São Luis. Diante da natureza do direito em pauta, deveria ter sido instaurado Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Houve a celebração de Termo de Ajustamento de Condutas no bojo dos autos da “representação”. O TAC não foi submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público.
“Representação”	021/2014	8.4.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: maus-tratos e discriminação de criança em escola. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato: reunião realizada na promotoria de justiça em 10.4.2014).
“Representação”	022/2014	8.4.2014	Irregular. Não está cadastrado no Sistema SIMP. Classe “representação” não prevista na taxonomia do CNMP. Objeto: representação autuada com base em notícia de jornal intitulada: “prefeitura não paga aluguel de prédio e alunos ficam sem aula”. Sem andamento há mais de 30 dias (único ato: ofício expedido e reiterado à Secretaria Municipal de Educação. Não houve resposta até a presente data. Ofício reiterando a requisição de informações data de 28.4.2014).

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A equipe verificou que existem 57 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existem apenas 24 procedimentos extrajudiciais cadastrados;
- 2) De um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução nº 23 do CNMP, já que existe um grande número de Notícias de Fato com atos de instrução, sem que houvesse a instauração de Procedimento Administrativo, Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil (tabela acima). Ainda, conforme tabela acima, existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “processo administrativo” e “representação”. Por fim, na “Representação” nº 033/2014 foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (conforme indicação na tabela acima), o qual não foi submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público – a Resolução nº 02/2004, do Colégio de Procuradores do MA (art. 17) permite tal prática, in verbis: “O arquivamento ocorrerá se inexistir justa causa para a propositura de ação civil; adimplido o compromisso de ajustamento de conduta; ou atendida a recomendação. Parágrafo único – Em qualquer hipótese o arquivamento será promovido perante o Conselho Superior, no prazo legal.”;
- 3) A promotoria inspecionada contava no momento da inspeção com 81 procedimentos extrajudiciais em trâmite, conforme listagens completas anexadas ao presente termo. Da análise destas listagens, bem como dos procedimentos que foram manuseados pela equipe de inspeção (tabela acima), verifica-se que a maioria não possui regular andamento. A equipe de inspeção não constatou a existência de qualquer justificativa para os excessos de prazo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais, situação a ser analisada para a verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 4) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).

**13.28.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Maria Luciane Lisboa Belo, primeiramente, asseverou que, em nenhum momento eximiu-se da sua responsabilidade no cumprimento das atribuições afetas à 2ª Promotoria de Justiça na Defesa de Educação da Cidade de São Luís-MA. O Conselho Nacional do Ministério Público, em seu Relatório, destacou que o seu trabalho não atendeu às determinações contidas na Resolução nº 23 do CNMP, pois não procedeu ao cadastro dos procedimentos no Sistema SIMP, bem como dos autos de Notícias de Fato, que se encontravam com atos de instrução sem instauração



de Procedimento Administrativo, Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil, além dos procedimentos extrajudiciais terem sido cadastrados em classe não prevista na taxonomia do CNMP, resultando em excessos de prazo para o impulsionamento desses procedimentos. Ocorre que, as irregularidades apontadas no Relatório Preliminar de Inspeção do CNMP são decorrentes do quantitativo insuficiente de funcionários para suprir a grande demanda da 2ª Promotoria de Justiça na Defesa de Educação, tendo em vista que esta Especializada desde a sua criação, em 14 de agosto de 2013, sempre contou em seu quadro com apenas 02 (dois) Servidores Públicos, Gabriel Victor Santos Leite e Rosilane Borges Sousa Barbosa, ambos Técnicos Ministeriais, inclusive com o primeiro cumulando a função de Assessor de Promotor. Acrescentou, também, que inúmeras vezes contou apenas com os serviços de 01 (um) único servidor no setor, por motivos de férias, licenças e outros, conforme se verifica pelo Relatório sobre a disponibilidade de recursos humanos que segue em anexo (doc. 01). Frisou que formulou diversos Requerimentos junto à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no sentido de serem disponibilizados mais servidores para apoio técnico e jurídico, sem lograr êxito, a exemplos dos Ofícios n.ºs. 013/2014, de 25 de fevereiro de 2014, n.º 084/2014, de 22 de maio de 2014 e 236/2014, de 16 de outubro de 2014 (docs. 02, 03 e 04). Somado a esses fatores supracitados, é salientou a falta de conhecimento profundo dos servidores no manuseio do Sistema SIMP, face a sua natureza complexa, bem como o curto lapso temporal de treinamento para acessá-lo, o que sobremaneira implica no seu aprendizado. Asseverou ser impossível desenvolver um trabalho totalmente eficaz quando não se tem uma estrutura físico-organizacional e de pessoal compatível para desempenhá-lo, inclusive porque as atividades dos servidores no gabinete são diversificadas, constituindo-se no atendimento ao público, realização de Audiências Públicas, elaboração de relatórios, movimentação de processos no SIMP, expedição de ofícios, serviços de digitação e outros, a exigirem atenção e disponibilidade, logo, inadmissível a execução de todas estas tarefas por apenas 02 (dois) Servidores Públicos. Destacou, também, cumulou atribuições ministeriais com as da 1ª Promotoria de Justiça na Defesa da Educação (1ª PJEDE), durante o afastamento do seu Titular, onde as demandas são complexas, o volume de procedimentos é maior, principalmente por ser uma Promotoria de Justiça mais antiga, criada em 2004, além de exigir a participação em reuniões externas e inspeções escolares, conforme se depreende do Relatório de Atividades Desenvolvidas pela 1ª PJEDE, no período de março/2014 a janeiro/2015, cuja cópia segue anexa (doc. 05). Verificou que, das irregularidades descritas no Relatório de Inspeção do CNMP, chamou a atenção da Equipe de Fiscalização os autos da Representação n.º 033/2014, que versam sobre irregularidades nas escolas municipais de São Luís, onde o Conselho Nacional do Ministério Público destacou que diante da natureza do direito em pauta, deveria ter sido instaurado Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil, bem como no bojo dos autos houve celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e este não foi submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público. Em relação à mencionada irregularidade, esclareceu que, embora tenham sido cometidas falhas formais durante a tramitação dos autos em epígrafe, o TAC n.º 003/2014-PJEDE celebrado em 05/setembro/2014, entre a 2ª Promotoria de Justiça na Defesa da Educação, o Município de São Luís-MA e o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís – SINDEDUCAÇÃO/SL, com o objetivo de restabelecer o serviço público de educação na Rede Municipal de Ensino, encerrou o movimento grevista, resultando no reinício das aulas no ano de 2014 (doc. 06). Ademais, a celebração do referido TAC foi levada ao conhecimento dos Órgãos da Administração Superior e demais Órgãos interessados, através de ofícios em anexo dando plena publicidade ao ato. Citou: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Ofício n.º 224/2014), Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM (Ofício n.º 225/2014), Procuradoria da República Especializada na Defesa dos Direitos dos Cidadãos (Ofício n.º 226/2014), Coordenação do Centro de Apoio Operacional (CAOP) de Defesa do Direito à Educação (Ofício n.º 227/2014), Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão (Ofício n.º 228/2014), 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência (Ofício n.º 229/2014), Promotoria de Justiça da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (Ofício n.º 231/2014), Secretaria de Assuntos Institucionais da PGJMA (Ofício n.º 232/2014) e 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência – Ofício n.º 234/2014 (docs. 07 a 15). Para subsidiar as referidas informações, mister assi-

nalou que, após a celebração do TAC nº 003/2014, esta 2ª Promotoria de Justiça na Defesa da Educação solicitou à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão sua publicação no Diário Oficial, além de dar início à fase de acompanhamento do cumprimento das cláusulas nele estabelecidas, consoante demonstram o Ofício nº 204/2014-2ª PJEDE e Relatório de Acompanhamento, ora em anexo (docs. 16 e 17). Ressaltou que o TAC nº 003/2014 foi objeto de desistência por parte do Município de São Luís-MA de todas as ações ajuizadas na época do movimento paredista contra o Sindicato dos Professores Municipais, inclusive da Ação de Reintegração de Posse c/c Liminar, ajuizada no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Aduziu que ajuizou Ação de Execução c/c Multa, em 14 de dezembro/2014, contra o Município de São Luís, em face do não cumprimento da Cláusula referente ao concurso público, em tramitação na 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Luís, inclusive com a Ação de Obrigação de Fazer afeta à referida cláusula. Concluiu afirmando que não houve desídia de sua parte no exercício de suas funções ministeriais, e tanto isso é verdade que, respondendo pela 1ª Promotoria de Justiça na Defesa da Educação, em 26 de janeiro do ano em curso, deu resolatividade a um problema educacional que se estendia há 04 (quatro) anos na Rede Estadual de Ensino, referente à falta de quantitativo de professores suficiente para suprir a demanda total apresentada pelas escolas, inclusive objeto dos autos da Ação Civil Pública nº 13473/2012, ajuizada contra o Estado do Maranhão, na 4ª Vara da Fazenda da Comarca de São Luís-MA, manifestando-se pela homologação de transação e consequente suspensão do feito até o cumprimento in totum das obrigações, impondo-se, assim, em caráter excepcional, a prorrogação dos contratos temporários de 4.990 (quatro mil novecentos e noventa) docentes, bem como a realização de novo processo seletivo simplificado para o preenchimento de 1.000 (mil) vagas de professor, evitando a já mencionada interrupção do ano letivo (doc. 18). Por fim, julgou importante ressaltar que dos 57 (cinquenta e sete) procedimentos em que foram encontradas irregularidades pela Equipe desse Conselho Nacional do Ministério Público, 24 (vinte e quatro) já se encontram devidamente regularizados e em fase de tramitação. De todo o exposto, levando-se em conta os esclarecimentos e considerações, bem como em razão de serem passíveis de saneamento as irregularidades constantes no Relatório Preliminar da Inspeção realizada nas Unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, especialmente na 2ª Promotoria de Justiça na Defesa da Educação, requereu ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a concessão do prazo de 30 (trinta) dias, para que procedesse com o cumprimento in totum das exigências descritas no referido Relatório, em conformidade com as determinações da Resolução nº 23, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

**13.29. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e dos infringentes da ordem urbanística, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza, conforme distribuição. Promover as ações civis públicas por improbidade administrativa ambiental por fatos conexos com os relativos aos procedimentos instaurados”.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em junho de 1996; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 8ª Promotoria de Justiça Especializada e exerce a função de Coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h30min às 13h e das 15h às 17h.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor, 1 analista ministerial (compartilhado com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente) e 1 técnico ministerial.
Estrutura física	1 gabinete, 1 sala de apoio administrativo e 1 sala de arquivo.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? TAC's: Fundo Federal de Direitos Difusos. Transações penais – conta única dos juizados especiais criminais. A conta das transações é gerenciada pelo Poder Judiciário.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1 ação penal e 1 inquérito policial. A vista mais antiga data de 26.11.2014.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	6	5	3	7	2	1	2	3	4
Distribuídos no mês	1	4	13	11	12	12	11	8	10	13	16	13
Impulsionados no mês	1	4	7	11	14	7	16	9	9	12	16	17
Saldo do mês	0	0	6	5	3	7	2	1	2	3	3	0
Audiências realizadas	1	0	0	0	1	2	0	0	1	2	2	3
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	1	2	0	2	0	3	2	0	0

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	8	3	3	4	2	11	13	8	10	4	13	6
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	2	0	1	2	1	2	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	4	10
Termos de Depoimento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo (todos os procedimentos extrajudiciais estão cadastrados no Sistema SIMP), sendo juntado aos autos de inspeção. De acordo com o promotor inspecionado, não é feito registro da quantidade de pessoas que são atendidas diariamente na promotoria.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Não informado*										
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não informado*										
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Não informado*										
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	1										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	13										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	26										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	0										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
	Fundações:	Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 8ª Promotoria de Justiça.												
Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção. * Conforme certidão entregue no ato da inspeção, existem em andamento na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luis 149 processos vinculados ao nome do inspecionado.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	4	3	2	7	13	0	1	5	3	1
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	22	13	21	15	36	34	10	11	28	29	18	35
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	22	9	22	16	31	37	23	10	24	8	20	36

Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	4	3	2	7	13	0	1	5	3	1	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	2	3	3	2	7	4	3	1	4	7	1	6
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	1	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0
Termos Circunstanciados distribuídos	4	4	11	2	9	5	1	4	2	6	10	5
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Arquivamentos de IP/PIC	7	0	2	0	7	5	1	1	3	4	1	2
Denúncias oferecidas	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: De acordo com o promotor inspecionado, não é feito registro da quantidade de pessoas que são atendidas diariamente na promotoria.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	1
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	3
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 8ª Promotoria de Justiça.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Alega que seu local de trabalho é insalubre, já que a promotoria do meio ambiente está instalada no 2º subsolo do prédio das promotorias de justiça; 2) Solicita que outro promotor de justiça seja designado para substituir a 8ª Promotoria de Justiça Especializada, já que está há mais de dois anos em substituição naquela promotoria de justiça, prejudicando seu trabalho na promotoria da qual é titular e seu trabalho no centro de apoio; 3) O promotor relata que já fez tal reivindicação à administração superior, mas não foi atendido.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

O inspecionado relatou que realizou algumas audiências públicas, das quais resultaram a instauração de inquéritos civis.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
---------	------------------------	---------------------	--------------------

Inquérito Civil	130/2011	1º/11/2011	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 22.10.2014). Existem despachos de prorrogação do Inquérito Civil, todos regulares. Não há indicação na capa de que o Procedimento Preparatório foi inserido no Sistema SIMP, embora esteja cadastrado em referido sistema.
Inquérito Civil	199/2014	16/5/2014	Irregular. Firmado Termo de Ajustamento de Condutas, o qual não foi submetido ao crivo do Conselho Superior do Ministério Público. Não foi instaurado Procedimento Administrativo para o acompanhamento do TAC, que é fiscalizado no bojo do Inquérito Civil.
Inquérito Civil	152/2012	21/9/2012	Irregular. Existe somente uma prorrogação de prazo para conclusão do Inquérito Civil, datada de 22.7.2014.
Procedimento de Investigação Criminal	01/2013	10/10/2013	Irregular. PIC prorrogado fora do prazo.

#### OBSERVAÇÕES

1) A equipe constatou que no Inquérito Civil nº 199/2014, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (conforme indicado na tabela acima), o qual não foi submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público – a Resolução nº 02/2004, do Colégio de Procuradores do MA (art. 17) permite tal prática, in verbis: “O arquivamento ocorrerá se inexistir justa causa para a propositura de ação civil; adimplido o compromisso de ajustamento de conduta; ou atendida a recomendação. Parágrafo único – Em qualquer hipótese o arquivamento será promovido perante o Conselho Superior, no prazo legal.”; 2) Existem cadastrados no Sistema SIMP dois “Procedimentos Investigatórios do Ministério Público” (quando deveria ser Procedimento Investigatório Criminal), em confronto com a taxonomia do CNMP. O Sistema SIMP permite o cadastramento de ambas classes (“Procedimentos Investigatórios do Ministério Público” e Procedimento Investigatório Criminal); 3) A reclamação do promotor inspecionado, com relação à estrutura física da promotoria, procede. Isso porque a promotoria está instalada no segundo subsolo do prédio, não possuindo iluminação adequada, tampouco ventilação; 4) A equipe de inspeção reputa ser importante a designação de um promotor de justiça em substituição plena para atuar perante a 8ª Promotoria de Justiça Especializada (Meio Ambiente), cujo titular está afastado (atuando no GAECO há mais de 10 anos), uma vez que o promotor inspecionado está sobrecarregado (titular da 7ª Promotoria de Justiça Especializada, em substituição na 8ª Promotoria de Justiça Especializada desde abril de 2012 e Coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente); 5) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto); 6) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

**13.29.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Luis Fernando Cabral Barreto Júnior, ao esclarecer as situações detectadas e observações feitas pela equipe de inspeção, prestou as seguintes informações organizadas na ordem de tópicos expostos: “01) TAC – Nos Procedimentos em tramitação, a dificuldade de obtenção de dados nos órgãos públicos tem impedido a completa e segura apuração dos fatos. Isso impede uma viável e segura formulação de compromisso de ajustamento de conduta por não se ter, a tempo seguro, a informação real de como ocorreram os fatos, e a atualidade das situações. Além disso a celebração de ajustamento de conduta é uma faculdade prevista no art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/1985 que, nesta comarca, tem se tornado difícil, em vista da resistência dos órgãos públicos em firmar esse instrumento e na sua insistência constante para que sejam flexibilizados direitos indisponíveis o que torna as negociações inviáveis. Depoimentos – As investigações sobre a matéria ambiental demandam prioritariamente a prova de natureza documental e pericial. Por essa razão, a coleta de depoimentos é prova de raríssima utilidade. E, em alguns casos, há resistência no depoimento de investigados quando convocados. Por isso, pouquíssimos depoimentos são colhidos. Atendimento ao Público – Conforme informações prestadas ao CNMP, não dispomos de registro de atendimento ao público, pois há atendimento por triagem realizado pelo setor das Assistentes Sociais do Ministério Público, ao passo que os atendimentos que realmente estejam dentro das Atribuições da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente são orientados a relatarem a situação por escrito e darem entrada no protocolo, tornando-se, em seguida, notícia de fato, devidamente distribuída entre os órgãos de execução. Criminal – não recebemos autos de prisão em flagrante e, neste momento, não estamos com nenhuma investigação direta que demande interceptação telefônica.” 2) listou os processos judiciais em tramitação ou execução correspondem a sua organização no arquivo físico, e todos aqueles que tramitaram nos últimos dez meses estão registrados no SIMP. 2.1. Informou que a existência de mais inquéritos civis com mais de um ano



de tramitação em comparação aos que tem menos de um ano se deve à complexidade das investigações feitas e, principalmente, à recalcitrância dos órgãos públicos em atender a requisições, as quais exigem várias reiterações. Destacou a fraca reação da anterior Administração Superior em relação a processos criminais movidos contra agentes públicos pelo art. 10 da Lei nº7347/85, cuja impunidade gerou uma reiteração da recalcitrância de outros agentes públicos. Alia-se a isso, a intensa movimentação processual dos anos de 2012 a 2014 que impôs a priorização dos processos judiciais em detrimento dos procedimentos administrativos, sendo estas, no seu conjunto, as motivações das prorrogações de prazo efetuadas nos termos do art. 9º da Resolução nº 023/2007 do CNMP e da jurisprudência do STJ marcada pelo precedente do AgRg em RMS Nº25.763/RJ (2007/0279614-6). Todas as prorrogações de prazo foram fundamentadas, e devidamente comunicadas ao Conselho Superior do Ministério Público, encaminhando-se cópia dos respectivos despachos. 3) Buscando responder ao item 3, no campo Processo e Procedimentos Analisados, formulou tabela, em que são apontadas irregularidades, data vênua inexistentes, nos seguintes procedimentos: Inquérito Civil nº130/2011, Inquérito Civil nº199/2014, Inquérito Civil nº152/2012 e Procedimento Investigatório Criminal nº01/2013. Com relação aos processos e procedimentos tidos como irregulares, apresentou andamento detalhado das últimas providências adotadas. Por fim, nas observações realizadas pelo CNMP, aduziu que foi citado a existência de dois Procedimentos investigatórios Criminais cadastrados com a classificação taxonômica no SIMP em Procedimento Investigatório do MP (1733) quando deveria ter sido cadastrado como Procedimento Investigatório Criminal. Novamente, esclareceu que a realidade do Ministério Público do Maranhão não foi retratada fielmente, eis que o SIMP não possui a classificação taxonômica Procedimento Investigatório Criminal. Muito embora também não concordemos com a classificação do SIMP em Procedimento de Investigação do MP, os procedimentos investigatórios criminais, essa questão foi anteriormente levada ao conhecimento da equipe do SIMP, mais de uma vez, em grupo específico existente no whatsapp e a orientação recebida foi expressa e clara no sentido de que os procedimentos investigatórios criminais deveriam receber a classificação no SIMP como procedimento investigatório do MP (1733) e que não havia outra classificação taxonômica mais apropriada. Ressalte-se que na descrição no SIMP foi colocada a expressão Procedimento Investigatório Criminal e que o Procedimento foi instruído obedecendo a Resolução nº13/2006 do CNMP. Apenas a classificação no SIMP está como Procedimento Investigatório do MP em razão da ausência da taxonomia exata mais específica e orientação da equipe responsável pelo sistema. 4.1) apresentou relação atualizada de todos os procedimentos administrativos em tramitação, conforme já encaminhado periodicamente a essa Corregedoria Geral, e relação das ações civis e penais de sua responsabilidade. Por fim, informou que a situação de sobrecarga de trabalho reconhecida pelo CNMP às fls. 241, item 04 das observações, permanece e causa também dificuldades na conclusão. Só esse semestre já movimentou 233 autos judiciais.

**13.30. 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e dos infringentes da ordem urbanística, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza, conforme distribuição. Promover as ações civis públicas por improbidade administrativa ambiental por fatos conexos com os relativos aos procedimentos instaurados”.
Atribuições extrajudiciais? Sim.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim.	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim.	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.	
TITULAR	MARCO AURÉLIO CORDEIRO RODRIGUES (atua no GAECO há mais de 10 anos)
SUBSTITUTO	LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em abril de 2012, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 7ª Promotoria de Justiça Especializada e pela Coordenação do Centro de Apoio do Meio Ambiente; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h30min às 13h e das 15h às 17h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor.											
Estrutura física	1 gabinete e 1 sala de apoio administrativo.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? TAC's: Fundo Federal de Direitos Difusos. Transações penais – conta única dos juizados especiais criminais. A conta das transações é gerenciada pelo Poder Judiciário.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	0	0	2	3	0	3	2	0	1	3	1	3
Impulsionados no mês	0	0	2	1	2	2	3	0	1	3	1	3
Saldo do mês	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	8	3	4	4	4	10	11	7	10	4	5	5
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	1	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	4	0	0	3	0	3	0	0	1
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3	2	2
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, o qual foi juntado aos termos de inspeção.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									0		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									17		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									0		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	1										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	3										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	15										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	16										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 7ª Promotoria de Justiça.												
Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, o qual foi juntado aos autos de inspeção.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	1	3	1	4	5	2	7	6	0	2	0	1
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	12	18	24	12	19	36	7	5	25	17	8	14
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	10	20	21	13	22	31	8	11	23	19	7	12
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	3	1	4	5	2	7	6	0	2	0	1	2
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	1	1	1	3	1	0	2	0	2	5	5	8
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	1	1	9	5	3	3	2	1	3	4	3	6
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	8	2	6	0	3	0	5	2	0	0
Denúncias oferecidas	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:										0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):										0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:										0	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 7ª PJ.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Necessidade de contratação de servidores, principalmente para apoio administrativo; 2) Alega que seu local de trabalho é insalubre, já que a promotoria do meio ambiente está instalada no 2º subsolo do prédio das promotorias de justiça; 3) Solicita que outro promotor de justiça seja designado para substituir a 8ª. Promotoria de Justiça Especializada, já que está há mais de dois anos em substituição naquela promotoria de justiça, prejudicando seu trabalho na promotoria da qual é titular e seu trabalho no centro de apoio; 4) Relata que já fez tal reivindicação à administração superior, mas não foi atendido.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento			Data da instauração			Situação detectada					
Inquérito Civil	001/2011			26.5.2011			Irregular. Sem movimentação há mais de 30 dias (último ato em 15.10.2014).					
In q u é r i t o Civil	026/2012			28.12.12			Irregular. O Inquérito Civil foi prorrogado somente uma vez, em 27.2.2014.					
Inquérito Civil	011/2012			18.5.2012			Irregular. Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil no prazo regular. Após, somente uma prorrogação, datada de 27.2.2014					
OBSERVAÇÕES												
1) A reclamação do promotor inspecionado, com relação à estrutura física da promotoria, procede. Isso porque a promotoria está instalada no segundo subsolo do prédio, não possuindo iluminação adequada, tampouco ventilação; 2) A equipe de inspeção reputa ser importante a designação de um promotor de justiça em substituição plena para atuar perante a 8ª. Promotoria de Justiça Especializada (Meio Ambiente), cujo titular está afastado (atuando no GAECO há mais de 10 anos), uma vez que o promotor inspecionado está sobrecarregado (titular da 7ª Promotoria de Justiça Especializada, em substituição na 8ª Promotoria de Justiça Especializada desde abril de 2012 e Coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente); 3) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto); 4) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares; 5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.												

**13.31. 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Todos os feitos criminais e cíveis referentes a direitos difusos e coletivos envolvendo o consumidor.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, a exceção dos direitos individuais do consumidor, cuja atribuição é da promotoria de justiça cível													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		CARLOS AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/09/1996, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, exerce o magistério na Faculdade Santa Terezinha – CEST, instituição de ensino superior, 20h/semanais, no período noturno, segunda e quinta, das 19h às 22h30m, não exerce cargo na administração; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão, não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença para tratamento de saúde (30/10 a 13/11/2014), cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 12h.											
Estrutura de Pessoal		2 servidores, sendo um cargo em comissão de livre nomeação (assessor ministerial) e uma técnica ministerial administrativa (efetiva) e 1 estagiária de nível superior de direito.											
Estrutura física		Prédio com três pavimentos e dois subsolos. Gabinete localizado no primeiro subsolo em espaço reduzido. Local dividido por três promotorias possuindo apenas um ar condicionado. Sem banheiro privativo.											
Sistema de Arquivo		Pastas físicas e alguns arquivos eletrônicos em computador.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os recursos são remetidos ao fundo estadual de proteção e defesa dos direitos do consumidor (Lei 8.044/2003 e Lei 9.411/2011), tendo o Ministério Público assento em seu Conselho Gestor.													
Obs.: A 10ª PJ Especializada – 2º Promotor do Consumidor localiza-se no prédio do Memorial do MP, na rua Milton Prado (montanha russa), nº 53. Beiramar. Os processos são recebidos no prédio das promotorias de justiça e encaminhados à 10ª PJ pelo serviço de protocolo. Segundo o entrevistado, essa divisão de locais pode gerar dificuldade para o cidadão que as vezes precisa ser redirecionado a outro endereço.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Vara de Interesses Difusos e Coletivos: 10 processos; 8ª Vara Criminal: 250 processos; 1º Juizado Especial Criminal: 21 processos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
Obs.: As informações dos processos das varas foram obtidas vinculando-os a atuação da Promotoria do Consumidor. A atuação judicial é perante a 8ª Vara Criminal e 1º Juizado Especial Criminal e na área cível, Vara de Interesses Difusos e Vara de Fazenda Pública quando o réu é a fazenda ou município.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	1	0	3	2	2	4	1	1	2	2	4	1	
Impulsionados no mês	1	0	3	2	1	3	3	1	2	2	4	1	
Saldo do mês	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	

Notícia de fato distribuída	0	0	3	2	0	1	2	0	3	1	1	0
TAC firmado	0	-	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Arquivamento com Remessa	0	0	9	1	0	0	0	12	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	2	1	0	3	2	2	2	6	6	0
Reuniões (com ata)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	15	2	0	0	2	0	0	1	1	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	-
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	33
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	25
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há menos de 90 dias;	3
	Em tramitação há mais de 90 dias;	7
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		4
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	-
	Estabelecimentos de deficientes:	-
	Estabelecimentos de Saúde:	-
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	-
Fundações:		-

Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme acima referido.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)



PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	10	25	7	8	21	6	7	15	9	7	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	10	25	7	8	21	6	7	15	9	7	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	3	10	5	6	1	3	3	3	4	5	8
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	2	2	3	5	1	1	4	6	4	0	1
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	0	2	2	2	0	0	0	1	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	10	2	4	0	1	6	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									-		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									-		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									-		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										-		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									-		
	Estabelecimentos prisionais:									-		
	Centros de internamentos provisórios:									-		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os processos e procedimentos com numeração final ímpar, enquanto que a 10ª PJ recebe os feitos com final par.												

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO				
1) Que as audiências no juizado criminal tivessem atuação do Promotor de Justiça titular do respectivo órgão; 2) Atualmente existe dificuldade em se identificar os processos de atribuição da 9ª e 10ª PJ, tendo que o Dr. Carlos Augusto e Dra. Lítia comparecerem às 4ª feiras ao Juizado quando as audiências poderiam ser realizadas pelo titular do da PJ com atuação no Juizado Criminal.				
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS				
Foram diversas nos 18 anos de atuação à frente da 9ª PJ do Consumidor, tais como: 1) Redução do valor do IPTU, negociações com planos de saúde para implantação da CBHPM (tabela única); 2) Combate a abatedouros clandestinos; 3) combate à venda de saneantes impróprios; 4) combate às publicidades enganosas e abusivas e outras práticas abusivas etc.				
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS				
Espécie		Núm. do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	Adminis-	16/2014	25/08/2014	Embora autuado como PA, consta portaria de “Procedimento Investigatório Preliminar”. Última movimentação: audiência na Promotoria em 14/10/2014.
Procedimento Administrativo	Adminis-	18/2014	14/10/2014	Enviado pela Procuradoria da República do Maranhão. Recebido na Promotoria em 14/10/2014. Aguarda análise.
Procedimento Administrativo	Adminis-	20/2014	11/11/2014	Trata-se de notícia de fato, embora autuada como PA. Solicitadas informações em 17/11/2014.
Procedimento Administrativo	Adminis-	22/2014	11/11/2014	Trata-se de notícia de fato, embora autuada como PA. Solicitadas informações em 17/11/2014.
Procedimento Administrativo	Adminis-	23/2014	11/11/2014	Trata-se de notícia de fato, embora autuada como PA. Solicitadas informações em 17/11/2014.
Procedimento Administrativo	Adminis-	10/2014	06/05/2014	Embora autuado como PA, consta portaria de “Procedimento Investigatório Preliminar”. Solicitadas informações em 12/08/14, sobreveio resposta em 20/08/14. Sem impulso desde então. Irregular.
Procedimento Administrativo	Adminis-	13/2014	11/07/2014	Embora autuado como PA, consta portaria de “Procedimento Investigatório Preliminar”. Solicitadas informações em 14/07/14, sobreveio resposta em 16/07. Sem impulso desde então. Irregular.
Procedimento Administrativo	Adminis-	14/2014	02/09/2014	Embora autuado como PA, consta portaria de “Procedimento Investigatório Preliminar”. Audiência na Promotoria, em 20/10/14, não se realizou pelo não comparecimento da parte, a qual solicitou nova data. Aguarda remarcação. Expediente iniciado na Promotoria Especializada de Imperatriz. Foi recebido na PJEC em 25/07/14. Expedida notificação do investigado, via correio, retornou negativa em 20/10/14. Aguarda análise.
Procedimento Administrativo	Adminis-	05/2013	24/10/2013	Despacho de 22/07/2014. Após, sem impulso. Irregular
Procedimento Administrativo	Adminis-	07/2012	18/05/2012	
Procedimento Administrativo	Adminis-	05/2013	15/10/2013	Realizada audiência na Promotoria em 25/10/2013. Desde então sem impulso - Irregular
OBSERVAÇÕES				
1) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio. 7) O Promotor de Justiça é membro brasileiro do conselho editorial da Revista Luso-brasileira de Direito do Consumo. 8) Os demais processo e/ou procedimentos analisados encontravam-se em situação regular.				

**13.31.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Carlos Augusto da Silva Oliveira, esclareceu os seguintes pontos: com relação a produtividade dos últimos 12 meses, na área cível, confirmou as informações prestadas no relatório de inspeção. Informou que, após a realização da inspeção ajuizou, no mês de dezembro de 2014, a ACP nº 57226-19.2014.8.10.0001, em trâmite da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, em face do Município de São Luís. Quanto a área criminal, esclareceu que no período abrangido pela inspeção não teve qualquer comunicado acerca de prisões em flagrante na área da defesa do consumidor, nem existem intercepções telefônicas em andamento, bem como não há atendimento ao público em matéria criminal. Acerca de feitos no Ministério Público (1 procedimento preparatório e 0 inquéritos civis em tramitação na unidade) entendeu prejudicada a colocação, pelo fato de não haver sido informado sequer o período a que se refere o questionamento. Sobre de procedimentos administrativos com supostas irregularidades, esclareceu: a) PA 10/2014 - Após as manifestações do Corpo de Bombeiros (01/09/2014), da Vigilância Sanitária Municipal (04/06/2014) e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (20/08/2014), foi designada audiência entre os referidos órgãos, no dia 17/06/2015, 9h, para inspeção na Boate Pink Elephant; b) PA 13/2014 - Aguardando conclusão do processo licitatório por parte da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SINFRA; c) PA 07/2012 - Procedimento arquivado em 15/04/2015; d) PA 05/2013 - Conforme deliberado em audiência realizada dia 25/10/2013, os interessados informarão à Promotoria de Justiça sobre a conclusão do projeto. Referente ao desconhecimento dos atos de “Despacho de Prorrogação” e “Despacho de Conversão dos Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Cíveis”, reconheceu que, de fato, não tem observado até então o lançamento do despacho de prorrogação dos feitos quando necessário, providências que passará a adotar doravante. Entretanto, apesar disso, os procedimentos arquivados enviados ao CSMP foram homologados sem qualquer restrição a respeito. No que diz respeito ao despacho de conversão de procedimentos preparatórios em inquéritos civis, afirmou que, até o momento, os procedimentos instaurados na Promotoria de Justiça têm a seguinte finalização: ou são arquivados, ou as partes transigem, ou servem de base à propositura de ações civis públicas sem a necessidade de sua conversão em inquéritos civis. Por fim, apresentou relação de procedimentos judiciais e extrajudiciais existentes com movimentação atual (fls. 283/301, Anexo II, Volume II).

**13.32. 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Criminal, Cível e Juizado Criminal, direitos difusos e coletivos envolvendo o consumidor.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu em 04/07/2006, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento, não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar no ano de 2011, porém já arquivado em 2012, salvo engano; não sofreu sanção disciplinar; responde cumulativamente pelo CAOP do Consumidor, sem receber qualquer gratificação; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h15min às 12h e das 14h30min às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	No horário de expediente, agendado previamente ou não.
Estrutura de Pessoal	1 secretária (requisitada), 1 assessor (cargo em comissão) e 1 estagiário de Direito.
Estrutura física	Ocupa o 2º andar no prédio do Memorial do MP-MA.
Sistema de Arquivo	Físico e eletrônico.
Sistema de Registro	SIMP.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Nos procedimentos do MP são revertidos para o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor ou em favor de entidades de interesse social. Nos feitos judiciais os recursos são geridos pela Secretaria da Vara.

Obs.: A 9ª PJ Especializada – 1º Promotor do Consumidor localiza-se no prédio do destinado às promotorias de justiça da capital. Os processos são recebidos (lá) encaminhados pelo serviço de distribuição para a 10ª Especializada. Segundo a entrevistada, a divisão de locais não interfere em nada no desempenho das atividades ministeriais.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Vara de Interesses Difusos e Coletivos: 10 processos; 8ª Vara Criminal: 250 processos; 1º Juizado Especial Criminal: 21 processos.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 9.

Obs.: As informações dos processos das varas foram obtidas vinculando-os a atuação da Promotoria do Consumidor.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	0	0	4	1	3	6	1	0	0	1	1	0
Impulsionados no mês	0	0	4	1	3	6	1	0	0	1	1	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao T J	0	0	1	0	0	6	1	0	1	1	0	1

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	0	2	4	3	4	4	1	3	0	1	1
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	0	0	0	3	8	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	23	27	18	9	12	25	19	8	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	8	12	17	11	26	18	9	23	14	16	8

Obs.: Não há como prestar as informações sobre o atendimento ao público tendo em vista a recente utilização do SIMP e a pendência nos respectivos registros.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	10
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	-										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		-										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		-										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	14	17	19	12	17	10	23	19	28	18	7
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	3	9	14	8	22	7	15	27	24	15	11
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	3	5	3	4	3	5	5	2	7	12	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	2	3	2	4	4	0	4	1	2	5	2
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	0	1	1	0	1	0	2	3	2	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Os campos em brancos não foram fornecidos. A soma aritmética não está consistente.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	2
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorogação):	3
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Criação da atribuição para as promotorias do consumidor no que tange à improbidade administrativa nas relações de consumo; 2) Estabelecer regras de acompanhamento do cumprimento das cláusulas estabelecidas nos termos de ajustamento de conduta, como por exemplo, a instauração de procedimento interno específico para essa finalidade, independente do arquivamento do procedimento original; 3) Redefinição das atribuições para não realizar audiências nos Juizados Especiais Criminais, tendo em vista a atribuição do promotor de justiça correspondente.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Policial	264572012	18/08/2011	Vista em 07/11/2014 – Prazo excedido. Irregular
Processo Criminal	146122010	14/10/2010	Vista em 08/08/2014 – Prazo excedido. Irregular
Inquérito Policial	95712014	23/10/2010	Vista em 08/08/2014 – Prazo excedido. Irregular
Inquérito Policial	120922012	01/02/2012	Vista em 23/10/2014 – Prazo excedido. Irregular
Termo Circunstanciado	154212012	10/08/2010	Vista em 08/08/2014 – Prazo excedido. Irregular
Inquérito Civil	001/2012	08/01/2012	TAC firmado em 03/08/2011 nos autos do IC 02/2011. Inquérito instaurado somente para acompanhar o cumprimento do ajustamento, tendo em vista o não cumprimento integral dos prazos pactuados pela Secretaria Municipal de Desportos e Lazer. Última movimentação: juntada de documentos em 13/03/2014. Em desacordo com a Resolução nº 10/2009-CPMP. Irregular
Inquérito Civil	006/2012	08/01/2012	TAC firmado nos autos do IC 02/2011. Inquérito instaurado somente para acompanhar o cumprimento do ajustamento, tendo em vista o não cumprimento integral dos prazos pactuados pelas Secretarias Estaduais de Esporte e Lazer e de Infraestrutura. Última movimentação: juntada de documentos em 03/07/2014. Sem impulso há mais de noventa dias. Em desacordo com a Resolução nº 10/2009-CPMP. Irregular



Inquérito Civil	002/2014	11/09/2014	Última movimentação: juntado documento em 29/09/14. Aguarda análise. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Procedimento Preparatório	015/2011	14/12/2011	Último impulso: juntados documentos em 07/07/2014. Ausente prorrogação nos autos. Transcorrido o prazo sem conversão em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	013/2011	13/12/2011	Firmado TAC em 16/02/2012. Aditivo firmado em 18/02/2013. Última movimentação: juntado documento em 18/10/2013. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Procedimento Preparatório	004/2013	05/04/2013	Juntado documento em 23/08/2013. Ausente prorrogação. Transcorrido o prazo de conversão em inquérito civil. Irregular
Procedimento Preparatório	012/2011	13/12/2011	TAC firmado em 08/02/2012. Última movimentação: expedido ofício em 16/05/2012. Juntada informação do investigado em 25/11/2013. Sem análise. Expediente sem impulso há mais de 90 dias. Irregular
Notícia de Fato	017531-500/2014	16/02/2012	Notícia de crime cibernético, recebida na Promotoria em 13/02/2012. Sem análise desde a autuação. Irregular
Notícia de Fato	017537-500/2014	02/04/2012	Notícia encaminhada pela Ouvidoria do MP em 02/04/2012. Sem análise desde a autuação. Irregular
Notícia de Fato	017543-500/2014	26/06/2012	Sem análise desde a autuação. Em anexo se encontra inquérito civil encaminhado pelo MPF, o qual foi recebido na Promotoria em 09/04/14, também sem análise). Irregular
Notícia de Fato	017638-500/2014	17/07/2012	Última movimentação: juntada de documento em 20/09/2012. Após, sem análise. Irregular
Notícia de Fato	017645-500/2014	01/08/2012	Despacho em 09/12/2013 determinando o encaminhamento de cópia à Delegacia Especializada do Consumidor. Sem registro do cumprimento da diligência. Irregular
Notícia de Fato	01757-500/2014	31/08/2012	Sem análise desde a instauração. Irregular
Notícia de Fato	017664-500/2014	07/12/2012	Sem análise desde a instauração. Irregular
Notícia de Fato	017667-500/2014	27/12/2012	Sem análise desde a instauração. Irregular
Procedimento Investigatório Criminal	001/2014	19/03/2014	Sem prorrogação. Irregular
Procedimento Investigatório Criminal	002/2014	09/04/2014	Sem prorrogação. Irregular
Procedimento Investigatório Criminal	003/2014	27/04/2014	Sem prorrogação. Irregular

#### OBSERVAÇÕES

1) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio; 7) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado; 8) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

**13.33. 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos aos direitos sociais e individuais indisponíveis da pessoa humana não inseridos na atribuição específica de outro órgão de execução, notadamente os relativos à igualdade racial e os de grupos étnicos e minorias, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas. Zelar pelo efetivo cumprimento da Lei nº 11.346 /2006”.
--------------------------------	--

Atribuições extrajudiciais? Sim

Atribuição na área da improbidade administrativa? Não

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não

Atribuições de controle externo da atividade policial? Não

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não

TITULAR | MÁRCIA LIMA BUHATEM

**DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em agosto de 2000, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Central de Inquéritos, comparecendo especificamente às “audiências de custódia”, que são realizadas todas as manhãs; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (agosto/2014), cumpre expediente das 8h às 14h.

Obs.: a inspecionada relata que as “audiências de custódia” foram criadas pelo Poder Judiciário no mês de outubro de 2014. Em referida audiência comparecem juiz, promotor e defensor público, ocasião em que é decidido, após a oitiva do preso, se o flagrante é homologado e se a prisão em flagrante é convertida em preventiva. Conforme o Memorando nº 420/2014 (cópia anexa ao presente termo e juntada aos autos de inspeção), a inspecionada atua na Central de Inquéritos desde 17.10.2014.

**EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Atendimento ao público	Ocorre das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 técnico ministerial e 1 assessor jurídico.
Estrutura física	1 sala, dividida entre a promotora inspecionada e sua assessoria, 1 banheiro.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há casos.

**EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA**

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).

**ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL**

**PROCESSOS JUDICIAIS**

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Distribuídos no mês	2	0	1	1	0	0	1	1	0	1	2	1
Impulsionados no mês	2	0	1	1	0	0	1	1	0	1	2	2
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao T J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS**

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	2	0	2	3	2	0	3	5	2	1	4
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	2	0	2	3	3	1	0	0	0	0	1	3
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	2	0	0	2	0	0	0	2	1	1	0	1
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	15	0	0	12	10	12	9	11	13	5	2	14

Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, sendo juntado aos autos de inspeção.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não soube informar
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	12
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	8
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	2
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	2
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	3
	Em tramitação há mais de 90 dias;	18
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		5
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Possui atribuição residual.

Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, sendo juntado aos autos de inspeção.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Necessidade de contratação de equipe de apoio administrativo (técnico ou estagiário); 2) Relata que o local onde está instalada sua promotoria de justiça não é acessível à população de baixa renda.

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatada a Moção de aplausos e congratulação recebida em audiência da Câmara de Vereadores de São Luís por atuação da inspecionada em ação civil pública (“Feira da Cidade Operária”).			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Civil	010260-500/2014	21.8.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato: juntada de ofício em 29.1.2014).
Notícia de Fato	007312-500/2014	27.8.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato
Notícia de Fato	007607-500/2014	28.8.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato
Notícia de Fato	017878-500/2014	31.3.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato
Notícia de Fato	014871-500/2014	21.10.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato
Notícia de Fato	009541-500/2014	22.7.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato
Procedimento Administrativo	015531-500/2014	31.10.2014	Irregular. Objeto não passível de investigação via Procedimento Administrativo, mas sim Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: denúncia dando conta da omissão do Governo do MA na área da segurança pública.
Procedimento Administrativo	015664-500/2014	5.3.2013	Irregular. Objeto não passível de investigação via Procedimento Administrativo, mas sim Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: denúncia dando conta da cobrança ilegal de taxa para expedição de diploma em determinada universidade.
Procedimento Administrativo	015726-500/2014	10.7.2013	Irregular. Objeto não passível de investigação via Procedimento Administrativo, mas sim Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Objeto: denúncia dando conta da retirada pela prefeitura de muro e guarita de condomínio fechado.
OBSERVAÇÕES			
<p>1) A equipe verificou que existem 18 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa, juntada aos autos de inspeção), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização;</p> <p>2) A inspecionada instaurou procedimentos administrativos para apuração de fatos que deveriam ser investigados por meio de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil (conforme tabela acima), não atendendo, assim à Resolução nº 23 do CNMP;</p> <p>3) A promotora inspecionada relatou que foi designada para responder pela Promotoria de Justiça de Central de Inquéritos, comparecendo especificamente às “audiências de custódia”, que são realizadas todas as manhãs (anexado ao presente termo segue cópia do documento que indicou a inspecionada para atuar nestas audiências e de documento explicativo das “audiências de custódia” – documentos entregues à equipe e juntados aos autos de inspeção). Existe no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão o Provimento nº 14/2014, que dispõe acerca das “audiências de custódia”. A equipe de inspeção entende que o exercício das atribuições na Central de Inquéritos não se compatibiliza com as atribuições da promotoria de direitos humanos, suprimindo tempo de dedicação da inspecionada à sua promotoria (existem 46 procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria). A equipe de inspeção entende que estas audiências deveriam ser realizadas por promotor de justiça com atuação exclusiva na área criminal;</p> <p>4) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);</p> <p>5) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.</p>			

**13.33.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Márcia Lima Buhatem, sobre a quantidade de processos que tramitam nas unidades judiciárias, esclareceu que, à época da inspeção, foi informada, por meio do Termo de Inspeção – Cível e Criminal (Título IV, itens 1 e 3), que a quantia de 12 processos judiciais, esclarecendo, ainda, que “A quantidade de ações especificadas são aquelas ajuizadas pela titular, havendo ainda a atuação como custos legis perante a Vara de Interesses Difusos e Coletivos.” Com relação aos Procedimentos Administrativos analisados, informou que, no momento da inspeção, havia 18 (dezoito) procedimentos extrajudiciais não cadastrados no sistema, os quais estavam em fase de migração do controle manual para o SIMP, porém, hoje, todos os procedimentos em trâmite nesta Promotoria de Justiça estão cadastrados no Sistema Integrado do Ministério Público. Quanto as Notícias de Fato, detectadas como irregulares no relatório do CNMP, tendo em vista o escoamento do prazo para conclusão, informou que estão sendo convertidas nos procedimentos adequados aos seus respectivos objetos de investigação ou já foram arquivadas, conforme o caso. Os demais procedimentos estão sendo movimen-

tados periodicamente de acordo com o avanço das investigações de que tratam. Quanto aos Procedimentos Administrativos tidos como irregulares, uma vez que deveriam ser investigados por meio de Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, estão sendo convertidos nos procedimentos adequados, para atenderem à Resolução nº 23 do CNMP e ao Ato Regulamentar Conjunto nº. 05/2014 – PGJ/CGMP. Por fim, afirmou que após tomadas todas as providências acima descritas, será enviada lista atualizada dos procedimentos desta Promotoria de Justiça para a Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão. Quanto a estatística do órgão, relativamente à produtividade dos 12 meses, esclareceu que: a) não houve TACs firmados; b) foram ajuizadas 3 ACPs, com base em investigações realizadas em Inquéritos Cíveis; c) não foi ajuizada nenhuma medida judicial para proteção de direito individual indisponível, visto que as demandas que tratam de direitos individuais indisponíveis geralmente são solucionadas dentro do próprio procedimento administrativo; 0 (zero) arquivamentos com remessa, pois os procedimentos instaurados, em sua maioria, foram administrativos, que, conforme disposto no art. 9º do Ato Regulamentar Conjunto nº. 05/2014 – PGJ/CGMP, devem ser arquivados dentro do próprio órgão de execução, não havendo necessidade de remessa ao CSMP. Os ICs instaurados deram origem às ACPs ajuizadas; 0 (zero) termos de depoimento, pois, os termos de depoimentos do período, foram registrados dentro da própria ficha de atendimento, usada com frequência antes da adoção do sistema SIMP, e registrada no Mapa Estatístico como Atendimento ao Público). Por fim, esclareceu que os procedimentos administrativos da Promotoria de Justiça Especializada estão passando por revisão para se adequarem às Resoluções CNMP nº. 23//2007 e 63/2010 do CNMP, assim como ao Ato Regulamentar Conjunto nº. 05/2014 – PGJ/CGMP.

**13.34. 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITINERANTE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Realizar, em comunidades previamente indicadas pela Administração Superior, audiências públicas visando a diagnosticar lesões a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e ao esclarecimento da população sobre seus direitos e deveres, com o fim de buscar composição para litígios, de forma a prevenir a judicialização de conflitos e a prática de delitos; ajuizar ações judiciais referentes ao descumprimento dos termos de ajustamento de conduta e acordos celebrados no exercício das referidas atribuições”.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	VICENTE DE PAULO SILVA MARTINS
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 09/11/2004, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (26/06 a 01/08/2014); cumpre expediente das 7h30min às 13h30min (a maior parte do expediente o inspecionado cumpre nas comunidades, dentro do micro-ônibus que serve à promotoria itinerante).	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 psicóloga (compartilhada com a 13ª. Promotoria de Justiça Especializada Itinerante), 1 assistente social, 1 técnico ministerial, 1 assessor de promotor de justiça e 1 motorista.
Estrutura física	1 gabinete, 1 sala de apoio compartilhada com a 13ª. Promotoria de Justiça Itinerante e 1 micro-ônibus.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não houve casos.	

Obs.: O inspecionado relata que possui um gabinete na sede das promotorias de substituição plena que utiliza como base, já que a promotoria, efetivamente, funciona dentro de um micro-ônibus, o qual permanece em determinado bairro no período aproximado de 3 meses.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Prejudicado.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Prejudicado.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	33	46	35	5	0	0	0	0	67
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	33	46	35	5	0	0	0	0	27
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	30	43	33	5	0	0	0	0	56

Obs.: Não há atribuição judicial. O inspecionado relata que não instaura Procedimento Preparatório, Inquérito Civil ou Procedimento Administrativo. As demandas vindas das audiências públicas realizadas nas comunidades são registradas como Notícia de Fato. Registrada a demanda, busca-se a composição do litígio. Não obtendo sucesso, a demanda, devidamente instruída, é remetida para a promotoria de justiça com atribuição na área para, se for o caso, ajuizar as ações pertinentes. O inspecionado relata que possui atribuição para firmar Termo de Ajustamento de Condutas, bem como para executá-lo, mas que ainda não houve casos.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	40
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0



Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0*
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0*
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as promotorias itinerantes.		
Obs.: *Embora os dados referentes a Audiências Públicas e Reuniões em Conselhos de Controle Social constem como zerados, a equipe de inspeção pode constar que pelo trabalho desenvolvido na promotoria foram realizadas reuniões e audiências públicas no período informado.		
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
O membro inspecionado teceu algumas sugestões/observações: 1) Necessidade de aquisição de um ônibus para a execução dos trabalhos das promotorias itinerantes, uma vez que existe somente um micro-ônibus, o qual é compartilhado entre as promotorias. Aduz o promotor que enquanto uma promotoria está instalada nos bairros, a outra tem de fazer o trabalho preparatório de instalação, uma vez que não há como compartilhar o mesmo micro-ônibus; 2) Relata que o micro-ônibus é bastante precário, apresentando problemas todas as semanas (banheiro entope, ar-condicionado não funciona etc); 3) Informa que já existe pleito na administração superior para a aquisição de dois novos ônibus, mas que, do que soube, não foi aprovado em razão da falta de orçamento para tanto.		
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>		
Foi relatada a capacitação de pessoas da comunidade em cursos de mediação comunitária e utilização deste meio alternativo na resolução dos conflitos identificados. Anexo ao presente termo seguem dois relatórios das atividades desenvolvidas pelo promotor de justiça (relatório geral de atividades), os quais foram entregues à equipe e juntados aos autos de inspeção.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) A equipe verificou que existem 67 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa, entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP, durante consulta no ato da inspeção, verificou-se a existência de 4 Notícias de Fato em andamento. No dia 4.12.2014 foi extraído novo relatório do sistema, o qual consta, agora, sem registros – possivelmente, porque após a inspeção o sistema foi alimentado corretamente, evoluindo a situação das Notícias de Fato para arquivadas; 2) A equipe de inspeção reputa ser importante a aquisição dos veículos pleiteados pelos promotores, imprescindíveis para a boa execução dos trabalhos desenvolvidos pelas promotorias itinerantes; 3) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).		

**13.34.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins, prestou seus esclarecimentos, nos seguintes termos: “1. Com relação aos 67 (sessenta e sete) procedimentos extrajudiciais em andamento, não cadastrados no “Sistema SIMP”, a) Entenda-se procedimento extrajudicial como sendo “Notícia de Fato”, ou seja, extraídos das fichas de atendimento individual, das audiências públicas, das reuniões com lideranças comunitárias ou gestores dos órgãos demandados e dos requerimentos das entidades comunitárias; b) O SIMP começou a ser implantado a partir de abril de 2014, ficando as Especializadas para as etapas finais, tendo os funcionários desta Promotoria recebido o primeiro treinamento no final de agosto/início de setembro (2014); c) Os 67 procedimentos não cadastrados até 03.12.14, data da inspeção, correspondem às 56 fichas dos atendimentos iniciais realizados no Santo Antônio no mês anterior (novembro) e aos 11 procedimentos instaurados com as demandas coletivas identificadas até então; d) o não cadastramento ocorreu devido a falta de domínio da equipe sobre as ferramentas disponíveis no referido sistema, inclusive quanto às informações que deveriam ser inseridas (como as fichas de atendimento que se exauriram com a orientação jurídica ou com o mero encaminhamento a outro órgão), porém a partir do que foi constatado pela inspeção o sistema foi alimentado corretamente, tanto que no dia seguinte (04.12.14)

a situação estava regularizada (fls. 268 do relatório, Observação 1, in fine). As dúvidas e dificuldades relativas ao sistema SIMP estão sendo equacionadas através de novos treinamentos para os funcionários, a exemplo do que ocorreu no último mês, estando a equipe de trabalho empenhada em superar os obstáculos. 2. A equipe de inspeção reconheceu como “importante a aquisição dos veículos pleiteados pelos promotores, imprescindíveis para a boa execução dos trabalhos desenvolvidos pelas promotorias itinerantes”. Durante a inspeção expus as peculiaridades do trabalho da Promotoria, em uma unidade móvel instalada no interior das comunidades carentes: os desafios, as conquistas e as dificuldades enfrentadas, dentre estas, os problemas mecânicos e o compartilhamento do mesmo veículo pelas duas promotorias, e ainda o pleito junto à administração superior pela aquisição de duas unidades (tópico Sugestões/Observações do Membro, fls. 268). Falei ainda da grande aceitação popular nas comunidades já atendidas, da dedicação de toda equipe de trabalho e do recebimento do Prêmio CNMP em 2013. Certamente estas informações alicerçaram o entendimento da equipe de inspeção. Considero importante que seja levado ao conhecimento da administração superior a manifestação dos representantes do CNMP. 3. Horário de expediente: a) alguns promotores de justiça informaram que o horário de expediente do Ministério Público (8 as 14h) não atende ao interesse ao público devido à pausa para o almoço (até mesmo sem o retorno de membros e servidores), o que implica em não cumprimento integral do expediente; e b) não há registro de ponto para controle de chegada e saída dos servidores. A primeira parte da observação não é específica desta Especializada, nem atribuída a este signatário, mas a “alguns promotores de justiça”. No que se refere a esta Promotoria consta às fls. 265 do relatório, na parte final do tópico Dados Relacionados com o Membro do Ministério Público, a informação que prestei: “cumpre expediente das 7h30min às 13h30min (a maior parte do expediente o inspecionado cumpre dentro do micro-ônibus que serve à promotoria itinerante)”. Esta é a realidade de toda a equipe de trabalho, exposta aos inspetores. No que tange ao controle de ponto o que foi por mim informado (não consta no relatório) é que pelas peculiaridades do nosso trabalho não há ponto eletrônico, haja vista que iniciamos o atendimento nas comunidades às 08h00 e para isso precisamos sair da Promotoria no máximo às 07h30, dependendo do local de instalação, sendo que nosso expediente compreende ainda algumas reuniões e audiências públicas à noite nas comunidades, além de reuniões nos órgãos públicos à tarde (horário de funcionamento das secretarias municipais e estaduais). Para que haja essa flexibilidade, inclusive para as necessárias compensações, adotamos o registro em folha de frequência (controle manual), remetido regularmente ao Recursos Humanos através da Direção de Promotorias.”

**13.35. 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITINERANTE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Realizar, em comunidades previamente indicadas pela Administração Superior, audiências públicas visando a diagnosticar lesões a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e ao esclarecimento da população sobre seus direitos e deveres, com o fim de buscar composição para litígios, de forma a prevenir a judicialização de conflitos e a prática de delitos; ajuizar ações judiciais referentes ao descumprimento dos termos de ajustamento de conduta e acordos celebrados no exercício das referidas atribuições”.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	ABEL JOSÉ RODRIGUES NETO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/10/2013; reside na comarca de lotação; participa do curso “Fundamentos da Mediação Comunitária” – ENAM – Escola Nacional de Mediação e Conciliação/UNB; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (06/10 a 14/11/2014); cumpre expediente das 8h às 14h.

#### EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 psicóloga (compartilhada com a 12ª. Promotoria de Justiça Itinerante), 1 assistente social, 1 técnico ministerial e 1 assessor.
Estrutura física	1 gabinete, 1 sala de apoio compartilhada com a 12ª. Promotoria de Justiça Itinerante e 1 micro-ônibus.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não houve ocorrência.

Obs.: O inspecionado relata que possui um gabinete na sede das promotorias de substituição plena que utiliza como base, já que a promotoria, efetivamente, funciona dentro de um micro-ônibus, o qual permanece em determinado bairro no período aproximado de 3 meses.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Prejudicado.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Prejudicado.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	14
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	21	1	1	3	14

Obs.: Não há atribuição judicial.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	75
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0*
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as promotorias itinerantes.		
Obs.: * A 13ª. PJ ainda não realizou audiências públicas (instalação da promotoria nos bairros).		
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
1) Inclusão de campos específicos no Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP, dentro do campo atividades procedimentais, para atender às especificidades das atribuições desta Promotoria de Justiça; 2) Necessidade de aquisição de um ônibus para a execução dos trabalhos das promotorias itinerantes, uma vez que existe somente um micro-ônibus, o qual é compartilhado entre as promotorias; 3) Aduz o promotor que enquanto uma promotoria está instalada nos bairros, a outra tem de fazer o trabalho preparatório de instalação, uma vez que não há como compartilhar o mesmo micro-ônibus; 4) Relata que o micro-ônibus é bastante precário, apresentando problemas todas as semanas (banheiro entope, ar-condicionado não funciona etc); 5) Informa que já existe pleito na administração superior para a aquisição de dois novos ônibus, mas que, do que soube, não foi aprovado em razão da falta de orçamento para tanto.		
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>		
1) O Programa de incentivo à criação de núcleos de mediação comunitária (cópia anexa ao termo de inspeção, intitulada "Projeto de Resolução do Colégio de Procuradores", entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção); 2) Capacitação de pessoas da comunidade em cursos de mediação comunitária e utilização deste meio alternativo na resolução dos conflitos identificados.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
*A equipe de inspeção não realizou o manuseio de procedimentos, como explicado abaixo.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) A equipe de inspeção constatou que todos os procedimentos extrajudiciais (Notícias de Fato) em trâmite na promotoria estavam cadastrados no Sistema SIMP. Verificou-se que não há autuação física destes procedimentos, os quais tramitam virtualmente. Ocorre que o andamento do feito é controlado por um arquivo de computador alimentado pela assessoria. As movimentações das Notícias de Fato no Sistema SIMP não são alimentadas corretamente, não sendo possível, virtualmente, verificar qual o andamento dado ao feito; 2) A equipe verificou que no ato da inspeção existiam no Sistema SIMP 94 Notícias de Fato em andamento na promotoria inspecionada. No dia 4.12.2014 foi extraído novo relatório do sistema, o qual consta, agora, sem registros – possivelmente, porque após a inspeção o sistema foi alimentado corretamente, evoluindo a situação das Notícias de Fato para arquivadas. O promotor inspecionado relatou que, de fato, não existiam procedimentos em andamento, sendo orientado a sanar tal irregularidade; 3) A equipe de inspeção reputa ser importante a aquisição dos veículos pleiteados pelos promotores, imprescindíveis para a boa execução dos trabalhos desenvolvidos pelas promotorias itinerantes; 4) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).		

**13.35.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Abel José Rodrigues Neto, esclareceu, com relação ao campo “OBSERVAÇÕES” do Relatório Preliminar de Inspeção do CNMP, que, o item “1” se refere a uma realidade decorrente da ausência de treinamento adequado no preparo da assessora para operar o sistema SIMP e de sua inexistência para capacitar também este Promotor de Justiça no uso dessa ferramenta, conforme exposto ao membro do Conselho Nacional. Conforme observado no próprio relatório, não havia nenhuma notícia de fato em andamento. As notícias de fato que chegam ao conhecimento da 2ª Promotoria Itinerante, pela natureza de suas atribuições, são prontamente atendidas e não há necessidade da abertura de processo físico, se limitando este, a ficha de atendimento, onde são registrados o histórico e o despacho final com o consequente arquivamento e, posteriormente, sua inclusão no SIMP. O item “2” cuida da realidade após novo treinamento no sistema SIMP, realizado a seu pedido, onde se verificar que as deficiências do item “1” foram devidamente superadas, estando todas as informações hoje disponibilizadas no sistema SIMP, não havendo nenhuma notícia de fato pendente, estando todas “arquivadas”. Os itens “3” e “4” dizem respeito a providências a serem adotadas pela administração superior do Ministério Público para a apresentação de soluções.

13.36. 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos da pessoa com deficiência tipificados na Lei nº 7.853/89 e outros normativos específicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação autuados sob numeração ímpar, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.											
Atribuições extrajudiciais?		Sim											
Atribuição na área da improbidade administrativa?		Não											
Atribuição criminal nos feitos correlatos?		Sim											
Atribuições de controle externo da atividade policial?		Não											
Atribuições para investigação criminal pelo MP?		Sim											
TITULAR		RONALD PEREIRA DOS SANTOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 26/03/2004; reside na comarca de lotação; participa do curso de doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do MA; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Coordenação do Centro de Apoio Operacional do Idoso e da Pessoa com Deficiência; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (junho e setembro); cumpre expediente das 8h às 17h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		2 técnicos ministeriais e 1 assessor jurídico.											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala de apoio administrativo.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, de que trata o art. 13, da Lei nº 7.347/85 e Decreto nº 1.306/94. O inspecionado relata que não faz o acompanhamento do destino dos recursos deste fundo.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1, com vista datada de 24/11/2014.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Distribuídos no mês	2	3	3	4	3	8	7	9	6	3	1	5
Impulsionados no mês	1	0	70	52	15	19	9	8	0	1	1	5
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	1	0	2	0	1	0	0	2	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	1	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	1	0	0	0	0	0	3	3	2	3	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	2	2	0	0	1	1	0	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	2	6	2	0	1	2	0	3	0	34
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	7	4	8	3	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	6	5	3	3	1	4	2	8	0	3

Obs.: As listagens completas dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada constam anexas ao presente termo, sendo juntadas aos autos de inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Não soube informar
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	31
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	45
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	4
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	31
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	5
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	6
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0



Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:											0	
	Estabelecimentos prisionais:											Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:											Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:											Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:											Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:											0	
	Estabelecimentos de Saúde:											0	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:											Prejudicado	
Fundações:											Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as duas promotorias de justiça da pessoa com deficiência da capital													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos													
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:											0	
	Com vista há mais de 6 meses:											0	
	Com vista há mais de 12 meses:											0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:											0	
	Com vista há mais de 6 meses:											0	
	Com vista há mais de 12 meses:											0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:											0	
	Com vista há mais de 6 meses:											0	
	Com vista há mais de 12 meses:											0	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:											0	
	Com vista há mais de 6 meses:											0	
	Com vista há mais de 12 meses:											0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:											0	
	Com vista há mais de 6 meses:											0	
	Com vista há mais de 12 meses:											0	

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação);	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação);	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as duas promotorias de justiça da pessoa com deficiência da capital.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Necessidade de melhoria das instalações físicas da promotoria de justiça, principalmente no que diz respeito a local para armazenar o arquivo morto; 2) Necessidade de contratação de equipe de apoio administrativo e jurídico.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
O inspecionado relata que realizou parceria com a defensoria pública do Estado, o que vem resultando em ações conjuntas.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Civil	017068-500/2014	07.11.2014	Irregular. Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil somente em 7.11.2014. Tramitou desde o ano de 2010 (data da instauração) como Procedimento Preparatório até quando foi convertido em Inquérito Civil em 7.11.2014.
Inquérito Civil	018149-500/2014	26.10.2001	Irregular. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil.
Procedimento Preparatório	007164-500/2014	10.02.2014	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito Civil.
Inquérito Civil	018219-500/2014	05.02.2001	Irregular. O feito permaneceu paralisado desde o mês de novembro de 2010 até o mês de fevereiro de 2014, quando foi novamente impulsionado. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil.
Procedimento Preparatório	012164-500/2014	08.11.2013	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito Civil.
Procedimento Preparatório	017480-500/2014	11.03.2013	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito Civil.
Inquérito Civil	018266-500/2014	31.10.2001	Irregular. O feito permaneceu paralisado desde o mês de agosto de 2012 até o mês de março de 2014, quando foi novamente impulsionado. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil.
Procedimento Preparatório	007367-500/2014	27.06.2011	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito Civil. O feito permaneceu paralisado desde o mês de março de 2013 até o mês de junho de 2014, quando foi novamente impulsionado.
Procedimento Preparatório	009800-500/2014	03.09.2010	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito Civil. O feito permaneceu paralisado desde o mês de maio de 2013 até o mês de junho de 2014, quando foi novamente impulsionado.
Notícia de Fato	006696-500/2014	21.08.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 21.8.2014)
Notícia de Fato	013410-500/2014	08.10.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 8.10.2014)

Notícia de Fato	009387-500/2014	08.10.2014	Irregular. A Notícia de Fato não foi encontrada na promotoria de justiça inspecionada. À equipe de inspeção foi mostrado um espelho do andamento da notícia de fato, esclarecendo que com base nesta Notícia de Fato foi ajuizada ação de interdição. Não foi dada baixa no sistema.
Notícia de Fato	009387-500/2014	23.07.2014	Irregular. A notícia de fato possui despacho de arquivamento, datado de 20.8.2014. Não houve o cumprimento do despacho, com a baixa no sistema.
Notícia de Fato	013558-500/2014	09.10.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias.
Notícia de Fato	015252-500/2014	23.10.2014	Irregular. A notícia de fato possui despacho de arquivamento, datado de 9.10.2014. Não houve o cumprimento do despacho, com a baixa no sistema.
Notícia de Fato	015256-500/2014	23.10.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
1) A equipe verificou que existem 26 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa, entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existem 36 procedimentos extrajudiciais cadastrados;			
2) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);			
3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			

**13.36.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos, teceu os seguintes esclarecimentos: Com relação ao horário de atendimento ao público (das 8h às 14h), informou que embora o atendimento ao público seja previsto das 8h às 14h, todas as pessoas são atendidas até às 18:00h, não havendo limitação quanto ao atendimento, mesmo no horário de almoço. Ressaltou que o telefone funcional do titular da Promotoria de Justiça fica à disposição para contato após as 18:00h. 2) Sobre o acompanhamento dos eventuais recursos decorrentes de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos, relatou que a resposta dada pelo inspecionado foi decorrente do entendimento de que o acompanhamento dos destinos dos recursos do citado fundo é de atribuição do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – CFDD, vinculado ao Ministério da Justiça, com a fiscalização do Ministério Público Federal. Além disso, estão sendo tomadas as devidas providências para criação e funcionamento do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser gerido pelo Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculado ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que sofrerão a fiscalização desta Promotoria de Justiça. 3) Quanto à constatação de que não sabia informar a quantidade de processos que tramitam no órgão, explicou que, no momento da inspeção não se tinha a quantidade precisa, em decorrência das inúmeras Varas Cíveis e de Fazenda Pública, que são destinatárias das ações judiciais desta Promotoria de Justiça Especializada, além de Varas Criminais; do pequeno número de servidores para realizar o levantamento da movimentação de cada feito; e da fase de instalação do SIMP, iniciada a partir do segundo semestre de 2014, e de conclusão do registro das demandas judiciais na presente unidade ministerial, que entram no sistema à medida que os feitos chegam com vista ao Ministério Público. Essa imprecisão estatística está sendo devidamente resolvida, após intenso trabalho junto às unidades judiciárias, incluindo a recém instalada Vara de Interesses Difusos e Coletivos, que expediram Certidões, bem como por meio de exaustivo levantamento individualizado do antigo sistema, cuja tabela contendo as informações gerais. Expediram Certidões ou forneceram informações 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública e a Vara de Interesses Difusos e Coletivos, sendo os dados das demais unidades judiciárias levantadas junto ao antigo sistema de controle desta Promotoria de Justiça e ao SIMP. Em relação aos feitos em tramitação na Vara de Interdição, Sucessão e Alvará, informou que o levantamento junto ao sistema antigo é mais preciso, totalizando 27 processos movimentados, enquanto o SIMP faz referência a 17, pois muitos ainda não retornaram a esta Promotoria de Justiça para registro nesse sistema, que foi instalado somente a partir do segundo semestre de 2014, o mesmo se estendendo aos feitos em tramitação nas outras Varas Cíveis

e Criminais. 4) Em relação ao processo com vistas datada de 24/11/2014, esclareceu que referido feito, existente à época da inspeção, foi devolvido com manifestação ministerial rigorosamente dentro do prazo. Consignou que, apesar das dificuldades estruturais da Promotoria de Justiça e da movimentação processual e de outras inúmeras demandas, os prazos judiciais são pontualmente cumpridos. 5) Apresentou tabela indicando a movimentação processual havida após a realização da inspeção; 6) com relação à inexistência de Termos de Ajustamentos de Conduta firmados, aduziu que o histórico de descumprimento reiterado de ajustamentos de conduta por alguns gestores estaduais e municipais provocou sentimento de frustração na comunidade e concorreu para certo desprestígio desse importante instrumento extrajudicial de mediação e de resolução da demanda apresentada, mesmo quando, posteriormente, havia a inevitável execução do Termo em juízo. Em sua percepção, ocorreu uma espécie de “banalização” na celebração de TACs, como se tal instrumento extrajudicial fosse panaceia para todos os males da omissão do gestor público. Por isso, a sua extrema cautela em somente celebrar TACs quando estão presentes fundamentos objetivos e condições factíveis de cumprimento do compromisso assumido. O mesmo vale para os Termos de Cooperação Técnica. Não obstante isso, neste ano de 2015, estão sendo discutidas as condições para possível celebração de três TACs: com a Secretaria Municipal de Saúde, para melhoria da dispensação de órteses, próteses e medicamentos; com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para obras de acessibilidade; e com a Secretaria de Trânsito e de Transporte, para sinalização horizontal e vertical, além de campanhas educativas para respeito ao pedestre com deficiência e à reserva de vagas para pessoa com deficiência. Quanto aos Termos de Cooperação Técnica, informou que estão sendo discutidos com a Defensoria Pública Estadual e com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação; 7) quanto aos arquivamentos com remessa (Dados de 2015 na tabela do item 4.2.), relatou que alguns Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis estão instruindo ações ajuizadas em 2014, e outros não puderam ser arquivados com remessa por ficarem aguardando a realização de diligências importantes, como realização de vistorias técnicas de outros órgãos, comparecimento de partes interessadas e por causa de envio demorado ou tardio de informações solicitadas de outros órgãos, embora com reiteradas provocações nesse sentido, sendo que as providências saneadoras já foram tomadas; 8) em relação aos Termos de Depoimento, (02 por ocasião da inspeção. Dados de 2015 na tabela do item 4.2.), esclareceu que o número apontado pelo inspecionado referente ao ano de 2014 não incluiu, por manifesto lapso de memória, os depoimentos que são tomados no Núcleo de Atendimento Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, referentes aos atendimentos nesta Promotoria de Justiça. De fato, por ser a porta de entrada das demandas e o local em que é feita a triagem inicial, normalmente é nesse órgão auxiliar que são tomados quase todos os depoimentos, passando pela Promotoria de Justiça a exercer o controle conjunto dos dados estatísticos. Os dados do corrente ano de 2015 já constam na tabela do item 4.2. Já os dados de 2014, que não foram fornecidos à equipe de inspeção, constam da tabela apresentada; 9) quanto à informação de que não houve indicação de reuniões com ata, esclareceu que, lamentavelmente, a informação prestada à equipe de inspeção foi equivocada e omitiu informações relevantes, pois houve, sim, reuniões com ata, no total de 05 (cinco), conforme tabela apresentada; 10) Com relação a não indicação das Recomendações expedidas, relatou que, mais uma vez houve equívoco e omissão de informação, pois foram expedidas as seguintes Recomendações em 2014: a) Recomendação Conjunta nº 001/2014, de 30/04/2014, que recomenda à Secretaria Municipal de Educação o cumprimento pelos referidos estabelecimentos de ensino das normas que tutelam o direito à educação inclusiva e b) Recomendação Conjunta nº 002/2014, de 30/04/2014, que recomenda à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte-SMTT fiscalizar os estabelecimentos públicos e privados que oferecem vagas reservadas para idoso e para pessoa com deficiência na cidade de São Luís; 11) quanto a não indicação de Comparecimento em reuniões de conselho de controle social, esclareceu que esse foi, sem dúvida, o maior dos equívocos, uma vez que é incondicional entusiasta das reuniões com o Conselho Estadual e com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, com o Fórum Maranhense de Entidades das Pessoas com Deficiência, com as Entidades de Defesa e com todo o movimento social da pessoa com deficiência. Disse que, na verdade, ocorrem reuniões semanais, e até em função dessa regularidade dos encontros, não havia a preocupação de registrá-los em ata. Tal providência passou a ser regamente tomada, 12) quanto a ausência de

registro em relação a Delegacias de Polícia, Estabelecimentos de Abrigamento de Pessoa com Deficiência e Estabelecimentos de Saúde, asseverou que, por razões práticas e para produção eficiente da prova técnica, as visitas a tais locais são realizadas pelo Setor de Engenharia e de Arquitetura da Procuradoria-Geral de Justiça, para verificação das condições de acessibilidade, com acompanhamento desta Promotoria de Justiça, e pelo Núcleo Psicossocial das Promotorias da Capital, para análise das condições de salubridade e de segurança, a partir das provocações em sede de procedimentos instaurados no âmbito desta Promotoria Especializada. Ocorre que o cronograma previamente estabelecido por esses órgãos auxiliares não pôde ser cumprido integralmente por falta de condições estruturais e sobrecarga de trabalho. Neste ano de 2015, após enfrentamento dos problemas, estabeleceu-se novo cronograma para visitas a esses locais, no escopo de sanear a omissão apontada; 13) quanto aos processos e procedimentos analisados e tidos como irregulares, esclareceu que, dos Inquéritos Civis relacionados, foram arquivados, com homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, os de nº 003/2001 (SIMP 018219-500/2014) e 010/2001 (SIMP 018266-500/2014). O IC nº 06/2001 (SIMP 018149-500/2014) foi arquivado, com remessa para homologação; e o IC nº 157/2010 (SIMP 017068-500/2014) seguirá tramitando com pedido de dilação de prazo, saneando-se, desse modo, a desconformidade procedimental constatada. Em relação aos Procedimentos Preparatórios: o PP nº 005/2013 (SIMP 017480-500/2014) teve o arquivamento homologado pelo Conselho Superior; o PP 143/2010 (SIMP 009800-500/2014) e o PP 002/2014 (SIMP 007164-500/2014) foram remetidos e aguardam homologação do arquivamento; o PP nº 071/211 (SIMP 007367-500/2014) encontra-se com arquivamento iminente e remessa para homologação; o PP 011/2013 (SIMP 012164-500/2014) está em fase de conversão em Inquérito Civil. Quanto às Notícias de Fato: As registradas sob o SIMP 006696-500/2014, SIMP 009387-500/2014, SIMP 015256-500/2014 e a de SIMP 015252-500/2014 foram devidamente arquivadas. A de SIMP 013410-500/2014 foi encaminhada à 2ª Promotoria do Idoso; e a de SIMP 013558-500/2014 foi encaminhada à 2ª Promotoria da Educação, não tendo mais nenhuma diligência saneadora a ser realizada; 13) quanto às observações da equipe de inspeção, esclareceu, inicialmente, que o SIMP, à época da inspeção, estava em fase de conclusão de instalação, surgindo questões que embaraçavam seu uso regular e exclusivo, sendo utilizado concomitantemente ao sistema antigo de controle e de registro nessa fase de transição para o novo sistema, nesta unidade ministerial. Por outro lado, os 26 procedimentos extrajudiciais não haviam sido cadastrados no SIMP porque, além da situação apontada, encontravam-se na Assessoria Técnica (setor de engenharia e de arquitetura) da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, aguardando realização de vistorias técnicas nos locais apontados nos respectivos procedimentos. E devido ao elástico tempo decorrido sem essa diligência, e diante da necessidade do devido registro no sistema, foram os autos solicitados de volta e, em seguida, registrados no SIMP. Atualmente, com exceção dos procedimentos que ainda se encontram no Conselho Superior, para homologação do arquivamento e devolução a esta Promotoria Especializada, e de outros na Assessoria Técnica, na iminência de realização de alguma diligência, aguardando-se breve retorno desses autos, todos que se encontram nesta Promotoria de Justiça estão devidamente cadastrados. Por fim, conforme esclarecido no item 2, “embora o atendimento ao público seja previsto das 8h às 14h, todas as pessoas são atendidas até às 18:00h, não havendo limitação quanto ao atendimento, mesmo no horário de almoço. Ressaltou que seu telefone funcional fica à disposição para contato após as 18:00h”, estando sempre acessível a qualquer pessoa.

**13.37. 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

<p>ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)</p>	<p>Resolução no 019/2013 – CPMP: Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos da pessoa com deficiência tipificados na Lei nº 7.853/89 e outros normativos específicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação autuados sob numeração par, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.</p>
--	---

Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		MARINETE FERREIRA SILVA AVELAR											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 21/10/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (julho/2014) e licença especial (outubro), cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor e 1 técnico.											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala de apoio.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há casos.													
Obs.: 32 Portarias emitidas.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	3	0	1	0	0	2	4	0	0	2	0	1	
Impulsionados no mês	3	0	1	0	0	2	4	0	0	2	0	1	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	2	5	3	1	1	1	4	4	0	3	2	1	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	1	
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	3	2	0	1	0	0	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	



Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Obs.:A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na PJ inspecionada consta anexa ao presente termo, sendo juntada aos autos de inspeção.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										2	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										1	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										3	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										14	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										5	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										1	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										10	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											6	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											0	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										8	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										8	
	Estabelecimentos de Saúde:										8	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 14ª. Promotoria de Justiça Especializada (pessoa com deficiência).												
Obs.:A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na PJ inspecionada consta anexa ao presente termo, sendo juntada aos autos de inspeção.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: (-) dados não fornecidos.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 14ª. Promotoria de Justiça Especializada (pessoa com deficiência).

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Sugeri a necessidade de estruturação de equipe técnica (engenheiro e arquiteto) vinculada à PJ, para tratar questões de acessibilidade.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Preparatório	009472-500/2014	21.07.2014	Irregular. Objeto: defesa de direito individual de pessoa com deficiência (violência sexual/psicológica). Objeto não passível de apuração por Procedimento Preparatório, mas sim por Procedimento Administrativo.

Procedimento Preparatório	009732-500/2014	02.07.2014	Irregular. Objeto: solicitação de curatela. Objeto não passível de apuração por Procedimento Preparatório, mas sim por Procedimento Administrativo.
Procedimento Preparatório	008437-500/2014	29.05.2014	Irregular. Objeto: maus-tratos à pessoa com deficiência. Objeto não passível de apuração por Procedimento Preparatório, mas sim por Procedimento Administrativo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.9.2014).
Notícia de Fato	009315-500/2014	24.07.2014	Irregular. Excedido prazo para conclusão da Notícia de Fato.
Notícia de Fato	009449-500/2014	15.08.2014	Irregular. Excedido prazo para conclusão da Notícia de Fato.
Notícia de Fato	011377-500/2014	22.09.2014	Irregular. Excedido prazo para conclusão da Notícia de Fato. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.10.2014).

#### OBSERVAÇÕES

1) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto); 2) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.37.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Marinete Ferreira Silva Avelar informou que, com relação a informações sobre estatística do órgão, relativamente a produtividade dos últimos 12 (doze) meses foram feitas diversas reuniões, bem como visitas em escolas, contudo, não possui nenhum registro, informando ao CNMP somente aquelas que possuíam anotação formal anteriores à institucionalização do SIMP, quanto após sua implantação que se deu em julho de 2014 através do Ato Regulamentar Conjunto nº 04/2014 – GPGJ-CGMP. Esclareceu que o Atendimento ao Público das Promotorias de Justiça da Capital é feito pelo Núcleo Psicossocial, sendo que a Promotoria de Justiça Especializada só realiza atendimento ao público quando há procedimento instaurado e que esses atendimentos são registrados por meio de certidão dentro dos autos do próprio procedimento, contudo, a Promotoria de Justiça passará a ter registros próprios de Atendimento ao Público, inclusive com ficha produzida especificamente para tal fim. No tocante a informações sobre os feitos no órgão do Ministério Público, esclareceu que foram realizadas 08 (oito) visitas em instituições que atendem pessoas com deficiência, contudo não foi feita anotação formal. Ressaltou que a Promotoria de Justiça Especializada foi criada em 20 setembro de 2013, conforme Resolução nº 019/2013-CPMP, sendo que esta signatária assumiu este órgão em outubro do mesmo ano, logo sua atuação é recente, motivo pelo qual não possui ainda TAC's firmados. Em referência as informações dos processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade destacou que a falta de andamento de procedimento por mais de 30 dias e o excesso de prazo para conclusão de alguns processos administrativos (notícias de fato) decorre, em geral, da inércia da parte interessada, que muitas vezes não atende à solicitação de comparecimento para eventual informação complementar necessária; ou pela parte investigada, que não responde as solicitações dentro do prazo estipulado, ademais diversos procedimentos ficam paralisados aguardando diligências dos setores técnicos da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, tais como o setor de Engenharia e de Arquitetura, nos casos de demandas sobre acessibilidade. Quanto as irregularidades relativas ao objeto de alguns procedimentos administrativos serem passíveis de autuação por meio de modalidade diversa, esclareceu já foram feitas as correções necessárias chamando os procedimentos à ordem a fim de utilizar o instrumento adequado à finalidade de cada situação. Destacou, ainda, que o órgão de execução cuidará para que todos os atos praticados no âmbito de sua atuação sejam devidamente formalizados, emitindo-se relatórios para toda e qualquer reunião, visita, inspeção, reuniões, bem como ficha para registro de atendimento ao público. Por fim, informou que passará a observar estritamente o ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 05/2014 – GPGJ/CGMP em todos os seus termos, bem como os demais normas pertinentes.

**13.38. 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DO IDOSO**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso tipificados na Lei nº 10.741/2003, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação autuados sob numeração ímpar, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 1998; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão- UFMA, pública, com carga horária de 20h semanais, período noturno, coordenador do Mestrado em Direito da UFMA e no Centro de Ensino do Maranhão - CEUMA, (privada), sem carga horária, pesquisador; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 20ª Promotoria de Justiça Especializada (Defesa da Saúde); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses, afastou-se das atividades em razão de licença prêmio no primeiro semestre de 2014; cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Ocorre das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor e 2 estagiários jurídicos.											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala para apoio.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? De acordo com o inspecionado, pela peculiaridade da Promotoria, nunca se trabalhou com recursos dessa natureza.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube dizer.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2, com vista mais antiga datada de 26/11/2014.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	0	1	3	0	0	5	0	1	4	3	0	2	
Impulsionados no mês	0	1	3	0	0	5	0	1	4	3	0	2	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao T J	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	0	1	3	0	9	3	2	3	0	9	0	0	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	1	0	0	1	0	3	1	1	1	

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Arquivamento com Remessa	0	0	0	2	1	1	3	4	2	0	0	0
Termos de Depoimento	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	3	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	3	0

Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo, sendo juntada aos autos de inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não informado
Processos cíveis – custos legis	Ações para a defesa de direito individual indisponível	32
	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	29
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Não soube dizer
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	3
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 17ª Promotoria de Justiça Especializada.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	13	6	14	13	11	6	5	8	4	4	4	2

Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	13	6	14	13	11	6	5	9	4	4	4	5
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	3	0	8	0	0	1	3	2	1	2	2	1
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	6	0	2	1	2	3	0	2	1	0	0	1
Denúncias oferecidas	2	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 17ª. Promotoria de Justiça Especializada.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Relata que há necessidade de estruturação do Centro de Apoio do Idoso; 2) Necessidade de contratação para a promotoria de justiça de mais servidores com atuação na área de psicologia e serviço social.

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS



1) Publicação de livros na área do idoso; 2) Articulação da rede de defesa das pessoas idosas – criação de casa de passagem para pessoas idosas, criação da delegacia de polícia do idoso, assinatura de termo de ajustamento de condutas com o Estado do MA para criação de uma ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	013908-500/2014	13.10.2014	Irregular. Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato.
“Peça de Informação”	014/2007	29.03.2007	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“peça de informação”). Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Objeto: idosa em situação de risco. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 31.10.2014)
Procedimento Administrativo	005/2014	09.09.2014	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Objeto: morosidade na Delegacia de Polícia na apuração dos fatos criminosos relacionados a idoso. Objeto não passível de apuração via Procedimento Administrativo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 14.10.2014)
“Peça de Informação”	043/2014	29.10.2012	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“peça de informação”). Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Objeto: prioridade de atendimento dos idosos na rede de saúde. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 13.5.2014)
“Peça de Informação”	064/2013	20.11.2013	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“peça de informação”). Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Objeto: idoso em situação de risco. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.10.2014)
Notícia de Fato	015416-500/2014	24.10.2014	Irregular. Prazo excedido para conclusão da Notícia de Fato.
Procedimento Administrativo	104/2012	24.09.2012	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Objeto: verificar adoção de medidas necessárias no sentido de manter à disposição de acompanhantes de idosos internados em acomodações apropriadas. Objeto não passível de apuração via Procedimento Administrativo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 25.8.2014)
“Peça de Informação”	007/2014	20.02.2014	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“peça de informação”). Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Objeto: maus-tratos a idoso. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 7.9.2014).
“Peça de Informação”	001/2014	06.01.2014	Irregular. Não consta cadastrado no Sistema SIMP. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“peça de informação”). Escoado prazo para conclusão da Notícia de Fato. Objeto: idoso sem documentos pessoais e sem acompanhante permanente.

**OBSERVAÇÕES**

1) A equipe verificou que existiam 35 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existiam apenas 15 procedimentos extrajudiciais cadastrados. Ao total, haviam 50 procedimentos extrajudiciais em andamento;

2) De um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução nº 23 do CNMP, já que existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “peça de informação”. Ainda, houve a instauração de procedimentos administrativos para apuração de fatos que deveriam ser investigados por meio de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil (tabela acima). Não há Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil instaurado na promotoria inspecionada;

3) Com relação à “Peça de Informação” nº 007/2014, o inspecionado relatou que foi expedido ofício requisitório de informações em 28.11.2014, mas que a cópia não foi juntada. O inspecionado relatou que esta situação se repete em outros procedimentos semelhantes (a rotina da promotoria é aguardar a entrega do ofício pelo setor de protocolos para então acostar cópia no procedimento);

4) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).

**13.38.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor de Justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos prestou os seguintes esclarecimentos: Com relação aos processos e procedimentos analisados, apresentou relatório detalhado, contendo as providências adotadas para regularização dos feitos. Acerca das observações da equipe de inspeção, informou que, atualmente, todos os procedimentos extrajudiciais da 16ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Idoso encontram-se cadastrados no Sistema SIMP e todo o trabalho da Promotoria tem sido orientado pela Resolução n.º 23/2007, do CNMP e pelo Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014 – GPGJ/CGMP. Em relação à observação de que havia a instauração de Procedimento Administrativo para apurar fato que na percepção dos inspetores do CNMP deveria ter sido apurado por meio de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil, registrou que o seu arquivamento foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão em 07 de abril de 2015, conforme pode ser verificado no Sistema SIMP. Aduziu que tem redobrado o cuidado em relação às terminologias adotadas para apuração de fatos trazidos ao conhecimento deste órgão ministerial, seguindo rigorosamente a orientação dos inspetores do CNMP. Disse não se recordar de ter feito o registro anotado pelo inspetor. Quando os ofícios são encaminhados, por óbvio, a cópia recebida só pode ser juntada aos autos após o seu retorno. Consignou que há um perfeito controle da Secretaria desta Promotoria de Justiça em relação a essas rotinas, mas, de qualquer sorte, passou a juntar cópia com recibo do protocolo de execução de mandados. Asseverou que sempre esteve disponível para suas atividades ministeriais em todos os dias e turnos de trabalho. Quanto às observações complementares informou que a Procuradoria Geral de Justiça dispõe das informações solicitadas, as quais confirmam que este Promotor de Justiça atende a Resolução n.º 73/2011 do CNMP, já que não possui atividades de sala de aula com carga horária superior a 20h semanais e nem ministra aulas ou desenvolve atividades de coordenação nos turnos matutino e vespertino. As respostas às outras observações contam no relatório anual (SIMP), conforme arquivo digital apresentado à Corregedoria Nacional.

**13.38.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o controle do exercício do Magistério por parte dos membros está a cargo da Corregedoria Geral, e qualquer notícia ou comunicação acerca da matéria, estas informações são apuradas mediante processo administrativo pela PGJ e Corregedoria Geral, tendo os membros, total ciência do cumprimento da Resolução do CNMP, que disciplina a matéria. Quanto às constatações acerca da presença de membros e servidores no ambiente de trabalho e nos horários institucionais, salientou ser dever funcional dos membros do Ministério Público e dos servidores comparecerem ao ambiente do trabalho, cumprindo suas funções institucionais e legais, portanto, ao ser constatado que membros e servidores não comparecem ao ambiente do trabalho, tem-se por dever legal encaminhar as ocorrências ao Corregedor Geral do Ministério Público para apuração da conduta do membro e a Subprocuradora para Assuntos Administrativos para apurar a conduta dos servidores. Portanto, as constatações feitas durante a inspeção nacional, serão devidamente encaminhadas por esta Procuradora-Geral aos órgãos competentes. Saliente-se que a Corregedoria Geral vem adotando todos os procedimentos para apurar as faltas funcionais apresentadas.

**13.39. 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DO IDOSO**

<p>ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)</p>	<p>Resolução no 019/2013 – CPMP: Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso tipificados na Lei nº 10.741/2003, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação autuados sob numeração par, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.</p>
<p>Atribuições extrajudiciais? Sim</p>	
<p>Atribuição na área da improbidade administrativa? Não</p>	

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	ELIANE DA COSTA RIBEIRO AZOR (assessoria da Escola do Ministério Público)											
SUBSTITUTO	MARIA DA GLÓRIA MAFRA SILVA											
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 14/03/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 19ª Promotoria de Justiça Especializada (Defesa da Saúde); não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 16h.												
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Atendimento ao público	Das 8h às 16h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico.											
Estrutura física	1 gabinete e 1 sala para apoio técnico.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP											
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não faz o acompanhamento.												
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: A promotoria de justiça inspecionada foi criada no mês de setembro de 2013.												
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	5	0	8	1	3	3	5	8	3	3	2	37
Impulsionados no mês	6	-	8	1	3	3	3	3	3	3	3	37
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	1	0	0	2	1	1	3	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
<b>PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS</b>												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	3	0	1	2	3	3	3	6	7	7	2	15
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	15
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0

Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	3	5	3	3	1	2	1	2	2	2	2	0

Obs.: As listagens completas dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na PJ inspecionada constam anexas ao presente termo. Foi elaborada planilha complementar dos procedimentos que não constavam cadastrados no SIMP. Os documentos referidos na presente observação foram apresentados à equipe e juntados aos autos de inspeção.

**EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não informado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Não informado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	15
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as promotorias do idoso.

**ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)**

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: (-) dados não fornecidos pelo órgão inspecionado.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa entre as promotorias do idoso.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	017116-500/2014	13/11/2014	Irregular. Não há na capa etiqueta de autuação. Prazo para conclusão da notícia de fato excedido. Foi determinada pela promotora de justiça apenas a instauração de inquérito policial para a apuração dos fatos. Objeto: ameaça à idosa. Não houve a determinação de tomada de medidas de proteção à idosa na esfera cível.
Notícia de Fato	s/nº	14/03/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Os documentos autuados não estão na ordem correta, dificultando o entendimento acerca do objeto da notícia de fato, bem como do andamento dado pelo promotor inspecionado acerca da denúncia realizada. Prazo para conclusão excedido.

Notícia de Fato	s/nº	26/05/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Não houve a tomada de qualquer medida pelo promotor de justiça. Objeto: necessidade de promoção da interdição de idoso.
Notícia de Fato	s/nº	25/09/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido.
Notícia de Fato	s/nº	07/08/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Não houve a tomada de qualquer medida pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco.
Notícia de Fato	s/nº	09/10/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Não houve a tomada de qualquer medida pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco.
Notícia de Fato	s/nº	15/05/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em julho de 2014). Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco.
Notícia de Fato	016274-500/2014	05/11/2014	Irregular. Procedimento encaminhado por outra promotoria. Dados da autuação solto dentro do procedimento.
Notícia de Fato	s/nº	25/07/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco (Disque 100).
Notícia de Fato	s/nº	20/10/2014	Irregular. Não há na capa etiqueta de autuação. Prazo para conclusão da notícia de fato excedido. Foi determinada pela promotora de justiça apenas a instauração de inquérito policial para a apuração dos fatos. Objeto: maus-tratos a idoso. Não houve a determinação de tomada de medidas de proteção ao idoso na esfera cível.
Notícia de Fato	s/nº	30/07/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 6.8.2014). Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: má prestação de serviço de saúde a idoso em hospital.
Notícia de Fato	s/nº	14/07/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 11.8.2014). Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: construção de hospital para idoso.
Notícia de Fato	s/nº	23/07/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 25.7.2014). Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco.



Notícia de Fato	s/nº	05/12/2013	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.5.2014). Existe um despacho solto dentro do procedimento determinando o arquivamento da notícia de fato diante do óbito do idoso. Os documentos não foram juntados à Notícia de Fato na ordem cronológica, dificultando o entendimento acerca do objeto e das medidas que foram tomadas pelo promotor de justiça. Objeto: idoso em situação de risco.
Notícia de Fato	s/nº	18/08/2014	Irregular. Não há despacho determinando a instauração de qualquer procedimento. Prazo para conclusão excedido. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 19.8.2014). Objeto: idoso em situação de risco.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) A equipe verificou que existem 22 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existem apenas 3 procedimentos extrajudiciais cadastrados;</p> <p>2) Existem somente Notícias de Fato em andamento na promotoria. Não há Procedimento Administrativo, Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil, o que denota que a inspecionada apura o objeto na Notícia de Fato, sem a instauração do procedimento respectivo, em afronta à Resolução nº 23 do CNMP (conforme tabela acima e listagens anexadas ao termo de inspeção);</p> <p>3) A equipe de inspeção verificou que a inspecionada requisita a instauração de inquérito policial com base em notícia de fato criminal, que permanece em trâmite na promotoria para acompanhamento das ações promovidas na delegacia de polícia. Contudo, concomitantemente, não há atuação do promotor na esfera cível, com a aplicação das medidas de proteção pertinentes;</p> <p>4) Todos os despachos contidos nas Notícias de Fato manuseadas pela equipe de inspeção não contavam com a data ou referência ao número do procedimento;</p> <p>5) Às Notícias de Fato que não estão cadastradas no Sistema SIMP não foram atribuídos números (conforme tabela acima);</p> <p>6) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).</p> <p>7) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado;</p> <p>8) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.</p>			

**13.39.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Maria da Glória Mafra Silva apresentou arquivo digital contendo relatório atualizado com a produtividade dos últimos 12 (doze) meses da atribuição cível (judicial e extrajudicial) e da atribuição criminal (judicial e extrajudicial). Quantos aos TACs, Ações Cíveis Públicas, Medida Para Defesa de Direitos Individuais Indisponíveis, no período referenciado acima, informou que não houve atuação da Promotoria. Informou, também, que a Promotoria, no período, não teve sobre sua responsabilidade, nenhuma Ação Coletiva vinculada a unidade judiciária em que oficia. Bem como no período, não foi distribuído nenhuma ação de natureza cível. Em relação às observações da equipe de inspeção, esclareceu que tramitam no órgão apenas Notícias de Fato, apesar do equívoco de sua atuação, visto que a instalação da Promotoria é bem recente (Setembro de 2013), e esta não recebeu nenhum passivo extrajudicial (cível ou criminal), bem como durante o período de 14 de março de 2014 até a presente data, período em que substitui a titular, todos as questões no âmbito extrajudicial distribuídas para a mencionada Promotoria foram entendidas como Notícia do Fato. As de natureza cível como Notícia do Fato foram resolvidas (não se transformando, portanto, em Procedimento Preparatório, nem Inquérito Civil), apesar de alguns quando a da inspeção ainda não contar com despacho de arquivamento, enquanto que as de natureza criminal, foram todas encaminhadas para a delegacia de polícia com requisição de instauração de procedimento policial. Aduziu que, por mais que parecer estranho, que mesmo com o expediente requisitório de IP a Notícia do Fato permaneça em trâmite na Promotoria, o que ocorre, na verdade e na prática, é que se constatou que esta conduta, facilita o controle das requisições para abertura da mencionada peça policial, além do que quando necessário a autoridade policial solicita a colaboração do MP no sentido de facilitar o acesso a documentos sigilosos, como, por exemplo, prontuários médicos, laudos de sanidade mental e etc. Registrou que com referência aos Inquéritos Policiais requisitados pela análise concretas dos fatos delituosos, objeto das denúncias, não houve necessidade de interposição das

medidas cíveis de proteção. Entendeu ser importante frisar que o servidor da promotoria em questão cumpre regularmente o horário estabelecido pela Administração Superior, qual seja, 6 horas ininterruptas, sem pausa para o almoço. Com referência ao não cadastramento de 22 Procedimentos extrajudiciais no SIMP, é verdadeira a informação da equipe de inspeção, no entanto, destacou que o mencionado sistema começou a ser implantado integralmente nas Promotorias da Capital, no terço do 2º semestre de 2014 e a inspeção do CNMP, foi realizada na primeira semana de dezembro do citado ano, momento em que ainda, quanto aos procedimentos extrajudiciais existiam muitas dúvidas do que cadastrar, de que forma cadastrar, etc. Inclusive antes da implantação do sistema, na verdade existia uma grande confusão entre os Promotorias das Promotorias e Especializadas, referentes ao entendimento do que autuar como Notícia de fato, Peça de Informação, Procedimento Preparatório, etc.

#### 13.40. 18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA SAÚDE

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos relativos ao direito à saúde, vigilância epidemiológica e sanitária, realização de serviços médicos e paramédicos, assistência farmacêutica plena, fornecimento de medicamentos e insumos, atenção básica e serviços de saúde de média e alta complexidade, inclusive os relativos a usuários de drogas, autuados sob numeração ímpar, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		HERBERTH COSTA FIGUEIREDO (em gozo de férias)											
SUBSTITUTO		LANA CRISTINA BARROS PESSOA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 03/11/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou de curso na área do controle externo, com duração de dois dias, realizada pelo CNMP em parceria com a Escola do Ministério Público do Ceará; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 25ª Promotoria Especializada (controle externo da atividade policial); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença-prêmio (julho/2014); cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		2 assessores (um jurídico e outro técnico) e 1 técnico ministerial.											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala de apoio.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não soube informar.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 0 (zero).													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1, o qual foi encaminhado pela 19a Promotoria de Justiça Especializada (Defesa da Saúde) à promotoria de justiça inspecionada em 29.11.2014.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
Distribuídos no mês	5	3	8	4	5	4	3	2	5	8	7	0
Impulsionados no mês	5	3	8	4	5	4	3	2	5	5	7	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0
Audiências realizadas	2	2	2	1	2	2	0	2	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	3	3	2	2	3	2	2	2	0	1	1	0

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	11	5	17	14	13	5	8	10	4	7	8	7
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	1	1	1	0	0	0	1	2	2	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	4
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	1	1	4	0	2	0	2
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	19	14	11	12	16	16	14	14	2	2	2	0

Obs.: A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo. Os procedimentos, no ato da inspeção, não estavam todos cadastrados no Sistema SIMP. Em momento posterior à inspeção, o assessor do promotor entregou nova listagem, afirmando que cadastrou os procedimentos faltantes no SIMP. Os referidos documentos foram entregues à equipe e juntados aos autos de inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	5
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	47
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	7
	Em tramitação há mais de 30 dias:	12
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	18
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	6
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:	0	
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:	0	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0	
Fundações:	Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 20ª. Promotoria de Justiça Especializada (Saúde).			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugere que o horário de funcionamento do Ministério Público seja alterado (com jornada nos períodos matutino e vespertino), já que, na prática, os funcionários e promotores saem para almoçar, cumprindo horário menor de expediente.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
“Processo Administrativo”	4632AD/2009	15.07.2009	Irregular. Classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Processo Administrativo”). Não há portaria de instauração. Não está cadastrado no SIMP. Objeto: cortes financeiros (glosas) efetuados na secretaria municipal de saúde em dezembro de 2002. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 3.5.2010).
“Representação”	011/2010	07.05.2010	Irregular. Classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Representação”). Não há despacho determinando a autuação. Não está cadastrado no SIMP. Objeto: improbidade administrativa. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 1º.7.2014).
“Representação”	017/2003	23.12.2003	Irregular. Classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Representação”). Não há despacho determinando a autuação. Não está cadastrado no SIMP. Objeto: improbidade administrativa. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.5.2006). Apensado à “Representação” nº 7/2008, que foi instaurada em 5.5.2008 (último andamento em 31.10.2013).
“Representação”	002/2006	09.01.2006	Irregular. Classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Representação”). Não há despacho determinando a autuação. Não está cadastrado no SIMP. Objeto: improbidade administrativa. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 9.7.2014). Permaneceu sem andamento no período de 22.11.2012 a 9.7.2014.
Inquérito Civil	008/2014	11.10.2013	Irregular.
Inquérito Civil	002/2012	17.10.2012	Irregular. Não cadastrado no Sistema SIMP. Não há despacho de prorrogação do Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 6.12.2013).
Inquérito Civil	009443-500/2014	19.11.2014	Irregular. Procedimento Preparatório instaurado em 11.10.2013, não havendo prorrogação de prazo.
Notícia de Fato	007898-500/2014	1º.09.2014	Irregular. Excedido prazo para conclusão da Notícia de Fato. Notícia de fato não autuada, mas arquivada em pasta AZ*. Encaminhado ofício ao Secretário de Saúde (cópia arquivada em outra pasta AZ), que informou que a cirurgia não seria fornecida para a usuária. Informado por servidor da promotoria que, após a vinda destas informações, nada foi feito. Sem andamento há mais de 30 dias.

Notícia de Fato	007910-500/2014	1º.09.2014	Irregular. Excedido prazo para conclusão da Notícia de Fato. Notícia de fato não autuada, mas arquivada em pasta AZ*. Encaminhado ofício ao Secretário de Saúde (cópia arquivada em outra pasta AZ). Sem andamento há mais de 30 dias.
Inquérito Civil	011441-500/2014	10.06.2010	Irregular. Não há despacho de prorrogação do Inquérito Civil. Permaneceu sem andamento nos períodos de 18.3.2011 a 7.8.2012, e desta data a 13.6.2014. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 6.10.2014).

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A promotora de justiça inspecionada está respondendo pela promotoria somente desde 3 de novembro de 2014. O promotor titular estava em gozo de férias durante a inspeção do CNMP;
- 2) De um modo geral, o trabalho do promotor de justiça titular não atende à Resolução nº 23 do CNMP, conforme apontamentos contidos na tabela acima. Existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “processo administrativo” e “representação”, sem observância, assim à taxonomia;
- 3) Diversos procedimentos não estavam cadastrados no Sistema SIMP, a despeito da obrigatoriedade de utilização do sistema. Em momento posterior ao ato da inspeção, o assessor do promotor titular fez a entrega de novo relatório do SIMP, afirmando que cadastrou os procedimentos extrajudiciais faltantes (listagem anexa, entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção);
- 4) A equipe de inspeção constatou a prática da promotoria de justiça em não autuar as Notícias de Fato. As Notícias de Fato são cadastradas no Sistema SIMP e arquivadas em pastas AZ. O assessor do promotor titular informou que são registradas Notícias de Fato em todos os casos de demanda individual de saúde. Registrada a denúncia (Notícia de Fato) do usuário do SUS, o promotor determina a expedição de ofício requisitório de informações. Estes ofícios são arquivados em outra pasta AZ. A resposta não é alimentada no Sistema SIMP, ficando a Notícia de Fato sem andamento após a vinda da resposta, seja ela negativa ou positiva ao usuário do SUS. Não é realizado despacho de arquivamento da Notícia de Fato, quando é o caso de arquivar, tampouco cientificado o interessado do arquivamento promovido;
- 5) A promotoria inspecionada contava no momento da inspeção com 145 procedimentos extrajudiciais em trâmite, conforme listagens completas anexadas ao presente termo. Da análise destas listagens, bem como dos procedimentos que foram manuseados pela equipe de inspeção (tabela acima), verifica-se que a maioria não possui regular andamento. A equipe de inspeção não constatou a existência de qualquer justificativa para os excessos de prazo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais, situação a ser analisada para a verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 6) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);
- 7) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.40.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Herberth Costa Figueiredo, inicialmente, asseverou que os 10 (dez) Procedimentos Administrativos analisados, incluindo Inquéritos Cíveis, Representações e Notícias de Fato, reportam-se a irregularidades de classe não prevista na Taxonomia do CNMP, o que se justifica em face da época da Inspeção do Conselho Nacional o Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP) ainda se encontrava em fase de implantação, inclusive com treinamento funcionários, conforme se pode comprovar do sítio do Ministério Público, onde consta a informação de que somente no dia 13 de novembro/2014 foi concluída primeira etapa de implantação do SIMP, o qual se deu com a entrega de Relatório, pelo Coordenador de Modernização de Tecnologia da Informação, Sr. Alan Roberto Ribeiro, e por representantes da Totem Treinamento & Consultoria TI. Registrou que, os procedimentos analisados pelo CNMP referente aos Processo Administrativo 4632AD/2009, Representação nº 011/2010, Representação nº 017/2003, e Representação nº 002/2006, tratavam de procedimentos antigos e já conclusos, prontos para Ação Judicial ou arquivamento, que segundo informações de representantes do próprio SIMP deveriam serem cadastrados tão somente quando fosse dado o desfecho legal ao procedimento, o que realmente veio a ocorrer de forma imediata, quando da visita de inspeção do CNMP. Logo, se o registro não ocorreu de imediato foi por desinformação ou entendimento errôneo acerca do funcionamento do novo Sistema de Registro de Procedimentos Administrativos. Especificamente em relação ao Inquérito Civil nº 008/2014, cuja situação detectada pelo CNMP foi como irregular, deixou de se manifestar sobre o mesmo, tendo em vista que não haver especificação acerca da irregularidade encontrada, não se podendo precisar se foi pelo não cadastramento no SIMP ou se estava sem andamento. O certo é que o Procedimento é recente e fora instaurado no ano de 2014, estando com a tramitação devida. Que em relação ao Inquérito Civil nº 002/2012, Inquérito Civil registrado no SIMP com o nº 009443-500/2014 e o Inquérito Civil



registrado no SIMP com o nº 011441-5002014, esclareceu que se trata de procedimentos recentes, devidamente registrados no SIMP, e que se encontravam sem andamento face estarem conclusos para Ação Judicial ou arquivamento, ou ainda aguardando informações requisitadas por este Órgão de Execução, portanto sem nenhum prejuízo material ou substancial para as partes. No que se reporta às Notícias de Fato registradas no SIMP com os nºs 007898-500/2014 e 007910-500/2014, informou que, embora as mesmas não tenham sido autuadas formalmente, receberam o devido encaminhamento, sendo encaminhadas aos gestores de saúde para que dessem resolutividade ao problema de saúde. Registrou que a não formalização das mesmas decorreu não somente de dúvidas acerca do Sistema de Informação recentemente implantado, como também por tratar-se de tutela individual, uma vez que as atribuições precípua das Promotorias Especializadas é a tutela de interesses coletivos e difusos, que são autuados como Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis e nunca por meio de Notícia de Fato. Esclareceu que a tutela de interesses individuais, constitui-se em um serviço de atendimento ao público realizado de forma subsidiária pelo Órgão de Execução, pois como já assinalado anteriormente as atribuições cingem-se a conhecer fatos lesivos a interesses difusos, coletivos, e individuais homogêneos relativos ao direito à saúde, nos termos da Resolução nº 27/2015-CPMP, que alterou a então Resolução nº 019/2013-CPMP. As atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas têm sido objeto de sucessivas alterações no que se reporta à tutela de interesses individuais, ora sendo incluídos em Portarias Ministeriais que disciplinam a atuação dos Órgãos de Execução do Ministério Público, ora sendo excluídos, conforme se pode perceber pela sucessão de atos normativos que disciplinaram a matéria como as Portarias nºs 02/2011-CPMP, 09/2012-CPMP, 019/2013-CPMP e a 27/2015-CPMP, que atualmente disciplinam as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas. Observou que as vicissitudes desses atos normativos acabam por gerarem uma incerteza e insegurança jurídica no campo de atuação das Promotorias de Justiça Especializadas, especialmente no que se reporta aos Procedimentos ou Notícias de Fato referentes a tutelas individuais. Registrou, ainda, que quando da realização da Inspeção Correcional do CNMP, no período de 01 a 05 de dezembro/2014, e também quando da implantação da primeira etapa do SIMP, ocorrida no dia 13 de novembro/2014, este signatário encontrava-se em pleno gozo de suas férias regulares, no período de 03 de novembro/2014 a 12 de dezembro/2014, o que certamente contribuiu para que todos os Procedimentos Administrativos mais antigos não estivessem devidamente registrados no SIMP; no que se reporta aos procedimentos mais antigos, os que estavam com Taxonomia equivocada, mas que já se encontravam conclusos para fins de Ação Judicial ou arquivamento e que certamente seriam lançados corretamente no SIMP quando do desfecho de sua tramitação neste Órgão Ministerial, segundo orientações do pessoal do SIMP, responsável pela Coordenação e Treinamento. Esclareceu que todos os Procedimentos considerados irregulares pela Inspeção Correcional do CNMP foram imediatamente corrigidos no dia seguinte ao da Inspeção, seguindo orientação da própria Equipe do CNMP, de maneira que atualmente a 18ª Promotoria de Justiça Especializada de defesa da saúde encontra-se totalmente saneada no que se reporta à tramitação dos procedimentos, Taxonomia correlata de acordo com a Resolução nº 23/2007-CNMP, bem como devidamente registrados no SIMP.

**13.41. 19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DA SAÚDE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos delituosos relativos lesivos ao direito à saúde, incluindo crimes praticados contra a saúde pública e congêneres, erros médicos e demais delitos praticados por profissionais da saúde, além de crimes correlatos ao Direito Sanitário, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações penais públicas, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza.”
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	



Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	MARIA DA GLÓRIA MAFRA SILVA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 25/02/2013 (Ato nº 069/2013); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 17ª Promotoria de Justiça Especializada (Defesa do Idoso) e exerce funções eleitorais perante a 2ª Zona eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico e 1 analista.											
Estrutura física	1 gabinete e 3 salas para apoio.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Transações Penais: recolhimento para depósito em conta judicial.												
Obs.: A inspecionada relata que seus procedimentos extrajudiciais não constam cadastrados no SIMP.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 34 termos circunstanciados, sendo que o feito judicial com vista mais antiga data de 1º/10/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Obs.: (-) dados não fornecidos. Embora a promotoria de justiça inspecionada não detenha atribuição extrajudicial na área cível, foi informado de que há a instauração de procedimentos preparatórios com conteúdo criminal. Estes procedimentos não estão cadastrados no Sistema SIMP. A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo. Os documentos referidos foram entregues à equipe e juntadas aos autos de inspeção.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										ii	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	12										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	9										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	63										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	0										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	0										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Não há (conforme atribuição).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	2	9	29	15	22	17	24	23	34	40	20	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	2	9	9	15	22	17	24	23	29	36	18	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	2	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	10	0	0	2	2	1	1	54	90	53	79	33
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	35	0	13	0	30	23	67	73	146
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	1	2	0	0	0	2	0	0	1	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	27
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	10	0	0	8	10	10	12	10	0	10	10	15
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	31
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	1
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	3
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0

Se existe critério de recebimento de feitos: Não há, já que possui atribuição exclusiva para atuar nos feitos criminais correlatos à saúde.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Indica que a promotoria tenha também atribuição na área cível; 2) Necessidade de criação de núcleo composto por médicos para suporte técnico na investigação dos crimes de saúde pública; 3) Instalação de varas específicas para apurar os crimes de atribuição da saúde tendo em vista que atualmente, com exceção das varas especializadas do tribunal do júri e dos crimes contra criança e adolescente e dos crimes de violência doméstica, a inspecionada atua nas demais varas criminais.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

A inspecionada relata que atua de forma proativa no sentido de evitar a ocorrência dos delitos.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Termo circunstanciado	91-98.2014.8.10.0017	14.02.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias. Vista dos autos em 1º.10.2014. Objeto: posse de drogas para consumo próprio.
Termo circunstanciado	140-42.2014.8.10.0017	12.03.2014	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias. Vista dos autos em 1º.10.2014. Objeto: posse de drogas para consumo próprio.
Termo circunstanciado	298-34.2013.8.10.0017	02.09.2013	Irregular. Sem andamento há mais de 30 dias. Vista dos autos em 1º.10.2014. Objeto: posse de drogas para consumo próprio.

Procedimento Investigatório Criminal	035/2014	09.01.2013	Irregular. Não há portaria de instauração do PIC, tampouco qualquer despacho prorrogando o prazo para conclusão do procedimento. Sem andamento de setembro de 2013 a junho de 2014. Último andamento: 19.9.2014 – sem andamento há mais de 30 dias.
Procedimento Preparatório	014/2011	31.05.2011	Irregular. A portaria de instauração do Procedimento Preparatório menciona o seguinte objeto de investigação: “com o fim de apurar possível caracterização de responsabilidade penal dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento da vítima” – objeto de Procedimento Investigatório Criminal e não de Procedimento Preparatório. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 25.10.2012).
Procedimento Preparatório	015/2011	1º.06.2011	Irregular. A portaria de instauração do Procedimento Preparatório menciona o seguinte objeto de investigação: “com o fim de apurar possível caracterização de responsabilidade penal dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento da vítima” – objeto de Procedimento Investigatório Criminal e não de Procedimento Preparatório. Sem andamento no período de 27.6.2011 a 7.8.2012. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 3.9.2014)
Procedimento Preparatório	018/2011	30.06.2011	Irregular. A portaria de instauração do Procedimento Preparatório menciona o seguinte objeto de investigação: “com o fim de apurar possível caracterização de responsabilidade penal dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento da vítima” – objeto de Procedimento Investigatório Criminal e não de Procedimento Preparatório. Sem andamento no período de 6.8.2011 a 7.8.2012. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 3.9.2014)
Procedimento Investigatório Criminal	003/2013	21.02.2013	Irregular. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do PIC. Sem andamento no período de 4.10.2013 a 3.9.2014. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 3.9.2014).
Procedimento Investigatório Criminal	002/2014	06.06.2014	Irregular. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do PIC. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 6.6.2014). A portaria de instauração descreve uma série de irregularidades em hospital, sem indicar a conduta criminal que se busca apurar. Da análise dos fatos narrados na portaria, infere-se que o objeto deveria ser perquirido por Inquérito Civil e não por meio de PIC.
Procedimento Preparatório	001/2014	07.04.2014	Irregular. Instaurado Procedimento Preparatório quando a promotoria não detém atribuição na esfera extrajudicial cível. Não há portaria determinando a instauração de Procedimento Preparatório. Autuado com base em atendimento presencial realizado no “Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital” em 17.12.2013. Único andamento dado ao procedimento ocorreu somente em 7.4.2014, quando foi determinada a instauração de inquérito policial para apuração dos fatos. O procedimento permanece em trâmite na promotoria de justiça para acompanhamento da conclusão do inquérito policial.

Procedimento Preparatório	003/2014	07.04.2014	Irregular. Instaurado Procedimento Preparatório quando a promotoria não detém atribuição na esfera extrajudicial cível. Não há portaria determinando a instauração de Procedimento Preparatório. Autuado com base em atendimento presencial realizado no “Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital” em 4.2.2014. Único andamento dado ao procedimento ocorreu somente em 28.11.2014, quando foi determinada a instauração de inquérito policial para apuração dos fatos. O procedimento permanece em trâmite na promotoria de justiça para acompanhamento da conclusão do inquérito policial.
Procedimento Investigatório Criminal	004/2013	03.04.2013	Irregular. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do PIC. Sem andamento de 16.4.2014 a 28.11.2014.
Procedimento Preparatório	052/2014	26.09.2014	Irregular. Instaurado Procedimento Preparatório quando a promotoria não detém atribuição na esfera extrajudicial cível. Existe portaria de instauração do Procedimento Preparatório, datada de 26.9.2014, juntada ao final do procedimento. Autuado com base em atendimento presencial realizado no “Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital” em 4.2.2013. Requisitada a instauração de inquérito policial em 3.7.2013. Único andamento dado ao procedimento ocorreu somente em 19.9.2014, quando a inspecionada solicitou informações ao delegado de polícia acerca do andamento do inquérito policial. O procedimento permanece em trâmite na promotoria de justiça para acompanhamento da conclusão do inquérito policial.
Procedimento Preparatório	20/2009	28.09.2009	Irregular. Instaurado Procedimento Preparatório quando a promotoria não detém atribuição na esfera extrajudicial cível. Não há portaria determinando a instauração de Procedimento Preparatório. Não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório. Autuado com base em representação protocolada na promotoria, denunciando negligência médica. Sem andamento no período de 26.10.2010 a 17.8.2011 e de 17.8.2011 a 5.8.2014, data do último andamento. O procedimento permanece em trâmite na promotoria de justiça para acompanhamento da conclusão do inquérito policial, cuja instauração foi requisitada no bojo do Procedimento Preparatório.
Procedimento Preparatório	051/2014	26.09.2014	Irregular. Instaurado Procedimento Preparatório quando a promotoria não detém atribuição na esfera extrajudicial cível. Existe portaria de instauração do Procedimento Preparatório, datada de 26.9.2014, juntada ao final do procedimento. Autuado com base em ofício encaminhado por outra promotoria de justiça e recebido pela inspecionada em 20.4.2013. Requisitada a instauração de inquérito policial em 29.4.2013. Sem andamento no período de 19.10.2013 a 19.10.2014, quando a inspecionada solicitou informações ao delegado de polícia acerca do andamento do inquérito policial. O procedimento permanece em trâmite na promotoria de justiça para acompanhamento da conclusão do inquérito policial.
OBSERVAÇÕES			

- 1) Embora a promotoria de justiça inspecionada não possua atribuição na área cível da saúde, a inspecionada relata que atua na esfera extrajudicial cível da saúde, diante de sua facilidade de articulação com a rede da política pública da saúde. Esclarece que, para tanto, não instaura qualquer procedimento, mas expede ofícios aos órgãos competentes. Informa que, inclusive, os outros dois promotores da saúde pedem auxílio à inspecionada para realização de alguns encaminhamentos. Informa, por fim, que sua atuação na área cível se refere exclusivamente aos encaminhamentos dados a atendimentos ao público. Sobre esses encaminhamentos a promotora mantém uma pasta física – não há outra forma de controle ou de contabilidade destes atendimentos;
- 2) A equipe de inspeção constatou que a inspecionada atua como Procedimento Preparatório os documentos que lhe são encaminhados noticiando a prática de crime relacionado à saúde. A equipe não verificou nestes documentos qualquer manifestação da inspecionada determinando o registro ou a atuação dos documentos (não há, tampouco, portaria);
- 3) Constatou-se que a inspecionada requisita a instauração de inquérito policial com base nestes Procedimentos Preparatórios irregularmente instaurados, que permanecem em trâmite na promotoria para acompanhamento das ações promovidas na delegacia de polícia. Contudo, concomitantemente, não há atuação da promotora na esfera cível, até mesmo porque a promotoria não possui atribuição cível. A inspecionada relatou à equipe que tal prática se trata de “estratégia de atuação”, de forma a que não fosse de pronto instaurado Inquérito Policial ou Procedimento de Investigação Criminal. Criou-se, assim, uma espécie de “Procedimento Preparatório de PIC”. Constatou-se que nestes Procedimentos Preparatórios a inspecionada realiza, também, atos de instrução, requisitando documentos para diversos órgãos. Relata que às vezes remete cópia dos documentos ao inquérito policial. Por fim, esclarece que com a vinda do inquérito policial e sendo o caso, oferece denúncia, juntando cópia desta no Procedimento Preparatório, que é, então, arquivado;
- 4) A inspecionada, indagada pela equipe de inspeção acerca da prática acima registrada, informou que não instaura Procedimentos Investigatórios Criminais, porque não possui estrutura de pessoal;
- 5) Os termos circunstanciados em andamento na Promotoria inspecionada referem-se todos ao crime descrito no art. 28 da Lei de Drogas (posse de drogas para consumo pessoal). A promotora de justiça que atua perante o juizado especial criminal entendeu que a apuração deste crime deve se dar na promotoria inspecionada sob o argumento de que se tratar de questão relacionada à saúde pública. A inspecionada relata que não entende dessa forma e já pediu a revisão desta decisão na Administração Superior (documentos anexos, entregues à equipe e juntadas aos autos de inspeção). A questão está atualmente sob a análise do Colégio de Procuradores. A promotora inspecionada relata a promotoria de justiça que atua perante o JECrim não possui grande demanda, de modo que não existiria justificativa para a remessa dos Termos Circunstanciados à promotoria da saúde;
- 6) A equipe verificou que existem 84 procedimentos extrajudiciais em andamento na promotoria inspecionada que não estão cadastrados no Sistema SIMP (listagem anexa, entregue à equipe e juntada aos autos de inspeção), a despeito da obrigatoriedade de sua utilização. No Sistema SIMP existem apenas 3 procedimentos extrajudiciais cadastrados (todos Notícias de Fato).
- 7) De um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução n°s 13 e 23 do CNMP, diante da instauração de Procedimento Preparatório de natureza criminal;
- 8) A promotoria inspecionada contava no momento da inspeção com 87 procedimentos extrajudiciais em trâmite, conforme listagens completas anexadas ao presente termo, e juntadas aos autos de inspeção. Da análise destas listagens, bem como dos procedimentos que foram manuseados pela equipe de inspeção (tabela acima), verifica-se que a maioria não possui regular andamento. A equipe de inspeção não constatou a existência de qualquer justificativa para os excessos de prazo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais, situação a ser analisada para a verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 9) A despeito das irregularidades constatadas nos procedimentos, a equipe de inspeção pode constatar que o objetivo dos Procedimentos Preparatórios de natureza criminal foi suprido pela requisição de inquérito policial, de maneira que a própria existência do procedimento na promotoria seria dispensável. Por outro lado, a equipe constatou não só pelo relato da inspecionada, mas também de outros membros, que a promotora exerce efetiva atuação em prol da sociedade, atuando de maneira informal no atendimento à população carente, principalmente pela intervenção junto ao SUS para a obtenção de atendimento. A equipe de inspeção, assim, reputa ser importante a avaliação pelo CNMP da necessidade de mudança de atribuição desta promotoria, conferindo-lhe atribuição na esfera extrajudicial cível;
- 10) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).

**13.41.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Maria da Glória Mafra Silva, com relação aos processo e procedimentos analisados tidos como irregulares, apresentou relatório detalhado descrevendo as providências adotadas para que fossem regularizados. Quanto ao item 1 do campo “Observações”, esclareceu que, na verdade, a 19ª Promotoria Especializada da Saúde não possui atribuição cível e, portanto, não tem atribuição para instaurar Procedimento Extrajudicial Cível, no entanto, em razão de uma visão proativa de atuação e não apenas cartorária, pela facilidade e, principalmente, pela disposição em contribuir com a assistência à saúde da população, sobretudo dos mais necessitados, exerce atividades junto aos gestores e às unidades de saúde, objetivando evitar que os crimes como: omissão de socorro, lesão corporal, homicídio etc. se concretizem tornando-se, assim, mais um caso a ser investigado pela promotoria e/ou polícia. Investigação esta que não restaurará os danos, muitas vezes irreversíveis, já causados. Disse ser impossível, quando da mencionada atuação, registrar todas as atividades e/ou situações de extrema gravidade que envolvem os pacientes, visto que, os casos não são unicamente aqueles de atendimento pessoal da promotoria, mas



sim via telefonemas de pacientes, familiares, promotores, juízes, ouvidoria, servidores e população em geral que possui plena ciência do pronto atendimento às suas súplicas, feitas, como dito anteriormente, informalmente devido à situação de urgência, carecendo de atuação imediata da demanda que nos foi apresentada pela sociedade para a qual servimos. Assim, realmente, é muito incipiente a forma de contabilização desses atendimentos. Com relação aos itens 2, 3, 5, 6, 7 e 8, informou que assumiu a promotoria por meio de remoção por permuta no dia 25 de fevereiro de 2013, tendo recebido um passivo extrajudicial de 49 (quarenta e nove) procedimentos extrajudiciais, visto que a titular da promotoria em referência esteve em afastamento legal por mais de 10 (dez) anos, em razão de doença em pessoa da família. Durante o mencionado período houve apenas substituição e acúmulo de trabalho pelos promotores que oficiaram durante a ausência da titular. Esclareceu que apenas deu continuidade à forma de atuação, o que na verdade, a princípio, pode ser entendido como uma ilegalidade frente as Resoluções 13 e 23. No entanto, quando se trata de crimes na área da saúde, notadamente, aqueles originados de negligência, imprudência ou imperícia os quais a população em geral nomeia como sendo erro médico. Ocorre que, toda conduta médica/terapêutica está vinculada a vários eventos adversos conhecidos e previstos na literatura médica, é o que na medicina se chama de iatrogenia (evento previsto, mas não esperado), os quais podem acarretar lesões graves e mesmo a morte do paciente. No entanto, para os familiares e vítimas, mesmo a ocorrência de evento adverso previsto aliada à dor e ao sofrimento impostos, os induz à suspeita da possibilidade de ocorrência de crime. Desta forma, apesar do equívoco de chamar de Procedimento Preparatório, como já vinha sendo feito anteriormente, o objetivo de tal atuação foi justamente possibilitar a requisição e a avaliação da documentação médica no intuito da observância de indícios mínimos da existência de crime que embasasse a requisição de instauração de Inquérito Policial. Por oportuno, registrou que na comarca de São Luís, entre as várias Promotorias Especializadas existia uma grande divergência de entendimento quanto à nomenclatura e a própria atuação das representações, denúncias de fatos etc. formuladas pela população junto ao Ministério Público, levando à confusão na forma de atuação dos procedimentos como Notícia do Fato. Questão esta que somente fora dirimida e uniformizada com a implantação do SIMP, em setembro de 2014. No que tange ao SIMP, esclareceu que quando da realização da inspeção, fazia pouco tempo da implantação plena do retromencionado programa já que este fora completamente disponibilizado para uso somente no segundo terço do segundo semestre de 2014. Portanto, como informado, a promotoria possuía um passivo extrajudicial enorme, um judicial confuso, em virtude do aumento da atribuição referente aos crimes do Juizado Especial Criminal (art. 28, da Lei 11.343/2006), principalmente por já atuar em quase todas as varas criminais da capital, isto tudo contando apenas com 2 (dois) servidores, o que nos levou a priorizar os processos judiciais quando do cadastramento no SIMP. Diante dessa situação, disse ter sido obrigada, pela impossibilidade momentânea, a retardar o cadastro do extrajudicial, sem, contudo, olvidá-lo, fato este comprovado pelo próprio sistema no qual constam os 84 (oitenta e quatro) procedimentos extrajudiciais agora devidamente cadastrados e movimentados. No concernente à afirmativa de que os 63 (sessenta e três) procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria, inclusive os manuseados pela equipe de inspeção, não possuem regular andamento, cabe esclarecer que todos, sem exceção, encontram-se em tal situação por estarem aguardando a conclusão do Inquérito Policial e/ou o Parecer Técnico do IML, sem os quais não possui o Ministério Público justa causa para a propositura da ação penal ou arquivamento do feito. Informou ter sido surpreendida com a dubiedade de informações consignadas pela equipe inspecionadora no relatório preliminar, na medida em que na observação de número 8, afirma haver inércia quanto ao andamento dos 63 (sessenta e três) procedimentos extrajudiciais a cargo da promotoria, situação ensejadora de RIEP. Contudo, contrariado suas próprias palavras e avaliação, no item subsequente (observação número 9), a comissão avaliadora, afirma que tais fatos se deram em razão do suprimento de movimentação em razão da instauração de Inquérito Policial. Com referência à dispensabilidade da permanência do procedimento na promotoria quando da requisição de Inquérito Policial, entende de forma divergente, pois na prática constitui-se em meio de controle da atividade desenvolvida pela polícia judiciária na apuração do ilícito na área da saúde, o que envolve discussão sobre sigilo de prontuários médicos, tornando-se mais ágil o atendimento às requisições ministeriais no que se refere à entrega da menciona-

da e necessária documentação. Por outro lado, os crimes de sua atribuição necessitam de análise pormenorizada e por, serem de natureza complexa, demandam investigação dependente exclusivamente de perícias a cargo do órgão oficial incumbido de produzi-la e como constatado, não possui estrutura capaz de suprir as demandas nos crimes violentos e muito menos nos culposos. Aduz que fora sugerido pela comissão a avaliação pelo CNMP da possibilidade de conferir à 19ª Promotoria Especializada da Saúde atribuição extrajudicial cível. Contudo, não foi ventilada a possibilidade de que as duas outras Promotorias da Saúde também possuam atribuição na área saúde-criminal, ou seja, a promotoria inspecionada, com a proposta, ficaria além da atribuição criminal-saúde, também com a extrajudicial cível, com o que, não concorda. Entende que a proposta ideal seria as três promotorias especializadas da saúde serem concorrentes tanto na esfera cível, quanto na criminal extra e judicialmente. Finalmente, com relação à observação do item 5, apesar de não serem requisitadas informações pela Corregedoria, aproveitou a oportunidade para demonstrar o absurdo de que, após o decurso de mais de 1 (um) ano, ainda não houve o julgamento do recurso interposto pela signatária contra a decisão da Procuradora-Geral nos autos do conflito negativo de atribuições que versou sobre a atribuição da 19ª Promotoria Especializada junto aos feitos em trâmite nos Juizados Especiais Criminais e referentes ao crime do art. 28, da Lei nº 11.343/2006. Acrescentou que, como existem promotorias específicas oficiando nos Juizados Especiais Criminais, entende a elas pertencer a atribuição para atuação nos crimes de competência dos ditos Juizados. Pugnou, portanto, pela avaliação pelo CNMP da necessidade de alteração da situação exposta, definindo as promotorias oficiantes junto ao JECRIMs para atuarem nos feitos objetos do conflito. Por fim, com referência aos dados de produtividade do período de dezembro de 2013 a outubro de 2014, na esfera cível, informou que a promotoria possui atribuição exclusivamente criminal. Esclareceu que, no período retromencionado não houve nenhum auto de prisão em flagrante distribuído e nenhum recurso fora interposto. Outrossim, entendeu importante frisar que as servidoras da promotoria em questão cumprem regularmente o horário estabelecido pela Administração Superior, qual seja, 6 horas ininterruptas, sem pausa para o almoço.

**13.42. 20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DA SAÚDE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer dos fatos lesivos a interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos relativos ao direito à saúde, vigilância epidemiológica e sanitária, realização de serviços médicos e paramédicos, assistência farmacêutica plena, fornecimento de medicamentos e insumos, atenção básica e serviços de saúde de média e alta complexidade, inclusive os relativos a usuários de drogas, autuados sob numeração ímpar, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa, bem como oficiar nas de terceiros de igual natureza”.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	ANA TERESA SILVA DE FREITAS (exercendo o cargo de diretora da Escola do Ministério Público)
SUBSTITUTO	PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 03/11/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na UFMA, (entidade pública), com carga horária de 20h semanais, período noturno, coordenador do Mestrado em Direito da UFMA e no Centro de Ensino do Maranhão – CEUMA, (entidade privada), sem carga horária, pesquisador; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 16ª Promotoria de Justiça Especializada (Defesa do Idoso); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença-prêmio (primeiro semestre de 2014); cumpre expediente das 8h às 14h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	

Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico e 1 analista.											
Estrutura física	1 gabinete e 1 sala de apoio.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não soube informar.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não soube informar.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Distribuídos no mês	2	1	1	5	0	3	4	2	1	4	4	4
Impulsionados no mês	2	1	1	5	0	3	4	2	1	0	8	4
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	12	16	12	14	15	6	8	15	9	12	8	12
TAC firmado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	1	1
Arquivamento sem Remessa	8	0	4	1	2	0	2	12	10	6	9	27
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	2	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	11	14	10	14	14	5	7	15	8	8	8	12
Obs.:A listagem completa dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria de justiça inspecionada consta anexa ao presente termo.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										0	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										6	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	15	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	24	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	2	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	1	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	9	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:	0	
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:	0	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0	
Fundações:		Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 18ª PJ Especializada.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O inspecionado relata que não é adequado o modo como está sendo conduzida a promotoria de justiça, já que atende eminentemente casos individuais, acabando por não respeitar as filas do SUS.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Civil	009489-500/2014	15.01.2014	Irregular. Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil em 22.8.2014. Não houve despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório. Houve a celebração de Termo de Ajustamento de Condutas. Não houve a remessa do procedimento ao Conselho Superior do MP. A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas no TAC é realizada no bojo do próprio Inquérito Civil.
Inquérito Civil	009705-500/2014	04.12.2013	Irregular. Procedimento Preparatório instaurado em 4.12.2013. Despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório em 14.8.2014 (prorrogado fora do prazo). Após, em 18.8.2014, Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil.
“Processo Administrativo”	000254-600/2014	16.06.2014	Irregular. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Processo Administrativo”). No Sistema SIMP consta cadastrado como notícia de fato. Objeto: direito individual à saúde. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.
“Processo Administrativo”	000247-600/2014	06.06.2014	Irregular. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Processo Administrativo”). No Sistema SIMP consta cadastrado como notícia de fato. Objeto: direito individual à saúde. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.
“Processo Administrativo”	000450-600/2014	06.06.2014	Irregular. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Processo Administrativo”). No Sistema SIMP consta cadastrado como notícia de fato. Objeto: direito individual à saúde. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.

Inquérito Civil	009707-500/2014	13.01.2014	Irregular. Procedimento Preparatório convertido em Inquérito Civil em 14.7.2014. Não existe despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório.
“Processo Administrativo”	0009543-500/2014	03.06.2014	Irregular. Utilizada classe não prevista na taxonomia do CNMP (“Processo Administrativo”). No Sistema SIMP consta cadastrado como notícia de fato. Objeto: direito individual à saúde. Prazo escoado para conclusão da Notícia de Fato.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) De um modo geral, o trabalho do inspecionado não atende à Resolução nº 23 do CNMP. Conforme tabela acima, existem procedimentos extrajudiciais cadastrados como “processo administrativo”. No Inquérito Civil nº 009489-500/2014 foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (conforme indicação na tabela acima), o qual não foi submetido à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público – a Resolução nº 02/2004, do Colégio de Procuradores do MA (art. 17) permite tal prática, in verbis: “O arquivamento ocorrerá se inexistir justa causa para a propositura de ação civil; adimplido o compromisso de ajustamento de conduta; ou atendida a recomendação. Parágrafo único – Em qualquer hipótese o arquivamento será promovido perante o Conselho Superior, no prazo legal.”;
- 2) As Notícias de Fato que constam em andamento no Sistema SIMP geraram ações civis públicas, não tendo sido alimentado o sistema para evolução do procedimento;
- 3) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto);
- 4) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;
- 5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

#### 13.43. 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DEFESA DA MULHER

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer das representações, inquéritos e demais peças de informação por fatos tipificados, na forma da Lei nº 11.340 /2006, como violência doméstica e familiar contra a mulher, autuados sob numeração ímpar, promovendo as medidas administrativas e as ações judiciais cabíveis. Oficiar nos feitos cíveis e criminais de numeração ímpar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	MÁRCIA HAYDÉE PORTO DE CARVALHO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 13/07/2010; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na UFMA (universidade pública), com carga horária de 20 horas semanais, estando desde março/2014 de licença para tratamento de assuntos particulares por dois anos, e também no UNICEUMA (universidade privada), professora pesquisadora, não tendo carga horária, pois não tem como obrigação ministrar aulas, mas apenas orientar alunos do PIBIC e publicar livros e artigos científicos; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor e 1 estagiário (é vinculado à UFMA).
Estrutura física	1 gabinete e 1 sala de apoio.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Sem ocorrência.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.329.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	2	3	5	1	3	20	24	11	3	14	2	0
Impulsionados no mês	2	3	2	4	3	20	24	11	3	14	2	0
Saldo do mês	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Obs: De acordo com a inspecionada, não foram computadas as medidas protetivas de urgência que vieram com vista para ciência e não resultaram em complementação ao pedido ou recurso.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	9	2	5	1	11
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs: De acordo com a inspecionada, neste item não foram efetuados registros, esclarecendo que o atendimento ao público está contabilizado junto com a movimentação criminal.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										8	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										14	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	



Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0										
	Estabelecimentos prisionais:	0										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	0										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
	Fundações:	Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 22ª. Promotoria de Justiça Especializada (Mulher).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	9	29	6	8	-	-	2	-	-	-	-	6
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	83	118	112	15	68	158	160	100	125	72	107	113
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	63	141	110	23	68	156	162	100	125	72	101	115
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	29	6	8	-	-	2	-	-	-	-	6	4
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	9	6	20	12	13	19	14	17	14	6	13	14
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	1	5	2	1	-	15	7	1	-	-	-	16
Denúncias oferecidas	2	16	19	3	17	53	23	6	11	10	6	22
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0	
	Estabelecimentos prisionais:	0	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 22ª. Promotoria de Justiça Especializada (Mulher).			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugeriu a necessidade da lotação na promotoria de mais um servidor e um estagiário.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatado o Programa “Maria da Penha em Ação”: atividades educacionais de prevenção em escolas estaduais de ensino médio e em escolas municipais para alunos do último ano do ensino fundamental.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	4178-500/2014	29.07.2014	Irregular. Não houve a autuação*. Prazo excedido para a conclusão da Notícia de Fato.
Notícia de Fato	7881-500/2014	27.08.2014	Irregular. Não houve a autuação*. Prazo excedido para a conclusão da Notícia de Fato.
Notícia de Fato	4178-500/2014	25.11.2014	Irregular. Não houve a autuação*.
Obs.: *As demais Notícias de Fato constam da relação extraída do Sistema SIMP (anexa ao presente termo e juntadas aos autos de inspeção) e possuem a mesma situação detectada na tabela acima e o mesmo objeto.			
OBSERVAÇÕES			
1) As Notícias de Fato que constam em andamento possuem um único encaminhamento: requisição de instauração de inquérito policial. Permanecem em andamento na promotoria até que a delegacia conclui o inquérito policial. As notícias de fato não são autuadas, mas tramitam em pastas AZ's, todas em conjunto. Não há a tomada de medidas na esfera civil pela promotoria de justiça, como o ingresso de pedidos de aplicação de medidas protetivas de urgência. A inspecionada relata que as demandas coletivas (implantação de políticas públicas, por exemplo) são da atribuição da promotoria de direitos humanos (do cidadão) e não da sua, de modo que não existem Procedimentos Preparatórios ou Inquéritos Cíveis em andamento; 2) A equipe de inspeção pode constatar que o objetivo das Notícias de Fato de natureza criminal foi suprido pela requisição de inquérito policial, de maneira que a própria existência destes procedimentos extrajudiciais na promotoria seria dispensável; 3) A equipe de inspeção reputa ser importante a avaliação pelo CNMP da necessidade de mudança de atribuição desta promotoria, conferindo-lhe atribuição na esfera extrajudicial cível; 4) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto).			

**13.43.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Márcia Haydée Porto de Carvalho, em resposta às constatações do relatório preliminar de inspeção, prestou as seguintes informações: 1. No ano de 2014, a 21ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Mulher interpôs 02 (dois) recursos de apelação criminal, sendo um no mês de maio e outro no mês de outubro. Interpôs também 04 (quatro) embargos de declaração em medidas protetivas de urgência, um em cada um dos seguintes meses: janeiro, fevereiro, março e outubro. 2. No ano de 2014, nenhum termo circunstanciado de ocorrência foi distribuído para esta Promotoria. Entendeu que isto se deu porque, em face do disposto no art. 41 da Lei Maria da Penha, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099/95, razão pela qual esses de-

litos são investigados apenas mediante inquérito policial. 3. No ano de 2014, nenhum auto de prisão em flagrante foi distribuído para esta Promotoria. Registrou que a grande maioria dos casos de prisão em flagrante de autores de crimes de violência doméstica contra a mulher se dá durante os plantões judiciais, funcionando nesses autos Promotores de Justiça de Plantão. Quanto às decisões judiciais proferidas pelo Juiz da Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís em autos de prisão em flagrante, por questões de celeridade e economia processual, toma ciência na própria Secretaria Judicial da referida Vara, adotando as medidas cabíveis quando necessário. 4. No que diz respeito às 14 (catorze) notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias, encontradas por ocasião da inspeção do CNMP, informou que todas se referem a denúncias encaminhadas pelo disque-denúncia da Secretaria Especial da Mulher. Nesses casos, a Promotoria, como de costume, requisitou a apuração dos fatos noticiados, com a solicitação de informações sobre as medidas tomadas, todavia, até a data da inspeção, a autoridade policial não havia dado resposta aos ofícios requisitórios encaminhados em relação a cada uma dessas notícias de fato nem aos demais ofícios, reiterando as requisições. Somente depois dessa resposta, segundo seu entendimento, é que poderia arquivar a notícia de fato, em face de justificativa plausível da autoridade policial para não instaurar o inquérito policial ou comunicação dessa mesma autoridade de ter instaurado o referido procedimento investigatório. Conforme pode ser observado atualmente no SIMP todas as 14 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias, encontradas pela equipe de inspeção do CNMP, já estão devidamente arquivadas. 5. Com relação à observação de que as notícias de fato não estavam autuadas e tramitavam em conjunto em pastas de A a Z, esclareceu que, apesar disso, todas as medidas cabíveis foram tomadas no sentido de resguardar os direitos dos interessados, como pode ser observado no SIMP. Todavia, depois da inspeção do CNMP, resolveu realizar tais autuações, acolhendo as observações da equipe inspetora. 6. As notícias de fato não permaneciam em andamento na Promotoria até que a delegacia concluisse os inquéritos policiais. Na verdade, recebida a notícia de fato do disque-denúncia, requisiava-se a apuração do fato noticiado. A partir da resposta da autoridade policial, dizendo se instaurou inquérito policial para apurar os fatos ou assim não procedeu porque, por exemplo, não localizou a vítima ou esta não representou criminalmente o agressor, a Promotoria analisava se era caso de arquivar a notícia de fato ou insistir no cumprimento da requisição de abertura de inquérito policial. 7. Quanto às notícias de fato do disque-denúncia, não são tomadas medidas na esfera cível, como ingresso de pedidos de medidas protetivas de urgência em favor de vítimas, porque o artigo 12, caput e III, da Lei Maria da Penha, dispõe que “em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: (...) III – remeter, no prazo de quarenta e oito horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para a concessão das medidas protetivas de urgência”. 8. Concordeu com as observações feitas pela equipe de inspeção no item 2, no sentido de que o objetivo das Notícias de Fato de natureza criminal foi suprido pela requisição de inquérito policial, de maneira que a própria existência destes procedimentos extrajudiciais na promotoria seria dispensável, entendendo, todavia, que permanece a obrigação de fiscalizar o cumprimento de cada requisição. 9. Nesta oportunidade, aproveitou para informar que no ano de 2014, o órgão funcionou apenas com uma Promotora de Justiça e uma Assessora de Promotor de Justiça, exceto nos meses de setembro, outubro e novembro, quando se juntou à Promotoria uma estagiária, cumprindo estágio obrigatório curricular da UFMA, mediante encaminhamento efetuado pela Secretaria de Assuntos Institucionais. Nestas circunstâncias, se a assessora precisa tirar licença médica, a Promotora não tem condições de desempenhar suas atividades a contento. Mas o problema da falta de recursos humanos não se restringe a este caso extremo. Consignou que tem se tornado cada vez mais difícil atuar nesta Promotoria, por suas inúmeras responsabilidades, quais sejam: atender ao público, fazer registros no SIMP, organizar campanhas preventivas, fazer audiências, participar de reuniões da rede amiga da mulher, tomar medidas cabíveis em notícias de fato e, principalmente, manifestar-se em processos criminais, inquéritos policiais e medidas protetivas de urgência, que têm aumentado em escala progressiva a cada ano. 10. Esclareceu, finalmente, que se encontra permanentemente à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, a qualquer horário.

**13.44. 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
DEFESA DA MULHER**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Resolução no 019/2013 – CPMP: “Conhecer das representações, inquéritos e demais peças de informação por fatos tipificados, na forma da Lei nº 11.340 /2006, como violência doméstica e familiar contra a mulher, autuados sob numeração par, promovendo as medidas administrativas e as ações judiciais cabíveis. Oficiar nos feitos cíveis e criminais de numeração ímpar da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		SELMA REGINA SOUZA MARTINS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em março de 2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou de cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo GNDH; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor, 1 oficial de promotoria e 2 estagiários.											
Estrutura física		1 gabinete e 1 sala para apoio administrativo.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema físico e eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Sem ocorrência.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.329.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 13, processo mais antigo datado de 28/11/2014.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	1	0	0	4	7	13	7	11	5	8	0	1	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Atendimento ao público	0	2	1	1	9	10	6	0	1	2	5	0	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa								Prejudicado	
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)								Prejudicado	
				Ações para a defesa de direito individual indisponível								Prejudicado	

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	17										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	12										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		-										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		-										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	-										
	Estabelecimentos prisionais:	-										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	-										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 21ª. Promotoria de Justiça Especializada (Mulher).												
Obs.: (-) dados não informados pela inspecionada.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	178	28	40	193	220	282	218	145	255	232	220	187
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	178	22	40	193	220	282	218	108	245	233	176	187
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	37	10	-1	44	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	13	8	27	16	17	27	17	27	23	18	14	14
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	14	0	2	3	2	1	2	0	0	2	2	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	2	0	1	2	11	5	13	2	7	9	11	8
Denúncias oferecidas	11	0	6	4	33	70	48	0	35	28	18	45

Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	4	2	2	1	10	11	12	0	1	2	5	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:								0			
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):								0			
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):								0			
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									0			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:								0			
	Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado			
	Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado			
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 21ª. Promotoria de Justiça Especializada (Mulher).												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Relata que deseja ter a atribuição extrajudicial, já que realiza palestras e participa de reuniões sobre a temática e conhece as necessidades de implementação de políticas públicas na área; 2) Relata que há mau uso da internet pelos promotores e funcionários da instituição, sobrecarregando a rede e impedindo, assim, que o sistema SIMP funcione satisfatoriamente; 3) Necessidade de melhor estruturação do apoio administrativo com a contratação de mais funcionários, principalmente um assistente social exclusivo e um servidor para registro no Sistema SIMP.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
1) “Campanha Maria da Penha em Ação”, idealizada e desenvolvida pela inspecionada; 2) Promoção de concursos de redação, de vídeo de bolso e palestras nas escolas da rede municipal e estadual de ensino.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento			Data da instauração			Situação detectada					
Notícia de Fato	015806-500/2014			07.04.2014			Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato. Determinada a instauração de inquérito policial à delegacia de polícia. Promotora inspecionada apenas aguarda informações da delegacia acerca da instauração ou não do inquérito policial para que possa realizar o arquivamento da Notícia de Fato. Em regular andamento.					
Notícia de Fato	015873-500/2014			04.04.2014			Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato. Determinada a instauração de inquérito policial à delegacia de polícia. Promotora inspecionada apenas aguarda informações da delegacia acerca da instauração ou não do inquérito policial para que possa realizar o arquivamento da Notícia de Fato. Em regular andamento.					



Notícia de Fato	015793-500/2014	07.05.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato. Determinada a instauração de inquérito policial à delegacia de polícia. Promotora inspecionada apenas aguarda informações da delegacia acerca da instauração ou não do inquérito policial para que possa realizar o arquivamento da Notícia de Fato. Em regular andamento.
Notícia de Fato	016209-500/2014	14.04.2014	Irregular. Escoado o prazo para conclusão da Notícia de Fato. Determinada a instauração de inquérito policial à delegacia de polícia. Promotora inspecionada apenas aguarda informações da delegacia acerca da instauração ou não do inquérito policial para que possa realizar o arquivamento da Notícia de Fato. Em regular andamento.

#### OBSERVAÇÕES

1) Algumas das Notícias de Fato que constam em andamento possuem um único encaminhamento: requisição de instauração de inquérito policial. Permanecem em andamento na promotoria até que a delegacia conclua o inquérito policial; 2) A inspecionada relata que as demandas coletivas (implantação de políticas públicas, por exemplo) são da atribuição da promotoria de direitos humanos (do cidadão) e não da sua, de modo que não existem Procedimentos Preparatórios ou Inquéritos Cíveis em andamento; 3) A equipe de inspeção pode constatar que o objetivo das Notícias de Fato de natureza criminal foi suprido pela requisição de inquérito policial, de maneira que a própria existência destes procedimentos extrajudiciais na promotoria seria dispensável; 4) A equipe de inspeção reputa ser importante a avaliação pelo CNMP da necessidade de mudança de atribuição desta promotoria, conferindo-lhe atribuição na esfera extrajudicial cível; 5) A equipe, no ato da inspeção, constatou que as Notícias de Fato ns. 013224-500/2014, 013223-500/2014 e 018425-500/2014, embora devidamente registradas no Sistema SIMP, não constam do relatório de inventário. Em contato com a assessoria de tecnologia de informação do CNMP, foi constatada a ocorrência de erro no sistema; 6) A equipe de inspeção foi informada por alguns promotores de justiça de que o horário de expediente do Ministério Público (das 8h às 14h) não atende ao interesse público, considerando que, na prática, os promotores e servidores fazem pausa para o almoço (ou mesmo já não retornam do almoço para suas atividades), não cumprindo, assim, todo o horário de expediente. Não há controle do horário de chegada e saída dos servidores (registro de ponto); 7) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se em situação regular.

#### 13.45. 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	<p>O controle externo da atividade policial na Comarca de São Luís é atualmente exercido por três PJs especializadas, a saber, as 23a, 24a e 25a Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial. A Resolução nº 019/2013 - CPMP/MPMA é o ato normativo que regula a atribuição das PJs de CEAP em atuação na Capital, atualmente com 34 Distritos Policiais, além das Unidades Especializadas. De acordo com o referido ato normativo, a atribuição das PJs do CEAP está adstrita à "atuação nas representações, inquéritos e demais peças de informação em casos de abuso de autoridade e tortura, conforme distribuição, promovendo-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações judiciais, inclusive as civis por improbidade administrativa correlata ao ato policial praticado". Conforme esclarecimentos prestados pelo PJ inspecionado, todos os demais feitos envolvendo crimes praticados por policiais são encaminhados, de acordo com a natureza, para as PJs Criminais ou para a PJ da Auditoria Militar. Atualmente, a divisão interna dos trabalhos entre os órgãos de execução que atuam no CEAP da Capital se efetua da seguinte forma: os Distritos Policiais de numeração final ímpar ficam a cargo da 23a PJ do CEAP; os de final par, com a 24a PJ e os Distritos Policiais Especializados, com a 25a PJ do CEAP. Ainda em relação às atribuições das Promotorias de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial, foi informado pelo membro inspecionado que levaram ao conhecimento do CNMP, em expediente firmado pelos Drs. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães e José Cláudio Almada Lima Cabral Marques - titulares, respectivamente, das 23a e 24a Promotorias de Justiça do CEAP -, a questão envolvendo o alcance da expressão "atividade policial", definidora da área de atuação de tais órgãos ministeriais. Conforme relatado, o atual entendimento por eles esposado seria o de que tal expressão englobaria, apenas, as polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e o Corpo de Bombeiros, delas sendo excluídas os agentes penitenciários, agentes de trânsito, guardas municipais, agentes de postura etc. No entanto, em sucessivos conflitos negativos suscitados, a Chefia Institucional tem se posicionado no sentido de que a atribuição das PJs do CEAP deve ser entendida no sentido mais amplo da expressão, abrangendo todos os órgãos acima listados. Por tal razão, decidiram submeter a questão ao crivo do CNMP, conforme requerimento cujas cópias seguem em anexo, estando ainda o feito, pendente de decisão por parte de tal órgão colegiado.</p>
Atribuições extrajudiciais? As PJs do CEAP detêm atribuições extrajudiciais na área do Controle Externo da Atividade Policial, podendo instaurar procedimentos investigatórios, tomando as medidas judiciais cabíveis, tanto na seara criminal quanto na cível.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim. Possuem atribuição para efetuar a responsabilização de agentes policiais pela prática de atos de improbidade administrativa.	

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, conforme informações acima.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Área de atuação específica da PJ inspecionada.	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.	
TITULAR	José Claudio Almada Lima Cabral Marques
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro assumiu órgão inspecionado em setembro/2012; reside na comarca de lotação; não participa no momento de cursos de aperfeiçoamento, embora relate participar periodicamente de cursos de especialização, tais como o Curso de Controle Externo da Atividade Policial, realizado em novembro passado pelo CNMP, no município de Fortaleza/CE, além de possuir Mestrado em Direito Penal, cursado na Universidade Cândido Mendes/RJ, tendo sido concluído em 2009; exerce o magistério na Universidade Dom Bosco (UNDB), em São Luís/MA, onde leciona Processo Penal, com carga horária de 20h mensais, com aulas às segundas e quintas-feiras, das 16 às 17h30min e das 20h50min às 22h30min, não exercendo cargo administrativo na entidade; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente como Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial e do Centro de Apoio Criminal; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (29/09 a 03/11/2014); cumpre expediente, de segunda a sexta, das 8h às 14h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	O Promotor de Justiça entrevistado afirmou inexistir sistemática diferenciada para o atendimento ao público no âmbito das PJs do CEAP. Segundo informado, o atendimento a qualquer interessado que se dirija ao órgão ministerial é realizado, inicialmente, por intermédio de uma triagem efetuada na recepção do prédio principal, efetuando-se o encaminhamento para as PJs do CEAP. Na secretaria das respectivas PJs existe um controle interno para a realização de distribuição equitativa dos atendimentos entre as três PJs. O mesmo controle, segundo esclarecido pela assessora em atuação no órgão inspecionado, também é utilizado para a distribuição dos ofícios recebidos nas PJs do CEAP, seguindo-se a regra da distribuição equitativa, a qual é afastada, apenas, quando se trata de assunto já previamente distribuído a uma das PJs, oportunidade na qual se adota a distribuição por conexão.
Estrutura de Pessoal	01 assessora de Promotoria de Justiça (CC) e uma estagiária forense, a qual é compartilhada pelas três PJs do CEAP.
Estrutura física	As PJs do CEAP encontram-se atualmente instaladas num prédio locado, onde antigamente funcionava um hotel, o qual abriga grande parte das PJs da Capital. A PJ inspecionada dispõe de um gabinete para o Promotor de Justiça e uma sala para a secretaria, devidamente munidas de mobiliário e equipamentos de informática condizentes.
Sistema de Arquivo	Sistema manual (pastas), com o devido registro de andamento no SIMP.
Sistema de Registro	Todo o registro de andamento de feitos é atualmente realizado por intermédio do SIMP, havendo pastas de ofícios recebidos/expedidos, entrada e saída de feitos judiciais, além de livros de registro de instauração de ICs, PPs e PICs. As informações foram prestadas pela assessora jurídica Juliana Belluomini, lotada na 24a PJ do CEAP. Inclusive, durante a entrevista ao PJ inspecionado, a referida servidora retificou informações prestadas pelo membro, que demonstrou desconhecer a rotina administrativa utilizada no âmbito da PJ na qual atua.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe sistemática diferenciada para a destinação dos recursos oriundos de TACs, salientando que a atribuição cível da PJ inspecionada está adstrita à área de improbidade administrativa.	
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): As demandas criminais são encaminhadas para as Varas Criminais da Capitais, onde recebem livre distribuição, à exceção dos feitos cautelares, que são de competência da Central de Inquéritos (Vara Judicial). Em relação aos feitos de natureza cível, a competência é das Varas de Fazenda Pública da Capital, igualmente por livre distribuição.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Conforme constatado durante a inspeção realizada, não existe, no âmbito da Promotoria de Justiça, sistemática de controle administrativo que permita a verificação do quantitativo de feitos judiciais, de naturezas cível e criminal, atrelados a este órgão de execução inspecionado. Restou esclarecido que existem apenas pastas próprias para arquivo de cópias das denúncias oferecidas e das ACPs de improbidade administrativa ajuizadas, não havendo como ser informado, no entanto, quantas delas atualmente se encontram em andamento, o que seria possível apenas por consulta individual no sistema de andamentos de feitos do TJMA.	

Obs.: O Promotor de Justiça inspecionado afirmou que diversas denúncias da Secretaria de Direitos Humanos - SDH são recebidas pelas PJs do CEAP, na maioria das vezes, por intermédio de ofícios recebidos pelo protocolo geral e registrados no SIMP ou encaminhados por outros órgãos em atuação no Estado, tais como a Defensoria Pública, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Vara de Execuções Penais. Normalmente, tais denúncias se referem ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, envolvendo-se todas as unidades prisionais que o compõem. No entanto, relata que tais notícias são apresentadas, via de regra, com informações bastante genéricas, sem a presença de elementos mínimos que possam subsidiar a deflagração de investigações cíveis ou criminais. Atualmente, segundo esclarecido, tem sido adotada a providência de se oficiar ao órgão remetente para o envio de maiores dados acerca dos fatos noticiados, de maneira que se possa fundamentar eventual tomada de decisão por parte do Ministério Público. Da análise física de algumas destas denúncias, verificou-se que as informações apresentadas são realmente apresentadas, por vezes, de forma genérica ou quando informados dados das supostas vítimas/agressores, estes são insuficientes para a regular identificação das pessoas envolvidas e a eficiente elucidação dos fatos noticiados. No entanto, foi afirmado pelo PJ inspecionado que, a despeito das dificuldades acima referidas, foi instaurado um PIC, com base em denúncia apresentada pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, para apurar as denúncias recorrentes de agressões no interior das unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e as agressões praticadas em manifestações populares nas ruas, o qual, em razão da impossibilidade de se identificar os autores dos delitos, com a expedição da Recomendação de nº 04/2014, determinando as medidas que devem ser adotadas e proibição de certas rotinas policiais que violariam os direitos humanos durante manifestações policiais (cópia em anexo). No entanto, no que concerne às denúncias de agressões ocorridas no interior do referido Complexo Penitenciário, foi informado que não obtiveram êxito na identificação de medidas, de aplicação geral e despersonalizada, que pudessem minimizar a problemática noticiada.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-
Saldo do mês atual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências judiciais/sessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	1	1	15	4	4	4	-	7	2	-	3	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	1	-	-	-	-	-	2	3	3	2	2	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	2	-	1	4	3	2
Termos de Depoimento	-	-	-	3	4	-	1	5	-	1	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	05
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	4										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	3										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	9										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	1	7	10	6	4	4	4	5	5	3	4	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	1	7	10	6	4	4	4	5	5	3	4	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	9	-	4	4	1	-	7	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	2	2	-	-	2	1	2	4	3	3	-
Denúncias oferecidas	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	2
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		23
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	18
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item "atribuições do órgão".

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Necessidade de uma maior estruturação administrativa das Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial; 2) Audiências públicas.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Ocorreu por meio do Monitoramento CVLI.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PP	54/2014	08/11/2014	Notícia de fato registrada como Procedimento Preparatório Preliminar instaurado a partir de "notitia criminis" feita pelo Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, protocolo 865841, em data de 19/09/2014, protocolado na PJ em 29/09/2014. Diligências para oitiva da vítima, com última movimentação em 28/11/2014. Excedido o prazo regulamentar de 30 dias para manifestação. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PIC	09/2010	14/09/2010	PIC instaurado para apurar espancamento do detento Marcelo Pereira da Silva por policiais militares. PIC sem prorrogação de prazo e sem manifestação nos períodos de 07/10/2010 a 30/04/2011, de 30/11/2011 a 11/01/2012, de 02/02/2012 a 02/04/2012, de 26/06/2012 a 03/06/2013, de 03/06/2013 a 26/06/2014, de 18/07/2014 a 21/10/2014. Última movimentação em 01/12/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.

PP	62/2013	30/08/2013	Representação noticiando suposto abuso de autoridade por parte dos policiais militares contra Nélcio dos Santos Rodrigues que diretamente registrada como Procedimento Preparatório Preliminar no dia 30/08/2014. Pedido de diligências, com resposta do juízo em 16/09/2013, através do ofício número 196/2013/20 da 6ª Vara Criminal de São Luís. De 24/09/2013 até 14/07/2014 não houve manifestação do PJ. Nesta última data, houve decisão para notificar a vítima, com ofício encaminhado em 04/11/2014. Último registro (certidão) em 28/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	35/2014	10/07/2014	PPP instaurado para apurar ato de improbidade administrativo contra o Diretor do DETRAN-MA. Representação feita em 04/02/2014, com pedido de diligências e, após, a instauração de PPP. Ofício encaminhado em 29/08/2014, com reiteração em 11/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	29/2012	10/07/2012	PPP instaurado para apurar improbidade administrativa contra o Comandante-Geral da Polícia Militar por atividades realizadas pela PM em rodovias federais sem convênio. Expediente encaminhado pela Procuradoria da República do MA, com distribuição em 09/07/2012. Ofício encaminhado à PRF em 10/07/2012, com resposta em 13/07/2012. Ofício enviado à PM em 08/08/2012, sem resposta e sem movimentação na PJ até 07/07/2014. Nesta data houve renovação de ofício, com resposta em 21/07/2014. Ofício da PJ em 10/10/2014 para a PM, com respostas em 20/10/2014 e 29/10/2014. Sem manifestação desde 29/10/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR. RIET.
PPP	60/2014	01/12/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade contra Douglas Ribeiro Gomes. Notitia criminis encaminhada em 09/09/2014, com requisição de diligências em 06/10/2014 e instauração de PPP em 01/12/2014. Portaria sem assinatura.
PPP	46/2012	30/11/2012	PPP instaurado para apurar tortura por agentes penitenciários contra detentos. Diligências realizadas. No período de 05/03/2013 a 18/06/2014 não houve manifestação. Última manifestação em 27/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

1) A despeito das ponderações apresentadas pelo Promotor de Justiça inspecionado quanto às dificuldades enfrentadas para a apuração dos crimes de abuso de autoridade e tortura praticados por agentes policiais – alegando-se óbices para a regular identificação dos agressores e a efetiva confirmação das denúncias no curso das investigações –, verifica-se que, do ponto de vista estatístico, o acervo da PJ pode ser considerado relativamente baixo, uma vez que a movimentação mensal de feitos não excedeu, em nenhum dos últimos 12 meses, o total de 25 feitos que receberam manifestação ministerial, englobando os de natureza cível e criminal. Além disso, merece registro o fato de que existem apenas 02 PICs e 05 ACPs de Improbidade Administrativa em andamento na PJ inspecionada, tendo sido oferecidas 04 denúncias e propostas 02 ACPs de Improbidade Administrativa nos últimos 12 meses. Além disso, ao menos na visão desta equipe de inspeção, os números acima apresentados devem ser cotejados com os elevados números de crimes praticados no Estado, as atuais situações do sistema prisional e as recorrentes notícias do envolvimento de agentes policiais na prática de infrações penais;

2) De igual forma, verificou-se não contar o órgão de execução com quadro de apoio condizente – apenas uma assessora jurídica se encontra em atuação, não havendo técnico ministerial lotado no órgão –, como também não se verificou a presença de rotinas administrativas eficientes para o controle estatístico de feitos e demais atividades desempenhadas no âmbito da PJ inspecionada, notadamente no que se refere ao controle estatístico de feitos e atendimento ao público;

3) Por fim, nos feitos que foram submetidos à análise física da equipe de inspeção verificou-se que não há observância de prazos regulamentares e nem a adoção das espécies adequadas de procedimentos de acordo com a natureza da informação que é levada ao conhecimento do órgão ministerial.



**13.45.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, acerca do suposto desconhecimento do membro inspecionado em relação à rotina administrativa da unidade ministerial, informou que, primeiramente, o SIMP foi implementado em todas as Promotorias da Capital, em meados de Agosto de 2014, sendo certo que, o treinamento do referido sistema foi destinado SOMENTE aos servidores efetivos e assessores de Promotores de Justiça, tendo em vista que faz parte da função destes movimentar e atualizar essa ferramenta, não havendo necessidade deste Representante Ministerial interferir e atuar juntamente nesta função, por se tratar de tarefa meramente burocrático. Quanto às informações acerca da produtividade do órgão, nos últimos 12 meses, esclareceu que a postura por ele adotada é pautada pela interlocução constante entre os órgãos que estão sob o controle externo, promovendo o diálogo e a troca de informações e consequentemente obtendo resultados positivos, a exemplo de operações constates com a Polícia Militar, Polícia Civil, Blitz Urbana, SMTT, SEMA e SEMMAN, entre outros, a exemplo da Operação Manzuá, Operação Silêncio, Operação Praia Segura, entre outras. Portanto, após essa primeira abordagem e tentativa de resolução, quando não atingido o objetivo almejado, é que se utiliza de outros mecanismos mais rígidos, quais sejam, ações judiciais de natureza cível e criminal, o que pode ser comprovado com a Ação Civil Pública intentada contra a então Delegada Geral de Polícia, Cristina Menezes e Delegados e policiais civis. Alia-se a isso, a instauração, em 03 de fevereiro de 2015, do Inquérito Civil Público nº 01/2015, com o escopo de apurar a suposta conduta de Improbidade Administrativa de representantes de Órgãos Públicos, em razão das irregularidades na expedição de licenças e falta de fiscalização para a realização de shows e eventos em locais públicos, ocupação irregular de calçadas, praças e ambientes públicos por vendedores ambulantes, quiosques, barracas e academias de ginástica e, finalmente, sobre a falta de fiscalização para cumprimento da Lei Municipal nº 200/2009, que trata do horário de funcionamento de bares, restaurantes e casas noturnas, na área compreendida entre a Avenida Litorânea, Ponta D'areia, Lagoa da Jansen e Centro Histórico. Nesse sentido, enfatizou que tem adotado a medida acima mencionada, haja vista ter sido concretizada parceria com os Órgãos envolvidos no referido Inquérito Civil, que implicou na realização de reuniões periódicas para ajustes e operações conjuntas, com o objetivo de sanar e extinguir as possíveis condutas ímprobas e, por fim, tendo como resultado expressivo, o êxito nas operações de redução de violência e reorganização urbana, o que pode ser constatado através das estatísticas do CIOPs. Essas ações exitosas devem ser estendidas a outras áreas da cidade, após consolidação do trabalho nos setores ora monitorados. Por essa razão, entende que não há que se falar em baixa produtividade tendo apenas como parâmetro o ajuizamento de ações, visto que vários procedimentos são instaurados no intuito de apurar supostas condutas irregulares, entretanto, quando não é possível no decorrer das investigações, a constatação da existência destas, ocorre consequente o pedido de arquivamento, visto a ausência de autoria e/ ou materialidade comprovadas. Quanto as informações relativas ao andamento dos Procedimentos da Promotoria, informou que anexou lista atualizada com datas de protocolo, autuação e última movimentação, porém não foram enviadas à Corregedoria Nacional. Por fim, aduziu que, nas observações realizadas pelo CNMP, percebe-se que as anotações repassadas pela equipe de inspeção, data vênua, não procedem, sendo ainda injustas por não serem cristalinas e fugirem da realidade deste Órgão. Na verdade, entende que o relatório é autoexplicativo quando aponta que o quadro de apoio desta Promotoria de Justiça é composto apenas por 01 (uma) assessora ministerial e, eventualmente 1 (uma) estagiária, inexistindo, qualquer apoio de servidores do quadro (analista ou técnico ministerial) o que, prejudica uma prestação de serviço satisfatória desta Promotoria Especializada. Não bastasse isso, nos últimos anos, esteve, seguidamente, respondendo pela 25ª Promotoria de Justiça Especializada, desde o afastamento do seu titular, sem qualquer estrutura física e de pessoal, situação esta somente corrigida somente no dia 14.08.2012, quando foi nomeada a assessora LUMA OLIVEIRA DOS REIS. Evidenciou importante mencionar que não há uma linha no Relatório que se refira as contantes inspeções realizadas na Delegacias de Polícia da Capital, o que resultou num avanço expressivo da produtividade de inquéritos policiais e na organização interna dos Distritos Policiais, fato este que pode ser comprovado numa simples visita à Central de Inquéritos ou a uma das unidades da DPC.

**13.45.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o controle do exercício do Magistério por parte dos membros está a cargo da Corregedoria Geral, e qualquer notícia ou comunicação acerca da matéria, estas informações são apuradas mediante processo administrativo pela PGJ e Corregedoria Geral, tendo os membros total ciência do cumprimento da Resolução do CNMP que disciplina a matéria.

13.46. 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	<p>O controle externo da atividade policial na Comarca de São Luís é atualmente exercido por três PJs especializadas, a saber, as 23a, 24a e 25a Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial. A Resolução nº 019/2013 – CPMP/MPMA é o ato normativo que regula a atribuição das PJs de CEAP em atuação na Capital, atualmente com 34 Distritos Policiais, além das Unidades Especializadas. De acordo com o referido ato normativo, a atribuição das PJs do CEAP está adstrita à "atuação nas representações, inquéritos e demais peças de informação em casos de abuso de autoridade e tortura, conforme distribuição, promovendo-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações judiciais, inclusive as civis por improbidade administrativa correlata ao ato policial praticado". Conforme esclarecimentos prestados pelo PJ inspecionado, todos os demais feitos envolvendo crimes praticados por policiais são encaminhados, de acordo com a natureza, para as PJs Criminais ou para a PJ da Auditoria Militar. Atualmente, a divisão interna dos trabalhos entre os órgãos de execução que atuam no CEAP da Capital se efetua da seguinte forma: os Distritos Policiais de numeração final ímpar ficam a cargo da 23a PJ do CEAP; os de final par, com a 24a PJ e os Distritos Policiais Especializados, com a 25a PJ do CEAP. Ainda em relação às atribuições das Promotorias de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial, foi informado pelo membro inspecionado que levaram ao conhecimento do CNMP, em expediente firmado pelos Drs. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães e José Cláudio Almada Lima Cabral Marques – titulares, respectivamente, das 23a e 24a Promotorias de Justiça do CEAP –, a questão envolvendo o alcance da expressão "atividade policial", definidora da área de atuação de tais órgãos ministeriais. Conforme relatado, o atual entendimento por eles esposado seria o de que tal expressão englobaria, apenas, as polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e o Corpo de Bombeiros, delas sendo excluídas os agentes penitenciários, agentes de trânsito, guardas municipais, agentes de postura etc. No entanto, em sucessivos conflitos negativos suscitados, a Chefia Institucional tem se posicionado no sentido de que a atribuição das PJs do CEAP deve ser entendida no sentido mais amplo da expressão, abrangendo todos os órgãos acima listados. Por tal razão, decidiram submeter a questão ao crivo do CNMP, conforme requerimento cujas cópias seguem em anexo, estando ainda o feito, pendente de decisão por parte de tal órgão colegiado.</p>
Atribuições extrajudiciais? As PJs do CEAP detêm atribuições extrajudiciais na área do Controle Externo da Atividade Policial, podendo instaurar procedimentos investigatórios, tomando as medidas judiciais cabíveis, tanto na seara criminal quanto na cível.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim. Possuem atribuição para efetuar a responsabilização de agentes policiais pela prática de atos de improbidade administrativa.	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, conforme informações acima.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Área de atuação específica da PJ inspecionada.	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.	
TITULAR	Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu órgão inspecionado em setembro/2009; reside na comarca de lotação; não participa no momento de cursos de aperfeiçoamento, embora possua doutorados nas áreas de Direito Penal e Criminologia, respectivamente, pela Universidade Federal de Pernambuco, concluído em 2004, e pela Universidade Federal de Santa Catarina, concluído em 2006; exerce o magistério, sendo Licenciado da UFMA e nas entidades privadas UNICEUMA e FACEMA, nas quais somente exerce as funções de professor pesquisador, coordenando núcleos de pesquisas e orientando os alunos de tais instituições, com carga horária de 4h semanais em cada uma das referidas instituições, não exercendo cargo administrativo em nenhuma delas; não exerce a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar, sem sofrer sanção; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (junho e julho/2014); cumpre expediente, de segunda a sexta, das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

Atendimento ao público	O Promotor de Justiça entrevistado afirmou não existir sistemática diferenciada para o atendimento ao público no âmbito das PJs do CEAP. Segundo informado, o atendimento a qualquer interessado que se dirija ao órgão ministerial é realizado, inicialmente, por intermédio de uma triagem efetuada na recepção do prédio principal, efetuando-se o encaminhamento para as PJs do CEAP. Na secretaria das respectivas PJs existe um controle interno para a realização de distribuição equitativa dos atendimentos entre as três PJs. O mesmo controle, segundo esclarecido pela assessora em atuação no órgão inspecionada, também é utilizado para a distribuição dos ofícios recebidos nas PJs do CEAP, seguindo-se a regra da distribuição equitativa, a qual é afastada, apenas, quando se trata de assunto já previamente distribuído a uma das PJs, oportunidade na qual se adota a distribuição por conexão.											
Estrutura de Pessoal	01 assessora de Promotoria de Justiça (CC) e uma estagiária forense, a qual é compartilhada pelas três PJs do CEAP											
Estrutura física	As PJs do CEAP encontram-se atualmente instaladas num prédio locado, onde antigamente funcionava um hotel, o qual abriga grande parte das PJs da Capital. A PJ inspecionada dispõe de um gabinete para o Promotor de Justiça e uma sala para a secretaria, devidamente munidas de mobiliário e equipamentos de informática condizentes.											
Sistema de Arquivo	Sistema manual (pastas), com o devido registro de andamento no SIMP.											
Sistema de Registro	Todo o registro de andamento de feitos é atualmente realizado por intermédio do SIMP, havendo pastas de ofícios recebidos/expedidos, entrada e saída de feitos judiciais, além de livros de registro de instauração de ics, pps e pics.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe sistemática diferenciada para a destinação dos recursos oriundos de TACs, salientando que a atribuição cível da PJ inspecionada está adstrita à área de improbidade administrativa.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): As demandas criminais ajuizadas são distribuídas perante as Varas Criminais da Capitais, por livre distribuição, à exceção dos feitos cautelares, que são distribuídos na Central de Inquéritos (Vara Judicial). Em relação aos feitos de natureza cível, a distribuição é realizada para as Varas de Fazenda Pública da Capital.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Não existe sistemática de controle administrativo no âmbito da PJ inspecionada que permita a verificação do número de feitos judiciais, de naturezas cível e criminal, atrelados a este órgão de execução. Foi esclarecido que existem apenas pastas nas quais são anexadas cópias das denúncias oferecidas e das ACPs de improbidade administrativa ajuizadas, não havendo como ser informado, no entanto, quantas atualmente se encontram em andamento.												
Obs.: Conforme igualmente afirmado pelo PJ em atuação na 23a PJ do CEAP, o Promotor de Justiça inspecionado afirmou que diversas denúncias da Secretaria de Direitos Humanos - SDH são recebidas pelas PJs do CEAP, na maioria das vezes, por intermédio de ofícios recebidos pelo protocolo geral e registrados no SIMP ou encaminhados por outros órgãos em atuação no Estado, tais como a Defensoria Pública, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Vara de Execuções Penais. Normalmente, tais denúncias se referem ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, envolvendo-se todas as unidades prisionais que o compõem. No entanto, relata que tais notícias são apresentadas, via de regra, com informações bastante genéricas, sem a presença de elementos mínimos que possam subsidiar a deflagração de investigações cíveis ou criminais. Atualmente, segundo esclarecido, tem sido adotada a providência de se oficiar ao órgão remetente para o envio de maiores dados acerca dos fatos noticiados, de maneira que se possa fundamentar eventual tomada de decisão por parte do Ministério Público. Da análise física de algumas destas denúncias, verificou-se que as informações apresentadas são realmente apresentadas, por vezes, de forma genérica ou quando informados dados das supostas vítimas/agressores, estes são insuficientes para a regular identificação das pessoas envolvidas e a eficiente elucidação dos fatos noticiados.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Impulsionados no mês	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês atual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Audiências judiciais/sessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	1	2	16	4	4	4	-	7	2	-	3	-
TAC firmado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Execução de TAC proposta	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5	-
Termos de Depoimento	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	5	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	9
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	12
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	5
	Em tramitação há mais de 180 dias:	7
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.		
Obs.: Nas ações de natureza Cível, esta Promotoria de Justiça atua somente nas matérias relativas a Improbidade Administrativa (Tortura e Abuso de Autoridade).		
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)		

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	1	4	2	-	-	-	6	4	2	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	1	4	2	-	-	-	6	4	2	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	6	-	2	6	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										09		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									17		
	Estabelecimentos prisionais:									-		
	Centros de internamentos provisórios:									-		
Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.												

Obs.: Indagado acerca do fato de não haver nenhum PIC instaurado na PJ, o membro inspecionado afirmou que, via de regra, utiliza as próprias investigações realizadas no curso dos PP e, quando reunidas as informações necessárias, deflagram as respectivas ações penais.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Necessidade de uma maior estruturação das Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial; 2) Audiências públicas.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Ocorreu quando da realização da “Operação Manzuá”.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PP	75/2013	26/11/2013	Procedimento Preparatório Preliminar para apurar abuso de autoridade por policiais militares e civis contra Rosangela Maria Costa e Dessiré Correia Ramos. Sem manifestação no período de 11/02/2014 a 03/09/2014. Aguarda diligências desde 02/10/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR..
PP	55/2013	25/07/2013	Procedimento Preparatório Preliminar instaurado para apurar abuso de autoridade contra Albino Tarragona dos Santos. Dirimido conflito de atribuições, em 05/02/2014 foi requisitada sindicância. Sem movimentação de 05/02/2014 a 03/09/2014. Última movimentação em 07/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR. RIET.
PP	78/2013	06/12/2013	Procedimento Preparatório Preliminar instaurado em 06/12/2013 para apurar abuso de autoridade por policiais militares contra Sebastião Félix Costa Neto. Primeiro ato decisório, depois da portaria de instauração, ocorreu em 18/08/2014, com requisição de instauração de sindicância. Ofício de requisição de informações em 07/11/2014. Última movimentação em 01/12/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PP	58/2013	14/08/2013	PPP instaurado para apurar ato de improbidade administrativo contra o Diretor do IML. Sem manifestação no período de 13/12/2013 a 22/10/2014. Última manifestação em 28/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	08/2012	23/03/2012	PPP instaurado para apurar improbidade administrativa contra o Delegado do DECOP, por não investigação de fato registrado por Guiordany Pereira Pavaão. Sem manifestação nos períodos de 08/10/2012 a 28/01/2013 e de 10/02/2014 a 04/09/2014. Última movimentação em 17/11/2014. Obs. Não há controle dos prazos fixados nos ofícios. SITUAÇÃO IRREGULAR. RIET.
PPP	48/2012	04/12/2012	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade figurando como vítima Wenerson Sobrinho Espectação. Diligência requisitada em 17/05/2013. Resposta de ofício em 30/08/2013 e manifestação em 11/02/2014. Sem manifestação nos períodos de 20/02/2014 a 02/09/2014 e de 24/09/2014 a 06/11/2014. Último registro em 11/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	46/2014	26/08/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade por policiais militares contra detentos do Centro de Detenção Provisória. Notícia através do Disque 100. Requisitada sindicância em 27/08/2014, com pedido de informações em 07/11/2014. Último registro de movimentação em 26/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.



PPP	44/2014	26/08/2014	PPP instaurado para apurar improbidade administrativa contra Delegado da Delegacia de Cohatrac. Ofício requisitando sindicância em 27/08/2014, com requisição de informações em 07/11/2014. Último registro de movimentação em 20/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	03/2014	07/03/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade por policiais militares contra detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Requisição de sindicância em 14/02/2014. Sem manifestação de 07/03/2014 até 06/10/2014. Ofício com requisição de informações em 07/11/2014. Último registro de informação em 14/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	07/2014	17/02/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade por policiais militares contra detentos. Despacho de 24/04/2014, com ofício de requisição de sindicância em 28/08/2014, com requisição de informações em 07/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	54/2014	20/08/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade por policial civil contra Benedito Alves. De 29/08/2014 até a presente data não houve manifestação. SITUAÇÃO RREGULAR.
PPP	39/2014	21/08/2014	PPP instaurado para apurar abuso de autoridade contra Márcia Rayany Costa Lavrador. Depois da instauração, só houve movimentação e manifestação em 03/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PPP	52/2014	22/09/2014	PPP instaurado para apurar improbidade administrativa contra o Ten. Santana por liberação irregular de veículo. Sem movimentação desde a instauração da portaria. SITUAÇÃO IRREGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

1) A despeito das ponderações apresentadas pelo Promotor de Justiça inspecionado quanto às dificuldades enfrentadas para a apuração dos crimes de abuso de autoridade e tortura praticados por agentes policiais – alegando-se óbices para a regular identificação dos agressores e a efetiva confirmação das denúncias no curso das investigações –, verifica-se que, do ponto de vista estatístico, o acervo da PJ pode ser considerado relativamente baixo, uma vez que a movimentação mensal de feitos não excedeu, em nenhum dos últimos 12 meses, o total de 25 feitos que receberam manifestação ministerial, englobando os de natureza cível e criminal. Além disso, merece registro o fato de que existem apenas 09 ACPs de Improbidade Administrativa em andamento na PJ inspecionada e nenhum PIC, não tendo sido oferecida nenhuma denúncia e propostas apenas 04 ACPs de Improbidade Administrativa nos últimos 12 meses. Além disso, ao menos na visão desta equipe de inspeção, os números acima apresentados devem ser cotejados com os elevados números de crimes praticados no Estado, as atuais situações do sistema prisional e as recorrentes notícias do envolvimento de agentes policiais na prática de infrações penais. 2) De igual forma, verificou-se não contar o órgão de execução com quadro de apoio condizente – apenas uma assessora jurídica se encontra em atuação, não havendo técnico ministerial lotado no órgão –, como também não se verificou a presença de rotinas administrativas eficientes para o controle estatístico de feitos e demais atividades desempenhadas no âmbito da PJ inspecionada, notadamente no que se refere ao controle estatístico de feitos e atendimento ao público. 3) Por fim, nos feitos que foram submetidos à análise física da equipe de inspeção verificou-se que não há observância de prazos regulamentares e nem a adoção das espécies adequadas de procedimentos de acordo com a natureza da informação que é levada ao conhecimento do órgão ministerial.

**13.46.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Cláudio Alberto Gabriel Guimarães, em sua manifestação, esclareceu que sua postura é pautada pela interlocução constante entre os órgãos que estão sob o controle externo, promovendo o diálogo e a troca de informações e consequentemente obtendo resultados positivos, a exemplo de operações constates com a Polícia Militar, Polícia Civil, Blitz Urbana, SMTT, SEMA e SEMMAN, entre outros, a exemplo da Operação Manzuá, Operação Silêncio, Operação Praia Segura, entre outras. Portanto, após essa primeira abordagem e tentativa de resolução, quando não atingido o objetivo almejado, é que se utiliza de outros mecanismos mais rígidos, quais sejam, ações judiciais de natureza cível e criminal, o que pode ser comprovado com a Ação Civil Pública intentada contra o Perito Criminal e então Diretor do Instituto de Criminalista do Maranhão, Carlos Henrique Roxo de Abreu e o Delegado de Polícia Civil, Valter Vanderley. Alia-se a isso, a instauração, em 03 de fevereiro de 2015, do Inquérito Civil Público nº 01/2015, através de Portaria Conjunta nº 01/2015, com o Promotor de Justiça da 1ª PJCEAP – José Cláudio Cabral Marques – com o escopo de apurar a suposta conduta

de Improbidade Administrativa de representantes de Órgãos Públicos, em razão das irregularidades na expedição de licenças e falta de fiscalização para a realização de shows e eventos em locais públicos, ocupação irregular de calçadas, praças e ambientes públicos por vendedores ambulantes, quiosques, barracas e academias de ginástica e, finalmente, sobre a falta de fiscalização para cumprimento da Lei Municipal nº 200/2009, que trata do horário de funcionamento de bares, restaurantes e casas noturnas, na área compreendida entre a Avenida Litorânea, Ponta D'areia, Lagoa da Jansen e Centro Histórico. Nesse sentido, enfatizou que tem adotado a medida acima mencionada, haja vista ter sido concretizada parceria com os Órgãos envolvidos no referido Inquérito Civil, que implicou na realização de reuniões periódicas para ajustes e operações conjuntas, com o objetivo de sanar e extinguir as possíveis condutas ímprobas e, por fim, tendo como resultado expressivo, o êxito nas operações de redução de violência e reorganização urbana, o que pode ser constatado através das estatísticas do CIOPs. Esclareceu que essas ações exitosas devem ser estendidas a outras áreas da cidade, após consolidação do trabalho nos setores ora monitorados. Por essa razão, entende que não há que se falar em baixa produtividade tendo apenas como parâmetro o ajuizamento de ações, visto que vários procedimentos são instaurados no intuito de apurar supostas condutas irregulares, entretanto, quando não é possível no decorrer das investigações, a constatação da existência destas, ocorre o consequente pedido de arquivamento, visto a ausência de autoria e/ ou materialidade comprovadas. Por fim, nas observações realizadas pelo CNMP, percebe-se que as anotações repassadas pela equipe de inspeção, data vênua, não procedem, sendo ainda injustas por não serem cristalinas e fugirem da realidade deste Órgão. Na verdade, entende que o relatório é autoexplicativo, quando aponta que o quadro de apoio desta Promotoria de Justiça é composto apenas por 01 (uma) assessora ministerial e, eventualmente 1 (uma) estagiária, inexistindo, qualquer apoio de servidores do quadro (analista ou técnico ministerial) o que, prejudica uma prestação de serviço satisfatória desta Promotoria Especializada. Enfatizou que não há uma linha no Relatório que se refira as contantes inspeções realizadas na Delegacias de Polícia da Capital, o que resultou num avanço expressivo da produtividade de inquéritos policiais e na organização interna dos Distritos Policiais, fato este que pode ser comprovado numa simples visita à Central de Inquéritos ou a uma das unidades da DPC.

**13.47. 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL**

**ATRIBUIÇÕES**  
(Ato normativo)

O controle externo da atividade policial na Comarca de São Luís é atualmente exercido por três PJs especializadas, a saber, as 23a, 24a e 25a Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial. A Resolução nº 019/2013 - CPMP/MPMA é o ato normativo que regula a atribuição das PJs de CEAP em atuação na Capital, atualmente com 34 Distritos Policiais, além das Unidades Especializadas. De acordo com o referido ato normativo, a atribuição das PJs do CEAP está adstrita à "atuação nas representações, inquéritos e demais peças de informação em casos de abuso de autoridade e tortura, conforme distribuição, promovendo-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações judiciais, inclusive as civis por improbidade administrativa correlata ao ato policial praticado". Conforme esclarecimentos prestados pelo PJ inspecionado, todos os demais feitos envolvendo crimes praticados por policiais são encaminhados, de acordo com a natureza, para as PJs Criminais ou para a PJ da Auditoria Militar. Atualmente, a divisão interna dos trabalhos entre os órgãos de execução que atuam no CEAP da Capital se efetua da seguinte forma: os Distritos Policiais de numeração final ímpar ficam a cargo da 23a PJ do CEAP; os de final par, com a 24a PJ e os Distritos Policiais Especializados, com a 25a PJ do CEAP. Ainda em relação às atribuições das Promotorias de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial, foi informado pelo membro inspecionado que levaram ao conhecimento do CNMP, em expediente firmado pelos Drs. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães e José Cláudio Almada Lima Cabral Marques – titulares, respectivamente, das 23a e 24a Promotorias de Justiça do CEAP –, a questão envolvendo o alcance da expressão "atividade policial", definidora da área de atuação de tais órgãos ministeriais. Conforme relatado, o atual entendimento por eles esposado seria o de que tal expressão englobaria, apenas, as polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e o Corpo de Bombeiros, delas sendo excluídas os agentes penitenciários, agentes de trânsito, guardas municipais, agentes de postura etc. No entanto, em sucessivos conflitos negativos suscitados, a Chefia Institucional tem se posicionado no sentido de que a atribuição das PJs do CEAP deve ser entendida no sentido mais amplo da expressão, abrangendo todos os órgãos acima listados. Por tal razão, decidiram submeter a questão ao crivo do CNMP, conforme requerimento cujas cópias seguem em anexo, estando ainda o feito, pendente de decisão por parte de tal órgão colegiado.

Atribuições extrajudiciais? As PJs do CEAP detêm atribuições extrajudiciais na área do Controle Externo da Atividade Policial, podendo instaurar procedimentos investigatórios, tomando as medidas judiciais cabíveis, tanto na seara criminal quanto na cível.

Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim. Possuiem atribuição para efetuar a responsabilização de agentes policiais pela prática de atos de improbidade administrativa.													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, conforme informações acima.													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Área de atuação específica da PJ inspecionada.													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.													
TITULAR		Lana Cristina Barros Pessoa											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu órgão inspecionado em 09/07/2014; reside na comarca de lotação; não participa no momento de cursos de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 18ª PJ Especializada (Saúde), além de exercer as funções de Conselheira do Conselho Deliberativo do PROVITA e do Conselho Estadual de Direitos Humanos e, ainda, integrar o CAOP de Direitos Humanos; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (40 dias de 01/01 a 10/02/2014); cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		A Promotora de Justiça entrevistada afirmou inexistir sistemática diferenciada para o atendimento ao público no âmbito das PJs do CEAP. Segundo informado, o atendimento a qualquer interessado que se dirija ao órgão ministerial é realizado, inicialmente, por intermédio de uma triagem efetuada na recepção do prédio principal, efetuando-se o encaminhamento para as PJs do CEAP. Na secretaria das respectivas PJs existe um controle interno para a realização de distribuição equitativa dos atendimentos entre as três PJs.											
Estrutura de Pessoal		01 assessora de Promotoria de Justiça (CC), que se encontrava no gozo de férias. Durante a visita de inspeção, a PJ inspecionada afirmou que era ela própria quem fazia as funções de servidor da secretaria, em que pese tivesse apresentado pleito à Chefia para designação de servidor durante as férias de sua assessora, porém este não foi atendido. Esclareceu, ainda, que a estagiária forense é compartilhada apenas pelas outras 2 PJs do CEAP.											
Estrutura física		As PJs do CEAP encontram-se atualmente instaladas num prédio locado, onde antigamente funcionava um hotel, o qual comporta grande parte das PJs da Capital. A PJ inspecionada dispõe de um gabinete para o Promotor de Justiça que é compartilhado com a secretaria, munida de mobiliário e equipamentos de informática condizentes.											
Sistema de Arquivo		Sistema manual (pastas), com o devido registro de andamento no SIMP.											
Sistema de Registro		Todo o registro de andamento de feitos atualmente é efetuado pelo SIMP, havendo pastas de ofícios recebidos/expedidos, entrada e saída de feitos judiciais, além de livros de registro de instauração de ICs, PPs e PICs.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe sistemática diferenciada para destinação dos recursos oriundos de TACs, salientando que a atribuição cível da PJ inspecionada está adstrita à área de improbidade administrativa.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): As demandas criminais ajuizadas são distribuídas perante as Varas Criminais da Capitais, por livre distribuição, à exceção dos feitos cautelares, que são distribuídos na Central de Inquéritos (Vara Judicial). Em relação aos feitos de natureza cível, a distribuição é realizada para as Varas de Fazenda Pública da Capital.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Não existe sistemática de controle administrativo no âmbito da PJ inspecionada que permita a verificação do número de feitos judiciais, de naturezas cível e criminal, atrelados a este órgão de execução. Foi esclarecido que existem apenas pastas nas quais são anexadas cópias das denúncias oferecidas e das ACPs de improbidade administrativa ajuizadas, não havendo como ser informado, no entanto, quantas atualmente se encontram em andamento.													
Obs.: Conforme igualmente afirmado pelos demais PJs do CEAP, a Promotora de Justiça inspecionada afirmou que diversas denúncias da Secretaria de Direitos Humanos - SDH são recebidas pelas PJs do CEAP, na maioria das vezes, por intermédio de ofícios recebidos pelo protocolo geral e registrados no SIMP ou encaminhados por outros órgãos em atuação no Estado, tais como a Defensoria Pública, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e a Vara de Execuções Penais. Normalmente, tais denúncias se referem ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, envolvendo-se todas as unidades prisionais que o compõem. No entanto, relata que tais notícias são apresentadas, via de regra, com informações bastante genéricas, sem a presença de elementos mínimos que possam subsidiar a deflagração de investigações cíveis ou criminais. Atualmente, segundo esclarecido, tem sido adotada a providência de se oficiar ao órgão remetente para o envio de maiores dados acerca dos fatos noticiados, de maneira que se possa fundamentar eventual tomada de decisão por parte do Ministério Público.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo do mês atual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências judiciais/sessões	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5	6	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	0	0	5	10	15
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	8	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	3	0	2	8	3
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	3	0	2	8	3
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	1	0	2	3	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									0 (não soube informar quantas constam em andamento, não ajuizou nenhuma no período em que atua no órgão e nem se manifestou em ACP no mesmo período)		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									6*		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									10*		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									0		

Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;								23**			
				Em tramitação há mais de 90 dias;								0			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:														0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:														0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:														1	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):														Prejudicado	
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:								01			
				Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado			
				Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado			
				Outras unidades de atendimento:								Prejudicado			
				Estabelecimentos de idosos:								Prejudicado			
				Estabelecimentos de deficientes:								Prejudicado			
				Estabelecimentos de Saúde:								Prejudicado			
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:								Prejudicado			
				Fundações:								Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.															
Obs.: *As NFs já se encontravam despachadas, com portarias de instauração de PIC ou PA. Porém, ainda não tinham sido registradas e autuadas diante da ausência de servidor no órgão. **A PJ inspecionada afirmou que quando assumiu o órgão, constavam inúmeros PPs em curso, sem portaria e que englobavam questões de natureza cível e criminal. No entanto, desde então, tem promovido a adequação de tais procedimentos, instaurando PA para os de natureza cível e PIC para os de natureza criminal, sem prejuízo daqueles que foram devidamente arquivados, também de acordo com a natureza, perante o CSMP e o respectivo órgão judicial.															
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)															
PERÍODO			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:			-	-	-	-	-	-	-	0	8	3	17	3	
Sessões do Tribunal do Júri			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termos Circunstanciados distribuídos			-	-	-	-	-	-	-	10	9	15	5	-	
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamentos de IP/PIC			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Denúncias oferecidas			-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	1	-	
Número de interceptações telefônicas iniciadas			-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	0	-	
Atendimento ao público			-	-	-	-	-	-	-	1	0	2	1	-	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO															
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:								0			
				Com vista há mais de 6 meses:								0			
				Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:								0			
				Com vista há mais de 6 meses:								0			
				Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:								N/A			
				Com vista há mais de 6 meses:								N/A			
				Com vista há mais de 12 meses:								N/A			

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	N/A
	Com vista há mais de 6 meses:	N/A
	Com vista há mais de 12 meses:	N/A
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	27
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	N/A
	Com vista há mais de 6 meses:	N/A
	Com vista há mais de 12 meses:	N/A
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		09
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	18 (porém apenas 01 realizada pela PJ inspecionada)
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item "atribuições do órgão".

Obs.: Indagado acerca do fato de não haver nenhum PIC instaurado na PJ, o membro inspecionado afirmou que, via de regra, utiliza as próprias investigações realizadas no curso dos PP e, quando reunidas as informações necessárias, deflagram as respectivas ações penais.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Todos os feitos que foram objeto de análise física durante a visita de inspeção encontravam-se devidamente regulares (vide observações acima), salientando a questão relativa às nomenclaturas das naturezas dos feitos investigatórios de natureza cível, uma vez que a PJ inspecionada utilizou a modalidade PA para todos os casos, ao invés de PP ou IC, de acordo com as informações contidas nas respectivas investigações (vide observação abaixo apresentada pela equipe de inspeção).

#### OBSERVAÇÕES

1) A despeito da constatada baixa produtividade do órgão, uma vez que de acordo com os dados estatísticos apenas 01 denúncia foi oferecida e 01 ACP ajuizada desde julho do corrente ano até a presente data, deve ser levada em consideração o fato de a PJ inspecionada ter assumido recentemente o órgão (em 09/07/2014), procurando regularizar a tramitação dos feitos e dar o devido andamento às investigações em curso, tendo, por exemplo, dado andamento a NFs que se encontravam sem tramitação, com a instauração de 27 PICs na PJ (vide demais observações abaixo). 2) Por outro lado, verifica-se que o órgão ministerial não dispõe de quadro de apoio condizente - apenas uma assessora jurídica se encontra em atuação, a qual se encontrava no gozo de férias quando da inspeção -, não contando com nenhum técnico ministerial para o exercício das atividades administrativas, devendo ser ressaltado que a PJ afirmou que, no mês da inspeção, estaria ela própria tendo de realizar todas as atividades administrativas do órgão. 3) A PJ inspecionada apresentou à equipe de inspeção a questão relacionada ao horário de expediente administrativa atualmente fixado no âmbito das Promotorias de Justiça do MPMA. De acordo com o relatado, o atual horário (das 08 às 14h), tem se mostrado inadequado no dia a dia, uma vez que restringe o acesso do público e demais interessados, bem como dificuldade o regular funcionamento dos órgãos ministeriais. Além disso, informou que costumeiramente servidores e membros adotam a prática de efetuarem uma "pausa" para o almoço, que normalmente se dá das 12 às 14h, restringindo o efetivo horário de funcionamento a poucas horas por dia. Por outro lado, o horário estabelecido pelo MPMA encontra-se em dissonância com o horário utilizado pelo TJMA (até às 18h), o que causa inúmeros inconvenientes ao regular desempenho das atividades ministeriais. Neste sentido, relatou que inúmeras vezes, quando precisam retornar às PJs após, por exemplo, a realização de atos judiciais na parte da tarde, não dispõem de nenhum suporte da estrutura de apoio - pois já encerrado o expediente - e têm de entregar os feitos judiciais que serão enviados em devolução na mesma data até, no máximo, às 13h30min, caso contrário, o envio se efetiva somente no dia útil subsequente. 4) Por fim, nos feitos que foram submetidos à análise física da equipe de inspeção, verificou-se que existiam em curso na PJ 25 PAs, os quais, na verdade, caracterizavam-se como verdadeiras investigações de natureza cível que deveriam estar sendo realizadas por intermédio de PPs ou ICs, nos moldes da Resolução 23 do CNMP. A PJ inspecionada relatou que, ao assumir o órgão de execução, encontrou inúmeras peças de informação/representações em curso na PJ atuadas como NF sem o regular andamento durante elevado período de tempo. Assim, procurou tomar as devidas providências, arquivando aquelas que não mereciam continuidade, perante o CSMP, as que tinham natureza cível e, perante o Órgão Judicial respectivo, as de natureza criminal. De igual forma, nos casos em que vislumbrou a necessidade da continuidade das investigações, instaurou PICs para as questões criminais e PAs para todas as demais de natureza cível, independente da consistência das informações contidas nas investigações, não efetuando qualquer diferenciação para os casos que deveriam ser objeto de procedimento preparatório ou inquérito civil, fato que, no entender desta equipe de inspeção, mereceria regularização. 5) Não foram apresentadas experiências inovadoras nem sugestões pelo membro inspecionado.



**13.47.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotora de Justiça Lana Cristina Barros Pessoa, primeiramente, informou que foi removida para o órgão em julho de 2014 e, estando em gozo de licença especial, desempenhou, de fato, suas funções a partir de setembro de 2014. Quanto a produtividade criminal, prestou as seguintes informações: denúncia – 3, recurso de apelação – 1, alegações finais – 1, manifestações – 16, audiências judiciais – 17 e ciência de sentença – 10. Em relação aos procedimentos extrajudiciais: PP – 20, IC – 16, PIC 51 e PA 06. Esclareceu que existiam vários Procedimentos na Promotoria com a nomenclatura PAP – Procedimento Administrativo preparatório, que foram transformados em PA – Procedimento Administrativo, PP – Procedimento Preparatório e IC – Inquérito Civil e, quando se tratava de matéria penal, foram transformados em PIC – Procedimento Investigatório Criminal, como sugerido pela equipe de inspeção, tendo sido devidamente regularizados (conforme documentação apresentada à Corregedoria Nacional). Informou que haviam tramitando: 16 inquéritos civis, 20 Procedimentos Preparatórios, 06 Procedimentos Administrativos e 53 Procedimentos Investigatórios Criminais (conforme documentação apresentada à Corregedoria Nacional). Destacou que nos meses de novembro e dezembro/2014 foram realizadas inspeções junto às seguintes Delegacias Especializadas: Turismo, Idoso, Fazendária, Superintendência Especial de Investigação Criminal, Costumes, Acidente de Trânsito, Homicídios, Roubos e Furtos, Meio Ambiente, Adolescente Infrator, Especial da Mulher, Proteção à Criança e ao Adolescente, Defraudações, Consumidor, Polícia Interestadual e IML. Ressaltou que os procedimentos não estavam atualizados, pelo fato de a Promotoria não possuir, à época, nenhum servidor, contando apenas com uma Assessora de Promotor, que se encontrava no gozo de férias no período de 20 de novembro a 19 de dez/2014, portanto, estando a Promotora além das suas funções, exercendo atividades administrativas. Destacou, ainda, que, no período de novembro/dezembro, estava respondendo cumulativamente pela 18ª Promotoria de Justiça Especializada da Saúde.

**13.47.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que os membros designados por força da Lei Complementar n.º 013/91 para compor Conselhos e integrar os CAOPS, são feitos mediante consulta ao membro, que ao aceitar o encargo, é editada Portaria. Desta forma, as indicações são precedidas de consultas aos interessados, não havendo qualquer designação sem a concordância do membro.

13.48. 26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1ª PJ DA ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Cível e criminal na ordem tributária e econômica, especialmente com relação aos crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, cartel, dupping.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	JOSÉ OSMAR ALVES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 29/12/1997; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso “Inteligência e Contrainteligência na Escola de Inteligência do Exército”, no período de 15 a 29/09/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 27ª Promotoria de Justiça Especializada (Ordem Tributária); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão da participação do curso de aperfeiçoamento acima citado; cumpre expediente das 8h30min às 18h.	
Obs.: Existe uma promotoria de justiça de substituição plena, cujo promotor responsável está afastado, razão pela qual não há substituto para exercer as atribuições da 27ª PJ, tendo que acumular os dois cargos, percebendo um acréscimo de 10% (dez por cento) do subsídio. A promotoria especializada no controle externo da atividade policial exerce a atribuição do controle externo perante a Delegacia de Polícia de Defesa do Patrimônio (conhecida como DEFAZ, delegacia fazendária).	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão, de livre nomeação) e 1 secretária (servidor efetivo).

Estrutura física	Prédio alugado desde janeiro de 2014, o qual comporta 120 promotorias da capital. As 26ª e 27ª PJ, localizadas no 2º pavimento, dispõem de dois gabinetes com banheiros privativos, sendo um destinado aos promotores de justiça e o outro a secretaria.											
Sistema de Arquivo	Sim.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? O entrevistado informa que não tem o hábito de realizar TAC, e os recursos decorrentes das transações penais realizadas em juízo são administradas pela própria 8ª Vara Criminal com competência para crimes contra ordem tributária e econômica.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 26ª PJ: 0 cível e 5 criminais; 27ª PJ: 1 cível, 3 criminais (IP).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	5	-
Distribuídos no mês	4	1	7	4	5	2	0	1	4	6	2	-
Impulsionados no mês	4	1	7	4	5	1	0	1	1	5	3	-
Saldo do mês	0	0	0	0	0	1	1	1	4	5	4	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Campos em branco porque não foram fornecidas as informações. Inconsistência na soma aritmética dos meses saldos anteriores e atuais.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	1	0	1	2	2	0	1	2	1	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Campos em branco porque não foram fornecidas as informações.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	1										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	8										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
	Fundações:	Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: A 26ª PJ atua nos processos de final ímpar enquanto a 27ª atua nos processos de final par.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	10	6	11	10	9	15	12	32	3	4	8	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	5	6	17	10	50	33	36	5	32	30	10	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	9	1	18	11	44	18	16	34	31	26	11	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	6	11	10	9	15	12	32	3	4	8	7	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	3	2	1	1	2	2	0	0	2	2	3	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	11	7	1	4	0	0	0	-
Denúncias oferecidas	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	3	0	3	1	0	1	0	0	1	1	3	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: A 26ª PJ atua nos processos de final ímpar enquanto a 27ª atua nos processos de final par.

Obs.: Em razão da matéria, muitas vezes os inquéritos policiais não são devolvidos à Delegacia de Polícia para continuidade das investigações, tendo em vista que a própria promotoria de justiça por meio do convênio de força tarefa obtém junto à Secretaria de Fazenda as informações necessárias, o que justifica a demora no sistema de algum inquérito policial.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu que o Ministério Público deve dar ênfase na defesa da probidade administrativa, do meio ambiente, da educação e no combate ao crime organizado;

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Não há experiência inovadora na área da investigação dos crimes contra a ordem tributária. Porém destaca o convênio de força tarefa realizado entre o MP, o poder judiciário e o poder executivo.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	Sem número	25/08/2014	Despacho de 25/08/14. Expedido ofício em 28/08/14, requisitando informações. Não houve resposta nem reiteração do ofício. Sem impulso há mais de trinta dias. Irregular
Inquérito Civil	01/01/05	04/10/2005	Despacho em 16/10/13 determinando a suspensão por seis meses para juntada de novo relatório de débitos consolidados. Ausente nova análise até o momento. Ausente prorrogação. Irregular
Procedimento Administrativo	495/2006	12/12/2006	Despacho em 28/04/14 determinando a suspensão por 60 dias. Juntados documentos em 29/09/14. Ausente nova análise até o momento.
Procedimento Administrativo	197/2005	18/12/2003	Despacho em 14/02/14 determinando a suspensão por seis meses para juntada de novo relatório de débitos consolidados. Ausente nova análise até o momento. Irregular

Procedimento Administrativo	483/2006	03/10/2006	Despacho em 25/07/07. Somente em 28/03/11 determinada a reiteração de ofício expedido em 09/08/07. Novas reiterações em 11/01/12 e 08/11/13, todos sem data para cumprimento. Desde então, sem impulso. Irregular
Procedimento Administrativo	663/2012	16/02/2012	Despacho em 16/10/13 determinando a suspensão por seis meses para juntada de novo relatório de débitos consolidados. Ausente nova análise até o momento. Irregular
Procedimento Administrativo	121/2005	12/09/2005	Despacho em 16/10/13 suspendendo o feito por seis meses. Até o momento sem nova análise. Irregular

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O membro inspecionado observa que ainda falta ao Ministério Público a decisão política de enfrentar, de maneira organizada e por meio das organizações estaduais, os grandes problemas sociais, que se acham inteiramente relacionadas à má gestão da coisa pública por parte do Estado e dos municípios;
- 2) O Promotor de Justiça inspecionado indica que a Administração Superior deve eleger, a cada ano, um problema (educação, saúde, meio ambiente, etc.) e promover ações conjuntas em todo o Estado, selecionando para tanto os melhores quadros da instituição;
- 3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;
- 4) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 5) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 7) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 8) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 9) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

#### 13.49. 27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 2ª PJ DA ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Cível e criminal na ordem tributária e econômica, especialmente com relação aos crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, cartel, dupping.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	JOSÉ AUGUSTO CUTRIM GOMES (exercício de cargo eletivo AMPPEM)
SUBSTITUIÇÃO	JOSÉ OSMAR ALVES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 10/08/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso "Inteligência e Contrainteligência na Escola de Inteligência do Exército", no período de 15 a 29/09/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 26ª Promotoria de Justiça Especializada (Ordem Tributária); não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão da participação de curso de aperfeiçoamento acima citado; cumpre expediente das 8h30min às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

Atendimento ao público	Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão, de livre nomeação) e 1 secretária (servidor efetivo).											
Estrutura física	Prédio alugado desde janeiro de 2014, o qual comporta 120 promotorias da capital. As 26ª e 27ª PJ, localizadas no 2º pavimento, dispõem de dois gabinetes com banheiros privativos, sendo um destinado aos promotores de justiça e o outro a secretaria.											
Sistema de Arquivo	Sim.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? O entrevistado informa que não tem o hábito de realizar TAC, e os recursos decorrentes das transações penais realizadas em juízo são administradas pela própria 8ª Vara Criminal com competência para crimes contra ordem tributária e econômica.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 26ª PJ: 0 cível e 5 criminais; 27ª PJ: 1 cível, 3 criminais (IP).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	2	1	0	0	0	2	0	4	-
Distribuídos no mês	3	0	3	2	4	0	0	0	3	8	3	-
Impulsionados no mês	3	0	1	3	5	0	0	1	5	4	1	-
Saldo do mês	0	0	2	1	0	0	0	2	0	4	6	-
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Campos em branco porque não foram fornecidas as informações. Inconsistência na soma aritmética dos meses saldos anteriores e atuais.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										2	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	



Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	3										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:	Prejudicado											
Qual o critério de recebimento de feitos: A 26ª PJ atua nos processos de final ímpar enquanto a 27ª atua nos processos de final par.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	9	3	2	6	1	1	2	0	1	6	7	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	4	8	15	5	38	43	45	28	18	23	5	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	10	9	11	10	38	42	47	27	13	22	7	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	3	2	6	1	1	2	0	1	6	7	5	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	2	4	0	3	3	1	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Campos em branco porque não foram fornecidas as informações. Inconsistência na soma aritmética dos meses saldos anteriores e atuais.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: A 26ª PJ atua nos processos de final ímpar enquanto a 27ª atua nos processos de final par.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugere que o Ministério Público deve dar ênfase na defesa da probidade administrativa, do meio ambiente, da educação e no combate ao crime organizado.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
O membro inspecionado entende como experiência inovadora a atuação do Ministério Público nos conflitos agrários e como destaque, a orientação do órgão no sentido de promover a solução dos conflitos por meio da negociação entre as partes.			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Processo Cível	16968/2008	27/06/08	Vista em 10/10/2014 – aguarda parecer conclusivo – fora do prazo processual – irregular
Processo Cível	014249-500/2014	04/05/12	Vista em 16/10/2014 – com manifestação. Esperando dar saída desde 27/11/2014 – prazo processual excedido – irregular
Procedimento Administrativo	676/2013	08/01/13	Embora autuado como PA, consta portaria de instauração de “Procedimento Investigatório Preparatório”. Houve pedido judicial de interceptação telefônica em 28/11/13. Última movimentação: despacho em 26/11/2014.
Procedimento Administrativo	682/2014	31/10/13	Embora autuado como PA, consta portaria de instauração de “Procedimento Investigatório Preparatório”. Houve pedido judicial de interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário. Última movimentação: audiência na Promotoria 13/11/2014.
Procedimento Administrativo	01/01/14	07/01/13	Em 18/08/2014 ingressou com pedido judicial de quebra de sigilo fiscal. Última movimentação: despacho em 21/11/2014.

OBSERVAÇÕES
<p>1) O membro inspecionado observa que ainda falta ao Ministério Público a decisão política de enfrentar, de maneira organizada e por meio das organizações estaduais, os grandes problemas sociais, que se acham inteiramente relacionadas à má gestão da coisa pública por parte do Estado e dos municípios;</p> <p>2) O Promotor de Justiça inspecionado ressalta que a Administração Superior deve eleger, a cada ano, um problema (educação, saúde, meio ambiente, etc.) e promover ações conjuntas em todo o Estado, selecionando para tanto os melhores quadros da instituição;</p> <p>3) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;</p> <p>4) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;</p> <p>5) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;</p> <p>6) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;</p> <p>7) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;</p> <p>8) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;</p> <p>9) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p>

### 13.50. 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	As atribuições do órgão são definidas pela Resolução 19/2013 - CPMP/MPMA. As atribuições das PJs do PP são de conhecer dos fatos infringentes da moralidade administrativa e dos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, e promover-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza. As atribuições das PJs de PP são residuais, uma vez que existem outros de execução que detém atribuição na área do patrimônio público, tais como as PJs de Saúde, Educação, Fundação Meio Ambiente etc. Assim sendo, todos os demais feitos na área do patrimônio público permanecem com as PJs do PP. Além disso, possuem atribuições criminais correlata aos atos praticados. A distribuição de feitos entre as PJs do PP é efetuada de maneira equitativa, após o devido registro da representação ou peça de informação no protocolo geral do SIMP. As ACPs ajuizadas e denúncias oferecidas são acompanhadas pelos próprios PJs em atuação na PJ do PP responsável pela proposição.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, na área de proteção ao patrimônio público, nas esferas cível e criminal.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não. Permanece com as PJs de CEAP.
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	MARCO VALENTINO PAIXÃO (afastado para exercício na assessoria da PGJ)
SUBSTITUTO	LINDONJONSON GONÇALVES DE SOUSA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão inspecionado em abril/2014; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 18ª PJ de Substituição Plena, da qual é titular; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (agosto e setembro/2014); cumpre expediente regularmente, das 8h às 14h, e somente não comparece no órgão de execução quando em audiências judiciais no horário de expediente.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Não existe sistemática diferenciada para o atendimento ao público nas PJs do PP. O atendimento é realizado, inicialmente, por uma triagem na recepção do prédio, que efetua o encaminhamento para uma das PJs do PP. Não existe, no entanto, controle interno para a realização de distribuição equitativa entre as quatro PJs. Afirmou que, normalmente o atendimento é realizado pelo Promotor de Justiça que estiver nas PJs. De igual forma, relatou inexistir livro de atendimento ao público, bem como qualquer outro tipo de registro estatístico de atendimento na PJ. Indagado acerca de como obtiveram o quantitativo de atendimentos na PJ apresentados nos dados estatísticos que integram este termo, afirmou que fizeram uma "média" dos atendimentos realizados e apresentaram tais números.											
Estrutura de Pessoal	02 assessores de Promotoria de Justiça (CC).											
Estrutura física	As PJs do PP encontram-se atualmente instaladas num prédio locado, onde antigamente funcionava um hotel, o qual comporta grande parte das PJs da Capital. A PJ inspecionada dispõe de um gabinete para o Promotor de Justiça e uma sala para a secretaria, devidamente munidas de mobiliário e equipamentos de informática condizentes. No entanto, o espaço é compartilhado com o gabinete e secretaria de outra PJ do PP.											
Sistema de Arquivo	Cronológico através de pastas próprias e caixas arquivos.											
Sistema de Registro	Livros, relatórios em word, pastas e virtual/simp desde 07/2014.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe sistemática diferenciada para destinação dos recursos oriundos de TACs.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 135 ações cíveis; 43 ações penais; e 74 ações de execução.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Não.												
Obs.: Durante a visita de inspeção, foram verificadas as pastas contendo as cópias das ACPs ajuizadas e das denúncias oferecidas, salientando que, durante o período em que o PJ inspecionado se encontra em atuação no órgão, foram ajuizadas 08 ACPs e oferecidas 04 denúncias.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	-	3	6	8	8	14	5	7	15	8	7	6
Impulsionados no mês	-	3	6	8	8	14	5	7	15	8	7	6
Saldo do mês	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	-	0	0	0	1	0	0	1	2	1	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	1	4	3	2	7	9	5	4	21	5	10
TAC firmado	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	4	3	-	-	-	-	-	1
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	0	0	0	1	0	0	3	1	1	2	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	2	-	2	2	2	-	-	1
Termos de Depoimento	-	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	0	0	0	0	0	-	-	1	-	0	0
Reuniões (com ata)	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									135		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									0		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									5		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									35		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									1		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									3		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									1		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									5		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									5		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										2		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	1	3	0	4	3	3	7	4	7	1	2
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	1	3	0	4	3	3	7	4	7	1	2
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	0	0	0	2	1	0	1	0	2	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Arquivamentos de IP/PIC	-	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Denúncias oferecidas	-	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	1
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item "atribuições do órgão".

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Necessidade de pessoal técnico e especializado para o apoio administrativo e funcional no órgão de execução.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
IC	IC 12/2011	13/09/2011	Procedimento instaurado para apurar possíveis irregularidades na coleta de resíduos sólidos urbanos e limpeza pública, bem como a regularidade dos contratos pertinentes. Representação apresentada em 30/03/2011. Sucessivos despachos com diligências. Inexistência de regulares prorrogações. Último despacho apresentado em 20/11/2014, com manifestação genérica prorrogando a investigação por 01 ano. SITUAÇÃO IRREGULAR.



IC	IC 08/2013	13/11/2014	Procedimento instaurado para apurar o suposto desaparecimento dos autos do PP 20/2011, instaurado para apuração de irregularidades na realização das obras da Via Expressa, e que havia sido encaminhado, em 11 volumes, para a Assessoria Técnica da PGJ para análise e emissão de parecer técnico. Sucessivos despachos com diligências. Inexistência de regulares prorrogações. Último despacho apresentado em 20/11/2014, com manifestação genérica prorrogando a investigação por 01 ano. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PA	SIMP 019242-500/2014	12/09/2011	Representação encaminhada por pessoa jurídica noticiando irregularidades no sistema de precatórios judiciais. Feito encaminhado a esta PJ em 12/12/2012. Sucessivas determinações de diligências, sem a instauração de procedimento investigatório, sendo a última delas com data de 01/12/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	25/2014	10/09/2014	Expediente distribuído em 04/09/2014 e instaurado como NF em 10/09/2014, para apurar irregularidade na prestação de contas do gestor Pedro Paulo Pereira Oliveira. Ofício expedido em 03/12/2014. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PI	08/2014	14/03/2014	Expediente distribuído em 25/02/2014 e recebido como Peças de Informação em 14/03/2014.. Objeto: apurar irregularidades na prestação de contas Anual do Fundo Estadual de Assistência Social no exercício de 2005. Ofícios expedidos. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	27/2014	15/09/2014	Expediente distribuído em 12/09/2014 e instaurado como NF em 15/09/2014. Objeto: apuração de possível acumulação ilícita de cargos públicos por Marizeth de Jesus dos Santos Jinkings na Câmara dos Deputados e na Prefeitura Municipal de São Luís/MA. Ofício expedido, com resposta em 30/09/2014. Despacho apenas em 20/11/2014. Ofício expedido em 03/12/2014. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	28/2014	29/09/2014	Expediente instaurado como NF em 29/09/2014. Objeto: apuração de possível configuração de abandono de cargo e ato de improbidade administrativa, devido ao recebimento de salários sem a devida contraprestação laboral pelo servidor público Miguel Hada na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Ofício expedido em 12/11/2014. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	18/2014	26/05/2014	Expediente distribuído em 26/05/2014 e instaurado como NF na mesma data. Ofícios expedidos. Não há uma sequência lógica na reunião e juntada de documentos, despachos, bem como as páginas não são numeradas, tornando-se difícil a análise. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

1) É difícil aferir a produtividade, pois os dados disponibilizados são precários. Porém, apesar desta fragilidade, o exame físico de vários feitos permitiu desenhar o quadro atual da PJ: a) em regra, os prazos não são observados; b) os expedientes são recebidos como representação, PI e NF e como tal tramitam por tempo razoável, não sendo convertidos, no prazo legal, em PP ou IC; c) as prorrogações, quando ocorrem, são feitas fora do prazo e não são fundamentadas; d) em algumas situações, inexistente ordenação lógica das peças produzidas ou juntadas; e) investigações de fatos graves não são impulsionadas com celeridade, protraindo-se no tempo, com requisições de diligências e informações, cujo prazo fixado normalmente não é atendido e nem reiteração ocorre imediatamente após o término do lapso temporal estabelecido; f) não há registro em livro ou outro meio de controle de atendimento de partes. E, pelos elementos colhidos durante a entrevista, há indicativo de que, em regra, as pessoas não comparecem ou não logram ter acesso à PJ. 2) Por fim, durante a visita de inspeção foi relatada pelo PJ inspecionado a existência de IC instaurado para se apurar o suposto extravio de procedimento que se encontrava em curso no órgão ministerial para a investigação de irregularidades nas obras de construção da Via Expressa. De acordo com o afirmado, os autos foram encaminhados, em 12 volumes originais, para a Procuradoria-Geral de Justiça para a realização de análise por parte de equipe técnica, não mais retornando para o órgão de origem. O PJ inspecionado demonstrou preocupação com o decorrer da referida investigação, uma vez que efetuou a solicitação de cópias da sindicância instaurada no âmbito da PGJ para a apuração do caso e, até o momento, não teria recebido resposta, apesar da reiteração da ordem. Além disso, informou que não foi iniciado procedimento para restauração administrativa dos autos no âmbito da PJ. Por tal razão, após solicitação, foi o Promotor de Justiça encaminhado para atendimento da Chefia das Equipes de Inspeção, na pessoa do Dr. Fernando Comin. 3) Diante desse contexto, conclui-se, com base nos dados colhidos, que a PJ funciona de forma precária, os feitos ainda não tem o impulso e os encaminhamentos em prazo razoável e alguns fatos graves deixam de ser apurados com celeridade, com riscos de prescrição e prejuízos definitivos ao erário e à probidade administrativa. 4) Não foram apresentadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.50.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou, quanto ao item 2, do campo “Observações”, que os autos do Procedimento Preparatório de n.º 20/2011 autuado na Promotoria de Justiça mencionada restou extraviado, após parecer e análise da Assessoria Técnica, que emitiu parecer e enviou ao órgão via setor de Protocolo. Por força da Portaria de 01/2013 foi instaurada sindicância e Procedimento Disciplinar – PAD para apurar os fatos internamente, com conclusão das investigações e encaminhamento para as Promotorias Criminais, sendo distribuído a um Promotor de Justiça Criminal, Dr. Orfileno Bezerra Neto, que se manifestou pelo arquivamento das peças de informações. As informações e remessa integral dos autos da Sindicância e PAD foram enviadas ao Promotor de Justiça, ora inspecionado, em data de 27 de novembro de 2014, conforme provam os documentos em anexo, PA n.º 12082AD/2014.

**13.51. 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
PATRIMÔNIO PÚBLICO**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	As atribuições do órgão são definidas pela Resolução 19/2013 – CPMP/MPMA. As atribuições das PJs do PP são de conhecer dos fatos infringentes da moralidade administrativa e dos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, e promover-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza. As atribuições das PJs de PP são residuais, uma vez que existem outros de execução que detém atribuição na área do patrimônio público, tais como as PJs de Saúde, Educação, Fundação Meio Ambiente etc. Assim sendo, todos os demais feitos na área do patrimônio público permanecem com as PJs do PP. Além disso, possuem atribuições criminais correlata aos atos praticados. A distribuição de feitos entre as PJs do PP é efetuada de maneira equitativa, após o devido registro da representação ou peça de informação no protocolo geral do SIMP. As ACPs ajuizadas e denúncias oferecidas são acompanhadas pelos próprios PJs em atuação na PJ do PP responsável pela proposição.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, na área de proteção ao patrimônio público.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim.
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim.
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não. Permanece com as PJs de CEAP.
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim.
TITULAR	JOÃO LEONARDO SOUSA PIRES LEAL
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 01/09/2004; reside na comarca de lotação; não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (01 a 30/06/2014); cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Não existe sistemática diferenciada para o atendimento ao público nas PJs do PP. O atendimento é realizado, inicialmente, por uma triagem na recepção do prédio, que efetua o encaminhamento para uma das PJs do PP. Não existe, no entanto, controle interno para a realização de distribuição equitativa entre as quatro PJs. De igual forma, relatou existir um livro de atendimento ao público no qual, porém, não são registrados os atendimentos, afirmando que o número de atendimento é bastante reduzido.
Estrutura de Pessoal	01 técnica ministerial concursada e 01 assessora de Promotoria de Justiça (CC). Além disso, existe uma assessora de Promotoria, originalmente vinculada à Dra Fátima Maria Mendes, que se encontra atualmente afastada das funções, que se encontra em atuação na PJ inspecionada. No quadro técnico, as PJs do PP contam com um analista pericial para auxílio às demandas próprias da área de improbidade administrativa.
Estrutura física	As PJs do PP encontram-se atualmente instaladas num prédio locado, onde antigamente funcionava um hotel, o qual comporta grande parte das PJs da Capital. A PJ inspecionada dispõe de um gabinete para o Promotor de Justiça e uma sala para a secretaria, devidamente munidas de mobiliário e equipamentos de informática condizentes. No entanto, o espaço é compartilhado com o gabinete e secretaria de outra PJ do PP.

Sistema de Arquivo	Documentos arquivados em ordem cronológica pelas seguintes pastas: 1) correspondência recebida; 2) correspondência expedida; 3) cópia das portarias de instauração de inquérito civil; 4) cópia de portarias de instauração de procedimento preparatório; 5) recomendação e termo de ajustamento de conduta; 6) iniciais de ação civil pública; 7) relatórios de atividades da promotoria; 8) processos judiciais recebidos via protocolo geral; 9) processos e procedimentos recebidos via diretoria das promotorias; 10) processos judiciais devolvidos para o protocolo geral; 11) convênios enviados pelo caop/proad; 12) procedimentos arquivados; 13) parecer de arquivamento; 14) manifestações judiciais.											
Sistema de Registro	Livros, relatórios em word, pastas e virtual/simp desde 07/2014.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe sistemática diferenciada para destinação dos recursos oriundos de TACs.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 101 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00 (zero).												
Obs.: Relatou o PJ inspecionado que, por ser o membro com mais tempo em atuação nas PJs do PP, possui controle por planilhas e pastas, dos feitos judiciais em curso nesta PJ.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	1	6	1	2	3	4	2	3	5	6	5	4
Impulsionados no mês	1	6	1	2	3	4	2	3	5	6	5	4
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	1	1	-	0	1	1	-	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	1	9	2	6	5	6	6	4	7	3	1
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	-	-	0	-	0	1	-	-	2	1
Arquivamento com Remessa	0	0	1	1	0	3	4	3	-	-	-	5
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	2	-	2	2	-	4	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										67	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	42										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	19										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	3										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	6										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	10										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	1	1	6	2	1	2	1	0	5	7	1	1
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	1	1	6	2	1	2	1	0	5	7	1	1
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	3	0	0	1	1	2	1	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	1
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item "atribuições do órgão".

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
IC	IC 001/2011	11/05/2011	Procedimento instaurado com base em representação formulada em face do ex-Governador Jackson Kleper, em razão de denúncias de malversação de recursos públicos na Sec. Comunicação do Estado. Apresentação de apenas uma prorrogação do IC no período, ocorrida em 19/09/2014. Último despacho em 14/11/2014, determinando a realização de diligências. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	IC 001/2009	21/05/2009	Procedimento instaurado para apurar supostas ilicitudes em contratos firmados pelo TJMA. Apresentação de sucessivos despachos com a determinação de diligências. Não apresentação de prorrogações. Vista aberta ao PJ em 20/08/2009 e termo de juntada por parte da secretaria em 05/03/2010, efetuando a juntada de cópia de ação ajuizada. O feito não acompanhou a ação ajuizada e nenhum outro despacho foi proferido nos autos desde então. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	IC 001/2011	11/05/2011	Procedimento instaurado para apurar suposta malversação de recursos públicos no âmbito da SECOM. Apresentação de sucessivos despachos com a determinação de diligências. Não apresentação de prorrogações regulares durante o período, o que foi efetuado somente no dia 19/09/2014, por promoção padrão de prorrogação. Último despacho em 14/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.

PA	5508AD/2009	19/07/2012	Expediente iniciado a partir de representação formulada pela Agência Intermunicipal de Consórcio das Microregiões do Munim, Lençóis Maranhenses e Baixo Parnaíba, o qual foi recebido como Procedimento Administrativo. Objeto: investigar irregularidades consistentes na ausência de prestação de contas de recursos recebidos mediante convênio nº 272/2009. Solicitadas diligências. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	87405/2009	16/04/2007	Expediente recebido como representação em 16/04/2007. Objeto: apurar esquemas de corrupção ocorridas no TCE do MA. Promoção de arquivamento em 02/10/2009, que foi descolhida pelo CSMP. Registrado como Procedimento Administrativo. Ofício em 07/02/2012. Com resposta em 10/02/2012, o feito só foi impulsionado em 05/04/2013. De 10/07/2013 a 17/02/2014, de 09/04/2014 a 14/11/2014 não houve movimentação e despacho. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PA	7795AD/2012	24/10/2012	Expediente recebido como representação em 24/10/2012. Registrado como Procedimento Administrativo. Objeto: apurar irregularidades na nomeação de Carlos José Silva Matos para o cargo de Chefe de Gabinete de Deputado Estadual do MA. Ofícios em 02/04/2013, 13/05/2013. De 06/05/2013 a 02/04/2014 não houve impulso ou manifestação no feito. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PA	6770AD/2012	11/09/2012	Expediente encaminhado para distribuição em 11/09/2012, com ofício expedido em 28/09/2012. Objeto: contratação irregular de servidora sem concurso público pela Secretaria de Estado de Saúde. De 14/11/2012 a 24/01/2013, de 18/02/2013 a 01/04/2013 e de 08/05/2014 a 31/07/2014 não houve impulso ou despacho. Em 25/11/2014, houve promoção de arquivamento por vislumbrada a prescrição de ato de improbidade administrativa. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PA	4193AD/2010	28/05/2010	Expediente recebido como Procedimento Administrativo. O registro no sistema consta como 28/05/2010, mas não há informações confiáveis sobre a data em que foi distribuído para a PJ em inspeção. Pelo que se observa cuida-se de expediente que é similar ao instaurado em que resultou em ajuizamento de ACP envolvendo funcionário do TJMA. Sem movimentação e decisão desde 01/08/2013. Não houve prorrogação, conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PA	4193AD/2010	28/05/2010	Expediente recebido como Procedimento Administrativo. O registro no sistema consta como 28/05/2010, mas não há informações confiáveis sobre a data em que foi distribuído para a PJ em inspeção. Pelo que se observa cuida-se de expediente que é similar ao instaurado em que resultou em ajuizamento de ACP envolvendo funcionário do TJMA. Sem movimentação e decisão desde 01/08/2013. Não houve prorrogação, conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.



NF	010/2013	06/09/2013	Expediente recebido como representação em 06/09/2013. Assunto: apurar a não prestação de contas por Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmara Municipais e Gestores Estaduais. Ofício em 24/09/2013, e até 13/02/2014 não houve manifestação do PJ. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	008/2013	30/08/2013	Expediente recebido como representação em 30/08/2013. Despacho em 02/09/2013. Objeto: apurar contratação sem concurso público para exercício do cargo de professor no âmbito do Município de São Luís/MA. De 02/09/2013 a 10/03/2014 não houve manifestação ou despacho. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	006/2013	29/08/2013	Expediente recebido como representação em 29/08/2013, com despacho na mesma data. Em apenso os PAs 6378AD/2013 e 5932AD/2013. Objeto: apurar contratação irregular de servidores na Câmara Municipal de São Luís/MA. De 29/08/2013 a 14/05/2014, de 14/05/2014 a 10/11/2014 não houve despacho e nem manifestação. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	004/2013	07/08/2013	Expediente distribuído em 27/05/2013, recebido como representação em 07/08/2013. Objeto: apurar irregularidades na suspensão das obras de pavimentação asfáltica em ruas do Bairro Cidade Olímpica. Entre 07/08/2013 e 25/02/2014 não houve qualquer impulso ou movimentação. De 25/02/2014 a 01/08/2014 não houve despacho. De 01/08/2014 a 10/11/2014 houve apenas a juntada de documento. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	003/2010	24/09/2010	Expediente distribuído em 31/08/2010, recebido como representação em 23/09/2010. Objeto: apurar suposta venda de bem público pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Maranhão. De 13/10/2011 a 06/02/2012, de 06/02/2012 a 14/11/2012, 07/12/2012 a 12/07/2013, de 21/11/2013 a 12/03/2014, de 12/03/2014 a 30/07/2014 e desta última data até 07/11/2014 não houve despacho e impulso pelo PJ. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PIC	04/2012	09/05/2012	PIC instaurado para apurar prática de delito contra a administração pública envolvendo o Deputado Carlos Antônio Muniz Filho e seu Assessor Tales Silva Cruz Filho. Não houve prorrogação do prazo e não houve resposta dos órgãos oficiais. SITUAÇÃO IRREGULAR.
PP	15/2009	07/10/2009	Expediente instaurado como Procedimento Preparatório para apurar possível contratação de Escritório de Advocacia, em desacordo com as exigências da Lei 8.666/93. Procedimento suspenso em 27/01/2010 por existência de Ação Popular. Cópia de parecer proferido na AP em 24/08/2011. Promoção de arquivamento em 19/11/2014, por ter sido julgada procedente, em 12/06/2014, a ação popular. SITUAÇÃO REGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) De outra banda, apesar dos dados disponibilizados serem precários, o exame físico de vários feitos permitiu desenhar o quadro atual da PJ: a) em regra, os prazos não são observados; b) os expedientes são recebidos como representação, NF e PA e como tal, tramitam por tempo razoável, não sendo convertidos, no prazo legal, em PP ou IC; c) as prorrogações, quando ocorrem, são feitas fora do prazo e não são fundamentadas; d) investigações de fatos graves, envolvendo inclusive agentes políticos, não são impulsionadas com celeridade, protraindo-se no tempo, com requisições de diligências e informações, cujo prazo fixado normalmente não é atendido e nem a reiteração ocorre imediatamente após o término do lapso temporal estabelecido; e) os feitos permanecem na PJ sem qualquer manifestação ou despacho por períodos consideráveis; f) não há registro em livro ou outro meio de controle de atendimento ao público. Pelos elementos colhidos durante a entrevista, há indicativo de que, em regra, as pessoas não comparecem ou não logram êxito em ter acesso à PJ.
- 2) Diante desse contexto, conclui-se, com base nos dados colhidos, que a PJ funciona de forma precária, os feitos não ainda não tem o impulso e os encaminhamentos em prazo razoável e alguns fatos graves deixam de ser apurados com celeridade, com riscos de prescrição e prejuízos definitivos ao erário e à probidade administrativa.
- 3) Não foram apresentadas experiências inovadoras nem sugestões pelo membro inspecionado.

**13.51.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça João Leonardo Sousa Pires Leal, ressaltou, inicialmente, que a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Proibição Administrativa possui atribuições cível e criminal, conforme dispõe a Resolução nº 027/2015- CPMP. Esclareceu que a grande maioria dos procedimentos que tramitam no órgão possuem como desfecho a propositura de Ações Cíveis e Ações Criminais, o que permite concluir que as investigações precisam ser mais detalhadas, e demandam tempo de tramitação superior aos procedimentos que comumente são instaurados em outras Promotorias Especializadas, a exemplo das com atribuições restritas em áreas específicas, tais como as Promotoria da Defesa da Educação, do Idoso e do Deficiente Físico. Aduziu que muitas Promotorias de Justiça possuem apenas atribuições restritas à atuação no âmbito judicial, não havendo demandas que importem na instauração de procedimentos extrajudiciais, limitando, assim, a atuação dos respectivos Promotores de Justiça e servidores ao acompanhamento de processos judiciais e cumprimento de prazos. Contudo, o quantitativo de servidores é idêntico ao da 29ª Promotoria de Justiça Especializada, mesmo essa possuindo atribuições muito mais amplas e por consequência, demanda laboral superior, revelando assim uma desproporção na distribuição de serviços entre as Promotorias de Justiça. Essa situação ainda veio a ficar mais complexa, com as alterações advindas da Resolução nº 027/2015- CPMP que retirou da maioria das Promotorias Especializadas (Defesa das Ordens Tributária e Econômica, Fiscalização de Fundações e Entidades de Interesse Social, Defesa do Consumidor, Defesa da Infância e Juventude, Defesa dos Direitos Fundamentais, Defesa da Saúde, Defesa do Idoso, Defesa da Educação, Defesa da Pessoa com Deficiência, Defesa da Mulher e Conflitos Agrários), a atribuição para promover as ações civis de improbidade administrativa por fatos com repercussão no patrimônio público material. Havendo uma ampliação considerável das atribuições desta Promotoria. Assim, se o volume de demandas já era considerável, tendo em conta a anterior atribuição residual desta Promotoria concernente a atos de improbidade administrativa, as investigações quanto a fatos que anteriormente cabiam a outras promotorias aumentou desproporcionalmente o quantitativo de procedimentos que tramitam no órgão, posto que, dificilmente, atos de improbidade administrativa não terão repercussão no patrimônio público material. Destacou que as investigações atinentes a atos de improbidade administrativa são de difícil apuração, tendo em vista que para instruir tais procedimentos são necessárias informações fornecidas por Órgãos Públicos que, na maioria das vezes, não respondem os expedientes recebidos ou o fazem fora do tempo hábil, após inúmeras reiterações o que demanda tempo e pessoal para impulsionar os referidos processos. Conclui que o descumprimento das solicitações e requisições deste Órgão Ministerial caracterizam atos de improbidade administrativa (art. 11, II da Lei 8429/92), o que acaba por aumentar a carga de trabalho, pois além de impulsionar os procedimentos, ainda se faz necessária a propositura de Ações de Improbidade em face deste descumprimento. De outra banda, a persecução investigativa pertinente a atos de improbidade é complexa e não segue um rito preestabelecido. Cabe ao Promotor de Justiça a análise pormenorizada de cada caso concreto, a fim de verificar quais medidas melhor se adequam a apuração dos fatos e por não existir uma “fórmula pronta” acaba por dificultar o trâmite investigativo. Diferentemente de outras promotorias, a exemplo das criminais, que seguem ritos mais simples e por isso mais céleres, permitindo proposições de ações em maior quantidade. Mencionaou,

ainda, que a sede das Promotorias da Capital passou por duas mudanças, sendo a última em janeiro de 2014, o que gerou transtornos consideráveis em relação à distribuição das promotorias, instalação de equipamentos técnicos, reorganização dos arquivos e procedimentos, paralisando as atividades por um largo lapso temporal. Sublinhou que, nesse período, deu prioridade aos processos judiciais recebidos, a fim de que os prazos processuais não fossem prejudicados. Acrescentou que entre os anos de 2013 e 2014, o titular da Promotoria assumiu a função de Diretor da sede das Promotorias da Capital, cumulando atividades de gestão com as funções pertinentes ao cargo do Promotor de Justiça, justamente no período que abrangeu tanto a mudança da sede das Promotorias de Justiça da Capital como a implantação do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, o que inevitavelmente comprometeu o andamento dos trabalhos realizados nesta Promotoria Especializada. Informou que, embora o Sistema Integrado do Ministério Público– SIMP tenha por finalidade a padronização e controle do trâmite dos procedimentos administrativos e processos judiciais, sua implantação retardou o normal andamento dos trabalhos desta Promotoria, tendo em vista a disponibilização de servidores para treinamento, bem como o cadastramento de todos os procedimentos sem que houvesse suficiente aparato logístico-funcional para esta tarefa, fator este, que também contribuiu para o atraso no impulsionamento dos procedimentos. Ainda no que diz respeito ao acúmulo de atribuições, asseverou que o Promotor de Justiça titular da 29ª Promotoria Especializada por força de designação constante na Portaria de nº 3565/2012 – GPGJ, respondeu do período compreendido entre 15 de junho de 2012 a 06 de abril de 2014, cumulativamente, pela atual 28ª Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, esta de igual complexidade à Promotoria de Justiça de que é titular. Desse modo, no lapso temporal compreendido entre 2013 e começo de 2014 houve o acúmulo de três funções pelo membro, a saber: Diretor das Promotorias da Capital, titular da 29ª Promotoria Especializada e substituto no âmbito da 28ª Promotoria Especializada (antiga 22ª Promotoria Especializada). Fatos estes que devem ser levados em consideração quando da análise das conclusões realizadas na ocasião da inspeção do CNMP. De mais a mais, os membros das PJE Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa são rotineiramente convocados à participação conjunta com outros órgãos de execução, seja na instrução processual, elaboração de peças, bem como na participação de reuniões. Ressaltou ter sido ainda atribuição da Promotoria de Justiça Especializada o comparecimento às audiências de instrução, oriundas de cartas precatórias, cujos fatos estejam relacionados a atos de improbidade administrativa, mesmo os não praticados em sua área geográfica de atuação. Destacou, ainda, que a alegação acerca da falta de acessibilidade de pessoas a Promotoria Especializada não merece prosperar, vez que nunca houve óbice aos atendimentos, pois a primeira recepção dos interessados é realizada no Núcleo de Assistência Social composto por servidores qualificados para orientá-los e direcioná-los à promotoria com atribuições referentes às pretensões informadas. Havendo direcionamento a promotoria, quaisquer solicitações dos interessados são atendidas tanto pelos servidores quanto pelo Promotor de Justiça, inclusive quanto a orientações sobre o andamento dos procedimentos e fornecimento de cópias de documentos. Nesse mesmo aspecto, o próprio Núcleo de Serviços Social é testemunha das inúmeras solicitações telefônicas que ele mesmo faz a esse subscrevente, a fim de dirimir dúvidas acerca dos encaminhamentos cabíveis. Por fim, visando uma melhor execução das atividades desempenhadas, sugeriu que: 1) fosse explicitado com maior detalhe o trecho da Resolução nº 027/2015– CPMP, que retira de algumas promotorias especializadas a atribuição para investigar atos de improbidade que tenham repercussão no patrimônio público material, tendo em vista que a abstração verificada na expressão “patrimônio público material”, tem gerado uma remessa volumosa e desproporcional de procedimentos para esta PJE; 2) fosse verificada a possibilidade de criação de mais promotorias de justiça especializada na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa e/ou destinação dos feitos criminais às promotorias de justiça específicas; 3) fosse verificada a possibilidade de determinação às Promotorias de Justiça vinculadas às Varas da Fazenda Pública para o comparecimento às audiências oriundas de Cartas Precatórias para oitiva de testemunhas nos casos de atos de improbidade administrativa; 4) fosse verificada a necessidade de um maior número de servidores para as promotorias de justiça especializadas na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa tendo em vista que a demanda de trabalho é notadamente superior a de outras promotorias, inclusive das demais especializadas.

13.52. 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA PATRIMÔNIO PÚBLICO													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		As atribuições do órgão são definidas pela Resolução 19/2013 – CPMP/MPMA. As atribuições das PJs do PP são de conhecer dos fatos infringentes da moralidade administrativa e dos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, e promover-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza.											
Atribuições extrajudiciais? Sim, na área de proteção ao patrimônio público.													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim.													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim.													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não. Permanece com as PJs de CEAP.													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.													
TITULAR		NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO		TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 04/08/2014; reside na comarca de lotação; participou de cursos de aperfeiçoamento sobre PJ de Fundações, promovido pelo CNMP e MPDFT, em novembro passado, bem como de outros cursos de investigação promovidos pelo GAECO/MPMA; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª PJ de Fundações da Capital e também exerce a Coordenação do GPI (Grupo de Promotores Itinerantes), criado pelo Ato Regulamentar Conjunto 01/2013 – GPGJ/CGMP; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Não existe na PJ inspecionada uma sistemática para o atendimento ao público. O atendimento é realizado livremente durante todo o horário de expediente administrativo. No entanto, o PJ inspecionado afirmou que o atendimento ao público é praticamente inexistente. Relata que recebe muitas representações por escrito e por intermédio da Ouvidoria Geral do MPMA.											
Estrutura de Pessoal		Dispõe de 2 assessores de promotoria de justiça, sendo um do Promotor titular que se encontra atualmente na Assessoria Especial e permitiu que sua assessora permanecesse no órgão, e o outro assessor, do Promotor atualmente em atuação.											
Estrutura física		Prédio locado pela PGJ/MPMA, no qual anteriormente funcionava um hotel, composto por três pavimentos superiores e dois níveis de subsolo. A PJ inspecionada encontra-se instalada em uma sala única, separada por divisórias, com ambientes distintos para dois gabinetes de PJs e uma para a secretaria de duas PJs.											
Sistema de Arquivo		Caixas arquivos e o Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP.											
Sistema de Registro		Sistema eletrônico SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe nenhuma sistemática específica para gerenciamento de eventuais recursos provenientes de TACs celebrados pela PJ inspecionada.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Os feitos judiciais de natureza cível são distribuídos perante as Varas de Fazenda Pública da Capital e os de natureza penal, perante as Varas Criminais da Capital. No entanto, existem na PJ pastas de arquivo das ACPs ajuizadas e denúncias oferecidas.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00 (zero).													
Obs.: Esclareceu o Promotor de Justiça inspecionado que não possuíam controle específico do número de feitos em tramitação nas unidades judiciárias. No entanto, expediram ofícios para todas as Varas de Fazenda Pública da Capital solicitando fossem informados os feitos em tramitação, tendo sido apresentadas respostas somente pelas 3ª e 4ª Varas de Fazenda Pública da Capital (ofícios e respostas anexas – números globalizados – juntadas aos autos de inspeção).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	4	0	

Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	4	1
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	1	1	3	-	-	1	-	1
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	7	7	1	1	2	6	2	5
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	3	4	-	-	1	-	6	1	2
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	3	1	1	1	-	1	2	2	2
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	4	4	7	12	6	2	-	1	1	1	1
Arquivamento com Remessa	-	1	3	3	3	1	3	2	-	1		0
Termos de Depoimento	-	-	5	22	11	14	23	17	6	9	15	16
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	5	22	11	14	23	17	6	9	15	16
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	1	2	2	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	3	3	2	2	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário					Improbidade administrativa					*ver observação abaixo		
					ACP/ações coletivas (exceto improbidade)					0		
					Ações para a defesa de direito individual indisponível					Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Processos eleitorais					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Notícias de Fato					Em tramitação há menos de 30 dias:					7		
					Em tramitação há mais de 30 dias:					38		
Procedimentos Preparatórios					Em tramitação há menos de 90 dias:					0		
					Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):					0		
					Em tramitação há mais de 180 dias:					0		
Inquéritos Cíveis					Em tramitação há menos de 1 ano:					7		
					Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):					0		
Procedimentos Administrativos					Em tramitação há menos de 90 dias;					0		
					Em tramitação há mais de 90 dias;					0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										1		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										2		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	0
	Centros de internamentos provisórios:	0
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	0
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	0

Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.

Obs.: \* Esclareceu o Promotor de Justiça inspecionado que não possuíam controle específico do número de feitos em tramitação nas unidades judiciárias. No entanto, expediram ofícios para todas as Varas de Fazenda Pública da Capital solicitando fossem informados os feitos em tramitação, tendo sido apresentadas respostas somente pelas 3ª e 4ª Varas de Fazenda Pública da Capital (ofícios e respostas anexas – números globalizados – juntadas aos autos de inspeção). Além disso, foi apresentado à equipe, e juntado aos autos de inspeção, Relatório de Inventário contendo todos os procedimentos de natureza cível em tramitação na PJ inspecionada.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	3	-	--	1	1	1
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	3	-	--	1	1	1
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:											1	1
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	1	-	-	2	-	-	2	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Atendimento ao público	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Obs.: A interceptação telefônica referida acima foi deferida no curso de investigação que tinha por objeto fraudes praticadas em DPVAT. A interceptação foi efetuada no ano de 2008 e apenas veio para análise por parte desta PJ no período relatado.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0



Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item "atribuições do órgão".

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Promotoria de Justiça sem estrutura de pessoal suficiente, necessitando de técnico ministerial para realização de serviço burocrático/administrativo atualmente realizado pelos assessores dos promotores e pelos próprios promotores.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) Coordenação do GPI – criado através do Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2013, grupo criado para dar apoio na atividade-fim aos demais PJs. Para ser deferido o apoio por parte da CG/MPMA, devem ser preenchidos determinados requisitos pelo PJ solicitante (levantamentos pormenorizados dos feitos em tramitação, comprovação da necessidade de auxílio por parte do grupo em razão da sobrecarga de trabalho etc). Relata o membro inspecionado que teve a oportunidade de prestar inúmeros auxílios por intermédio do GPI, com o ajuizamento de diversas ACPs contra Prefeitos, ex-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, além de ações de improbidade contra uma Procuradora de Justiça (Iraci Martins Figueiredo Aguiar, Ouvidora Geral na gestão da Dra Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro – nepotismo cruzado, utilização privada de carro oficial e funcionários lotados no gabinete que exerciam advocacia)<sup>1</sup> e 04 juízes estaduais, aposentados compulsoriamente pelo CNJ (distribuição por prevenção sem processo originário e outras irregularidades). 2) Projeto Caminhando Direito – Projeto iniciado na Comarca de Icatu, na área do Meio Ambiente. Capacitação de agentes da Comunidade para atuação na área ambiental.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
IC	43/2014	25/11/2014	Expediente encaminhado em 02/07/2013 pela PGJ, registrado como Peças de Informação em 10/02/2014, com pedido de diligências e instauração em IC em 25/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	83/2014	25/11/2014	Expediente recebido como NF em 11/04/2014, com diligências determinadas e instauração de IC em 25/11/2014 para apurar ato de improbidade em virtude de dispensa de licitação para reforma de escolas pelo Município de São Luís. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	34/2014	21/07/2014	Conversão de PP, instaurado em 14/02/2014, em IC em 21/07/2014, para apurar dano ao erário por pagamento sem contraprestação laboral de servidor pelo Município de São Luís. Não houve prorrogação do prazo no PP. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	05/2014	26/11/2014	Expediente recebido na PGJ em 09/06/2011, com registro de conclusão na PJ em 04/04/2014, quando foi instaurado como NF. O feito não está autuado com a Portaria de instauração do IC, que foi apresentada de forma avulsa e onde consta como data de instauração 26/11/2014. O feito apura ato de improbidade administrativa em razão de possível emprego de pessoas na Câmara Municipal e na Prefeitura Municipal de São Luís/MA. Não houve conversão em PP ou IC no prazo. SITUAÇÃO IRREGULAR.

IC	80/2014	28/11/2014	Expediente instaurado como NF em 25/03/2014, para apurar o funcionamento do portal transparência da Defensoria Pública. Diligências requisitadas, sem renovação de prazo. Conversão em IC em 28/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	59/2014	25/11/2014	Expediente instaurado como PP em 02/06/2009, com redistribuição interna em 29/04/2011, e sem prorrogação nesse período. Objeto: Apurar irregularidades em ação de desapropriação indireta. Sem movimentação entre 29/04/2011 e 27/11/2013. Em 12/02/2014 foi convertido em Peças de Informação. Diligências realizadas, com instauração de IC em 25/11/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	014/2014	08/07/2014	Expediente instaurado como PP em 07/07/2011, sem prorrogação até 13/02/2014. Objeto: investigar recuperação das Pontes Ferreira Goulart e Newton Bello e da Biblioteca Pública. Prorrogado prazo do PP em 14/03/2014. Conversão em IC em 08/07/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	20/2014	10/02/2014	Expediente recebido em 11/05/2012, permanecendo sem despacho ou manifestação até 05/02/2014. . Objeto: apurar suposta irregularidades no credenciamento de novas empresas despachantes. Houve coleta de dados e de depoimentos. Não houve conversão em PP e IC no prazo. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	94/2014	02/07/2014	Expediente recebido em 16/06/2014, com instauração como NF em 02/07/2014. Objeto: possível ato de improbidade administrativa praticada por funcionária contra a Secretaria Municipal de Fazenda de São Luís/MA. Não houve conversão em PP ou IC. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	98/2014	02/08/2014	Expediente recebido em 02/08/2014, com instauração como NF em 07/08/2014 para apurar o não cumprimento de decisão judicial pela Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão. Não houve conversão em PP ou IC no prazo. SITUAÇÃO IRREGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Verificou-se que houve ajuizamento de ACPs em número razoável durante o período de março do corrente ano até a presente data. Por outro lado, não havia PICs em curso na PJ inspecionada. Questionado acerca de tal fato, o entrevistado relatou que adota como sistemática a requisição da instauração de IPs às UPJS.
- 2) Além disso, releva notar que, do exame físico dos feitos em tramitação na PJ, foi constatado: a) em regra, os prazos não são completamente observados durante todo o seu período de tramitação; b) os expedientes são recebidos como representação, NF e PP e como tal tramitam por tempo razoável, não sendo, por vezes, convertidos no prazo legal em PP ou IC; c) as prorrogações, quando ocorrem, são feitas fora do prazo e, em alguns casos, carecem de fundamentação; d) algumas investigações de fatos graves não foram impulsionadas com celeridade, protraindo-se no tempo; e) não há registro em livro ou outro meio de controle de atendimento de partes. E, pelos elementos colhidos durante a entrevista, há indicativo de que, em regra, as pessoas não comparecem ou não logram ter acesso à PJ.
- 3) Cumpre salientar, por relevante, que o Dr. Tarcisio Bonfim, desde que assumiu a PJ, demonstrou ter tentado diminuir o acervo de expedientes da PJ, mas a situação encontrada ainda pode ser qualificada como sensível.
- 4) Diante desse contexto, conclui-se, com base nos dados colhidos, que a PJ funciona de forma precária, os feitos não ainda não tem o impulso e os encaminhamentos em prazo razoável e alguns fatos graves deixam de ser apurados com celeridade, com riscos de prescrição e prejuízos definitivos ao erário e à probidade administrativa.

**13.53. 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
PATRIMÔNIO PÚBLICO**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	As atribuições do órgão são definidas pela Resolução 19/2013 - CPMP/MPMA. As atribuições das PJs do PP são de conhecer dos fatos infringentes da moralidade administrativa e dos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos, objetos de representações, inquéritos e demais peças de informação, conforme distribuição, sem prejuízo da iniciativa de ofício, e promover-lhes a apuração por instauração de procedimentos administrativos e respectivas ações civis e penais públicas, bem como oficiar nas ações de terceiros de igual natureza. As atribuições das PJs de PP são residuais, uma vez que existem outros de execução que detêm atribuição na área do patrimônio público, tais como as PJs de Saúde, Educação, Fundação Meio Ambiente etc. Assim sendo, todos os demais feitos na área do patrimônio público permanecem com as PJs do PP. Além disso, possuem atribuições criminais correlata aos atos praticados. A distribuição de feitos entre as PJs do PP é efetuada de maneira equitativa, após o devido registro da representação ou peça de informação no protocolo geral do SIMP. As ACPs ajuizadas e denúncias oferecidas são acompanhadas pelos próprios PJs em atuação na PJ do PP responsável pela proposição.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, na área de proteção ao patrimônio público.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim.
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim.
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não. Permanece com as PJs de CEAP.
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim.
TITULAR	Zanony Passos da Silva Filho (gozo de férias)
SUBSTITUTO	EMMANUELLA SOUZA DE BARROS BELLO PEIXOTO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 03/10/2014; reside na comarca de lotação; participou de curso de aperfeiçoamento em Gerenciamento de Crises, promovido pela ESMPMA; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 20ª PJ de Substituição Plena (da qual é titular) e pela 21ª PJ Criminal (Entorpecentes); não recebeu colaboração e não se afastou das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Não existe na PJ inspecionada uma sistemática para o atendimento ao público. O atendimento é realizado livremente durante todo o horário de expediente administrativo. No entanto, a PJ inspecionada afirmou que durante o período que se encontra em atuação no órgão, efetuou o atendimento de apenas 03 atendimentos, os quais não constaram do livro de atendimento. O livro de atendimento encontrava-se aberto, com data de abertura de 22/02/11, pelo Dr. Zanony Silva Filho, porém sem nenhum registro de atendimento.
Estrutura de Pessoal	Apenas 01 assessora de Promotoria lotada no órgão, sem a resença de qualquer técnico em atuação na PJ, fato que estaria, no entender da PJ inspecionada, dificultando sobremaneira os trabalhos realizados.
Estrutura física	Prédio locado pela PGJ/MPMA, no qual anteriormente funcionava um hotel, composto por três pavimentos superiores e dois níveis de subsolo. A PJ inspecionada encontra-se instalada em uma sala única, separada por divisórias, com ambientes distintos para dois gabinetes de PJs e uma para a secretaria de duas PJs.
Sistema de Arquivo	Caixas arquivos e o Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP.
Sistema de Registro	Sistema eletrônico SIMP.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existe nenhuma sistemática específica para gerenciamento de eventuais recursos provenientes de TACs celebrados pela PJ inspecionada.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Os feitos judiciais de natureza cível são distribuídos perante as Varas de Fazenda Pública da Capital e os de natureza penal, perante as Varas Criminais da Capital. No entanto, existem na PJ pastas de arquivo das ACPs ajuizadas e denúncias oferecidas.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00 (zero).	
Obs.: Esclareceu o PJ inspecionada que não possuíam controle específico do número de feitos em tramitação nas unidades judiciárias. No entanto, expediram ofícios para todas as Varas de Fazenda Pública da Capital solicitando fossem informados os feitos em tramitação, tendo sido apresentadas respostas somente pelas 3ª e 4ª Varas de Fazenda Pública da Capital (vide ofícios e respostas em anexo – números globalizados – apenas duas ACPs desta PJ, uma na 3ª Vara de Fazenda Pública e outra, da 4ª Vara).	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	1	-	1	3	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	107	5	4	3	4	2	3	22	16
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										2*	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										17	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										135*	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										1	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										24	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										6	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:												0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):												0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.												
Obs.: *Significa que foi esclarecido pela Promotora de Justiça.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	1	1	1	3	2	1	1
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme especificado no item “atribuições do órgão”.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Melhorar a estrutura administrativa das PJs de PP (vide observações acima). Por exemplo, a PJ inspecionada não possui técnico administrativo, sendo as atividades administrativas desempenhadas pelo próprio assessor de Promotoria. Na prática, segundo o membro inspecionado, os técnicos acabam sendo lotados nas PJs com titulares mais antigos, os quais, via de regra, encontram-se em órgãos de atuação com menores cargas de trabalho; 2) A PJ entende que a improbidade administrativa relacionada à atuação na área da Saúde deveria ser de atribuição das PJs do PP, uma vez que acredita que a adoção de medidas para implementação de políticas públicas na área e a responsabilização por ato de improbidade administrativa do gestor são atividades, na prática, colidentes; 3) Criação de Projeto do CNMP que enfatize um MP mais pró-ativo e não apenas focado em atividades que, na prática, não atingem a coletividade de maneira eficaz; 4) A implementação, por parte dos órgãos correicionais, de sistema de controle estatístico que efetivamente demonstre as atividades extrajudiciais que são realizadas no órgão de execução (atendimentos ao público, reuniões, emails enviados/respondidos, até mesmo contatos telefônicos etc).			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
NF	NF 07/2014	24/10/2011	Encaminhamento de IP noticiando a prática de crimes eleitorais em 20/10/2011. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 06/2014	14/06/2011	Representação encaminhada pela SSP para a Chefia Institucional noticiando a prática de irregularidades na emissão de carteiras de identidade. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 01/2014	14/10/2011	Peças de Informação extraídas de MS impetrado pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de São Luís noticiando a prática de diversas irregularidades em pregões oficiais. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 02/2014	09/11/2011	Peças de Informação encaminhadas pela 5a Vara do Trabalho de São Luís noticiando a prática de diversas irregularidades na contratação de servidores sem concurso público. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 04/2014	21/10/2011	Peças de Informação encaminhadas pela 5a Vara do Trabalho de São Luís noticiando a prática de diversas irregularidades na contratação de servidores. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.



NF	NF 15/2014	05/10/2011	Peças de Informação encaminhadas pela 3ª Vara do Trabalho de São Luís noticiando a prática de diversas irregularidades. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Inexistência de qualquer andamento posterior até a presente data. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 20/2014	15/07/2011	Peças de Informação encaminhadas pela 5ª Vara de Fazenda Pública de São Luís noticiando a prática de diversas irregularidades praticadas no Hospital Geral Dr. Adelson de Souza Lopes. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Despacho apresentado em 24/10/2014 determinando expedição de ofício para apresentação do período em que o agente público exerceu suas funções. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	NF 13/2014	16/03/2011	Peças de Informação encaminhadas pela 2ª Vara de Fazenda Pública de São Luís apresentando cópias de feito judicial noticiando a prática de irregularidades em concurso público. Feito sem qualquer andamento. Registro como NF em 31/03/2014. Despacho apresentado em 17/10/2014. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	0011/2005	19/12/2005	IC instaurado em 19/12/2005 para apurar irregularidades no âmbito da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP. Ofício expedido em 10/09/2007, com reiteração em 05/03/2008. Ofícios em 16/10/2008, 04/12/2008, 29/07/2009, 02/06/2010. Prorrogação de prazo em 25/02/2011. Redistribuído em 29/04/2011. Juntada de documento em 04/05/2011. De 04/05/2011 até o dia 07/11/2014 não houve manifestação no feito ou movimentação do expediente. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	08/2014	31/03/2014	Expediente recebido para apurar possível irregularidade praticada por servidor do MPMA. Despacho do PJ em 15/05/2013, com conversão em NF em 31/03/2014. Sem Manifestação de 31/03/2014 até a presente data de inspeção. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	24/2014	31/03/2014	Expediente encaminhado em 26/10/2011, com manifestação apenas em 13/10/2014. Assunto aplicação de multa pelo TCEMA no DETRAN e empresa LFC Brandão. Não há despacho determinando instauração como NF. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	09/2014	31/03/2014	Expedientes nºs 5506AD/2011 e 1863AD/2012, recebidos da PGJ, sendo que o primeiro foi distribuído em 19/10/2011 e o segundo, 20/03/2012, com despacho do Dr. Zanony Passos Silva Filho, em 31/03/2014, convertendo em NF. Não houve movimentação ou despacho no período de 31/03/2014 até a presente data. Assunto: deficiência da execução do Programa Leite Fome Zero. SITUAÇÃO IRREGULAR.
NF	10/2014	31/03/2014	Expediente encaminhado em 24/08/2011 a PJ, com despacho de registro e autuação como Peças de Informação em 24/02/2014 e conversão em NF em 31/2014. Não houve manifestação de mérito entre 24/08/2011 até a presente data. Assunto: irregularidades verificadas por ocasião de pedido de alvará judicial. SITUAÇÃO IRREGULAR.

IC	002/2008	05/05/2008	IC instaurado para apurar irregularidades perpetradas pela Secretária de Estado de Segurança Cidadã e o Chefe de Gabinete, tais como ausência de licitação, fragmentação de despesas, dentre outros. Ofício em 05/06/2008, 09/06/2008, 31/07/2008, 02/04/2009. Prorrogado prazo em 25/02/2011, com redistribuição do feito em 29/04/2011. E desde o dia 29/04/2011 até a presente data não houve qualquer movimento ou manifestação. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	003/2007	13/11/2007	IC instaurado para apurar superfaturamento nas obras realizadas no Estádio Castelão, na Barragem Bacanga e na Ponte do São Francisco, de responsabilidade do Governo do Estado do MA. Juntada de documento em 04/03/2008. Ofício em 23/03/2009. Houve coleta de depoimentos em 27/05/2009. Promoção de arquivamento em parte. Prorrogado em 25/02/2011. Ofício em 03/03/2011. Feito recebido em redistribuição em 16/08/2012, sem qualquer manifestação ou movimentação desde então. SITUAÇÃO IRREGULAR.
IC	05/2009	29/07/2009	IC instaurado para apurar irregularidades envolvendo o município de São Luís e a empresa Coliseu, responsável pela coleta de lixo na zona rural. Não houve prorrogação de prazos. Último despacho em 20/06/2013. Não houve qualquer manifestação ou despacho desde esta última data até a presente. SITUAÇÃO IRREGULAR.

#### OBSERVAÇÕES

1) Após a realização da visita de inspeção, merecem destaque os seguintes pontos: a) Baixa produtividade do órgão. Nenhum PIC instaurado, nenhuma denúncia oferecida e apenas 02 ACPs ajuizadas (uma delas sobre o caso dos juizes do Maranhão); a inicial de ACP contra um dos juizes aposentados compulsoriamente pelo CNJ (caso de fraudes na distribuição por prevenção inexistente, decisões contrárias à Fazenda Municipal, quase 6 milhões de reais envolvidos), foi ajuizada em maio/2014, não tendo sido recebida até a presente data; b) Diversas peças de informação e representações foram autuadas como NFs apenas em março do corrente ano, sendo que muitas delas ficaram paralisadas durante muitos anos (algumas desde 2011) – listagem em anexo; c) Diversas peças de informação e representações convertidas em ICs ficaram paralisadas durante um longo período (listagem dos ICs que foram convertidos recentemente em anexo, estando tais feitos marcados com asterisco); d) em regra, os prazos não são observados; e) as prorrogações, quando ocorrem, são feitas fora do prazo e não são fundamentadas; f) elevado número de feitos na PJ sem que haja adoção de medidas para solver o assunto; g) investigações de fatos graves, envolvendo inclusive agentes políticos, não são impulsionadas com celeridade, protraindo-se no tempo, com requisições de diligências e informações, cujo prazo fixado normalmente não é atendido e nem reiteração ocorre imediatamente após o término do lapso temporal estabelecido; h) o órgão de execução não conta com quadro de apoio condizente – apenas uma assessora jurídica se encontra em atuação, não havendo técnico ministerial lotado no órgão –, como também não se verificou a presença de rotinas administrativas eficientes para o controle estatístico de feitos e demais atividades desempenhadas no âmbito da PJ inspecionada, notadamente no que se refere ao controle estatístico de feitos e atendimento ao público.

2) Cumpre, porém, anotar que a PJ entrevistada, no curto período que esteve à frente do órgão, por férias do PJ Zanony Passos, adotou algumas medidas, com demonstração de que está tentando regularizar a situação grave encontrada. Atualmente, a PJ entrevistada está atuando no órgão, porque o Dr. Zanony Passos entrou em licença médica em 02/12/2014.

3) Diante desse contexto, conclui-se, com base nos dados colhidos, que a PJ funciona de forma precária, os feitos não ainda não tem o impulso e os encaminhamentos em prazo razoável e alguns fatos graves deixam de ser apurados com celeridade, com riscos de prescrição e prejuízos definitivos ao erário e à probidade administrativa.

4) Não foram apresentadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.54.

#### 32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATRIBUIÇÕES  
(Ato normativo)

Atua perante a 1ª Vara da Infância e Juventude nos feitos de natureza cível, adoção, guarda, tutela, destituição de poder familiar, suspensão do poder familiar, infração administrativa.

TITULAR

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 13/06/2008; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente como Coordenador do CAOP da Infância; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (outubro de 2014), cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 técnico ministerial administrativo, 2 técnicos ministeriais – execução de mandados, 1 assistente social (cedido), 1 assessora de promotor de justiça (cargo em comissão), 2 estagiárias extracurriculares do serviço social (remuneradas) e 1 estagiária curricular de serviço social (não remuneradas) e 1 estagiário de Direito.											
Estrutura física	No primeiro subsolo do prédio das Promotorias de Justiça. Local sem iluminação e ventilação naturais e sem espaço para entrevista dos usuários com garantia da sua preservação de sua privacidade, pois as suas divisórias são de meia parede e o único local reservado não é climatizado. A brinquedoteca criada pelos servidores e promotor não tem espaço adequado.											
Sistema de Arquivo	Em pastas e caixas arquivos. A maioria dos documentos é digitalizada. As peças são arquivadas em pasta do computador em que são produzidas, exceto aqueles redigidos via SAP (sistema Administrativo da Promotoria), cujos despachos ficam arquivados no próprio sistema.											
Sistema de Registro	Inquérito civil: livro de protocolo; procedimentos preparatórios: livro de protocolo; controle de baixa de inquérito: no livro de registro de IC e no SAP-Sistema Administrativo da Promotoria; ofício expedido e recebido: nas pastas físicas AZ e no SAP; e controle de recebimento e devolução de processo: via SIMP e SAP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há disponibilidade desses recursos, pois nos TACs as multas são direcionadas ao Fundo controlado pelo Conselho Dos Direitos da Criança e do Adolescente, seja Estadual, seja Municipal.												
Obs.:A mudança da promotoria para sua atual sede tem prejudicado o acesso dos usuários economicamente vulneráveis ao atendimento direto, ante a falta de transporte público suficiente. O registro da movimentação pelo SIMP tem atrasado as atividades administrativas pela lentidão da rede de internet. A 32ª PJ desenvolveu internamente um sistema (SAP) o qual é utilizado somente pela promotoria. Ainda não migraram as informações ao SIMP. Segundo nos relatou, o SAP foi homologado pela Corregedoria que autorizou a utilização pela Promotoria, porém o servidor que desenvolveu o sistema é detentor dos direitos autorais e não permitiu a utilização por nenhuma outra promotoria.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.138 processos, segundo levantamento em 05/11/2014.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: Em tramitação na 1ª Vara da Infância e Juventude existem 305 processos de autoria do MP, sendo 36 Ações Cíveis Públicas, das quais 30 são de autoria do MP – dados informados pelo cartório judicial.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	7	3	0	15	10	0	22	1	1	37	48	81
Distribuídos no mês	87	0	204	108	36	95	106	72	50	196	130	108
Impulsionados no mês	22	2	96	93	145	55	119	226	21	133	79	272
Saldo do mês	3	0	15	10	0	22	1	1	37	48	81	0
Audiências realizadas	0	10	22	29	6	6	0	0	5	1	1	0
Obs: Nenhum dos números apresentados estão consistentes. O saldo anterior somado ao número de processos recebidos diminuído os processos impulsionados não totalizam os números informados. A soma aritmética não confere.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	49	14	46	84	21	35	36	70	28	954	1295	39
TAC firmado	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	0	0	0	0	5	4	0	1	0	1	2	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	3	0	0	12	9	9	12	6	9	9	6	5
Arquivamento sem Remessa	230	85	35	19	55	50	47	65	23	43	40	15
Arquivamento com Remessa	1	0	6	4	2	4	4	7	5	4	7	0
Termos de Depoimento	0	3	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0

Oitivas informais de adolescentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	1	12	0	2	1	5	4	1	8	7	5	0
Reuniões (com ata)	0	0	1	0	0	3	5	0	2	3	2	4

Obs.: 1) Em janeiro de 2014 houve mudança da Sede das Promotorias de Justiça da Capital conforme o Ato n.º 3693/2013-GPGJ com prejuízo para as atividades regulares da Promotoria; 2) O aumento das notícias de fato distribuídas em setembro e outubro de 2014 tiveram um aumento exponencial em razão da conversão do estoque de denúncias transmitidas pela Ouvidoria do SDH relacionadas ao Disque 100.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)	30
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	305
	Ações de destituição do poder familiar	Não informado
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	★
	Em tramitação há mais de 30 dias:	★
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	★
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	★
	Em tramitação há mais de 180 dias:	★
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	★
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	★
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	★
	Em tramitação há mais de 90 dias;	★
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		★
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		Prejudicado
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Centro de Internamento Provisório:	Prejudicado
	Entidade de acolhimento institucional:	33
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		121

Obs: ★ Não foi possível realizar a contagem dos procedimentos e notícias de fato, classificando-as conforme o quadro acima, tendo em vista a grande quantidade em tramitação na 1ª PJ da Infância e Juventude, que totalizam alguns milhares, conforme as observações ao final.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo do mês atual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos e Remissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Representações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências de Apresentação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Unidades de Internação:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

Obs.: Encontram-se tramitando na Promotoria 14 inquéritos civis; 14 procedimentos administrativos; 584 procedimentos preparatórios e 4.949 notícias de fato (destas, 718 não tiveram nenhuma análise desde a autuação, conforme relatórios anexos). Verificou-se que a Promotoria se encontra com acumulação de procedimentos em diversas prateleiras, não havendo controle dos feitos aptos a serem arquivados e daqueles que demandam análise. Em anexo, segue também relatório da última inspeção realizada pela Corregedoria-Geral do Maranhão, na Promotoria (em 24/09/2014), cujos documentos foram entregues à equipe e juntados aos autos de inspeção.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Considerando que a criação de outro cargo de promotor da infância não implica em incremento das atividades sem que haja apoio técnico administrativo correspondente, sugere-se o aumento do número de servidores da 32ª Promotoria Especializada; 2) O volume de procedimentos administrativos (em sentido amplo) tramitando impõe a organização de uma secretaria específica preferencialmente sobre a coordenação de um analista processual de direito com pelo menos três técnicos ministeriais administrativos, todos com função gratificada ou gratificação por condição especial de serviço, a fim de que possam dar expediente de 08 horas; 3) Para realização de diligências externas, indispensáveis a instrução dos procedimentos administrativos (em sentido amplo), é necessário garantir pelo menos dois Técnicos Ministeriais – Execução de Mandados sem quaisquer outras atribuições; 4) A definição jurídica dos procedimentos extrajudiciais e judiciais poderia ser abreviada se a Promotoria pudesse dispor de 02 Assessores de Promotor de Justiça, haja vista que todos os processos judiciais tem vista ao Parquet, ao que se adicionam todas as medidas extrajudiciais de tutela individual e coletiva, anotando-se por necessário, que a 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, perante a qual atua o titular da Promotoria, dispõe efetivamente de 05 servidores exclusivamente na minuta de sentenças decisões judiciais; 5) Anote-se, ainda, que a 1ª Vara da Infância tem sido premiada nos últimos dois anos com o 14º Salário pela superação das metas de produtividade, o que, logicamente, implica em dizer que todas essa produção extra teve o efetivo concurso desta Promotoria para sua concretização. Isso, repita, com uma equipe numericamente inferior ao do Juizado. 6) A adoção do programa Modulo Criança e Adolescente – MCA, do MP-RJ; – Medida a ser determinada pela Administração Superior –; melhoraria o controle dos casos de acolhimento institucional e familiar; 7) É necessário garantir o melhor fluxo de informações entre os seis Promotores da Infância e os dois da Educação, todos da Capital, por meio da criação de uma Coordenadoria, com estrutura administrativa mínima de um Analista Ministerial – Área Processual, dois Técnicos Ministeriais – Área Administrativa, e uma Assistente Social, exclusivamente para articular as ações de casos que tenham interface dos diversos Órgão de execução na Área, inclusive por meio de um software com informações a serem alimentadas e utilizadas em comum entre eles, bem como conciliar as intervenções do sistema de garantia de direitos, notadamente no acompanhamento das deliberações e reuniões do conselhos de políticas públicas em especial o da Infância e da Juventude (Estadual e Municipal), de Assistência Social (Estadual e Municipal) e de Direitos Humanos, principalmente pela orientação do art. 93, II, do CDC. 8) Para garantia de que não haverá solução de continuidade quando dos afastamentos dos titulares das 06 Promotorias da Infância da Capital é indisponível que se dê cumprimento a Normativa Institucional local no sentido de que o 19º e a 20ª Promotores Especializados de Substituição Plena e seus Assessores, vinculados a Infância e Juventude, não sejam designados para substituição em outras áreas, bem como possam atuar concorrentemente, a pedido dos respectivos titulares desses Órgãos de Execução Ministerial Infância-Juvenis.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

1) OTCE-MA realizou em 2012 auditoria operacional sobre o Programa de Leite Especial (Processo n.º 10350/2011), relatado pelo Conselho Substituto Osmário Freire Guimarães, por provocação desta Promotoria nos autos do IC n.º 00012006, resultando em uma série de recomendações do Órgão de Controle Externo ao Governo do Estado, com melhoria do programa e subsidiando Ação Civil Pública (Processo n.º 406-11.2013.8.10.0002); 2) Foi ajuizado, em 2012, uma ação declaratória contra o Banco do Brasil, pedindo que a Justiça determinasse à instituição bancária que não exigisse o termo de guarda ou de tutela das crianças e adolescentes acolhidos como condição para a abertura das contas de depósito. O processo foi julgado procedente pela 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, em decisão inédita nacionalmente. Com a sentença, o Promotor provocou o PFDC que expediu a Recomendação n.º 02/2014-PFDC, ao Banco Central, que, por sua vez, publicou a carta circular n.º 3667, de 1º de agosto de 2014, orientando toda a rede bancária sobre o alcance do § 1º do art. 92; 3) Após solicitação de providências formulada pela 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de São Luís, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão encaminhou recomendações aos cartórios de registro civil de pessoas naturais de São Luís, para que realizem o registro de filhos de menores que estejam acompanhados de representante. O documento define como representante dos pais menores de idade, o pai e/ou a mãe deles, bem como parente mais próximo, desde que maior e capaz; 4) Embora julgada improcedente, a Ação Civil Pública proposta pela Promotoria contra o Estado inibiu iniciativa patrocinada pela ANOREG/MA no sentido de anular mais de um milhão de registro civis de nascimento feitos por servidores do TJMA e não por registradores ou seus delegados. O MP apelou da sentença. Meses anos da Ação o TJMA havia aprovado um fundo especial para compensar os registradores por cada certidão de registro civil emitida; 5) Em paralelo as ações judiciais cabíveis, A Promotoria mobilizou a Assembleia Legislativa do Maranhão, em conjunto com o CEDCA e a ACETEMA, pela publicação da emenda constitucional n.º 52 que explicitou, ante o princípio da prioridade absoluta, a vedação do contingenciamento das dotações orçamentárias relacionadas a política de atendimento da criança e do adolescente. O Promotor participa da Comissão Permanente da Infância e da Juventude, vinculada ao grupo nacional dos direitos humanos, órgão do conselho nacional de Procuradores Gerais de Justiça – CNPG, contribuindo para os debates e elaboração dos enunciados.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Civil	001/2013	07/08/2013	Expedida recomendação em 02/06/2014. Concluso em 17/06/2014. Sem análise. Ausente prorrogação. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Inquérito Civil	001/2006	06/04/2006	Juntados documentos em 12/11/13. Sem análise desde então. Ausente prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	003/2010	13/12/2010	Concluso desde 27/01/2011, sem análise e sem prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	003/2013	19/08/2013	Feito sem impulso desde a instauração do inquérito. Ausente prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	002/2013	19/08/2013	Feito sem impulso desde a instauração do inquérito. Sem prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	004/2013	27/08/2013	Feito sem impulso desde a instauração do inquérito. Sem prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	001/2010	17/05/2010	Concluso desde 25/01/2012, sem análise e sem prorrogação. Irregular
Inquérito Civil	001/2014	06/02/2014	Expedido ofício, sobreveio resposta em 09/07/2014. Até o momento sem análise. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Procedimento Preparatório	086/2008	21/07/2008	Aguardando cumprimento despacho desde 05/06/2013. Sem impulso. Excedido prazo para a conversão em inquérito civil. Irregular
Procedimento Preparatório	029/2013	12/03/2013	Encaminhado à assessoria para minuta de TAC em 10/04/2013. Sem impulso. Excedido o prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	178/2012	30/11/2012	Aguardando cumprimento de despacho desde 23/02/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	065/2013	04/06/2013	Aguardando cumprimento de despacho desde 23/02/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	030/2013	12/03/2013	Aguardando cumprimento de despacho desde 16/07/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	019/2010	12/10/2010	Concluso com a assessoria desde 22/03/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular



Procedimento Preparatório	112/2008	21/08/2008	Concluso com o Promotor desde 23/01/2012. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	003/2009	17/04/2009	Aguardando cumprimento de despacho desde 10/07/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	039/2010	09/04/2010	Concluso com o Promotor desde 23/02/2012. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	084/2011	18/05/2011	Aguardando cumprimento de despacho desde 20/08/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	035/2013	19/03/2013	Aguardando cumprimento de despacho desde 08/05/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	105/2012	09/07/2012	Aguardando cumprimento de despacho desde 14/03/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	043/2008	09/04/2013	Aguardando cumprimento de despacho desde 21/08/2013. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	143/2008	11/11/2008	Aguardando cumprimento de despacho desde 10/09/2010. Sem impulso. Excedido prazo de conversão do PP em IC. Irregular

Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

#### OBSERVAÇÕES

1) A promotoria atende um público potencial de quase 300 mil pessoas, que corresponde à faixa de habitantes com menos de 19 anos, segundo o censo IBGE 2010, excetuada a atribuição do ato infracional e de crimes contra criança e adolescente, envolvendo a fiscalização das entidades, inclusive para as inspeções de entidades de acolhimento, audiências concentradas, processos de escolhas dos sete conselhos tutelares, atuando o promotor ainda como Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e como representante do CNPG na Comissão Especial sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, além de atuar perante a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJA), o que implica em deslocamentos, para dentro e fora do estado, conforme documentos anexos, entregues à equipe e juntados aos autos de inspeção. A promotoria sofreu correição ordinária, pela CGMP, no mês de setembro de 2014. Houve indeferimento, pela Corregedoria e pela Procuradora-Geral de Justiça de pedidos desta promotoria, no sentido de que a 20ª Promotora de Justiça Especializada de Substituição Plena, vinculada à área da Infância e da Juventude, auxiliasse as atividades deste Órgão de Execução Ministerial ante a imensa demanda de serviços que foi identificada após uma reunião de trabalho na catalogação de todos os documentos em tramite pelo Sistema Administrativo da Promotoria (SAP), software criado, voluntariamente e sem ônus para Procuradoria Geral de Justiça, pelo servidor Fernando Santos de Araújo, ferramenta que tem sido revelada indispensável para o desenvolvimento das atividades do Órgão. Houve um aporte elevado de denúncias encaminhadas pelo Disque 100, quando a SDH transferiu os dados respectivos para o SIMEC, programa que antecedeu o SONDA, atualmente utilizado, o que levou à edição da Ordem de Serviço n.º 02/2013-GABPIJ, delegando atividades para apuração dos casos, que restou pouco exitosa em face da limitação da atuação dos técnicos ministeriais de execução de mandados, os quais têm sido sobrecarregados com a demanda dos processos administrativos em sentido amplo. Atualmente os casos do Disque 100 foram divididos a partir dos territórios da SUAS, estando por se iniciar uma série de reuniões com os conselhos tutelares, CRAS e CREAS, visando identificar, em cada denúncia, a suficiência ou não da atuação do sistema de garantia de direitos; 2) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 3) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 4) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 5) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 6) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 7) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.54.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor Márcio Thadeu Silva Marques, prestou os seguintes esclarecimentos: acerca das *“inconsistências nas estatísticas Cíveis Judiciais apresentadas pela unidade inspecionada”*, relatou que as inconsistências haviam sido corrigidas quando da inspeção, mas, por motivo que desconheço, voltaram a constar das informações em posse do CNMP, talvez por erro da Promotoria de Justiça, fato que será verificado. Apresentou os dados corrigidos (fls. 416, Anexo II, Volume III). Acerca dos *“dados não informados sobre o número de ações de destituição do poder familiar sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária”*, esclareceu que, mais uma vez, não tem como explicar a omissão, eis que quando do primeiro envio, pela CGMP, constava o dado colhido, por certidão, junto à unidade judiciária. Por algum problema de transmissão, quiçá por parte da Promotoria de Justiça, o relatório preliminar da inspeção não identificou a informação. Os dados *“sobre o número de ações de destituição do poder familiar sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária”* envolvem as ações de autoria do Ministério Público e de outros legitimados, como parentes das crianças e adolescentes. Assim, a obtenção desse dado depende de certidão da unidade judiciária. Entretanto, consoante CERTIDÃO que juntou (fls. 421/422, Anexo II, Volume III), desde 29/05/2015 até o dia 08/06/2015 o expediente da 1ª Vara da Infância e da Juventude desta capital, em que tais ações são acompanhadas por este órgão de execução ministerial, está suspenso ante a mudança da sede do Juizado para o Fórum Des. José Sarney. Assim, somente a partir do dia 08/06/2015 é que é possível não só tentar resgatar a informação demanda, como também atualizá-la. Sobre o *“número de procedimentos extrajudiciais em tramitação”*, *“bem como sobre as respectivas observações da equipe de inspeção (tramitação de 14 inquéritos civis; 14 procedimentos administrativos; 584 procedimentos preparatórios e 4.949 notícias de fato – destas 718 não tiveram nenhuma análise desde a autuação e ausência de controle de feitos, conforme relação em mídia eletrônica (CD))”*, aduziu que, consoante o levantamento, em 30/05/2015 há 5.016 (cinco mil e dezesseis) Notícias de Fato em tramitação na unidade ministerial além de 24 (vinte e quatro) procedimentos administrativos, 564 (quinhentos e sessenta e quatro) procedimentos preparatórios e 31 (trinta e um) inquéritos civis, perfazendo um total de 5.635 (cinco mil, seiscentos e trinta e cinco) itens de investigação extrajudicial a encargo desta Promotoria de Justiça. Ademais, com o processo nacional unificado para a escolha de conselheiros tutelares, ex vi da Lei 12.696/2012 e da Resolução CONANDA 152, funcionarão 10 (dez) Conselhos Tutelares nesta capital crescendo-se 03 (três) aos 07 (sete) já existentes, o que impactará ainda mais o volume de NOTÍCIAS DE FATO, ante a regra dos incisos IV, X, XI e parágrafo único, do art. 136 do ECA. Informou que, de fato ainda há um grande número de itens de investigação com prazo extrapolado, sem que tenham sido convertidos, prorrogados, encerrados ou arquivados. Não obstante as mudanças procedimentais adotadas, inclusive com a adoção de um MANUAL DE ROTINAS, para que mais atos não exclusivos do Promotor de Justiça possam ser cumpridos ou adotados de ordem. Além disso, a localização física dos processos foi alterada, com nova localização nas estantes, separando-se os autos por tarefa e por responsável, em substituição ao sistema anterior em que os autos tinham posição permanente nas estantes. A conversão dos procedimentos administrativos em sentido amplo (NF, PP, PA ou IC) pelo decurso de prazo está sendo paulatinamente feita, de acordo com os recursos humanos disponíveis. Nesse ponto, não se solicitou a atuação do GPI (Grupo de Promotores Itinerantes), por se entender que, havendo Promotor de Justiça Especializado em Substituição Plena na área da infância e identificada em Correição Ordinária da CGMP a situação de elevado estoque de autos extrajudiciais, caberia a tal Promotor de Justiça Especializado em Substituição Plena na área da infância apoiar, de forma concorrente, o signatário, posto que a especialização na matéria é questão central como dispõe, *mutatis mutandis*, o Provimento nº 36, da Corregedoria Nacional da Infância e da Juventude. Frise-se, ainda, que a 20ª Promotora de Justiça Especializada em Substituição Plena na área da infância tem vinculado a si um assessor de Promotor de Justiça, o que não é garantido pelo GPI. A utilização dos Assessores dos Promotores de Justiça Especializado em Substituição Plena na área da infância ajudaria a suprir parte da deficiência de servidores para dar cumprimento aos despachos já lançados. Outra medida que ainda pende de solução é a lotação temporária da Assessora de Promotor de Justiça do 19º Promotor de Justiça Especializado em Substituição Plena na área da infância, ora afastado para a Assessoria da PGJ, com o fim contribuir nesta 32ª PJ Especializada, o que não vem ocorrendo. Acerca das *“visitas realizadas e audiências concentradas em entidades*

de acolhimento”, consignou que, em 2014, foram realizadas todas as inspeções previstas pela Resolução CNMP 71 em entidades de acolhimento familiar e institucional em São Luís/MA, em um total de 33 (trinta e três) inspeções, com o envio dos relatórios, pelo SISTEMA DE RESOLUÇÕES do CNMP, e a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais descritos nos respectivos relatórios. No que toca às audiências concentradas disciplinadas pelo Provimento nº 32, da Corregedoria Nacional de Justiça, informou que esteve presente em todas, envolvendo as dez entidades de acolhimento institucional, nos dois semestres de 2014. Quanto às “informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação”, informou que, no quadro “PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS”, do relatório preliminar da inspeção do CNMP constam 8 (oito) inquéritos civis e 14 (catorze) procedimentos preparatórios, totalizando 22 (vinte e dois) procedimentos administrativos, em sentido amplo, examinados, havendo um registro, ao final daquele quadro, considerando regulares os demais processos ou procedimentos analisados. Sobre esses 22 (vinte e dois) procedimentos administrativos, em sentido amplo, informou que apresentou quadro, atualizado até 30/05/2015, embora não conste nos arquivos enviados à Corregedoria Nacional. No que toca à “relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação”, ressaltou que não há processos judiciais com vista ao Ministério Público na data de hoje, 1º/06/2015. Quanto aos procedimentos extrajudiciais, com já registrado acima, há 5.635 (cinco mil, seiscentos e trinta e cinco). Tal quantidade impede que se faça a relação, com o detalhamento determinado, no prazo de cinco dias, já que, consoante a anexa CERTIDÃO, somente pelo SAP (SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA PROMOTORIA) seria possível alcançar a meta imposta. Ocorre que o servidor Fernando Santos de Araújo, detentor da propriedade intelectual do software, único apto a obter tais relatórios, está em gozo de licença. Assim, comprometeu-se a enviar, a partir do dia 10/06/2015, data do fim de tal licença, os relatórios solicitados, para o e-mail da CGMP/MA. Sobre a observação 7, por parte dos responsáveis pela inspeção nas Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da capital, acerca da “necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes”, notadamente, “no que se refere à promotoria cível, conforme descrito no termo próprio”, ou seja, esta 32ª Promotoria de Justiça Especializada, explicou que o elevado estoque extrajudicial teve justificativa apresentada à CGMP, quando da última correção ordinária, devendo-se, principalmente, à insuficiência de pessoal para a respectiva movimentação dos documentos e a efetivação de seus expedientes. Assim, atende ao princípio da prioridade absoluta dos interesses de crianças e adolescentes a conclusão 7 da equipe de inspeção aqui examinada, impondo-se, pela dicção do art. 227 da Constituição, seu urgente acatamento pela Administração Superior do MPMA. Por fim, colocou-se à disposição para, a partir de 08/06/2015 (data do reinício do expediente da unidade judiciária perante a qual atua), atualizar o número de ações de destituição do poder familiar em trâmite na 1ª Vara da Infância e da Juventude e, desde 10/06/2015 (data do retorno do servidor responsável pelas estatísticas no SAP), para encaminhar a relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**13.55. 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua perante a 2ªVara da Infância e Juventude, nos processos referentes a atos infracionais.
TITULAR	RAIMUNDO NONATO SOUSA CAVALCANTE	
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 04/04/2001, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 34ª e 37ª PJs Especializadas; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 16h.		
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Atendimento ao público	Durante o expediente.	

Estrutura de Pessoal	1 assessor de promotor de justiça (cargo em comissão) e, compartilhado com as demais promotorias, 1 técnico ministerial em execução de mandados, 1 assistente social, 2 policiais militares, 2 funcionários de serviços gerais terceirizados.											
Estrutura física	Parte do prédio cedido pela Secretaria de Segurança Pública, composta por 3 gabinetes para promotores, 1 sala do serviço social, 1 recepção, 1 almoxarifado, 3 banheiros, 1 copa e cozinha.											
Sistema de Arquivo	Em pastas e caixas arquivos e arquivos eletrônicos.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 184 (entre autos de apreensão em flagrante, boletim de ocorrência, processo de apuração de ato infracional).												
Obs: Existem muitos processos acumulados na promotoria de justiça. Na 2ª Vara da Infância e Juventude tramitam os processos em que atuam os Promotores de Justiça das Promotorias que atuam tanto na área de apuração do ato infracional, como na execução de medidas socioeducativas, o que dificulta a obtenção das informações acima requeridas, posto que na referida unidade não é feita a separação por promotoria ou promotor.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	7	15	17	15	15	17	10	5	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
	Ações de destituição do poder familiar									Prejudicado		
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		

Notícias de Fato					Em tramitação há menos de 30 dias:					Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios					Em tramitação há mais de 30 dias:					Prejudicado			
					Em tramitação há menos de 90 dias:					Prejudicado			
					Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):					Prejudicado			
Inquéritos Cíveis					Em tramitação há mais de 180 dias:					Prejudicado			
					Em tramitação há menos de 1 ano:					Prejudicado			
Procedimentos Administrativos					Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):					Prejudicado			
					Em tramitação há menos de 90 dias;					Prejudicado			
					Em tramitação há mais de 90 dias;					Prejudicado			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:													Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:													Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:													Prejudicado
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)													Prejudicado
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:													Prejudicado
Visitas realizadas					Delegacias de polícia:					Não informado			
					Centro de Internamento Provisório:					Não informado			
					Entidade de acolhimento institucional:					Não informado			
					Outras unidades de atendimento:					Não informado			
					Estabelecimentos de Saúde:					Não informado			
					Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:					Não informado			
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:													Não informado
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês:		14	39	49	48	42	83	17	20	24	77	62	-
Saldo do mês atual:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:		20	18	20	30	41	36	38	28	21	59	32	-
Recursos interpostos nos últimos 30 dias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos		12	36	39	35	36	50	42	37	20	26	28	-
Arquivamentos e Remissões		4	6	6	9	4	24	5	1	18	41	29	-
Representações		7	16	14	14	14	9	7	11	19	27	23	-
Audiências de Apresentação		20	18	20	30	41	36	38	28	21	59	32	-
Obs.: Não foram apresentados os dados referentes ao mês de novembro/14. Tampouco o saldo anterior, a distribuição do mês e o saldo do mês atual. Percebeu-se que não existe controles da entrada e saída de processos.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional					Com vista há mais de 30 dias:					98			
					Com vista há mais de 6 meses:					46			
					Com vista há mais de 12 meses:					0			
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional					Com vista há mais de 30 dias:					5			
					Com vista há mais de 6 meses:					1			
					Com vista há mais de 12 meses:					0			
3. Execução de medidas socioeducativas					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado			
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado			
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado			
Processos eleitorais					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado			
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado			
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado			



Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:		Prejudicado
	Unidades de Internação:		Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: 33ª PJ recebe os feitos com numeração par, enquanto que a 34ª PJ recebe os feitos com numeração ímpar.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado formulou algumas sugestões: 1) Designação de pelo mais um assessor jurídico, um psicólogo e um servidor para alimentar o sistema SIMP, para atuar em comum nas três promotorias de justiça; 2) Visando à maior celeridade nas soluções dos processos envolvendo o adolescente infrator, sugere a realização de gestões para retornar a situação que anteriormente existia, ou seja, reunir em um único complexo a atuação ministerial, judicial e da polícia judiciária, conforme disposto na lei, centro integrado.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Auto de Apreensão em Flagrante (AI)	138952014	25/03/2014	Notificado o responsável para apresentação do adolescente em audiência de apresentação no dia 28/04/2014, não houve comparecimento. Desde então o feito se encontra sem análise. Irregular
Boletim de Ocorrência	122742014	10/02/2014	Vista em 31/03/2014. Sem análise. Irregular
Auto de Apreensão em Flagrante (AI)	132592014	21/03/2014	Vista em 24/03/2014. Sem análise. Irregular
Boletim de Ocorrência	129722014	20/03/2014	Vista em 24/03/2014. Sem análise. Irregular
Auto de Apreensão em Flagrante (AI)	53612014	05/02/2014	Realizada audiência de apresentação em 03/04/2014. Desde então sem análise. Irregular.
Boletim de Ocorrência	48902014	03/02/2014	Audiência de apresentação em 07/10/14, não houve comparecimento do adolescente e responsável. Desde então aguarda análise. Irregular
Auto de Apreensão em Flagrante (AI)	47932014	03/02/2014	Audiência de apresentação em 19/03/14, não houve comparecimento do adolescente e responsável. Desde então aguarda análise. Irregular
Relatório de Investigação	81132014	19/02/2014	Audiência de apresentação realizada em 08/04/2014. Aguarda representação. Irregular
Boletim de Ocorrência	69932014	13/02/2014	Audiência de apresentação em 10/04/2014, não compareceu o adolescente e responsável. Desde então aguarda análise. Irregular
Boletim de Ocorrência	65622014	12/02/2014	Não localizado o adolescente e responsável para audiência de apresentação marcada para o dia 21/03/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.
Boletim de Ocorrência	57562014	07/02/2014	Não localizado o adolescente e responsável para audiência de apresentação marcada para o dia 20/03/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.
Boletim de Ocorrência	58152014	07/02/2014	O adolescente e responsável não compareceram à audiência de apresentação marcada para o dia 20/03/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.
Boletim de Ocorrência	57382014	06/02/2014	Não localizado o adolescente e responsável para audiência de apresentação marcada para o dia 20/03/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.
Boletim de Ocorrência	48052014	03/02/2014	Não localizado o adolescente e responsável para audiência de apresentação, conforme certidão de 04/04/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.
Auto de Apreensão em Flagrante (AI)	34472014	27/01/2014	Não localizado o adolescente e responsável para audiência de apresentação marcada para o dia 11/03/2014. Feito sem análise desde então. Irregular.



Processo de Apuração de Ato Infracional	380582015	09/04/2013	Vista em 10/12/2013 para memoriais – Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	354532024	30/07/2014	Vista em 25/09/2014 para memoriais – Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	573182013	29/11/2013	Vista em 16/07/2014 – sem análise. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	531442013	05/11/2013	Vista em 25/09/2014 para memoriais – Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	523062013	31/10/2013	Vista em 16/07/2014 – sem análise. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	144072014	21/11/2013	Vista em 24/07/2014 – sem análise. Irregular

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O membro inspecionado está acumulando a 37ª PJ Especializada em razão da licença médica da titular e ainda a 34ª PJ Especializada, eis que o Dr. Luiz Gonzaga está na Direção-Geral desde há pouco mais de dois anos;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 3) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 4) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 5) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 7) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 8) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

#### 13.56. 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar perante a 2ª Vara da Infância e Juventude, nos processos referentes a ato infracional.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO (afastado para ocupar a função de Diretor Geral)
SUBSTITUTO	RAIMUNDO NONATO SOUSA CAVALCANTE
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 04/04/2001; reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pelas 34ª e 37ª PJs Especializada; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 16h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 12h e das 14h às 17h.

Estrutura de Pessoal	1 assessor de promotor de justiça (cargo em comissão) e, compartilhado com as demais promotorias, 1 técnico ministerial em execução de mandados, 1 assistente social, 2 policiais militares, 2 funcionários de serviços gerais terceirizados.											
Estrutura física	Parte do prédio cedido pela Secretaria de Segurança Pública, composta por 3 gabinetes para promotores, 1 sala do serviço social, 1 recepção, 1 almoxarifado, 3 banheiros, 1 copa e cozinha.											
Sistema de Arquivo	Armário (pastas).											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 173 (entre autos de apreensão em flagrante, boletim ocorrência, processo de apuração de ato infracional).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oitivas informais de adolescentes	12	8	11	4	25	13	16	3	22	9	17	
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
	Ações de destituição do poder familiar									Prejudicado		
Processos d infância e juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos da onfância e juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		

Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado		
Comparecimento à Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:											Prejudicado		
Audiências concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:											Prejudicado		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses:	Delegacias de polícia:										Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado		
	Entidades de Acolhimento Institucional:										Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado		
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:											Prejudicado		
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:											Prejudicado		
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês:		27	38	22	9	39	31	23	30	54	64	63	-
Saldo do mês atual:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:		25	18	19	30	52	38	32	28	25	59	60	-
Recursos interpostos nos últimos 30 dias:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados / Notícia de Atos Infracionais distribuídos		13	45	38	40	43	53	49	37	30	27	38	-
Arquivamentos e Remissões		0	14	6	4	9	9	7	1	41	20	20	-
Representações		17	17	16	3	20	16	10	17	30	30	25	-
Audiências de Apresentação		25	18	19	30	52	38	32	28	25	59	60	-
Obs.: Não foram apresentados os dados referentes ao mês de novembro/14. Tampouco o saldo anterior, a distribuição do mês e o saldo do mês atual. Percebeu-se que não existe controles da entrada e saída de processos.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Termos Circunstanciados / Notícia de Ato Infracional				Com vista há mais de 30 dias:							93		
				Com vista há mais de 6 meses:							12		
				Com vista há mais de 12 meses:							0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional				Com vista há mais de 30 dias:							23		
				Com vista há mais de 6 meses:							1		
				Com vista há mais de 12 meses:							0		
Execução de Medidas Socioeducativas				Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:							Prejudicado		
				Unidades de Internação:							Prejudicado		

Se existe critério de recebimento de feitos: A 33ª PJ recebe os feitos com numeração par, enquanto que a 34ª PJ recebe os feitos com numeração ímpar.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Designação de pelo mais um assessor jurídico, um psicólogo e um servidor para alimentar o sistema SIMP, para atuar em comum nas três promotorias de justiça; 2) Visando à maior celeridade nas soluções dos processos envolvendo o adolescente infrator, sugere a realização de gestões para retornar a situação que anteriormente existia, ou seja, reunir em um único complexo a atuação ministerial, judicial e da polícia judiciária, conforme disposto na lei, centro integrado.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Boletim de Ocorrência	277802014	10/06/2014	Vista em 25/06/2014 – sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	246012014	26/05/2014	Vista em 02/06/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	278132014	10/06/2014	Vista em 25/06/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	289902014	18/06/2014	Vista em 25/06/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	289802014	18/06/2014	Vista em 25/06/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	482612013	09/10/2013	Vista em 12/08/2014 para memoriais. Prazo excedido. Sem análise. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	531172013	05/11/2013	Vista em 28/04/2014 para memoriais. Sem análise. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	125322014	18/03/2014	Vista em 15/07/2014 para memoriais. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	523112013	31/10/2013	Vista em 16/07/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	288062014	18/06/2014	Vista em 15/08/2014 para memoriais. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	568522013	27/11/2014	Vista em 22/08/2014 para memoriais. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Processo de Apuração de Ato Infracional	95622013	08/03/2013	Vista em 05/08/2014 para memoriais. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	385402014	14/08/2014	Vista em 21/08/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	377502014	08/08/2014	Vista em 13/08/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular
Boletim de Ocorrência	351802014	29/07/2014	Vista em 11/08/2014. Sem análise. Prazo excedido. Irregular

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O titular Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho encontra-se afastado para ocupar a função de Diretor Geral, há mais de dois anos – informações previamente prestadas;
- 2) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 4) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a Promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotoria afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 5) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 7) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 8) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 9) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio;
- 10) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 11) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

**13.57. 35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
4º PROMOTOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atuar perante a 9ª Vara Criminal, nos feitos relativos a crimes praticados contra criança e adolescente, inclusive os praticados em situação de violência doméstica e familiar, e, ainda, nos crimes dolosos contra vida cuja vítima seja criança ou adolescente. As Varas do Tribunal do Júri não processam nem julgam tais crimes, pois são todos de competência da 9ª Vara Criminal. Exceto os crimes de pequeno potencial ofensivo que são da competência da 1º Juizado Especial Criminal e da atribuição da 15ª PJ Criminal. Qualquer crime conexo praticado por adultos também é da competência da 9ª Vara Criminal.											
TITULAR		ARNOLDO JORGE DE CASTRO FERREIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 27/02/2012; reside na comarca de lotação; atualmente não participa de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses recebeu colaboração em processos e julgamentos do júri cuja vítima é criança ou adolescente; não se afastou das atividades, cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Ocorre das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor (cargo em comissão), e, em conjunto, 1 estagiário do curso de direito, 1 assistente social, 1 estagiário do curso de serviço social, 2 técnicas ministeriais – área de execução de mandados, auxiliares gerais terceirizados, 1 motorista terceirizado, 2 policiais militares (em revezamento).											
Estrutura física		Um prédio térreo cedido pela Secretaria de Segurança Pública, que dispõe de recepção, uma sala para secretaria, uma sala para o serviço social, uma sala para os assessores e estagiário, dois gabinetes para as promotorias, uma copa com cozinha, sala de arquivo, dois banheiros comuns.											
Sistema de Arquivo		Físico e eletrônico.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.889 processos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 06, sendo 3 inquéritos policiais e 3 ações penais.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										-	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										-	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										-	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										-	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										-	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										-	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										-	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											-	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										-	
	Estabelecimentos prisionais:										-	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição dos feitos pelo final da numeração sendo par para 35ªPJ e ímpar para 36ª DP.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e Extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	12	1	6	2	9	25	25	25	20	32	21	2
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	53	59	53	41	63	56	13	73	70	72	124	42
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	64	54	57	34	47	56	13	78	58	83	147	43
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	1	6	2	9	25	25	25	20	32	21	2	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	4	7	5	4	4	1	3	5	6	11	2	4



Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	1	2	1	3	0	3	0	2	4	2	3	9
Denúncias oferecidas	15	10	4	6	1	9	5	6	3	14	10	5
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	-
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	-
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	-
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Gestão junto à Secretaria de Segurança Pública para dotar as delegacias de polícia com melhores recursos materiais e humanos, tendo em vista a quantidade de inquéritos em tramitação sem conclusão no prazo legal; 2) Ampliação do quadro de servidores do MP e melhoria da estrutura física da promotoria.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	56/2011	23/02/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Último despacho em 26/09/2014, solicitando informações, reiteradas, acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta.

Procedimento administrativo	Ad-	45/2011	04/02/2011	Feito iniciado na 36ª Promotoria da Infância (2º PJ), sendo encaminhado à 35ª Promotoria (4º PJ), em 15/08/2014. Aguarda análise. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Procedimento administrativo	Ad-	38/2011	28/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo expedido ofício solicitando informações, reiteradas, acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta.
Procedimento administrativo	Ad-	32/2011	17/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo expedido ofício solicitando informações, reiteradas, acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta. Sem impulso há mais de trinta dias. Irregular
Procedimento administrativo	Ad-	22/2011	21/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo despacho determinando expedição de ofício solicitando informações acerca do andamento do inquérito policial.
Procedimento administrativo	Ad-	20/2011	21/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Adotadas providências em relação à demora na investigação. Concluso os autos em 28/08/2014, aguarda análise. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Procedimento administrativo	Ad-	16/2011	19/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo expedido ofício solicitando informações acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta.
Procedimento administrativo	Ad-	08/2011	14/01/2011	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo expedido ofício solicitando informações acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta.
Procedimento administrativo	Ad-	30/2010	05/05/2010	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 26/09/2014, sendo expedido ofício solicitando informações acerca do andamento do inquérito policial. Aguarda resposta.
Procedimento administrativo	Ad-	03/2010	19/01/2010	Instaurado para acompanhar investigação de crime contra criança e adolescente, requisitada pelo Ministério Público. Última movimentação em 28/08/2014, quando juntados documentos. Aguarda análise. Sem impulso há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		160503/2014	15/09/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		009503/2014	15/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		013503/2014	19/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		002503/2014	14/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		007503/2014	15/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		005503/2014	14/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		162503/2014	15/09/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		008503/2014	15/08/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
Notícia de Fato		159503/2014	12/09/2014	Aguardando resposta de ofício desde 28/08/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular

Notícia de Fato	158503/2014	12/09/2014	Aguardando resposta de ofício desde 02/09/2014 – sem movimentação há mais de noventa dias. Irregular
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;</p> <p>2) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;</p> <p>3) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;</p> <p>4) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;</p> <p>5) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;</p> <p>6) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;</p> <p>7) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;</p> <p>8) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p>			

**13.57.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Arnaldo Jorge de Castro Ferreira, em seus esclarecimentos, consignou que o Relatório Preliminar registrou que não foram informadas visitas às Delegacias de Polícia. Contudo, informa não ser atribuição da 35ª Promotoria de Justiça Especializada o controle externo da atividade policial na modalidade concentrada, conforme Resolução CPMP nº 20/2007, art. 3º, II), a qual compete à 25ª Promotoria de Justiça Especializada, conforme Resolução CPMP nº 019/2013, art. 19, anexo único, item 83, Resolução CNMP nº 20/2007, art. 3º, II). Outrossim, no que tange a procedimentos irregulares, conforme discriminação evidenciadas no Relatório, informa que a situação derivou de multiplicidade de fatores, apontando-se como determinantes, a) acúmulo de serviço, nesse ponto registrando que a partir da titularização, o membro acumulou as Promotorias 35ª e 36ª, situação que persistiu até a entrada em exercício do Promotor da 36ª PJECCA, já encontrando número bastante acentuado de procedimentos em tramitação; e b) insuficiência de servidores lotados na PJECCA de forma a implementar apoio suficiente, situação evidenciada, inclusive, no Relatório Preliminar. De fato, considerando assertivas que alcançam esta Promotoria de Justiça e evidenciadas no Relatório, considerou como pertinente a necessidade de incrementar o setor de apoio lotando mais servidores. Nesse ponto, ressaltou que a situação já fora comunicada Procuradora-Geral de Justiça solicitando providências. Por conseguinte, concluiu que os fatores acima descritos conjugados com a abertura de novos procedimentos decorrentes do desenvolvimento normal dos trabalhos ministeriais, contribuíram para mora no desenvolvimento investigações. Contudo, aduziu que, a partir de implantação do SIMP, possibilitou-se acompanhamento mais eficiente, encontrando-se atualmente todos os procedimentos no âmbito desta Promotoria de Justiça, regulares. Por fim, visando complementar dados do Relatório de Inspeção do CNMP, informou que foram realizadas 07(sete) sessões do tribunal do Juri junto à 9ª Vara Criminal, no entanto, não realizadas pelo órgão, tendo em vista a designação de Promotor Substituto face ao acúmulo de serviço nas 35ª e 36ª PJECCA; Informo ainda, que não fora ajuizado requerimento de Interceptação telefônica; Informo ainda, que os atendimentos ao público não foram registrados por se tratarem em sua maioria, de meros pedidos de informações sobre tramitação processual; Não havia ainda, nenhum PIC tramitando na unidade judiciária, e, por fim, informo que à época da inspeção do CNMP havia no âmbito da 35ª PJECCA, 3 (três) Inquéritos e 03( três) ações penais com vistas ao MP.

13.58. 36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 5º PROMOTOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atuar perante a 9ª Vara Criminal, nos feitos relativos à crimes praticados contra criança e adolescente, inclusive os praticados em situação de violência doméstica e familiar, e, ainda, nos crimes dolosos contra vida cuja vítima seja criança ou adolescente. As Varas do Tribunal do Júri não processam nem julgam tais crimes, pois são todos de competência da 9ª Vara Criminal. Exceto os crimes de pequeno potencial ofensivo que são da competência da 1ª Juizado Especial Criminal e da atribuição da 15ª PJ Criminal. Qualquer crime conexo praticado por adultos é também da competência da 9ª Vara Criminal.											
Atribuições extrajudiciais? Sim.													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não.													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim.													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim.													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim.													
TITULAR		ANTÔNIO AUGUSTO NEPOMUCENO LOPES											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 19/03/2012; reside na comarca de lotação; atualmente não participa no momento de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; recebeu colaboração para auxílio nos julgamentos referentes aos crimes dolosos contra vida (Tribunal do Júri); afastou-se das atividades em razão de férias (setembro/2014), cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Ocorre das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor (cargo em comissão e no caso, coincidentemente efetivo), e, em conjunto, 1 estagiário do curso de direito, 1 assistente social, 1 estagiário do curso de serviço social, 2 técnicas ministeriais - área de execução de mandados, auxiliares gerais terceirizados, 1 motorista terceirizado, 2 policiais militares (em revesamento).											
Estrutura física		Um prédio térreo cedido pela Secretaria de Segurança Pública, que dispõe de recepção, uma sala pra secretaria, uma sala para o serviço social, uma sala para os assessores e estagiário, dois gabinetes para as promotorias, uma copa com cozinha, sala de arquivo, dois banheiros comuns.											
Sistema de Arquivo		Sistemas físico e eletrônico.											
Sistema de Registro		Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Pre-judicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.889 processos ativos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 02 (sendo 01 inquérito policial e 01 ação penal)													
Obs.: Devido à greve no poder judiciário ocorrida no mês de novembro o fluxo de processo foi reduzido excepcionalmente.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
	Ações de destituição do poder familiar									Prejudicado		
Processos d infância e juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos da onfância e juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									50		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									13		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									53		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Comparecimento à Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses:	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de portadores de necessidades especiais:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e Extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	2	4	8	0	0	3	5	7	0	21
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	53	48	54	72	76	39	23	78	73	79	150	43
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	53	46	52	68	84	39	20	76	71	86	146	64

Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	2	4	8	0	0	3	5	7	0	21	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	4	6	10	9	6	8	0	6	6	0	0	5
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	2	0	0	3	3	1	0	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	1	1	0	1	0	2	0	2	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	12	10	8	11	7	5	0	8	7	11	12	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Não informado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição dos feitos pelo final da numeração sendo par para 35ª PJ e ímpar para 36ª PJ.

Obs.: A partir da implantação do SIMP, em agosto de 2014, os acompanhamentos das investigações dos crimes contra criança e adolescente passaram a se fazer somente através de notícia de fato, em razão do desconhecimento dos assessores da possibilidade de instauração de procedimento administrativo no sistema. Observou-se que os assessores não têm completo domínio do sistema, ainda não sabendo utilizar os recursos disponíveis.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Redefinição do fluxo dos inquéritos policiais distribuídos à promotoria de justiça vinculada à central de inquérito; 2) Redefinição da competência e atribuição no que tange aos crimes dolosos contra vida cuja vítima seja criança ou adolescente; 3) Gestão junto ao Tribunal de Justiça para criação de mais uma vara criminal; 4) Necessidade de gestão junto à Secretaria de Segurança Pública para melhoria estrutural, seja de recursos materiais seja humano, relativa a DPCA e CPTCA-Centro de Perícias Técnicas que realizam os laudos em criança e adolescente vítima de crimes; 5) ampliação do quadro de apoio de pessoal da Promotoria de Justiça.



PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	000541-503/2014	19/08/2014	Requisitada a instauração de inquérito policial em 19/08/2014. Feito tramita como NF porque, segundo a assessoria da promotoria, foi repassada informação pelo apoio do SIMP, que não era possível o registro de PA no sistema. Último despacho em 01/12/2014.
Notícia de Fato	000542-503/2014	19/08/2014	Requisitada a instauração de inquérito policial em 19/08/2014. Feito tramita como NF porque, segundo a assessoria da promotoria, foi repassada informação pelo apoio do SIMP, que não era possível o registro de PA no sistema. Último despacho em 01/12/2014.
Notícia de Fato	000543-503/2014	18/08/2014	Verifica desaparecimento de adolescente, sendo requisitada diligência à Delegacia de Polícia, em 19/08/14. Feito tramita como NF porque, segundo a assessoria da promotoria, foi repassada informação pelo apoio do SIMP, que não era possível o registro de PA no sistema. Último despacho em 01/12/2014.
Notícia de Fato	000544-503/2014	19/08/2014	Requisitada a instauração de inquérito policial em 19/08/2014. Feito tramita como NF porque, segundo a assessoria da promotoria, foi repassada informação pelo apoio do SIMP, que não era possível o registro de PA no sistema. Último despacho em 01/12/2014.
Notícia de Fato	000547-503/2014	19/08/2014	Requisitada a instauração de inquérito policial em 19/08/2014. Feito tramita como NF porque, segundo a assessoria da promotoria, foi repassada informação pelo apoio do SIMP, que não era possível o registro de PA no sistema. Último despacho em 01/12/2014.
OBSERVAÇÕES			
<p>1) Que a substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio.</p> <p>2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis.</p> <p>3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição.</p> <p>4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis.</p> <p>5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais.</p> <p>6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e da questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p> <p>7) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.</p>			

**13.58.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Antonio Augusto Nepomuceno Lopes, em seus esclarecimentos, ressaltou que no Relatório Preliminar não foram informadas visitas às Delegacias de Polícia. Sobre esta questão, explicou que a Promotoria de Justiça da qual é titular – 36ª Promotoria

de Justiça Especializada – não ostenta, entre suas atribuições, o controle externo da atividade policial, na modalidade concentrada (Resolução CPMP nº 019/2013, art. 19 e Anexo Único, item 94; Resolução CNMOP nº 20/2007, art. 3º I), o que afasta essas visitas do âmbito desta unidade ministerial. Essa atribuição – visita à DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – está fixada na 25ª Promotoria de Justiça Especializada (Resolução CPMP nº 019/2013, art. 19, Anexo único, item 83; Resolução CNMP Nº 20/2007, art. 3º, II). Assim, em seu entendimento essa informação precisaria ser retificada, para contar “prejudicado” ao invés de “não informado”. Salientou, ainda, que no campo reservado às observações, foram lançadas assertivas que não alcançam esta Promotoria de Justiça, com exceção do item 6, concernente à necessidade de incrementar o setor de apoio, lotando mais servidores, situação que já foi comunicada, por meio de ofício, a Senhora Procuradora-Geral de Justiça, solicitando tal providência.

### 13.59. 37ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA 6º PROMOTOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar perante a 2ª Vara da Infância e Juventude, nos processos execução de medidas sócio-educativas.
TITULAR	FERNANDA HELENA NUNES FERREIRA – informações previamente prestadas (na data da inspeção, a inspeccionada encontrava-se no gozo de licença médica).
SUBSTITUTO	RAIMUNDO NONATO SOUSA CAVALCANTE
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 27/02/2012, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias e licença médica (40 dias, desde 10/11/2014), cumpre expediente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor de promotor de justiça (cargo em comissão) e 1 técnico ministerial em execução de mandados, o qual atende às demandas das três promotorias especializadas que funcionam no local.
Estrutura física	Prédio cedido pelo Governo do Estado para o funcionamento do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em conflito com a lei, parcialmente interditado, de forma que, atualmente, funcionam, no local, a Delegacia do Adolescente Infrator e as Promotorias de Justiça Especializadas na Apuração do ato infracional e a de Execução de Medidas Socioeducativas, estas, por ostentarem, aparentemente, um bom estado de conservação, segundo as autoridades que interditaram parcialmente o local. A 2ª Vara da Infância e da Juventude, assim como o atendimento inicial da FUNAC não funcionam mais no local.
Sistema de Arquivo	Sistema SIMP e físico.
Sistema de Registro	Sistema SIMP e físico.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Sem ocorrências.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 339.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).	
Obs.: Tais feitos versam sobre a execução de medidas socioeducativas na Capital, e sobre a área cível afeta ao sistema socioeducativo estadual. Tais feitos tramitam tanto na 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís – Termo Judiciário de São Luís, como na 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís – Termo Judiciário de São Luís).	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)	
PROCESSOS JUDICIAIS	
PERÍODO	Dez Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov
Saldo do mês anterior	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Distribuídos no mês	0 0 0 3 0 0 0 0 1 0 1
Impulsionados no mês	0 0 0 3 0 0 0 0 1 0 1
Saldo do mês	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias	1 0 0 1 0 0 0 1 0 0 0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS	

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	0	0	5	1	0	2	0	1	5	9	1	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CÍVEL												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Ações para a defesa de direito individual indisponível (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
	Ações de destituição do poder familiar										Prejudicado	
Processos da infância e juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos da infância e juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Centros de internamento provisório										Prejudicado	
	Entidades de acolhimento institucional.										Não Informado	
	Outras unidades de atendimento:										Não Informado	
	Estabelecimentos de saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:											Não informado	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês:	23	95	31	23	20	18	14	20	22	65	32	61
Impulsionados no mês:	69	40	83	14	38	81	31	43	52	51	89	36
Saldo do mês atual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	8	40	49	20	30	17	38	16	23	27	38	2
Recursos interpostos nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados / Notícia de Ato Infracional distribuída:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos e Remissões:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Representações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências de Apresentação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: Trata-se de Promotoria de Justiça Especializada na Execução de Medidas Socioeducativas da Capital.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Termos Circunstanciados / Notícia de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO
1) Envio de relatórios mensais, que passarão a ser trimestrais, a esta Promotoria Especializada, pelos CREAS locais, vinculados à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, contendo informações sobre todos os adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, além de informações acerca das condições estruturais e de trabalho das respectivas equipes técnicas; 2) O envio direto a esta Promotoria Especializada de documentos relativos aos adolescentes, como PIA e relatório de acompanhamento do cumprimento das medidas socioeducativas, tanto no meio aberto, como no meio fechado.

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS
Foram relatados dois projetos cadastrados no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público: 1) Projeto Superando Barreiras: A Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade. Nesse sentido, a 37ª Promotoria de Justiça Especializada vem realizando, sistematicamente, inspeções juntos àquelas unidades, ponto de partida para o desencadear de uma inquietação quanto à necessidade de também ser, pelo Ministério Público Estadual, efetuado o acompanhamento do efetivo cumprimento das MSEs em meio aberto (PSC e LA), visando não apenas exercer o papel de fiscalizador, mas, também, efetuar o monitoramento e contribuir para a eficácia de tais medidas. Assim, são realizadas, também, pela 37ª PJ Especializada, visitas aos locais de execução das MSEs em meio aberto, ou seja, junto aos CREAS locais; 2) Projeto Acolher: Após realização de pesquisa pelo Serviço Social da 2ª Vara da Infância e da Juventude e o das Promotorias da Infância e da Juventude da Madre Deus, junto aos processos em tramitação naquela VARA especializada, para verificar a situação da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida), identificou-se que em muitos processos não havia a indispensável informação quanto ao cumprimento das medidas impostas. Quando da apresentação dos resultados à então Secretária Municipal da Criança e da Assistência Social - SEMCAS e à aos técnicos dos CREAS. Direção da Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social - SEMCAS e a direção e aos técnicos dos CREAS para conhecimento e discussão de sugestões de melhoria na execução das medidas, foi apontada como uma das dificuldades, o estabelecimento do primeiro contato com o adolescente e a sua família, principalmente a falta de clareza quanto à importância do cumprimento da medida. A partir dessa discussão, foi então proposta a realização de um momento coletivo de acolhimento para dar conhecimento da sentença, bem assim para a reflexão e conscientização sobre as M.S.E e seu aspecto educativo e responsabilizador, além do papel dos profissionais envolvidos no cumprimento dessas medidas.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Não há informação acerca de processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.
OBSERVAÇÕES
<p>1) A titular estava de licença médica pelo período de 40 dias, desde 10/11/2014. Na data da inspeção, a promotora de justiça encontrava-se em licença médica, e suas atribuições exercidas cumulativamente pelo titular da 33ª Promotoria de Justiça – 2º Promotor da Infância e Juventude, Dr. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante 2014);</p> <p>2) Foi relatada a participação em palestras em escolas e nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas locais, sobre diversos temas, entre eles bullying, ato infracional e suas consequências, sobre o ECA e SINASE; reuniões com os órgãos responsáveis pelo sistema socioeducativo, tanto estadual, como municipal; eventos sobre drogas com a participação de especialistas na área (Psiquiatra Dr. Ruy Palhano); visitas à rede CAPS da capital; participação ativa para a assinatura do Protocolo Intersetorial de Ações Integradas de Políticas Sociais, firmado entre a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), que responde pela articulação do Plano, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), cujo plano estava fora do prazo da sua vigência;</p> <p>3) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;</p> <p>4) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;</p> <p>5) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;</p> <p>6) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legais;</p> <p>7) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;</p> <p>8) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p>

### 13.60. 38ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CONFLITOS AGRÁRIOS

<p>ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)</p>	<p>1) Intervir, desde o início, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, nos termos do art.82, III do Código de Processo Civil em conjunto com o Promotor de Justiça da comarca onde tramitam as ações respectivas e nas ações de usucapião coletivo relativas à terra rural; 2) Atuar, preventivamente, buscando a conciliação nas áreas de conflitos pela posse da terra rural, para tanto realizando visitas e produzindo relatórios; 3) Fiscalizar as atividades de ocupação de terras, atuando para que a reforma agrária ocorra de forma pacífica; 4) Atuar preventivamente a fim de impedir invasões ou grilagens de terras destinadas à resolução de conflitos agrários e para fins de reforma agrária; 5) Acompanhar os processos judiciais e administrativos de demarcação de terras rurais públicas e privadas, inclusive os de arrecadação de terras; 6) Zelar pelo respeito ao meio ambiente nos locais de conflitos pela posse de terra rural, e nos assentamentos para fins de reforma agrária, cientificando à Promotoria de Justiça de Meio Ambiente para que adote as medidas necessárias, sem prejuízo da atuação conjunta a requerimento do Promotor de Meio Ambiente, com vista à preservação da função sócio – ambiental da terra rural; 7) Coibir a violência no campo, o uso de armas, e os danos de qualquer natureza, mediante a adoção as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, velando pela razoável duração do processo, conjuntamente com a Promotoria Criminal competente; 8) Apresentar anualmente o Conselho Superior do Ministério Público o plano de trabalho Estadual da Promotoria.</p>
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim (correlata aos litígios coletivos pela posse de terra rural)	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim (nos feitos correlatos, requisição de Inquéritos Policiais e acompanhamento até oferecimento de denúncia).	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR	HAROLDO PAIVA DE BRITO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/10/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Diretoria das Promotorias da Capital (todas as unidades); não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.												
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico (vínculo comissionado, bacharel em Direito).												
Estrutura física	Boa. Gabinete com 3 computadores, 2 impressoras, mobiliário padrão, uma sala e um banheiro.												
Sistema de Arquivo	Sistema físico e eletrônico SIMP.												
Sistema de Registro	Sistema físico e eletrônico SIMP.												
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não existe Vara Agrária no Estado do Maranhão.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
Obs.: O Sistema SIMP está em fase de implementação, há três meses a Promotoria de Justiça recebe os processos judiciais através do SIMP e as notícias de fato são distribuídas através do Simp.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Obs.: O Promotor inspecionado relata possuir pouca movimentação processual.													
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	0	0	0	1	1	4	3	4	3	1	5	0	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	1	4	3	3	2	1	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	3	



Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0
Atendimento ao público	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									0		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									1		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									0		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									16		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									2		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									4		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									0		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										1		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 39ª Promotoria Cível Especializada em Conflitos Agrários.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Ab	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs: A Promotoria inspecionada possui atribuição criminal afeta aos conflitos agrários.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 39ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Necessidade de um servidor para atuação nas demandas administrativas (registro dos procedimentos, autuação, controle de prazos); 2) Criação de um "banco de assessores", de forma que não existam Promotores sem assessores, tal como observado atualmente (em razão de licença maternidade e férias dos assessores).

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Foi relatada a promoção de reuniões com Promotores de Justiça do interior para capacitação dos Colegas em Direito Agrário e fomento na atuação nesta área.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	006/2014	26/05/2014	Último movimento: 16/10/2014. Reunião com ata SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)

Notícia de Fato	007/2014	29/05/2014	Último movimento: 16/10/2014 Reunião com ata. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	008/2014	11/06/2014	Último movimento: 12/06/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	011/2014	11/05/2014	Último movimento: 22/04/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	012/2014	25/06/2014	Último movimento: 02/07/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	013/2014	02/07/2014	Último movimento: 19/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	014/2014	15/07/2014	Último movimento: 26/08/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	015/2014	17/07/2014	Último movimento: 17/07/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	016/2014	21/07/2014	Último movimento: 24/07/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	017/2014	19/08/2014	Último movimento: 22/08/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	018/2014	20/08/2014	Autuado 26/09/2014. Pendente de análise. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	019/2014	17/09/2014	Último movimento: 31/10/2014 Reunião com ata. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	020/2014	13/10/2014	Último movimento: 30/10/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	021/2014	20/10/2014	Último movimento: 12/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	022/2014	27/10/2014	Último movimento: 05/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	023/2014	28/08/2014	Último movimento: 02/09/14 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A 38ª Promotoria de Justiça Especializada foi instalada há aproximadamente um ano e possui atribuição idêntica à 39ª Promotoria de Justiça Especializada (intervenção em demandas judiciais que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural). O inspecionado relatou que acumulou suas atribuições com Promotorias criminais até fevereiro de 2014, passando a se dedicar exclusivamente à 38ª PJ a partir de então;
- 2) A inexistência de Vara específica no Poder Judiciário foi apontada como obstáculo à intimação do MP Estadual em todas as demandas que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, razão pela qual o inspecionado tomou a iniciativa de interagir junto ao Comando da Polícia Militar do Estado do Maranhão no sentido de ser comunicado previamente ao cumprimento de mandados de reintegração de posse, para acompanhamento do cumprimento das medidas. Tal providência era exercida em todo âmbito Estadual, entretanto o Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão decidiu que a atribuição de tais cargos se limita à região metropolitana de São Luís, sendo que a atuação da 38ª e 39ª PJs no interior do Estado deve ocorrer após solicitação formal do respectivo Promotor de Justiça (seguida da publicação de Portaria pelo PGJ e condicionada à atuação conjunta). A partir da orientação do CSMP o inspecionado relata que ao ser comunicado do cumprimento de medidas de reintegração no interior do Estado entra em contato com o Colega titular e caso este se manifeste favoravelmente acompanha tais medidas (após a publicação da respectiva Portaria). Caso haja necessidade de instauração de procedimento apuracional acerca dos fatos, o procedimento é instaurado e instruído perante a 38ª Promotoria de Justiça e os atos decisórios firmados em conjunto;
- 3) Em que pese as notícias de fato identificadas no campo "X" (processos e procedimentos examinados) estarem extemporâneas, a equipe de inspeção deixa de sugerir a instauração de RIEP em razão de todas apresentarem vários atos instrutórios, o que sugere uma atuação efetiva do órgão inspecionado. Além disso, em sua maioria as instruções demandam atividades a serem exercidas por órgãos externos, tais como o Incra.
- 4) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

**13.60.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor de Justiça Haroldo Paiva de Brito, em sua manifestação tendo em vista que inspecionadores detectaram procedimentos com prazos extemporâneos, registrou que, como bem ressaltou a própria Comissão, que o órgão depende, na maioria das vezes, de informações de outros órgãos públicos para instruir seus procedimentos de qualquer natureza, o que justifica o prolongamento regular da tramitação dos procedimentos. Nesse sentido, no que pertine a todos os procedimentos preparatórios e notícias de fato instaurados constantes do acervo da Promotoria

Especializada analisados, que estavam em andamento oriundos de denúncias formuladas em representações referentes a conflitos agrários instalados na Capital e no interior do Estado, todos devidamente e regularmente cadastrados no SIMP, informou que os mesmos, após a realização da referida Inspeção, estão sendo gradativamente regularizados a saber, reclassificando-se e/ou convertendo-se, entre outros, tudo nos termos do consolidado Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014- GPGJ/CGMP. Ademais julgou conveniente destacar que a Promotoria foi recentemente criada; não se podendo, ainda, olvidar-se de que, mesmo depois de sua titularização, foi designado para atuar, durante meses junto à 27ª Promotoria Criminal, que tem atribuição no 1º Tribunal do Júri desta Capital, por designação da Procuradoria-Geral de Justiça, com indicação do corregedor-Geral do MP/MA, além de ser Diretor das Promotorias da Capital, desde outubro do ano passado. Informou, ainda, que, passados meses da inspeção, já existem duas Ações Cíveis Públicas ajuizadas, uma delas em conjunto com o Ministério Público Federal, assim como a instauração de procedimentos preparatórios para investigar possíveis práticas de atos de improbidade administrativa ligadas a conflitos agrários tais como (ITERMA, SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, em conjunto com Promotor da Comarca de Santo Antônio Lopes e GESTÃO ANTERIOR DO GOVERNO DO ESTADO), vários pareceres em processos judiciais em todo Estado e dois recursos ajuizados junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, na qualidade de custos legis, estando todos à disposição dessa Douta Corregedoria. Comunicou, também, que foram requisitadas várias instaurações de inquéritos policiais para investigar práticas de crimes relacionadas aos conflitos agrários no Estado, nas Comarcas onde houve solicitação de auxílio desta Unidade Ministerial nos autos dos respectivos procedimentos instaurados. Por derradeiro, informou que, na verdade, solicitou à Administração Superior a realização de Seminário de Direito Agrário para capacitação de Promotores e Comunidade Jurídica em geral, buscando especialização de todos na matéria. Além disso, também realizou, fato narrado aos inspetores, diversa incursão junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, para a criação e instalação da Vara Agrária Única, como já ocorre em diversas Unidades da Federação, e empenhamento de esforços para que todos os juízes obedeçam às diretrizes do artigo 82, inciso III do Código de Procedimentos e do Provimento 29/2009, da Corregedoria Geral de Justiça.

**13.61. 39ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA  
CONFLITOS AGRÁRIOS**

<p>ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)</p>	<p>1) Intervir, desde o início, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, nos termos do art.82, III do Código de Processo Civil em conjunto com o Promotor de Justiça da comarca onde tramitam as ações respectivas e nas ações de usucapião coletivo relativas à terra rural; 2) Atuar, preventivamente, buscando a conciliação nas áreas de conflitos pela posse da terra rural, para tanto realizando visitas e produzindo relatórios; 3) fiscalizar as atividades de ocupação de terras, atuando para que a reforma agrária ocorra de forma pacífica; 4) atuar preventivamente a fim de impedir invasões ou grilagens de terras destinadas à resolução de conflitos agrários e para fins de reforma agrária; e) acompanhar os processos judiciais e administrativos de demarcação de terras rurais públicas e privadas, inclusive os de arrecadação de terras; 5) Zelar pelo respeito ao meio ambiente nos locais de conflitos pela posse de terra rural, e nos assentamentos para fins de reforma agrária, cientificando à Promotoria de Justiça de Meio Ambiente para que adote as medidas necessárias, sem prejuízo da atuação conjunta a requerimento do Promotor de Meio Ambiente, com vista à preservação da função sócio – ambiental da terra rural; 6) Coibir a violência no campo, o uso de armas, e os danos de qualquer natureza, mediante a adoção as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, velando pela razoável duração do processo, conjuntamente com a Promotoria Criminal competente; 7) Apresentar anualmente o Conselho Superior do Ministério Público o plano de trabalho Estadual da Promotoria.</p>
<p>Atribuições extrajudiciais? Sim</p>	
<p>Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim (correlata aos litígios coletivos pela posse de terra rural).</p>	
<p>Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim (nos feitos correlatos, requisição de Inquéritos Policiais e acompanhamento até oferecimento de denúncia).</p>	

Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR	OZIEL COSTA FERREIRA NETO												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/10/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 13h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público	Das 8h às 13h.												
Estrutura de Pessoal	1 assessora jurídica (bacharel em Direito, cargo comissionado). Atualmente a assessora se encontra em gozo de licença maternidade.												
Estrutura física	Em boas condições gerais, sala com 4 mesas, 4 computadores, 2 impressoras e 1 banheiro.												
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pasta AZ), arquivos arquivados no computador e sistema eletrônico (sistema Simp).												
Sistema de Registro	Sistema físico (pasta AZ), arquivos arquivados no computador e sistema eletrônico (sistema Simp).												
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não existe Vara Agrária no Maranhão.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	0	1	6	2	1	5	1	0	0	0	0	0	
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	2	5	7	1	0	0	0	0	0	
Reuniões (com ata)	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	
Atendimento ao público	0	0	0	4	10	9	1	0	5	0	0	0	

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									0		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									0		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									8		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									1		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									8		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 38ª PJ.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Distribuição equitativa com a 38ª PJ		

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato (oriunda da PJ de Fundações, numeração originária 026/2010)	Sem numeração	12/12/2013, recebimento na Promotoria	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e remetido em 12/12/2013 para 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 12/12/2013. Após o recebimento da NF o único ato instrutório praticado pela 39ª PJ foi um despacho datado de 17/11/2014 pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	01/2014	14/01/2014	Último movimento: 18/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	02/2014	12/02/2014	Último movimento: 18/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	03/2014	11/02/2014	Nenhum ato praticado após a autuação. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, ausência de instrução)

Notícia de Fato	04/2014	17/02/2014	Último movimento: 11/06/2014 coleta de depoimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Peça de Informação (oriunda do MPF)	1.19.000.001606/2008-09 (numeração do MPF)	25/02/14 recebido na Promotoria	Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Notícia de Fato	3873/2014	07/05/2014	Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido)
Cópia do Proc. 518-32.2013.8.10.0017	Sem número (não registrado no livro)	12/09/2014 (recebimento na Promotoria)	Último movimento: 15/09/2014 expedição de ofício. SITUAÇÃO IRREGULAR (ausência de registro do procedimento, ausência de portaria)
Procedimento Administrativo (oriundo da PJ de Fundações, n. originária 10/2011, início em 20/05/2011)	Sem numeração	17/02/2014 recebido na Promotoria	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e remetido em 17/02/2014 para 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 17/02/2014. Após o recebimento da NF o único ato instrutório praticado pela 39ª PJ foi um despacho datado de 17/11/2014 pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo (oriundo da PJ de Fundações, n. originária 50/2012, início em 14/02/2012)	Sem numeração	17/02/2014 recebimento na Promotoria	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e remetido em 17/02/2014 para 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 17/02/2014. Após o recebimento da NF o único ato instrutório praticado pela 39ª PJ foi um despacho datado de 17/11/2014 pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo (registrado no livro de Procedimento Preparatório como PP 01/2014) – 03 Apensos, dois deles registrados como PP 02/2014 e 03/2014 e um registrado como Processo Administrativo 4900AD/2014	01/2014	25/04/2014	Último movimento: 01/12/2014 Ofício expedido, não consta recebimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo	Sem número no livro de registro, na capa do PA consta n. 02/2014	13/06/2014	Último movimento: 29/06/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo	03/2014	29/07/2014	Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo (oriundo da PJ de Fundação, n. 010/2011)	02/2014	11/02/2014 (recebido em 17/02/2014 na Promotoria)	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e recebido em 17/02/2014 na 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 17/02/2014. Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)

Procedimento Administrativo (oriundo da PJ de Fundações, numeração originária 26/10)	Sem número	12/12/2013 (recebido na Promotoria)	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e recebido em 12/12/2013 na 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 12/12/2013. Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Procedimento Administrativo (oriundo da PJ de Fundações, n. original 50/2012)	Sem número	Recebido na Promotoria em 17/02/2014	Procedimento instaurado originariamente na Promotoria de Fundações e recebido em 17/02/2014 na 39ª PJ em razão da alteração das atribuições. Andamento regular até 17/02/2014. Último movimento: 17/11/2014 Despacho pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil)
Inquérito Civil (oriundo do MPF)	Sem número (numeração originária do MPF 1.19.000.000112/2013-66)	22/05/2014 recebido na Promotoria	Último movimento: 18/11/2014 Ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (prazo excedido, ausência de prorrogação do prazo de investigação)

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Nenhum procedimento extrajudicial da 39ª PJ se encontra cadastrado no sistema Simp, e os dois únicos livros de registro localizados pela equipe de inspeção apresentam dados equivocados, sem anotação de retificação. Neste sentido, duas Notícias de Fato registradas – n. 4102/2014, de 09/05/2014 e 4118/2014, de 09/05/2014 – não foram localizadas na Promotoria de Justiça inspecionada. Indagado, o Promotor de Justiça não soube explicar o destino dos mesmos, razão pela qual solicitou que uma ex-servidora (atualmente aposentada) comparecesse na Promotoria de Justiça, tendo sido informado pela mesma que tais registros foram feitos de forma equivocada, pois na verdade se referiam ao recebimento de processos judiciais. A equipe de inspeção identificou ainda que os registros n. 001/2014, 002/2014 e 003/2014, do livro de registro de Procedimentos Preparatórios, e o Processo Administrativo n. 4900AD/2014, registrado no livro de Inquérito Civil, se referiam ao Processo Administrativo n. 001/2014, de 25/04/2014;
- 2) Constatou ainda a equipe de inspeção que os procedimentos extrajudiciais oriundos da Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, listados no campo “Processos e Procedimentos Analisados”, foram movimentados uma única vez após a remessa para a 39ª PJ, não tendo sido objeto de autuação e registro próprio na 39ª PJ;
- 3) Considerando que a equipe de inspeção não constatou a existência de justificativa para os excessos de prazo para impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais e para ausência de registro e autuação perante a 39ª PJ, sugerimos a análise da situação para a verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 4) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**13.61.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor de Justiça Oziel Costa Ferreira Neto, informou que, conforme é cediço, a 39ª PJESP em Conflitos Agrários, é de recente criação, razão pela qual tem-se buscado o aprimoramento dos trabalhos aqui realizados, e, para isso, depende de respostas e informações prestadas por outros órgãos. Mencionou, que, por determinação da Corregedoria, vem respondendo, cumulativamente/sistematicamente, por outras Promotorias, consoante histórico funcional. Associado a esses fatos, este membro do Parquet, se viu sem qualquer estrutura de pessoal em seu gabinete durante o ano de 2014, vez que a servidora, Maria do Socorro Nogueira Reis, foi obrigada pela Procuradoria-Geral de Justiça a gozar férias e licenças acumuladas durante a sua vida funcional, culminando com a sua aposentaria, em 11/06/2014, consoante Ato nº 400/2014-GPGJ. Além disso, a assessora titular da 39ª PJESP em Conflitos Agrários, Roxana Soeiro Gaspar, entrou em gozo de licença maternidade em 22/09/2014 a 20/03/2015, conforme Portaria nº 6793/2014 – GPGJ, de tal modo que, mais uma vez, esteve sozinho à frente do órgão respondendo, ainda, cumulativamente por outras Promotorias. Não obstante as dificuldades encontradas, informou que realizou viagens para o interior do Estado, a fim de intermediar conflitos agrários deflagrados, na busca de solução pacífica dos conflitos, considerando os dados alarmantes de violência no campo, em decorrência da luta pela posse e propriedade da terra.

**13.62. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 1ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO		ORFILENO BEZERRA NETO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/04/2009, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 2ª PJ Criminal; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiária.											
Estrutura física		Imóvel alugado.											
Sistema de Arquivo		Pastas físicas e digitais.											
Sistema de Registro		Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 374													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0													
Obs.: 02 (duas) promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 1ª e a 2ª													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	22	54	43	33	46	24	22	29	54	30	37	36
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	22	54	43	33	46	24	22	29	54	30	37	36
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	13	7	5	20	29	26	14	25	24	20	22	14

Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	0	2	1	0	2	5	8	3	3	0
Denúncias oferecidas	9	13	12	10	17	2	0	9	13	13	12	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.

OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

13.63. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 1ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	



Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		ORFILENO BEZERRA NETO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/04/2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª PJ Criminal e exerce a função de Promotor de Justiça Eleitoral junto à 3ª Zona Eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) 1 Estagiária.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Pastas físicas e digitais.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 374													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.													
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 1ª e a 2ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	25	75	36	60	68	14	29	35	56	54	44	36
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	25	75	36	60	68	14	29	35	56	54	44	39
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	52	7	5	20	29	26	14	25	24	20	22	14
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Arquivamentos de IP/PIC	2	8	3	2	4	2	2	5	5	8	4	4
Denúncias oferecidas	8	33	11	11	11	4	4	7	18	10	9	7
Número de intercepções telefônicas iniciadas	0	2	0	2	2	0	0	1	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Termos Circunstanciados				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Autos de Prisão em Flagrante				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's				Instaurados há menos de 90 dias:						Prejudicado		
				Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado		
				Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.												

### 13.64. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 2ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	EDNARG FERNANDES MARQUES

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/01/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (30 dias, entre junho e julho/2014); cumpre expediente das 8h30min às 15h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 9h às 15h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessora (comissionada) e 1 estagiária											
Estrutura física	Em boas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Físicos e digitais.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de TACs, transações penais e outros acordos? Prejudicado												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 870.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 4.												
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 3ª e a 4ª.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	64	0	39	41	68	70	26	48	77	112	49	58
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	64	0	39	41	68	70	26	48	77	112	49	54
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	18	0	22	14	28	27	0	20	16	29	28	1
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	1	0	1	9	7	13	1	1	7	1	1	0
Denúncias oferecidas	10	0	10	7	11	6	1	3	2	7	3	3
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O mês de janeiro/14 segue “zerado” porque o órgão administrador não soube informar qual o Promotor de Justiça estava respondendo por esta Promotoria.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro sugeriu diluir a atuação do Ministério Público nas causas de organização criminosa, a fim de que o Promotor de Justiça não fique sozinho na investigação e na condução da ação penal (despersonalização do órgão acusador), respeitando a Lei de Organização Criminosa.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 13.65. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 2ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	LÚCIA CRISTIANA SILVA CHAGAS
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/04/2004, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (01/07 a 10/08/2014); cumpre expediente das 9h às 14h, sendo que quando há audiências no período da tarde, o horário de expediente se estende até às 17h00, geralmente às segundas, terças e quartas-feiras.	



EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público	Das 9h às 14h.												
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiária.												
Estrutura física	Em boas condições gerais.												
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digitais.												
Sistema de Registro	SIMP.												
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 870.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 10.													
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 3ª e a 4ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	69	76	90	60	88	94	58	45	60	99	53	98
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	69	76	90	60	88	94	58	45	60	87	65	90
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	23	10	23	19	28	27	0	20	16	12	20	13
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	2	1	0	5	0	0	2	1	2	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	2	2	0	3	2	0	0	0	2	6	3	1
Denúncias oferecidas	6	10	13	8	9	3	2	2	5	12	3	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Os 29 autos de prisão em flagrante se referem ao plantão judiciário.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu a melhoria na estrutura de servidores.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

### 13.66. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 3ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	LIZE DE MARIA BRANDÃO DE SÁ COSTA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em fevereiro/1995, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (junho e agosto/2014) e compensação de 05 dias (06 a 10/10/2014); cumpre expediente das 8h às 14h	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.

Estrutura de Pessoal	1 Assessora (comissionada) e 1 Estagiária.											
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 809.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 4.												
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 5ª e a 6ª												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:	Prejudicado											
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	79	62	95	104	88	60	39	41	71	94	53	79
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	79	62	95	104	88	60	39	41	71	94	53	76
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	30	30	40	30	30	40	33	30	30	30	25	19
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	1	3	1	1	0	1	0	2	1	3
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	1	15	7	5	4	3	2	4	5	0	0	1
Denúncias oferecidas	5	7	5	10	7	5	3	13	9	9	10	5
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A inspecionada ressaltou que o critério de promoção “merecimento” não tem critérios objetivos.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 13.67. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 3ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	NÃO INFORMADO
SUBSTITUTO	CARLOS CEZAR SILVA LINDOSO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 29/07/2014 (Portaria nº 4610/2014-GPGJ); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 7ª Promotoria de Substituição Plena de Entrância Final; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiária.
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digitais.



Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 809.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.												
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 5ª e a 6ª.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	55	25	87	59	72	61	31	72	70	100	56	57
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	55	25	87	59	72	61	31	72	70	100	56	56
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	16	14	30	30	30	40	0	30	32	61	15	40
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	1	1	1	3	14	2	1
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	3	3	9	1	5	0	5	10	4
Denúncias oferecidas	11	2	7	6	2	7	3	3	14	20	9	10
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

**13.67.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça inspecionado esclareceu que o titular do órgão é o Promotor de Justiça Justino da Silva Guimarães que está à disposição da Administração Superior do Ministério Público do estado do Maranhão, exercendo o cargo de Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério Público do estado do Maranhão. Esclareceu, ainda, que é titular da 7ª Promotoria de Substituição Plena de Entrância Final.

13.68. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 4ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	ESDRAS LIBERALINO SOARES JÚNIOR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 09/09/2009, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 5ª PJ Cível (1ª PJ da Fazenda Pública); não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.

Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 296.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 31.												
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 7ª e a 8ª.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		

Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	21	60	64	68	46	36	15	28	45	39	30	34
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	21	60	64	68	46	36	15	28	45	39	30	26
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	10	1	3	15	12	18	8	22	21	30	30	31
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Arquivamentos de IP/PIC	0	2	1	0	0	1	0	3	2	1	1	0
Denúncias oferecidas	4	19	11	9	1	0	1	2	12	5	9	24
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: 1) Foi dito pelo Promotor de Justiça que os autos de prisão em flagrante e interceptações telefônicas são encaminhados à Central de Inquéritos; 2) No momento da inspeção, houve dificuldades na interpretação dos dados estatísticos e no fornecimento destes referentes ao mês de novembro de 2014. Na oportunidade, o Assessor do Promotor de Justiça comprometeu-se a entregar à equipe de inspeção, no mesmo dia, o número de denúncias oferecidas no mês de novembro. Ante a inércia da entrega dos dados, no dia 3.12.2014, às 16h15, a equipe retornou à Promotoria de Justiça, sendo que num primeiro momento, a porta estava trancada. Após bater na porta, alguém questionou, sem abrir: “quem é?”. A equipe identificou-se, no que pediu-se um momento. Em seguida, o Assessor do Promotor de Justiça abriu a porta e informou que efetivamente teria se comprometido a entregar os dados, mas que ainda não os tinha, ficando de entrega-los até o final da tarde do dia 03.12.2014. No final da tarde, por volta das 17 horas, o Assessor de Promotoria forneceu os dados referentes ao número de denúncias oferecidas em novembro de 2014.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	2
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	11	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.			
Obs.: O Promotor de Justiça informou ter 18 autos com mais de 30 dias. Entretanto, na estatística informa ter iniciado o mês de novembro “zerado”.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado informa que a Promotoria de Justiça está carente de servidor.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Policial	32232-24.2014.8.10.0001	28.10.2004	Irregular.Vista para manifestação em 27.08.2014
Ação Penal	5586-11.2013.8.10.0001	13.08.2013	Irregular.Vista em 26.09.2014 para alegações finais.
Ação Penal	55955-09.2013.8.10.0001	10.01.2014	Irregular.Vista em 05.09.2014 para apresentação de alegações finais.
Ação Penal	39889-51.2013.8.10.0001	04.10.2013	Irregular.Vista em 27.08.2014 para alegações finais.
Ação Penal	15227-86.2014.8.10.0001	09.05.2014	Irregular.Vista em 05.09.2014 para alegações finais.
Ação Penal	8163-25.2014.8.10.0001	18.03.2014	Irregular.Vista em 05.09.2014 para alegações finais.
Ação Penal	14285-88.2013.8.10.0001	29.05.2013	Irregular.Vista em 17.09.2014 para alegações finais.
Ação Penal	40859-85.2012.8.10.0001	27.01.2014	Irregular.Vista em 05.09.2014 para alegações finais.
Inquérito Policial	25359-42.2013.8.10.0001	28.01.2010	Irregular.Vista em 24.07.2014, com diligências para análise.
Obs.: Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se em situação regular.			
OBSERVAÇÕES			
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.			



**13.68.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Esdras Liberalino Soares Junior, em sua manifestação, inicialmente, registrou que estava ocupando o cargo de Assessor Especial do Procurador Geral de Justiça no período de julho de 2012 a junho de 2014, intervalo em que diversos Promotores responderam pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal (7ª PJCrím). Acerca das informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL); 0 recursos interpostos) e observações da equipe de inspeção no respectivo campo, esclareceu que, no período de julho a novembro de 2014, intervalo em que retornou às suas atribuições na 7ª PJCrím, ressaltou que as manifestações do Juízo da 4ª Vara Criminal, perante a qual oficia, se coadunaram com o entendimento esposado por este Órgão, conjuntura que, naturalmente, não ocasionava irrisignação por parte do signatário no sentido da eventual interposição de recursos. Consignou, por outro lado, que o sistema Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), que objetiva sistematizar todas as informações processuais, manifestações e atendimentos realizados no Ministério Público do Maranhão, estava em fase de implantação, por ocasião da inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocorrida em 03.12.2014, portanto ainda não havia um domínio adequado dos recursos do aludido sistema, o que eventualmente pode ter ocasionado alguma imprecisão apontada no Relatório Preliminar de Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público. Entendeu pertinente ressaltar que, com relação ao dia em que ocorreu a inspeção, não foi estipulado um prazo específico para a entrega dos dados requeridos pela inspeção, ainda assim, no momento em que um dos membros do CNMP dirigiu-se ao gabinete da 7ª Promotoria de Justiça, no final da tarde, o assessor se encontrava na sala e, inclusive, abriu a porta do gabinete, recebendo o membro do CNMP e se comprometendo a entregar a informação requerida (em forma de documento impresso), na sala em que os membros estavam trabalhando, o que de fato aconteceu, alguns minutos depois, no mesmo dia da inspeção, não havendo, portanto, que se falar em “inércia” em relação a entrega dos dados a equipe de inspeção. Quanto as informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (2 inquéritos policiais com vista há mais de 30 dias e 18 processos criminais com vista há mais de 30 dias), esclareceu que, no mês de novembro de 2014, o Promotor de Justiça Titular da 7ª PJCrím ficou afastado durante 10 (dez) dias das suas atribuições, em razão de licença por motivo de doença em pessoa da família. Além disso, o expediente no gabinete da 7ª Promotoria de Justiça Criminal que, como é cediço, requer trabalhos judiciais e administrativos, funciona com um número insuficiente de servidores (à época, estavam lotados um assessor e uma estagiária recém-chegada), enquanto o volume processual na 4ª Vara Criminal junto a qual a referida Promotoria oficia teve um incremento de cerca de 300% (trezentos por cento), no ano de 2014, segundo informações da Secretaria da aludida Vara. Em relação as informações de feitos com vista a mais de 30 (trinta) dias, informou que, na verdade, no momento da inspeção do CNMP (ocorrida em 03.12.2014), foram verificados 02 (dois) inquéritos policiais e 13 (treze) ações penais, sendo, contudo, analisados pelos membros do CNMP (no bojo do Relatório preliminar), apenas 09 (nove) feitos, compreendendo 02 (dois) inquéritos policiais e 07 (sete) ações penais. Nada obstante, verificado o atraso nos prazos processuais, foi dada prioridade aos feitos, no sentido da elaboração das manifestações, cumprimento dos prazos e devolução dos autos a respectiva Vara, ainda no mês de dezembro de 2014, conforme tabela digital entregue à Corregedoria Nacional. Acerca das informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade, anotou que houve um erro de digitação na informação prestada no relatório inicial da 7ª Promotoria de Justiça Criminal enviado ao CNMP, antes da inspeção, que não foi percebido, a tempo, pelo Promotor de Justiça, embora os autos aguardando manifestação e apontados pela inspeção como em situação “irregular” se encontrassem no gabinete à disposição dos membros do CNMP, no dia da multicidada inspeção. Identificado o erro, prontamente, o promotor apresentou os processos, demonstrando que houve somente um equívoco no preenchimento do relatório, inclusive, as irregularidades apresentadas em relação aos prazos processuais foram sanadas com as manifestações e devolução dos respectivos feitos ainda no mês de dezembro de 2014.

**13.69. 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 4ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim. Resolução 08/2004 - CPMP													
TITULAR		MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAÚJO HEILMANN											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em agosto de 2004; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Seminário: “O Ministério Público no Combate a Crimes Financeiros” (10/10/2014), curso de Atualização em Direito Eleitoral (01/08/2014) e 3ª Seminário de Direito Eleitoral (21 a 23/05/2014); exerce o magistério na Universidade Pública – Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Direito, carga horária de 20 horas, atualmente afastada; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente como Promotora Eleitoral junto à 90ª Zona Eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionada), 1 Auxiliar Ministerial e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 296.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.													
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 7ª e a 8ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	14	6	15	34	30	42
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	41	70	41	93	92	41	51	71	95	78	62	60
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	41	70	41	93	92	27	59	62	76	82	50	101
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	14	6	15	34	30	42	1

Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	22	15	29	14	27	23	6	14	23	10	19	4
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	2	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	1	0	1	1	2	1	3	1	2
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	2	2	3	7	5	4	4	7	5	6	1	7
Denúncias oferecidas	12	14	8	10	12	4	6	6	13	14	11	14
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Os termos circunstanciados referem-se a procedimentos originariamente tratados como tal mas que, após avaliação, foram distribuídos ao juízo comum.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado formulou algumas sugestões: 1) O SIMP precisa ser aperfeiçoado; 2) Que fossem instituídas metas para solução dos casos de acidente de trânsito e fraudes (p. ex., DPVAT).

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.70. 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 5ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição espe- cífica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO	CLÁUDIO JOSÉ SODRÉ											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 10/11/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 2ª PJ de Fundações e Entidades de Interesse Social; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (05/05 a 03/06); cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessora.											
Estrutura física	Imóvel alugado.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e SIMP.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Pre- judicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 835.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 4.												
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 9ª e a 10ª.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Su- periores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Jus- tiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto im- probidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito In- dividual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	60	56	82	140	108	34	113	72	88	80	67	63
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	60	56	82	140	108	34	113	72	88	80	67	63
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	20	37	27	31	22	32	37	35	34	34	26	25



Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	1	0	0	0	1	2	2	5	1	0	1
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	6	2	15	3	0	0	8	7	7	7	5	6
Denúncias oferecidas	6	10	10	9	8	8	22	10	8	14	11	6
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado necessita de servidores para o serviço administrativo.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.71. 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos da 5ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO		CRISTIANE GOMES COELHO MAIA LAGO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 17/11/2014 (Portaria 7399/2014); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 11ª PJ de substituição Plena da Capital; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público			Das 8h às 15h.										
Estrutura de Pessoal			1 Assessora (concursada) e 1 Estagiária.										
Estrutura física			Em ótimas condições gerais.										
Sistema de Arquivo			Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro			SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 835.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5.													
Obs: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 9ª e a 10ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	38	53	70	47	104	28	45	57	58	84	72	47
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	38	53	70	47	104	28	45	57	58	84	72	42
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	20	37	27	31	22	32	37	35	34	34	26	49

Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	1	2	0	0	0	4	1	2	1	2
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	2	3	5	2	3	1	3	3	4	10	6	2
Denúncias oferecidas	3	8	9	4	13	4	2	10	17	15	15	4
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado observa que carece de servidores.

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Foi relatado o projeto de prevenção ao uso de drogas nas escolas públicas estaduais e municipais.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

13.72. 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos da 6ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		ORLANDO PACHECO DE ANDRADE FILHO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em agosto de 2002; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 13h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionada) e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 636.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.													
Obs.: Duas promotorias atuam na unidade judiciária, sendo a 11ª e a 12ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa								Prejudicado			
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)								Prejudicado			
	Ações para a defesa de direito individual indisponível								Prejudicado			
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 30 dias:								Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 180 dias:								Prejudicado			
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):								Prejudicado			
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 dias;								Prejudicado			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:								Prejudicado			
	Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado			
	Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado			
	Outras unidades de atendimento:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de idosos:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de deficientes:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de Saúde:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:								Prejudicado			
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	33	39	53	35	58	52	45	59	67	67	39	43
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	27	33	58	41	46	50	41	37	71	66	54	42
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	20	28	31	36	22	24	41	28	30	13	19	22



Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	7	1	1	4	1	2	7	4	1	0
Denúncias oferecidas	8	7	8	9	6	11	5	4	19	19	9	5
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O saldo de processos de cada mês não confere com o número de processos recebidos e impulsionados. Os números de dezembro/13 foram incluídos no momento da inspeção.

**EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

**PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS**

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

**OBSERVAÇÕES**

Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**13.72.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Orlando Pacheco de Andrade Filho, esclareceu que no quesito “Estatística do órgão – Criminal (judicial e extrajudicial)” há a informação de que

o saldo de processos de cada mês não confere com o número de processos recebidos e impulsionados, pois de fato, houve um erro na contagem previamente feita dos livros e comprovantes de protocolos dos processos recebidos e impulsionados, o que gerou essa incongruência no saldo de cada mês. Todavia, esclareceu que se preocupou em refazer essa contagem e chegou a real quantidade de processos recebidos e impulsionados, bem como o saldo de cada mês, tendo, inclusive, encaminhado à Corregedoria-Geral o Formulário de Termo de Inspeção do CNMP, devidamente revisado e corrigido no quesito “Estatística do órgão – Criminal (judicial e extrajudicial), através do ofício nº 53/2014 – 11PJCRIM.

### 13.73. 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 6ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP											
Atribuições extrajudiciais?	Não											
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não											
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Prejudicado											
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não											
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não											
<b>TITULAR</b>	MÁRCIA MOURA MAIA											
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/09/2004; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar, mas não sofreu nenhuma sanção disciplinar (procedimento arquivado); não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (20/10 a 18/11), cumpre expediente das 8h às 14h.												
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Atendimento ao público	Das 8h às 12h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.											
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 636.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 24.												
Obs.: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 11ª e 12ª												
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa								Prejudicado			
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)								Prejudicado			
	Ações para a defesa de direito individual indisponível								Prejudicado			
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 6 meses:								Prejudicado			
	Com vista há mais de 12 meses:								Prejudicado			
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 30 dias:								Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 180 dias:								Prejudicado			
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):								Prejudicado			
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;								Prejudicado			
	Em tramitação há mais de 90 dias;								Prejudicado			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:									Prejudicado			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									Prejudicado			
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:									Prejudicado			
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):									Prejudicado			
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:								Prejudicado			
	Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado			
	Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado			
	Outras unidades de atendimento:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de idosos:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de deficientes:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de Saúde:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:								Prejudicado			
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	19	8	8	0	4	0	3	11	16	36	18	18

Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	29	33	44	48	59	44	30	51	55	50	58	52
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	40	33	57	44	69	41	22	46	35	68	58	53
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	8	8	0	4	0	3	11	16	36	18	18	17
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	15	14	17	8	16	16	7	13	21	21	7
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	1	1	0	0	1	2	0	0	1	5	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	2	0	0	3	3	3	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	7	0	9	3	7	5	4	0	3	6	7	6
Denúncias oferecidas	6	3	18	5	15	8	2	9	9	11	10	15
Número de interceptações telefônicas iniciadas	1	0	0	2	2	1	0	2	1	1	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Os termos circunstanciados foram enviados pela PJ que tem atribuição para TCs.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	1
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	2
	Com vista há mais de 6 meses:	1
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
---------	------------------------	---------------------	--------------------

Inquérito Policial	44803-61.2013.8.10.0001	05.06.2013	Irregular. Vista em 15 de outubro de 2013 para análise de pedido de prisão preventiva pela autoridade policial.
--------------------	-------------------------	------------	---

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Foi encontrado um procedimento – PIC –, mas sem qualquer registro efetivo na Promotoria de Justiça. Tão somente constava o número de ordem 994/2014 – DPJC, remetido pela Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital, com data de envio de 25.08.2014. Segue documento, o qual foi entregue à equipe e juntado aos autos de inspeção.
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado;
- 3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

### 13.74. 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 7ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	JOSÉ ALEXANDRE ROCHA (cursando mestrado em Portugal)											
SUBSTITUTO	RUY ANTÔNIO VIEIRA DE CARVALHO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 10/12/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital e pela Promotoria que oficia na Central de Inquéritos, desde maio/ 2014; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	2 Assessores (comissionados) e 1 Estagiário.											
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: O Promotor de Justiça dispõe de 2 assessores comissionados, sendo um do gabinete da PJ de Substituição Plena e um do PJ Titular (José Alexandre Rocha), que está afastado fazendo mestrado em Portugal.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 807.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 10.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao TJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												



PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	43	57	82	58	36	50	109	66	44	89
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	41	84	54	71	40	41	44	66	67	45	116
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	11	28	19	24	27	27	33	34	24	38	28
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	7	3	4	2	1	1	1	11	1	7
Denúncias oferecidas	0	6	13	8	11	5	3	5	6	13	14	30
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Os números de processos distribuídos e impulsionados não conferem, não havendo correspondência entre saldo do mês anterior, distribuídos, impulsionados e saldo atual. O Promotor de Justiça que está no cargo não tem os números de dezembro e janeiro, quando o cargo era exercido pelo Promotor de Justiça Titular.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.			
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>			
O membro inspecionado sugeriu uma melhor distribuição de trabalho entre as Promotorias de Justiça, já que existem Promotorias de Justiça com muito pouco trabalho.			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Pedido de Intercepção Telefônica (feito pela autoridade policial)	22605-30.2013.8.10.0001	11.06.2013	Irregular. Vista em 14.11.2014 para análise. Todavia, a medida de prova não acompanha o caderno ou ação penal que lhe deram origem.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
1) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;			
2) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			

### 13.75. 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 7ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica, conforme distribuição interna. Resolução 019/2013-CPMP											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		ANA LUIZA ALMEIDA FERRO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 04/09/2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na ESMP/MA e na Universidade Ceuma, sendo que atualmente apenas realiza atividade de pesquisa e ministra palestras eventuais, entidade privada, da qual é professora desde 2004, com carga horária de 9h mensais, aos sábados, sem exercício de cargo administrativo; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (01/07 a 29/08) e para participar como palestrante de evento promovido pelo MP do Espírito Santo (1 dia, em junho/2014); cumpre expediente das 9h às 15h30min.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 9h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora e 1 Estagiária.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pasta AZ) e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 807.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 37.													
Obs.: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 13ª e 14ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	79	75	72	57	27	35	0	0	2	0	7	15
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	52	73	74	60	97	53	69	46	71	84	49	89
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	85	54	117	94	135	117	91	44	100	77	69	66
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	75	72	57	27	35	0	0	2	0	7	15	42
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	31	12	33	27	24	23	9	0	0	21	22	33
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	1
Termos Circunstanciados distribuídos	1	2	0	0	4	1	3	0	2	3	0	2
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	3	4	7	6	0	2	1	2	0	1	3	2
Denúncias oferecidas	8	5	7	3	9	5	3	7	8	3	2	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	0	6	1	0	5	0	0	0	2	6	2
Obs.: Os termos circunstanciados referem-se a procedimentos originariamente tratados como tal mas que, após avaliação, foram distribuídos ao juízo comum.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Auto de Prisão em Flagrante / Inquérito Policial	6806-10.2014.8.10.0001	25.02.2014 (distribuição). 16.02.2014 (data do fato)	Irregular. Vista em 31.10.2014 para fins de análise, inclusive de diligências solicitadas pelo MP.
OBSERVAÇÕES			
1) Publicou o livro Criminalidade organizada: comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013, pela Editora Juruá, de Curitiba, em 2014. Também é autora do livro Crime organizado e organizações criminosas mundiais (2009), 704 p., pela mesma editora, entre vários outros livros jurídicos, especialmente de Direito Penal e Criminologia; 2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado; 3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			

**13.75.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, em sua manifestação, informou que há um equívoco no Relatório Preliminar da inspeção realizada pelo CNMP, no tocante à indicação de situação irregular com respeito ao Inquérito Policial nº 6806-10.2014.8.10.0001, porquanto, conforme atestam os documentos em anexo (não enviados à Corregedoria Nacional), inclusive uma Certidão da Sra. Cleidimar de Jesus Martins Mendes Ferreira, Chefe do Setor de Protocolo/Distribuição das Promotorias da Capital, o inquérito em causa somente foi encaminhado a esta Promotoria de Justiça no dia 03 de novembro de 2014, e não no dia 31 de outubro daquele ano, errônea data apontada da vista, de forma que tal procedimento inquisitivo e os demais analisados na ocasião da inspeção, além dos processos, estavam todos regulares, uma vez que nenhum se estava em gabinete com vista por tempo superior a 30 (trinta) dias, tanto é assim que o próprio Relatório preliminar em questão registra, no item “EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO”, na parte dos Inquéritos policiais, a inexistência de procedimentos com vista há mais de 30 dias”. Informou, ainda, que autos de inquérito policial já foram devidamente encaminhados à 7ª Vara Criminal de São Luís.

13.76. 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar junto ao 1º Juizado Especial Criminal. Oficiar nos feitos criminais da Turma Recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Resolução 019/2013-CPMP
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Prejudicado
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	MARIA DA GRAÇA PERES SOARES AMORIM
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em janeiro/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de licença saúde (22/09 a 06/10); cumpre expediente das 8h às 15h.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.											
Estrutura física	Em boas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	Caderno de protocolo, pastas de arquivo e SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os recursos são depositados em uma conta judicial e depois distribuídos entre as entidades cadastradas no Juizado, com base na Resolução 154 do CNJ.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 611.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 7.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		



Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
	Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado									
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			Prejudicado									
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:			Prejudicado									
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):			Prejudicado									
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:			Prejudicado									
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	59	102	91	153
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	77	57	74	62
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	4	10	6	7
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	9	11
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Obs.: De dezembro/13 a julho/14 a Promotoria de Justiça foi assumida por outros Promotores de Justiça, os quais, de acordo com a Promotora inspecionada, teriam os dados estatísticos. A Promotoria de Justiça não dispõe desses dados. Os dados autos de flagrante do mês de agosto/2014 referem-se ao período de plantão da Promotoria inspecionada.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado									
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Auto de Prisão em Flagrante	25695-46.2013.8.10.0001	23.06.2013	Irregular. Vista em 05.11.2014. Réu solto. Informado pela Assessora e pela Promotora que encaminhou-se o feito, pelo 1º Juizado Especial Criminal, à 15ª Promotoria de Justiça por engano, no interior dos autos da Interpelação Judicial nº 8000424-93.2013.8.10.0001, na qual não consta definição de data de vista, tendo em vista que o protocolo do MP anotou a vista no auto de prisão em flagrante inserido por equívoco no interior dos autos
OBSERVAÇÕES			
1) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado;			
2) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			

**13.76.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Maria da Graça Peres Soares Amorim, informou, quanto ao procedimento analisado e tido como irregular (Processo nº 8000424.93.2013.8.10.0001), que foi encaminhado pelo 1º Juizado Especial Criminal e, dentro dos autos, estava anexado, por engano, pela Secretaria do JECRIM, um Auto de Prisão em Flagrante. Informou, ainda, que, referido processo encontra-se atualmente no 1º JECRIM, concluso para decisão da MM Juíza. Encaminhou relação contendo os procedimentos judiciais existentes na 15ª PJCrím e, esclareceu que não atua em feitos extrajudiciais.

#### 13.77. 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar junto ao 2º Juizado Especial Criminal. Oficiar nos feitos criminais da Turma Recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Resolução 019/2013-CPMP
Atribuições extrajudiciais? Não	

Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		NÚBIA ZÉILE PINHEIRO GOMES											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 21/07/2011; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades para tratamento de saúde (09 a 11/09/2014); cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionada) e 1 Estagiário (concursado).											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais. Entretanto, o prédio está localizado em prédio de difícil localização, sem transporte público. Em razão disso, é raro o atendimento ao público.											
Sistema de Arquivo		Em caixas plásticas (ofícios expedidos e recebidos, manifestações processuais, pautas e termos de audiências, relatórios de produtividades, protocolos de remessa e devolução) e Sistema Integral do Ministério Público – SIMP (Procedimentos criminais).											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os recursos são destinados a uma conta judicial e depois distribuídos entre as entidades cadastradas. De acordo com a Resolução 154/2012-CNJ.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 430.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	42	51	138	105	97	0	19	123	50	164	131	24
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	42	51	138	105	97	0	19	123	50	164	131	24
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	6	7	7	40	30	0	23	34	48	39	29	45
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	24	29	49	52	38	0	1	27	29	10	17	24

Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	45	0	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	2	3	0	0	5	0	2	3	4	20
Denúncias oferecidas	1	0	5	3	5	0	2	7	9	1	7	2
Número de interceptações telefônicas iniciadas	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	7	8	2	2	10	0	10	12	14	4	3	0

Obs: No mês de maio/2014, o Promotor de Justiça esteve de férias – Portaria nº 1815/2014 – GPGJ e a Promotora de Justiça inspecionada afirma não ter como fornecer os números. Os números indicados como “Processos” foram fornecidos pelo SIMP e tudo indica haver erros, porque a Promotoria de Justiça tem atribuições de JECRIM. Os dados de flagrantes são plantões feitos pela Promotoria de Justiça. Os arquivamentos feitos em audiência não são contados pelo SIMP, daí a diferença com o mês de novembro.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Dotar as Promotorias de Justiça de servidores: técnicos de execução em mandados, técnicos administrativos e analistas processuais; 2) Que o plantão das Promotorias de Justiça da Capital seja dotado de servidores do quadro (técnicos administrativos, analistas processuais e técnicos em execução de mandados), bem como de Policiais Militares.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

#### OBSERVAÇÕES

1) O Sistema SIMP é deficitário pela falta de estrutura de pessoal para trabalhar no setor de protocolo, o que tem ocasionado morosidade na tramitação dos processos;  
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.77.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Núbia Zeile Pinheiro Gomes retificou os seguintes itens: No que se refere às atribuições extrajudiciais – “sim”. No que que cencerne às Observações: a) Onde se lê “processos”, leia-se “Termos Circunstanciados e Ocorrências” e, b) as manifestações de arquivamentos feitas em audiências são lançadas a partir dos termos de ata de audiências, após a implantação do Sistema Integrado do Minsitério Publico (SIMP).

13.78. 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atuar junto ao 3º Juizado Especial Criminal. Oficiar nos feitos criminais da Turma Recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Resolução 019/2013-CPMP										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR	CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO (em gozo de férias)											
SUBSTITUTO	NORIMAR GOMES NASCIMENTO CAMPOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 03/11/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 4ª PJ de substituição Plena da Capital; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades por motivos de saúde (25/09 a 09/10); cumpre expediente das 8h às 15h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal	1 técnico ministerial – execução de mandados (concursado) e 1 assessora (comissionada).											
Estrutura física	Condições gerais precárias. Falta espaço.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: A Promotora de Justiça tem, ainda, uma assessora comissionada.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 309.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	96	0	23	30	23	24	1	86	89	70	26	134
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	73	22	130	52	142	173	51	68	211	136	64	42
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
Denúncias oferecidas	5	4	2	0	1	4	2	0	5	4	3	2
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	1	0	0	2	0	1	0	1	2	0	0

Obs.: O número total de feitos (TC's e ações penais) recebidos a cada mês foi concentrada no item "Termos Circunstanciados Distribuídos".

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

13.79. 18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Conhecer das comunicações de prisão feitas na forma do artigo 306 do Código de Processo Penal, fora das hipóteses de plantão, adotando as providências cabíveis em cada caso. Conhecer das comunicações de delitos veiculadas através da Ouvidoria Geral do Ministério Público sobre os quais ainda não iniciada a persecução penal ou instaurado procedimento investigatório. Conhecer das precatórias ministeriais versando matéria criminal, providenciando o seu cumprimento. Oficiar nos feitos criminais da Turma Recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica. Resolução nº 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não informado												
TITULAR		SEBASTIANA DE CASSIA ARAÚJO MUNIZ										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 09/11/2004 (Ato 3521/2004); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (05/05 a 03/06/2014); cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionado).										
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro		Prejudicado.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Prejudicado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	1	1	3	2	0	0	4	2	2	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	1	1	3	2	0	0	4	2	2	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	1	3	8	2	0	4	5	4	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comunicação de prisão em flagrante.	35	37	25	45	40	60	43	28	60	22	48	34

Obs.: Conforme atribuição definida pela Resolução nº 019/2013-CPMP.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Segundo a Promotora de Justiça inspecionada, a Promotoria de Justiça recebe cópia de todas as comunicações de flagrante para análise da legalidade e das providências adotadas. Instaura-se um procedimento na Promotoria de Justiça e, estando tudo em ordem, este procedimento é arquivado. Em caso de não estar em ordem, instaura-se um outro procedimento para se verificar qual a razão da falha. Mas isso é raro. Nunca recebeu uma comunicação da Ouvidoria. Quanto às precatórias ministeriais, é muito raro; 2) Chamou a atenção da equipe de inspeção a ausência de qualquer procedimento em gabinete, inclusive não foi vista qualquer cópia de procedimento arquivado que pudesse esclarecer a atuação da Promotoria de Justiça. A equipe de inspeção não recebeu esclarecimentos suficientes sobre a atribuição da Promotoria de Justiça junto à Central de Inquéritos, mesmo porque, pela Promotora inspecionada foi verbalizado que ela analisaria a “regularidade” dos flagrantes. A equipe de inspeção constatou que a atribuição da Promotoria está “esvaziada”; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**13.79.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Sebastiana de Cássia Araújo Muniz, quanto aos Processos e Procedimentos analisados, esclareceu que no dia da visita havia no gabinete desta Promotoria de Justiça 452 (quatrocentos e vinte e dois) PA's do ano de 2013, 460 (quatrocentos e sessenta) PA's relativos ao ano de 2014 e dos 211 (duzentos e onze) PA's instaurados até maio de 2015, inclusive os 34 (trinta e quatro) Procedimentos Administrativos relativos ao período solicitado (nov a dez/2014) os quais foram imediatamente disponibilizados para a equipe de inspeção, que deles tiveram pleno e total acesso. Quanto ao item 1 das observações da equipe de inspeção, informou que, nos termos da Resolução nº 019/2013-CPMP, as atribuições desta 18ª Promotoria de Justiça são: 1ª ATRIBUIÇÃO: conhecer das comunicações de prisão feitas na forma do art. 306, do código de processo penal, fora das hipóteses de plantão – com o recebimento da comunicação da prisão em flagrante, acompanhada do inteiro teor do auto de prisão em flagrante, faz-se a abertura de um Procedimento Administrativo, para análise preventiva do cumprimento das formalidades legais da prisão em flagrante, em obediência às disposições contidas no art. 306, CPP. No caso de não haver irregularidade, o procedimento será arquivado na própria Promotoria (termos do art. 9º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP); Em caso negativo, havendo irregularidade constatada, instaura-se, por meio de Portaria, um Procedimento Administrativo Preparatório para as medidas necessárias. 2ª ATRIBUIÇÃO: conhecer das comunicações de delitos veiculados através da ouvidoria geral do ministério público sobre os quais ainda não iniciada a persecução penal ou instaurado procedimento investigatório – Com efeito, quanto a essa atribuição, informa-se que a Ouvidoria Geral do MP ainda não comunicou qualquer ocorrência, que viesse a ensejar a atuação desta Promotoria. Informa-se, no entanto, que foram encaminhados os Ofícios de nºs 14/2012 e 13/2013-PJC, para a Ouvidora Geral do MP, Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa, solicitando que informasse sobre a existência ou de ocorrência de delitos registrados naquela Ouvidoria para a tomada de providências. 3ª ATRIBUIÇÃO: conhecer das precatórias ministeriais, visando matéria criminal, providenciando seu cumprimento – Com referência a esta atribuição, este Órgão de Execução dá plena execução do cumprimento de Precatória Ministerial, nos termos ali requeridos. 4ª ATRIBUIÇÃO: oficiar nos feitos criminais da 5ª turma recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica – Conforme Art. 18 da Resolução nº 019/2013-CPMP, os titulares das Promotorias de Justiça junto aos Juizados Especiais Criminais e a 18ª Promotoria de Justiça Criminal reverter-se-ão, a cada ano, na representação do Ministério Público na Turma Recursal da Capital, iniciando-se o ciclo pela 18ª Promotoria de Justiça Criminal e concluindo-se com a 17ª Promotoria de Justiça Criminal. Nesse sentido, esta Promotora de Justiça respondeu perante a Turma Recursal da Capital pelo período de 01(um) ano, a partir de 23 de outubro de 2013, conforme Portaria nº 6096/2013-GPGJ, em cujo período manifestou-se conclusivamente em todos os processos encaminhados ao Ministério Público Estadual que tramitaram na referida turma, conforme pareceres que se encontram arquivados nesta Promotoria e disponíveis para eventual consulta. Quanto ao item 2, relatou que a afirmação de que “.. ausência de qualquer procedimento em gabinete, inclusive não foi vista qualquer cópia de procedimento arquivado que pudesse esclarecer a atuação da Promotoria de Justiça...” lhe causou estranheza eis que a 18ª PJCrim arquivava suas peças



processuais na própria promotoria, cujos armários onde estão arquivados os Procedimentos referentes aos anos de 2013 e 2014 foram abertos pela Assessora Jurídica da Promotoria na presença da equipe. Para corroborar o exposto, colocou à disposição para eventual consulta, assim se dispôs a encaminhar cópia do quantitativo de procedimentos instaurados, analisados e devidamente arquivados referentes aos 452 (quatrocentos e vinte e dois) PA's do ano de 2013, 460 (quatrocentos e sessenta) PA's relativos ao ano de 2014 e dos 211 (duzentos e onze) PA's instaurados até maio de 2015. Informou, ainda, em meados de julho do ano de 2013, por meio da Portaria nº 295/2013-GPGJ/PA, referente ao PAD nº 236AD/2013, foi criada uma Comissão Especial para avaliar as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital, oportunidade em que encaminhou à referida comissão, por meio do Ofício nº 15/2013 - 19ª PJC, relatório circunstanciado de todos os procedimentos adotados na então 19ª PJCrim, acompanhado de cópias de 218 (duzentos e dezoito) procedimentos instaurados entre os meses de março a junho de 2013, e após a regular tramitação, quando da publicação das alterações na Resolução nº 019/2013-CPMP, não houve quaisquer alterações significativas nas atribuições da promotoria em questão. Relativamente à afirmação de que (... A equipe de inspeção não recebeu esclarecimentos suficientes sobre a atribuição da Promotoria de Justiça junto à Central de Inquéritos, mesmo porque, pela Promotora inspecionada foi verbalizado que ela analisaria a “regularidade” dos flagrantes...), esclareceu que a Resolução nº 019/2013-CNMP que reorganizou as atribuições das Promotorias de Justiça de entrância final, não atribui a esta Promotora de Justiça atuar perante a Central de Inquéritos, situação que foi suficientemente esclarecida à equipe inspetora. Nesse sentido, pontuou que está pendente de regulamentação pelo Colégio de Procuradores a reativação da Central de Inquéritos na estrutura organizacional do Ministério Público do Maranhão, no sentido de conferir legitimidade às atribuições dos seus membros. Ademais, na ocasião haviam outros Promotores de Justiça de Substituição Plena designados para atuar perante a Central de Inquéritos, assim como atualmente ainda atuam 3 (três) outros membros. Assim, quando o Tribunal de Justiça do Maranhão reativou a Central de Inquéritos, por meio da Resolução nº 10/2014, no mesmo sentido não o fez o Ministério Público, apenas designando promotores de substituição plena para atuar perante a referida Central de Inquéritos. Tocante à afirmação de que “(...) A equipe de inspeção constatou que a atribuição da Promotoria está “esvaziada” (...). Reforça o que expôs acima, no sentido de que as atribuições deste Órgão foram reavaliadas por meio da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 295/2013-GPGJ/PA, ref. ao PAD nº 236AD/2013. Reafirma ainda que compete ao Colégio de Procuradores definir as atribuições das promotorias e na ocasião que assim procedeu inseriu alteração na ordenação da promotoria que passou de 19ª PJCrim para 18ª PJCrim. Consignou que, inicialmente, a 11ª PJCrim, de sua titularidade, possuía atribuição para atuar perante a Central de Inquéritos. Todavia, posteriormente, o Colégio de Procuradores por meio da Resolução nº 002/2011-CPMP, alterou a ordenação anterior das Promotorias de Justiça de entrância final, de forma que a 11ª PJCrim passou a ter a ordenação de 23ª PJCrim, cujas atribuições eram: “Atuar junto à Central de Inquéritos. Conhecer das precatórias ministeriais versando matéria criminal, providenciando o seu cumprimento. Oficiar nos feitos criminais da 5ª Turma Recursal, não afetos a Órgão de Execução com atribuições específicas”. Em 2012, por meio da Resolução nº 09/2012-CPMP, o Colégio de Procuradores procedeu novamente adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de São Luís, de entrância final, de forma que a 23ª PJCrim passou a ter ordenação de 19ª PJCrim, cujas atribuições também foram modificadas, passando a constar como: “Conhecer das comunicações de prisão feitas na forma do artigo 306 do Código de Processo Penal, fora das hipóteses de plantão, adotando as providências cabíveis em cada caso. Conhecer das comunicações de delitos veiculadas através da Ouvidoria Geral do Ministério Público sobre os quais ainda não iniciada a persecução penal ou instaurado procedimento investigatório. Conhecer das precatórias ministeriais versando matéria criminal, providenciando o seu cumprimento. Oficiar nos feitos criminais da 5ª Turma Recursal não afetos a órgão de execução com atribuição específica.”. Concluiu que, a partir da vigência da Resolução nº 09/2012-CPMP, deixou de possuir atribuição para atuar perante a Central de Inquéritos, ou seja, por força de ato normativo do Colégio de Procuradores, que assim determinou para fins de adaptar as atribuições das promotorias de entrância final às então mudanças pelas quais passava o Tribunal de Justiça do Maranhão, sobretudo com a extinção da Central de Inquéritos. Por

último, o Colégio de Procuradores fez publicar a Resolução nº 019/2013, vigente atualmente, em cujas disposições alterou a ordenação da 19ªPJCrim que passou a ser 18ªPJCrim, não modificando as suas atribuições, na forma definida anteriormente. Constata-se assim, que as atribuições desta Promotoria de Justiça foram mantidas em todas as oportunidades de revisão e que essa Representante Ministerial atua na mais estrita legalidade dentro do que determina suas atribuições.

13.80. 19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos de numeração ímpar da 1ªVara de Entorpecentes. Resolução nº 019/2013-CPMP.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		LEONARDO RODRIGUES TUPINAMBÁ											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 12/05/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar, sofrendo a sanção disciplinar de Censura; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionado).											
Estrutura física		Em boas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pastas AZ) e digitais.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na (s) unidade(s) judiciária(s): 155.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
Obs.: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 19ª e 21ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado			
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado			
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado			
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Em tramitação há menos de 90 dias:						Prejudicado			
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 180 dias:						Prejudicado			
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						Prejudicado			
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						Prejudicado			
				Em tramitação há mais de 90 dias;						Prejudicado			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado			
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado			
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado			
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado			
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado			
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado			
				Outras unidades de atendimento:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado			
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado			
Fundações:										Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)		13	16	10	10	17	34	5	3	3	3	5	6

Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	55	43	65	53	55	44	42	39	49	54	53	31
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	52	52	66	15	37	73	45	39	49	52	52	36
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	16	10	10	17	34	5	3	3	3	5	6	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	16	12	27	29	26	27	21	25	16	26	20	26
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	9	5	2	6	4	0	0	0	0	1	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Denúncias oferecidas	13	10	17	7	4	8	1	10	17	19	16	11
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Os termos circunstanciados referem-se a procedimentos originariamente tratados como tal mas que, após avaliação, foram distribuídos ao juízo comum.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos ímpares da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu o aumento ou redistribuição de servidores nas Promotorias de Justiça, em especial para cuidar da parte administrativa.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.
OBSERVAÇÕES
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.81. 20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos de numeração ímpar da 2ªVara de Entorpecentes. Resolução nº 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		ILANA FRANCO BOUÉRES LAENDER MORAIS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 18/02/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou de curso “Gerenciamento de Crises”, ministrado pela ESMP; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 356.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 8.													
Obs.: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 20ª e 22ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	41	5	58	59	55	57	46	73	42	94	68	78



Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	41	0	58	64	55	57	46	73	42	94	68	75
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	15	15	32	24	28	27	19	26	20	19	16	21
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	1	0	0	8	6	0	9	6	0	6	9	15
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	1	0	0	13	8	1	4	11	24	14	10	6
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos ímpares da 2ª Vara de Entorpecentes.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Plantões sem segurança, já que o promotor de Justiça é sozinho; 2) Quadro insuficiente de servidores na área administrativa; 3) Se sobra processos no plantão, a CGMP considera o plantão como não feito e não concede os dias de compensação.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

OBSERVAÇÕES
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.82. 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos de numeração par da 1ª Vara de Entorpecentes. Resolução nº 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO		EMMANUELLA SOUZA DE BARROS BELLO PEIXOTO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é não titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 03/11/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso “Gerenciamento de Crises”, ministrado pela ESMP; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 31ª PJ Especializada da Capital (Defesa do patrimônio Público e Probidade Administrativa); não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 15h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionada) e 1 Estagiária (concurada).											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pasta AZ) e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 155.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.													
Obs: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 19ª e 21ª.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há menos de 90 dias:						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						Prejudicado		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						Prejudicado		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 90 dias;						Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
				Outras unidades de atendimento:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado		
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	5	5	2	5	0	2	0	0	0	4	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	64	47	60	57	48	10	23	68	72	52	63	51

Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	58	38	57	60	46	18	30	77	68	70	84	48
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	6	9	3	3	2	0	0	0	4	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	13	12	26	23	26	10	12	19	21	10	9	29
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	14	13	10	17	4	6	3	8	16	20	12	4
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	1	2	0	1	3	2	3	2	1	0	0

Obs.: Os termos circunstanciados referem-se a procedimentos originariamente tratados como tal mas que, após avaliação, foram distribuídos ao juízo comum.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos pares da 1ª Vara de Entorpecentes.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

A Promotora mencionou: "precisamos de Promotores de Justiça mais ativos e comprometidos com as mudanças sociais."

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

OBSERVAÇÕES
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.83. 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos de numeração par da 2ª Vara de Entorpecentes. Resolução nº 019/2013-CPMP.									
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		ELYJEANE ALVES CARVALHO										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 27/02/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do I Encontro Nacional – MP: Pensamento Crítico e Práticas Transformadoras, em SP; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.										
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digitais.										
Sistema de Registro		SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 356.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
Obs.: Os processos que tramitam na unidade judiciária correspondem às duas promotorias atuantes na Vara, 20ª e 22ª.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	27	77	57	70	64	37	42	44	53	74	53	73
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	27	77	57	70	64	37	42	44	53	74	53	68



Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	13	12	39	7	32	11	18	11	20	19	15	16
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	3	2	1	0	4	0	0	1	1	14
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Denúncias oferecidas	7	15	10	10	11	4	5	6	17	3	14	9
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

OBSERVAÇÕES

Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**13.84. 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 1ª Vara do Tribunal do Júri, depois da preclusão da sentença de pronúncia até o esgotamento da competência jurisdicional respectiva. Resolução nº 019/2013-CPMP.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		LUÍS CARLOS CORRÊA DUARTE											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/06/1996; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado).											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP (Após julho/2014).											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 351.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
Obs.: A 27ª PJ Criminal, que atua frente à 1ª Vara do Tribunal do Júri, da fase inquisitorial até a sentença de pronúncia, informou que o número de feitos que tramitam na Vara é 337.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	7	7	0	0	8	2	17	16	17	11	5
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	7	0	2	3	18	15	23	17	20	16	11	6
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	9	3	10	21	8	18	19	22	17	6
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	7	7	0	0	8	2	17	16	17	11	5	5
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Sessões do Tribunal do Júri	0	0	5	12	13	15	12	14	11	10	7	5
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Os dados estatísticos do relatório, inicialmente fornecidos, eram totalmente inconsistentes, de forma que não havia conformidade entre o saldo restante de feitos de cada mês e o número inicial de feitos do mês seguinte. Enquanto a equipe preparava a finalização deste relatório de inspeção, recebeu do inspecionado os números lançados nos dados estatísticos deste documento. No momento da inspeção o inspecionado e seu assessor não souberam informar qualquer dado estatístico da sua promotoria.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado teceu algumas sugestões: 1) Criar forma de segurança para os Promotores de Justiça do Júri, que estão sendo intimidados; 2) Criar um grupo de promotores de justiça especializados para atuar contra o crime organizado no Tribunal do Júri.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.

OBSERVAÇÕES
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

13.85. 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar nos feitos da 2ªVara do Tribunal do Júri, depois da preclusão da sentença de pronúncia até o exaurimento da competência jurisdicional respectiva. Resolução nº 019/2013-CPMP.									
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		RODOLFO SOARES DOS REIS										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em agosto de 2011; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar e foi penalizado com advertência verbal, que, inclusive, está sub judice; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiária.										
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro		SIMP (Após julho/2014).										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 827, referente aos processos e inquéritos policiais. No entanto, a Promotoria de justiça atua apenas nas ações penais depois da pronúncia.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									Prejudicado		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	26	12	7	3	9	0	6	8	8	12	6
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	19	8	11	18	9	11	21	18	20	16	11
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	33	13	15	12	30	5	19	18	14	20	20



Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	0	5	11	8	10	10	9	10	12	10	9	5
Recursos interpostos	0	0	1	3	2	3	1	2	0	1	2	3
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs: Nos meses de maio e junho, a Dra. Cristiane Gomes Maia Lago encontrava-se respondendo por esta Promotoria, em razão das férias do titular.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado observou que a 2ª Instância não corresponde às expectativas, já que costuma atuar contra o PJ de 1ª Instância.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Ação Penal	27841-38.2007.8.10.0001	14.12.2007 (oferecimento da denúncia)	Irregular. Vista em 14.11.2014 para apresentação de contrarrazões recursais.
Ação Penal	11214-59.2005.8.10.0001	28.08.2006 (oferecimento da denúncia)	Irregular. Vista em 14.11.2014 para apresentação de contrarrazões recursais. Destaque-se que o recurso apresentado pela defesa foi apresentado para que se observasse o art. 600, parágrafo 4º, do CPP e, não obstante isso, houve determinação do Desembargador Relator (fl. 401) para encaminhamento ao Ministério Público e, após, à Procuradoria-Geral, para parecer. Pelo Promotor foi dito que a PGJ não apresenta contrarrazões, sendo praxe o processo voltar ao Ministério Público em primeiro grau para a apresentação das contrarrazões, mesmo em se tratando do CPP 600, parágrafo 4º. Sob o ponto de vista de prazo.
Ação Penal	9866-45.2001.8.10.0001	31.10.2003	Irregular. Recebimento do processo pelo protocolo do Ministério Público do Maranhão (fl. 974 verso) em 30.10.2014. Constatou-se que o Ministério Público apresentou recurso de apelação em plenário, sem que, na data, fosse proferida qualquer decisão pelo Juiz Presidente. Não consta dos autos decisão de recebimento do recurso ou qualquer ato posterior e o feito encontra-se no Ministério Público há mais de 30 dias, sem manifestação. Pelo Promotor de Justiça foi dito que há equívoco na ata de júri, em especial porque consta o seu nome RODOLFO SOARES DOS REIS, quando outro colega foi o responsável pelo Júri, havendo, inclusive, portaria do colega (José Benedito Nascimento Neto – BENEDITO COROBA – para a realização do julgamento em plenário, tendo em vista que houve alegação do próprio promotor RODOLFO de sua suspeição por causa superveniente ao primeiro julgamento.
OBSERVAÇÕES			
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

### 13.86. 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 3ª Vara do Tribunal do Júri, depois da preclusão da sentença de pronúncia até o esgotamento da competência jurisdicional respectiva. Resolução nº 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicada	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	NÃO INFORMADO
SUBSTITUTO	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em março/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses cursou Doutorado na Universidade de Lamarca; exerce o magistério na UEMA, com 20 horas/aula semanais, 7h30 às 10h50; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 34ª Promotoria de Justiça Especializada – 1ª Promotoria de Justiça Plena da Capital; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h, sendo que atua no Tribunal do Júri às terças, quartas e quintas-feiras.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessora (comissionada).
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.

Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de TACs, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 359.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: São 240 ações penais e 119 inquéritos policiais. A 30ª Promotoria de Justiça, que também oficia nos feitos da 3ª Vara do Júri (desde a fase inquisitorial até a pronúncia), informou que na unidade judiciária tramitam 431 feitos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	5	12	13	14	9	6	9	0	9	14	8	11
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	5	12	12	15	10	4	11	0	9	14	8	11
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	4	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	9	8	0	6	6	0	6	13	3	0
Recursos interpostos	0	0	1	2	1	2	0	0	1	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0

Obs.: No mês de dezembro de 2013 este Órgão Ministerial manifestou-se, além dos processos recebidos via Protocolo, em 5 manifestações, dentre Requerimentos de Provas para o Júri, nos termos do artigo 422 do CPP, Cartas de Recolhimento e Requerimento de Oitivas e Dispensa de Oitivas de Testemunhas em Plenário. No mês de janeiro de 2014, o total de manifestações foi 21. No mês seguinte, em fevereiro, o número de manifestações foi 7, bem como, houve manifestações no Plantão Judicial, tendo sido 16 manifestações em sede de pedido de Liberdade Provisória e 18 em sede de pedido de prisão preventiva. No mês de março foram 14 manifestações dentre Requerimentos de Provas para o Júri, nos termos do artigo 422 do CPP, Cartas de Recolhimento e Requerimento de Oitivas e Dispensa de Oitivas de Testemunhas em Plenário. No mês de abril foram 15. No mês de maio foram 6; no mês de julho, o Promotor de Justiça estava de férias; no mês de agosto foram 25 manifestações; no mês de setembro foram 24 manifestações e, por fim, no mês de outubro do corrente ano, foram 14 manifestações.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu que o Prédio das Promotorias da Capital seja ao lado do Fórum, para que seja de fácil acesso.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

### 13.87. 26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 4ª Vara do Tribunal do Júri, depois da preclusão da sentença de pronúncia até o esgotamento da competência jurisdicional respectiva. Resolução nº 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	SAMARONI DE SOUSA MAIA

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/12/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar (sindicância), a qual foi arquivada; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (01 a 30/10/2014), cumpre expediente das 8h às 17h, sendo que o expediente se estende até o término da sessão do júri.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (efetivo/comissionado).											
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas) e digital.											
Sistema de Registro	Digital (SIMP) e físico.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 420.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário					Improbidade administrativa						Prejudicado	
					ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado	
					Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado	



Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:	Prejudicado											
Qual o critério de recebimento de feitos: Esta PJ tem atribuição para os processos a partir da pronúncia. A 28ª PJ tem atribuições da fase inquisitorial até a pronúncia.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	33	17	10	20	21	27	22	21	24	39	0	31
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	33	17	10	20	21	27	22	21	24	39	0	31
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	8	6	6	5	3	9	10	17	0	8
Recursos interpostos	0	0	1	0	2	0	1	0	1	0	1	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Em outubro/14 o titular esteve de férias, sendo que o número de processos o SIMP conta como sendo da Promotora de Justiça que esteve no cargo.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
O membro inspecionado formulou diversas sugestões/observações: 1) A segunda instância não é fiscalizada; 2) Os procuradores têm três assessores cada um; 3) O cargo de secretário de gabinete de procurador foi transformado em chefe, mas não chefia ninguém; 4) Os assessores não têm controle de horário de trabalho. Depois disso se estendeu a todos os assessores; 5) Há inclusive grande disparidade na remuneração dos assessores de primeira e de segunda instância. Os de segunda instância ganham cerca de três vezes mais.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
Foi relatada a utilização de PowerPoint no júri inclusive para mostrar peças do processo.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												

### 13.88. 27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 1ª Vara do Tribunal do Júri, desde a fase inquisitorial até a preclusão da sentença de pronúncia. Resolução nº 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	

Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		JOSÉ LUCIOLO GORAYEB SANTOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que assumiu o órgão em 05/02/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses recebeu colaboração em um único processo; não se afastou das atividades; cumpre expediente das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (funcionária de carreira, comissionado) e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 337.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 24.													
Obs.: A 23ª Promotoria de Justiça Criminal, que atua frente à 1ª Vara do Tribunal do Júri, a partir da sentença de pronúncia, informou que o número de feitos que tramitam na Vara é 351.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										Prejudicado	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										Prejudicado	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											Prejudicado	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:											Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	2	34	68	105	169	187	110	60	56	71
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	44	73	93	91	59	71	120	65	59	114	122	75
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	44	71	61	57	22	7	102	142	109	118	107	122
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	2	34	68	105	169	187	110	60	56	71	24
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	4	14	23	17	21	15	19	5	20	20	26
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	1	0	0	3	3	12	6	6

Denúncias oferecidas	8	3	2	2	4	0	0	2	2	6	9	13
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	7
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

Obs.: Dos 7 inquéritos policiais com mais de 30 dias, um já tem manifestação e está sendo devolvido.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Policial	2247-20.2008.8.10.0001	17.10.2005 (portaria)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise.
Inquérito Policial	430-42.2013.8.10.0001	08.11.2010 (portaria)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise.
Inquérito Policial	49284-04.2012.8.10.0001	27.04.2009 (portaria)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise. Com manifestação em anexo, juntada aos autos de inspeção.
Inquérito Policial	56328-40.2013.8.10.0001	16.09.2013 (portaria)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise.
Inquérito Policial	17517-74.2014.8.10.0001	26.05.2009	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise
Auto de Prisão em Flagrante / Inquérito Policial	4641-24.2013.8.10.0001	08.02.2013 (data do fato)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise

Inquérito Policial	40803-52.2012.8.10.0001	16.12.2009 (portaria)	Irregular. Vista em 30.10.2014 (mais de trinta dias) para análise
Ação Penal	46132-45.2012.8.10.0001	22.01.2013	Irregular. Vista em 18.11.2014 para alegações finais em 5 dias.
Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.			
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.			

### 13.89. 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 4ª Vara do Tribunal do Júri, desde a fase inquisitorial até a preclusão da sentença de pronúncia. Resolução nº 019/2013-CPMP.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		NÃO INFORMADO										
SUBSTITUTO		GILBERTO CAMARA FRANÇA JÚNIOR										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em janeiro de 2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do “Curso de Direito Eleitoral, com carga horária de 8 horas; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; atua cumulativamente como 12º Promotor de Justiça de Substituição Plena da Comarca da Capital e na central de inquéritos, onde não existe cargo criado; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (12/06 a 11/07/2014), cumpre expediente das 8h às 13h e das 14h30min às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessora (comissionado) e 1 Estagiário.										
Estrutura física		Em ótimas condições gerais.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro		Pastas (ofícios) e digital SIMP (entrada e saída de processos e inquéritos policiais).										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 420.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 13.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário					Improbidade administrativa					Prejudicado					
					ACP/ações coletivas (exceto improbidade)					Prejudicado					
					Ações para a defesa de direito individual indisponível					Prejudicado					
Processos cíveis – custos legis					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado					
Processos cíveis ajuizados pelo MP					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado					
Processos eleitorais					Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado					
					Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado					
Notícias de Fato					Em tramitação há menos de 30 dias:					Prejudicado					
					Em tramitação há mais de 30 dias:					Prejudicado					
Procedimentos Preparatórios					Em tramitação há menos de 90 dias:					Prejudicado					
					Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):					Prejudicado					
					Em tramitação há mais de 180 dias:					Prejudicado					
Inquéritos Cíveis					Em tramitação há menos de 1 ano:					Prejudicado					
					Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):					Prejudicado					
Procedimentos Administrativos					Em tramitação há menos de 90 dias;					Prejudicado					
					Em tramitação há mais de 90 dias;					Prejudicado					
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:														Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:														Prejudicado	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:														Prejudicado	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):														Prejudicado	
Visitas realizadas					Delegacias de polícia:					Prejudicado					
					Estabelecimentos prisionais:					Prejudicado					
					Centros de internamentos provisórios:					Prejudicado					
					Outras unidades de atendimento:					Prejudicado					
					Estabelecimentos de idosos:					Prejudicado					
					Estabelecimentos de deficientes:					Prejudicado					
					Estabelecimentos de Saúde:					Prejudicado					
					Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:					Prejudicado					
Fundações:					Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado															
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)															
PERÍODO				Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	-	91	53	45	0	154	98	35	93
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	169	0	131	40	63	22	162	54	74	121	52
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	169	0	40	68	99	77	8	111	134	63	131
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	91	53	45	0	154	98	35	93	14
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	15	21	19	10	8	15	0	12	21
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	0	0	2	1	3	0	7	4	1	0
Denúncias oferecidas	0	3	0	4	11	4	1	0	5	19	4	21
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	2	3	2	2	2	0	3	0

Obs.: No mês de fev/14 o Promotor de Justiça titular esteve de férias e, segundo ele, não se tem acesso aos números da Promotoria de Justiça daquele mês, mas tão somente o Promotor de Justiça que esteve no cargo.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Esta PJ tem atribuição para os IPs, até a pronúncia. A 26ª PJ assume o processo na fase do Tribunal do Júri.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro observou a falta agilização no andamento do processo entre o PJ e o MP.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) O titular está na assessoria da CGMP como assessor corregedor; 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**13.89.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Gilberto Câmara França Junior, esclareceu, sobre a não apresentação de recursos por parte da 28ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital nos últimos 12 meses, que a 28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, segundo a regulamentação prevista na Resolução n.º 019/2013 do Egrégio Colégio de Procuradores, tem sua atuação definida nos seguintes termos: “Oficiar nos feitos da 4ª Vara do Tribunal do Júri, desde a fase inquisitorial até a preclusão da sentença de pronúncia”. O art. 413 do Código de Processo Penal, Caput, estabelece que “O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação”. (Redação dada pela Lei n.º 11.689, de 2008). Conforme se depreende do texto legal, combinado com a previsão da Resolução acima mencionada, a 28ª Promotoria de Justiça Criminal tem o seu campo de atuação limitada a essa fase processual, sendo que não exige a lei processual penal mais do que a existência de materialidade e de indícios de autoria para que o réu seja pronunciado. Aduziu que, na situação particular da atuação perante a 4ª Vara do Tribunal do Júri, não têm sido registradas decisões na fase do art. 413 do CPP que venham a contrariar o seu entendimento esposado nas alegações finais, daí porque ausente um dos requisitos necessários para que o recurso seja aviado e admitido: a sucumbência. Em outras palavras, em não sendo contrariado o interesse ministerial não há porque se lançar mão de recursos. Ademais, ressaltou que o próprio Relatório Preliminar, ao apreciar os “Processos e Procedimentos Analisados” na 28ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital consignou expressamente que “Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular”.

13.90. 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA	
<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 2ª Vara do Tribunal do Júri, desde a fase inquisitorial até a preclusão da sentença de pronúncia. Resolução n.º 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
<b>TITULAR</b>	AGAMENON BATISTA DE ALMEIDA JÚNIOR
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/12/2013, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente das 8h às 14h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h às 12h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado).
Estrutura física	Em ótimas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.

Sistema de Registro	Desde junho de 2014, o Sistema de Registro é executado via Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 827.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						Prejudicado		

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	5	70	43	92	78	0	39	41	45	81	50	53
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	57	70	43	92	78	0	39	41	45	81	50	53
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	9	8	22	18	19	23	23	19	22	13	15	16
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Arquivamentos de IP/PIC	0	5	0	0	3	0	1	2	1	2	1	1
Denúncias oferecidas	5	19	17	8	7	0	6	1	3	8	19	17
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Obs: Os 19 flagrantes se referem ao plantão a que o Promotor de Justiça foi designado.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

### 13.91. 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 3ª Vara do Tribunal do Júri, desde a fase inquisitorial até a preclusão da sentença de pronúncia. Resolução nº 019/2013-CPMP.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	RAIMUNDO BENEDITO BARROS PINTO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 12/05/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem se afastou das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	Não informado.
Estrutura física	Imóvel alugado.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.
Sistema de Registro	SIMP.



De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 431.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: A 25ª Promotoria de Justiça, que também oficia nos feitos da 3ª Vara do Júri (a partir da decisão de pronúncia), informou que na unidade judiciária tramitam 359 feitos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										Prejudicado	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado	

Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	7	11	24	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	26	0	42	56	37	96	58	69	130	98	105	66
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	26	0	35	45	13	120	58	69	130	98	105	66
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	7	11	24	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	30	0	16	21	11	20	4	8	10	12	16	12
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos		0	2	1	0	4	2	4	3	7	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	2	0	2	1	0	0	0	7	5	15	10	6
Denúncias oferecidas	8	0	1	1	0	0	3	3	20	28	26	10
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: O Promotor de Justiça assumiu em maio/14. Relativamente aos meses anteriores, os dados estatísticos foram conseguidos pelo inspecionado com os outros Promotores de Justiça que estiveram no cargo. Quanto ao mês de janeiro/14 o Promotor de Justiça sequer conseguiu identificar quem foi o Promotor de Justiça que assumiu o cargo.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

**13.91.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Raimundo Benedito Barros Pinto informou que os recursos interpostos ainda estão sendo analisados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

13.92. 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Nos processos de execução penal referentes a presos em regime fechado e semiaberto, em tramitação perante a 1ª Vara de Execução Penal e realiza as audiências judiciais na 1ª Vara de Execução Penal.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	Wiler Siqueira Mendes Gomes
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 25/03/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do 5º Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias (junho e julho de 2014), cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão), e, em comum, 2 analistas ministeriais (efetivo), 1 assistente social (cedida), 1 motorista (terceirizado), 1 recepcionista (terceirizada).

Estrutura física	O Núcleo de Execuções Penais está localizado em prédio térreo (casa) em rua localizada ao lado das promotorias da capital, com instalações razoáveis, possuindo cada promotor um gabinete, e as demais áreas (assessorias e secretaria) com salas próprias.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital											
Sistema de Registro	Em livro de protocolo, pois ainda não estão integrados ao SIMP; e nos processos judiciais no sistema do TJ/CNJ – processos eletrônicos.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.886.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 4.												
Obs.: As Promotorias de Justiça de Execuções Penais trabalham no sistema VEP/CNJ, tendo em vista que todos os processos judiciais das execuções penais são eletrônicos. A 31ª PJ se manifesta nos processos com final impar, selecionando visualmente no sistema os processos em que serão manifestados. A 33ª PJ se manifesta nos processos com final par. Não há interoperabilidade de sistemas (MP e TJ), porém a promotoria consegue extrair do sistema do TJ a sua movimentação processual. Informa que há uma sobrecarga de trabalho (arquivos pesados) e que quando o sistema está fora do ar a alternativa é despachar de sua residência ou de notebook fornecido pelo próprio MP. Quando o problema é o sistema do TJ/CNJ a solução é dada pelo próprio TJ.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		

Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: conforme acima descrito.												
Obs.: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	Férias	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	203	226	147	487	281	163	Férias	288	212	137	101
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	203	226	147	487	281	163	Férias	288	212	137	97
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	33
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10

Obs.: O saldo do mês de setembro ocorreu em virtude da criação do novo para ciência de decisões e, a sua operacionalização, somente agora está se regularizando.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (ver prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Não informado
	Centros de internamentos provisórios:	Não informado

Se existe critério de recebimento de feitos: Prejudicado

Obs: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu o aumento da estrutura de pessoal.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

1) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio; 7) O membro inspecionado informou que preenche os relatórios no sistema do CNMP, afirmando que a atribuição fica mais a cargo da 33ª PJ que é quem tem a atribuição para as inspeções nas unidades prisionais; 8) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.



**13.93. 32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL**

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Junto a 2ª Vara de Execução Penal, processos de regime aberto, nas medidas alternativas e no livramento condicional, e inspeção nas unidades prisionais com relação aos presos provisórios.											
Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
<b>TITULAR</b>	PEDRO LINO SILVA CURVELO											
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 26/03/2012, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Aperfeiçoamento do Júri, 2º e 5º Seminários do Sistema Prisional promovido pelo CNMP e Curso de Negociação e Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar, mas não sofreu sanção disciplinar (arquivado pelo CNMP); responde cumulativamente pela 34ª Promotoria de Justiça Criminal; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 14h, em regra, no entanto, não raro participa de eventos ligados à execução penal na Vara Judicial, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, reuniões na SEJAP, dentre outros eventos.												
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	Um assessor de promotor de justiça (cargo em comissão) além da estrutura compartilhada, 2 analistas ministeriais (ambos efetivos), 1 assistente social (cedida), 1 motorista (terceirizado).											
Estrutura física	O Núcleo de Execuções Penais está localizado em prédio térreo (casa) em rua localizada ao lado das promotorias da capital, com instalações razoáveis, possuindo cada promotor um gabinete, e as demais áreas (assessorias e secretaria) com salas próprias.											
Sistema de Arquivo	Físico (ofícios, memorandos, circulares e etc.) e eletrônico (minutas e manifestações judiciais).											
Sistema de Registro	Em livro de protocolo (abertura e movimentações de inquéritos, procedimentos e controle de processos judiciais). Utiliza-se o sistema do TJ/CNJ.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: Ao utilizar o sistema do TJ/CNJ, o MP não dispõe da interoperabilidade dos dados e necessita utilizar diretamente o sistema do judiciário, sendo que quando o mesmo está “fora ar”, não há como movimentar os processos. Quando a internet do MP falha o entrevistado tem que utilizar a internet de sua residência.												
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.896.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 66.												
Obs.: A distribuição é feita de acordo com o dígito final. Os processos com final par (dígito verificados) é da 34ª PJ sendo os ímpares da 32ª PJ. A verificação da atribuição é visualizada no sistema, ou seja, estão todos na mesma “caixa de entrada” cada promotor deve verificar em qual processo deve se manifestar e assim fazê-lo diretamente no sistema.												
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>												
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>												
<b>PERÍODO</b>	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						0		
				Em tramitação há menos de 90 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						1		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há mais de 180 dias:						1		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						0		
				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						1		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						0		
				Em tramitação há mais de 90 dias;						5		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Não informado		
				Centros de internamentos provisórios:						Não informado		
				Outras unidades de atendimento:						Não informado		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado		
Fundações:						Prejudicado						

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado												
Obs.: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	29	37	34	2	10	37	44	7	19	7	15	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	53	72	82	86	77	120	84	63	128	117	175	126
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	45	75	114	78	50	113	121	51	140	109	196	116
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	37	34	2	10	37	44	7	19	7	15	0	10
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	7	-	14	15	30	4	-	30	33	13	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	1	-	-	1	6	1	2	2	1	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	20	5	11	-	7	9	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									1		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Não informado		
	Centros de internamentos provisórios:									Não informado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Conformar acima descrito.												
Obs.: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.												

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugeriu a melhoria da estrutura física e pessoal, tendo em vista a grande atuação externa e visitas às 13 unidades prisionais e audiências judiciais.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	001/2013	23/06/2013	Instaurado para apurar a entrada, comercialização e fabrico de alimentos no interior das celas dos estabelecimentos prisionais de São Luís, destinados a presos provisórios. Concluso em 14/01/14, até o momento sem análise. Irregular
Inquérito Civil	001/2013	20/02/2013	Ausente prorrogação. Irregular
Procedimento Administrativo Preparatório (PAP)	001/2013	20/09/2013	Expediente distribuído à 32ª Promotoria em 13/01/14. Apura a morte do preso Jhonata na CCPJ/Pedrinhas. Última movimentação: despacho em 31/10/2014.
Procedimento Administrativo Preparatório (PAP)	001/2014	16/07/2014	Apura uso de celular e fixo pelo detento Luis na Unidade de Ressocialização do Olho D'Água, para ameaçar sua ex-companheira. Última movimentação: despacho em 31/10/2014.
Processo de Execução Criminal	0000570-78.2012.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 13/11/2014
Processo de Execução Criminal	0023920-32.2011.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 20/11/2014
Processo de Execução Criminal	0019160-74.2010.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 25/11/2014
Processo de Execução Criminal	0024350-18.2010.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 25/11/2014
OBSERVAÇÕES			
<p>1) Atualmente acumula a atribuição da 34ª PJ Criminal – 4ª PJ de Execução Penal, em razão do afastamento da titular que ocupa a Corregedoria-Geral (há mais de um ano);</p> <p>2) Segundo o entrevistado, falta melhor estrutura ao Órgão de Execução, uma vez que trabalha somente com a assessora, a qual fica quase sempre ligada aos processos judiciais, os quais não podem atrasar, dada a natureza dos processos e os interesses neles envolvidos;</p> <p>3) Ressalta, ainda, a necessidade de realizar treinamentos visando a preparação de servidores para atuarem em inquéritos civis e procedimentos diversos;</p> <p>4) O membro inspecionado informou que preenche os relatórios do CNMPind referente às inspeções nos presídios;</p> <p>5) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;</p> <p>6) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;</p> <p>7) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;</p> <p>8) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;</p> <p>9) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;</p> <p>10) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;</p> <p>11) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;</p> <p>12) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.</p>			

**13.93.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Pedro Lino Silva Curvelo informou, acerca das atribuições da unidade em relação à realização de visitas a estabelecimentos prisionais e a produtividade de tais visitas nos últimos 12 meses, que houve equívoco por parte dos promotores corregedores, os quais declararam não ter havido informações sobre as visitas nos estabelecimentos prisionais e a produtividade. Aduziu que, no próprio TERMO DE INSPEÇÃO encaminhado aos encarregados pela inspeção, consta que este órgão de execução realizou 91 inspeções durante o ano de 2014. Esclareceu que as inspeções são realizadas mensalmente, conforme pode ser verificado no sistema de inspeção prisional, encaminhado ao CNMP, depois de analisado por essa Corregedoria. Acerca das informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade relatou: a) O CNMP encontrou irregularidade em dois procedimentos: o Inquérito Civil nº 01/2013, instaurado para apurar falta de vagas, deficiência estrutural, insegurança e violação aos direitos dos presos custodiados na Casa de Detenção – CADET, desta Comarca, cujo processo encontra-se concluso para decisão, tendo em vista a reforma geral realizada no estabelecimento prisional, situação essa que tornou prejudicado o objeto do Inquérito Civil, considerando as melhoras verificadas no estabelecimento prisional; b) Procedimento Administrativo Conjunto 01/2013, instaurado para apurar a entrada, comercialização e fabrico de alimentos no interior das celas dos estabelecimentos prisionais de São Luís, o qual restou também prejudicado, ante a edição da Portaria 01/2015, da Secretaria de Administração Penitenciária, que proibiu a entrada, comercialização e fabrico de alimentos ao interior das unidades prisionais, conforme doc. Anexo, prejudicando, destarte, o objeto do PA. Ressaltou que neste último caso, a Portaria da SEJAP foi decorrente de proposta de termo de ajuste de conduta elaborado por esta promotoria e encaminhado ao Secretário da SEJAP, o qual adiantou a providência mediante portaria, e sua tramitação foi retardada em virtude de ter sido entregue a outra promotoria de justiça para que desse seguimento ao feito, mas, contudo, não teve o andamento desejado, fazendo com que fosse solicitado de volta. Esse procedimento foi encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público com promoção de arquivamento. Quanto aos processos de execução penal, estes foram todos encaminhados via sistema ao órgão jurisdicional.

**13.94. 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA  
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Nos processos de execução penal em processos de regime fechado e semi-aberto. Exerce as inspeções nos presídios da Capital (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposo), em total de 13 (treze) unidades prisionais; a 31ª realiza as audiências judiciais na 1ª Vara de Execução Penal. A segunda vara de execução tem competência para os processos de execuções de presos em regime aberto, medidas de segurança, penas alternativas e livramento condicional, além de inspeções nos presídios quanto aos presos provisórios.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	CARLOS JORGE AVELAR SILVA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 03/02/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor (cargo em comissão), e compartilhado dispõe de 1 técnico administrativo, 1 analista ministerial (ambos efetivos), 1 assistente social (cedida), 1 motorista (terceirizado).

Estrutura física	O Núcleo de Execuções Penais está localizado em prédio térreo (casa) em rua localizada ao lado das promotorias da capital, com instalações razoáveis, possuindo cada promotor um gabinete, e as demais áreas (assessorias e secretaria) com salas próprias.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	Em livro de protocolo, pois ainda não estão integrados ao SIMP; e nos processos judiciais no sistema do TJ/CNJ – processos eletrônicos.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: As promotorias de execução penal não possuem atribuição para investigar e processar os crimes ocorridos dentro dos presídios, cuja atribuição é das PJ Criminais.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.886.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 26, dos quais 22 estão com vistas a 33ª PJ e 4 com vista à 31ª PJ (sendo o mais antigo datado de 20/11). Informa o entrevistado que o sistema ficou fora do ar desde 5ª feira retornando na presente data. E antes desse período a internet do MP estava inoperante.												
Obs.: As Promotorias de Justiça de Execuções Penais trabalham no sistema VEP/CNJ, tendo em vista que todos os processos judiciais das execuções penais são eletrônicos. A 33ª PJ se manifesta nos processos com final par, selecionando visualmente no sistema os processos em que serão manifestados. A 31ª PJ se manifesta nos processos com final ímpar. Não há interoperabilidade de sistemas (MP e TJ), porém a promotoria consegue extrair do sistema do TJ a sua movimentação processual. Informa que há uma sobrecarga de trabalho (arquivos pesados) e que quando o sistema está fora do ar a alternativa é despachar de sua residência ou esperar a internet do MP retornar. Quando o problema é o sistema do TJ/CNJ a solução é dada pelo próprio TJ. A verificação da atribuição é visualizada no sistema, ou seja, estão todos na mesma “caixa de entrada” cada promotor deve verificar em qual processo deve se manifestar e assim fazê-lo diretamente no sistema.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		



Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	1
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	1
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Não informado
	Centros de internamentos provisórios:	Não informado
	Outras unidades de atendimento:	Não informado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Conforme acima descrito.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	61	0	0	0	0	0	0	18	131*	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	372	274	241	308	431	310	215	337	252	368	191	245
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	372	213	321	308	431	310	215	337	234	227	332	223
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	3	4	3	3	3	2	2	3	0	1	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8

Obs.: O saldo do mês de setembro ocorreu em virtude da criação do novo para ciência de decisões e, a sua operacionalização, somente agora está se regularizando.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Não informado
	Centros de internamentos provisórios:	Não informado

Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme acima descrito.

Obs: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Abertura de campo específico para a execução penal com relação ao relatório da Inspeção Nacional (resposta previamente prestada); 2) Desenvolver política institucional de acompanhamento nas execuções penais em todo o Estado; 3) Aprimorar a atribuição da improbidade administrativa.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Preparatório	02/2014	11/02/2014	Apura maus-tratos contra presos no CCPJ e CDP. Última movimentação: 26/11/2014 – despacho de diligência. Sem prorrogação. Não convertido em IC. Irregular
Procedimento Preparatório	01/2003	03/10/2013	Apura suposto envolvimento de pessoas vinculadas ao Núcleo de Advocacia Voluntária em São Luís em cobrança indevida de honorários advocatícios e/ou propinas de presos. Não convertido em IC. Feita a prorrogação em 23/09/2014, com base na Resolução 10/2009 – CPMP e Resolução 23/2007 – CNMP. Última movimentação: despacho de diligência em 27/11/2014. Não convertido em IC. Irregular

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O núcleo de execuções prisionais informa que preenche os relatórios mensalmente solicitados pelo CNMP diretamente no sistema CNMPind;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 3) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;
- 4) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio;
- 5) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis;
- 6) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição;
- 7) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis;
- 8) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais;
- 9) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

**13.94.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva informou que, em relação ao controle da quantidade de processos que tramitaram na 33ª Promotoria de Justiça Criminal, no período de janeiro de 2014 à 19 de janeiro de 2015, foram movimentados (recebidos/devolvidos) 3.511 (três mil, quinhentos e onze) processos virtuais. No que se refere a quantidade e frequência de visitas efetuadas nos estabelecimentos prisionais, informou que no ano de 2014 foram realizadas 35 (trinta e cinco) Inspeções, conforme documentação apresentada à Corregedoria Nacional (fls. 452 a 455, Anexo II, Volume III).

#### 13.95. 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE SÃO LUÍS/MA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÃO PENAL

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Junto a 2ª Vara de Execução Penal, processos de regime aberto, nas medidas alternativas e no livramento condicional, e inspeção nas unidades prisionais com relação aos presos provisórios.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	ROSANNA GONÇALVES (assessoria da Corregedoria-Geral)
SUBSTITUTO	PEDRO LINO SILVA CURVELO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/05/2013 (Portaria nº 3044/2013 – GPGJ), reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Curso de Aperfeiçoamento do Júri, 2º e 5º Seminários do Sistema Prisional promovido pelo CNMP e Curso de Negociação e Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; respondeu a procedimento administrativo disciplinar, mas não sofreu sanção disciplinar (arquivado pelo CNMP); responde cumulativamente pela titularidade da 32ª Promotoria de Justiça Criminal; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente 8h às 14h, em regra, no entanto, não raro participa de eventos ligados à execução penal na Vara Judicial, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, reuniões na SEJAP, dentre outros eventos.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor de promotor de justiça (cargo em comissão) além da estrutura compartilhada, 2 analistas ministeriais (ambos efetivos), 1 assistente social (cedida), 1 motorista (terceirizado).											
Estrutura física	O Núcleo de Execuções Penais está localizado em prédio térreo (casa) em rua localizada ao lado das promotorias da capital, com instalações razoáveis, possuindo cada promotor um gabinete, e as demais áreas (assessorias e secretaria) com salas próprias.											
Sistema de Arquivo	Físico (ofícios, memorandos, circulares e etc.) e eletrônico (minutas e manifestações judiciais)											
Sistema de Registro	Em livro de protocolo (abertura e movimentações de inquéritos, procedimentos e controle de ofícios), não estão integrados ao SIMP, e eletrônicos (controle de recebimento e devolução de processos judiciais). Utiliza-se o sistema do TJ/CNJ.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: Ao utilizar o sistema do TJ/CNJ, o MP não dispõe da interoperabilidade dos dados e necessita utilizar diretamente o sistema do judiciário, sendo que quando o mesmo está “fora ar”, não há como movimentar os processos. Quando a internet do MP falha o entrevistado tem que utilizar a internet de sua residência.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.896.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 39.												
Obs.: A distribuição é feita de acordo com o dígito final. Os processos com final par (dígito verificados) é da 34ª PJ sendo os ímpares da 32ª PJ. A verificação da atribuição é visualizada no sistema, ou seja, estão todos na mesma “caixa de entrada” cada promotor deve verificar em qual processo deve se manifestar e assim fazê-lo diretamente no sistema.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Prejudicado
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Prejudicado
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Prejudicado
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	Prejudicado
	Em tramitação há mais de 90 dias;	Prejudicado
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Não informado
	Centros de internamentos provisórios:	Não informado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado

Obs.: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	28	9	20	8	10	59	30	5	22	2	8	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	27	83	40	72	93	117	87	85	123	82	185	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	46	72	52	70	44	146	112	68	143	76	193	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	9	20	8	10	59	30	5	22	2	8	0	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	7	-	14	15	25	4	-	29	32	10	-	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	1	-	-	1	1	3	1	1	3	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Não informado		
	Centros de internamentos provisórios:									Não informado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Conforme acima descrito.												
Obs.: Não houve informação concreta com relação aos números de visitas e a periodicidade em que realizam inspeção no sistema prisional												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
A equipe de inspeção consignou que foi informado no termo do titular.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
A equipe de inspeção consignou que foi informado no termo do titular.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento			Data da instauração			Situação detectada					
Processo de Execução Criminal	002740-71.2012.810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 04/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0013130- 23.2010.810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 05/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0001740-85.2012.810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0011380-83.2010. 810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0011910-19.2012.810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0013660-85.2014.810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0014070-73.2014.810.0102			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					
Processo de Execução Criminal	0022280-23.2013.0810.0141			Não apurado. Processo eletrônico			Vista em 10/11/2014					



Processo de Execução Criminal	0025100-29.2013.810.0201	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 10/11/2014
Processo de Execução Criminal	0022090-31.2011.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 10/11/2014
Processo de Execução Criminal	0022410-13.2013.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 10/11/2014
Processo de Execução Criminal	0013430-77.2013.810.0141	Não apurado. Processo eletrônico	Vista em 11/11/2014

#### OBSERVAÇÕES

1) A substituição de promotor de justiça não tem sido realizada pelas promotorias de justiça de substituição plena. Encontrou apenas uma Promotora titular dessas promotorias de substituição pela exercendo as funções perante promotoria de justiça cuja titular se encontra afastada por licença gestante. Nesse caso a promotora substituta conta com seu assessor jurídico e ainda com o auxílio do assessor da promotora afastada. Afastamentos de maior duração, de membros que estão ocupando outras funções no MP-MA estavam sendo substituídos por membros titulares de outras promotorias, percebendo a remuneração de 10% do subsídio; 2) Observou-se a partir da análise física dos procedimentos extrajudiciais em tramitação nas diversas promotorias, que não há conhecimento por parte dos promotores de justiça e respectivos assessores da formalização dos atos que compõem cada classe de procedimentos, especialmente, no que se refere a despacho de prorrogação ou despachos para conversão dos procedimentos preparatórios em inquéritos civis; 3) Em relação às Promotorias de Justiça do Consumidor, constatou-se que a localização em endereços diversos podem confundir e dificultar o acesso do cidadão às informações de seu interesse em razão dos critérios internos de distribuição; 4) Em relação às Promotorias de Justiça da Fazenda Pública, a equipe de inspeção tem a convicção que não se justifica a permanência de 5 promotorias tendo em vista a quantidade ínfima de processos/procedimentos que exigem a atuação do MP. Em uma das promotorias visitadas, constatou-se o recebimento de apenas 12 processos no mês de novembro para oficiar como custos legis; 5) No que tange às Promotorias de Execução penal, verifica-se que não foram prestadas informações quanto a quantidade e frequência de visitas aos estabelecimentos prisionais. Igualmente, verificou-se que o MP não detém o controle da quantidade de processos em que oficia, tendo em vista a inexistência de interoperabilidade entre o sistema utilizado especificamente pela Vara de Execuções Penais e o sistema de controle de processos do MP. A equipe aponta como necessidade a definição precisa quanto às atividades de fiscalização dos promotores de justiça dos estabelecimentos prisionais; 6) Quanto às promotorias de justiça da infância e juventude, verificou-se a necessidade urgente na reestruturação seja física seja de pessoal em face da importância da matéria e das questões sensíveis envolvendo os direitos das crianças e adolescentes. Especialmente no que se refere à promotoria cível conforme descrito no termo próprio.

### 13.96. CENTRAL DE INQUÉRITOS

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua perante a Central de Inquéritos, instalada pela Resolução GP 10/2014, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJMA (documento 1). Com relação ao Ministério Público não há cargo criado com atribuições específicas para atuação no âmbito de toda competência da Central de Inquéritos. Para exercer as funções do Ministério Público junto à Central de Inquéritos foram designados dois Promotores de Justiça pelo Procurador-Geral de Justiça (Portaria 2955/2014-GPGJ - documento 2), que lá atuam sem prejuízo de suas funções em outras Promotorias de Justiça Criminais. O provimento n.14/2014, da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMA (documento 3) cria as audiências de custódia de apresentação de presos, realizadas na Central de Inquéritos. Para participação em tais audiências, foi designada pelo Procurador-Geral de Justiça a Dra Márcia Lima Buaten, titular da Promotoria de Justiça de Cidadania. A Central de Inquéritos recebeu inicialmente todos os Inquéritos Policiais em tramitação, porém, devido ao grande número de feitos, o TJ-MA determinou que a Central deveria receber apenas os distribuídos a partir de 28/04/2014. Os membros do Ministério Público praticam todos os atos necessários em todos os inquéritos policiais até o momento em que o procedimento é relatado, quando então é apresentada manifestação padrão, requerendo ao Juízo da Central de Inquéritos a distribuição ao juiz natural, para a definição de atribuição do promotor natural (cópia de manifestação - documento 3). Os promotores da Central de Inquérito se manifestam nas medidas cautelares relativas aos procedimentos em andamento. Com relação às atribuições da 18ª Promotoria de Justiça Criminal, especialmente no que diz respeito conhecer das comunicações de prisão feitas na forma do artigo 306 do CPP, fora das hipóteses de plantão, adotando as providências cabíveis em cada caso, os membros oficiantes perante a Central de Inquérito desconhecem se outro Promotor exerce tal função. A Promotora titular do referido ofício foi inspecionada por outra equipe.
Atribuições extrajudiciais?	Não informado.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não informado.
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não informado.
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não informado.
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não informado.
TITULAR	Ruy Antonio Vieira de Carvalho (titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena) e Gilberto Câmara França Júnior (titular da 12ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena) - ambos responderam os itens do questionário quando inspecionados pela equipe que visitou as Promotorias de Justiça de Substituição Plena.

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Os membros não informaram quando assumiram o órgão; não há informação também se residem ou não na localidade de lotação; participaram de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela ESMP; os demais itens não constam respostas às perguntas formuladas no termo de inspeção.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Ocorre das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	Dispõe de 01 servidor administrativo ocupante do cargo efetivo de técnico administrativo e 01 estagiário de direito.											
Estrutura física	Ocupa espaço no 7º andar do Fórum de São Luís, constituído por 03 salas amplas e adequadas ao bom funcionamento do Órgão											
Sistema de Arquivo	Utiliza sistemas físico e eletrônico.											
Sistema de Registro	Os feitos são registrados em livro de carga físico e em planilha eletrônica. A distribuição entre os dois membros oficiais é manual, separando-se por tipo de manifestação. O sistema SIMP não está instalado na Central de Inquéritos.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: Não informado.												
Obs.: O SIMP não foi instalado na Central de Inquérito, tendo em vista que a rede de computadores é do Tribunal e não do MP-MA. Os feitos são recebidos e devolvidos em livro, bem como registrados em planilha eletrônica (Anexo I). Não foi possível extrair estatísticas de entrada e saída de procedimentos. Foram apresentadas certidões com a produtividade dos membros (documentos 4 e 5). O sistema do TJ-MA estava fora do ar no momento da visita de inspeção, não tendo sido possível a extração de relatório de movimentação de feitos na Central de Inquéritos. Nada obsta que, a posteriori, os dados sejam obtidos junto àquela unidade Judicial. Os documentos acima referidos, apresentados à equipe de inspeção, foram devidamente juntados aos autos de inspeção.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		

Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	-
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	-
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	-
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-
Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.		
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
1) Instalação do SIMP na Central de Inquéritos; 2) Inserção de campo próprio no mapa estatístico do MP-MA para registro da produtividade da Central de Inquéritos; 3) Regulamentação da atuação de membros do MP-MA perante a Central de Inquéritos; 4) Conferir caráter obrigatório ao ato que regulamenta as substituições automáticas.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Todos os processos e procedimentos analisados encontravam-se com trâmite regular.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

**13.96.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Gilberto Câmara França Junior esclareceu, acerca dos dados não informados no termo de inspeção (estatística do órgão e feitos no órgão do Ministério Público), que os Promotores de Justiça com atuação na Central de Inquéritos da Capital não ocupam cargos, mas têm atuação perante a referida unidade jurisdicional, a qual é regulada no Poder Judiciário pela Resolução – GP 10/2014, que prevê que a Central de Inquéritos é competente para o processamento dos Inquéritos Policiais, decidindo sobre os seus incidentes e medidas cautelares. Ressaltou que não há qualquer regulamentação normativa no âmbito do Ministério Público acerca de sua atuação perante a Central de Inquéritos. Portanto, esclareceu que não há cargo de Promotor de Justiça titular da Central de Inquéritos, mas uma designação para atuar perante essa unidade. Nesse contexto, relatou que os Promotores de Justiça que atuam nessa unidade não receberam o “Termo de Inspeção” de forma prévia à inspeção realizada, sendo que os motivos que levaram ao não envio prévio não são de conhecimento deste Promotor de Justiça, mas percebeu-se que os Membros do Ministério Público que realizaram a inspeção também não tinham prévio conhecimento da existência de representação ministerial perante a Central de Inquéritos. Entendeu importante consignar o fato de que não há qualquer quadro ou espaço no mapa estatístico, apresentado mensalmente pelas unidades ministeriais, destinado à Central de Inquéritos, ou seja, os dados não podem ser lançados no mapa – que é virtual, por falta de campos para tal. Mas nem por isso os dados deixaram de ser apresentados fisicamente à inspeção, quando de sua vinda ao espaço localizado no Fórum Desembargador Sarney Costa onde ficam os Promotores de Justiça com atuação na Central de Inquéritos. Informou, ainda, que, até a presente data não foi instalado no espaço supracitado o sistema SIMP, sendo que não lhe cabe perquirir quais os motivos dessa não instalação, muito embora entenda ser necessário e até mesmo fundamental em termos de eficiência o funcionamento do SIMP na Central de Inquéritos, uma vez que TODOS os inquéritos do Termo Judiciário de São Luís passam por ali, e o cadastro evitaria que esses inquéritos ficassem no Protocolo das Promotorias da Capital à espera de cadastramento, muitas das vezes em prejuízo dos prazos impostos pela lei processual ao Ministério Público. Entende que quem poderia melhor esclarecer a não instalação do

SIMP na Central de Inquéritos são os órgãos internos responsáveis pelo programa, quais sejam a SECINST (Secretaria de Assuntos Institucionais) e a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação. Por fim, concluiu no sentido de que ausência de espaços virtuais para lançamento das estatísticas causa inestimável prejuízo não só à instituição, mas também aos Membros com atuação na Central de Inquéritos, os quais vêem a sua produtividade jogada num limbo, pois a rigor se forem extraídos os dados da instituição com um todo, não estará registrado o trabalho desenvolvido na Central de Inquéritos por esses Promotores de Justiça, o que certamente refletirá quando se disputar uma promoção ou remoção pelo critério do merecimento.

## 14. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR

### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RAPOSA/MA

14.1. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RAPOSA/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Gerais – Promotoria única.									
Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		REINALDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/11/2007; reside em São Luís, pois o município de Raposa (distante 22km de São Luís) pertence à comarca da Ilha de São Luís; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 14h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessora jurídica (bacharel em Direito, cargo comissionado), 1 Oficial de Promotoria, 3 servidores cedidos pelo Município de Raposa, sendo 1 para limpeza e 2 para serviços administrativos.										
Estrutura física		Condições gerais ruins. Casa antiga com garagem, 1 antessala, 1 sala para secretaria com 1 armário e 2 mesas, 1 sala para assessora com 1 mesa com computador e 1 armário, 1 banheiro, 1 gabinete com banheiro, contendo 1 mesa, 1 computador, 1 impressora, 1 scanner, 1 armário e 1 sofá.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico (Simp).										
Sistema de Registro		Sistema físico (pastas AZ) e eletrônico (Simp).										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3.474.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 38 (numeração total), sendo que a vista aberta mais antiga data de 04/11/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Distribuídos no mês	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Impulsionados no mês	16	31	31	53	45	25	30	44	54	54	27	21
Saldo do mês	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Audiências realizadas	5	0	27	24	33	18	24	12	29	13	15	11

Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: NC = Não consta. O Promotor de Justiça inspecionado não soube informar os campos onde consta a expressão “NC”.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	2	4	1	1	0	1	0	0	7	0	6
TAC firmado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	1	4	2	1	3	3	2	2	0	3	3	2
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	2	2	4	1	1	0	1	0	0	7	0	6
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	29	38	13	3	26	22	9	15	5	13	9	27
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										6	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										5	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										N/C	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										2*	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										4	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										6	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											5	

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	6
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado.

Obs.: NC = Não consta. O Promotor de Justiça inspecionado não soube informar o campo onde consta a expressão “NC”. Esclareceu que não possui registro das demandas para defesa de direito individual indisponível ajuizadas, muito embora relate ter ajuizado várias delas, especialmente ação de alimentos e investigação de paternidade, antes da chegada da Defensoria Pública ao Município (há dois anos). As únicas duas Notícias de Fato autuadas foram denominadas Peça de Informação e Protocolado Geral, vide campo processos e procedimentos examinados.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	32	26	38	24	27	31	19	28	72	31	36	19
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	12	2	15	11	31	22	14	9	14	21	12	NC
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	2	2	0	0	1	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	4	6	3	4	7	0	4	1	3	1	6	3
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	3	3	4	0	3	3	1	5	2	5	6	7
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	2	1	0	0	1	0	0	0
Denúncias oferecidas	3	7	5	3	6	5	3	5	8	9	4	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	29	38	13	3	26	22	9	15	5	13	9	27

Obs.: NC = Não consta. O Promotor de Justiça inspecionado não soube informar os campos onde consta a expressão “NC”.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0



Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar pro- rogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar pro- rogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Promotoria única, recebimento de todos os processos.		

#### INFÂNCIA E JUVENTUDE (CÍVEL)

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO

#### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Distribuídos no mês	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Impulsionados no mês	2	3	1	0	9	1	4	5	2	4	4	5
Saldo do mês atual	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Audiências realizadas nos últimos 30 dias	0	0	1	1	0	0	0	0	4	2	6	-

Obs.: NC = Não consta. O Promotor de Justiça inspecionado não soube informar os campos onde consta a expressão "NC".

#### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Oitivas informais de adolescentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto oiti- vas informais de adolescentes)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
	Ações de destituição do poder familiar	Não sabe informar
Processos da infância e juventude - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos da infância e juventude ajuizados pelo MP (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos nos últimos 12 meses):		5										
Audiências Concentradas em entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Entidades de acolhimento institucional	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	10										
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:		Prejudicado										
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		Prejudicado										
Obs.: Não existe unidade de internamento provisório, presídio, carceragem na Delegacia, unidade de acolhimento institucional e comunidade terapêutica.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Ab	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Distribuídos no mês:	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Impulsionados no mês:	1	2	3	2	0	1	1	1	3	2	5	0
Saldo do mês atual:	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	2	0	5	0	4	7	0	4	9	7	2	0
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	4	6	3	4	7	0	4	1	3	1	6	3
Arquivamentos e Remissões	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Representações	1	2	1	1	0	0	1	0	0	0	0	10
Audiências de Apresentação	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC	NC
Obs.: NC = Não consta. O Promotor de Justiça inspecionado não soube informar os campos onde consta a expressão “NC”.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										

3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Unidades de Internação:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Promotoria única.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O inspecionado relata que a má qualidade da internet inviabiliza o registro e movimentação do Simp

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Peça de informação	001/2010	30/06/2010	Instauração em 30/06/2010. Objeto: controle da aplicação de recursos oriundos de convênio firmado pelo Município. Último movimento: 01/07/2010 despacho proferido em um documento da Funasa (datado de 04/02/2009), solto na contracapa dos autos, pendente de cumprimento. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de Portaria e de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
“Protocolado Geral”	002/2012	31/10/2012	Instauração em 31/10/2012. Objeto: Solicitação de material pelo Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente à Prefeitura. Último movimento: 01/11/12 ata de reunião realizada com o CDCA e representantes do Município. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida de “Protocolado Geral”. Ausência de portaria, prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Procedimento Administrativo	002/2009	27/04/2009	Portaria de instauração de 27/04/2009. Objeto: Realização de eventos no Município de forma irregular. Última movimentação: 14/08/2009 despacho “Aguarde-se a chegada do respectivo Inquérito Policial”. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Procedimento Administrativo	002/2010	24/09/2010	Portaria de instauração de 24/09/10: Objeto: apurar ato de improbidade administrativa praticado por servidores do Município de Raposa. Última movimentação: 03/03/2011 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Procedimento Administrativo	001/2011	12/07/2011	Portaria de instauração de 12/07/11. Objeto: cumprimento de recomendação do CNMP encaminhada pelo Ofício 224/2011/SG-CNMP/GAB-SL, apuração da regularidade do acesso às escolas públicas e privadas aos portadores de deficiência. Último movimento: 03/08/11 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)

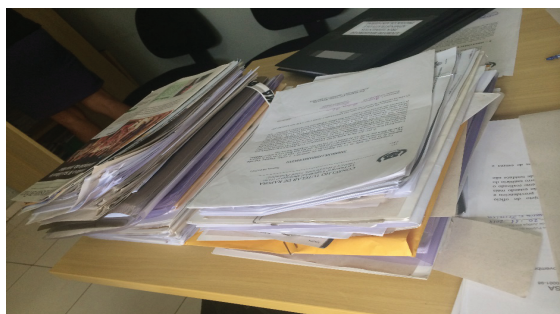
Procedimento Administrativo	001/2012	10/09/2012	Portaria de instauração de 10/09/2012. Objeto: apuração da concessão de licenças ambientais de forma irregular. Último movimento: 11/09/12 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Procedimento Administrativo	005/2013	10/07/2013	Portaria de instauração de 10/07/2013. Objeto: falta de prestação de contas de convênio (desvio de recursos públicos). Último movimento: 25/07/13 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Procedimento Administrativo	001/2014	04/08/2014	Portaria de instauração de 04/08/14. Objeto: descarte irregular de esgoto. Último movimento: 07/08/14 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Utilização indevida do Procedimento Administrativo para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil. Ausência de prorrogação do prazo de investigação)
Inquérito Civil	Protocolado Geral n. 001/2012	18/07/2012	Portaria de “protocolado geral” de 19/07/2012. Objeto: irregularidades no contrato de fornecimento de combustível para Prefeitura Municipal de Raposa. Último movimento: 18/02/13 termo de declaração tomado na Promotoria. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Inquérito Civil	001/2011	04/07/2011	Portaria de instauração de 04/07/11. Objeto: apuração de ato de improbidade. Última movimentação: 11/08/11 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Inquérito Civil	001/2013	28/01/2013	Portaria de instauração de 28/01/2013. Objeto: contratação irregular de empresas para fornecimento de material, equipamentos e execução de serviços e obras pelo Município de Raposa. Última movimentação: 09/05/13 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)
Inquérito Civil	004/2013	06/03/2013	Portaria de instauração de 06/03/13. Objeto: apurar a qualidade da educação básica no Município de Raposa. Última movimentação: 09/05/13 ofício expedido. SITUAÇÃO IRREGULAR (Ausência de prorrogação do prazo de investigação e ausência de impulso na investigação)

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A Promotoria de Justiça de Raposa está instalada em uma casa alugada, bastante antiga, sem condições de segurança. A porta lateral de acesso ao gabinete do Promotor de Justiça se encontra com a grade quebrada e parede deteriorada, tendo sido relatado pelo inspecionado que meses atrás houve tentativa de invasão na Promotoria por meliantes, ocasião na qual foram provocados tais danos. O inspecionado relatou ainda que já foram encontrados produtos de furto na garagem da Promotoria de Justiça, havendo suspeita de que usuários de drogas frequentavam tal garagem à noite. Diante disso, foi providenciada segurança no período noturno (dois vigias cedidos pelo Município);
- 2) A Promotoria de Justiça conta com 1 assessora jurídica (bacharel em Direito, cargo comissionado), 1 Oficial de Promotoria (nível médio, servidor efetivo), 3 servidores cedidos pelo Município (1 servidora para serviço de limpeza e 2 para execução de tarefas administrativas, nível médio), 2 Policiais Militares e 2 vigias cedidos pelo Município (turno noturno, revezamento em escala 24x48 horas);
- 3) O Promotor de Justiça inspecionado não havia preenchido o relatório, nem mesmo os campos relacionados ao quantitativo de processos (entrada e saída) antes da chegada da equipe de inspeção, o que prejudicou os trabalhos, diante do lapso de mais de duas horas para levantamento parcial das informações por sua assessora;
- 4) Em que pese a equipe de inspeção ter constatado a existência de pastas AZ na secretaria, não existe registro das demandas recebidas pela Promotoria de Justiça (atendimentos, notícias de fato), através de livro de registro, alimentação do sistema Simp ou qualquer outro meio hábil. Indagado, o inspecionado afirmou que os atendimentos à população são registrados no Simp como Notícia de Fato e não são autuados, não sabendo informar quantas notícias de fato existem em tramitação. Solicitada a exibição das Notícias de Fato registradas, a equipe de inspeção recebeu várias folhas soltas de registros do Simp sem qualquer providência determinada a partir de então. Alguns registros se referem a fatos estranhos à atribuição do Ministério Público (Notícia de Fato n. 000301-505/2014: inadimplência em avença particular) e outros não foram autuados e apurados (Notícia de Fato n. 000309-505/2014: depósito de lixo irregular promovido pelo Município de Raposa, registro em 13/11/2014);

- 5) A equipe de inspeção localizou dois livros de registro de procedimentos extrajudiciais. No livro de registro de Inquérito Civil consta termo de abertura de 06/02/2007 e cópia das seguintes Portarias de Inquérito Civil: 001/2009, de 20/04/2009; 001/2010, de 09/04/2010; 001/2011, de 04/07/2011; 001/2013, de 27/01/2013; 002/2013, de 27/01/2013; 003/2013, de 27/01/2013; 004/2013, de 06/03/2013 e 005/2013, de 05/08/2013; no segundo livro, intitulado “livro de registro de procedimentos administrativos e protocolado geral”, consta termo de abertura de 17/09/2008 e as seguintes portarias: Protocolado Geral n. 001/2009 (Procedimento Administrativo), de 27/04/2008 (objeto: funcionamento irregular de bares); Procedimento Administrativo Investigatório n. 001/2010, de 20/05/2010 (objeto: prática de tortura por policial militar); Procedimento Administrativo Investigatório n. 002/2010, de 24/09/2010 (objeto: prática de improbidade por agente público); Procedimento Administrativo Investigatório n. 003/2010, de 29/09/2010 (objeto: irregularidade na prestação de serviços de iluminação pública no Município); Procedimento Administrativo Investigatório n. 001/2011, de 12/07/2011 (objeto: acesso de portadores de deficiência em escolas no Município); Protocolado Geral n. 001/2012, de 19/07/2012 (ilícitos eleitorais e improbidade administrativa praticada por agentes públicos); Procedimento Administrativo n. 001/2012, de 10/09/2012 (objeto: apurar denúncia de construção de empreendimento imobiliário particular em imóvel de propriedade do Município); Protocolado Geral n. 001/2013, de 27/01/2013 (objeto: ausência de fornecimento de água potável em determinados bairros do Município); Procedimento Administrativo n. 001/2013, de 10/07/2013 (Portaria n. 005/13) (objeto: irregularidade em convênio firmado pelo Município com a Secretaria Nacional de Defesa Civil para drenagem urbana e pavimentação de avenida); Procedimento Administrativo n. 001/2014, de 04/08/2014 (objeto: ineficiência do sistema de descarte de esgoto);
- 6) Indagado ao inspecionado o que seria o “Protocolado Geral”, este afirmou que Resolução do MPMA possuía tal nomenclatura para utilização como “procedimento preparatório”, não sabendo declinar o número da norma. Ocorre que o Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA publicou a Resolução n. 010 em 14/12/2009, com determinação expressa de instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório para apuração de fatos que possam autorizar a tutela dos interesses a cargo do Ministério Público, corroborando a determinação da Resolução n. 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- 7) A equipe de inspeção pode constatar, conforme exemplos contidos na tabela acima (Processos e Procedimentos Analisados), que o Promotor de Justiça inspecionado utiliza indevidamente do Procedimento Administrativo ou o denominado “Protocolado Geral” para fins de investigação de objeto de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil;
- 8) Da análise do relatório de procedimentos extrajudiciais em trâmite na promotoria, verifica-se que a grande maioria não foi movimentada ou o foi uma única vez. Além disso, atualmente se encontram em tramitação apenas 4 (quatro) Inquéritos Cíveis e 6 (seis) Procedimentos Administrativos, sendo que apenas um foi instaurado em 2014, o que sugere uma atuação deficitária do inspecionado, em razão deste estar na titularidade da promotoria de justiça desde 2007 e dos problemas sociais existentes no Município (população de 26.327 habitantes, IDHM de 0,626). Por isso sugere a equipe de inspeção a análise da situação para verificação da necessidade de instauração de Representação por Inércia ou Excesso de Prazo – RIEP;
- 9) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

Seguem algumas imagens da Promotoria de Justiça:



Expedientes pendentes de registro e atuação.



Área onde foi relatada a presença de usuários de droga.



Danos na porta de acesso ao gabinete do Promotor de Justiça provocados pela tentativa e invasão na Promotoria de Justiça.



## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IMPERATRIZ/MA



### 14.2. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Defesa da família, com atuação junto à 1ª Vara de Família de Imperatriz. Resolução 06/2010.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não													
TITULAR		JOÃO MARCELO MOREIRA TROVÃO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 30/04/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias, cumpre expediente todos os dias úteis, das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor e 1 Estagiária.											
Estrutura física		Imóvel alugado.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.147.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 24.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	21	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130	62	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	36	27	33	38	71	124	59	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	49	51	49	56	44	163	120	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	



Recursos interpostos ao TJ	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Obs.:A Promotoria de Justiça apresenta baixa demanda de serviço.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	0	2	0	2	0	0	2
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									0		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):									Prejudicado		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									Prejudicado		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos em tramitação na 1ª Vara de Família de Imperatriz, em que há intervenção do MP.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro inspecionado sugeriu a fixação de critérios para a promoção por merecimento, afastando o aspecto exclusivamente subjetivo.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

### 14.3. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua nos feitos da 2ª Vara de Família. Resolução 06/2010.										
Atribuições extrajudiciais? Não												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		FREDERIK BACELLAR RIBEIRO										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 30/07/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou dos cursos: Gerenciamento de Crises (23 e 24 de outubro de 2014), Direito Eleitoral (07 de Julho a 15 de setembro de 2014) e treinamento do SIMP (22 a 26 de setembro de 2014); não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente das 8h às 12h15min e das 13h50min às 18h30min, sendo que as audiências são realizadas, predominantemente, no período da manhã.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Todos os dias úteis, das 8h às 12h15min e das 13h50min às 18h30min.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessora e 1 Estagiária.										
Estrutura física		Condições gerais regulares.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.										
Sistema de Registro		Físico (pastas AZ) e Sistema SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 672.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 6.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior												21
Distribuídos no mês												214
Impulsionados no mês	132	86	137	31	90	154	68	91	107	107	87	219
Saldo do mês												16
Audiências realizadas	74	43	71	18	45	94	39	59	82	112	50	63
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Segundo informado pelo promotor, o sistema de preenchimento de informações (mapa estatístico) das Promotorias de Justiça Cíveis do Maranhão não contém campo destinado aos processos distribuídos do mês, tornando prejudicado o cálculo deste item, como também do “saldo do mês anterior” e “saldo do mês atual”. A PJ apresenta baixa demanda de serviço.												

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	9	2	0	1	6	3	5	8	6	10	14
Obs.: A Promotoria de Justiça apresenta baixa demanda de serviço.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									0		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):									0		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										2		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										4		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									5 (CRAS – Centro de Referência Social)		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos com intervenção do MP em tramitação perante a 2ª Vara de Família de Imperatriz.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro sugeriu a necessidade da unificação no registro de procedimentos em trâmite no MP, buscando a uniformização de registros em todo o MP brasileiro.
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
Foi relatado que o membro inspecionado tem procurado fortalecer os CRAS (Centros de Referência Social), realizando inspeções em suas instalações.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### 14.4. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE IMPERATRIZ/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Atua nos feitos da 3ª Vara de Família de Imperatriz. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
<b>TITULAR</b>	UIUARA DE MELO MEDEIROS
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 09/09/2014, reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crises (ESMP/MA - Imperatriz) e do curso sobre Inteligência e Investigação Criminal (GAECO/MP/MA - Imperatriz); não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, até a data da inspeção 02/12/2014; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de férias (conforme processo n. 5027AD/2014, Portaria n. 3519/2014); cumpre expediente das 8h às 12h30min e das 13h30min às 18h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h às 12h30min e das 13h30min às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor e 1 Estagiário.
Estrutura física	Condições gerais regulares.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas).
Sistema de Registro	SIMP.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.	
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.489.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 11.	
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL</b>	
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>PERÍODO</b>	Dez Jan Feb Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov
Saldo do mês anterior	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Distribuídos no mês	0 42 59 75 23 17 20 41 42 47 64 77
Impulsionados no mês	0 42 59 75 23 17 20 41 42 47 64 69
Saldo do mês	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 8
Audiências realizadas	0 0 59 75 91 78 70 60 0 69 15 19
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0
Obs.: A Promotora de Justiça assumiu as funções na 3ª PJ de Família em 09 de setembro de 2014, sendo que permaneceu respondendo cumulativamente pela 6ª PJCRIM até a data da inspeção. A Promotoria de Justiça possui baixa demanda.	

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	8	2	6	4	8	6	4	3	7	5	3	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						Prejudicado		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						0		
				Em tramitação há menos de 90 dias:						0		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						Prejudicado		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						Prejudicado		
				Em tramitação há menos de 1 ano:						Prejudicado		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						Prejudicado		
				Em tramitação há menos de 90 dias;						Prejudicado		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há mais de 90 dias;						Prejudicado		
				Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:						Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
				Outras unidades de atendimento:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado		
				Fundações:						Prejudicado		

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos com intervenção do MP em tramitação perante a 3ª Vara de Família de Imperatriz.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Aduziu que, tendo assumido as funções da Promotoria de Justiça há menos de 02 (dois) meses, e estando ainda a responder cumulativamente pela Promotoria do Júri desde então, não houve possibilidade de desenvolvimento de projetos;
2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

#### 14.5. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROBIDADE ADMINISTRATIVA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa, com atribuições, ainda, nos feitos com intervenção do MP em trâmite na 1ª Vara Cível. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
<b>TITULAR</b>	NAHYMA RIBEIRO ABAS
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro assumiu o órgão em 22/03/2010; reside na comarca de Iotação; nos últimos 6 meses participou do I Encontro Nacional do MP: pensamento crítico e práticas transformadoras – São Paulo (10 a 13/09), IV Encontro Nacional entre MP e Ministério da Educação – Brasília (20 a 22/08), Curso de Gerenciamento de Crises – São Luís (22 e 23/05) e Curso sobre Crimes Financeiros; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; atualmente, não responde cumulativamente por outro órgão, porém no decorrer do ano, respondeu pela 2ª promotoria especializada, 3ª promotoria especializada, 5ª promotoria especializada, 6ª promotoria especializada e 7ª promotoria criminal de Imperatriz; nos últimos 6 meses recebeu colaboração do Promotor de Justiça Dr. Joaquim Ribeiro de Sousa Junior e afastou-se das atividades em razão de férias (01 a 30/07 – Portaria 3368/14-GPGJ e participação em congressos (10 a 13/09 – Portaria 5570/14-GPGJ e 19 a 22/08 – Portaria 4722/14); cumpre expediente das 8h30min às 11h30min e das 14h30min às 18h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h30min às 11h30min e das 14h30min às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 Técnica, 1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiária.
Estrutura física	Em condições gerais regulares para ruim.
Sistema de Arquivo	Os arquivos são mantidos por meios físicos, através de pastas, e, a partir de 05/09/14, também por meio digital.
Sistema de Registro	Os registros são realizados por meio eletrônico (através do sistema SIMP, em funcionamento desde outubro de 2014), digital e físico. Há livro de registro de Procedimentos Administrativos; Notícias de Fatos; Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis; Expedientes (Nomenclatura utilizada até setembro de 2014); Registro de Processos Judiciais (utilizado até a implantação do SIMP); Ações Ajuizadas. As portarias são afixadas no átrio, salvas em doc e, após assinadas, são armazenadas em pastas físicas e digitalizadas em mídia. Os ofícios expedidos, bem como os recebidos, são acondicionados tanto em pastas físicas, quanto em mídia digital (aqueles em doc e estes, como arquivo de imagem, digitalizados). O controle de recebimento e devolução de processos é realizado através de controle de guias do SIMP e registro em livro. Assim, são utilizadas as seguintes pastas físicas: Documentos Pessoais; Ações Propostas; Manifestações Diversas; Ofícios Expedidos; Ofícios Recebidos; Termos de Declaração; Fichas de Atendimento; Portarias; Recomendações; TAC's; Atas; Notificações, Requisições e Ordens de Serviço; Convênios; Relatórios de Devolução de Processos – SIMP; Relatórios de Remessa de Processos – SIMP. Já em mídia digital, os arquivos são divididos nas seguintes pastas, desde 05/09/2014: Recomendações Digitalizadas; Termos de Declarações Digitalizadas; Ações Propostas Digitalizadas; TAC's Digitalizados; Atas Digitalizadas; Comunicações com o CSMP; Ofícios Institucionais; Ofícios Recebidos Digitalizados; Indeferimentos e Arquivamentos Digitalizados; Autuações e portarias; Outros Digitalizados.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado	



EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 88 processos, sendo 74 cíveis e 14 criminais.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	69	69	70	69	69	68	68	73	72	72	73	0
Distribuídos no mês	0	1	1	0	2	1	0	0	0	0	2	3
Impulsionados no mês	4	6	7	12	8	5	7	5	1	18	5	3
Saldo do mês	69	70	69	69	68	68	73	72	72	73	74	0
Audiências realizadas	0	0	4	2	0	0	1	0	0	0	4	3
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	1	1	1	1	2	0	1	3	0	3	3	4
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	3	0	0	1	1	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Arquivamento sem Remessa	2	3	0	0	0	0	0	0	1	5	0	4
Arquivamento com Remessa	2	3	1	1	1	0	0	0	2	6	6	3
Termos de Depoimento	0	0	1	1	5	0	0	0	0	5	1	2
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	3	2	3	4	0	9	0	5	12	7	10
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	1	5
Atendimento ao público	8	22	28	16	8	11	20	8	6	25	14	17
Obs.: Entre os meses de dezembro e agosto, considerou-se “Expediente” como “Notícia de Fato”.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										37	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										38	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										4	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										2	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	

Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	4										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	4										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		5										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		7										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	3 (Secretarias Municipais)										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	1										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe todos os processos em que há intervenção do MP, em trâmite na 1ª Vara Cível de Imperatriz, bem como aqueles referentes à defesa do patrimônio público e probidade administrativa.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	2	2	3	3	4	15	15	15	15	16	14	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	2	3	3	4	15	15	15	15	16	14	14	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	1	0	0	0	0	2	0	5	44	6	3
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Denúncias oferecidas	0	2	0	2	11	0	0	0	1	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação);	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação);	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		7	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos criminais em trâmite nas Varas Criminais de Imperatriz, referentes a crimes praticados por agentes públicos contra a administração pública.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Avalia que a estrutura de pessoal da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público merece melhor estrutura; 2) Espera que haja uma melhor capacitação de promotores e servidores, visando a qualificação no desenvolvimento de investigações relacionadas ao combate à corrupção; 3) Espera, ainda, que, sejam disponibilizados técnicos da área contábil.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	000891-253/2014	15.09.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	000056-253/2014	15.09.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
OBSERVAÇÕES			
1) Reclama a Promotora de Justiça que não há uma interação entre os Promotores de Justiça da região e mesmo com o Ministério Público de Contas do Estado;			
2) Também, espera que ocorra a aprovação do projeto de Resolução que tramita atualmente perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, no qual são disciplinadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, detalhando-as corretamente, o que não ocorre atualmente;			
3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;			
4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.5.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Nahyma Ribeiro Abas, prestou as seguintes informações: “Foram analisadas pelos membros do CNMP 02 (duas) notícias de fato registradas no âmbito desta promotoria de justiça, em 15/09/2014, quais sejam, 000566-253/2014 e 000891-253/2014. Tais notícias de fato foram consideradas irregulares por estarem em tramitação há mais de 30 dias. No que tange à Notícia de Fato 000566-253/2014, por ocasião da inspeção do CNMP, a mesma já havia sido indeferida, em 11/11/2014, e encontrava-se apenas aguardando o retorno dos AR's, referentes às notificações do indeferimento, que ocorreram em 08/12/2014, conforme determina o artigo 5.º, § 1.º, da Resolução 23/2007, do CNMP. Quanto à Notícia de Fato n.º 000891-253/2014, por ocasião da inspeção no CNMP, a mesma se encontrava em tramitação há 73 (setenta e três) dias, ante a complexidade dos fatos objeto de investigação, quais sejam, irregularidades constantes em processo de prestação de contas anual da Câmara Municipal de Imperatriz, exercício de 2008, julgadas pelo TCE/MA. Com efeito, ante os fatos investigados, e diante da necessidade de apurar elementos para a identificação dos investigados e do objeto de investigação, a notícia de fato em comento deveria ter sido convertida em Procedimento Preparatório, na forma do que dispõe o artigo 4.º, da Resolução 23/2007 e Resolução 10/2009, o que ocorreu posteriormente

(Procedimento Preparatório 005/2015). Ocorre que, muito embora no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, através da Resolução 63/2010, e no âmbito do Ministério Público Estadual, através do Ato Regulamentar Conjunto n.º 04/2014-GPGJ/CGMP, já estivessem criadas as tabelas unificadas no âmbito do Ministério Público, apenas com o Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014 – GPGJ/CGMP, de 25/11/2014, é que se consolidou e regulamentou normas do CNMP e do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao Ministério Público Estadual. No referido Ato Regulamentar, em seu artigo 4.º, consta que a tramitação do procedimento tombado como Notícia de Fato restringir-se-á à tomada das providências iniciais imprescindíveis para a averiguação do fato noticiado, encerrando-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da protocolização da notícia, podendo esse prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares para a investigação dos fatos para formar juízo de valor. Com efeito, a partir da publicação de tal ato regulamentar é que se possibilitou a uniformização das nomenclaturas e prazos dos procedimentos administrativos, orientando os membros do Ministério Público Estadual na individualização de cada investigação quanto ao seu enquadramento como Notícia de Fato, Procedimento Preparatório, Inquérito Civil e Procedimento Administrativo (stricto sensu), e seus respectivos prazos, até mesmo para que houvesse uma adequação dos serviços do MP para a implantação do SIMP, que ocorreu em outubro de 2014. O artigo 11, do Ato Regulamentar Conjunto 05/2014, determinou que todos os procedimentos em curso, seja qual for a classificação a que obedecem, assim como papéis avulsos existentes em cada Promotoria de Justiça, serão, no prazo de 30 (trinta) dias, respectivamente, classificados ou tombados, conforme couber, como notícia de fato, procedimento preparatório, inquérito civil, procedimento administrativo, processo administrativo ou procedimento investigatório criminal. Dentro de tal prazo, foram regularizadas as situações dos procedimentos em curso nesta promotoria de justiça, adequando-os ao definido no referido ato normativo, especialmente no que tange aos prazos de sua tramitação. Por fim, impende registrar que quanto aos dois procedimentos analisados pelo CNMP como irregulares, por estarem em tramitação há mais de 30 dias, venho informar que quanto à Notícia de Fato 000566-253/2014, encontra-se arquivada, e a Notícia de Fato n.º 000891-253/2014, fora convertida em Procedimento Preparatório, encontrando-se concluso para proposição de ação penal.”

**14.6. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA  
DEFESA DO CONSUMIDOR, DA ORDEM ECONÔMICA,  
DO CIDADÃO, DAS FUNDAÇÕES E DO TERCEIRO SETOR**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua na área de defesa do consumidor, da ordem econômica, do cidadão e das fundações e 3º setor. Resoluções 06/2010 e 07/2011.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	SANDRO POFAHL BÍSCARO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que assumiu o órgão em 01/08/2008; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de férias (02/05 a 01/08/2014), cumpre expediente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Técnico, 1 Assessor (nomeado).
Estrutura física	Em condições gerais razoáveis.

Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro	Físico e Digital (Sistema SIMP).											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São destinados ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Prejudicado*												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: * O órgão esta vinculado junto a todas as varas judiciais da Comarca de Imperatriz.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	1	0	1	1	2	6	1	3	2	4	6	0
Impulsionados no mês	1	0	1	1	2	6	1	3	2	4	6	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Férias do titular no período de 02/05/14 à 01/08/2014.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	2	2	2	3	2	3	2	1	0	2	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	10	3	0	0	3	0	0	0	10	5	2	2
Arquivamento com Remessa	3	0	0	0	0	0	0	0	3	2	1	1
Termos de Depoimento	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	4	7	11	8	5	0	0	0	0	17	2	4
Reuniões (com ata)	1	2	1	2	2	-	-	-	1	1	1	0
Atendimento ao público	10	29	22	14	11	-	-	-	16	41	14	*
Obs.: Férias do titular no período de 02/05/14 à 01/08/2014. * Não possui controle (aduziu problemas no funcionamento do Sistema SIMP)												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										0	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										4	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	

Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	4
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	16
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	2
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		5
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		0*

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos em tramitação perante todas as varas judiciais da Comarca de Imperatriz, relacionados às ações civis públicas interpostas pela Promotoria de Justiça, na área de defesa do consumidor e ordem econômica, bem como os envolvendo fundações.

Obs.: \*Há apenas 1 Fundação na Comarca de Imperatriz, contra a qual o MP propôs ação visando sua extinção. Tal ação tramita junto ao juízo de Imperatriz em razão do juízo local ter declinado da competência. O Parquet interpôs recurso contra tal decisão, mas não obteve sucesso.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: Férias do titular no período de 02/05/14 à 01/08/2014.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0



Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		6
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos criminais, em tramitação perante todas as varas criminais de Imperatriz, relacionados a crimes contra as relações de consumo e ordem econômica.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	07/2014	09/01/2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) O Promotor de Justiça reclamou da precariedade da estrutura física e de pessoal, narrando, inclusive, que, utilizou de recursos próprios para realizar reformas em seu gabinete;
- 2) Relatou que constantemente a internet não funciona;
- 3) Reclamou que a Capital do Maranhão conta com cerca de 120 cargos de promotores de justiça, enquanto que no interior há o mesmo número aproximadamente;
- 4) Aduziu que, quando um servidor pede exoneração ou remoção de uma comarca para outra, o cargo respectivo é extinto, ou seja, o cargo acompanharia o servidor;
- 5) Alegou entender injusto o fato dos ocupantes de cargos comissionados não terem que registrar ponto de entrada e saída da jornada de trabalho;
- 6) Reclamou que o Promotor de Justiça Oziel, hoje atualmente lotado na capital, teria ficado afastado por 04 (quatro) anos, quando ainda lotado na Comarca de Imperatriz, recebendo seus vencimentos, ao argumento de que a Corregedoria do MP não o encontrava para notificá-lo da decisão que reverteu seu afastamento;
- 7) Reclamou ainda do fato da Promotora de Justiça Gisele Aroso (atualmente lotada na capital), quando lotada em Imperatriz teria ficado cerca de 04 (quatro) anos de licença médica, em flagrante prejuízo da comunidade;
- 8) Reclamou, também, que o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público estaria remetendo a promotorias do interior expedientes relacionados a convênios firmados entre o Estado do Maranhão e os respectivos municípios, para fiscalização da execução do objeto do convênio, sem que haja denúncia/suspeita a respeito de qualquer irregularidade específica, conforme despacho de indeferimento apresentado à equipe e juntado aos autos de inspeção;
- 9) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;
- 10) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**14.6.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Sandro Pofahl Biscaro esclareceu que a Notícia de Fato nº 07/2014, na época em tramitação na Promotoria excedendo o prazo de 30 dias, foi convertida no Procedimento Administrativo nº 2015.01, e arquivada no dia 26 de fevereiro de 2015, tendo em vista a resolução do problema.

**14.6.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou, que todas as reformas e estruturação das Promotorias de Justiça de Imperatriz são feitas mediante solicitação do Diretor das Promotorias de Justiça e/ou Diretor da PGJ, de ofício, quando verificada a necessidade de serem feitas. Existem empresas licitadas para manutenção das Promotorias de Justiça de todo o Estado. As empresas que prestam o serviço de telefonia móvel no Estado do Maranhão não possuem serviços adequados, portanto, o sinal de internet é bastante precário. A empresa que atualmente venceu a licitação para este contrato foi a empresa TIM, e a anterior foi a VIVO. A PGJ vem aplicando multas nos contratos pela má prestação dos serviços e vem adotando medidas para melhoria da internet e serviços correlatos, com investimentos na área da CMTI e serviços gerais.

**14.7. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA ORDEM ECONÔMICA  
DO CIDADÃO, DAS FUNDAÇÕES E DO TERCEIRO SETOR**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua na defesa do meio ambiente, urbanismo, patrimônio histórico e cultural, e educação (cível e criminal). Também possui atribuições nos feitos em tramitação perante a 3ª Vara Cível de Imperatriz, em que há a intervenção do MP. Resoluções 06/2010 e 07/2011.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		JADILSON CIRQUEIRA DE SOUSA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em dezembro de 2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Resíduos Sólidos; exerce o magistério na UNISULMA, privada, 14 horas semanais, no período noturno; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor, 1 técnico e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em regulares condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		Livros e Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os referentes às transações penais junto ao Juizado Especial Criminal de Imperatriz, são depositados em uma conta judicial e depois destinados a entidades assistenciais. Já os decorrentes de TACs firmados na Promotoria de Justiça são destinados aos fundos específicos do meio ambiente.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Prejudicado*.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 7.													
Obs.: *Atua perante todas as varas judiciais da Comarca de Imperatriz.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	3	4	6	7	12	9	8		10	14	-	3	
Impulsionados no mês	3	4	6	7	12	9	8		10	14	-	2	
Saldo do mês	3	4	7	12	9	8	8		10	14	-	1	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	

Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao TJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	2	3	2	2	2	3	0	2	2	2	21
TAC firmado	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	1	1	-	1	4	1	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	3	4	3	1	2	3	0	1	2	0	5	0
Arquivamento com Remessa	2	1		1								1
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	2	1
Atendimento ao público	5	15	10	12	19	17	14	6	15	15	12	8
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						0		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						17		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						0		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						21		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						81		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há menos de 90 dias:						2		
				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						6		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						2		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						4		
				Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):						3		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						6		
				Em tramitação há mais de 90 dias;						1		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										Prejudicado		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										Prejudicado		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
				Outras unidades de atendimento:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado		
Fundações:						Prejudicado						

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos em tramitação perante a 3ª Vara Cível de Imperatriz, em que há intervenção do MP, bem como, os feitos em tramitação perante as demais varas cíveis da comarca, relacionados a questão ambiental, urbanística e educação.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	1	2	1	0	8	6	1	1	1	1	3	3
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	1	1	0	2	0	0	0	1	4	1		0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Termos Circunstanciados				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Autos de Prisão em Flagrante				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's				Instaurados há menos de 90 dias:						0		
				Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):						0		
				Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									6			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos criminais relacionados a crimes ambientais.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Melhoria na estruturação técnica do MP; 2) Retirada das atribuições de sua promotoria de justiça das questões da educação.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	057/2014	15.02.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	031/2014	21.02.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	036/2014	19.09.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	038/2014	03.09.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	042/2014	04.09.2012	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	045/2014	04.02.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
Notícia de fato	035/2014	23.04.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Notícia de fato	025/2014	20.03.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Notícia de fato	014/2014	12.11.2012	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Notícia de fato	070/2014	11.02.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Notícia de fato	031/2014	13.08.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Notícia de fato	006/2014	25.02.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (educação).
Inquérito civil	003/2014	19.11.2014	Irregular. A representação ofertada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Estabelecimentos de Ensino em Governador Edson Lobão foi protocolada na Promotoria de Justiça de Imperatriz em 21.11.2013, mas o inquérito civil somente foi instaurado em 19.11.2014 (educação).
Inquérito civil	004/2014	18.11.2014	Irregular. O ofício encaminhando documentos noticiando possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB foi protocolado na Promotoria de Justiça de Imperatriz em 19.03.2013, mas o inquérito civil somente foi instaurado em 18.11.2014 (educação).
Notícia de fato	033/2014	23.08.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias (meio ambiente).
OBSERVAÇÕES			
1) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;			
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Jadilson Cirqueira de Sousa, em relação aos processos e procedimentos analisados pela equipe de inspeção e tidos como irregulares, apresentou relatório detalhado contendo as últimas providências adotadas, bem como indicando a regularização de todos eles.

14.8. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO IDOSO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REGISTROS PÚBLICOS	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Defesa do idoso, pessoas com deficiência e registros públicos. Resoluções 06/2010 e 07/2011.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	ALLINE MATOS PIRES FERREIRA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em janeiro/2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso Encontro de Inteligência e Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h30min às 12h30min e das 14h30min às 18h.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h, salvo casos urgentes.											
Estrutura de Pessoal	2 servidores.											
Estrutura física	As condições gerais são regulares.											
Sistema de Arquivo	Pastas e livros.											
Sistema de Registro	SIMP e livros											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São depositados em conta judicial, administrada pelo Poder Judiciário, com fiscalização do RMP junto ao Juizado Especial Criminal nas prestações de contas das entidades beneficiadas.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 285.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	61	14	8	43	23	36	2	16	25	26	27	29
Impulsionados no mês	61	14	8	43	23	36	2	16	25	26	27	28
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências realizadas	-	-	-	7	1	4	-	-	2	2	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	-	1	-	1	-	-	5	5	7	3	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0
Arquivamento sem Remessa	4	12	20	2	14	4	6		17	27	9	34
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0
Termos de Depoimento	1	5	4	9	7	7	3		17	01	17	3
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	4	-	3	12	8	2	01	-	11	8	8	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	3	1
Atendimento ao público	31	22	37	88	75	72	20	27	29	38	47	37
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									**		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									**		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		



Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	99										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	2										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	2										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	2										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		28										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	6 (saúde mental)										
	Estabelecimentos de idosos:	15										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos relacionados à saúde do idoso, registros públicos (divide com a 5ª PJ Especializada).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	4	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0									
	Com vista há mais de 6 meses:		0									
	Com vista há mais de 12 meses:		0									

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos relacionados a crimes tipificados no estatuto do idoso.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

Sugere que ocorra a aprovação do projeto de Resolução que tramita atualmente perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, no qual é disciplinada as atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, detalhando-as corretamente, o que não ocorre atualmente.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Foi relatado que o membro inspecionado capitaneou audiência pública para discutir os empréstimos consignados envolvendo idosos, conforme relatado à equipe e juntado aos autos de inspeção.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento preparatório	003318-253/2014	07.01.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 180 dias.
Procedimento preparatório	003319-253/2014	18.02.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 180 dias.
Notícia de fato	001416-253/2014	18.03.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003120-253/2014	07.01.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003231-253/2014	23.01.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003188-253/2014	18.03.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003238-253/2014	20.05.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003253-253/2014	04.12.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003091-253/2014	11.11.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	003209-253/2014	10.10.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.

**14.8.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Alline Matos Pires Ferreira, em relação à inspeção realizada junto à 4ª Promotoria de Justiça de Imperatriz, da qual é titular (atualmente afastada por licença

maternidade), na qual foram apontados 10 (dez) procedimentos/notícias de fato em situação de irregularidade, tendo como fundamento excesso de prazo para tramitação e conclusão dos referidos expedientes, sendo 02 (dois) procedimentos preparatórios e 08 (oito) notícias de fato, apresentou relatório detalhado onde expôs a situação de cada um. Esclareceu que, de uma forma geral, observa dificuldades em trazer definição e limites temporais rígidos para o processamento dos expedientes relativos aos idosos em situação de risco, que exigem, quase sempre, acompanhamento sistemático, haja vista a situação conflituosa do contexto familiar em que vivem, pois não basta tão somente retirar o idoso da situação problemática, sendo imprescindível, fazer ajustes e orientações mínimas na base do conflito, o que requer tempo, fazendo, notadamente, um trabalho de sensibilização, sob pena de estimular uma verdadeira explosão da chamada “institucionalização” do idoso, aumentando significativamente o número de idosos acolhidos em unidades de longa permanência. Por outro lado, no município de Imperatriz, com aproximadamente 300 (trezentos mil) habitantes, consta tão somente uma única Promotoria de Justiça Especializada na defesa dos interesses dos Idosos, cumulando atribuições com Pessoas com Deficiência e Registros Públicos, não existindo, ainda, uma Delegacia Especializada, assim como uma Vara Especializada, o que acaba por gerar ainda mais uma sobrecarga de demanda junto à 4ª Promotoria Especializada de Justiça, que atualmente, conta com 2 (dois) servidores, sendo que apenas um deles exerce a carga horária de 08 (oito) horas, exercendo o outro a carga de 06 (seis) horas. Destacou que, por ocasião da Inspeção realizada pelo CNMP, não havia sido publicado o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 da Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão, que trouxe uniformização da nomenclatura e prazos de tramitação das demandas, sendo referido somente o ato publicado em 16.12.2015 no Diário Oficial. Asseverou que, sem dúvida, a ausência de orientação mínima da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão trouxe insegurança e fragmentação quanto ao tratamento a ser dado em cada demanda, gerando os mais diversos entendimentos na classe ministerial e na conduta de cada promotor (a) de Justiça, que há muito aguardava a publicação do ato ou qualquer outro instrumento normativo que pudesse trazer uniformização procedimental. Consignou que, nesse contexto de angústia e incertezas, muita mais buscou atender o conteúdo das demandas, em detrimento, em alguns momentos, da forma, até então, pouco esclarecida e sedimentada, o que não impede, sem dúvida, a revisão quanto ao seu atuar, mediante as orientações necessárias, de forma a melhor contribuir para a eficiência de suas atividades funcionais. Afirmou que, como no âmbito do CNMP já existiam as resoluções nº 13/2006, relativa aos procedimentos criminais, bem como a de nº 23/2007, no tocante ao Inquérito Civil e Procedimento Preparatório a este, as dúvidas quase sempre recaíam naquelas demandas diversas de um procedimento criminal e, igualmente, sem características para a instauração de um Inquérito Civil. No âmbito do Ministério Público do Maranhão, até a publicação do ato regulamentar conjunto nº 05/2014, somente existiam as resoluções nº 02/2004, nº 09/2004 e nº 10/2009, que tratavam respectivamente sobre procedimentos administrativos investigatórios, procedimento investigatório criminal e Inquérito Civil. Na verdade, diante de um grande quadro lacunoso, em que muitas demandas não se encaixavam numa definição previamente estabelecida para o chamado Inquérito Civil, Procedimento Administrativo Preparatório e Procedimento Criminal, estas acabavam por receber a pecha de “peças de informação”, onde não havia de fato, prazos bem definidos e rito procedimental bem delineados, ficando muito a critério do perceber de cada profissional. A resolução nº 63/2010 do CNMP que criou as tabelas unificadas, objetivando certa padronização, inobstante trazer a denominação de notícia de fato, salvo melhor juízo, não especificou prazo e rito procedimental a ser seguido. Portanto, apenas com o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, de 25/11/2014, é que se consolidou e regulamentou normas do CNMP e do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao Ministério Público Estadual. No referido Ato Regulamentar, em seu artigo 4.º, consta que a tramitação do procedimento tombado como Notícia de Fato restringir-se-á à tomada das providências iniciais imprescindíveis para a averiguação do fato noticiado, encerrando-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da protocolização da notícia, podendo esse prazo ser prorrogado, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias, nos casos em que sejam necessárias diligências preliminares para a investigação dos fatos para formar juízo de valor. Assim, a partir da publicação de tal ato regulamentar é que se possibilitou a uniformização das nomenclaturas e prazos dos procedimentos administrativos, orientando os membros do Ministério Público Estadual quanto ao seu enquadramento como Notícia de Fato, Procedimento Preparatório, Inquérito Civil e Procedimento Administrativo (stricto sensu), e seus respectivos prazos. Nesse contexto, ressaltou que a 4ª Promotoria de Justiça apresenta um quadro de demandas bem específicas, a exigir uma tratativa diferenciada, especialmente no tocante ao idoso em situação de risco e acompanhamento da família, onde a resolução da problemática de cada caso, lamentavelmente, não apresenta solução em um exíguo lapso de tempo, sob pena, de se obter tão somente uma providência superficial, desprovida de uma razoável consistência. Afirmou que, vive um momento importante de

ajustes para o efetivo cumprimento dessa recente normatização no Ministério Público do Maranhão, sendo salutar que eventuais equívocos ou omissões sejam de fato pontuados para as correções e adequações necessárias, nos moldes agora bem esclarecidos pelo Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014.

14.9. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DA SAÚDE E REGISTROS PÚBLICOS													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua nos feitos cíveis relacionados à defesa da saúde, nos aspectos coletivos, individual/disponível, patrimônio público/probidade administrativa e registros públicos, e nos criminais relativos aos crimes relacionados à saúde pública. Resolução 11/2012 c.c. Resolução 02/2009.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		NEWTON DE BARROS BELLO NETO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 31/05/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal		2 servidoras e 1 estagiária.											
Estrutura física		Em condições gerais de regular para ruim.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		Livros e Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 8.387.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Distribuídos no mês	29	07	68	13	14	31	39	23	30	61	36	52	
Impulsionados no mês	29	07	68	13	14	31	39	23	30	61	36	52	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Audiências realizadas	5	-	1	2	1	-	4	14	11	5	3	6	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	5	8	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	22	17	17	29	19	26	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	0	

Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	1	-	1	15	4	11	7	13	15	8	2
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	1	15		11	7	13	15	8	2
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Arquivamento com Remessa	1	-	2	2	1	-	-	-	2	1	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	23	16	17	30	16	8
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	3	4	2	2	2	3
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	1	4	2	1	1
Atendimento ao público	21	57	37	26	49	49	70	60	36	71	58	26

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	★★
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	★★
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	★★
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	23
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	12
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):	9
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	1***
	Em tramitação há mais de 90 dias;	32***
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		96
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	10
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe todos os processos judiciais relacionados à defesa da saúde e registros públicos (este último divide com a 4ª PJ Especializada).

Obs.: \*\*Não possui controle. \*\*\*Tem sido utilizado Procedimentos Administrativos para conduzir investigação de fatos determinados, de forma a avaliar a conveniência ou não do cabimento de ação civil pública.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	1	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Termos Circunstanciados				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Autos de Prisão em Flagrante				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's				Instaurados há menos de 90 dias:						3		
				Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):						3		
				Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):						4		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos criminais, relacionados à defesa da saúde.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
Avalia a necessidade no aumento do número de servidores da Promotoria de Justiça de Saúde.												



EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatada empreendimento de ações extrajudiciais no sentido de instalar serviço de saúde de Radioterapia no Município de Imperatriz.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Processo Administrativo	007/2014	03.03.2010	Irregular. Apesar de ser autuado como PA, na verdade refere-se à notícia de irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde.
Processo Administrativo	017/2014	23.03.2012	Irregular. Apesar de ser autuado como PA, na verdade refere-se à notícia de irregularidades no serviço público de oncologia.
Processo Administrativo	016/2014	14.05.2013	Apesar de ser autuado como PA, na verdade refere-se à notícia de irregularidades na prestação de contas de hospital público.
Processo Administrativo	027/2014	16.10.2013	Apesar de ser autuado como PA, na verdade refere-se à notícia de irregularidades na contratação de médicos pelo poder público.
Processo Administrativo	034/2014	27.08.2014	Apesar de ser autuado como PA, na verdade refere-se à notícia de cumulação ilegal de cargos públicos.
OBSERVAÇÕES			
1) Reclamou o Promotor de Justiça da fixação como de atribuições da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, no campo da improbidade administrativa, não apenas as questões referentes ao descumprimento dos princípios que norteiam a saúde pública, mas também as questões relacionadas a desvio de recursos públicos da saúde. Citou como exemplo o caso de uma ação civil pública que vem sendo acompanhada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde e que se refere à irregularidade na construção de poços artesianos, com prejuízo ao erário. Também avalia que Registros Públicos não deveriam ser afetos à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde. Espera, ainda, que ocorra a aprovação do projeto de Resolução que tramita atualmente perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, no qual são disciplinadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, detalhando-as corretamente, o que não ocorre atualmente. Avalia ser necessário o aumento do número de servidores da Promotoria de Justiça de Saúde;			
2) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.			

#### 14.10. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA FAZENDA PÚBLICA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua na defesa do patrimônio público e nos feitos em que há intervenção do MP em tramitação na Vara da Fazenda Pública de Imperatriz. Também atua na seara criminal nos feitos relacionados a crimes praticados por agentes públicos contra a administração pública. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	ALBERT LAGES MENDES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 21/10/2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou dos cursos de Gerenciamento de Crises e curso sobre Crimes Financeiros; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; respondeu, em 2014, pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (06 a 31/05/14) e pela 4ª Promotoria Especializada de Imperatriz (05/06 a 04/07/14 e de 03/11 a 07/11/14); nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de licença para tratamento de saúde (03 dias, 28 a 30/04) e férias (15/09 a 14/10/14); cumpre expediente todos os dias úteis, das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Ocorre das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Técnico e 1 Assessor.
Estrutura física	As condições gerais são regulares.
Sistema de Arquivo	Os arquivos são mantidos por meios físicos, através de pastas.

Sistema de Registro	Os registros são realizados por meio eletrônico (através do sistema SIMP, em funcionamento desde outubro de 2014), digital e físico. Há livro de registro de Procedimentos Administrativos; Notícias de Fatos; Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis; Expedientes (nomenclatura utilizada até setembro de 2014); Registro de Processos Judiciais (utilizado até a implantação do SIMP); Ações Ajuizadas. As portarias são afixadas no átrio, salvas em doc e, após assinadas, são armazenadas em pastas físicas. Os ofícios expedidos, bem como os recebidos, são acondicionados em pastas físicas. O controle de recebimento e devolução de processos é realizado através de controle de guias do SIMP e registro em livro. Assim, são utilizadas as seguintes pastas físicas: Modelos diversos relativos a procedimento; pautas de audiências; legislação sobre improbidade; jurisprudência; relatório semestral de procedimentos em tramitação; Acórdão do TCE; Arquivamento de PA's e Inquéritos Cíveis; Peças do plantão; notícias jornalísticas; instruções normativas/resoluções/avisos; peças processuais de promotorias diversas (quando está respondendo); recomendações; relatórios estatísticos; legislação sobre inquérito civil e fazenda pública; protocolos do SIMP; portaria de inquéritos civis/notificações/termo de declarações; ofícios expedidos e ofícios recebidos; recursos propostos de Ação Civil Pública; alegações finais em ACP; Mandado de segurança; pareceres Fazenda Pública; Réplica em ACP; Denúncias; Alegações finais criminais e Iniciais de ACP; Portarias; Recomendações/TAC; livro de registro atendimento ao público; livro de registros de Inquérito Civil: livro registro de Procedimentos administrativos.
---------------------	--

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Tramitam na Vara da Fazenda Pública de Imperatriz cerca 4.353 feitos.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	férias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	45	-	23	40	23	32	75	22	15	31	18	32
Impulsionados no mês	45	-	23	40	23	32	75	22	15	31	18	32
Saldo do mês	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	5	-	2	4	2	3	5	1	3	3	1	2
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	-	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0

Obs.: O titular da 6ª Promotoria Especializada gozou férias de 06/01 a 14/02/14, conforme Portaria nº 6963/2013-GPGJ e de 15.09 a 14.10.14, conforme Portaria 4602/2014-GPGJ.

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	férias	2	2	2	1	1	3	2	2	0	6
TAC firmado	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	-	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	1	-	0	2	1	3	0	6	2	0	0	1
Termos de Depoimento	0	-	0	0	5	0	4	1	6	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	5	-	1	3	0	0	10	7	0	0	2	1

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	94										
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0										
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado										
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	11**										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		4										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe as ações civis públicas referentes à defesa do patrimônio público, bem como os feitos em que há intervenção do MP em tramitação na Vara da Fazenda Pública de Imperatriz. Também recebe os processos criminais relacionados a crimes praticados por agentes públicos contra a administração pública.												
Obs.: **Os feitos investigatórios não contam com portarias inaugurais, tratando-se em verdade de notícias de fato, onde vêm sendo executadas as diligências investigatórias.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Ab	Mai	Jun	Jul	Ag	Set	Out
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	férias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	-	1	0	3	3	4	3	1	3	1	5
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	-	1	0	3	3	4	3	1	3	1	5
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	-	2	1	2	2	2	1	3	3	2	3
Sessões do Tribunal do Júri	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	0	-	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Obs.: O titular da 6ª Promotoria Especializada gozou férias de 06/01 a 14/02/14, conforme Portaria nº 6963/2013-GPGJ e de 15/09 a 14/10/14, conforme Portaria 4602/2014-GPGJ.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe as ações civis públicas referente à defesa do patrimônio público, bem como os feitos em que há intervenção do MP em tramitação na Vara da Fazenda Pública de Imperatriz. Também recebe os processos criminais relacionados a crimes praticados por agentes públicos contra a administração pública.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado avalia que as comunicações dos órgãos superiores do MP dirigidas aos membros, deveriam ser feitas via e-mail funcional.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	1123CS/2011	25.02.11	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias. E, ainda, foi detectada a situação inusitada de que, após o Promotor de Justiça cumprir as diligências apontadas no despacho de fls. 13/15, datado de 22.08.2012, subscrito pelo Procurador de Justiça Conselheiro Suvamy Vivekananda Meireles, e remeter os autos de volta ao CSMP, novamente os autos foram devolvidos a promotoria de justiça, para cumprimento das mesmas diligências especificadas anteriormente. Na verdade, destaca-se que foi emitido novo despacho pelo Conselheiro do CSMP/MA (fls. 42/44), só que idêntico ao de fls. 13/15, conforme cópia apresentada à equipe e juntada aos autos de inspeção.
Notícia de fato	783CS/2014	30.10.13	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	1632CS/2014	04.02.13	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	15/2014	04.09.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	09/2014	30.06.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	14/2014	04.09.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	12/2014	14.07.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	17/2014	24.09.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	21/2014	05.11.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	11/2014	23.07.14	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
OBSERVAÇÕES			
1) Foi apresentada representação pelo Promotor de Justiça, conforme documentos apresentados à equipe e juntados aos autos de inspeção; 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado; 3) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			

**14.10.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Albert Lages Mendes prestou as seguintes informações: Em relação aos procedimentos n°s 1123CS/2011, 783CS/2014 e 1632/2014, classificados pela equipe de inspeção como Notícias de Fato, tratavam-se de procedimentos que já haviam sido arquivados e encaminhados ao CSMP/MA, mas que estavam na serventia para cumprimento de diligências. Não obstante esta informação, o membro inspecionado apresentou a última providência tomada em cada um deles, ressaltando que, foram tomadas providências imediatas com o escopo de cumprir as diligências solicitadas que, tão logo efetivadas, os procedimentos foram encaminhados aos respectivos Conselheiros Relatores. No tocante aos demais procedimentos listados no relatório, informou que estava sendo utilizada uma terminologia aceita pela Administração Superior e que não vinha causando quaisquer entraves à investigação, tampouco à propositura das respectivas ações. No entanto, tão logo foi alertado pela equipe de inspeção quanto a necessidade de utilização de outra terminologia, imediatamente os procedimentos foram convertidos em inquéritos civis, cujos desdobramentos foram informados através do relatório encaminhado à Corregedoria, bem como à Secretaria do Conselho Superior, em atendimento ao art. 18-A da Resolução n° 10/2009-CGMP, alterada pela Resolução n° 22/2014-CPMP, conforme documentos juntados aos autos de inspeção (fls. 462/470, Anexo II, Volume III).

#### 14.11. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Defesa da Infância e Juventude. Resoluções 06/2010 e 07/2011.
TITULAR	ALENILTON SANTOS DA SILVA JÚNIOR

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 29/08/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades; cumpre expediente das 8h às 12h e das 13h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessora e 1 estagiário.											
Estrutura física	A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo	Físico e digital.											
Sistema de Registro	Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São destinados aos fundos específicos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 471.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 29.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	33	61	62	38	-	-	51	35	37	37	60
Impulsionados no mês	-	33	58	65	37	-	-	44	35	37	37	58
Saldo do mês	-		+3	-3	+1	-	-	7	0	0	0	2
Audiências realizadas	-	3	45	41	36	16	20	4	11	24	30	50
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	47	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	2	-	5	2	3	9	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-
Termos de Depoimento	13	1	1	1	3	2	-	-	1	1	4	-
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	2	5	6	6	-
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)		30	32	30	6	5	2	6	1	2	7	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									51		
	Ações de destituição do poder familiar									23		
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		



Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	7										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	7										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		6										
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	1										
	Centro de Internamento Provisório:	6										
	Entidade de acolhimento institucional:	18										
	Outras unidades de atendimento:	3										
	Estabelecimentos de Saúde:	1										
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:		Prejudicado										
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		56										
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (ATO INFRACIONAL)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês:	54	-	-	-	-	-	-	51	35	37	37	60
Impulsionados no mês:	54	-	-	-	-	-	-	44	35	37	37	58
Saldo do mês atual:	0	-	-	-	-	-	-	7	0	0	-	2
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	20	-	-	-	-	-	-	3	11	24	-	50
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	43	7	3	5	3	6	5	15	15	15	17	33
Arquivamentos e Remissões	16	4	9	5	12	6	5	2	6	1	2	7
Representações	27	3	14	14	13	-	-	13	9	14	15	33
Audiências de Apresentação	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	6	6
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:									11		
	Com vista há mais de 6 meses:									1		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	1	
	Unidades de Internação:	8	
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos em tramitação perante a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado avalia que a estrutura de pessoal da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude deveria ser aumentada, com a designação de no mínimo mais 2 servidores.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento de ato infracional	3-85.2014.8.10.0041	01.01.2014.	Irregular. Vista aberta ao MP há mais de 30 dias (17.09.2014).
Carta Precatória Ministerial – Procedimento de ato infracional	551-13.2014.8.10.0041	16.10.2014	Irregular. Na Promotoria de Justiça desde 21.10.2014 (há mais de 30 dias), sem cumprimento.
Procedimento de ato infracional	535-59.2014.8.10.0041	13.10.2014.	Irregular. Vista aberta ao MP há mais de 30 dias (14.10.2014).
Procedimento de ato infracional	552-95.2014.8.10.0041	16.10.2014	Irregular. Vista aberta ao MP há mais de 30 dias (20.10.2014).
Procedimento de ato infracional	548-58.2014.8.10.0041	16.10.2014.	Irregular. Vista aberta ao MP há mais de 30 dias (21.10.2014).
Procedimento de ato infracional	533-89.2014.8.10.0041	13.10.2014	Irregular. Vista aberta ao MP há mais de 30 dias (16.10.2014).
Os demais processos e/ou procedimentos encontravam-se em situação regular;			
OBSERVAÇÕES			
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.11.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Alenilton Santos de Silva Junior prestou os seguintes esclarecimentos: 1) No tocante às informações a respeito da estatística do órgão relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (dados não informados no campo), relatou que tomou posse na titularidade desta 7ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz/MA (Infância e Juventude) no dia 1º.09.2014, tendo entrado em exercício no dia 02.09.2014, sendo que quando a realização da inspeção pelo Colendo Conselho Nacional do Ministério Público, o relatório preliminar foi preenchido sem os campos relativos aos meses anteriores a Agosto/2014 em razão de não haver sido encontrados os relatórios e documentos necessários ao preenchimento dos campos, sendo que houve busca na ocasião no tocante a tais dados, porém havendo extrema dificuldade, especialmente pelo fato de que após a remoção do antigo titular para outra Promotoria desta mesma Comarca, esta 7ª Especializada não contou com outro Promotor de Justiça que atuasse de forma permanente, mas apenas respondendo por esta Unidade, contribuindo decisivamente para a ausência de tais informações. Contudo, informou que, desde que assumiu a titularidade do órgão, providenciou para que todos os relatórios fossem devidamente preenchidos, sendo que tal tarefa restou por demais facilitada após a implantação do SIMP, cujo relatório foi juntado aos autos de inspeção da Corregedoria Nacional (fls. 471 a 474, Anexo II, Volume III). Ressaltou importante considerar, neste caso, o envio dos respectivos mapas Estatísticos a esta Douta Corregedoria Geral nos meses anteriores ao de Agosto/2014, porém também aqui não tivemos acesso aos mesmos, pelo menos nos arquivos desta Promotoria de Justiça. 2) No tocante aos feitos em andamento, esclareceu que os procedimentos por atos infracionais já restaram todos devidamente movimentados, e como consta do ofício 252/2015 da Promotoria de Justiça, a demora no andamento ocorreu devido à dificuldade de notificação dos adolescentes e respectivos pais/responsáveis legais nos procedimentos por atos infracionais, contudo tais casos se referiam todos à aplicação de remissão e cujos adolescentes não se encontravam em internação provisória, i.e., não estavam sofrendo aplicação de medida constritiva da liberdade. Consignou que, após a realização da inspeção desta Unidade, todos os procedimentos foram enviados ao Fórum com os respectivos pedidos de

homologação das remissões concedidas. Esclareceu que a insistência em tal notificação resulta da necessidade de contato efetivo de tais adolescentes com o representante ministerial para fins de aplicação de remissão. Com relação aos 07 Inquéritos Cíveis em tramitação perante esta Unidade, esclareceu que: a) 02 Inquéritos Cíveis se referem ao acompanhamento das Unidades da FUNAC nesta Comarca, quais sejam os Centros de Juventude Semear (Internação Provisória) e Cidadã (Semiliberdade), sendo que ambos se encontram dentro do prazo e com previsão de serem firmados Ajustamentos de Conduta com a atual Presidência da FUNAC ainda esta semana, sendo que tem sido realizadas as respectivas inspeções nas Unidades e mantido contato com a Presidência, a qual se encontra a par da situação. Inclusive, pretende-se no âmbito de tais Inquéritos a implantação de um Plano de Segurança, e melhorias das Unidades; b) 01 Inquérito Civil relativo à necessidade de instalação de uma Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente, a qual aguarda-se a realização de Ajustamento de Conduta ainda esta semana com o Secretário de Segurança Pública, e também está dentro do prazo; c) 01 Inquérito Civil relativo à violência policial e ao sistema de atendimento socioeducativo nesta Comarca, no qual já houve a expedição de uma Recomendação, também havendo expectativa de se firmar um Ajustamento de Conduta com o Secretário de Segurança Pública ainda nesta semana, sendo que também se encontra dentro do prazo; d) 01 Inquérito Civil para acompanhar a situação dos 05 Conselhos Tutelares desta Comarca (02 Conselhos de Imperatriz, 01 Conselho de Davinópolis, 01 Conselho de Gov. Edison Lobão e 01 Conselho de Vila Nova dos Martírios), sendo que, quanto aos Conselhos Tutelares de Imperatriz foi expedida Recomendação; já para os Conselhos Tutelares de Davinópolis e Gov. Edison Lobão, como já havia a tramitação de Ação Civil Pública para cada um, houve o peticionamento com a juntada de relatório de inspeção realizado por este representante ministerial, inclusive com fotos, requerendo-se a concessão de liminar; já no que concerne ao Conselho Tutelar de Vila Nova dos Martírios, restou ajuizada a respectiva Ação Civil Pública por este representante ministerial, também cobrando melhorias de estrutura para os Conselheiros; e) 01 Inquérito Civil que acompanha a ala infantil do Hospital Geral deste Município, tendo sido realizada uma auditoria pelo DENASUS em Março/2015, após requerimentos neste sentido, aguardando-se o envio do relatório para adoção das providências necessárias, já constando um relatório da Vigilância Sanitária Estadual; f) 01 Inquérito Civil que acompanha a situação do Hospital Regional Materno Infantil, no qual já houve a juntada por este representante ministerial de relatório da Vigilância Sanitária Municipal, e restou requerida a realização de auditoria pelo DENASUS desde o ano passado, obtendo-se resposta recentemente, sendo tal relatório imprescindível para a adoção de providências no caso. Por fim, consignou neste ponto a dificuldade enfrentada no âmbito desta Promotoria de Justiça no tocante ao número exíguo de servidores (um técnico e uma assessora) para fazerem frente, na companhia deste representante ministerial, a todas as atribuições relativas à Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz, tendo tal solicitação inclusive constado do relatório de inspeção do Colendo Conselho Nacional do Ministério Público. No caso, somadas a população das quatro cidades que compõem a Comarca, tem-se mais de 300.000 (trezentas mil) pessoas, e um excesso de trabalho devido à gama de atribuições relacionadas à Infância e Juventude, tendo em vista que não apenas resta contemplado todo o sistema de garantias e os órgãos que integram a rede de proteção, como ainda todo o sistema de atendimento socioeducativo e respectivas execuções de medida, tudo a demandar o trabalho desta Promotoria Especializada. 3) Por fim, no que diz respeito à data de protocolo, autuação e última movimentação dos procedimentos e processos, apresentou relatório pormenorizado dos feitos.

**14.12. 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE IMPERATRIZ/MA  
DEFESA DA MULHER**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Defesa da Mulher (Lei Maria da Penha). Atua nos feitos de competência da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Resoluções 06/2010 e 07/2011.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 18/07/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses cursou pós-graduação lato sensu em D. Penal e Proc. Penal; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de licença saúde; cumpre expediente das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora e 1 Estagiária.											
Estrutura física		A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 894.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):		201	159	256	231	225	228	161	179	132	115	185	170
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):		134	105	105	236	61	222	182	200	129	165	170	170
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:		12	2	18	6	16	2	4	40	16	34	25	11
Sessões do Tribunal do Júri		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos		4	10	7	3	3	6	5	3	7	5	6	5
Arquivamentos de IP/PIC		3	0	2	6	3	18	11	4	1	10	4	15
Denúncias oferecidas		1	4	4	7	1	2	4	18	5	12	3	9
Número de interceptações telefônicas iniciadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público		1	3	1	5	8	4	3	7	6	11	9	4
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0			
				Com vista há mais de 6 meses:						0			
				Com vista há mais de 12 meses:						0			
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0			
				Com vista há mais de 6 meses:						0			
				Com vista há mais de 12 meses:						0			
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado			
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado			

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos em tramitação na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Imperatriz.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado espera que ocorra a aprovação do projeto de Resolução que tramita atualmente perante o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão, no qual são disciplinadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, detalhando-as corretamente, o que não ocorre atualmente.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe.		
OBSERVAÇÕES		
1) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;		
2) Foi relatado que o membro inspecionado tem procurado participar mensalmente de reuniões com órgãos integrantes da rede de proteção à mulher.		

#### 14.13. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Criminal. Oficia junto à 1ª Vara Criminal. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Prejudicado
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Prejudicado
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	REGINALDO JUNIOR CARVALHO (ocupando cargo em comissão perante a Administração Superior do MP/MA)
SUBSTITUTO	ALENILTON SANTOS DA SILVA JUNIOR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 11/11/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da Promotoria da Infância e Juventude; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 12h e das 13h às 18h, com exceção das audiências.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessora e 1 Estagiária.

Estrutura física	A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital											
Sistema de Registro	Físico (livros) e Informatizado – Sistema SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 117.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	45	53	73	69	56	54	64	65	53	45	40	38
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	54	40	84	61	50	61	41	62	60	50	20	38
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	18	9	14	24	19	26	29	20	19	21	19	20
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	6	7	6	5	6	4	5	12	2	1	9	20
Arquivamentos de IP/PIC	5	5	5	6	4	5	10	0	7	3	1	3
Denúncias oferecidas	4	9	9	5	9	11	2	3	15	12	10	9
Número de interceptações telefônicas iniciadas	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	1	0	0	2	2	4	3	0	1	1	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									11		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									1		



Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		5	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	2	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos em tramitação na 1ªVara Criminal de Imperatriz.			
Obs.: Dos 12 (doze) PICs em tramitação, o único instaurado há mais de 180 dias refere-se ao possível crime de violação de sigilo profissional (“vazamento de documentos sigilosos em investigação policial”), enquanto que os outros 11 (onze) tratam-se de possíveis fraudes no resgate de DPVAT.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
A equipe de inspeção fez referência ao termo de inspeção da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Imperatriz.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PIC	01/2013	18.11.2013	Irregular. Sem prorrogação do prazo para conclusão.
Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			
OBSERVAÇÕES			
1) O titular da Promotoria de Justiça, Dr. Reginaldo Junior Carvalho, encontra-se ocupando cargo em comissão perante a Administração Superior do MP/MA;			
2) Não foram relatadas experiências por parte do membro inspecionado.			

#### 14.14. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuação nos feitos criminais da 2ª Vara Criminal de Imperatriz, à exceção dos relativos a crimes dolosos contra a vida e de atribuição das promotorias de justiça especializadas. Resolução nº 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Sim (criminal)	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	OSSIAN BEZERRA PINHO FILHO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 02/09/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crises; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.
Estrutura física	A condição geral é regular.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas).
Sistema de Registro	SIMP.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 341, exceto júri, improbidade e ambiental.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 6.	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	5	39	35	22	38	20	32	21	23	23	6
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	82	94	85	83	74	61	60	67	63	71	75	58
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	77	60	89	96	58	79	48	78	61	71	82	59
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	5	39	35	22	38	20	32	21	23	23	16	5
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	1	3	2	0	0	1	0	0	0	2	1	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	3	7	6	2	2	3	7	1	10	5	11	7
Arquivamentos de IP/PIC	0	12	2	5	2	0	0	3	1	0	3	0
Denúncias oferecidas	5	9	25	2	6	4	1	10	7	6	5	3
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	4	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais			Com vista há mais de 30 dias:							0		
			Com vista há mais de 6 meses:							0		
			Com vista há mais de 12 meses:							0		
Processos criminais			Com vista há mais de 30 dias:							0		
			Com vista há mais de 6 meses:							0		
			Com vista há mais de 12 meses:							0		
Processos de Execução Penal			Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado		
			Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado		
			Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado		
Termos Circunstanciados			Com vista há mais de 30 dias:							0		
			Com vista há mais de 6 meses:							0		
			Com vista há mais de 12 meses:							0		
Autos de Prisão em Flagrante			Com vista há mais de 30 dias:							0		
			Com vista há mais de 6 meses:							0		
			Com vista há mais de 12 meses:							0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's			Instaurados há menos de 90 dias:							13		
			Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):							0		
			Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):							1		
Processos eleitorais			Com vista há mais de 30 dias:							Prejudicado		
			Com vista há mais de 6 meses:							Prejudicado		
			Com vista há mais de 12 meses:							Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										9		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses			Delegacias de polícia:							2		
			Estabelecimentos prisionais:							Prejudicado		
			Centros de internamentos provisórios:							Prejudicado		

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos em tramitação perante a 2ª Vara Criminal de Imperatriz, a exceção dos referentes a crimes dolosos contra a vida e a aqueles de atribuição das promotorias de justiça especializadas.			
Obs.: Dos 14 (quatorze) PICs em tramitação na Promotoria de Justiça, 10 (dez) referem-se a investigações referentes a possíveis fraudes cometidas no resgate do DPVAT, 03 (três) referentes a possíveis crimes de tortura e 01 (um) que investiga possível crime de homicídio.			
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>			
O membro inspecionado avalia que o MP necessita de capacitação de pessoal na área de investigação, bem como aumentar o número de seu quadro de pessoal, de forma a permitir que sejam desenvolvidas investigações criminais efetivas.			
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PIC	003178-253/2014	03.04.2014	Irregular. Última diligência empreendida em 03.04.2014 (requisição de documentação), ou seja, há mais de 06 meses.
Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.			
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.14.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Ossian Bezerra Pinho Filho, esclareceu, preliminarmente, que assumiu a 2ª Promotoria Criminal de Imperatriz em 02/09/2014, ou seja, 05 (cinco) meses após a data de instauração do procedimento apontado como irregular, qual seja, o PIC nº 3178-253/2014, instaurado em 03/04/2014. Aduziu que sobredito procedimento tinha por objeto a apuração das circunstâncias que envolveram o óbito de uma mulher falecida em virtude de acidente vascular cerebral (AVC), após intervenção de um policial militar que, em manifestação grevista, teria desferido um disparo de arma de fogo em via pública, o que teria contribuído para o estado de nervosismo da transeunte. Apontou que o objeto investigado, por si só, revelava a complexidade das investigações, notadamente quanto à demonstração da relação de causalidade entre a ação do policial e a morte da apontada vítima. Por outro lado, informou que, tão logo assumiu o órgão de execução, compulsando atentamente os autos do referido procedimento, verificou que, concomitantemente, tramitava um inquérito policial para apuração do mesmo fato. Diante desse quadro, em caráter instrutório, resolveu requisitar informações ao delegado responsável pela investigação policial, bem como requisitar a certidão de óbito da vítima e laudos médicos referentes ao atendimento hospitalar da paciente no dia do ocorrido. Ressaltou que, na data da inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público, aguardava exatamente as respostas às sobreditas requisições a fim de que pudesse desenvolver o planejamento das futuras diligências investigativas. Ocorre que, em resposta, a autoridade policial informou que o policial investigado, autor do disparo de arma de fogo na data do fato, faleceu no curso das investigações, apresentando a respectiva certidão de óbito. Em razão do exposto, o procedimento investigatório em questão foi arquivado e encaminhado ao juízo competente para apreciação e homologação.

14.15. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA	
<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Atua perante os feitos em trâmite perante a 3ª Vara Criminal de Imperatriz, com atribuição também no controle externo da atividade policial. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
<b>TITULAR</b>	RAQUEL CHAVES DUARTE SALES
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em março de 2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou dos cursos de Gerenciamento de Crise e Crime Organizado no Sistema Prisional; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente todos os dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h, com exceção dos horários designados para audiência judicial.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Todos os dias úteis, de 8h às 12h e de 14h às 18h, com exceção dos horários designados para audiência judicial.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.											
Estrutura física	A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo	Físico e digital.											
Sistema de Registro	SIMP e livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de TACs, transações penais e outros acordos? São destinados às entidades assistenciais.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 188.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 8.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	45	58	58	62	74	51	68	39	48	55	104	85
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	73	50	71	62	74	56	59	37	48	63	84	81
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	9	7	20	24	12	15	8	21	36	33	20	15
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	2	1	1	1	0	0	3	1	9	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	4	8	6	2	2	4	10	3	5	1	6	3
Arquivamentos de IP/PIC	1	2	3	4	2	2	4	0	0	3	1	4
Denúncias oferecidas	8	7	5	8	6	6	9	10	3	6	7	6
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	0	0	3	0	0	0	1	0	3	3	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									28		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		13
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	2
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos da 3ª Vara Criminal, com exceção daqueles referentes a crimes dolosos contra a vida.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Avalia como necessária a realização de cursos de investigação criminal, destinada a capacitação de promotores e servidores; 2) A Promotora reclamou do fato da 1ª Promotoria de Justiça Criminal estar vaga, tendo em vista que o titular Reginaldo Junior Carvalho encontra-se ocupando cargo em comissão perante a Administração Superior do MP/MA.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) Foi informado pela Promotora de Justiça que foram instaurados, no dia 20.10.2014, 28 (vinte e oito) PICs, todos com o objeto de investigar fraudes no recebimento do seguro DPVAT;		
2) Foi informado que a precariedade da Polícia Civil local levou o MP a deflagrar tais investigações;		
3) Informou ainda que o GAECO da Capital vem dando suporte na condução de tais PICs;		
4) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

#### 14.16. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua nos feitos criminais em tramitação na 4ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, a exceção dos referentes a crimes dolosos contra a vida e aqueles de atribuição das Promotorias de Justiça Especializadas. Também tem atribuições nos processos referentes aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, em tramite perante todas as varas criminais da comarca. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	ANTONIO COELHO SOARES JUNIOR (em gozo de férias)
SUBSTITUTO	DOMINGOS EDUARDO DA SILVA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 23/12/2003 (afastamento para frequentar curso de doutorado entre março/2012 a março/2014); reside na comarca de lotação; participou do curso de Gerenciamento de Crises no Sistema Prisional; exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão – UFMA (instituição pública), com carga horária de 40 horas semanais – (período noturno, 02 vezes por semana, das 19h às 22h e apesar de receber por 40 horas semanais, efetivamente não passa de 20 horas em sala de aula, uma vez que as demais horas são preenchidas por meio de atividades extraclasse, tais como orientações de projetos de monografias, participação em banca, etc.), não exercendo cargo administrativo; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; atua cumulativamente na Turma Recursal; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente diariamente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor (comissionado) e 1 Estagiário.
Estrutura física	Em boas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico e digital.
Sistema de Registro	SIMP e livros.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.	

EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 720.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 81.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	221	113	84	79	53	32	4	8	19
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	47	52	137	134	64	137	109	59	70	103	107	227
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	33	62	131	242	93	142	135	80	98	99	96	193
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	113	84	79	53	32	4	8	19	53
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	16	4	25	21	24	21	30	5	22	15	32	27
Sessões do Tribunal do Júri	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	0
Recursos interpostos	-	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	2	6	14	5	5	4	13	11	3	4	6
Arquivamentos de IP/PIC	-	2	3	10	10	0	0	0	8	3	5	21
Denúncias oferecidas	-	2	19	12	9	20	18	2	23	4	10	18
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	0	1	1	0	0	0	1	2	3	0	2
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									39		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									30		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									1		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										2		



Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	1
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos criminais em tramitação na 4ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, a exceção dos pertinentes a crimes dolosos contra a vida e aqueles de atribuição das Promotorias de Justiça Especializadas. Também tem atribuições nos processos referentes aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, em tramite perante todas as varas criminais da comarca.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito policial	7953-22.2012.8.10.0040	10.12.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (21.10.2014).
Inquérito policial	8039-32.2008.8.10.0040	22.11.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	7964-51.2012.8.10.0040	31.10.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	055/2008	13.08.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	066/2008	26.08.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	001/2008	01.01.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	007/2008	18.02.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	045/2008	14.07.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	7663-46.2008.8.10.0040	29.09.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	7645-25.2008.8.10.0040	12.09.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	9534-72.2012.8.10.0040	26.05.2009	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	9492-23.2012.8.10.0040	10.05.2011	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	0422-79.2012.8.10.0040	20.09.2008	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	0836-14.2011.8.10.0040	09.02.2011	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).
Inquérito policial	0379-45.2012.8.10.0040	28.09.2011	Irregular. Vista aberta há mais de 30 dias (31.10.2014).

Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Quem atendeu a equipe de inspeção foi o Promotor de Justiça Domingos Eduardo da Silva, já que o titular encontra-se no gozo de férias;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

#### 14.17. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Execuções Penais. Resolução 06/2012
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	DOMINGOS EDUARDO DA SILVA

DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em junho/2004 (afastamento mestrado - 2005/2006); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crise no Sistema Prisional; exerce o magistério na Universidade Federal do Maranhão – UFMA (instituição pública), com carga horária de 40 horas semanais – (período noturno, 02 vezes por semana, das 19h às 22h e apesar de receber por 40 horas semanais, efetivamente não passa de 20 horas em sala de aula, uma vez que as demais horas são preenchidas por meio de atividades extraclases, tais como orientações de projetos de monografias, participação em banca, etc.), não exercendo cargo administrativo; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses; afastou-se das atividades em razão de férias e licença médica; cumpre expediente diariamente, das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor e 1 Estagiário.											
Estrutura física	A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas)											
Sistema de Registro	SIMP e livros											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.338.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1 virtual e 6 físicos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	80	75	47	65	118	142	206	149	134	261	162	146
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	36	5	10	14	12	19	13	28	10	23	19	22
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	4	2	1	4	7	10	13	10	5	7	7	7
Obs.: Trata-se de promotoria especializada em execução penal, cujas manifestações processuais, em sua grande maioria restringe-se a pareceres.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		3
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	8
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos da Vara das Execuções Penais de Imperatriz.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu a melhoria da estrutura física e de pessoal de apoio.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
Foi relatado o Projeto "Revisar é Legal".		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) A Comarca de Imperatriz conta com 03 (três) estabelecimentos prisionais para execução de penas em regime fechado e semiaberto, além da custódia dos presos provisórios, nos quais encontram-se custodiados 533 (quinhentos e trinta e três) presos, bem como 01 (uma) Casa de Albergue, para execução das penas em regime aberto, na qual cumprem 54 (cinquenta e quatro) apenados;		
2) Foi informado pelo Promotor de Justiça que esta sendo implementado na Comarca de Imperatriz o Sistema APAC;		
3) A equipe de inspeção consignou que o membro inspecionado tem participação no Projeto "Cidadania também se aprende na Prisão" e no Projeto "Leitura nas Prisões".		

**14.17.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Domingos Eduardo da Silva requereu a retificação dos dados contidos no campo "Atribuições extrajudiciais", fazendo constar a seguinte informação: "Sim, visitas mensais e inspeções a presídios, reuniões de trabalho com diretores, palestras para presidiários, etc." Por outro lado, justificou as 40 horas na UFMA, na atividade de professor, no limite de 20 horas em sala de aula, sendo as demais distribuídas com orientação de monografias, participação em bancas, pesquisas, etc. Acrescentou que o curso no Campus Imperatriz é exclusivamente noturno. Enviou à Corregedoria Nacional relação dos procedimentos judiciais e extrajudiciais em trâmite na Promotoria (fls. 485 a 494, Anexo II, Volume III).

14.18. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua nos feitos relacionados a crimes dolosos contra a vida. Resolução 06/2012.
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Prejudicado
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	NÃO INFORMADO											
SUBSTITUTO	UIUARA DE MELO MEDEIROS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 19/08/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso de Gerenciamento de Crises (ESMP/MA - Imperatriz) e curso sobre Inteligência e Investigação Criminal (GAECO/MP/MA - Imperatriz); não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 3ª PJ de Família de Imperatriz; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (Processo nº 5027AD/2014 e Portaria nº 3519/2014); cumpre expediente das 8h às 12h30min e das 13h30min às 18h, sendo que além do tempo dedicado no próprio órgão, a Promotora de Justiça relatou que, na atuação no Júri, dedica horário extra, diariamente, na sua própria residência, após as 21h00, bem como, nos finais de semana e feriados, sobretudo quando há sessões plenárias de julgamento agendadas.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 12h30min e das 13h30min às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor e 1 Estagiário.											
Estrutura física	A condição geral é regular.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico.											
Sistema de Registro	SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): (excluídos os suspensos) - 1ª Vara Criminal: 37; 2ª Vara Criminal: 55; 3ª Vara Criminal: 24; 4ª Vara Criminal: 39.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
Obs.: A 6ª PJCRIM atua em todos os processos relacionados a crimes dolosos contra a vida, em trâmite perante as 4 varas criminais da Comarca de Imperatriz.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	51	28	51	61	68	94	59	42	70	72	87	65
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	51	28	51	61	68	94	59	42	70	72	87	64
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	7	8	11	17	19	18	15	16	24	28	6	13
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	2	3	2	1	0	1	1	1	6
Recursos interpostos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	1	3	3	1	0	0	2	6	0
Arquivamentos de IP/PIC	6	1	1	2	1	1	4	0	6	1	0	4
Denúncias oferecidas	2	2	4	5	4	17	3	7	6	5	10	2
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	1	2	10	2	2	6	2	3	3	1	10
Obs.: A Promotora de Justiça atuou em todas as sessões de julgamento de plenário de Júri ocorridas nas quatro varas criminais da Comarca de Imperatriz no ano de 2014, jamais dando causa a adiamento.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		30
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	3
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos criminais relacionados a crimes dolosos contra a vida, em tramitação perante todas as Varas Criminais de Imperatriz.		
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>		
1) Gestões visando a estruturação do Laboratório de Análises Forenses do ICRIM/MA/ITZ; 2) Audiência Pública sobre Violência Urbana; 3) Inspeções no IML local; 4) Acompanhamento das mortes violentas através da imprensa local e IML, para controle das investigações daí originadas, criando um banco de dados na Promotoria de Justiça.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) Foi consignado que o membro inspecionado somente responderá pela promotoria inspecionada até a data hoje;		
2) Não foram relatadas sugestões por parte do membro inspecionado.		

#### 14.19. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE IMPERATRIZ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua junto ao Juizado Especial Criminal da Comarca de Imperatriz. Resolução 06/2010.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Prejudicado	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	ALESSANDRO BRANDÃO MARQUES
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/04/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses cursou pós-graduação em Direito Público e participou do curso de Investigação Criminal; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Direção das Promotorias de Justiça de Imperatriz; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente das 8h às 13h e das 14h30min às 18h.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessor e 1 Estagiário.											
Estrutura física		Em boas condições gerais.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico e digital.											
Sistema de Registro		SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Há recursos recebidos, geridos pelo JECRIM (Provimento n.º 10/2012 – TJMA). São depositados em conta judicial, administrada pelo Poder Judiciário, com fiscalização do MP nas prestações de contas das entidades beneficiadas.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 396.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										5 **		
	Em tramitação há mais de 30 dias:										2 **		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										Prejudicado		
	Em tramitação há mais de 180 dias:										Prejudicado		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):										0		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;										1		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											10		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											2		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											1		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										1		
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado		
Fundações:											Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos de competência do Juizado Especial Criminal da Comarca de Imperatriz.													
Obs.: ** Trata-se de Notícias de Fato de natureza criminal.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	



Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	41	40	41	31	26	26	30	31	-	36	15
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	53	49	77	91	111	31	88	105	-	102	9
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	6
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	5	16	27	41	42	13	26	7	-	06	28
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	0	0	0	0	0	0		0	-		0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	12	10	32	42	37	15	39	42	-	45	6
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	1	0	0	0	0	1	1	1	-	0	4
Denúncias oferecidas	-	0	2	5	2	0	4	4	6	-	2	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	2	3	2	1	2	2	3	4		1	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Termos Circunstanciados				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Autos de Prisão em Flagrante				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's				Instaurados há menos de 90 dias:						1		
				Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):						0		
				Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										10		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:						2		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos de competência do Juizado Especial Criminal da Comarca de Imperatriz.												

<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro inspecionado sugeriu o aprimoramento do quadro de pessoal das Promotorias de Justiça, que se encontra defasada diante da demanda atual do Ministério Público.
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
Foi relatado o Projeto “Trânsito seguro, direitos de todos”, conforme documentação apresentada à equipe e juntata aos autos de inspeção.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
Questionado pela equipe de inspeção, o Promotor de Justiça, que exerce a Direção das Promotorias de Justiça de Imperatriz, informou que a 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz encontra-se vaga há mais de 01 (um) ano, uma vez que o titular ocupa cargo em comissão perante a Administração Superior do MP/MA.

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA



14.20. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA	
<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	Feitos da 1ª Vara Judicial, defesa da probidade administrativa/patrimônio público, defesa da mulher (lei 11.340/2006), defesa da saúde, crimes contra a ordem tributária e financeira, controle externo da atividade policial (Polícia Militar) – Resolução PGJ 03/2012.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim, entretanto limitado ao interior dos quartéis militares.	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
<b>TITULAR</b>	GLAUCE MARA LIMA MALHEIROS
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro assumiu o órgão em 27/03/2012; não reside na comarca de lotação, mas em Imperatriz/MA, por motivos familiares, distante 67 km de Açailândia/MA, possuindo autorização: Portaria nº 3699/2013 – GPGJ; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Buriticupu; nos últimos 6 meses recebeu colaboração do Grupo de Promotores Itinerantes – GPI e afastou-se das atividades em razão de férias; cumpre expediente todos os dias úteis.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Ocorre das 8h às 18h.

Estrutura de Pessoal	1 Assessor de Promotor, exclusivo, 3 Técnicos Administrativos e 1 Técnico em execução de mandados, sendo que os 2 últimos exercem suas funções também nas demais Promotorias de Justiça de Açailândia.											
Estrutura física	Em boas condições gerais. Constitui-se de um gabinete, com banheiro privativo, antessala de assessor e mobília adequada ao desempenho das funções.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas)											
Sistema de Registro	Livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não envolvem recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3.365 na 1ªVara da Fazenda Pública de Açailândia.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
Obs.: Atua também em feitos da 1ªVara Criminal de Açailândia, relacionados à defesa da mulher (Lei 11.340/2006).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	21	0	0	37	15	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	9	1	53	15	21	27	4	13	9	55	7	2
Impulsionados no mês	33	1	16	30	36	27	4	13	9	55	7	7
Saldo do mês	0	0	37	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	7	0	0	0	0	0	0	1	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	0	3	2	1	0	0	0	6	0	0	4
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	01	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	1	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	6	2	0	4	0	1	1	0	9	7	2	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	1	0	0	1	1	2	1	1	3
Arquivamento com Remessa	0	0	2	1	0	2	3	0	11	0	2	0
Termos de Depoimento	1	0	4	4	5	0	10	0	7	2	7	7
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
Atendimento ao público	8	17	9	19	26	26	15	15	37	32	15	12
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário									Improbidade administrativa		29	
									ACP/ações coletivas (exceto improbidade)		4	
									Ações para a defesa de direito individual indisponível		34	
Processos cíveis – custos legis									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										4		
	Em tramitação há mais de 30 dias:										28		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										5		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										2		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										2		
	Em tramitação há mais de 90 dias;										24		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											1		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											26		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:										6		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado		
Fundações:											Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos da 1ª Vara Judicial, referentes às ações civis públicas (todas), ações populares mandados de segurança e quaisquer outras que demandem a atuação do Ministério Público, seja como parte ou custos legis.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)		0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):		3	31	20	29	20	40	17	27	27	32	11	34
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):		3	31	13	36	20	40	17	27	27	32	11	35
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):		0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:		0	0	1	1	2	1	1	0	0	2	1	0
Sessões do Tribunal do Júri		1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos		7	8	0	7	8	4	8	3	10	1	6	4
Arquivamentos de IP/PIC		0	1	1	1	2	1	0	0	2	2	1	1
Denúncias oferecidas		1	5	4	5	11	10	4	6	5	14	2	8
Número de interceptações telefônicas iniciadas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público		0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Inquéritos policiais					Com vista há mais de 30 dias:						0		
					Com vista há mais de 6 meses:						0		
					Com vista há mais de 12 meses:						0		

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		26	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos da 1ª Vara Criminal, referentes à Lei 11.340/2006.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugeriu a implantação de sistema informatizado de registros de processos, procedimentos, documentos, etc.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	13/2014	21.06.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	21/2014	02.09.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	11/2014	21.06.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	20/2014	18.09.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	15/2014	21.06.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	12/2014	21.06.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	14/2014	21.06.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Processo administrativo	40/2012	22.11.2012	Irregular. Apesar de registrado como PA, na verdade refere-se a notícia de descumprimento por gestor público de convênio firmado entre o Estado do Maranhão e o Município de São Francisco do Brejão
Procedimento administrativo	10/2012	31.10.2012	Irregular. Apesar de registrado como PA, na verdade refere-se a notícia de irregularidade detectada na Secretaria Municipal de Açailândia
Procedimento administrativo	42/2012	12.12.2012	Irregular. Apesar de registrado como PA, na verdade refere-se a notícia de crime perpetrado por gestor público municipal.
Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;			
OBSERVAÇÕES			
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.20.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Glauce Mara Lima Malheiros apresentou tabelas referentes aos procedimentos examinados pelo CNMP identificados com irregularidades, procedimentos extrajudiciais e processos judiciais existentes no órgão. Esclareceu, ainda, que todos já foram regularizados.

14.21. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA AÇAILÂNDIA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua na defesa do meio ambiente (cível e criminal), na fiscalização dos registros públicos, fundações e exerce o controle externo da atividade policial (Polícia Militar). Resolução nº 003/2012.										
Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Prejudicado												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim, entretanto limitado à Polícia Militar.												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		LETICIA TERESA SALES FREIRE										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 11/11/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (junho/2014); cumpre expediente das 8h às 12h e das 13h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 12h e das 14h às 18h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessor de promotor, exclusivo, 3 Técnicos Administrativos e 1 Técnico em execução de mandados, sendo que os 2 últimos exercem suas funções também nas demais Promotorias de Justiça de Açailândia.										
Estrutura física		Em boas condições gerais.										
Sistema de Arquivo		Sistema físico (pastas)										
Sistema de Registro		Livros e pastas										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os de TACs são destinados aos fundos específicos, informando a Promotora de Justiça que até o momento não participou de qualquer transação penal aceita pelo investigado.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.759												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	4	3	4	0	10	23	0	1	9	2	4	0
Distribuídos no mês	22	32	27	33	37	37	24	52	32	39	5	25
Impulsionados no mês	23	31	31	23	24	60	23	44	39	37	9	26
Saldo do mês	3	4	0	10	23	0	1	9	2	4	0	1
Audiências realizadas	44	23	50	25	3	3	8	40	62	24	9	16
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	1	0	0	1	2	2	0	9	8	0	0
TAC firmado	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	0	1
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0



Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	1	0	0	3	0	0	0	3	1	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Termos de Depoimento	0	7	5	7	6	29	1	14	12	9	5	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	2	4	4	4	3	4	0	5	4	3	2	0
Reuniões (com ata)	1	0	1	2	1	2	0	0	0	3	2	2
Atendimento ao público	19	65	30	48	44	70	23	31	50	50	50	2

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	★★
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	3
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	3
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	1
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		0

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos referentes a Registros Públicos, em tramitação na 2ª Vara Cível, os TCOs relacionados ao Meio Ambiente, em tramitação no Juizado Especial, os feitos criminais em matéria ambiental, em tramitação na 1ª Vara Criminal e os feitos cíveis na área ambiental e de fundações, em tramitação nas varas judiciais da comarca.

Obs.: ★★Não dispõe de tal controle.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	1	1	1	1	5	6	1	0	7	0	7	0

Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	34	14	12	28	11	26	10	29	22	47	17	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	34	14	12	24	10	31	11	22	29	40	23	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	1	1	1	5	6	1	0	7	0	7	1	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	40	2	31	29	5	6	19	20	32	54	22	0
Sessões do Tribunal do Júri	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	3	4	2	1	3	3	0	3	1	1	3	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	1	3	6	2	8	6	4	6	6	6	5
Arquivamentos de IP/PIC	0	1	0	0	1	0	0	0	1	5	0	0
Denúncias oferecidas	18	3	5	5	3	7	5	6	10	9	5	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	3	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Atendimento ao público	2	4	0	2	1	0	0	2	1	0	1	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos referentes a Registros Públicos, em tramitação na 2ª Vara Cível, os TCOs relacionados ao Meio Ambiente, em tramitação no juizado especial, os feitos criminais em matéria ambiental, em tramitação na 1ª Vara Criminal e os feitos cíveis na área ambiental e de fundações, em tramitação nas varas judiciais da comarca.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu a criação de Promotorias Regionais especializadas para auxiliar as Promotorias Únicas.

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatada a atuação no grupo de trabalho sobre saneamento em busca de atuação conjunta e uniforme de todo o MPMA pelo fim dos lixões.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	02/2014	12.08.2014	Irregular. Tramitando há mais de 30 dias.
Notícia de fato	03/2014	13.08.2014	Irregular. Tramitando há mais de 30 dias.
Notícia de fato	04/2014	12.08.2014	Irregular. Tramitando há mais de 30 dias.
Inquérito civil	01/2011	28.03.2011	Irregular. Sem prorrogação do prazo para conclusão.
Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.			
OBSERVAÇÕES			
Foi consignado que no mês de fevereiro, o membro inspecionado respondeu cumulativamente pela Promotoria de Passagem Franca; no mês de abril, respondeu cumulativamente pela Promotoria de Buriti Bravo; no mês de maio respondeu cumulativamente pelas Promotorias de Mirador e de Sucupira do Norte; no mês de outubro respondeu cumulativamente pela Promotoria de Pastos Bons; ainda durante todo o ano exerceu a função eleitoral.			

**14.21.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freire, preliminarmente, esclareceu que somente entrou em exercício na Promotoria de Açailândia no dia 11/11/2014, ou seja, há menos de um mês da inspeção do CNMP no Ministério Público do Maranhão, realizada entre os dias 1º e 5/12/2014. Ressaltou, ainda, que até o dia 13/11/2014, respondeu cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Pastos Bons (Portaria nº 7408/2014-GPGJ) e até 19/11/2014, pela Promotoria de Justiça de Colinas (Portaria nº 7404/2014-GPGJ) (nesta última tinha uma sessão do Tribunal do Júri designada), sendo ambas a mais de 500km (quinhentos quilômetros) de distância da Comarca de Açailândia. Quanto ao estado atual dos procedimentos em suposta situação de irregularidade, apresentou o último andamento dos feitos, demonstrando sua regularização. Esclareceu que as Notícias de Fato tiveram irregularidades apontadas por, na época, terem sido instauradas há mais de 30 (trinta) dias e que todas foram instauradas, assim como tiveram seus prazos supostamente esgotados, antes da data desta Promotora de Justiça entrar em exercício naquela Promotoria, que jazia há mais seis meses sem titular. Ademais, aduziu que a fixação do prazo para conclusão da Notícia de Fato em trinta dias somente fora regulamentada no Ministério Público do Estado do Maranhão através do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, publicado em 26/12/2014. Quanto ao Inquérito Civil nº 01/2011, a irregularidade foi arguida ante a ausência de prorrogação de prazo para conclusão do procedimento. Realmente, no prazo de três semanas no qual esta Promotora de Justiça estava como titular da 2ª Promotoria de Açailândia, infelizmente, não verificou que no Inquérito Civil que tramitava há mais de três anos, contendo 653 (seiscentos e cinquenta e três) folhas, cujo objeto versa sobre os direitos da Comunidade do Pequía (caso que já adquiriu repercussão internacional), não havia despacho de prorrogação. Falha, contudo, já sanada desde janeiro de 2015. Consignou que, três semanas com atuação em três Promotorias em três Comarcas diferentes e distantes entre si, mostrou-se tempo insuficiente para apuração e saneamento de possíveis irregularidades nos procedimentos que tramitavam na Promotoria na qual estava recém removida. Quanto a relação atualizada dos procedimentos extrajudiciais e judiciais apresentou tabela contendo suas datas de protocolo, atuação e última movimentação. Por fim, destacou que saiu de férias em 03/12/2014, retornando apenas 27/01/2015.

#### 14.22. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Defesa da família, idosos e pessoas com deficiência. Atua, ainda, nas habilitações de casamento e cartas precatórias cíveis envolvendo direitos de família. Também possui atribuições nos feitos criminais, relacionados aos crimes contra idosos e deficientes (Resolução nº 003/2012).
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	

Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	SAMIRA MERCÊS DOS SANTOS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 18/03/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do Encontro Nacional em Defesa do Estado Laico, organizado pelo CNMP, em 18 e 19/09/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de licença médica (9 a 23/10/2014) e férias (05/05 a 03/06/2014); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, salvo autorização de afastamento para participação em cursos e reuniões de trabalho.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Todos os dias úteis, das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 servidor comissionado. Dando suporte às Promotorias de Justiça de Açailândia há 4 servidores concursados, 2 auxiliares administrativos, 1 motorista e 2 servidoras de serviços gerais cedidos da Prefeitura Municipal. Há ainda serviço de vigilância terceirizada fazendo a segurança patrimonial 24 horas/dia.											
Estrutura física	Compõe-se de um gabinete de Promotor de Justiça contando com banheiro privativo e mobília adequada ao desempenho da função. Uma sala compartilhada destinada a assessoria e estagiário, com mobília adequada ao desempenho da atividade auxiliar.											
Sistema de Arquivo	É manual feito por intermédio de livros de protocolo e pastas em arquivo físico. Apenas as manifestações são armazenadas em arquivos digitais.											
Sistema de Registro	Quando o processo chega à promotoria, é feito registro de recebimento em livro próprio. Na saída é registrado o processo em um livro de protocolo, com recebimento pelo órgão do judiciário. Inquérito civil e procedimento preparatório são registrados em livro específico, onde também fica registrada a data do respectivo arquivamento com envio ao Conselho Superior ou o número da respectiva ação civil proposta. Há pastas de portarias instauradas, notificações expedidas. Existe ainda controle de ACP instauradas. Há o respectivo arquivo para armazenamento dos ofícios recebidos e expedidos no órgão através de pastas AZ.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não existem recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª Vara da Fazenda: 3.365; 1ª Vara de Família: 624 e 2ª Vara de Família: 632.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
Obs.: Em decorrência da alteração das competências promovidas no art.12-A da Lei Complementar Estadual 158, de 21 de outubro de 2013, a 3ª Vara passou a denominar-se 1ª Vara de Família, perante a qual permanece no acompanhamento das ações, enquanto que a 4ª Vara, passou a denominar-se 2ª Vara de Família com competência para ações de tutela e curatela, feitos que também passou a oficiar perante esta unidade judiciária após a alteração. Na tutela coletiva e individual indisponível dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência tem oficiado perante a 1ª Vara da Fazenda.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	3	0	3	0	2	0	29	20	0	0	4	9
Distribuídos no mês	85	97	94	106	105	128	116	117	137	179	75	29
Impulsionados no mês	88	94	97	104	107	99	125	137	137	175	70	38
Saldo do mês	0	3	0	2	0	29	20	0	0	4	9	0
Audiências realizadas	26	7	25	15	09	36	44	50	46	17	12	28
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	3	2	-	-	3	-	2	1	-	1	1	4
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	2	1	-	2	-	1	-	-	1	1	1	2
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	0	12	13	6	5	3	15	5	9	5	5	14
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	1	-	-	-	1	-	3	-	-	1
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0
Atendimento ao público	19	28	27	16	51	21	28	61	93	11	12	16
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa								Prejudicado			
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)								3			
	Ações para a defesa de direito individual indisponível								10			
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:								0			
	Com vista há mais de 6 meses:								0			
	Com vista há mais de 12 meses:								0			
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:								2			
	Em tramitação há mais de 30 dias:								0			
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:								0			
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):								0			
	Em tramitação há mais de 180 dias:								0			
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:								1			
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):								0			
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;								0			
	Em tramitação há mais de 90 dias;								0			
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										9		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										1		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:								Prejudicado			
	Estabelecimentos prisionais:								Prejudicado			
	Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado			
	Outras unidades de atendimento:								Prejudicado			
	Estabelecimentos de idosos:								2			
	Estabelecimentos de deficientes:								0			
	Estabelecimentos de Saúde:								1			
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:								0			
Fundações:								Prejudicado				
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os processos da 1ª Vara de Família em que há intervenção do MP, à exceção dos relacionados a atos infracionais, os das 2ª Vara de Família, que versam a respeito de interdição, e os processos da Vara da Fazenda Pública em que há interesse de idosos e deficientes.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	4	-	1	1	1	-	4	3	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: Os autos de prisão recebidos foram durante o plantão ministerial.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os processos da 1ª Vara de Família em que há intervenção do MP, à exceção dos relacionados a atos infracionais, os das 2ª Vara de Família, que versam a respeito de interdição, e os processos da Vara da Fazenda Pública em que há interesse de idosos e deficientes.



SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO
1) Não existe no âmbito desta promotoria sistema de registro informatizado e padronizado ou eficiente de acompanhamento de prazos para controle de procedimentos preparatórios, inquéritos civis e notícias de fato instaurados, motivo pelo qual sugere a implantação e o treinamento de membros e servidores em sistema informático capaz de fornecer acompanhamento em tempo real da tramitação de procedimentos e inquéritos civis; 2) Também se ressenete de uma ferramenta informática que propicie o controle de entrada e saída de processos judiciais, razão pela qual sugere o desenvolvimento de instrumento que propicie a eficiência na alimentação de tais dados; 3) Sugere, ainda, que para o atendimento dos idosos e pessoas com deficiência vítimas de violência o acompanhamento por psicólogo e assistente social do quadro do Ministério Público, cargos hoje inexistentes nesta promotoria, bem como o provimento do cargo técnico de executor de mandados que se encontra vago atualmente.
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
OBSERVAÇÕES
1) Atualmente também colabora com as atividades do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOP/DHC) e representa o MPMA nas reuniões do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia. (Portaria nº 3853/2014-GPGJ); 2) A promotora pleiteia que os feitos criminais referentes à violência doméstica fossem de atribuições da Promotoria de Justiça, por conta das repercussões cíveis da questão; 3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**14.22.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Samira Mercês dos Santos esclareceu que não foram apontados procedimentos administrativos lato sensu com trâmite irregular, no relatório preliminar de inspeção. Quanto à inexistência de experiências inovadoras por parte do membro, relatou que as experiências inovadoras e projetos por parte do órgão, estão na dependência da existência de equipe multidisciplinar, composta de assistente social e psicólogo, para acompanhamento das interdições e da prevenção, enfrentamento a violência contra o idoso e para a construção de um projeto para políticas públicas que exijam o necessário envolvimento de outras áreas do conhecimento, que fogem a formação e atuação da Promotora de Justiça. Aduziu que isto é importante para que o projeto que possa vir a ser implementado não tenha apenas repercussão positiva do ponto de vista jurídico, mas que tenha verdadeira e incisiva incidência no campo psicossocial dos beneficiários do projeto, objeto finalístico da atuação da promotoria de Justiça. Ressaltou que a Promotoria de Justiça de Açailândia não conta com referidos profissionais, mas se utiliza dos serviços de CREAS, CRAS e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) cujos relatórios confeccionados nem sempre são enviados no prazo requisitado pela Promotoria e, nem sempre são elaborados por profissionais que compreendem a finalidade dos estudos requisitados. Apresentou relação contendo os inquéritos civis e procedimentos administrativos instaurados desde data da inspeção. Por fim, esclareceu que tem observado o cumprimento da obrigação funcional prevista na Resolução nº 22/2014 – CPCM, art. 18-A.

**14.22.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que as observações da Promotora inspecionada serão encaminhadas a Corregedoria Geral para análise quanto às atribuições da promotoria referenciada suas estatísticas mensais, para que possa ser examinada a pretensão da requerente.

14.23. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficia nos feitos da 2ª Vara de Família, à exceção dos de interdição, nos da 1ª Vara de Família referentes a atos infracionais e nos da Vara de Fazenda Pública, relacionados à defesa da educação ou interesse individual indisponível de criança ou adolescente. Resolução 03/2012.
TITULAR	GLEUDSON MALHEIROS GUIMARAES (em gozo de férias)
SUBSTITUTO	SAMIRA MERCÊS DOS SANTOS
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 05/06/2012; não reside na comarca de lotação, mas em Imperatriz-MA, comarca vizinha, em razão de possuir imóvel e familiares que exercem cargo público na cidade, distante 65 km da comarca, possui autorização do PGJ; nos últimos 6 meses participou dos cursos: High Legal Capacity for Justice Administrators, II Encontro de Inteligência GAECO “Técnicas de Investigação” e III Encontro Estadual de Educação do MPMA/MEC; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Direção de Promotorias; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (no momento da inspeção estava em gozo de férias), cumpre expediente das 8h às 17h30min.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Nos dias úteis, das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 servidor comissionado. Dando suporte às Promotorias de Justiça de Açailândia há 4 servidores concursados, 2 auxiliares administrativos, 1 motorista e 2 servidoras de serviços gerais cedidos da Prefeitura Municipal. Há ainda serviço de vigilância terceirizada fazendo a segurança patrimonial 24 horas/dia.											
Estrutura física	Em boas condições gerais.											
Sistema de Arquivo	Físico (pastas)											
Sistema de Registro	Livros e pastas.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São destinados a fundos específicos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 572.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 11.												
Obs.: Atua frente à 2 Varas Judiciais: 1ª Vara de Família: Infância e Juventude (530 processos); 2ª Vara de Família: Atos Infracionais (42 processos).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	23	2	11	3	5	7	26	7	16	5	42	1
Distribuídos no mês	57	105	114	119	119	143	151	120	151	62	112	78
Impulsionados no mês	55	92	111	114	133	117	144	104	146	39	153	62
Saldo do mês	2	11	3	5	7	26	7	16	5	23	2	17
Audiências realizadas	9	1	38	24	23	35	35	23	37	10	37	14
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Em razão da competência comum das 02 (duas) unidades judiciárias, a estatística acima refere-se a processos cíveis (família) e da infância e juventude (medidas protetivas e ações cíveis individuais e coletivas), razão pela qual os números foram repetidos no termo de inspeção – cível e criminal.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	3	1	1	0	1	0	0	2	1	1	0
TAC firmado	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	2	2	1	3	2	2	1	4	3	0
Arquivamento sem Remessa	0	1	0	0	1	0	3	0	1	1	0	1
Arquivamento com Remessa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	1	5	0	0	0	3	1	3	8	0	1
Oitivas informais de adolescentes	3	1	0	0	1	1	0	1	1	5	3	2
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	5	2	11	25	19	11	14	23	23	6	10	4
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									**		
	Ações de destituição do poder familiar									**		

Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	5										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	1										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	2										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		0										
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Centro de Internamento Provisório:	Prejudicado										
	Entidade de acolhimento institucional:	7										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		20										
Obs.: **Não dispõe de tal controle.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	0	2	2	1	2	2	1	6	0	4	4	5
Distribuídos no mês:	6	27	16	3	5	18	18	7	15	13	7	9
Impulsionados no mês:	4	25	15	1	3	17	12	7	11	9	7	13
Saldo do mês atual:	2	2	1	2	2	1	6	0	4	4	0	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	4	1	6	0	3	1	2	7	4	2	7	4
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	3	0	1	1	0	2	1	4	0	0	3	2
Arquivamentos e Remissões	0	1	3	1	0	5	0	0	2	1	2	0
Representações	1	1	1	0	2	5	2	4	4	3	3	2
Audiências de Apresentação	0	1	3	0	1	1	1	5	3	3	0	2
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Unidades de Internação:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Oficia nos feitos da 2ª Vara de Família, à exceção dos feitos de interdição, nos da 1ª Vara de Família referentes a atos infracionais e nos da Vara de Fazenda Pública, relacionados à defesa da educação ou interesse individual indisponível de criança ou adolescente.			
Obs.: A Comarca de Açailândia não dispõe de unidades de internação.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado alega ter a necessidade de equipe técnica multidisciplinar (assistente social e psicólogo).			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatada a implementação de fluxograma de atendimento a toxicômanos/saúde mental; participação na formação do projeto selo SGD – Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes de Açailândia.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de fato	01/2013	18.01.2013	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	05/2014	27.03.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	06/2014	11.08.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	07/2014	12.08.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Notícia de fato	09/2014	20.10.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.
Inquérito civil	03/2011	03.11.2011	Irregular. Instaurado há mais de 1 ano, sem prorrogação de prazo para conclusão.
Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			
OBSERVAÇÕES			
1) A equipe de inspeção foi atendida pela Promotora de Justiça Samira Mercês dos Santos, que responde atualmente pela Promotoria de Justiça, tendo em vista que o titular se encontra em gozo de férias e pelo Assessor de Promotor Ronneddy Santos de Carvalho;			
2) O membro inspecionado é integrante do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do MPMA; ministra palestras em escolas, reuniões comunitárias e eventos solenes; realiza inspeções nas unidades de acolhimento institucional; reuniões com o sistema de garantia de direitos; participação em ações operacionais conjuntas de fiscalização às normas do ECA.			

**14.23.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Procurador de Justiça Gleudson Malheiros Guimarães, prestou os seguintes esclarecimentos: Em relação ao Controle Crianças e Adolescentes Acolhidos em Instituições, informou que é feito a partir de três critérios: a) comunicação de ingresso; b) relatórios semestrais; c) visitas de inspeção. A comunicação de ingresso de qualquer criança/adolescente é realizada, até 24h, pela entidade de acolhimento via ofício dirigido ao Promotor de Justiça e ao Juiz da Infância, nas situações de urgência (art. 93 ECA). Os relatórios semestrais são encaminhados pela Entidade de Acolhimento com a individualização da situação e atendimentos realizados a cada criança acolhida, tem fundamento no art. 92 § 2º ECA. As visitas de inspeção são realizadas periodicamente pelo Promotor de Justiça e os relatórios encaminhados via sistema a Corregedoria e CNMP. Os critérios acima têm cumprido o objetivo pois todos os abrigados na Comarca possuem Guia de Acolhimento expedida pela Autoridade Judicial e respectivo Processo Judicial Cível de Proteção. Ademais, visando implantar ferramenta eletrônica

de controle, no último dia 27/04/2015, este Promotor integrante do CAO<sub>p</sub>-IJ, foi designado a participar de reunião no MP/RJ a fim de conhecer o Sistema Módulo MCA no MPMA. Trata-se de um sistema eletrônico informatizado para controle de crianças e adolescentes acolhidos. O sistema deverá ser implantado em Açailândia, a título de experiência, após firmado o convênio entre os MP's.

2. Quanto aos Procedimentos examinados em situação de irregularidade:

2.1. Notícia de Fato nº 01/2013: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Porém, a situação foi saneada pois no dia 06/02/2015 referido procedimento foi RECLASSIFICADO/CONVERTIDO – consoante Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP – passando a natureza de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO em razão de sua natureza (fiscalização de implementação de política pública);

2.2. Notícia de Fato nº 05/2014: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Foi realizado o Arquivamento em 19/01/2015 (situação arquivado);

2.3. Notícia de Fato nº 06/2014: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Foi realizado o Arquivamento em 02/02/2015 (situação arquivado);

2.4. Notícia de Fato nº 07/2014: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Foi realizado o Arquivamento em 26/01/2015 (situação arquivado);

2.5. Notícia de Fato nº 09/2014: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Foi realizado o Arquivamento em 14/01/2015 (situação arquivado);

2.6. Inquérito Civil nº 03/2011: Estava em tramitação há mais de 30 dias. Foi promovido o Arquivamento com remessa ao Conselho Superior do Ministério Público em 13/03/2015; (situação aguarda homologação no CSMP);

3. Apresentou, ainda, relação atualizada de procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

#### 14.24. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua no juizado especial criminal, bem como nos feitos referentes a conflitos agrários, defesa do cidadão, controle externo da atividade policial (Polícia Civil) e consumidor. Resolução nº 03/2012.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim, mas restrita à Polícia Civil.
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	CAMILA GASPAR LEITE
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 13/03/2012; reside na comarca de lotação; participou do curso de Gerenciamento de Crises (promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – ESMP/MA, no mês de maio), Congresso Nacional do MPCon (Acontecido na Cidade de Campo Grande/MS, entre 06 e 08 de agosto) e Curso de atualização em Direito Eleitoral (Promovido pela AMPEM em parceria com a ESMP/MA, em agosto último); não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca, de entrância inicial, desde 21/07/2014; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de autorização pela Administração Superior para participar dos cursos de aperfeiçoamento acima referidos, além de licença de 3 dias para acompanhar filha enferma, também autorizada pela Administração Superior; cumpre expediente de segunda sexta-feira, salvo autorização de afastamento da Administração Superior para participar de cursos de aperfeiçoamento e/ou reuniões de trabalho ocorridas na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, sediada na Capital do Estado.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h, sem restrição.
Estrutura de Pessoal	Um Assessor Jurídico com exclusividade e servidores outros que prestam serviços para todos os 6 Promotores de Justiça lotados na Comarca.
Estrutura física	Em boas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico, por meio de pastas.
Sistema de Registro	Registro físico, por meio de livros.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São destinados a entidade social selecionada pelo Juizado Especial Criminal de Açailândia, em processo seletivo realizado nos termos do Provimento nº 10/2012, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.	

EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Juizado Especial de Açailândia: 1088 processos, sendo 751 de natureza cível e 337 de natureza criminal.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.												
Obs.: Em razão de possuir também atribuição extrajudicial na área cível (defesa dos direitos do consumidor) e na seara criminal (crimes contra as relações de consumo), também atua perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Açailândia e perante a 1ª Vara Criminal, a quem solicitou a discriminação dos processos relativos aos direitos do consumidor, porém até a presente data não foi atendida. Por essa razão, os dados acima referem-se apenas ao Juizado Especial de Açailândia, onde está concentrada a atividade judicial da Promotoria de Justiça de que é titular. Esclarece que os processos cíveis em tramitação no JECrim foram contabilizados porque integram a unidade judiciária, porém neles não há intervenção do Ministério Público, em razão de tratarem de direitos individuais e disponíveis.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	6
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	1	3	1	1	4	-	-	1	2
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	3	9
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										**	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										**	
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										6	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										1	



Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	1										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		3										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	5										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos do juizado especial criminal, bem como os referentes a conflitos agrários, defesa do cidadão e controle externo da atividade policial (Polícia Civil) e consumidor. Resolução nº 03/2012.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	32	6	27	15	24	21		26	26	67	7	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	6	48	86	44	47	26	59	46	78	66	43	4
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	2	2		5	4	-	-	7	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	1	4	7	11	1	2	2	2	-	-	3	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	4	1		5	6	20	8	12	12	14	10	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		

Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	1
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	5
	Estabelecimentos prisionais:	1
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos do juizado especial criminal, bem como os referentes a conflitos agrários, defesa do cidadão e controle externo da atividade policial (Polícia Civil) e consumidor. Resolução nº 03/2012.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Otimização do sistema de protocolo de entrada e saída de processos, através da informatização de tais movimentações; 2) Funcionamento em processo de inventário em que figura como herdeira uma menor de idade, em razão de designação da PGJ, por conta de impedimento do 4º Promotor de Justiça de Açailândia, o qual naturalmente com atribuição para o feito; 3) Funcionamento no procedimento de reassentamento da Comunidade do Piquiá de Baixo, em razão de solicitação feita pela comunidade atingida para auxiliar o Promotor de Justiça Natural (2ª PJ) nas intermediações e atividades extrajudiciais realizadas com vistas a viabilizar o reassentamento. Nessa atuação, participa de reuniões constantemente realizadas nas Promotorias de Justiça de Açailândia, na Procuradoria-Geral de Justiça e na Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Procedimento Administrativo	01/2013	22.04.2014	Irregular. Apesar de registrado como PA, na verdade trata-se de reclamação dando conta de má prestação de serviço público.
PIC	01/2014	19.08.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 90 dias, sem prorrogação do prazo para conclusão.
Notícia de fato	05/2014	14.10.2014	Irregular. Em tramitação há mais de 30 dias.

#### OBSERVAÇÕES

1) Foram relatadas algumas atuações do membro inspecionado: a) Funcionamento em processo de inventário em que figura como herdeira uma menor de idade, em razão de designação da Procuradoria Geral de Justiça, por conta de impedimento do 4º Promotor de Justiça de Açailândia, o qual naturalmente com atribuição para o feito; b) Funcionamento no procedimento de reassentamento da Comunidade do Piquiá de Baixo, em razão de solicitação feita pela comunidade atingida para auxiliar o Promotor de Justiça Natural (2ª PJ) nas intermediações e atividades extrajudiciais realizadas com vistas a viabilizar o reassentamento. Nessa atuação, participa de reuniões constantemente realizadas nas Promotorias de Justiça de Açailândia, na Procuradoria Geral de Justiça e na Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**14.24.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Camila Gaspar Leite prestou as informações e esclarecimentos que seguem. 1. Em relação aos procedimentos examinados e apontados na inspeção como irregulares: Em relação ao Procedimento Administrativo nº 01/2013, apontado como irregular porque “Apesar de registrado como PA, na verdade trata-se de reclamação dando

conta de má prestação de serviço público”, informo que o feito fora registrado como procedimento administrativo por equívoco, posto que, em verdade, tratava-se de procedimento preparatório de inquérito civil, instaurado para apurar as interrupções constantes no sistema de abastecimento de água na Comunidade Galiléia, supostamente em razão de precariedade na rede de abastecimento existente no local. O feito não deu origem a inquérito civil porque celebrado TAC com o Poder Público no seu bojo, razão pela qual, após o término do prazo fixado para cumprimento das condições pactuadas entre as partes, instruiu ação de execução de obrigação de fazer, ante o não cumprimento integral do acordado; Em relação ao PIC nº 01/2014, dito irregular porque “Em tramitação há mais de 90 dias sem prorrogação do prazo para conclusão”, esclareceu que, na oportunidade da inspeção, o procedimento havia extrapolado em apenas 12 (doze) dias o prazo para conclusão, razão pela qual ainda não havia sido feito o despacho de prorrogação do prazo. No entanto, logo em seguida à inspeção a prorrogação fora formalizada e, na conclusão, o procedimento fora arquivado por ausência de justa causa para a propositura da ação penal, tendo em vista que a instrução do feito permitiu constatar que as declarações dos reclamantes não coincidiam com a realidade dos fatos; Finalmente, em relação à Notícia de Fato nº 005/2014, esclareceu que, por ocasião da inspeção, o feito havia extrapolado o prazo para conclusão há apenas 17 (dezesete) dias e ainda não havia sido concluído porque a data convencionada entre as partes para a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta que pôs fim ao procedimento fora exatamente 1º de dezembro de 2014, dia em que membros do CNMP estiveram inspecionando as Promotorias de Justiça de Açailândia. De fato, o TAC fora celebrado na data referida e, logo em seguida, o procedimento fora arquivado, com o alcance da finalidade a que se propunha. O Membro entendeu que seria desproposado converter a NF em outro procedimento, já que, em audiência extrajudicial realizada para instruir o feito, as partes reclamadas sinalizaram a vontade de, de imediato, pactuar-se um ajustamento de condutas através do termo competente, o que efetivamente acontecera, após o que o procedimento fora devidamente arquivado. 2. Apresentou a a relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais existentes, com as respectivas datas de protocolo, autuação e última movimentação. 3. Por último, apresentou a relação de processos judiciais hoje existentes na 5ª Promotoria de Justiça de Açailândia.

#### 14.25. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AÇAILÂNDIA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua nos processos criminais da 1ª Vara Criminal, com exceção dos referentes à Lei Maria da Penha. Resolução nº 03/2012.
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	SANDRA FAGUNDES GARCIA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro assumiu o órgão em 02/07/2013; não reside na comarca de lotação, mas em Imperatriz, com autorização da PGJ, por motivos familiares, sua residência fica aproximadamente 67 km da comarca; nos últimos 6 meses participou do curso de atualização em Direito Eleitoral, promovido pela AMPEM em parceria com a ESMP/MA, em agosto de 2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; exerce, cumulativamente, funções eleitorais junto à Zona Eleitoral de Arame; nos últimos 6 meses recebeu colaboração na atuação no Plenário do Júri e afastou-se das atividades em razão de férias (junho de 2014); cumpre expediente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor Jurídico com exclusividade e servidores outros que prestam serviços para todos os 6 Promotores de Justiça lotados na Camarca.
Estrutura física	Em boas condições gerais.
Sistema de Arquivo	Sistema físico por meio de pastas

Sistema de Registro	Registro físico por meio de livros											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São revertidos em favor de entidades assistenciais.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3.000.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									0			

Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	12
	Estabelecimentos prisionais:	12
	Centros de internamentos provisórios:	0
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os processos criminais da 1ª Vara Criminal, com exceção dos referentes à Lei Maria da Penha.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado avalia ser necessária a criação de mais uma promotoria de justiça criminal na Comarca de Açailândia, destacando que só o Município de Açailândia possuiu 106.000 habitantes.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

**14.25. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia apresentou relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, certidões judiciais e administrativas, informando que na data de hoje não existem processos judiciais com vistas ao Ministério Público, bem como não existem procedimentos extrajudiciais em andamento nesta Promotoria, bem como relatórios de inventário do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público, confirmando tais informações (conforme arquivo digital enviado à Corregedoria Nacional).

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO LISBOA



### 14.26. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO LISBOA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficia nos feitos da 2ª Vara Judiciária não afetos a órgãos de execução, com atribuição específica na defesa do meio ambiente, defesa da criança e do adolescente (Lei 8.069/90), defesa dos idosos e dos portadores de necessidades especiais, defesa da educação, defesa da mulher (Lei 11.340/2006) e cumprimento das precatórias ministeriais versando matéria cível não afeta a órgão de execução específico (art. 6º, II, Resolução nº 002/2012 – CPMP/MA).
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	MARIA JOSÉ LOPES CORRÊA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 12/11/2007, não reside na comarca de lotação, mas em Imperatriz, por questões familiares, distante apenas 12 km da sede da PJ, com autorização da PGJ (Portaria nº 014/2014-GPGJ); nos últimos 6 meses participou do curso de atualização em Direito Ambiental; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª Promotoria de Justiça de João Lisboa; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades para participar em curso de atualização na área ambiental; cumpre expediente das 8h30min às 17h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor de promotor, 1 técnico administrativo e 1 técnico em execução de mandados, sendo que os dois últimos são compartilhados com a 1ª Promotoria de Justiça.											
Estrutura física	Em boas condições gerais. Imóvel cedido pelo Estado do Maranhão.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas)											
Sistema de Registro	Sistema físico pastas e livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os recursos oriundos de TAC são direcionados aos respectivos fundos previstos na legislação correlata. Os decorrentes de transações penais são destinados a entidades assistenciais da Comarca.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.113 processos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5 feitos.												
Obs.: A Promotora oficia também em aproximadamente 60 (sessenta) processos cíveis e criminais na comarca de Senador La Roque, por delegação, em razão de declaração de impedimento do titular da promotoria de justiça daquela comarca.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	21	0	0	37	15	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	9	1	53	15	21	27	4	13	9	55	7	21
Impulsionados no mês	33	1	16	30	36	27	4	13	9	55	7	21
Saldo do mês	0	0	37	15	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	52
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao TJ	0	0	7	0	0	0	0	0	0	1	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	0	3	2	1	0	0	0	6	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	1	0	0	0	0	0	5	0	1	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	6	2	0	4	0	1	1	0	9	7	2	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	1	0	0	1	1	2	1	1	0
Arquivamento com Remessa	0	0	2	1	0	2	3	0	11	0	2	0
Termos de Depoimento	1	0	4	4	5	0	10	0	7	2	7	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Atendimento ao público	8	17	9	19	26	26	15	15	37	32	15	47



EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										★★	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										★★	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											2	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										4	
	Estabelecimentos prisionais:										4	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										0	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado (não há estabelecimentos desta natureza na Comarca)	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado (não há estabelecimentos desta natureza na Comarca)	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado (não há estabelecimentos desta natureza na Comarca)	
	Fundações:										Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe todos os processos cíveis em tramitação na 2ªVara de João Lisboa, em que há intervenção do MP, bem como aqueles em tramitação perante qualquer das varas judiciais da Comarca relacionados à defesa do meio ambiente, defesa da criança e do adolescente (Lei 8.069/90), defesa dos idosos e dos portadores de necessidades especiais, defesa da educação, defesa da mulher (Lei 11.340/2006).												
Obs.: ★★Não possui controle.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0

Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	3	31	20	29	20	40	17	27	27	32	11	14
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	3	31	13	36	20	40	17	27	27	32	11	14
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	4	6	11	8	7	5	0	2	1	47
Sessões do Tribunal do Júri	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	7	8	2	7	3	1	8	3	10	1	6	4
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Denúncias oferecidas	1	5	4	5	11	10	4	6	5	14	2	5
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	2	8	0	14	0	7	0	11	14	0	21

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	4
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os processos criminais em tramitação na 2ª Vara de João Lisboa, bem como aqueles em tramitação perante qualquer das varas judiciais da Comarca relacionados à defesa do meio ambiente, defesa da criança e do adolescente (Lei 8.069/90), defesa dos idosos e dos portadores de necessidades especiais, defesa da educação e defesa da mulher (Lei 11.340/2006).

INFÂNCIA E JUVENTUDE												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): aproximadamente 1.200 processos (cíveis, criminais e de Juizados).												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 05 feitos.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)										**	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										**	
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										**	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										Prejudicado	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:												0
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)												2
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento (últimos 12 meses)												0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:											4
	Centros de internamentos provisórios:											1 (na cidade de Imperatriz).
	Entidade de acolhimento provisório:											30
	Outras unidades de atendimento:											0
	Estabelecimentos de saúde:											0
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:												0
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições												4
Obs.: **Não possui controle.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (ATO INFRACIONAL)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Impulsionados no mês:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Saldo do mês atual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Arquivamentos e Remissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Representações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências de Apresentação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:											0
	Com vista há mais de 6 meses:											0
	Com vista há mais de 12 meses:											0
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:											0
	Com vista há mais de 6 meses:											0
	Com vista há mais de 12 meses:											0
Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:											0
	Com vista há mais de 6 meses:											0
	Com vista há mais de 12 meses:											0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:											Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:											Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:											Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												2
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:											4
	Unidades de Internação:											1 (na cidade de Imperatriz).
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe todos os feitos relacionados à defesa da infância e da juventude, em tramitação junto às 02 (duas) varas judiciais da Comarca.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Espera que o CNMP fixe critérios para aferição de merecimento; 2) Também pleiteia que o CNMP encampe um movimento visando defender que a escolha do Procurador-Geral de Justiça seja feita em eleição interna do MP, sem intervenção externa.												

EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
1) Frequentes palestras nas escolas sobre assuntos variados, como drogas, paternidade responsável, bullying, poluição sonora, funções do Ministério Público, corrupção eleitoral, voto consciente; 2) Projeto "O Nome do Pai", que visa o reconhecimento da paternidade de todas as pessoas ainda sem tal reconhecimento; 3) Fase de elaboração do Projeto "Leitura e consciência política: necessidades ancestrais", com o objetivo de incentivar a boa leitura a toda a rede de alunos do ensino médio e, aliado a isto, que essa leitura proporcione conhecimento da realidade política brasileira e da necessidade de mudança.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	SEM REGISTRO	16/11/2014	Irregular. Trata-se de ofício nº 344/2014 – DIR/PJ/MA, datado de 16.11.2014, oriundo da Direção das Promotorias de Justiça de Imperatriz encaminhando cópia dos Inquéritos Policiais nºs 112/2014 e 127/2014 instaurados pela Polícia Civil a fim de apurar "as circunstâncias de conflitos agrários ocorridos na área de Fazenda Graciosa, além de outros documentos referentes ao caso.
Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares;			
OBSERVAÇÕES			
Chamou a atenção da equipe de inspeção a inexistência de PICs, ICs e PPs em tramitação na promotoria de justiça.			

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA

14.27. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 1ª. Vara judiciária não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa do patrimônio público e da probidade administrativa; defesa da ordem tributária e econômica; curadoria de massas falidas. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, mas apenas nos crimes de responsabilidade do Decreto-Lei nº 201/1967.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	ROMERO LUCAS RANGEL PICCOLI
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/09/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente diariamente, das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessora e 1 Estagiário.
Estrutura física	Espaço insuficiente.
Sistema de Arquivo	Sistema físico.
Sistema de Registro	Meio físico – pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos no MPMA.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? O Promotor se encontra em exercício desde 02 de setembro de 2014, sendo que ainda não houve recursos da espécie. Há livro de registro de termos de ajustamento de conduta.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 12.876.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	0	-	-	0	0	0	-	4	1	0
Distribuídos no mês	-	13	-	-	22	13	12	-	-	10	3	6
Impulsionados no mês	2	13	12	16	22	13	12	24	10	13	4	6
Saldo do mês	-	0	-	-	0	0	0	-	-	1	0	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Obs.: O Promotor de Justiça entrou em exercício nesta Promotoria no dia 02 de setembro de 2014, sendo que os dados referentes a período anterior refletem apenas informações constantes nos registros encontrados por ele neste órgão e/ou em relatórios estatísticos. O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	3	2	-	2	7	-	-	-	-	1	10	14
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	2	1	-	3	-	1	-	-	-	-	4
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	4	-	-	-	-	-	-	-	0	0	3
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	10
Arquivamento com Remessa	5	5	-	1	1	-	-	-	-	0	0	3
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	4	-	1	2	2	5
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Atendimento ao público	3	5	1	3	2	7	-	-	1	3	3	9
Obs.: No que diz respeito à distribuição de notícias de fato, ao entrar em exercício nesta Promotoria, aos 02 de setembro de 2014, o Promotor de Justiça se deparou com procedimentos designados como Peças de Informação, todos registrados em livro próprio e numerados. Por não corresponder a uma das alcunhas constantes da tabela unificada do CNMP, após análise individualizada, tem-se convertido um a um desses procedimentos, respeitando-se a atual nomenclatura.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										136	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										61	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Não foi possível informar, conforme informação repassada pela Secretaria da Vara Judicial.	
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	



Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	12
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	33
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	3
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	20
	Em tramitação há mais de 90 dias;	2
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente todos os feitos da 1ª Vara Judicial de Caxias (cíveis). Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição (salvo em caso de dúvida no encaminhamento). Há na 1ª PJ livros de recebimento de ofícios, requisições e outros; de entrada de processos; e de atendimento ao público.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	1	1	-	4	3	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	1	1	-	4	3	-	-	-	-	-	1	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: Com exceção dos crimes de responsabilidade do Decreto-Lei n. 201/67, de acordo com o inspecionado, esta unidade ministerial não possui atribuição criminal. Optou-se, então, por consignar o numeral "0" ao invés do símbolo "-" relativamente aos dados do mês de novembro de 2014, tendo em vista que foram mencionadas atuações criminais em meses anteriores nesta promotoria de justiça, a fim de facilitar a compreensão e não causar confusão desnecessária.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	Prejudicado
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Com a implantação do SIMP, a distribuição é feita pelo próprio sistema.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Há necessidade de que o Ministério Público providencie um novo prédio, ou reforme o atual, para atender a chegada, no dia 02 de setembro de 2014, de dois novos Promotores de Justiça, sendo que as salas atuais não comportam os Promotores e Assessores; 2) Melhorar a estrutura da unidade ministerial, que conta com apenas um computador e uma impressora, e o inspecionado, por vezes, tem que revezar sua utilização com a assessora; 3) Necessidade de um técnico específico para secretariar os feitos da promotoria de justiça; 4) Necessidade da implantação de um sistema informatizado de registro e arquivo de peças e informações.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) Foi informado pelo PJ inspecionado que os "Procedimentos administrativos" são instaurados com a finalidade de fiscalizar a execução de convênio, sempre que não houver indícios de atos ilícitos. Como exemplos podem ser citados, entre outros: PA n.º 020/2014 (acompanhar a execução dos convênios n.ºs 402/2005, 554/2005 e 077/2011); PA n.º 019/2014 (acompanhar a execução do convênio n.º 137/2007); PA n.º 014/2014 (acompanhar a execução do convênio n.º 050-CV//2012); PA n.º 013/2014 (acompanhar a execução do convênio n.º 049-CV//2012); PA n.º 012/2014 (acompanhar a execução do convênio n.º 048-CV/2012);		
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

**14.27.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Romero Lucas Rangel Piccoli informou que, nos termos da Resolução n.º 10/2012 do E. Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão, não havia expressa previsão de atribuição criminal, limitando-se esta aos feitos correlatos, e.g., os crimes de responsabilidade do Decreto-Lei n.º 201/67. Hoje, com a resolução n.º 27/2015 do E. CPMP a matéria está regulamentada, com expressa previsão de que cabe às Promotorias de Defesa

do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa “Conhecer dos fatos atentatórios ao dever de probidade administrativa e dos lesivos ao patrimônio público praticados por agentes públicos e demais sujeitos às disposições da Lei nº 8.429/92 (artigos 2º e 3º), objetos de representações, inquéritos e notícias de fato, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis e penais públicas, bem como officiar nas ações coletivas de terceiros de igual natureza. Conhecer das precatórias ministeriais versando matéria da especialidade, providenciando o seu cumprimento”. Nesse sentido, a menção a atuação criminal em meses anteriores a novembro de 2014, constante da estatística do órgão – criminal (judicial e extrajudicial) informada por este membro, foi colhida dos mapas estatísticos passados, tendo este membro subscritor entrado em exercício neste órgão apenas aos 02/09/2014. A despeito de os processos e procedimentos analisados estarem com trâmite regular, duas observações foram feitas. No que diz respeito à primeira observação constante do citado relatório, instaura-se procedimento administrativo para acompanhamento de fiscalização, de fato e de política pública não sujeitos a inquérito civil (a princípio), e que não tenha o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico, sendo o caso do acompanhamento da execução de convênios apenas uma hipótese bastante frequente. No que diz respeito ao não relato de experiências inovadoras por parte do membro, declarou que se deveu ao fato do curto espaço de tempo em que assumira a 1ª Promotoria de Justiça de Caxias, inobstante procurar levar a cabo as práticas orientadas pela instituição, à luz inclusive das orientações do CAOP-Proad, sendo, até mesmo, a fiscalização da correta execução de convênios uma dessas práticas.

**14.27.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que se encontra em tramitação processo Administrativo que trata da reforma e locação de nova unidade de Caxias, estando em fase de exame jurídico. A estrutura das Promotorias de Caxias, em especial da promotoria de justiça inspecionada, quanto a computadores e impressoras é a de que cada unidade possui uma estação de trabalho com computador e impressora e scanner, e os assessores também, conforme Ato Regulamentar nº 04/2012-GPGJ, de 16 de fevereiro de 2012, desta forma, no caso específico falta espaço físico para melhorar o ambiente de trabalho, fato que está sendo examinado pela Administração Superior. Foi implantado o Sistema SIMP em Caxias no dia 23 de fevereiro de 2015, sistema este integrado entre as promotorias de justiça com o fim registrar, acompanhar e controlar a entrada e saída dos processos administrativos e judiciais.

14.28. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 2ª Vara Judicial de Caxias/MA não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa do meio ambiente; fiscalização de fundações e entidades de interesse social; curadoria de registros públicos. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme descrito acima	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim, excepcionalmente, caso tenha conexão ou vinculação fática com alguma investigação de alguma das atribuições originárias da unidade ministerial inspecionada.	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim, nos mesmos moldes do que é feito para os casos de improbidade administrativa.	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	VICENTE GILDÁSIO LEITE JUNIOR
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 29/04/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (julho/2014); cumpre expediente das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.

Estrutura de Pessoal	1 Assessor e 1 Estagiário.
Estrutura física	Uma sede própria, onde estão a sede administrativa das secretarias e os gabinetes dos promotores de justiça.
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas).
Sistema de Registro	Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gerência de recursos, mas envio ao fundo de direitos difusos e coletivos (art. 13, Lei 7.347/85).

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª.Vara Judicial de Caxias: 12.876 e 2ª.Vara Judicial de Caxias: 4.267.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Impulsionados no mês	3	54		36	24		11	0	43	19	49	33
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Audiências realizadas	-	-	4	4	-	24	2	0	-	9	1	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: Relata o inspecionado que os espaços em branco deixados neste item assim ficaram porque, ao assumir a unidade ministerial em abril deste ano, não conseguiu mais estabelecer contato com o colega anterior, que pediu exoneração e assumiu o cargo de promotor de justiça no Rio Grande do Sul. O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8	3
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	14	5
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	7	-	2	1	-	-	-	-	1	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	1	12	6	1	11	14		22	15	7	1

Obs.: Este promotor de justiça entrou em exercício nesta promotoria de justiça em 29 de abril de 2014. Ao entrar em exercício fora verificado a existência de inúmeros procedimentos sob a nomenclatura de "peças de informação". Todos estes procedimentos constam em livro próprio, com numeração própria. Entretanto, por tal nomenclatura não está adequada a normatização do CNMP, estão sendo convertidos, tais procedimentos, em inquéritos civis ou procedimentos administrativos. Relata o inspecionado que os espaços em branco deixados neste item assim ficaram porque, ao assumir a unidade ministerial em abril deste ano, não conseguiu mais estabelecer contato com o colega anterior, que pediu exoneração e assumiu o cargo de promotor de justiça no Rio Grande do Sul. O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										0	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										2	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										10	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											1	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:											0	
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente todos os feitos da 2ª.Vara Judicial de Caxias (cíveis e criminais), e recebe também feitos da 1ª.Vara Judicial de Caxias, caso tenha atribuição para atuar. Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	5	39	68	28	45	104	13	70	51	32	20	42
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	12	5		24	28	10	17
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	2	14	5	3	0	7
Denúncias oferecidas		25	35	11	16	0	7	12	19	13	8	9
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3

Obs.: Relata o inspecionado que os espaços em branco deixados neste item assim ficaram porque, ao assumir a unidade ministerial em abril deste ano, não conseguiu mais estabelecer contato com o colega anterior, que pediu exoneração e assumiu o cargo de promotor de justiça no Rio Grande do Sul. O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de novembro de 2014, com exceção do campo saldo do mês anterior Novembro/2014, que segue em branco, pela falta dos dados por parte do inspecionado. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente todos os feitos da 2ª. Vara Judicial de Caxias (cíveis e criminais). Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Necessidade de se estruturar a 1ª. e a 4ª. Promotorias de Justiça de Caxias, com equipes de trabalho, visto que foram criados pela PGJ-MPMA somente novas unidades ministeriais com o cargo dos promotores respectivos, sem a instrumentalização da equipe de apoio, o que tem gerado transtornos em razão do volume de serviço e da falta de equipe para dar a vazão necessária; 2) Seja feita pela PGJ a descentralização dos cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista o volume de serviços e a distância entre Caxias e a capital; 3) Que a PGJ adote medidas para qualificar melhor os servidores para realização das funções cotidianas, especificamente para acompanhamento dos procedimentos internos; 4) Seja feita a regulamentação para todas as unidades do MP-MA do trâmite dos procedimentos internos do Ministério Público, regulamentando a normativa já definida pelo CNMP e eventuais lacunas que não tenham previsão expressa; 5) Melhorar o sistema de remessa de dados das promotorias de justiça para a corregedoria, passando necessariamente pela criação de um sistema de registro virtual de feitos; 6) Seja fornecido pela PGJ-MPMA um detector de metais para maior segurança de quem trabalha na sede do MP em Caxias; 7) necessidade de um melhor aparelhamento das equipes das promotorias de justiça, em especial um técnico ambiental, um psicólogo, um analista contábil etc.



EXPERIÊNCIAS INOVADORAS
1) Projeto de combate à criação de búfalos na Baixa Maranhense, em virtude da poluição ambiental dos campos inundáveis da baixada; 2) Realização de inspeção em escolas públicas de Codó.
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
OBSERVAÇÕES
1) A Promotoria de Justiça inspecionada conta com 10 ICP's e 2 NF's; 2) Todos os ICP's inspecionados foram instaurados no ano de 2014, encontrando-se com prazo regular. Igualmente, as NF's estão com prazos em dia. Dos ICP's analisados, há 3 que já constam com promoção de arquivamento, pendentes de cientificação das partes interessadas; 3) A Promotoria de Justiça comporta os municípios de Caxias, São João do Soter e Aldeias Altas; 4) Não foram observados procedimentos referentes aos municípios de São João do Soter e Aldeias Altas; 5) Destaca-se o ICP n.º 10/2014, instaurado, especificamente, para apurar o acompanhamento de cumprimento das condições de um TAC firmado em relação à construção de um posto de combustíveis. Percebe-se, pois, que o ICP foi utilizado com a finalidade de acompanhamento de condições de TAC; 6) Fora informado pelo Promotor de Justiça inspecionado que apenas recentemente passou-se a observar a taxonomia do CNMP e, em razão desse fato, "procedimentos" antigos, outrora denominadas "peças de informação", foram convertidos em ICP; 7) Mesmo havendo atribuição criminal, não há PIC em tramitação no órgão inspecionado; 8) Restou informado que em razão de um acordo interno entre os membros, o órgão inspecionado possui atribuição para atuar na defesa de patrimônio público em assuntos vinculados às matérias de meio ambiente e fundações; 9) Por fim, ressalta-se que observou-se a reduzida demanda extrajudicial da Promotoria de Justiça inspecionada.

**14.28.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Vicente Gildásio Leite Júnior esclareceu que optou por destacar os pontos do Relatório Preliminar que mereciam melhores esclarecimentos e sobre eles teceu as seguintes considerações. 1) Da linha sucessória da 2ª Promotoria de Justiça de Caxias: A 2ª Promotoria de Justiça foi titularizada pelo Promotor de Justiça Cláudio Rabel Alencar, até dezembro de 2013, quando foi promovido para entrância final. De dezembro de 2013 a 29/04/2014 a promotoria estava em situação de vacância. Em 29/04/2014 o membro inspecionado foi removido, por merecimento, onde está até hoje. Em julho de 2014, em razão de suas férias, foi substituído pelo promotor de Justiça de Timbiras/MA. Esclareceu que tais informações são necessárias, a medida em que, constou no termo de Inspeção a seguinte observação: "Relata o inspecionado que os espaços em branco deixados neste item assim ficaram porque, ao assumir a unidade ministerial em abril deste ano, não conseguiu mais estabelecer contato com o colega anterior, que pediu exoneração e assumiu o cargo de promotor de justiça no Rio Grande do Sul." Porém, segundo suas explicações, quando prestou esta informação, referiu-se, exclusivamente, aos dados dos meses de julho de 2014 (no qual, os poucos campos preenchidos tiveram por fonte os livros da promotoria e o antigo sistema de protocolo da secretaria de distribuição) e agosto de 2014 e não a todo período pretérito, posto que o referido Promotor de Justiça apenas respondeu pela 2ª Promotoria de Justiça durante este interstício (julho de 2014). Relatou que os espaços em branco constantes no Termo de Inspeção tiveram como causa a não virtualização do sistema de protocolo que naquela época era manuscrito, razão pela qual as informações prestadas tiveram por base os dados estatísticos que, mensalmente o técnico ministerial da unidade colhia e enviava à Corregedoria Geral do MP/MA. Explicou que tais dados formam um mapa mensal com a movimentação judicial e extrajudicial da Promotoria de Justiça, sem, contudo, conter os campos saldo do mês anterior, saldo do mês e impulsionados no mês. Por fim apresentou os dados e correções inseridos no Termo de inspeção, juntados aos autos da Corregedoria Nacional (fls. 529 a 540, Anexo II, Volume III). Quanto a observação de que apenas recentemente passou a observar a taxonomia do CNMP, esclareceu que ao assumir o órgão, encontrou inúmeros procedimentos com nomenclatura "peças de informação", sendo que, atualmente, todos foram convertidos em procedimentos com a taxonomia utilizada pelo CNMP. Em relação a ausência de tramitação de PIC, informou que, quando vislumbra indícios mínimos de crimes, providencia, incontinenti, a requisição de instauração de Inquérito Policial para apurar o fato, sem prejuízo de proceder a investigação criminal, quando necessária. Sobre a observação: "Restou informado que em razão de um acordo interno entre os membros, o órgão inspecionado possui atribuição para atuar na defesa de patrimônio público em assuntos vinculados às matérias de meio ambiente e fundações", esclareceu que referido "acordo" nada mais foi do que uma interpretação dada a Resolução 10/2012 – CPMP (ato norma-

tivo regulatório das atribuições das promotorias de justiça da comarca de Caxias/MA). Tal interpretação ara adotada, via de regra, em conflito de atribuições dirimidos pela procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão. Ressaltou que, atualmente, esta interpretação foi adotada e normatizada pelo Colégio de Procuradores. Por fim, com relação à observação de reduzida demanda extrajudicial, aduziu que ajuizou 32 Ações Cíveis Públicas entre 20/04/2014 e 13/02/2015, duas desta por ato de improbidade administrativa, sendo todas oriundas de demandas extrajudiciais. Apresentou relação contendo as referidas Ações Cíveis Públicas e dos procedimentos extrajudiciais em trâmite, bem como os procedimentos judiciais com vistas no dia 28/05/2015.

**14.28.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que se encontra em tramitação Processo Administrativo n.º 1768 AD/2015 que trata da reforma e locação de nova unidade de Caxias, estando em fase de exame jurídico. A estrutura das Promotorias de Caxias, em especial da promotoria de justiça inspecionada, quanto a computadores e impressoras é a de que cada unidade possui uma estação de trabalho com computador e impressora e scanner, e os assessores também, desta forma, no caso específico falta espaço físico para melhorar o ambiente de trabalho, fato que está sendo examinado pela Administração Superior. Foi implantado o Sistema SIMP em Caxias no dia 23 de fevereiro de 2015, sistema este integrado entre as promotorias de justiça com o fim registrar, acompanhar e controlar a entrada e saída dos processos administrativos e judiciais. Esclareceu, ainda, que foi editado o Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014 – GPGJ/CGMP, de 25 de novembro de 2014 que consolida e regulamenta normas do conselho nacional do ministério público e do colégio de procuradores de justiça do estado do maranhão, determinando a uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas submetidas diretamente ao ministério público estadual, e dá outras providências. Quanto aos cursos da Escola Superior do Ministério Público e os Programas Institucionais são descentralizados, tendo sido realizados na Regional de Caxias e Timon os cursos e eventos institucionais apresentados. Salientou que a Escola Superior tem solicitado constantemente aos membros e servidores as indicações para cursos na regional.

14.29. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 3ª. Vara Judiciária não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência; exercer o controle externo da atividade policial militar, sem prejuízo do controle difuso exercido por quaisquer dos Promotores de Justiça da comarca sobre fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, conforme explicitado acima
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim, quando há conexão
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Não
TITULAR	EDILSON SANTANA DE SOUSA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/03/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (junho/2014); cumpre expediente das 8h às 17h, exceto nos horários em que ocorrem as audiências diárias.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor, 1 Estagiária e 1 Técnica, que também atende à 5ª Promotoria de Justiça.
Estrutura física	Uma sede própria, onde estão a sede administrativa das secretarias e os gabinetes dos promotores de justiça.

Sistema de Arquivo	Sistema físico, em pastas.											
Sistema de Registro	Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não gere recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3ª Vara Judicial de Caxias: 1.166.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	24	-	-	23	-	3		2	2
Distribuídos no mês	2	1	3	-	-	-	-	-	3	1	4	3
Impulsionados no mês	32	42	103	116	30	48	74	71	46	60	54	52
Saldo do mês	-	-	24	-	-	23	-	3			2	1
Audiências realizadas	22	10	25	29	30	21	12	22	18	20	18	20
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Obs.: O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4	9
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	4	1
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	7	15	13	13	12	2	3	7	11	14	8	9
Obs.: O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário									Improbidade administrativa		0	
									ACP/ações coletivas (exceto improbidade)		4	
									Ações para a defesa de direito individual indisponível		1	
Processos cíveis – custos legis									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP									Com vista há mais de 30 dias:		0	
									Com vista há mais de 6 meses:		0	
									Com vista há mais de 12 meses:		0	

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	7
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	1
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	3
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	5
	Estabelecimentos de deficientes:	0
	Estabelecimentos de Saúde:	0
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente todos os feitos da 3ª Vara Judicial de Caxias (cíveis). Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição (salvo em caso de dúvida no encaminhamento).

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	26	2	2	25	-	6	-	-	5
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	2	1	3	-	-	-	-	-	4	3	8	24
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	32	42	103	116	30	48	74	71	46	60	54	70
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	24	-	-	23	-	3	3	-	1	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	13	7	25	12	30	21	13	22	18	20	18	20
Sessões do Tribunal do Júri	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	5
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	1	-	1	-	2	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	11	11	7	8	5	4	4	12	8	10	12	5
Arquivamentos de IP/PIC	2	5	26	11	3	3	8	4	5	2	3	8
Denúncias oferecidas	12	7	21	19	5	5	34	16	8	18	13	12
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	7	15	13	13	12	2	3	7	11	14	8	9

Obs.: O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:		Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:		Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:		Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:		0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):		0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):		0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:		Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:		Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:		Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente todos os feitos da 3ª Vara Judicial de Caxias (cíveis). Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição (salvo em caso de dúvida no encaminhamento).			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugeriu a criação de função administrativa de direção geral, para cuidar de material, gestão de pessoas, patrimônio e distribuição, subordinado ao Diretor de Promotorias.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatado o Concurso Literário nas eleições de 2004 e 2008 para convidar as pessoas para discutir o "valor do voto".			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
NF	004/2014	03/10/2014	Acompanhar situação de vulnerabilidade de pessoa idosa: O procedimento apura situação recebida no Órgão em abril de 2014. IRREGULAR
OBSERVAÇÕES			
1) Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares; 2) Foi informado que o Órgão inspecionado possui, em razão de acordo com os demais colegas, atribuição em matéria de defesa de patrimônio público, sempre que haja conexão com as atribuições de regência; 3) Restou observado que a atuação extrajudicial é reduzida, com a existência de 03 (três) ICP's e 08 (oito) NF's, em que pese a existência de três municípios sob a égide da Promotoria de Justiça inspecionada (Caxias, São João do Soter e Aldeias Altas); 4) Diversamente do que já fora constatado em PJs já inspecionadas, a 3ª PJ não utiliza a figura do "Procedimento administrativo" para instrumentalizar apurações de atos ilícitos inerentes à respectiva atribuição.			

**14.29.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O membro inspecionado, Promotor de Justiça Edilson Santana de Souza\*, em sua manifestação esclareceu, que o mencionado “acordo” relativo ao exercício de atribuições deve ser interpretado como consenso na interpretação da Resolução 10/12, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, chancelada pelo Conselho Superior da Instituição. Hoje, com a Resolução 27/2015, a matéria está pacificada. Relatou que, analisando o conteúdo da Resolução 23/2007 CNMP, o signatário entendeu necessário instaurar procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar a execução de medidas requisitadas. (Portaria nº 004/2015-3ª PJ Caxias e Portaria nº 005/2015-3ª PJ Caxias). Esclareceu, ainda, que esteve de férias no período de 25/02/2015 a 10/05/2015, e ao retornar passou a contar com a ferramenta do SIMP para registro de atividades. Apesar da limitação de meios e a intensa rotina de audiências – diariamente pela manhã e pela tarde – a partir deste mês a equipe da Unidade de Execução estará completamente adaptada à nova sistemática. Apresentou rol contendo os procedimentos administrativos e processos judiciais em trâmite no órgão.

14.30. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 4ª. Vara Judiciária não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa da saúde; cumprimento das precatórias ministeriais versando matéria cível não afeta a órgão de execução com atribuição específica; oficiar nas habilitações de casamento. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.										
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme explicitado acima.												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não												
TITULAR		WILLIAMS SILVA DE PAIVA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/09/2014 (Ato nº 505/2014 GPGJ/MA); reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do curso ministrado pelo MPMA sobre política nacional de resíduos sólidos, realizado em São Luís, em agosto/2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Diariamente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h.										
Estrutura de Pessoal		Lotação de uma técnica ministerial que secretaria os trabalhos da 4ª e 6ª PJ Caxias e uma assessora de Promotor.										
Estrutura física		Imóvel próprio.										
Sistema de Arquivo		Meio físico – pastas e caixas de arquivo.										
Sistema de Registro		Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Durante a titularidade neste órgão não houve recursos desta natureza, contudo caso haja serão recebidos no protocolo geral desta Comarca e processados com registro no Livro respectivo destinado ao registro do Procedimento Principal, com encaminhamento ao Órgão Superior, se for o caso.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª. Vara Judicial de Caxias: 12.876 e 4ª. Vara Judicial de Caxias: 2.277, conforme certidão da Secretaria Judicial.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	7	9



Distribuídos no mês	91		55	52	72					130	67	86
Impulsionados no mês	112		29	78	72		64	84	90	123	65	91
Saldo do mês			26		6					7	9	4
Audiências realizadas	39		26	41	47		21	30	38	76	37	66
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0

Obs.: O membro subscritor, ora informante, entrou em exercício nesta Promotoria no dia 02/09/2014 (Ato n. 505/2014 GPGJ MA), razão pela qual presta as informações relativas ao período em que está à frente desta Promotoria de Justiça com base nos seus arquivos e, quanto ao período precedente, com base nos relatórios estatísticos constantes dos arquivos desta Promotoria, não restando possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos, razão pela qual alguns espaços seguem sem preenchimento. O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção, à vista, ainda, da observação acima.

#### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	12
TAC firmado	-	-	-	1	1	-	-	-	-	0	0	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	2
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	3
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	2
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	5
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	2
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	0
Atendimento ao público	9	-	4	9	14	-	-	8	-	0	14	12

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	0
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	5
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	8
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0

Procedimentos Administrativos		Em tramitação há menos de 90 dias;	16
		Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:			0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			5
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:			0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):			0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:	0	
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:	1	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0	
Fundações:		Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 1ª. e da 4ª.Varas Judiciais de Caxias, de acordo com sua atribuição (1ª.Vara, defesa do direito da saúde; 4ª.Vara, feitos atinentes a direito de família). Quanto à atuação extrajudicial, as notícias respectivas são recebidas pela Secretaria das Promotorias de Justiça de Caxias e encaminhadas para a unidade ministerial do inspecionado conforme atribuição, sem passar previamente pela Coordenação Administrativa para a distribuição.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Há necessidade de que o Ministério Público providencie um novo prédio, ou reforme o atual, para atender a chegada dois novos Promotores de Justiça, sendo que as salas atuais não comportam os Promotores e Assessores; 2) Necessidade de um técnico específico para secretariar os feitos da promotoria de justiça; 3) Necessidade da implantação de um sistema informatizado de registro e arquivo de peças e informações; 4) Efetuar o aperfeiçoamento funcional de servidores e membros de forma regionalizada, tendo em vista a distância para a capital, ficando a sugestão de se fazer tal capacitação via online, pelo próprio endereço eletrônico do MPMA; 5) Oferta de serviços auxiliares mais complexos de modo regionalizado – regionalização dos serviços técnicos mais complexos, como analistas, contadores, peritos etc; 6) Necessidade de segurança institucional, e necessidade de se garantir a segurança de promotores e servidores; 7) Convênios com outros órgãos e entidades para eventuais trabalhos periciais, vistorias, laudos etc; 8) Regulamentação das tabelas unificadas, para que haja um código procedimental quanto aos feitos internos do Ministério Público.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatado o trabalho em conjunto do MPE do Maranhão e MPE do Piauí, DPE do Maranhão e AGU, para enfrentar o problema do não atendimento de casos de oncologia por parte dos hospitais de Teresina que atendem o SUS em razão do custo, em decorrência de um conflito intergovernamental entre Maranhão e Piauí, com a recusa de atendimento aos pacientes residentes no Maranhão.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PA	016/2014	18/11/2014	Apurar fornecimento de serviços de saúde à Sra. F. S. L.:
PA	013/2014	17/11/2014	Apurar ocorrência de acúmulo indevido de cargos de médicos.
Os demais processos e/ou procedimentos analisados encontravam-se regulares.			
OBSERVAÇÕES			
1) Constatou-se que não há a efetiva observância à taxonomia adotada pelo CNMP;			
2) Há a instauração de “procedimentos administrativos” para apurar atos ilícitos, bem como tutelar a defesa de direitos individuais relacionados à saúde. Como exemplos podem ser citados: PA n.º 016/2014 (buscar atendimento de saúde para a Sra. F. S. L.); PA n.º 013/2014 (apurar ocorrência de acúmulo indevido de cargos de médicos);			
3) Os “PA’s”, igualmente, são utilizados para acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e contratos em que não haja indícios de irregularidades (PA n.º 014/2014; PA n.º 015/2014; PA n.º 012/2014; PA n.º 011/2014; PA n.º 010/2014; PA n.º 009/2014; PA n.º 008/2014; PA n.º 007/2014; PA n.º 006/2014; PA n.º 005/2014);			
4) Foi possível constatar e reduzida demanda extrajudicial da PJ inspecionada, a teor de possuir atribuição junto aos municípios de Caxias, São João do Soter e Aldeias Altas;			
5) No geral, ao fim da inspeção em todas as PJs de Caxias, percebeu-se que não há grande divergência, em tese, entre o volume de atribuições dos membros inspecionados.			

**14.30.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Williams Silva de Paiva, em sua manifestação, esclareceu os seguintes pontos: Com relação aos processos e procedimentos analisados e tidos como irregulares, apresentou relatório contendo informações detalhadas e demonstrando sua regularidade. Com relação à taxonomia adotada pelo CNMP, asseverou que “sempre adotou a taxonomia prevista nas Re-

soluções do CNMP, conforme se depreende da fundamentação do Despacho que determinou a instauração do PA 013/2014, in verbis “[...] Assim, RATIFICO a CONVERSÃO destas Peças de Informação em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para adequação de sua autuação à política de unificação de tabelas procedimentais do CNMP (Res. 63/2010 CNMP)”. Ressaltou-se que, com o exato intuito de atender à dita norma, sugeriu, conforme item 8, do campo sugestões/observações do membro, que a Administração Superior do MP/MA procedesse a “Regulamentação das tabelas unificadas, para que haja [houvesse] um código procedimental quanto aos feitos internos do Ministério Público”, o que se deu, logo em seguida, com a edição em 25/11/2014 do, agora em vigor, Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014-GPGJ/CGMP/MA, que vem sendo estritamente observado pelo membro. Quanto aos itens 2 e 3 do campo “Observações”, esclareceu que Busca instaurar procedimento administrativo para acompanhamento de fiscalização, de fato e de política pública não sujeitos a inquérito civil (a princípio), e que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico. Já em relação ao item 4 do campo “Observações”, asseverou que entrou em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Caxias em 02/09/2014 e, em aproximadamente 01 (um) mês, instaurou e concluiu considerável número de procedimentos relativos a políticas públicas na área de saúde nos três municípios em que exerce suas atribuições, importando mencionar que procedeu ao ajuizamento, nesse período, de aproximadamente 10 (dez) Ações Cíveis Públicas. Por fim, apresentou lista contendo os procedimentos extrajudiciais e processos judiciais em trâmite no órgão.

**14.30.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que as tabelas taxonômicas foram implantadas no Maranhão em 2014, em face do atraso e cumprimento da Resolução do CNMP por parte da gestão anterior, conforme informado ao CNMP e Comissão de Planejamento do CNMP, entretanto, desde a entrada em vigor no MP/MA, em abril de 2014, todos os membros tiveram ciência e todos tem o dever de observar, salientando que em Caxias, o Sistema – SIMP foi implantado em fevereiro de 2014, e é de uso obrigatório por parte dos membros, bem como foram editados os Ato Regulamentares de n.º 04/2014 e 05/2014 que tratam e disciplinam a matéria, desde 2014, sendo de conhecimento de todos os membros.

14.31. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 5ª Vara Judicial não afetos a órgão de execução com atribuição específica; fiscalização de presídios e de casas de detenção e custódia de presos de justiça, sem prejuízo da iniciativa de ofício de quaisquer dos Promotores de Justiça da Comarca a partir de fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos; defesa da mulher na forma da Lei n. 11.340/06; promover as ações penais por crimes dolosos contra a vida praticados contra criança e adolescente, desde a investigação até o julgamento em plenário. Resolução n. 10/2012 – CP/MPMA.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, conforme explicitado acima
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	RODRIGO DE VASCONCELOS FERRO
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 28/04/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; cumula a Turma Recursal Cível e Criminal de Caxias, sendo tal atribuição estabelecida por rodízio, cumulará tal função até 18/06/2015, recebe 10% dos vencimentos pela acumulação; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 15h.

Estrutura de Pessoal	1 Assessor jurídico, 1 Estagiário e 1 técnico administrativo compartilhado com a 3ª Promotoria de Justiça.											
Estrutura física	Uma sede própria, onde estão a sede administrativa das secretarias e os gabinetes dos promotores de justiça.											
Sistema de Arquivo	Meio físico, em pastas.											
Sistema de Registro	Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Recolhidos diretamente em conta judicial.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 5ª.Vara Judicial de Caxias: 883.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Obs.: O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário							Improbidade administrativa			Prejudicado		
							ACP/ações coletivas (exceto improbidade)			0		
							Ações para a defesa de direito individual indisponível			0		
							Com vista há mais de 30 dias:			0		
							Com vista há mais de 6 meses:			0		
Processos cíveis – custos legis							Com vista há mais de 12 meses:			0		

Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	3										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0										
	Estabelecimentos prisionais:	7										
	Centros de internamentos provisórios:	3										
	Outras unidades de atendimento:	0										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:	Prejudicado											
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 5ª.Vara Judicial de Caxias (cível e criminal).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	19	60	41	40	22	21	34	153	70	81	79	83
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	19	60	41	40	22	21	34	153	70	81	72	90
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	7	3	2	-	-	11	24	41	13	49	28	44
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Arquivamentos de IP/PIC		2				1	3	4				1
Denúncias oferecidas	7	37	13	7	12	12	17	16	7	12	9	18
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	2	3	-	-	-	3	1	1	-	1	0
Obs.: O inspecionado entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção.												

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:		0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):		0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):		0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:		0
	Com vista há mais de 6 meses:		0
	Com vista há mais de 12 meses:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:		0
	Estabelecimentos prisionais:		7
	Centros de internamentos provisórios:		3
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 5ª Vara Judicial de Caxias (cível e criminal).			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Indica que seria interessante a transferência da sede do Ministério Público Estadual do local onde se encontra atualmente para a Cidade Judiciária de Caxias; 2) Observa que, enquanto não for possível tal transferência, que seja possível à PGJ locar um outro imóvel para receber ao menos parte das estruturas das Promotorias de Justiça.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
Foi relatada a atuação diferenciada nos casos de Disque 100, pautada sobretudo não apenas na instauração de procedimento investigatório policial, mas no convite à vítima e familiares para comparecerem à Promotoria, a fim de conversar a respeito do ocorrido.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PA	106AD/2009	29/10/2009	Apurar crime sexual cometido contra menor: Procedimento recebido no órgão inspecionado em 01/12/2014. Antes dessa remessa, o procedimento não recebeu movimentação - IRREGULAR
PA	23AD/2009	06/05/2009	Apurar irregularidade em associação de moradores: Procedimento recebido no órgão inspecionado em 01/12/2014. Antes dessa remessa, o procedimento não recebeu movimentação desde maio de 2009- IRREGULAR
PA	124AD/2009	19/11/2009	Apurar irregularidades na folha de pagamento do SAAE local: Procedimento recebido no órgão inspecionado em 01/12/2014. Foi juntada aos autos uma promoção de arquivamento datada de março de 2010, contudo, ainda não efetuada a cientificação da parte interessada (na verdade a peça encontra-se "solta" no interior do procedimento, sem a devida juntada e apensamento) - IRREGULAR
OBSERVAÇÕES			
1) O Promotor de Justiça inspecionado assumiu o órgão em abril de 2014; 2) A PJ possui em trâmite três "processos administrativos", recebidos na data de ontem, em razão de declínio de atribuição de outros colegas; 3) Não há outros procedimentos de natureza diversa; 4) Percebe-se que não há observância à taxonomia adotada pelo CNMP; 5) Constatou-se nas ruas da cidade de Caxias uma forte campanha de conscientização acerca da violência contra a mulher, por meio de diversos outdoors. Tal campanha é, segundo informado nos referidos outdoors, promovida pela Secretaria Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Questionado, o Promotor de Justiça inspecionado relatou não haver interlocução direta entre a PJ e referida secretaria.			



**14.31.1.MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Rodrigo de Vasconcelos Ferro\*, em sua manifestação prestou os seguintes esclarecimentos: Quanto aos dados estatísticos a respeito dos campos não informados no termo de inspeção (“Estatística do Órgão – Cível – Processos Judiciais”, de dez/13 a out/14), informou que os campos em questão deixaram de ser preenchidos em virtude de a 5ª Promotoria de Justiça de Caxias oficial perante uma Vara Criminal, não atuando em processos judiciais cíveis. Quanto aos processos e procedimentos examinados, em situação classificada como irregular (PA 106AD/2009, 23AD/2009 e 124AD/2009), cabe esclarecer: a) Consoante observado no Relatório Preliminar, os três “processos administrativos” em questão foram recebidos na 5ª Promotoria de Justiça na véspera da inspeção, encaminhados pelo Diretor das Promotorias no dia 01/12/2014 em razão de declínio de atribuição de outros colegas; b) O PA 106AD/2009, instaurado para apurar crime sexual cometido contra menor, foi devidamente autuado no dia 11/12/2014 em conformidade com a taxonomia adotada pelo CNMP (Notícia de Fato nº 002/2014), recebendo o encaminhamento devido através da requisição de abertura de inquérito policial e comunicação do fato à unidade ministerial com atribuição na defesa da infância e juventude, após o que a notícia de fato foi arquivada, com baixa no livro correspondente; c) O PA 23AD/2009, cujo objeto foi equivocadamente descrito no Relatório Preliminar como sendo a apuração de irregularidade em associação de moradores, matéria que sequer seria de atribuição da 5ª Promotoria, tratava, na verdade, de crime de abuso de autoridade praticado por policial militar, matéria igualmente alheia às atribuições desta unidade, o que ensejou a devolução do procedimento em questão ao Diretor das Promotorias no dia 11/12/2014, através do ofício nº 054/2014-5ª PJCaxias, para que fosse providenciada a redistribuição dos autos à Promotoria com atribuição para oficial naquele procedimento; d) O PA 124AD/2009, cujo objeto foi equivocadamente descrito no Relatório Preliminar como sendo a apuração de irregularidades na folha de pagamento do SAAE, matéria que sequer seria de atribuição da 5ª Promotoria, tratava, na verdade, de crime contra a honra praticado por advogado, matéria igualmente alheia às atribuições da unidade, o que ensejou a devolução do procedimento em questão ao Diretor das Promotorias no dia 11/12/2014, através do ofício nº 054/2014, para que fosse providenciada a redistribuição dos autos à Promotoria com atribuição para oficial naquele procedimento. Quanto à inobservância à taxonomia adotada pelo CNMP, apontada nas observações do Relatório Preliminar, pontuou que os três procedimentos existentes na Promotoria por ocasião da inspeção foram recebidos na véspera da visita, encaminhados pelo Diretor das Promotorias no dia 01/12/2014 em razão de declínio de atribuição de outros colegas, sendo que o único deles que estava de fato compreendido nas atribuições desta unidade (PA 106AD/2009) foi devida e oportunamente autuado em conformidade com a taxonomia do CNMP, enquanto os outros dois (23AD/2009 e 124AD/2009) foram devolvidos à Direção por versarem matéria alheia às atribuições deste órgão ministerial. Por fim, quanto aos processos e procedimentos existentes na 5ª Promotoria de Justiça, informou que atualmente não existem procedimentos extrajudiciais em tramitação nesta unidade e, quanto aos judiciais, apresentou relação atualizada à Corregedoria Nacional (fls. 553 a 555, Anexo II, Volume III).

**14.32. 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar junto ao Juizado Especial Cível e Criminal; defesa dos direitos do consumidor; defesa da cidadania; conflitos agrários; cumprimento de precatórias ministeriais criminais; exercer o controle externo da atividade policial civil, sem prejuízo do controle difuso exercido por quaisquer dos Promotores de Justiça da comarca sobre fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, conforme acima explicitado
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim

Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	WLADEMIR SOARES DE OLIVEIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/03/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; exerce o magistério na instituição FAI, privada, disciplina Direito Eleitoral, 4 h/a, 10º período, não exerce cargo administrativo; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Buriti Bravo/MA; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente diariamente, das 8h às 15h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Diariamente, das 8h às 15h.											
Estrutura de Pessoal	2 funcionários.											
Estrutura física	Sede própria, onde estão a sede administrativa das secretarias e os gabinetes dos promotores.											
Sistema de Arquivo	Manual.											
Sistema de Registro	Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª.Vara Judicial de Caxias: 12.876, 2ª.Vara Judicial de Caxias: 4.267 e Juizado Especial Cível e Criminal: 2.669.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	2
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	01
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	19	14	9	8	9	9	5	8	6	14	4	5
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário					Improbidade administrativa					136 (1ª Vara); 0 (2ª Vara)		
					ACP/ações coletivas (exceto improbidade)					61 (1ª Vara); 0 (2ª Vara)		
					Ações para a defesa de direito individual indisponível					0		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	14										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:	Prejudicado											
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 1ª.Vara Judicial, da 2ª.Vara Judicial e do Juizado Especial Cível e Criminal de Caxias/MA, de acordo com sua atribuição, exceto do JECC, de onde recebe todos os feitos remetidos ao Ministério Público de Caxias.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	35	12	12	40	40	56	65	0	20	20	19	14
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	53	18	40	25	118	19	27	30	40	46	43	12
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	14	8	4	1	9	7	2	4	5	5	4	2
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Atendimento ao público	6	6	2	3	4	4	4	1	5	1	2	3
Obs.: Informações do mês de novembro/2014 apresentadas no ato da inspeção pelo colega inspecionado.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										1		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									14		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 1ª.Vara Judicial, da 2ª.Vara Judicial e do Juizado Especial Cível e Criminal de Caxias/MA, de acordo com sua atribuição, exceto do JECC, de onde recebe todos os feitos remetidos ao Ministério Público de Caxias.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
O membro inspecionado sugeriu a melhoria da estrutura, conforme já afirmado pelos colegas inspecionados anteriormente.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
Foi relatado as orientações e informação das ações na imprensa.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração			Situação detectada							
NF	04/2014	21/10/2014			Apurar regularidade em pocilgas neste município (abate clandestino): Informações recebidas no órgão inspecionado em outubro de 2013, a título de Peça de Informação de n.º 009/2014. IR-REGULAR							
NF	08/2014	30/10/2014			Apurar regularidade em pocilgas neste município (abate clandestino): Informações recebidas no órgão inspecionado em outubro de 2013, a título de Peça de Informação de n.º 065/2013. IR-REGULAR							

OBSERVAÇÕES
1) Foi constatada uma reduzida demanda extrajudicial no órgão inspecionado, com a existência de 2 procedimentos em trâmite, em que pese a informação de propositura, nos últimos dois meses, de 7 ACP's vinculadas à defesa de direitos do consumidor, a saber: 4705-13.2014.8.10.0020, proposta em 01/12/2014 (irregularidade em fornecimento de combustíveis); 4562-32.2014.8.10.0020, proposta em 27/11/2014 (irregularidade em abastecimento de água); 4596-96.2014.8.10.0020, proposta em 24/11/2014 (abate clandestino de suínos); 4597-81.2014.8.10.0020, proposta em 24/11/2014 (abate clandestino de frangos); 4598-66.2014.8.10.0020, proposta em 24/11/2014 (abate clandestino de suínos); 4599-51.2014.8.10.0020, proposta em 24/11/2014 (abate clandestino de suínos); 4215-88.2014.8.10.0020, proposta em 31/10/2014 (venda irregular de produtos em sistema de parcelas). Anteriormente fora proposta ação similar (abate clandestino de suínos) em março de 2014;
2) Quanto às demais atribuições (defesa da cidadania, conflitos agrários, controle externo da atividade policial civil) não foi observada a existência de procedimentos extrajudiciais;
3) No geral, foi possível constatar que há uma equânime distribuição entre as atribuições das 7 PJ's inspecionadas, não havendo que se falar, em tese, em discrepância de volume de trabalho entre os membros da PJ de Caxias.

**14.32.1.MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Wladimir Soares de Oliveira apresentou listagem dos procedimentos extrajudiciais em tramite naquela Promotoria de Justiça e informou que não havia, naquela data, nenhum processo judicial com vistas ao Órgão.

14.33. 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAXIAS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Defesa da criança e do adolescente por aplicação exclusiva da Lei n. 8.069/90; defesa da educação. Resolução n. 10/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.										
TITULAR		CRISTIANE CARVALHO DE MELO MONTEIRO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 28/04/2014; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina (71,4Km), autorizada pela Portaria nº 5585/2014-GPGJ (cópia juntada aos autos de inspeção); nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.													
Obs.: Esta Promotora de Justiça entrou em exercício nesta 7ªPJ de Caxias em 28/04/2014. Por tal razão e em virtude de mencionada Promotoria não possuir titular anterior, não restou possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público			Diariamente, das 8h às 15h.										
Estrutura de Pessoal			9 técnicos e 3 analistas atuam junto à promotoria de Justiça de Caxias, sendo que na 7ªPJ Caxias conta-se com 1 técnica, 1 assessora e 1 estagiária.										
Estrutura física			Uma sede própria, onde estão a sede administrativa das secretarias e os gabinetes dos promotores de justiça										
Sistema de Arquivo			Meio físico, em pastas.										
Sistema de Registro			Meio físico, em pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de procedimentos do Ministério Público.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gerência de recursos, mas envio ao fundo de direitos difusos e coletivos (art. 13, Lei nº 7.347/85).													
Obs.: Esta Promotora de Justiça entrou em exercício nesta 7ªPJ de Caxias em 28/04/2014. Por tal razão e em virtude de mencionada Promotoria não possuir titular anterior, não restou possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Esta representante ministerial atua junto à 4ª Vara Judicial de Caxias, na qual tramitam um total de 2.777 processos, dos quais 214 são representações por aplicação de medida sócio-educativa. Também na 1ª. Vara Judicial de Caxias: 1ª.Vara Judicial de Caxias: 12.876 feitos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	41	22	17	11	25	36	21	

Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	41	22	17	11	25	36	21
Saldo do mês	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	3	2	5	-	3	5	-	8	2	3	5	8

Obs.: Esta Promotora de Justiça entrou em exercício nesta 7ªPJ de Caxias em 28/04/2014. Por tal razão e em virtude de mencionada Promotoria não possuir titular anterior, não restou possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos. A inspecionada entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade da inspecionada, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção, à vista, ainda, da observação acima.

#### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	54	15
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	23
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	3
Termos de Depoimento	-	5	-	3	1	2	1	1	2	6	-	1
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	8	14	3	6	14	9	1
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)	9
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	3
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	14
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	20
	Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	16
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		1
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Centro de Internamento Provisório:	Prejudicado
	Entidade de acolhimento institucional:	4
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado



Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:											3	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês:	-	-	-	-	-	41	22	17	11	25	36	21
Impulsionados no mês:	-	-	-	-	-	41	22	17	11	25	36	21
Saldo do mês atual:	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	5	13	16	7	9	7	8
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	-	-	-	-	-	8	9	15	4	8	12	11
Arquivamentos e Remissões	-	-	-	-	-	1	5	1	7	9	5	0
Representações	-	-	-	-	-	7	3	8	4	8	11	11
Audiências de Apresentação	-	-	-	-	-	3	11	13	7	9	5	4
Obs.: Esta Promotora de Justiça entrou em exercício nesta 7ªPJ de Caxias em 28/04/2014. Por tal razão e em virtude de mencionada Promotoria não possuir titular anterior, não restou possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos. Ao entrar em exercício esta representante ministerial encontrou diversos procedimentos administrativos, cuja Nomenclatura, não se coaduna com nenhuma nas previstas na Resolução do CNMP que trata das tabelas unificadas, razão pela qual, a medida em que ia despachando os mesmos realizou a devida conversão. A inspeccionada entregou à equipe no ato da inspeção o Termo Anexo 3, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade da inspeccionada, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção, à vista, ainda, da observação acima.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
3. Execução de medidas socioeducativas					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Processos eleitorais					Com vista há mais de 30 dias:					0		
					Com vista há mais de 6 meses:					0		
					Com vista há mais de 12 meses:					0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses					Delegacias de polícia:					Prejudicado		
					Unidades de Internação:					Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe feitos da 1ª. e da 4ª. Varas Judiciais de Caxias, de acordo com sua atribuição.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Necessidade de mais servidores e melhor estruturação do prédio; 2) Necessidade de mais cursos preparatórios; 3) Melhor regulamentação da tramitação dos procedimentos do próprio MP pelo MP-MA; 4) Melhoria quanto à segurança; 5) Necessidade de melhoria dos mapas estatísticos e do seu preenchimento; 6) Regionalização em polos setoriais de serviços de atendimento mais complexos, como perícias; 7) Aperfeiçoamento dos servidores para melhoria dos serviços.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
Foi relatada a Operação Transporte Escolar, em conjunto com CGU, MPF e MPT, para fiscalizar serviços de transporte escolar – eventual improbidade administrativa, nesta área, serão repassadas à Promotoria de Justiça da Improbidade Administrativa de Caxias, segundo informada a inspeccionada.												

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PA	04/2014	20/11/2014	Apurar violação a direitos de crianças e adolescentes: Cuida-se de representação oriunda do Disque 100, recebida no órgão em junho de 2013. Apesar de se referir-se a "PA", trata-se de procedimento que deveria ser instaurado como NE, PP ou ICP. IRREGULAR
PA	14/2014	24/11/2014	Apurar abuso sexual contra a menor C.D. A. S.: Trata-se de denúncia encaminhada ao Disque 100, recebida no órgão em agosto de 2013. Apesar de se referir-se a "PA", cuida-se de procedimento que deveria ser instaurado como NE, PP ou ICP. O procedimento apura violência sexual cometida contra criança e, apesar da natureza sigilosa da investigação, consta na capa do mesmo: o nome completo da criança e do suposto abusador, bem como o respectivo endereço. IRREGULAR
OBSERVAÇÕES			
<p>1) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;</p> <p>2) Observou-se um número expressivo de "procedimentos administrativos" instaurados para a apuração de situações diversas, em inobservância à taxonomia implementada pelo CNMP. Dentre tais procedimentos, podem ser citados: PA 016/2014 (apurar negligência em face de menor de idade); PA 012/2014 (apurar negligência em face de menor de idade); PA 017/2014 (apurar violência em face de menor de idade); PA 015/2014 (apurar abuso sexual em face de menor de idade); PA 008/2014 (apurar abuso sexual em face de menor de idade); PA 010/2014 (apurar exploração sexual de crianças e adolescentes);</p> <p>3) Há situações análogas que ora são apuradas por meio de "procedimento administrativo", ora com o manejo de ICP;</p> <p>4) Por se tratar de Promotoria de Justiça com atribuição em três municípios (Caxias, São João do Soter e Aldeias Altas), há um volume reduzido de procedimentos instaurados para fiscalizar a execução de políticas públicas na área de educação nesses municípios. Há cerca de três procedimentos vinculados à regularidade física de escolas.</p> <p>5) Diversamente do que fora informado pelo Promotor de Justiça Dr. Vicente Gildásio (2ª PJ de Caxias), a Promotora de Justiça inspecionada relatou que não possui atribuição na defesa de patrimônio público em situações vinculadas à área de educação;</p> <p>6) Há um arquivo formado por pastas específicas, com a finalidade de manter, de modo individualizado, as ações civis públicas propostas;</p> <p>7) A Promotora de Justiça entrou em exercício nesta 7ª PJ de Caxias em 28/04/2014. Por tal razão e em virtude de mencionada Promotoria não possuir titular anterior, não restou possível o oferecimento de alguns dados solicitados nos presentes termos.</p>			

**14.33.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Cristiane Carvalho de Melo Monteiro prestou esclarecimentos detalhados acerca dos processos e procedimentos analisados e tidos em situação irregular, demonstrando sua regularidade. Quanto ao item 2 do campo "Observações" aduziu que, através dos procedimentos administrativos citados busca o acompanhamento de fiscalização, de fato e de política pública não sujeitos a inquérito civil (a princípio), sem que tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico. Em relação ao item 3 do campo "Observações", relatou que busca instaurar procedimento administrativo para acompanhamento de fiscalização, de fato e de política pública não sujeitos a inquérito civil (a princípio), e que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico. Sobre o item 4 do campo "Observações", esclareceu que entrou em exercício na 7ª Promotoria de Justiça de Caxias em 28/04/2014 e, em aproximadamente 01 (um) ano, instaurou e concluiu considerável número de procedimentos relativos a políticas públicas na área de educação nos três municípios em que exerce suas atribuições, importando mencionar que firmou, em mencionado período, 01 (um) TAC (tendo como objeto a melhoria no fornecimento do serviço de transporte escolar no município de São João do Soter) e procedeu ao ajuizamento de 14 (quatorze) ações civis públicas. Seguem listas de ACPs propostas e de procedimentos administrativos em trâmite na 7ª PJ de Caxias. No que concerne ao Item 5 do campo "Observações", inicialmente, ressaltou que, nos termos da Resolução nº 10/2012 do E. Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão, não havia expressa previsão, para a 7ª PJ Caxias, de atribuição na defesa do patrimônio público, limitando-se esta aos feitos correlatos, a despeito de a interpretação dada, no âmbito inclusive do E.CSMP/MA, fosse a de que os fatos decorrentes de procedimentos afetos à educação, seriam também atribuição deste órgão de execução, sendo que o tema foi devidamente regulamentado com a resolução nº 27/2015 do E.

CPMP, in verbis: “Conhecer dos fatos lesivos ao direito à educação, incluída a educação especial na perspectiva inclusiva, objetos de representações, inquéritos e notícias de fato, sem prejuízo da iniciativa de ofício, promovendo-lhes a apuração por instauração dos procedimentos administrativos pertinentes e respectivas ações civis públicas, bem como oficiar nas ações coletivas de terceiros de igual natureza. Conhecer das precatórias ministeriais versando matéria da especialidade, providenciando o seu cumprimento. Promover as ações civis de improbidade administrativa por fatos sem repercussão no patrimônio público material apurados em autos da especialidade em que oficie.”

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA

14.34. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA												
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Cível, criminal, probidade administrativa, consumidor, saúde pública e defesa da mulher. Resolução CS-MPMA n. 02/2009.										
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme descrito acima												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		LINDA LUZ MATOS CARVALHO										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 28/02/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou dos seguintes cursos:Tribunal do Júri, Gerenciamento de Crise e da Lei Maria da Penha; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 12h e das 14h às 18h.										
Estrutura de Pessoal		6 (1 execução de mandado; 1 assessora; 3 cedidos e 1 segurança).										
Estrutura física		Imóvel cedido pelo município de Codó para uso pelo MP-MA, que recebe a sede administrativa e as 3 promotorias de justiça de Codó.										
Sistema de Arquivo		Meio físico – todos os arquivos são mantidos em pastas físicas na promotoria. Não há sistema virtual de arquivamento de peças e controle de tramitação de procedimentos.										
Sistema de Registro		Meio físico – pastas e livros.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gestão deste tipo de recursos pela unidade ministerial – Tudo feito via judicial – decididos em audiência.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª.Vara Judicial de Codó: 1.859 feitos; 3ª.Vara Judicial de Codó: 1.461 feitos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
Obs.: Prejudicado em razão da impossibilidade do Fórum da comarca fornecer as informações necessárias.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	22	15	0	4	0	0	17	25	0	0	18	7
Distribuídos no mês	34	11	22	16	26	24	22	5	6	34	10	22
Impulsionados no mês	41	26	18	20	26	7	39	30	6	16	21	25
Saldo do mês	15	0	4	0	0	17	25	0	0	18	7	0
Audiências realizadas	6	0	1	6	2	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Termos de Depoimento	2	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	2	1	1	2	1	-	1	1	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	7	17	11	11	11	8	3	8	6	5	8	29
Obs.: Salvo os dados do mês de novembro/2014, todos os demais foram preenchidos e enviados pela própria inspecionada.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						19		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						16		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						Não soube informar com precisão		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						12		
				Em tramitação há menos de 90 dias:						0		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						0		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						0		
				Em tramitação há menos de 1 ano:						0		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):						1		
				Em tramitação há menos de 90 dias;						1		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há mais de 90 dias;						20		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										1		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						Prejudicado		
				Outras unidades de atendimento:						0		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						5		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						0		
				Fundações:						Prejudicado		

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe feitos das três varas judiciais de Codó, dependendo da atribuição e da matéria tratada no processo judicial. Quanto à atribuição extrajudicial, recebe a documentação respectiva diretamente da Secretaria, caso a matéria seja de sua atribuição.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	8	2	0	0	0	0	19	17	3	9	14	2
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	10	10	12	18	30	21	16	18	14	22	7	37
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	16	12	12	18	30	2	18	32	8	17	19	43
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	2	0	0	0	0	19	17	3	9	14	2	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	3	-	-	2	6	1	-	-	-	-	-	11
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	3	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	1	1	1	-	-	1	2	-	-	-	-	2
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2	3	1
Denúncias oferecidas	2	1	-	2	6	-	3	2	2	4	1	1
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Obs.: Em relação ao atendimento ao público a população costuma ir diretamente à delegacia. Salvo os dados do mês de novembro/2014, todos os demais foram preenchidos e enviados pela própria inspecionada.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	1
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:		Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:		Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:		Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe feitos das três varas judiciais de Codó, dependendo da atribuição e da matéria tratada no processo judicial. Quanto à atribuição extrajudicial, recebe a documentação respectiva diretamente da Secretaria, caso a matéria seja de sua atribuição.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Necessidade de se informatizar integralmente o sistema para ter o controle de tudo o que tramita dentro das unidades ministeriais do MA, à vista da ausência de um sistema virtual de controle e registro; 2) Necessidade de uma capacitação dos promotores de justiça e dos servidores para melhorar o trabalho de investigação feito pelo Ministério Público; 3) Indica ainda ser precípua uma melhor capacitação dos servidores para aumentar a eficiência do trabalho interno e para melhorar o atendimento à comunidade.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
NF	33/2011	15/09/2011	Apurar prestação irregular de serviços de energia elétrica: O procedimento recebeu movimentações pontuais, nessa ordem, em 15/11/2011, 08/03/2012, 16/05/2013 e 24 de outubro de 2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	11/2010	11/08/2010	Apurar irregularidade nas obras de implantação da rede de água e esgoto no Conjunto Primavera: Entre setembro de 2010 e outubro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	25/2011	30/05/2011	Apurar irregularidade nas obras de implantação da rede de água e esgoto no Povoado Peixe: Efetivamente, a primeira movimentação do procedimento ocorreu em 05/11/2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	16/2011	24/01/2011	Apurar a existência de banheiros públicos em estabelecimentos e bancos: Diligência realizada em março de 2011 e, posteriormente, nova movimentação ocorrida em 03/11/2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
ICP	001/2011	16/02/2011	Apurar irregularidade em não pagamento de salários a servidores municipais: Diligência realizada em outubro de 2011 e, posteriormente, nova movimentação em 04/11/2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	39/2012	01/03/2012	Fiscalizar correta aplicação de recursos vinculados à política pública de trabalho e renda: O procedimento não recebeu movimentação. Consta, às fls. 13, "Termo de deliberação", datado de 27/10/2014, sem a assinatura da Promotora de Justiça, que determinou a expedição de ofício ao gestor municipal, entretanto, sem o devido cumprimento. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
Proc. Administrativo	01/2012	17/01/2012	Apurar utilização de notas fiscais inidôneas pela Administração Municipal: A primeira movimentação do procedimento ocorreu em 20/11/2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	52/2013	24/04/2013	Apurar irregularidade no atendimento educacional aos alunos da Escola Lálá Ramos: Primeira diligência datada de maio de 2013. Movimentação posterior datada de 27/11/2014, sem a assinatura da Promotora de Justiça inspecionada e sem o efetivo cumprimento da diligência determinada. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.



PP	38/2006	15/03/2006	Apurar aplicação irregular de recurso públicos: Entre novembro de 2006 e dezembro de 2010 o procedimento não recebeu movimentação. Diligência posterior datada de agosto de 2011. Entre novembro de 2011 e maio de 2013 o procedimento não foi movimentado. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	81/2007	29/03/2007	Apurar efetiva regulamentação do Conselho Municipal de Saúde: IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	70/2007	01/02/2007	Apurar funcionamento adequado de farmácias e drogarias: IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	83/2007	18/04/2007	Apurar irregularidades em convênios diversos celebrados pelo município: Entre agosto de 2011 e maio de 2013 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
Proc. Administrativo	10/2013	27/05/2013	Apurar ato de improbidade prática por professor da rede pública municipal: Entre agosto de 2013 e julho de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	33/2011	15/09/2011	Apurar prestação irregular de serviços de energia elétrica: O procedimento recebeu movimentações pontuais, nessa ordem, em 15/11/2011, 08/03/2012, 16/05/2013 e 24 de outubro de 2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	11/2010	11/08/2010	Apurar irregularidade nas obras de implantação da rede de água e esgoto no Conjunto Primavera: Entre setembro de 2010 e outubro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Foi constatada a reiterada instauração de Procedimento Administrativo (PA), com prazo expirados, com a finalidade de apuração de ato ilícito, em inobservância à taxinomia firmada pelo CNMP;
- 2) Percebe-se que os PA's estão sendo utilizados em substituição às NF's, PP's e ICP's. Como exemplo citam-se: PA n.º 01/2012, para apurar ato de improbidade administrativa (emissão de notas fiscais inidôneas); PA 10/2013, para apurar ato de improbidade praticado por professor da rede municipal;
- 3) A 1ª Promotoria de Justiça possui volume reduzido de procedimentos. Muitos destes procedimentos apresentaram-se com excesso de prazo, sem as devidas prorrogações;
- 4) Em suma, não foi constatada nenhuma prorrogação junto aos procedimentos com prazos já expirados;
- 5) Chamou a atenção o fato de existirem duas Zonas Eleitorais na Comarca, que conta com aproximadamente 120.000 mil habitantes;
- 6) Além dos procedimentos acima listados, foram observadas Notícias de Fato com prazo expirado, sem a devida conversão em PP ou ICP, a saber: 16/2014 (instaurada em 24/10/2014); 15/2014 (instaurada em 24/10/2014); 14/2014 (instaurada em 24/10/2014); 13/2014 (instaurada em 24/10/2014); 12/2014 (instaurada em 24/10/2014); 11/2014 (instaurada em 02/09/2014); 10/2014 (instaurada em 02/09/2014); 09/2014 (instaurada em 15/08/2014); 08/2014 (instaurada em 29/07/2014); 07/2014 (instaurada em 29/07/2014); 05/2014 (instaurada em 29/07/2014); 04/2014 (instaurada em 24/07/2014);
- 7) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**14.34.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o Sistema SIMP já foi implantado em diversas promotorias de justiça, estando agendada a implantação para as Promotorias de Justiça de Codó, para os dias 01, 02 e 03 de julho de 2015, conforme cronograma definido pela Equipe, levando em conta a potencialidade de internet, item essencial para a implantação do sistema.

#### 14.35. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Execução penal, defesa do meio ambiente, registros públicos, defesa da pessoa idosa e do portador de necessidades especiais, controle externo da atividade policial, fundações e atribuição residual das promotorias da cidadania. Resolução CS-MPMA n. 02/2009.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, conforme descrito acima.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	ALINE SILVA ALBUQUERQUE											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 09/12/2013; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 12h e das 14h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	Total de 24 pessoas. A unidade ministerial de Codó possui cerca de 8 servidores cedidos pelo Executivo Municipal, por meio da regulamentação da cessão feita diretamente pela PGJ-MPMA, além de 3 assessores jurídicos comissionados, 3 técnicos de ensino médio de carreira (cargo efetivo), 1 execução de mandados de carreira (cargo efetivo), além de estagiários e equipe de segurança da sede promotoria.											
Estrutura física	Imóvel cedido pelo Município de Codó para uso pelo MP-MA, que recebe a sede administrativa e as 3 promotorias de justiça de Codó.											
Sistema de Arquivo	Meio físico – todos os arquivos são mantidos em pastas físicas na promotoria. Não há sistema virtual de arquivamento de peças e controle de tramitação de procedimentos.											
Sistema de Registro	Meio físico – pastas e livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gestão deste tipo de recursos pela unidade ministerial – tudo feito via judicial- decididos em audiência.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2ª Vara Judicial de Codó: 1.591 feitos.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 10.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	33	37	46	96	51	27	20	33	23	14	6	2
Distribuídos no mês	22	30	87	55	41	37	93	80	126	74	64	48
Impulsionados no mês	18	21	37	100	65	44	80	90	135	72	68	41
Saldo do mês	37	46	96	51	27	20	33	23	14	6	2	6
Audiências realizadas	-	5	18	14	7	6	0	1	31	8	30	22
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	1	0	3	0	1	1	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Termos de Depoimento	5	1	0	0	2	4	4	2	0	0	1	3
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	5	18	6	1	11	5	8	2	6	8	14
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									1		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									6		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									1		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									12		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									5		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									1		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									2		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										1		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									1		
	Estabelecimentos prisionais:									1		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									4		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 2ª.Vara Judicial de Codó.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	10	53	90	130	67	52	43	33	31	32	13	6
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	63	55	67	75	60	61	50	63	67	61	41	60
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	20	18	27	138	75	70	60	65	66	80	38	50
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	53	90	130	67	52	43	33	31	32	13	6	10
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	3	29	11	6	0	5	12	0	3	2	31
Sessões do Tribunal do Júri	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	4	0	0	0	1	4	0	0

Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	4	3	5	2	4	4	5	1	3	3	1	3
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Denúncias oferecidas	2	1	-	3	4	3	4	7	2	1	1	4
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	3	2	2	2	4	5	4	2	1	1	14

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	2
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	1
	Estabelecimentos prisionais:	1
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Já informado

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Indica a colega inspecionada, como sugestão, que deveria ser revista, em todo o Ministério Público do Maranhão de um modo geral, a forma de distribuição de atribuições entre as promotorias de justiça, informando que existem unidades ministeriais extremamente assoberbadas, ao passo que outras possuem pouca atribuição e pouco volume de serviço, devendo haver uma discussão geral sobre este problema, que, segundo indica, é de relevância estadual em todo o MP-MA; 2) Necessidade de a PGJ e o CEAF organizarem cursos com temática específica para a solução de conflitos agrários, problema de grande relevância e interesse no Maranhão.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
NF	6782AD/2014	04/07/2014	Apurar impacto ambiental das obras de dragagens no município de Codó: IRREGULAR – Procedimento com prazo expirado.
Proc. Administrativo	5508AD/2013	28/06/2013	Apurar ocorrência de furto na entidade Tenda Santo Antônio: IRREGULAR – Procedimento com denominação de “Procedimento Administrativo”, instaurado para apurar crime de furto. Em verdade, trata-se de um PIC, com denominação diversa. Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.

Proc. Administrativo	7398AD/2012	24/08/2012	Apurar irregularidades junto à Associação do Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – ACEQFAAM: Procedimento com denominação de “Procedimento Administrativo”, vinculado à atribuição de curatela de fundações. Em verdade, trata-se de PP ou ICP, instaurado com denominação diversa. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	01/2011	07/01/2011	Instaurado para apurar fechamento indevido de via pública: Entre fevereiro de 2011 e novembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	08/2011	06/07/2011	Apurar discriminação étnica contra grupo de ciganos: Desde a instauração, o procedimento recebeu o primeiro andamento em novembro de 2014. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	03/2010	09/11/2010	Apurar regularidade de emissão de Laudo Técnico do Estádio Renê Bayma, na cidade de Codó: Em outubro de 2010 os autos retornaram do CSMP que, após analisar a promoção de arquivamento, determinou que as partes interessadas fossem cientificadas do teor da decisão de arquivamento (artigo 10, § 1º, da Res. 23/2007, do CNMP). A notificação à parte interessada ocorreu em novembro de 2014. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	/2010	28/09/2010	Apurar omissão em atendimento à saúde no Hospital Geral de Caxias: Procedimento sem numeração específica. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	11/2010	13/12/2010	Apurar conflito agrário na região de Buriti Corrente: Entre outubro de 2010 e dezembro de 2013 o procedimento ficou sem movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	11/2011	14/09/2011	Apurar situação irregular de galerias de esgoto: Desde a instauração, o procedimento recebeu a primeira movimentação em setembro de 2014. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	16/2007	09/08/2007	Apurar utilização indevida de componentes químicos: Entre setembro de 2011 e novembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	01/2010	13/08/2010	Processo de instalação de empreendimento: Entre 04/2011 e 11/2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PP	004/2010	24/09/2010	Apurar degradação ambiental praticada pela empresa Itapicuru Agro Industrial S/A: Entre abril de 2011 e novembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
IC	01/2008	02/06/2008	Apurar irregularidade na construção da barragem no leito do Rio Saco: Entre setembro de 2011 e setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
IC	01/2007	11/01/2007	Apuração utilização de abatedouros clandestinos: Documentação juntada em setembro de 2011 e, após, nova diligência em setembro de 2014. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PIC	08/2011	05/07/2011	Apurar prática de tortura por policiais civis e militares: Entre setembro de 2011 e novembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
PIC	2666CS/2012	02/10/2012	Apurar prática de crime de prevaricação: Procedimento com promoção de arquivamento datada de setembro de 2012. Autos retornaram do CSMP em janeiro de 2013, com a determinação de cientificação das partes interessadas (artigo 10, § 1º, da Res. 23/2007, do CNMP). Próximo andamento (fls. 293), foi o despacho que determinou o cumprimento da decisão do CSMP, com data de agosto de 2014. IRREGULAR – Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.

OBSERVAÇÕES
1) Instauração de Procedimento Administrativos (PA), com prazos expirados, com a finalidade de apuração de ato ilícito. Percebe-se que os PA's estão sendo utilizados em substituição às NF's, PP's e ICP's. Como exemplo cita-se: PA n.º 8244AD/2008, para apurar ocorrência de acidente de trabalho na empresa Indústria de Reciclagem de Produtos Plásticos Ltda; PA 501AD/2014, para apurar ocorrência de tortura em estabelecimentos prisionais;
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

14.36. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CODÓ/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Infância e Juventude (medidas de proteção e atos infracionais), Educação, Família e atribuição criminal residual. Resolução CS-MPMA n. 02/2009.										
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme descrito acima													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não – atuação apenas residual													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não. Informa que a atribuição para investigação criminal pelo MP é afeta à 2ª Promotoria de Justiça de Codó.													
TITULAR		VALÉRIA CHAIB AMORIM DE CARVALHO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/09/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 19h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público			Das 8h às 12h e das 14h às 18h.										
Estrutura de Pessoal			Assessora e técnica administrativa. 24 pessoas: a unidade ministerial de Codó possui cerca de 8 servidores cedidos pelo Executivo Municipal, por meio da regulamentação da cessão feita diretamente pela PGJ-MPMA, além de 3 assessores jurídicos comissionados, 3 técnicos de ensino médio de carreira (cargo efetivo), 1 técnico de execução de mandados de carreira (cargo efetivo), além de estagiários e equipe de segurança da sede promotoria.										
Estrutura física			Imóvel cedido, que comporta a sede administrativa do MP em Codó, além das promotorias de justiça e outras funções a afetas à atividade de execução.										
Sistema de Arquivo			Meio físico – todos os arquivos são mantidos em pastas físicas na promotoria. Não há sistema virtual de arquivamento de peças e controle de tramitação de procedimentos.										
Sistema de Registro			Meio físico – Pastas e livros. Não há sistema virtual de registro de dados.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gestão deste tipo de recurso por parte desta unidade ministerial.													
Obs.: A respeito do item acima, não consta nos arquivos informação de recebimento de qualquer recurso decorrente das hipóteses acima.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª.Vara Judicial de Codó: 1.859 feitos; 2ª.Vara Judicial de Codó: 1.591 feitos; 3ª.Vara Judicial de Codó: 1.461 feitos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 20.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	22	8	2	7	6	17	30	13	17	37	10	6	
Distribuídos no mês	23	19	40	84	83	106	46	69	57	55	33	64	
Impulsionados no mês	37	25	35	85	72	93	63	65	37	82	37	54	
Saldo do mês	8	2	7	6	17	30	13	17	37	10	6	16	
Audiências realizadas	13	0	20	24	32	29	45	43	41	35	96	79	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	1	-	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	1	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	0	0	0	1	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0	1
Atendimento ao público	1	11	14	11	7	9	15	4	7	6	4	10
Obs.: Em relação aos campos não preenchidos não foi possível a obtenção das informações até o presente momento (EI: informação já inserida no termo pela própria inspecionada).												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						1		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						1		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						14		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há menos de 90 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						0		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						0		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						0		
				Em tramitação há mais de 1 ano (ver prorrogação):						1		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						0		
				Em tramitação há mais de 90 dias;						0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										1		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:						Prejudicado		
				Estabelecimentos prisionais:						Prejudicado		
				Centros de internamentos provisórios:						0		
				Outras unidades de atendimento:						1		
				Estabelecimentos de idosos:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de deficientes:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de Saúde:						Prejudicado		
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:						Prejudicado		
				Fundações:						Prejudicado		

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe feitos das três varas judiciais de Codó, dependendo da atribuição e da matéria tratada no processo judicial. Quanto à atribuição extrajudicial, recebe a documentação respectiva diretamente da Secretaria quando do ingresso no Ministério Público, caso a matéria seja de sua atribuição.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	3	2	0	2	1	1	5	6	2	33	05	09
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	13	10	12	6	9	15	17	17	46	29	25	28
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	14	12	10	7	9	11	21	21	15	57	21	24
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	2	0	2	1	01	5	6	2	33	05	09	04
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	1	0	0	2	6	3	0	6	8	40	4	10
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	Prej.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	2	1	2	1	0	2	6	5	3	4	0	1
Arquivamentos de IP/PIC										0	0	0
Denúncias oferecidas	5	2	4	1	3	4	3	5	1	2	3	4
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	4	0	1	1	0	1	0	2	2	4

Obs.: Em relação aos campos não preenchidos não foi possível a obtenção das informações até o presente momento (EI: informação já inserida no termo pela própria inspecionada).

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:		Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:		Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:		0
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe feitos das três varas judiciais de Codó, dependendo da atribuição e da matéria tratada no processo judicial.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Necessidade de mais servidores para esta promotoria; 2) Realização de cursos de aperfeiçoamento para promotores e servidores, disponibilização de um sistema de informática eficaz para arquivamento de dados da promotoria; 3) Que os CAOPs façam “oficinas” com os promotores de justiça a partir de casos práticos, faltando capacitação prática para uniformização de atuação.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
NF	03/2011	11/11/2011	Apurar violência sexual contra menor: Procedimento instaurado como “Notícia de Fato”, para verificar ato criminoso. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	05/2012	16/10/2012	Apurar exploração de trabalho infantil: Entre outubro de 2012 e setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	16/2014	25/03/2014	Apurar exploração de trabalho infantil: Após à instauração, o procedimento recebeu andamento em setembro de 2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	14/2014	18/03/2014	Apurar atraso no início do ano letivo na rede municipal de ensino: Entre abril a setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	04/2012	31/01/2012	Apurar exploração de trabalho infantil: O procedimento não recebeu movimentação de março de 2012 a março de 2014 e, após, nova movimentação em setembro de 2014. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	01/2011	01/02/2011	Apurar falta de repasse de livros didáticos à Escola Almerinda Bayma: Entre março de 2011 a setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
NF	06/2012	19/11/2012	Apurar ilegalidade da contratação de professores da rede pública municipal de ensino: Entre outubro de 2012 a setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR - Prazo expirado, sem determinação de prorrogação.
ICP	1169CS/2010 (02/2010)	26/08/2010	TAC celebrado em outubro de 2010 para sanar irregularidades na estrutura físicas de escolas municipais: Entre fevereiro de 2012 e setembro de 2014 o procedimento não recebeu movimentação. IRREGULAR: Fiscalização do TAC realizada de forma insuficiente.
OBSERVAÇÕES			
1) A demanda maior da PJ é o volume de audiências criminais, eis que o número de crimes é elevado, em especial, roubos;			
2) A 3ª Promotoria de Justiça possui volume reduzido de procedimentos. Foi possível constatar que no período em que o titular da Promotoria de Justiça era o Dr. Vicente Gildásio Leite Junior muitos destes procedimentos apresentaram-se com excesso de prazo, sem as devidas prorrogações;			
3) Em suma, não foi constatada nenhuma prorrogação junto aos procedimentos com prazos já expirados;			
4) A Dra. Valéria Chaib Amorim de Carvalho, efetivamente, assumiu a titularidade desta Promotoria de Justiça em 02/09/2014;			
5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.36.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Valéria Chaib Amorim de Carvalho apresentou relatório atualizado dos processos e procedimentos analisados e tidos como irregulares que demonstra que todos foram regularizados (fls. 566 a 567, Anexo II, Volume III).

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TIMON/MA

14.37. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 1ª Vara Cível não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa do patrimônio público e da probidade administrativa; defesa da ordem tributária e econômica; curadoria de massas falidas. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.											
Atribuições extrajudiciais?		Sim											
Atribuição na área da improbidade administrativa?		Sim											
Atribuição criminal nos feitos correlatos?		Sim											
Atribuições de controle externo da atividade policial?		Não											
Atribuições para investigação criminal pelo MP?		Sim											
TITULAR	SERGIO RICARDO SOUZA MARTINS (em gozo de férias, de 03/11/ a 31/12/2014)												
SUBSTITUTO	ANTÔNIO BORGES NUNES JUNIOR												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 03/11/2014; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina/PI, comarca contígua, posto que a Comarca de Timon/MA pertence a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina instituída pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9/09/2012 e Lei Complementar nº 112/2001, 5 KM, autorizado pela Portaria nº 4597/2011-GPGJ); nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 2ª Promotoria de Justiça Cível; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (junho e julho de 2014); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público	Das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
Estrutura de Pessoal	1 assessora e 1 técnico.												
Estrutura física	Um imóvel de 2 andares, com um hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.												
Sistema de Arquivo	Na própria sala em pastas e atualmente pelo SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público).												
Sistema de Registro	Antes em livros e atualmente pelo SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público).												
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há registro nesse sentido.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª. Vara Cível da Comarca de Timon: 785, 2ª. Vara Cível da Comarca de Timon: 1.003, 4ª. Vara Cível da Comarca de Timon: 1.256 e 2ª. Vara Criminal da Comarca de Timon: 594.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
Obs.: Promotoria Cível, com ações criminais em razão da matéria (improbidade Administrativa), SEM SER ESPECIALIZADA (Matéria a ser apreciada pelo Colégio de Procuradores (Proc. 9868AD/2012, de 08/11/2012; e, posteriormente, Proc. 10944AD/2013, de 02/12/2013). SEM ANÁLISE ATÉ A PRESENTE DATA.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Distribuídos no mês	50	26	54	14	57	64	42	70	29	34	32	8	
Impulsionados no mês	50	26	54	14	57	64	42	70	29	34	32	8	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Audiências realizadas	0	0	21	25	18	08	16	09	0	1	1	5	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	4	0	3	1	2	2	0	7	7	3	1	0	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	2	3	0	0	0	3	2	8
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	2	0	2	0	1	0	0	0	0	0	10	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	1	0	0	7	5	1	15	3	2	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0
Termos de Depoimento	1	0	3	2	0	1	2	1	0	1	0	3
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	6	0	5	8	4	3	3	0	3	3	2	1

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	14
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	0
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-
	Em tramitação há mais de 180 dias:	-
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	-
	Em tramitação há mais de 90 dias;	-
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	-
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-
	Outras unidades de atendimento:	-
	Estabelecimentos de idosos:	-
	Estabelecimentos de deficientes:	-
	Estabelecimentos de Saúde:	-
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	-
	Fundações:	-

Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos da 1ª.Vara Cível da Comarca de Timon (todos), bem como os da 2ª.Vara Cível da Comarca de Timon, da 4ª.Vara Cível da Comarca de Timon, e da 2ª.Vara Criminal da Comarca de Timon, de acordo com a atribuição da unidade ministerial. Quanto a eventuais requerimentos ou notícias quanto à atuação extrajudicial na esfera cível, recebe diretamente via Secretaria das Promotorias de Justiça, conforme atribuição.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos												0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: O colega inspecionado somente soube informar os dados criminais relativos a esta unidade ministerial do mês de Novembro/2014, indicando que não tem condições de informar os dados relativos ao período do mês de dezembro de 2013 a outubro de 2014, período em que não atendeu esta promotoria de justiça. Por essa razão, os espaços relativos ao período mencionado nesta tabela seguem na forma como foram recebidos pela equipe quando do ato da inspeção.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	2
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0



Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe os feitos da 1ª.Vara Cível da Comarca de Timon (todos), bem como os da 2ª.Vara Cível da Comarca de Timon, da 4ª.Vara Cível da Comarca de Timon, e da 2ª.Vara Criminal da Comarca de Timon, de acordo com a atribuição da unidade ministerial. Quanto a eventuais requerimentos ou notícias quanto à atuação extrajudicial na esfera criminal, recebe diretamente via Secretaria das Promotorias de Justiça, conforme atribuição.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.		

#### 14.38. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Oficiar nos feitos da 2ª.Vara Cível não afetos a órgão de execução com atribuição específica; defesa do meio ambiente; fiscalização de fundações e entidades de interesse social; curadoria de registros públicos; defesa da saúde; cumprimento das precatórias ministeriais versando matéria cível não afeta a órgão de execução com atribuição específica. Resolução n.001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.												
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme explicação acima														
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não														
Atribuição criminal nos feitos correlatos? SIM, nos feitos criminais correlatos da defesa do meio ambiente.														
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não														
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não														
TITULAR		ANTONIO BORGES NUNES JUNIOR												
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
O membro informou que assumiu o órgão em 04/02/2004; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina-PI, região metropolitana (lei complementar nº 112/2001), 05 km e autorizado através da Portaria nº 4597/2011-GPGJ; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª PJ Cível de Timon/MA, em razão de férias do titular; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (junho e julho de 2014); cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.														
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO														
Atendimento ao público			Das 8h às 12h e das 14h às 18h.											
Estrutura de Pessoal			1 Assessora e 1 Técnica que também presta serviços para a 4ª promotoria de Justiça Cível.											
Estrutura Física			Um imóvel de 2 andares, com um hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.											
Sistema de Arquivo			Na própria sala em pastas e atualmente pelo SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público).											
Sistema de Registro			Antes em livros e atualmente pelo SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Destinados ao fundo municipal de meio ambiente e a outros fundos de direitos difusos.														
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA														
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2ª.Vara Cível da Comarca de Timon: 1.003 e 4ª.Vara Cível da Comarca de Timon: 1.256.														
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).														
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL														
PROCESSOS JUDICIAIS														
PERÍODO			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	63	68	85	62	55	91	51	56	90	89	46	47
Impulsionados no mês	63	68	85	62	55	91	51	56	90	89	46	47
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	24	0	16	12	10	7	08	0	13	16	11	7
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	1	2	8	6	3	6	6	0	4	2	6	11
TAC firmado	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	2
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	4	3	1	5	0	0	17	4	9	6
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	9	6	20	15	12	1	0	0	19	16	0	2
Reuniões (com ata)	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	3	2
Atendimento ao público	16	31	58	56	29	21	0	0	57	65	15	9
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						0		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						2		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						11		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						0		
Procedimentos Preparatórios				Em tramitação há menos de 90 dias:						1		
				Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):						0		
				Em tramitação há mais de 180 dias:						0		
Inquéritos Cíveis				Em tramitação há menos de 1 ano:						0		
				Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):						0		
Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;						4		
				Em tramitação há mais de 90 dias;						0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										4		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										1		

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	0
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	12 (mensalmente)
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	4 (trimestralmente)
	Fundações:	6 (bimestralmente)
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 2ª Vara Cível da Comarca de Timon. Recebe também feitos da 4ª Vara Cível da Comarca de Timon, todavia apenas aqueles que versam sobre matéria de saúde pública. Quanto a eventuais requerimentos ou notícias quanto à atuação extrajudicial, recebe diretamente via Secretaria das Promotorias de Justiça, conforme atribuição.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu a redistribuição das atribuições nas promotorias de justiça de Timon-MA, para que saúde e meio ambiente não fiquem concentrados na mesma promotoria.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
1) Idealização da arborização urbana na cidade de Timon/MA; 2) Mobilização da sociedade civil para a construção do prédio da APAE; 3) Articulação com as comunidades carentes dos bairros flores e parque alvorada para a abertura de núcleos do esporte badminton para os jovens em situação de vulnerabilidade social; 4) Parceria no projeto da "justiça itinerante" levada aos povoados distantes.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
1) Foi constatada reduzida atuação extrajudicial, em que pese possuir atribuições para as matérias de meio ambiente, saúde, fundações e registros públicos, com a existência de 04 (quatro) PA's, 11 (onze) NF's e 01 (um) PP;		
2) Em regra, os procedimentos são instaurados a partir de representações formuladas diretamente no órgão, vinculadas à solução de demandas individuais. Resta prejudicada, pois, a atuação extrajudicial voltada à busca da materialização das políticas públicas relacionadas às atribuições mencionadas.		

**14.38.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Antonio Borges Nunes Junior esclareceu, quanto aos *processos e procedimentos analisados e tidos como irregulares* que, conforme consta no próprio bojo do relatório preliminar, o membro inspecionado lançou sugestão sobre a urgente necessidade de redistribuição das atribuições nas Promotorias de Justiça de Timon-MA, uma vez que a 2ª Promotoria de Justiça Cível detém atribuições sobre várias matérias complexas em questões de saúde, meio ambiente, fundações e registros públicos, além de atuação processual plena em matéria cível, como foi inclusive reconhecido pelos membros daquela inspeção. No que toca as duas observações pontuadas no referido relatório quanto a “*reduzida atuação extrajudicial*” e de que há foco de atuação na “*solução de demandas individuais*”, em prejuízo da “*atuação extrajudicial voltada à busca da materialização das políticas públicas*”, esclareceu tais pontos dentro de um contexto amplo, segundo seu entendimento. Aduziu que “*não se pode arredar do fato público e notório de que o Estado do Maranhão tem o segundo pior IDH dentre os Estados brasileiro, com vergonhoso índice de 0,639. A cidade de Timon reproduz tristemente essa realidade, pois tem o IDH de apenas 0,649. Por óbvio, há reflexo na população maranhense que tem a menor renda mensal per capita no Brasil, com míseros R\$ 461,00, segundo IBGE. Diante dessa inafastável constatação o Ministério Público é chamado a contribuir, dentro de suas funções institucionais, com a transformação do quadro social. Assim deve fazê-lo através da materialização das políticas públicas, porém, sem se olvidar, jamais, do atendimento individual do hiposuficiente que nos bate à porta, como única e última esperança. Eis o grande desafio a ser enfrentado por quem milita no Ministério Público em uma cidade pobre do sertão nordestino. Por isso, deve-se buscar o justo equilíbrio em focar a atuação ministerial nas grandes demandas de políticas públicas transformadoras, no entanto, sem se descuidar do atendimento das demandas individuais urgentes e necessárias, mormente no campo de garantia do direito à saúde. Assim é o nosso trabalho. Em verdade, essa é uma diretriz louvável do Ministério Público do Maranhão. Também o é do próprio Conselho Nacional do Ministério Público. Portanto, o trabalho desenvolvido nesta 2ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Timon-MA tem essa peculiaridade de atentar para as grandes demandas através de instauração de procedimentos administrativos de acompanhamento de políticas públicas, contudo, com intensa atuação em paralelo com o atendimento diário de demandas individuais junto às pessoas carentes e que são vítimas da*

*injusta estrutura social desta região.*” Esclareceu que, na estatística durante o período inspecionado pelo CNMP (dezembro/2013 a novembro/2014), houve grande movimentação de processos judiciais obedecendo-se a celeridade exigida por lei, considerável atendimento ao público e audiências extrajudiciais. Houve, também, movimentação de procedimentos extrajudiciais, em meio a um novo sistema de controle informatizado do SIMP que só veio a ser instalado em Timon-MA no mês de setembro de 2014. Houve a instauração de procedimentos administrativos de acompanhamento de políticas públicas. Houve a formulação de TAC's. Houve a propositura de ações civis públicas. Atualmente, após a Inspeção do CNMP e a consolidação do SIMP nas Promotorias de Justiça de Timon-MA, aliado ao disciplinamento da matéria através do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP, em que o Ministério Público do Maranhão uniformiza a rotina de atuação nos procedimentos extrajudiciais, naturalmente fez crescer ainda mais a movimentação extrajudicial de forma considerável nesta 2ª Promotoria de Justiça Cível de Timon-MA, tanto voltada ao atendimento das demandas individuais quanto, por óbvio, no que toca as questões de garantia de políticas públicas transformadoras de nossa sociedade. Fundado no extrato de relatório sintético do SIMP, informou que que somente neste ano de 2015 até a presente data foram realizadas mais de 1700 movimentações no SIMP, com destaque à propositura de 06 ações civis públicas e 11 reuniões vadas aos importantes interesses da comunidade, concluindo pela atuação significativa deste órgão de execução. Juntou aos autos da Corregedoria Nacional (fls. 571 a 573, Anexo II, Volume III) cópia do relatório de produtividade no SIMP desta unidade, certidão de inexistência de processo judicial com carga para esta 2ª Promotoria de Justiça Cível e da relação atualizada dos procedimentos extrajudiciais atualmente em trâmite, bem demonstrando que há verdadeiramente um considerável fluxo de atuação em prol da população, tanto no que pertine suas demandas individuais quanto coletivas.

**14.38.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que as sugestões apresentadas pelo membro já estão em análise pelo Colégio de Procuradores de Justiça, considerando que em 2014 foi aprovada Resolução nº 23/2014, que redefiniu as atribuições das Promotorias de Justiça de Timon, após manifestação expressa dos membros.

14.39. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	3ª Vara de Família da Comarca de Timon/MA. Atribuição para oficiar nos feitos que tramitam perante esse juízo, com atribuição nos feitos que versam sobre direito de família. Oficiar nos feitos da 3ª Vara Cível não afetos a órgão de execução com atribuição específica; cumprimento das precatórias ministeriais versando matéria de direito de família; oficiar nas habilitações de casamento. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais? Não	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	MARCO ANTÔNIO CAMARDELLA DA SILVEIRA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/04/2001; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina- PI, mesma Região Metropolitana, 9 Km, autorizado pela PGJ/MA, através da Portaria 1878/2012-GPGJ; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (julho/2014); cumpre expediente das 8h às 14h, mas tal período pode ser variável, de acordo com a pauta de audiências.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Variável (nos intervalos das audiências). Em regra, das 8h às 14h.

Estrutura de Pessoal	1 assessora e 1 técnico administrativo compartilhado com a 3ª Promotoria de Justiça Criminal.
Estrutura física	Um imóvel de 2 andares, com um hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.
Sistema de Arquivo	Meio Físico em pastas, em meio virtual particular (Dropbox e Google+), e em meio virtual oficial pelo Sistema SIMP.
Sistema de Registro	Meio Físico em pastas, e em meio virtual pelo Sistema SIMP.

De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não tem.

#### EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA

Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.143.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 11.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	Férias		6	9	0	4	8	3	0	5	3	0
Distribuídos no mês	-	-	58	96	193	139	119	49	128	146	109	141
Impulsionados no mês	-	-	89	126	222	170	148	69	158	176	139	137
Saldo do mês	-	-	9	0	4	8	3	0	5	3	2	4
Audiências realizadas	-	-	38	58	108	99	64	18	96	146	81	104
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: O inspecionado entregou à equipe, no ato da inspeção, o Termo Anexo 3, o qual foi juntado aos autos de inspeção, o que permitiu o preenchimento de todos os campos deste item relativamente ao mês de Novembro de 2014. Quanto aos demais campos, de responsabilidade do inspecionado, seguem da forma como foram inseridos no Termo e apresentados a esta Equipe de Inspeção. Os outros campos foram preenchidos no ato, em razão da possibilidade de conferência precisa dos dados informados no momento da inspeção, com exceção dos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014, que não foram informados também no ato da inspeção, conforme se verifica acima.

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	Férias		0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
TAC firmado	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Arquivamento com Remessa	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	15	16	6	12	11	8	8	15	15	4

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Prejudicado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Prejudicado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos em trâmite na 3ª Vara Judicial de Timon/MA. Notícias de fato ou cartas precatórias ministeriais são recebidas diretamente da Secretaria das Promotorias de Justiça de Timon, de acordo com a atribuição.		
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>		
O membro inspecionado teceu algumas sugestões: 1) Ampliação física da sede das promotorias; 2) Melhoria da velocidade da internet que serve às promotorias.		
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
<b>OBSERVAÇÕES</b>		
1) Em que pese não constar fisicamente nos autos judiciais informações precisas sobre a data de ingresso dos mesmos na unidade ministerial, foi informado que esse controle é feito por meio do SIMP (Sistema integrado do Ministério Público);		
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.		

#### 14.40. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE TIMON/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 4ª Vara Cível não afetos a órgão de execução com atribuição específica; curatela e ausência; defesa dos direitos do consumidor; defesa dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Não	
TITULAR	GIOVANNI PAPINI CAVALCANTI MOREIRA



DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que assumiu o órgão em 23/05/2013; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina-PI, região metropolitana (LC 112/2001), 05 km, autorizado pela Portaria nº 4597/2011-GPGJ; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessora jurídica e 1 técnica ministerial que atende também a 2ª. Promotoria de Justiça Cível de Timon.											
Estrutura física	1 imóvel de 2 andares, com um hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.											
Sistema de Arquivo	No gabinete em pasta AZ e agora com o SIMP.											
Sistema de Registro	Antes com livro de protocolo e atualmente pelo SIMP (virtual).											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Para o fundo de direitos difusos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.256, sendo que 397 são ações de Fazenda Pública com competência genérica e 24 são de tutela, curatela e ausência.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	17	16	20	10	20	16	22	13	7	0	15	22
Distribuídos no mês	18	23	23	21	20	37	34	19	16	34	38	16
Impulsionados no mês	19	19	33	11	24	31	43	25	23	19	31	38
Saldo do mês	16	20	10	20	16	22	13	7	0	15	22	0
Audiências realizadas	11	Férias	8	7	13	16	11	3	5	19	5	10
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao TJ	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0
Obs.: Informa o inspecionado os processos relativos à 4ª Vara Cível e à 94ª Zona Eleitoral.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	24
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	3	0	0	2	0	1	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	3
Termos de Depoimento	0	0	4	0	3	0	0	1	2	2	3	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	1	0	6	7	7	4	1	3	14	15	5	7
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Atendimento ao público	0	0	20	16	12	20	15	18	16	0	0	24
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						3		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						6		

Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	10	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0	
	Em tramitação há menos de 1 ano:	0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0	
	Em tramitação há menos de 90 dias;	0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há mais de 90 dias;	4	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		7	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		6	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		3	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:	1	
	Estabelecimentos de idosos:	0	
	Estabelecimentos de deficientes:	1	
	Estabelecimentos de Saúde:	2	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0	
Fundações:	Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos da 4ª Vara Cível da Comarca de Timon. Quanto a eventuais requerimentos ou notícias quanto à atuação extrajudicial, recebe diretamente via Secretaria das Promotorias de Justiça, conforme atribuições			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Necessidade de um centro de apoio de direitos difusos regionalizado para timon; 2) Necessidade de constituição de uma equipe técnica multidisciplinar também regionalizada, para atender a demanda local; 3) Necessidade de se contratar servidores para as promotorias de justiça de Timon; 4) Atuação conjunta entre MP e PROCON, com a criação deste último em Timon.			
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS			
1) Indica na área do idoso: projeto de levantamento de dados e mediação entre as famílias e representantes legais de idoso em situação de risco (quando o caso chega à promotoria), com o acompanhamento posterior pelos integrantes da rede, de forma a evitar a judicialização do problema apresentado; 2) Projeto apresentado no CAO de direitos humanos do MPMA.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
PA	001/2013	27/05/2013	Apurar deficiência na oferta de transporte público aos consumidores de Timon: IRREGULAR: Procedimento sem receber movimentação de maio de 2013 a novembro de 2014. Não houve observância à taxonomia implementada pelo CNMP, em razão da instauração de “PA” em substituição a PP ou ICP.

NF	000890-508/2014	24/10/2014	Apurar cobrança indevida de emolumentos por parte de Oficial de Registro Civil: IRREGULAR – Inobservância do prazo de 30 (trinta) dias para arquivamento ou conversão em PP/ICP. Importante destacar que a situação verificada no procedimento refere-se a representação encaminhada ao órgão com data de 06/11/2013 (destaca-se que apesar de a representação apresentar a mencionada data, não há informação/protocolo com a efetiva data de ingresso no órgão).
OBSERVAÇÕES			
1) Foi observada reduzida demanda extrajudicial no órgão inspecionado, com a existência de 9 Notícias de Fato e um Procedimento Administrativo em tramitação;			
2) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.			

**14.40.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Giovanni Papini Cavalcanti, apresentou seus esclarecimentos, informando que na estatística durante o período inspecionado pelo CNMP (dezembro/2013 a novembro/2014), houve grande movimentação de processos judiciais obedecendo-se a celeridade exigida por lei, considerável atendimento ao público e audiências extrajudiciais. Houve, também, movimentação de procedimentos extrajudiciais, em meio a um novo sistema de controle informatizado do SIMP que só veio a ser instalado em Timon-MA no mês de setembro de 2014. Houve a instauração de procedimentos administrativos de acompanhamento de políticas públicas. Houve a formulação de TAC's. Houve a propositura de ações civis públicas. Atualmente, após a Inspeção do CNMP e a consolidação do SIMP nas Promotorias de Justiça de Timon-MA, aliado ao disciplinamento da matéria através do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 - GPGJ/CGMP, em que o Ministério Público do Maranhão uniformiza a rotina de atuação nos procedimentos extrajudiciais, naturalmente fez crescer ainda mais a movimentação extrajudicial de forma considerável nesta 4ª Promotoria de Justiça Cível de Timon-MA, tanto voltada ao atendimento das demandas individuais quanto, por óbvio, no que toca as questões de garantia de políticas públicas transformadoras de nossa sociedade. Observa-se pelo extrato de relatório sintético do SIMP, que somente neste ano de 2015 até a presente data houve-se por realizar mais de 600 movimentações no SIMP, com destaque à propositura de 06 ações e 17 reuniões voltadas aos importantes interesses da comunidade. À vista dessa informação, concluiu que há atuação significativa do órgão de execução. Juntou aos autos de inspeção da Corregedoria Nacional (fls. 575 a 577, Anexo II, Volume III) do relatório de produtividade no SIMP da unidade e da relação atualizada dos procedimentos extrajudiciais atualmente em trâmite, demonstrando o fluxo de atuação em prol da população, tanto no que pertine suas demandas individuais quanto coletivas.

**14.40.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que a estrutura administrativa de pessoal teve um acréscimo significativo com os Assessores de Promotores de Justiça e estagiários para cada unidade de Timon, bem como vem sendo adotadas medidas para a melhoria da estrutura predial, estando em fase de análise para construção de um anexo ao prédio principal. A internet de TIMON é de 2 GIGA, e estamos através de Processo Administrativo examinando a disponibilidade orçamentária e financeira para aumentar a internet em todo o Estado.

14.41. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atribuições do órgão (informar ato normativo correspondente): Oficiar nos feitos da 1ª. Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica; exercer o controle externo da atividade policial militar, sem prejuízo do controle difuso exercido por quaisquer dos Promotores de Justiça da comarca sobre fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos. Resolução 01/2012 CPMP (ART. 2º, ALÍNEA "e")
Atribuições extrajudiciais?	Não
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Não

Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim (Militar)												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		FÁBIO MENEZES DE MIRANDA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 10/05/2014; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina-PI, residência familiar, 8 km, Portaria nº 6453/2014-GPGJ; nos últimos 6 meses participou do curso de Controle Externo da Atividade Policial; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.										
Estrutura de Pessoal		1 assessora, 1 estagiária, e uma técnica judiciária que presta serviços a outras duas unidades ministeriais.										
Estrutura física		Em condições razoáveis.										
Sistema de Arquivo		Meio físico, em pastas. Meio virtual pelo Sistema SIMP, e na própria máquina da promotoria.										
Sistema de Registro		Meio virtual pelo Sistema SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Encaminhamento ao Conselho Superior.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1ª. Vara Criminal da Comarca de Timon/MA: 741.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	11	11	12	0	-	13	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	28	65	82	22	191	108	85	93	227	324	84
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	28	53	66	22	59	104	85	93	217	253	104
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	0	12	16	0	191	108	85	93	227	324	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	17	29	05	29	19	20	11	34	45	19	22
Sessões do Tribunal do Júri	-	0	0	0	-	1	1	1	2	1	1	2
Recursos interpostos	-	0	0	0	-	2	3	4	8	2	8	2
Termos Circunstanciados distribuídos	-	0	0	0		0	0	0	0	0	0	2
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	7	5	5	5	4	1	11
Arquivamentos de IP/PIC	-	0	0	8	2	3	1	4	0	1	0	2
Denúncias oferecidas	-	4	9	3	5	21	26	25	14	7	25	13
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	2	3	10	4	9	9	10	2	2	2	1
Obs.: O colega inspecionado informou no ato da inspeção que, por ter assumido a unidade ministerial no mês de maio/2014, e pelo fato de que esta promotoria de justiça permaneceu vaga por aproximadamente 06 meses antes de sua chegada, não foi possível, de acordo com o inspecionado, informar os dados da unidade ministerial anteriores ao mês de maio/2014, ficando assim o termo como apresentado no ato da inspeção pelo colega inspecionado, com os espaços vagos conforme se verifica acima.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais		Com vista há mais de 30 dias:									0	
		Com vista há mais de 6 meses:									0	
		Com vista há mais de 12 meses:									0	

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos que tramitam na 1ª Vara Criminal da Comarca de Timon. No âmbito extrajudicial, as notícias de fato são encaminhadas diretamente da Secretaria para a unidade ministerial após recebimento, de acordo com a atribuição. Em caso de dúvida, a Direção das Promotorias delibera para qual unidade deve a notícia ser encaminhada.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Necessidade prédio para mais salas para comportar mais gabinetes de promotores de justiça; 2) Necessidade mais servidores para realizar a função de técnico ministerial para secretariar os feitos da unidade inspecionada; 3) Melhoria da qualidade da internet.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
Foi relatado o Projeto para acompanhamento de pessoas colocadas em liberdade provisória, por meio de conselho da comunidade, para exercer tal acompanhamento, com remuneração.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		

**14.41.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que a estrutura administrativa de pessoal teve um acréscimo significativo com os Assessores de Promotores de Justiça e estagiários para cada unidade de Timon, bem como vem sendo adotadas medidas para a melhoria da estrutura predial, estando em fase de análise para construção de um anexo ao prédio principal. A internet de TIMON é de 2 GIGA, e estamos através de Processo Administrativo examinando a disponibilidade.

#### 14.42. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Oficiar nos feitos da 2ª Vara Criminal não afetos a órgão de execução com atribuição específica; exercer o controle externo da atividade policial civil, sem prejuízo do controle difuso exercido por quaisquer dos Promotores de Justiça da comarca sobre fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme acima explicitado	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	

Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		FERNANDO ANTÔNIO BERNIZ ARAGÃO										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em setembro 2013; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina/PI, distante 5 km, possui autorização da PGJ. Portaria n. 4135/2014; nos últimos 6 meses participou do 2º Encontro Operacional Criminal (Mecanismos Atuais de Combate ao Crime Organizado no Sistema Prisional), organizado pelo GAECO-MA e pela PGJ-MA; exerce o magistério na Faculdade São José dos Coais, carga horária 20 horas, período noturno, não exerce cargo administrativo, leciona Processo Penal I e II; não exerce a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (julho/2014); cumpre expediente das 7h30min às 17h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 18h.										
Estrutura de Pessoal		1 Assessora, 1 Estagiário e 1 Técnico compartilhado com a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Timon.										
Estrutura física		1 imóvel de 2 andares, com um hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.										
Sistema de Arquivo		Meio físico em pastas, e em meio virtual oficial pelo Sistema SIMP.										
Sistema de Registro		Meio físico em pastas e livros, e em meio virtual oficial pelo Sistema SIMP.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não são geridos recursos desta natureza por parte da Promotoria de Justiça.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 594.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3, sendo 2 Inquéritos Policiais e 1 Processo Criminal.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	4	14	23	22	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	85	42	159	79	96	122	138	114	119	111	150	93
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	85	46	173	102	118	122	138	114	119	111	150	93
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	25	20	41	16	49	22	43	3	26	51	38	36
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	2	2	4	4	0	2	4	1	0
Recursos interpostos	1	0	1	0	0	1	5	3	2	0	0	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	10	11	07	07	13	16	12	14	10	10	11	11
Arquivamentos de IP/PIC	2	2	3	0	0	1	04	0	0	0	5	2
Denúncias oferecidas	8	5	20	6	17	32	10	20	6	1	15	21
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Atendimento ao público	3	7	12	10	5	5	3	8	5	3	2	2
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		



Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	3 (ICRIM e IML)
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos que tramitam na 2ª Vara Criminal. No âmbito extrajudicial, as notícias de fato são encaminhadas diretamente da Secretaria para a unidade ministerial após recebimento, de acordo com a atribuição. Em caso de dúvida, a Direção das Promotorias delibera para qual unidade deve a notícia ser encaminhada.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
1) Número maior de servidores; 2) Melhoria da estrutura física; 3) Observa que a PGJ-MA está ciente da situação.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
Foi relatado o Projeto de recuperação do rio Una, na comarca de morros, em parceria com o Poder Judiciário, o qual concorreu ao prêmio innovare.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.		
OBSERVAÇÕES		
Em que pese a existência de atribuição afeta ao controle externo da atividade policial civil, não foi observado nenhum procedimento sobre o tema. Igualmente, não há a utilização de investigação criminal direta (PIC) pelo órgão inspecionado.		

**14.42.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Fernando Antonio Berniz Aragão esclareceu que é o titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon, cumulando as funções do Controle Externo da Atividade Policial Civil desde de setembro de 2013. Informou que, desde assumiu o órgão tem o maior zelo com o cidadão e, em especial, com a imagem do Ministério Público Timbira, zelando sempre pela boa e eficaz prestação dos serviços, seja judicial ou extra-judicial. Relatou que, no atendimento ao público, algumas demandas que surgem, afetas ao controle externo, são encaminhadas para a Polícia Civil, no intuito de investigação e/ou instauração de procedimento. A maioria refere-se a não conseguirem registrar ocorrência nos distritos ou solicitando informações sobre o andamento processual, tramitando apenas 5 (cinco) notícias de fato nesta Promotoria de Justiça. Esclareceu que não há nenhum Procedimento de Investigação Criminal (PIC) instaurado, pois, não vislumbrou a sua necessidade. Encaminhou relatório analítico e sintético extraído do SIMP, em relação à produtividade da 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon, no período de 01 a 29 de maio do corrente ano, conforme solicitação da Dra. Doracy Moreira Reis, Chefe de Gabinete desta Corregedoria Geral. Em relação as observações feitas pelo Conselho Nacional do Ministério Público quando da elaboração do relatório preliminar, informou que não possui

atribuição na área de improbidade administrativa, sendo esta atribuição da 1ª Promotoria de Justiça Cível desta cidade. No tocante ao item estrutura física, informou que na parte de baixo do prédio onde funciona a Promotoria, possui 4 gabinetes e não 3 como mencionado no relatório. Na parte de cima, são 5 gabinetes, ao invés de 6.

14.43. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE TIMON/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Execução Penal. Violência doméstica contra mulher. Crimes de trânsito. 1/3 dos crimes de tráfico de entorpecentes. Crimes praticados contra criança e adolescente. Oficiar nos feitos da 3ª. Vara Criminal da Comarca de Timon não afetos a órgão de execução com atribuição específica; fiscalização de presídios e de casas de detenção e custódia de presos de justiça, sem prejuízo da iniciativa de ofício de quaisquer dos Promotores de Justiça da comarca a partir de fatos verificados em exame de autos que lhe forem distribuídos; defesa da mulher na forma da Lei n. 11340/06; oficiar nos processos que tenham criança e/ou adolescente como vítima. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.											
Atribuições extrajudiciais? Não													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		FERNANDO EVELIM DE MIRANDA MENESES											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em 03/02/2012; não reside na comarca de lotação, mas em Teresina-PI a qual faz parte da região metropolitana, com autorização oficial da Procuradoria-Geral de Justiça, distante 10km da Comarca, Portaria nº 3628/2012-GPGJ, do MPMA; nos últimos 6 meses participou do 20º Seminário Internacional de Ciências Criminais promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCRIM, no período de 26 a 29/08/ 2014, em São Paulo-SP; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h.											
Estrutura de Pessoal		1 Assessora, 1 Estagiária e 1 Técnica que compartilha com a 3ª Promotoria de justiça Cível de Timon.											
Estrutura física		Estrutura física razoável que atende em parte à demanda interna e externa.											
Sistema de Arquivo		Sistema físico (maior parte) eletrônico (SIMP).											
Sistema de Registro		Em arquivo físico e SIMP.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gestão deste tipo de recurso por parte da unidade inspecionada.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 3ª. Vara Criminal da Comarca de Timon: 1.591.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	Não informado	0	8	8	12	28	13	23	07	5	12	12	
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	20	96	27	41	76	51	71	104	27	33	22	33	
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	20	59	27	37	48	38	48	97	18	21	46	45	
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	37	8	12	28	13	23	7	05	12	12	0	
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	18	1	12	32	39	48	19	05	45	48	35	49	
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	03	0	0	0	

Recursos interpostos	0	1	0	01	0	0	0	0	0	01	0	2
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	10	5	10	10	10	12	7	8	6	11	10	8
Arquivamentos de IP/PIC	0	Não informado	4	3	4	1	3	6	0	2	0	4
Denúncias oferecidas	5	13	3	14	21	14	22	43	13	13	8	18
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	25	0	8	13	18	14	15	12	12	15	6	10

Obs.: O inspecionado informou que, segundo orientação emanada da Corregedoria local do MPMA, o preenchimento deste item cingia-se ao ano de 2014, razão pela qual não haviam sido fornecidos os dados relativos ao mês de dezembro de 2013 até a inspeção, sendo que, neste ato, tais dados foram colhidos e inseridos na tabela acima. Quanto ao mês de Janeiro/2014, os dados foram extraídos do termo de inspeção do Promotor de Justiça Fernando A. Beniz, que atendeu a unidade ministerial durante as férias do inspecionado em Janeiro/2014. Informa o inspecionado que forneceu apenas os dados relativos a processos criminais e inquéritos policiais de Dez/2013 a Nov/2014, não inserindo os números relativos a feitos de execução penal, em razão da ausência de campo específico para tanto.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Não soube informar
	Estabelecimentos prisionais:	12
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos que tramitam na 3ª Vara Criminal da Comarca de Timon. No âmbito extrajudicial, as notícias de fato são encaminhadas diretamente da Secretaria para a unidade ministerial após recebimento, de acordo com a atribuição. Em caso de dúvida, a Direção das Promotorias delibera para qual unidade deve a notícia ser encaminhada.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

O membro inspecionado sugeriu a redistribuição das atribuições da 3ª Promotoria Criminal de Timon para que se torne uma promotoria com atuação exclusiva na execução penal.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
OBSERVAÇÕES
<p>1) Foi informado pelo colega inspecionado que há em tramitação 04 (quatro) notícias de fato, entretanto, duas destas foram encaminhadas para análise da equipe de serviço social;</p> <p>2) A PJ inspecionada possui atribuição afeta à defesa da mulher apenas no âmbito criminal;</p> <p>3) Em se tratando de acompanhamento de políticas públicas sobre o mesmo tema, a atribuição fica sob a responsabilidade da 2ª PJ especializada (defesa da cidadania);</p> <p>4) Consoante informações do Dr. Leandro Garcia Algarte Assunção, obtidas mediante contato telefônico efetuado no dia 15/04/2015, houve a apresentação, em duplicidade, dos dados estatísticos da seara criminal, referente ao mês de fevereiro de 2014. Com efeito, tanto o membro titular, quanto o substituto apresentaram informações relacionadas com o mês de 02/2014. Em outras palavras, além dos dados estatísticos do órgão (criminal), referente ao mês de fevereiro de 2014, há também as seguintes informações: Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros): 37; Distribuídos no mês (ações penais e IP's): 14; Impulsionados no mês (ações penais e IP's): 51; Saldo do mês atual (ações penais e IP's): 4; Audiências realizadas nos últimos 30 dias: 15; Sessões do Tribunal do Júri: 0; Recursos interpostos: 0; Termos Circunstanciados distribuídos: 0; Autos de Prisão em Flagrante distribuídos: não informado; Arquivados de IP/PIC: 0; Denúncias oferecidas: 2; Número de interceptações telefônicas iniciadas: 0; Atendimento ao público: 0.</p> <p>5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.</p>

14.44. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE TIMON/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Oficiar perante a 4ª.Vara Cível da Comarca de Timon/MA, nos feitos da infância e juventude e de educação. Defesa da criança e do adolescente por aplicação exclusiva da Lei n. 8.069/90. Defesa da educação. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.										
TITULAR		EDUARDO BORGES OLIVEIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 16/01/2007, não reside na comarca de lotação, mas em Teresina, região integrada da Grande Teresina (Lei Complementar 112/2001), Portaria nº 297/2012-GPGJ, distância de 1km; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon, uma vez que o titular está convocado pelo Conselho Nacional do Ministério Público; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades; cumpre expediente das 8h às 13h e das 15h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público			Diariamente, das 8h às 13h e das 15h às 18h.										
Estrutura de Pessoal			1 Assessor, 1 Técnico e 1 Estagiário.										
Estrutura física			Um imóvel de 2 andares, com 1 hall de entrada com 3 gabinetes na parte de baixo, e 6 promotorias na parte de cima. Banheiros públicos e privativos nos gabinetes. Garagem para os veículos.										
Sistema de Arquivo			Pastas AZ e caixas de arquivo – Meio físico. Também em meio virtual por meio do Sistema SIMP.										
Sistema de Registro			Atualmente o SIMP – Meio virtual. Meio físico, em pastas e livros.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Fundo Municipal da infância e Juventude.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4ªVara Cível da Comarca de Timon/MA: 1.954.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	6	0	1	0	2	10	5	8	3	0	9	1	
Distribuídos no mês	8	9	9	5	17	23	12	10	11	9	9	14	
Impulsionados no mês	14	8	10	3	9	28	9	15	14	0	17	15	
Saldo do mês	0	1	0	2	10	5	8	3	0	9	1	0	
Audiências realizadas	8	6	14	5	6	7	4	14	2	15	17	6	
Obs.: Feitos recebidos diretamente da 4ªVara Cível da Comarca de Timon/MA.													
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	2	4	5	3	3	16	18	17	7	17	12
TAC firmado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	2	1	1	0	2	1	0	1	1	12
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	1	0	8	0	0	0	2	17	63
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	3
Termos de Depoimento	0	14	13	2	4	1	0	1	7	5	4	14
Oitivas informais de adolescentes	0	2	4	5	1	10	0	8	14	4	12	4
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0
Reuniões (com ata)	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	3

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)	6
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	21
	Ações de destituição do poder familiar	4
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	8
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		4
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		1
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		4
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		3
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	8
	Centro de Internamento Provisório:	0
	Entidade de acolhimento institucional:	10
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	2
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		10 (todos com poder familiar suspenso cautelarmente)

Obs.: Promotoria de Justiça com atuação exclusiva em matéria da infância e juventude, e educação.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	4	0	4	7	2	0	1	2	0	0	4	2
Distribuídos no mês:	0	9	8	3	15	10	7	6	5	6	18	2
Impulsionados no mês:	4	5	5	8	17	9	6	9	5	2	20	4
Saldo do mês atual:	0	4	7	2	0	1	2	0	0	4	2	00
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	1	3	4	1	5	0	2	4	2	8	11	11
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	1	9	10	12	16	13	15	8	10	10	8	5
Arquivamentos e Remissões	0	1	0	0	1	2	0	1	4	3	10	13
Representações	2	2	1	4	6	2	5	3	14	01	14	28
Audiências de Apresentação	1	2	1	1	1	0	2	1	1	6	6	4
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
3. Execução de medidas socioeducativas				Com vista há mais de 30 dias:						0		
				Com vista há mais de 6 meses:						0		
				Com vista há mais de 12 meses:						0		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									0			
Visitas realizadas nos últimos 12 meses				Delegacias de polícia:						8		
				Unidades de Internação:						0		
Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente os feitos judiciais recebidos diretamente da 4ª.Vara Cível da Comarca de Timon/MA. Extrajudicial.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Estrutura física insuficiente para 10 promotorias de justiça atualmente; 2) Necessidade de aumentar os quadros de servidores do ministério público nas áreas de serviço social e psicologia, para melhoria dos serviços; 3) Possibilitar a realização de cursos de aperfeiçoamento regionalizados ou via web, para membros e para servidores.												
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS												
1) Comitê de gestão integrada do disque 100 – infância e juventude; 2) Centro de perícias para casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; 3) Programa de interligação do MP, CREAS, Polícia e Conselho Tutelar que informe o atendimento diário de casos (registros e comunicações).												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												
OBSERVAÇÕES												
1) A PJ inspecionada possui atribuição extrajudicial na área de educação, entretanto, não há nenhum procedimento (NE, PP ou ICP) instaurado acerca do assunto;												
2) Os procedimentos em trâmite na PJ inspecionada se limitam, quase em sua maioria, em denúncias oriundas do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos. órgão da Presidência da República.												



**14.44.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Eduardo Borges de Oliveira, quanto a observação de que não instaurou nenhum procedimento (NE, PP ou ICP) na área da educação, não obstante possuir atribuição extrajudicial, informou que “a vinda do CNMP foi um momento de suma importância para a vida administrativa da Promotoria de Justiça analisada, gerando condições para registro, organização e racionalização das ações desenvolvidas. Durante o ano de 2014, sobre a matéria educacional, teve curso um procedimento administrativo que acompanhou o processo de nucleação das escolas estaduais em Timon (MA), com propositura de ação, devidamente arquivado e remetido ao CSMP. Também tramitou um inquérito civil público relativo ao controle de verba pública do FUNDEB, devidamente arquivado e remetido ao CSMP. As notícias de Fato foram enfrentadas, bem como efetivadas inúmeras visitas escolares, reuniões envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, diretores(as) de escolas e professores(as), com forte atendimento ao público. O trabalho extraprocessual foi realizado e condizente com a demanda social apresentada. Registre-se que eventuais problemas no registro do atendimento ao público ou mesmo de atos administrativos foram resolvidos com a instalação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), que chegou a Timon (MA) em setembro de 2014, causando total adaptação à taxionomia do CNMP. “Consignou que é sabido que as Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa da Criança e do Adolescente em nosso país são caracterizadas por tratar de fatos sociais complexos, que sempre estão a requerer um olhar qualificado e multidisciplinar, em trabalho intenso. Aduziu que, em Timon (MA), município que, infelizmente, amarga baixos índices de desenvolvimento humano, tem-se priorizado o fortalecimento da rede de proteção, com contato, em reuniões permanentes, com o Conselho Tutelar, o CMDCA, o CREAS, a sociedade civil organizada e outros programas existentes. Temas como violência nas escolas, evasão escolar, plano municipal de educação foram debatidos e enfrentados no cotidiano. No que tange à segunda indicação do relatório de que os procedimentos trâmite na PJ inspecionada se limitavam, “quase em sua maioria, em denúncias oriundas do disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, órgão da Presidência da República”, informou que, por ocasião da inspeção, inúmeras notícias de fato haviam sido tratadas, com o ajuizamento de ações civis e requisições de inquérito policiais, além de mobilização dos serviços públicos. Os procedimentos administrativos, ICP e procedimentos preparatórios originaram ações ou foram arquivados, com remessa ao CSMP. Relatou que o Disque 100 é uma instância de suma importância para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, revelando abusos sexuais, maus tratos, abandono, falta e ausência dos serviços públicos, dentre outras lesões sócias. Mensalmente a Promotoria de Justiça recebe quantidade considerável de denúncias, instaurando notícias de fato no SIMP. A matéria é regulada por termo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público do Maranhão e a União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e tratada pontualmente em Timon (MA), inclusive com debate social. Está em curso a implantação de um comitê gestor do disque 100 em Timon (MA). Entretanto, tais notícias oriundas do Disque 100 estiveram longe de sintetizar a atuação da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente de Timon (MA). Entendeu que as observações constantes do relatório preliminar do CNMP evidenciaram somente o registro daquela visita, naquele momento, não podendo expressar, por óbvio, o trabalho de um ano. Foi uma amostra importante, seguindo adequada metodologia, cujos termos agora são explicados. Registrou que a equipe de inspeção fez consignar que todos os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular. Juntou tabela com os dados referentes aos procedimentos judiciais e extrajudiciais existentes atualmente na 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente de Timon (MA), com data de protocolo, autuação e última movimentação, bem como relatório do SIMP atinente ao ano de 2015 informando que não há nenhum processo judicial com vista ao Ministério Público nesta data (arquivo digital).

**14.45. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE TIMON/MA**

ATRIBUIÇÕES  
(Ato normativo)

Defesa da cidadania; conflitos agrários; atuar junto ao Juizado Especial Cível e Criminal; cumprimento de precatórias ministeriais criminais. Resolução n. 001/2012, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Atribuições extrajudiciais? Sim, conforme acima explicitado												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR	SÉRGIO HENRIQUE FURTADO COELHO (à disposição do CNMP)											
SUBSTITUTO	EDUARDO BORGES OLIVEIRA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/04/2013 (Portaria 980/2013 – GPGJ); não reside na comarca de lotação, mas em Teresina, região integrada à grande Teresina (Lei Complementar nº 112/2001), Portaria nº 297/2012–GPGJ, distância de 1km; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades; cumpre expediente das 8h às 13h e das 15h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Diariamente, das 8h às 13h e das 15h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 Assessor.											
Estrutura física	Imóvel próprio.											
Sistema de Arquivo	Sistema físico (pastas AZ e caixas arquivo) e digital (SIMP).											
Sistema de Registro	SIMP e meio físico, em pastas e livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Fundos de Lei.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.113.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	5	2	2	3	2	1	1	3	1	7	1
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	2	5	4	3	0	4	5	6	3	1

Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	3	11	7	5	4	9	6	9	6	5	7	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Prejudicado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)									Prejudicado		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Prejudicado		
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									1		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									0		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									0		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Estabelecimentos prisionais:									Prejudicado		
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado		
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado		
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado		
Fundações:									Prejudicado			
Qual o critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Timon.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	6	21	58	63	40	59	42	73	78	94	68	114
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	41	38	45	43	51	36	38	60	33	39	35	22
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	4	27	11	4	0	10	11	3	11	10	10	10
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: No campo de Atendimento ao Público, o número informado no item Estatística do Órgão (extrajudicial) deste Termo, comporta os atendimentos à comunidade cível e criminal realizados pela Promotoria ora inspecionada tomados em geral, por isso o espaço neste item segue em branco.

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Recebe diretamente do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Timon.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Estrutura física insuficiente para 10 promotorias de justiça atualmente; 2) Necessidade de aumentar os quadros de servidores do ministério público nas áreas de serviço social e psicologia, para melhoria dos serviços; 3) Possibilitar a realização de cursos de aperfeiçoamento regionalizados ou via web, para membros e para servidores.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Os projetos do inspecionado foram mencionados no termo de inspeção de sua titularidade.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) PJ com atribuição em Juizados Especiais Cível e Criminal, conflitos agrários e cidadania;
- 2) O respectivo titular, Dr. Sérgio Henrique Furtado Coelho, encontra-se à disposição do CNMP há aproximadamente 2 anos;
- 3) Foi relatado que o maior volume de trabalho se refere às audiências do Juizado Especial Criminal;
- 4) Há apenas uma Notícia de Fato em tramitação;
- 5) Em que pese a existência de atribuição afeta à defesa da cidadania, não existe nenhum procedimento em tramitação com o referido tema.

**14.45.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Eduardo Borges de Oliveira, quanto a observação de que não instaurou nenhum procedimento (NE, PP ou ICP) na área da defesa da cidadania, não obstante possuir atribuição extrajudicial, informou que *“a vinda do CNMP foi um momento de suma importância para a vida administrativa da Promotoria de Justiça analisada, gerando condições para registro, organização e racionalização das ações desenvolvidas. Este Promotor de Justiça é titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente de Timon/MA e responde, cumulativamente, pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon/MA, cuja atribuição inclui, além dos feitos afetos ao Juizado Especial Cível e Criminal de Timon, a defesa da cidadania. Ocorre que a matéria atinente à cidadania, hoje tratada pela Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, define a atuação desta PJ por exclusão. A grande maioria dos fatos trazidos ao Ministério Público referentes à matéria está relacionada à outra Promotoria de Justiça, como por exemplo, direito a saúde (2ªPJ Cível e 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente), meio ambiente (2ªPJ Cível), idoso (4ª PJ Cível), consumidor (4ª PJ Cível), deficiente físico (4ª PJ Cível e 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e Adolescente), educação (1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e Adolescente. Durante o ano de 2014, inúmeras notícias de fato foram tratadas, com os devidos encaminhamentos, com proposituras de ações civis e arquivamentos que seguiram à normatividade, inclusive com reuniões com a comunidade. No que tange às questões agrárias, atuou-se na composição dos conflitos. Registre-se que eventuais problemas no registro do atendimento ao público ou mesmo de atos administrativos foram resolvidos com a instalação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP), que chegou a Timon (MA) em setembro de 2014, causando total adaptação à taxionomia do CNMP.”* Consignou que as informações constantes do relatório preliminar do CNMP evidenciaram somente, como deveria ser, o registro daquela visita, naquele momento, não podendo expressar, o trabalho de um ano. Ressaltou que foi uma amostra importante, seguindo adequada metodologia, cujos termos ora se explica: Atualmente, existem dois Procedimentos Administrativos, um para acompanhamento de políticas públicas tendentes à implantação da igualdade racial e o segundo para acompanhar a ação do Estado do Maranhão e do Município de Timon no residencial “Novo Tempo”. Registrou que a equipe de inspeção fez consignar que todos os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular. Juntou tabela com os dados referentes aos procedimentos judiciais e extrajudiciais existentes atualmente na 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente de Timon (MA), com data de protocolo, atuação e última movimentação, bem como relatório do SIMP atinente ao ano de 2015 informando que não há nenhum processo judicial com vista ao Ministério Público nesta data (arquivo digital).

**14.45.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou o Membro do Ministério Público do Estado Sérgio Henrique encontra-se afastado por força de requisição do Conselho Nacional do Ministério Público, com afastamento total de suas atribuições e sem ônus ao CNMP, conforme publicado no Portal da Transparência.

#### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA

14.46. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuação perante a 1ª Vara Judicial; atuação perante a 4ª Vara Judicial, somente para os feitos de violência doméstica; Patrimônio Público e Probidade Administrativa, Saúde Pública, Violência Doméstica, Defesa da Ordem Econômica e Tributária.

Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		LINDEMBERG DO NASCIMENTO MALAGUETA VIEIRA										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/09/2014; reside na comarca de lotação (no alojamento da Promotoria); nos últimos 6 meses participou de cursos ministrados pela ESMP/MA e parceiros; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela PJ de Paulo Ramos; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 18h.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h (expediente oficial de funcionamento das promotorias).										
Estrutura de Pessoal		1 Assessor (comissionado) vinculado à Promotoria. Além disso, conta com uma estrutura de pessoal comum as demais promotorias, composta da seguinte forma: 4 técnicos administrativos de nível médio concursados; 4 técnicos concursados com a função de execução de mandados; 2 servidores municipais concursados, a disposição do Ministério Público; 4 vigilantes armados terceirizados. 3 estagiários contratados mediante processo seletivo, que prestam serviços as promotorias em forma de rodízio.										
Estrutura física		Gabinete individual para cada promotor, com mobiliário e equipamentos de informática padrão, além de uma sala onde trabalham os assessores de todas as promotorias.										
Sistema de Arquivo		Físico, em pastas.										
Sistema de Registro		Sim, feitos em livros que ficam no setor de protocolo, além do controle interno feito por cada promotoria.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não há gestão de recursos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.180.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	3	0	9	14	8	10	8	17	19	18	26	10
Impulsionados no mês	3	0	9	14	8	10	8	17	19	18	26	10
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	8	8	19	59	10	58	9	18	3	61	81
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Execução de TAC proposta	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	5	0	1	0	1	0	5	4	0	0	0	1
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	5	0	6	2	0	0	5	3	1	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3



Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	2	3	3	0	0	0	0	0	1	6	12

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	86
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	36
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	0
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	164
	Em tramitação há mais de 30 dias:	68
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	1
	Em tramitação há mais de 90 dias;	1
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		39
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	1
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.

Obs.: O inspecionado assumiu a Promotoria no mês de setembro do corrente ano e na ocasião já encontrou grande parte das notícias de fato e procedimentos administrativos já tramitando, destacando que na ocasião recebeu 367 procedimentos em geral e atualmente existem 273.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	15	9	24	27	18	9	15	65	20	33	51	60
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	15	9	24	27	18	9	15	65	20	33	51	57

Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	3	3	3	0	0	3	2	4	0	8
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	3	2	2	4	2	4	3	8	10	10	5	10
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	11	3	5	5	6	3	11	27	18	10	17	6
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	4	2	2	3	4	0	0	1	0	0	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Todos em tramitação na 1ª Vara Judicial e de violência doméstica perante a 4ª Vara Judicial.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Implantação de Sistema de Gestão de Procedimentos e Processos, através da informatização; 2) Ampliação do quadro funcional administrativo.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Civil Público	06/1999	09.02.1999	Irregular - prorrogado em 26.11.2014, sendo que o último impulso anterior é datado de 23.03.2010.
Notícia de Fato	64/2014	25.10.2014	Irregular - último impulso em 30.10.2014

Notícia de Fato	61/2014	25.10.2014	Irregular - último impulso em 30.10.2014
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
<p>1) A equipe constatou que a quase totalidade das notícias de fato encontradas na Promotoria foram atuadas na segunda metade do mês de outubro de 2014, observando que já estavam na Promotoria em datas bem remotas, algumas delas desde o ano de 2013. O promotor explicou que já encontrou tal documentação atuada como peças de informações pelo seu antecessor e, por entender que a atuação adequada seria como notícia de fato, reatuiu todas elas e as impulsionou. Disse também, que está reorganizando a promotoria e em espaço reduzido de tempo pretende sanar todas as irregularidades. Apresentou a relação dos procedimentos em curso, que segue como anexo 6, o qual foi juntado aos autos de inspeção. Muito embora o promotor titular (que assumiu recentemente – 02/09/2014), tenha demonstrado indicativos de preocupação na resolução das citadas pendências, a equipe sugere que a situação seja acompanhada pela Corregedoria local.</p> <p>2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.</p>			

**14.46.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira, em sua manifestação, prestou os seguintes esclarecimentos: 1) Quanto ao item “Dados Relacionados com o Membro do Ministério Público” deve ser observada alteração fática referente ao uso do “alojamento da promotoria”, tendo em vista que o Promotor de Justiça mantém residência na Rua Osvaldo Cruz, 1248, Centro, Condomínio Portinari, casa nº 10, Bacabal/MA, não utilizando o “alojamento da promotoria”; 2) Quanto aos procedimentos examinados, classificados em situação irregular, esclareceu que os três relatados foram arquivados, com remessa, inclusive, do Inquérito Civil nº 06/1999 ao CSMP/MA no dia 09 de dezembro de 2014, para homologação. No que diz respeito às Notícias de Fato nº 61/2014 e 64/2014, estas foram arquivadas, nos moldes do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014. Acrescentou que o decurso do prazo que se taxou por irregular no momento da inspeção encontrava-se em observância do referido Ato Regulamentar Conjunto em vigor no Ministério Público do Estado do Maranhão; 3) Quanto a autuação como Notícia de Fato de quase a totalidade dos procedimentos no mês de outubro/2014, destacou que tal fato ocorreu em razão da recente promoção do inspecionado àquela unidade ministerial. Assim, em observância à taxonomia adotada pelo próprio CNMP, foi adotada postura de adequação do volumoso acervo ao regramento procedimental taxonômico do CNMP, com posterior impulso, como constatado no relatório produzido; 4) Quanto aos procedimentos em curso nesta 1ª Promotoria de Justiça, ressaltou que, quando da assunção da referida unidade, esta possuía 367 procedimentos em tramitação, acervo que no momento da inspeção já abrigava apenas 273 procedimentos. Hoje, após análise, em esforço concentrado, na busca de racionalização do trâmite, junção de procedimentos conexos, instauração de Inquérito Civil, além do ajuizamento das demandas cabíveis e arquivamento daqueles procedimentos inservíveis ao fim que se destinavam, com remessa ao órgão revisor, quando necessário, restam 96 procedimentos no acervo desta 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal, entre Notícias de fato, Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis, conforme lista atualizada em anexo, todos com trâmite nos moldes do Ato Regulamentar Conjunto 05/2014 e da Resolução 23, de 17 setembro de 2007, de lavra do CNMP. Ademais, destacou que o signatário dedicou especial atenção a todos os procedimentos instaurados visando alcançar a sua conclusão dentro da maior brevidade possível, daí porque foram encontrados pouquíssimos procedimentos conclusos para deliberação à época da inspeção, pendentes para cumprimento na secretaria administrativa, compartilhada por todas as Promotorias de Justiça desta comarca. 5) Quanto aos processos judiciais com vista à 1ª Promotoria de Justiça, na data da inspeção apenas 02 foram encontrados com vista, dentro do prazo fixado para manifestação ministerial, aguardando a manifestação pertinente, dentro do prazo legal e encaminhamento ao juízo competente. Informou que, nesta data, existem 06 processos com vista ao Ministério Público, conforme lista atualizada juntada aos autos de inspeção (fl. 585, Anexo II, Volume III), sendo todos em pleno decurso do prazo para manifestação a cargo deste órgão de execução.

#### 14.47. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	A promotora inspecionada atua nos feitos criminais e cíveis perante a 2ª Vara Judicial; Atividade extrajudicial envolvendo o registro Público, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo, Fundações, Execução Penal.
---------------------------------------	---

Atribuições extrajudiciais? Sim												
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim, no Meio Ambiente.												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		KLYCIA LUIZA CASTRO DE MENEZES										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 06/03/2012; reside na comarca de lotação (no alojamento da promotoria); nos últimos 6 meses participou dos cursos promovidos pela ESMP/MA; não exerce o magistério nem a advocacia; está respondendo a procedimento administrativo disciplinar (sub judice) por desídia funcional na comarca de Buriti, tendo sido apenas com advertência verbal; responde cumulativamente pelas funções eleitorais perante a 66ª Zona Eleitoral; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 13h e das 14h às 20h.												
Obs.: Respondeu cumulativamente pela 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal no período de 06/01/14 a 19/02/14; 31/03/14 a 11/04/14; 22/04/14 a 09/05/14 e de 02/06/14 a 31/07/14, bem como pela 5a Promotoria de Justiça de Bacabal no período de 02/06/14 a 31/07/14.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h, período de funcionamento interno das promotorias, atendendo conforme a demanda.										
Estrutura de Pessoal		Vinculada à promotoria, somente 1 assessor jurídico comissionado, além disso, conta com uma estrutura de pessoal comum as demais promotorias, composta da seguinte forma: 4 técnicos administrativos de nível médio concursados; 4 técnicos concursados com a função de execução de mandados; 2 servidores municipais concursados, a disposição do ministério público; 4 vigilantes armados terceirizados, além de 3 estagiários contratados mediante processo seletivo, que prestam serviços as promotorias em forma de rodízio.										
Estrutura física		Gabinete individual para cada promotor, com mobiliário e equipamentos de informatica padrão, além de uma sala onde trabalham os assessores de todas as promotorias.										
Sistema de Arquivo		Arquivo físico com pastas.										
Sistema de Registro		Sim, feitos em livros que ficam no setor de protocolo, além do controle interno feito por cada promotoria.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São destinados a fundos municipais e estaduais, bem como entidades filantrópicas, sendo, nos casos em os recursos são decorrentes de processos em tramitação judicial nos próprios autos do processo.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.618.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 4, sendo que o feito judicial com vista mais antigo é datado de 01/12/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33
Distribuídos no mês	3	1	7	3	5	23	89	27	13	78	93	20
Impulsionados no mês	3	1	7	3	5	23	89	27	13	78	60	53
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Obs.: A Vara permaneceu sem Juiz de Direito Titular até maio de 2014.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	28	31
TAC firmado	0	1	0	2	0	1	2	3	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Atendimento ao público	8	6	6	13	14	14	24	7	13	16	7	6

Obs.: Indagada sobre a movimentação nos meses anteriores, a inspecionada confirmou que os dados em geral refletem a realidade da Promotoria, com exceção de um arquivamento com remessa ao Conselho Superior, que não consta anotado no quadro em questão.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Não dispõe deste dado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não dispõe deste dado
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Não dispõe deste dado
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	31
	Em tramitação há mais de 30 dias:	6
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	4
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	9
	Em tramitação há mais de 90 dias;	5
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		3
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		3
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		3
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	12
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:		0

Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	34	15	40	30	37	39	35	28	44	85	57	54
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	34	15	40	30	37	39	35	28	44	85	46	64
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	9	2	3	2	5	6	5	10	12	18
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	1	0	2	1	0	0	1	1	2	1
Termos Circunstanciados distribuídos	1	0	1	0	2	1	0	0	1	5	2	3
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	5	0	2	4	5	2	2	8	9	6	4	5
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncias oferecidas	2	2	4	4	3	4	1	7	3	10	3	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	0	0	1	1	1	0	2	4	1	1	2	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Processos criminais			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Processos de Execução Penal			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Termos Circunstanciados			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Autos de Prisão em Flagrante			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's			Instaurados há menos de 90 dias:								0	
			Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):								0	
			Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):								0	
Processos eleitorais			Com vista há mais de 30 dias:								0	
			Com vista há mais de 6 meses:								0	
			Com vista há mais de 12 meses:								0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses			Delegacias de polícia:								4	
			Estabelecimentos prisionais:								12	
			Centros de internamentos provisórios:								Prejudicado	



Se existe critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
1) Implantação do SIMP; 2) Simplificação do formulário de inspeções em Unidades Prisionais, pois é excessivamente trabalhoso e algumas questões são irrelevantes, ao passo que não tem campo para a apresentação de informação que a inspecionada entende necessária.
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
1) Atuação destacada no combate à pesca predatória e ao crime de poluição sonora, inclusive com expedição de Recomendações; 2) Vistorias in loco e realização de Termos de Ajustamento de Conduta; 3) Incentivo ao trabalho interno dos presos da Unidade Prisional de Ressocialização de Bacabal na horta.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
1) Foi constatado que todas as Notícias de Fato encontradas na Promotoria estão com a mesma data de autuação (03.11.2014), muito embora analisando algumas delas observou que estavam na Promotoria há mais tempo, tendo a inspecionada explicado que isso aconteceu porque antes da notícia da presente inspeção, a tramitação acontecia como peças de informação; 2) O membro inspecionado acrescentou que no MP-MA não existe uma padronização de procedimentos e tem notícia que a Corregedoria está concluindo estudos e até já foi anunciado a data de 12 de dezembro de 2014, como o dia em que serão anunciadas as novas padronizações.

#### 14.48. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)	O promotor inspecionado atua perante a 3ª Vara judicial de Bacabal; na Defesa do Consumidor, na Defesa de Portadores de Necessidades Especiais, na Defesa do Idoso e, ainda, oficia nas habilitações de casamento.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
<b>TITULAR</b>	HENRIQUE HELDER DE LIMA PINHO
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 07/03/2012; reside na comarca de lotação (alojamento da promotoria); nos últimos 6 meses participou do curso de combate a Crimes Financeiros (ESPM, em 10/10/2014); não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pelo MP na Turma Recursal e atua perante a 13ª Zona Eleitoral; não recebeu colaboração nos últimos 6 meses e afastou-se das atividades em razão de férias (junho/2014), cumpre expediente das 8h às 14h e das 15h às 23h.	
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h, ordinariamente, qualquer horário em caráter extraordinário a depender da urgência que o caso apresenta.
Estrutura de Pessoal	Vinculada à Promotoria, somente a assessora jurídica comissionada, além disso, conta com uma estrutura de pessoal comum as demais promotorias, composta da seguinte forma: 4 técnicos administrativos de nível médio concursados; 4 técnicos concursados com a função de execução de mandados; 2 servidores municipais concursados, a disposição do Ministério Público; 4 vigilantes armados terceirizados, além de 3 estagiários contratados mediante processo seletivo, que prestam serviços as promotorias em forma de rodízio.
Estrutura física	Gabinete individual para cada promotor, com mobiliário e equipamentos de informática padrão, além de uma sala onde trabalham os assessores de todas as promotorias.
Sistema de Arquivo	Arquivo físico com pastas.
Sistema de Registro	Sim, feitos em livros que ficam no setor de protocolo, além do controle interno feito por cada promotoria.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não houve tais situações perante este órgão.	
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA.</b>	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.340.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).	

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	11	16	25	11	37	48	34	11	11	34	27	38
Impulsionados no mês	11	16	25	11	37	48	34	11	11	34	27	38
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	1	30	73	37	41	49	41	42	82	56	37	41
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obs.: Ao longo de 2014, foram recebidos e impulsionados cerca de 240 processos eleitorais.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	2	4	4	1	1	0	0	5	3	5	5
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	P
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2
Termos de Depoimento	2	1	4	2	1	1	0	0	2	1	1	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	1	1	0	0	2	5	1	0	1	4	1	5
Obs.: Fora instaurado Inquérito Civil nº 01/2014, no dia 29 de Outubro de 2014.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Não tem esta informação	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Não tem esta informação	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										5	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										1	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	

Procedimentos Administrativos				Em tramitação há menos de 90 dias;				0					
				Em tramitação há mais de 90 dias;				0					
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:									0				
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:									3				
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:									0				
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):									0				
Visitas realizadas				Delegacias de polícia:					Prejudicado				
				Estabelecimentos prisionais:					Prejudicado				
				Centros de internamentos provisórios:					Prejudicado				
				Outras unidades de atendimento:					12				
				Estabelecimentos de idosos:					0				
				Estabelecimentos de deficientes:					0				
				Estabelecimentos de Saúde:					Prejudicado				
				Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:					Prejudicado				
				Fundações:					Prejudicado				
Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):		25	18	30	23	24	27	28	10	39	30	24	35
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):		25	18	30	23	24	27	28	10	39	30	24	32
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:		1	10	10	8	8	8	0	2	10	7	8	8
Sessões do Tribunal do Júri		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Recursos interpostos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos		0	1	0	1	0	2	0	0	2	2	0	2
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos		1	2	4	3	2	7	8	1	5	2	2	2
Arquivamentos de IP/PIC		0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0
Denúncias oferecidas		4	5	4	5	4	1	6	3	2	4	5	8
Número de interceptações telefônicas iniciadas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público		0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Inquéritos policiais				Com vista há mais de 30 dias:					0				
				Com vista há mais de 6 meses:					0				
				Com vista há mais de 12 meses:					0				
Processos criminais				Com vista há mais de 30 dias:					0				
				Com vista há mais de 6 meses:					0				
				Com vista há mais de 12 meses:					0				
Processos de Execução Penal				Com vista há mais de 30 dias:					Prejudicado				
				Com vista há mais de 6 meses:					Prejudicado				
				Com vista há mais de 12 meses:					Prejudicado				
Termos Circunstanciados				Com vista há mais de 30 dias:					0				
				Com vista há mais de 6 meses:					0				
				Com vista há mais de 12 meses:					0				
Autos de Prisão em Flagrante				Com vista há mais de 30 dias:					0				
				Com vista há mais de 6 meses:					0				
				Com vista há mais de 12 meses:					0				

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Implantação de sistema informatizado para registro e acompanhamento de procedimentos administrativos lato sensu e injunções do CNMP no sentido de fomentar a separação das atribuições criminais das demais relacionadas à esfera cível; 2) Que no caso de convocação para atividades na Administração Superior ocorra a substituição do promotor convocado por promotor substituto.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	21/2014	22.10.2014	Irregular - último impulso em 18.11.2014
Notícia de Fato	15/2011	13.07.2011	Irregular - último impulso em 28.11.2014
Notícia de Fato	10/2013	18.07.2013	Irregular - último impulso em 30.11.2014
OBSERVAÇÕES			
1) Foi relatado que o membro inspecionado realizou palestras como convidado da Universidade Estadual do Estado;			
2) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;			
3) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.48.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Henrique Helder Lima Pinho, apresentou Relação de Procedimentos em trâmite na referida Promotoria e Relação de Processos Judiciais com vistas ao titular da mencionada Promotoria, bem como prestou as seguintes considerações: 1) Quanto ao item “Dados Relacionados com o Membro do Ministério Público”, informou que, há tempos, não utiliza o “alojamento” outrora disponibilizado pela Promotoria de Justiça, fato este devidamente comunicado à Procuradora-Geral de Justiça, no ano de 2014. Hodiernamente, este Promotor de Justiça tem endereço fixado na Rua Barão de Capanema, s/n, Centro, Bacabal/MA. 2) Quanto aos processos e procedimentos analisados, primeiramente, esclareceu pontos referentes às Notícias de Fato, apresentando andamento detalhado dos feitos e apontando sua regularização. No tocante às palestras por ele ministradas, entende que esse perfil profissional – como palestrante ou debatedor, especialmente em eventos da Universidade Estadual em Bacabal/MA – serve de mecanismo de aproximação institucional com a comunidade e, concomitantemente, como instrumento de difusão da missão ministerial, esclarecendo as atribuições do Ministério Público para o público interessado. Aduz que, em que pese não haver vedação para dita atividade, informa que terá a cautela de pedir autorização à Procuradora-Geral de Justiça para que possa proferir mencionadas palestras ou funcionar como debatedor, tão logo seja convidado para tanto. Por fim, quanto aos processos, conforme inferido no relatório a que se fez alusão, ressalta que nenhum foi encontrado com uma vez que foram despachados, com a manifestação pertinente, dentro do prazo legal e encaminhados ao juízo competente.

14.49. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua perante a 4ª Vara Judicial (Infância e Juventude, Família e Criminal); extrajudicial, Infância e Juventude, Família, Educação.
Atribuições extrajudiciais? Sim	

Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim												
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não												
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não												
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim												
TITULAR		MICHELLE ADRIANE SARAIVA SILVA DIAS										
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro assumiu o órgão em 02/09/2014 (Ato nº 515/2014); reside na comarca de lotação (alojamento da promotoria); nos últimos 6 meses participou do curso de Escuta Especial para crianças vítimas de violência/abuso sexual, em 09 de maio de 2014, III Encontro Estadual de Educação do Ministério Público, de 14 a 16 de maio de 2014, Seminário Interno para Qualificação sobre Resíduos Sólidos (24 a 25 de Julho) e Seminário da Escola Nacional do GNCOC, de 14 a 15 de agosto de 2014; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Igarapé Grande/MA (Portaria 6671/2014 – GPGJ); nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de licença médica por 5 dias (Portaria nº 6667/2014); cumpre expediente das 8h às 18h, com intervalo para almoço.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público		Das 8h às 14h, de acordo com a demanda.										
Estrutura de Pessoal		Vinculada à Promotoria, somente 1 assessora jurídico comissionada, além disso, conta com uma estrutura de pessoal comum as demais promotorias, composta da seguinte forma: 4 técnicos administrativos de nível médio concursados; 4 técnicos concursados com a função de execução de mandados; 2 servidores municipais concursados, a disposição do Ministério Público; 4 vigilantes armados terceirizados, além de 3 estagiários contratados mediante processo seletivo, que prestam serviços as Promotorias em forma de rodízio.										
Estrutura física		Gabinete individual para cada promotor, com mobiliário e equipamentos de informática padrão, além de uma sala onde trabalham os assessores de todas as promotorias.										
Sistema de Arquivo		Livros e planilhas.										
Sistema de Registro		Livros e planilhas.										
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado.												
Obs.: Não existe sistema informatizado de controle e movimentação de processos e procedimentos.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.204 + 127 processos de ato infracional e 29 processos de adoção e guarda.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 7, sendo que os processos chegaram no dia 01/12/2014.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Distribuídos no mês	-	16	7	15	10	10	15	9	35	50	25	22
Impulsionados no mês	-	15	15	13	8	18	13	5	17	92	29	25
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	9
Audiências realizadas	14	1	-	6	10	-	5	4	9	12	12	4
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Obs.: Não existe na unidade dados referentes a entrada e saída de processos em Dez/2013.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	36
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	1	-	-	-	-	6	3	3

Obs.: A inspecionada assumiu a Promotoria no mês de setembro e não sabe informar a sobre a não existência de movimentação nos últimos onze meses, pois a Promotoria estava vaga (sem titular) desde 2012. Esclarece que fez a autuação de 36 (trinta e seis) Notícias de Fatos no mês de novembro e se referem a documentos que encontrou quando assumiu a Promotoria, que não estavam autuados e muitos, sequer registrados.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Não Informado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	
Processos cíveis – custos legis	Ações para a defesa de direito individual indisponível	
	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
Processos eleitorais	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 30 dias:	36
Notícias de Fato	Em tramitação há mais de 30 dias:	4
	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 90 dias;	1
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Procedimentos Administrativos		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Não tem
	Outras unidades de atendimento:	Não tem
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Todos os feitos judiciais da 4ª Vara Judicial, de acordo com as atribuições.

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2



Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	19	21	7	12	8	11	14	22	19	20	46
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	20	15	7	8	12	16	15	15	35	23	48
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	1	2	2	-	-	1	3		3	1	4
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	1	1	3	-	-	7	2	4	5	2	2
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2	0
Denúncias oferecidas	-	5	1	2	3	2	2	3	1	4	3	4
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Obs.: Não existe na unidade dados referentes a entrada e saída de processos em Dez/2013.

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os feitos criminais em tramitação na 4ª Vara Judicial, com exceção os referentes a violência doméstica.		

INFÂNCIA E JUVENTUDE												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (CIVEL)												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	2	2	5	5	4	19	4	14
Impulsionados no mês	-	2	2	3	3	3	-	-	1	34	4	14
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	0
Obs.: Não existe na unidade, registros referentes ao mês de Dez/2013, razão pela qual deixa-se.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	2	-	3	-	-	8	-	4
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Obs.: Em relação a não existência de feitos no âmbito extrajudicial deste tópico, informou que assumiu a Promotoria recentemente em setembro de 2014, e não sabe explicar as razões do baixo volume, esclarecendo que pretende implementar nos próximos meses um ritmo para conhecer a efetiva demanda da comarca, já tendo detectado deficiência na área de proteção de crianças e de adolescentes.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)									Não dispõe destes dados		
	Ações para a defesa de direito individual indisponível									Não dispõe destes dados		
	Ações de destituição do poder familiar									Não dispõe destes dados		
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									12		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									1		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:									0		
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):									0		
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;									0		
	Em tramitação há mais de 90 dias;									0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)											0	
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:											0	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Centro de Internamento Provisório:										Prejudicado	
	Entidade de acolhimento institucional:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:											Não tem	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Distribuídos no mês:	-	8	15	9	8	5	5	1	15	22	4	11
Impulsionados no mês:	-	8	12	7	6	7	5	2	5	25	13	19
Saldo do mês atual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamentos e Remissões	-	1	-	1	2	1	1			7	5	2
Representações	-	2	4	1	1	1	2	1	1	2	2	6
Audiências de Apresentação	-	-	2	2	1	-	-	1	-	2	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Unidades de Internação:										Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os atos infracionais na comarca.												
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO												
1) Implantar com urgência sistema informatizado de controle e movimentação de processos e procedimentos; 2) Aumentar o número de servidores na unidade, inclusive criando cargos de Analistas especializados nas áreas de Serviço Social e Psicologia, para dá suporte à atividade fim e otimizar os serviços.												
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS												
Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.												

OBSERVAÇÕES
1) Conforme já referido acima, a promotora explicou que todas as notícias de fato em tramitação na Promotoria foram autuada em novembro de 2014, embora algumas delas se refiram a fatos datados no longínquo ano de 2011, porque anteriormente tramitavam como peças de informações ou nem mesmo existiam autuações ou registros, sendo que pelo fato de ter assumido recentemente a Promotoria e também diante da notícia de inspeção pelo CNMP, tomou a decisão de regularizar a situação encontrada na Promotoria;
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.

**14.49.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Promotora de Justiça Michelle Adriane Saraiva Silva Dias aduziu que todos os procedimentos judiciais e extrajudiciais analisados estavam em trâmite regular, não havendo esclarecimentos pontuais quanto a processos judiciais e procedimentos administrativos existentes na unidade na data da inspeção a serem prestados nesta oportunidade. Em relação às demais observações existentes no relatório, entendeu relevante destacar que consta que, à época da inspeção, residia temporariamente no alojamento existente no prédio das Promotorias de Justiça, todavia, houve alteração nesta circunstância e atualmente possui residência na Comarca à Rua Oswaldo Cruz, n.º 1248, Residencial Vila Portinari, 11, Centro, Bacabal/MA. Esclareceu, ainda, que, conforme consta no citado documento, a maioria dos procedimentos existentes nesta Promotoria de Justiça apresentavam data de autuação no mês de novembro de 2014, fato este que ocorreu em razão dos expedientes existentes nesta Promotoria de Justiça não contarem com autuação e registros adequados, sendo necessária a regularização procedimental para adoção das medidas cabíveis, após ter assumido a titularidade da unidade em setembro de 2014. Por fim, em atendimento à solicitação constante no ofício complementar informou que na presente data não existem processos com vistas a esta 4.ª Promotoria de Justiça pendente de manifestação, razão pela deixa-se de enviar relatório em relação a processos desta natureza. Juntou aos autos de inspeção (fls. 619 a 628, Anexo II, Volume III) relação com os procedimentos em trâmite nesta Promotoria de Justiça autuados e registrados na forma do Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014- GPGJ/CGJ/CGMP.

14.50. 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BACABAL/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atuar nos feitos criminais do Juizado Especial Criminal, no Controle Externo da Atividade Policial e na Defesa da Cidadania (residual).
Atribuições extrajudiciais?	Sim
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Não
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Sim
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	FRANCISCO TEOMÁRIO SEREJO SILVA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 25/04/2014; reside na comarca de lotação (alojamento da promotoria); nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de férias (junho e julho de 2014); cumpre expediente das 8h às 18h, com intervalo para almoço.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 14h, de acordo com a disponibilidade.
Estrutura de Pessoal	Vinculada à Promotoria, somente o assessor jurídico comissionado, além disso, conta com uma estrutura de pessoal comum as demais promotorias, composta da seguinte forma: 4 técnicos administrativos de nível médio concursados; 4 técnicos concursados com a função de execução de mandados; 2 servidores municipais concursados, a disposição do Ministério Público; 4 vigilantes armados terceirizados, além de 3 estagiários contratados mediante processo seletivo, que prestam serviços as promotorias em forma de rodízio
Estrutura física	Gabinete individual para cada promotor, com mobiliário e equipamentos de informática padrão, além de uma sala onde trabalham os assessores de todas as promotorias.
Sistema de Arquivo	Arquivo fixo com pastas.

Sistema de Registro	Sim, feitos em livros que ficam no setor de protocolo, além do controle interno feito por cada promotoria.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Os que decorrem de transações penais e sursis processual são depositados em conta do JECRIM e destinados ao patrocínio de projetos coletivos voltados ao desenvolvimento da cidadania. Tudo sob a fiscalização do Ministério Público. Há prestação de contas acompanhada pelo Ministério Público.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 313.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário				Improbidade administrativa						Prejudicado		
				ACP/ações coletivas (exceto improbidade)						0		
				Ações para a defesa de direito individual indisponível						0		
Processos cíveis – custos legis				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos cíveis ajuizados pelo MP				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Processos eleitorais				Com vista há mais de 30 dias:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 6 meses:						Prejudicado		
				Com vista há mais de 12 meses:						Prejudicado		
Notícias de Fato				Em tramitação há menos de 30 dias:						0		
				Em tramitação há mais de 30 dias:						3		

Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		2										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	9										
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	37	-	-	10	19	59	27
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	10	-	-	-	6	14	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	2	-	-	-	-	3	1	2	6	5	5
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 6 meses:									Prejudicado		
	Com vista há mais de 12 meses:									Prejudicado		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		



Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	9	
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os feitos que tramitam no Juizado Especial Criminal.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) Defende uma maior especialização das promotorias; 2) Aumento no quadro de servidores.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	01/2014	07.07.2014	Irregular – último impulso em 19.11.2014
Notícia de Fato	02/2014	16.10.2014	Irregular - último impulso em 27.11.2014
Notícia de Fato	03/2014	29.10.2014	Irregular - último impulso em 19.11.2014
OBSERVAÇÕES			
Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.50.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Francisco Teomário Serejo Silva esclareceu: A) Quanto ao item “Dados Relacionados com o Membro do Ministério Público” que deve ser observado que ocorreu alteração na informação referente ao uso do “alojamento da promotoria”. Informou que hoje este tem como endereço na comarca a Rua Barão de Capanema, s/n, centro, Bacabal; B) Quanto ao item “PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS” por equívoco deixaram de ser inseridos alguns dados referentes a: Notícias de Fato distribuídas nos meses de: julho/14 – 01; out/14 – 02; Nov/14 – 02; Arquivamento com remessa: mês de junho/14 – 01; julho/14 – 02; agosto/14 – 01; Nov/14 – 01; Termos de depoimentos: mês Mai/14 – 04; Ago/14 – 02; Set/14 – 01; Out/14 – 02; Nov/14 – 03; Reuniões: mês de jul/14 – 02; Nenhum Termo de Ajustamento de Conduta foi firmado no período e não houve necessidade de ajuizamento de Ação Civil Pública. C) Quanto ao item “PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS”, destacou que dos três procedimentos, apenas um estava com tramitação superior a 120 (cento e vinte dias), os demais, NF 02/2014, estavam tramitando a pouco mais de trinta dias, e a NF 03/2014, estava tramitando a menos de trinta dias, logo dentro do prazo previsto pelo Ato Regulamentar Conjunto da PGJ E CGJ nº05/2014, que estabelece prazo de 120 dias para conclusão da Notícia de Fato. Contudo, observou que os três procedimentos (Notícias de Fato) foram concluídos e tiveram seguimento natural. Tendo em vista a

natureza criminal do objeto da investigação, bem como a conclusão pelo arquivamento, vez que não restaram configurada a materialidade delitiva ou a autoria, procedeu o envio ao juízo criminal, para que avaliasse, efetivando a homologação ou o encaminhando à PGJ caso tivesse entendimento diferente, na forma do artigo 28 do CPP. Tudo em consonância com a RESOLUÇÃO Nº 13/2006 DO CNMP e ENTENDIMENTO do CSMP-MA. Neste item, julgou é interessante destacar que dedica especial atenção a todos os procedimentos instaurados visando alcançar a sua conclusão dentro da maior brevidade possível, daí porque foram encontrados pouquíssimos procedimentos ainda por concluir à época da inspeção. Ressaltou que, quando da sua titularidade frente ao Órgão de Execução do Ministério Público Maranhense, uma das primeiras medidas tomadas foi conhecer e dar imediato encaminhamento a todos os procedimentos que ali tramitavam. Quanto aos processos aduziu que nenhum foi encontrado no gabinete deste Promotor de Justiça haja vista terem sido despachados, com a manifestação pertinente, dentro do prazo legal e encaminhados ao juízo competente. Por fim, informou que não existem procedimentos administrativos tramitando na Promotoria de Justiça, uma vez que a conclusão dos que foram instaurados este ano, conforme lista anexa. Chamou a atenção que não existe nenhum processo com vista ao Ministério Público.

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA/MA

14.51. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Todos os feitos em tramitação na 1ª Vara Judicial, Saúde, Improbidade Administrativa, Controle Externo da Atividade Policial, Defesa do Consumidor.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	CARLOS SERRA MARTINS
SUBSTITUTO	LAYS GABRIELLA PEDROSA SOUZA
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em janeiro de 2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 2ª Promotoria de Justiça de Lago da Pedra; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de licença médica; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico comissionado, 1 técnico de nível médio concursado, 1 executor de mandado comum as duas promotorias, e 1 servidor cedido pelo município.
Estrutura física	Um gabinete de 12 metros quadrados, dividido com assessor, banheiro privativo e mobiliário e equipamentos de informática padrões, além de uma sala servindo de secretária.
Sistema de Arquivo	Sim, físico através de pastas.
Sistema de Registro	Sim - Livro e os processos judiciais são registrados em tabela própria no computador.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? São geridos pelo judiciário.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 5.547.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 8.	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL	
PROCESSOS JUDICIAIS	

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	61	51	43	35	31	13	4	4	-	-	-	38
Distribuídos no mês	3	4	6	28	9	7	2	14	14	13	50	0
Impulsionados no mês	13	12	14	32	27	16	2	18	14	13	12	38
Saldo do mês	51	43	35	31	4	4	4	-	-	-	38	0
Audiências realizadas	1	2	3	0	8	15	1	4	2	24	6	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	4	3	7	5	2	2	1	6	8	5	2	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	1	0	1	0	2	4	0	2	3	3	1	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	15	27	25	37	29	26	32	28	28	30	26	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										7	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										2	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										197	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										4	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										21	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		

Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):	0
Delegacias de polícia:	12
Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
Estabelecimentos de Saúde:	2
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Fundações:	Prejudicado

Qual o critério de recebimento de feitos: Todos os feitos judiciais da 1ª Vara Judicial e os extrajudiciais conforme as atribuições.

Obs.: A equipe constatou que na Promotoria não são realizadas as autuações conforme os protocolos sugeridos pelo CNMP. A título de exemplo, menciona que aquilo que seria uma Notícia de Fato está atuada como Peça de Informação ou Protocolos Gerais, não se evidenciando qualquer converção em Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público. Observou-se, ainda, um extenso rol de procedimentos antigos (um deles de 09.07.2003) completamente paralisados. A promotora que responde ininterruptamente pela Promotoria desde janeiro de 2014 e intercalado desde maio de 2012, informou que tem conseguido fazer movimentação dos processos judiciais da Promotoria, e aos poucos tem procurado dar impulso nos extrajudiciais acumulados a muitos anos, em razão do afastamento disciplinar do promotor titular. Acrescentou ter tomado conhecimento que no ano de 2013, o promotor titular deveria ter retornado e, mesmo sem afastamento legal, não comparecia com regularidade, sendo que nas raras vezes que aparecia ao gabinete não dava impulso ao trabalho acumulado e, sequer, participava das audiências judiciais. Em razão do quadro constatado, a equipe não fez a análise detalhada de todos os procedimentos pendentes e junta ao presente Termo de Inspeção um relatório (anexo 8) emitido pela Promotoria, no qual são visíveis as irregularidades em decorrência da paralisação que perdura a muitos anos.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	111	96	121	107	106	97	83	57	40	22	11	6
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	6	30	6	11	13	2	2	6	13	17	16	10
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	21	5	20	12	22	16	28	23	31	28	21	16
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	96	121	107	106	97	83	57	40	22	11	6	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	2	3	4	0	3	7	1	8	6	1	3	11
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	1	0	1	0	0	0	4	2	2	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	2	2	3	2	4	4	5	1	3	2	4	4
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Denúncias oferecidas	0	5	11	5	2	9	1	15	8	5	8	3
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	1	4	7	2	6	3	4	11	9	3	1	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar pro-0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar pro-0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	12
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os feitos em tramitação na 1ª Vara Judicial.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Os processos e procedimentos analisados foram apresentados à equipe e juntados aos autos de inspeção (rol anexo 8 – impresso).

#### OBSERVAÇÕES

- 1) Como mencionado acima, a situação encontrada na Promotoria inspecionada é calamitosa. De acordo com as informações prestadas pela promotora entrevistada, que responde ininterruptamente desde janeiro de 2014, o promotor titular Carlos Serra Martins está ausente da Promotoria a aproximadamente dez anos. Não soube informar, com clareza, as razões do afastamento dele, porém disse que o mesmo foi afastado por decisões administrativas várias vezes, devido a infrações disciplinares, sendo em algumas oportunidades reintegrados, porém, nestas ocasiões, sequer comparecia para dá expediente. Informou, ainda, que o longo período de ausência do titular vem comprometendo os serviços da Promotoria, porque quem substitui se limita a dar impulso nos processos judiciais e, por isso, a parte extrajudicial se encontra em completo abandono. Este quadro tem comprometido a imagem do Ministério Público, no âmbito da comarca e da região. Sugeriu a referida promotora, em razão disso, que a Administração Superior do Ministério Público do Maranhão e o CNMP tomem providências urgentes para resolver o problema, que se arrasta há muitos anos. Depois de tomar conhecimento da situação grave que se acha esta Promotoria, a equipe ouviu informalmente outros promotores de justiça de comarcas vizinhas sobre a atuação do promotor Carlos Serra Martins, sendo as manifestações unânimes de que este problema do aludido promotor merece providências urgentes porque compromete a imagem do Ministério Público no âmbito estadual, notadamente porque já foi inclusive objeto de reportagem na imprensa maranhense;
- 2) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**14.51.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Vide esclarecimentos prestados pela Promotora de Justiça Lays Gabriella Pedrosa Souza no item 14.51.1.

**14.51.2. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o Promotor de Justiça Carlos Serra Martins está afastado por decisão do CNMP com punição de suspensão das atividades (Processo nº 0.00.000.001690/2013-47, relator – Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego).

#### 14.52. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAGO DA PEDRA/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Atua nos feitos judiciais da 2ª Vara Judicial de Lago da Pedra, na Infância e Juventude, Violência Doméstica, Meio Ambiente, Educação, Idoso.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	

TITULAR	LAYS GABRIELLA PEDROSA SOUZA											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 10/04/2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela 1ª PJ de Lago da Pedra/MA e também exerce funções eleitorais; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de licença médica (10 dias em setembro/outubro de 2014); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com intervalo de 2 horas para almoço.												
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.											
Estrutura de Pessoal	1 assessor jurídico comissionado, 1 técnico de nível médio concursado, 1 executor de mandado comum as duas promotorias, e 1 servidor cedido pelo município.											
Estrutura física	Um gabinete de 12 metros quadrados, dividido com assessor, banheiro privativo e mobiliário e equipamentos de informática padrões, além de uma sala servindo de secretária.											
Sistema de Arquivo	Sim, físico através de pastas.											
Sistema de Registro	Sim - Livro e os processos judiciais são registrados em tabela própria no computador.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não.												
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 4.589.												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 15.												
INFÂNCIA E JUVENTUDE												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	15	6	29	20	19	24	11	1	19	44	30	0
Impulsionados no mês	15	6	29	20	19	24	11	1	19	44	30	0
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	9	8	20	3	13	1	13	3	22	1	5	0
Obs.: A inexistência de movimentação de novembro a vara da infância estava sem titular e o substituto só fazia os atos urgentes.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	6	4	6	3	8	5	6	8	7	7	9	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	6	4	6	3	8	5	6	8	7	7	9	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	0	1	2	1	0	0	1	0	0	2	1	0
Oitivas informais de adolescentes	4	3	6	5	3	3	2	7	0	0	1	0
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	10	21	28	15	11	23	30	18	6	3	1	9
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)										Não possui este dado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Não possui este dado	
	Ações de destituição do poder familiar										0	
Processos Inf. e Juventude - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	



Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	2
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Civis	Em tramitação há menos de 1 ano:	0
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		1
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		Prejudicado
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	0
	Centro de Internamento Provisório:	Prejudicado
	Entidade de acolhimento institucional:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		0

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês:	4	3	6	5	3	3	2	7	0	0	1	2
Impulsionados no mês:	4	3	6	5	3	3	2	7	0	0	1	2
Saldo do mês atual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	3	8	1	3	0	0	0	1	2
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	4	3	6	5	3	3	2	7	0	0	1	0
Arquivamentos e Remissões	3	0	0	3	2	2	1	6	0	0	1	9
Representações	1	3	6	2	1	1	2	1	0	0	1	2
Audiências de Apresentação	3	0	0	3	2	2	1	6	0	0	1	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Unidades de Internação:	0
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos na área da Infância e da Juventude.		

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	21	13	45	27	26	28	17	2	26	53	27	4
Impulsionados no mês	21	13	45	27	26	28	17	2	26	53	27	4
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	25	16	38	23	30	2	13	11	34	19	16	4
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

##### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	2	1	0	4	7	4	5	0	3	2	4	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	0	0	0	5	4	6	4	0	3	1	2	5
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	7	9	8	6	0	6	5	7	5
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Atendimento ao público	23	37	30	29	15	23	30	36	31	33	26	11

##### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não possui dados
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Não possui dados
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	1
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	8
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		1
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
	Fundações:	Prejudicado
Qual o critério de recebimento de feitos: Todos os processos judiciais da 2ª Vara e as atividades extrajudiciais conforme atribuições.		

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	10	44	29	28	19	26	22	12	14	24	9	12
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	10	44	29	28	19	26	22	12	14	24	9	12
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	27	11	21	6	8	1	3	28	11	8	5	5
Sessões do Tribunal do Júri	0	1	0	2	1	0	2	0	0	1	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Termos Circunstanciados distribuídos	40	8	22	3	3	1	2	0	9	12	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	3	1	4	1	3	6	4	1	4	2	5	
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	1	9	3	6	5	4	10	3	4	4	1	3
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	24	16	16	9	20	9	10	11	5	13	9	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0

Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	1
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os feitos criminais em tramitação na 2ª Vara Judicial.		

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Gostaria de ver solucionado o problema administrativo/disciplinar que envolve o titular da 1ª Promotoria, pois a situação esta comprometendo a qualidade do trabalho da Promotoria que é titular; 2) Gostaria de ver implementado um sistema informatizado no âmbito do MP pois a movimentação é feita de forma manual.

#### EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Foi relatado que o membro inspecionado realiza na Promotoria os exames de DNA, promovendo reconhecimento extrajudicial através de composição entre os envolvidos após o resultado do exame, inclusive a composição dos alimentos e visitas, numa média de dez casos mensais.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Inquérito Policial	94-84.2014.8.10.0039	11.01.2014	Irregular – com vistas desde 07.05.2014.
Peça de Informação	002/2011	08.02.2011	Irregular – último impulso 07.11.2012
Peça de Informação	003/2011	08.02.2011	Irregular – último impulso 08.11.2012
TCO	115-60.2014.8.10.0039	30.01.2014	Irregular – com vista desde 07.08.2014
Procedimento Judicial Voluntário	133-18.2013.8.10.0039	17.01.2013	Irregular – com vistas desde 27.08.2014

#### OBSERVAÇÕES

1) A promotora inspecionada revelou que não tem a praxe de fazer a instauração das notícias de fato que chegam na Promotoria, bem como em relação a procedimentos preparatórios, pois tem bom relacionamento com a as administrações municipais e resolve de maneira informal, fazendo contato com as autoridades envolvidas. Em relação as notícias relacionadas ao Disque 100, são colocadas em pasta própria e um funcionário da Promotoria faz uma visita em loco, para aferir a situação e posteriormente, tomar as medidas que se fizerem necessárias;

2) Indagada acerca da falta de cumprimento das formalidades previstas para atuação extrajudicial, pela inspecionada foi dito que tem enfrentado dificuldades neste quesito, porque desde que assumiu a 2ª Promotoria desde abril 2012 está acumulando funções porque responde integralmente pela 1ª Promotoria, cujo titular encontra-se afastado de suas funções a mais de dez anos. Como a comarca é composta por 4 municípios procura resolver os problemas que chegam na Promotoria de maneira informal, para dar maior celeridade e resolutividade. Mesmo assim, está tomando medida para organizar a Promotoria e a partir disso cumprir os ritos formais estabelecidos pela Corregedoria;

3) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

**14.52.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Ao manifestar-se sobre o relatório preliminar, a Promotora de Justiça Lays Gabriela Pedrosa Souza esclareceu que visando a resolutividade imediata das situações apresentadas, por vezes, as questões mais simples apresentadas não são autuadas, uma vez que são solucionadas administrativamente entre o contado da Promotoria com as entidades públicas envolvidas ou até mesmo os cidadãos que são chamados a realizar composição e, caso necessário, são submetidas à homologação judicial. Tal fato decorre das dificuldades administrativas enfrentadas nas Promotorias de Lago da Pedra, que há muitos anos tem o afastado o Promotor da 1ª PJ, ocasionando a respondência cumulativa da signatária por cerca de três anos, bem como a ausência de sistema informatizado e pessoal qualificado para adequação dos procedimentos. Aliado a estas dificuldades ainda há a ausência de Defensoria Pública na Comarca, exigindo a participação ativa do Ministério Público em amplo atendimento aos cidadãos e substituição processual ativa em situações que sobrecarregam as atividades da signatária, que sozinha tem que realizar os atendimentos e atribuições de duas Promotorias e ainda de Defensoria Pública, com o ingresso e atuação em diversas ações na área de família, infância e juventude e incapazes. Imagine-se a demanda de atendimento em uma cidade do interior, de um Estado do Nordeste, com baixo índice de IDH, que é conhecido nacionalmente por suas mazelas: é composta de pessoas que não tem condições de contratar advogados e buscam nosso auxílio para suprir necessidades mínimas como reconhecimento de paternidade, prestação alimentícia em que giram em torno de 7% a 20% do salário mínimo, execução de alimentos, proposição de ações para pessoas com necessidades especiais que precisam de interdição, regulamentação de guarda e direito de visita. Todas essas demandas são supridas por mim, como única representante do Ministério Público em Lago da Pedra. Na tentativa de minimizar o tempo e a demanda judicial, na última sexta feira de cada mês é realizada coleta de material genético para realização de exames de DNA a baixo custo, que são encaminhados para laboratórios fora do estado. Com a chegada do resultado, promovemos os reconhecimentos de paternidade e solicitamos a averbação e emissão de 2ª via das certidões de nascimento de forma gratuita. Na ocasião também é realizado Termo de Acordo para regularização da guarda, direito de visita e prestação de alimentos. Assim, embora a pouca formalidade em alguns procedimentos, esclareço que as demandas não ficam sem respostas, o que busco é a resolutividade sem necessidade de judicialização, uma vez que diariamente tenho que atender aos cidadãos, dar andamento nos projetos institucionais, lidar com Conselhos Tutelares e órgãos do Poder Público, além de participar de audiências cíveis e criminais, nas quais conto com a compreensão dos juízes para adequação dos horários, diante da grande quantidade de processos, nas duas varas entre as quais tenho que atuar. Além disso, ainda tem as notícias encaminhadas pelo disque 100, as quais esclareço que são objeto de imediata atuação, com verificação in loco da situação apresentada e emissão de relatório por intermédio de servidor da promotoria e, caso necessário, são tomadas as providências jurídicas para efetivação dos direitos lesados. Todas as notícias estão arquivadas em pasta própria, com a documentação referente a cada caso, de forma que não há omissão desta Promotora de Justiça, em suas atribuições. Os procedimentos extrajudiciais em que foram constatados atrasos decorreram de simples ausência de arquivamento formal, posto que já estavam com despacho para tal finalidade, mas ainda não havia sido realizada a baixa e encaminhamento ao arquivo, o que foi efetivado em 16/12/2014. Os procedimentos judiciais em que foram constatados atrasos tratavam-se de autos em que havia alguma dificuldade em conseguir documentação ou localizar as partes para efetivação das medidas. Informo que todos já estavam com manifestações na data da inspeção e foram protocolados no Fórum no mesmo dia, em 02/12/2014. No Inquérito Policial nº 94-84.2014.8.10.0039, foi oferecida denúncia por porte ilegal de arma, e o atraso ocorreu em razão da ausência do laudo de eficiência da arma de fogo, o qual foi requerido para a Autoridade Policial por tramitação direta do inquérito entre a Promotoria e a Polícia, conforme Resolução à época vigente no Estado do Maranhão, bem como pela tentativa de encontrar o endereço do réu, que é pessoa andarilha e não se tinha o paradeiro naquele momento. Com a juntada do laudo foi oferecida denúncia e o processo atualmente está para citação do acusado; No TCO nº 115-60.2014.8.10.0039, não foi possível localizar o autor do fato para proposta de transação penal e ainda a inexistência de testemunhas para o fato. Diante da inexistência de provas, foi requerido ar-

quivamento dos autos, o qual atualmente está concluso para sentença. O Procedimento Judicial voluntário nº133-18.2013.8.10.0039, tratava-se de averiguação de paternidade, após a indicação e negativa do suposto pai, houve a tentativa de localização para realização de exame de DNA. Contudo, não mais residia na Comarca e a parte interessada solicitou prazo para tentar encontrá-lo, o que não foi possível, razão pela qual foi requerido arquivamento. Por fim, ressaltou que qualquer falha apresentada teve como intuito regularizar a situação procedimental dos autos e tentar efetivar o direito das partes, priorizando a ação judicial com solução das demandas. Enviou à Corregedoria Nacional (arquivo digital) relação contendo os procedimentos administrativos e processos criminais sob sua responsabilidade, para demonstrar que, mesmo com as inúmeras dificuldades constatadas na inspeção e aqui relatadas, o passivo está regularizado e segue tentando trabalhar de forma adequada nas duas Promotorias em que está atuando, lembrando, contudo, que a quantidade de ações exigidas ultrapassava o limite do razoável, deixando, por vezes, alguns procedimentos sem a formalidade regular.

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA

14.53. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	A 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras tem atribuições junto a 1ª e a 3ª Varas da Comarca de Pedreiras. São atribuições da 1ª Promotoria de Justiça: Criminal (inclusive Júri, entorpecente), crimes cometidos com violência doméstica contra a mulher (inclusive júri), saúde, consumidor, patrimônio público e improbidade administrativa, fiscalização de presídios e de casas de detenção e custódia de presos de justiça, cíveis (mandados de segurança e ações que tenham a participação de menores ou incapazes), defesa da ordem tributária e econômica.
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	SANDRA SOARES DE PONTES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 20/11/2009; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou de curso de Resolução Consensual de Conflitos Coletivos envolvendo Políticas Públicas; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e pela Direção das Promotorias em Pedreiras, exercendo, ainda, funções eleitorais junto à 67ª Zona Eleitoral; nos últimos 6 meses recebeu colaboração do GPI – Grupo de Procedimentos de Improbidade Administrativa; afastou-se das atividades para os Encontros do GNDH – COPEDUC do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e para os Encontros dos MP's com o MEC (2 dias em 4 oportunidades); cumpre expediente das 8h30min às 12h30min e das 14h às 19h.	
Obs.: A Coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação é exercida sem afastamento da Promotoria de Justiça de Pedreiras e sem qualquer espécie de gratificação.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Diariamente, a partir das 8h30min, conciliando com os horários de audiências.
Estrutura de Pessoal	1 Assessor comissionado (exclusivo), além de contar com 2 Oficiais de Promotoria e 2 Técnicos Administrativos, todos concursados, além de 2 servidores cedidos pelo município, sendo estes comuns as 3 Promotorias.
Estrutura física	Um gabinete para cada Promotor, além de sala de reuniões e mais 3 salas de uso comuns para todas as Promotorias.
Sistema de Arquivo	Registro em livros e pastas.
Sistema de Registro	Tudo feito de forma manual, com carimbo de protocolo e registro em livros próprios.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Sempre em execução judicial, mediante requerimento de depósito em conta dos Fundos Municipais, notadamente o de meio ambiente.	



EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA												
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.757 (1ªVara), dos quais atua em 1.500 e 500 (3ªVara).												
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 2.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	-	20	0	7	0	0	-	0	0	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Impulsionados no mês	59	-	126	106	112	62	82	-	78	46	-	30
Saldo do mês	0	-	0	0	0	0	0	-	0	0	-	0
Audiências realizadas	5	-	42	47	52	27	27	-	19	3	-	79
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	1	-	4	1	1	7	2	-	9		-	8
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	4	3	3	2	2	5	3	6	4	10	5	1
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	6	3	1	22	-	-	-	2	-	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	4	-	-	9	51	29	28	-	20	41	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Atendimento ao público	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Obs.: Janeiro/2014 – gozo de férias regulamentares. Relatório incompleto por acúmulo de serviço ao meu encargo (do inspecionado).												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa									Não possui este dado		
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)											
	Ações para a defesa de direito individual indisponível											
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:									4		
	Em tramitação há mais de 30 dias:									137		
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:									0		
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):									0		
	Em tramitação há mais de 180 dias:									0		

Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	6										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	2										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		1										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		10										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		2										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		20										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	12										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	6										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	6										
Fundações:		Prejudicado										
Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.												
Obs.: Em relação a nomenclatura dos procedimentos, a promotora denomina como procedimentos administrativos aqueles que dispensam portaria para instauração, pratica esta adotada por todo MP-MA nos termos da Resolução do Colégio de Procuradores, que ora apresenta a equipe.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	-	0	0	7	0	0	-	0	0	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	31	-	57	63	55	39	74	-	49	135	-	24
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	7	2	0	0	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	5	4	18	6	4	-	3	18		36
Sessões do Tribunal do Júri	1	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	1	-	-	2	1	6	6	-	-	-	-	1
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	5	-	5	6	4	6	5	7	7	5	6	7
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	1	-	4	5	-	1	3	-	0
Denúncias oferecidas	15	-	17	18	8	12	-	-	15	19	-	12
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	10	-	3	2	7	2	-	-	2	2	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										

Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:	12	
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado	
Se existe critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) O número de servidores públicos à disposição nas Promotorias de Justiça de Pedreiras é insuficiente para o trabalho, pois não contam com técnico ministerial administrativo e para execução de mandado, para cada Promotoria; 2) Não existe técnico específico como assistente social, psicólogo, contador, técnico em informática e analista ministerial, sendo que na 1ª PJ de Pedreiras, na qual a inspecionada afirma que trabalha apenas com uma assessora, bacharel em Direito. 3) Indica a necessidade de investimentos para melhoria na área tecnológica (internet, software, sistemas, etc); 4) Criação de promotorias especializadas na área de educação e que todos os coordenadores dos CAOP's tenham dedicação exclusiva.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Peça de Informação	06/2014	25.03.2014	Irregular - último impulso em 27.10.2014
OBSERVAÇÕES			
1) Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;			
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.53.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Sandra Soares de Pontes, em seus esclarecimentos, referindo-se às 137 notícias de fato há mais de trinta dias, aduziu, inicialmente, que a multiplicidade das atribuições da 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, cuja comarca é composta por três municípios e é sede de Unidades Regionais Estaduais de Saúde e Educação, com atuação em duas Varas Judiciais distintas, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho, notadamente pela quantidade de representações e atendimentos recebidos sobre improbidade administrativa e patrimônio público, violência doméstica contra a mulher e saúde, e ainda a quantidade de processos judiciais com prazos, como alegações finais, recursos, tanto na esfera criminal quanto cível. Acrescentou ao quesito quantitativo de processos judiciais e representações extrajudiciais a ausência de um programa para controle de tal demanda, o que ainda hoje, é uma realidade na Promotoria de Justiça de Pedreiras. Afirmou que outra dificuldade é a ausência de servidores administrativos e a insuficiência no número de assessores, no momento contamos apenas com um assessor, o que dificulta, senão impossibilita o cumprimento do prazo de trinta dias para o deslinde das questões protocoladas como notícias de fato. Outro aspecto relevante a ser considerado, no caso particular da 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, foi a respondência cumulativa da titular pela coordenação do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, Órgão Auxiliar dos membros com atribuição específica na área, o que demandou sucessivos afastamentos para participação de atividades dentro e fora do Estado do Maranhão, atividades

estas imprescindíveis para o andamento dos trabalhos no citado Órgão e a responsabilidade cumulativa em outras Promotorias de Justiça, o que se torna necessário considerando os afastamentos legais dos colegas e o número de Promotorias vagas. Por fim, sugeriu que o prazo de trinta dias para tal, seja ampliado, e que as questões relativas à falta de programa, insuficiência de assessor/servidor e revisão das atribuições, sendo que este pleito já foi objeto de três pleitos desta Promotoria de Justiça, ao órgão competente, sem que até o momento tenha sido apreciado, sejam solucionados pelo Ministério Público.

#### 14.54. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Atua perante a 2ª Vara Judicial. Defesa do Idoso, Meio Ambiente, Fundações, Cidadania, Registros Públicos e Execução Penal.											
Atribuições extrajudiciais?													
Atribuição na área da improbidade administrativa?													
Atribuição criminal nos feitos correlatos?													
Atribuições de controle externo da atividade policial?													
Atribuições para investigação criminal pelo MP?													
TITULAR		JOSÉ CARLOS FARIA FILHO											
SUBSTITUTO		JÚLIO ADERSON BORRALHO MAGALHÃES SEGUNDO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 05/05/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou do seminário sobre Resíduos Sólidos; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela PJ de Joselândia; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração; afastou-se das atividades em razão de licença para tratamento de saúde (30 dias); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 22h, sendo que permanece de plantão a cada 3 semanas.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 14h (qualquer horário notificações e atos urgentes).											
Estrutura de pessoal		Não informado.											
Estrutura física		Não informado.											
Sistema de Arquivo		Livros e pastas.											
Sistema de Registro		Livros e pastas.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Conta com destinação voltada a entidades de interesse social.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): Não informado.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1.188.													
Obs.: Respondendo pelo sistema VEP: 259 cumprindo pena privativa de liberdade, 23 cumprindo pena restritiva de direitos, 18 em liberdade condicional.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuídos no mês	-	-	-	-	-	62	-	55	40	37	33	-	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	-	62	-	55	40	37	102	-	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Audiências realizadas	-	-	-	-	-	-	-	26	55	22	23	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	

Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	2	2	8	4	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	1	-	-	3	12	1	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	6	-	5	3	8	7	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	6	-	5	3	8	7	-
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	6	-	8	9	9	17	-

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	-
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	-
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	-
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-
	Em tramitação há mais de 180 dias:	-
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	-
	Em tramitação há mais de 90 dias;	-
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		-
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		-
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		-
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	-
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-
	Outras unidades de atendimento:	-
	Estabelecimentos de idosos:	-
	Estabelecimentos de deficientes:	-
	Estabelecimentos de Saúde:	-
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	-
Fundações:		-
Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado.		

ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	71	-	131	66	90	102	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	71	-	131	66	90	102	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	-	-	7	-	30	27	13	42	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	-	-	-	-	-	4	-	5	4	4	4	-
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	-
Denúncias oferecidas	-	-	-	-	-	4	-	4	7	13	8	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	1	-	8	9	9	17	-
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									-		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									-		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									-		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									-		
	Com vista há mais de 6 meses:									-		
	Com vista há mais de 12 meses:									-		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									-		
	Estabelecimentos prisionais:									-		
	Centros de internamentos provisórios:									-		



Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.
<b>SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO</b>
O membro inspecionado sugeriu a criação de Promotoria de Justiça com especialização em Execuções Penais, Controle Externo da Atividade Policial e Fiscalização de Presídios e casas de detenção em que haja presos definitivos ou provisórios.
<b>EXPERIÊNCIAS INOVADORAS</b>
Foi relatado o comparecimento nos presídios para acompanhamento direto da situação carcerária, podendo verificar “in loco” a possibilidade de reinserção social e diminuição da tensão ante a possibilidade de rebeliões.
<b>PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS</b>
Não foram relatados os processos e/ou procedimentos eventualmente analisados pela equipe de inspeção.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
O titular da Promotoria não estava presente no momento da inspeção porque, segundo informações prestadas pelo assessor, o mesmo se encontra afastado desde o dia 24 de novembro para tratar problemas de saúde, acrescentando que no mês de junho fez uma delicada cirurgia, em razão de um aneurisma. No momento, quem responde pela unidade inspecionada é o promotor Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo, que é titular da Promotoria de Justiça de Santo Antônio dos Lopes e não pode comparecer para receber a equipe de inspeção. Em razão disso, considerou-se desnecessário fazer o preenchimento deste Termo com base apenas em informações de servidores. Mesmo assim, a equipe fez uma análise superficial, constatando que no gabinete foram encontrados apenas seis processos judiciais e o mais antigo é datado de 01.12.2014. No âmbito extrajudicial foram encontrados somente três inquéritos civis públicos e um procedimento preparatório, sendo que dos inquéritos já foram ajuizadas as respectivas ações civis públicas e o procedimento consta com a última movimentação datada de 20.11.2014. Além disso, foi constatado que na Promotoria tramitam 142 (cento e quarenta e dois) feitos (ou procedimentos) nominados como procedimentos administrativos, mas que na realidade deveria ser notícia de fato, os quais constam de uma relação apresentada pelo assessor e que a equipe junta a este Termo de Inspeção, e, por conseguinte, aos autos de inspeção. Considerando que muitas das pendências mencionadas no anexo estão tramitando a muito tempo, sem qualquer movimentação, mesmo em face da condição de saúde do promotor e do mesmo ter assumido a Promotoria em maio de 2014, a Equipe sugere que a situação da Promotoria merece uma atenção especial da Corregedoria local.

**14.54.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça José Carlos Faria Filho, apresentou manifestação esclarecendo, primeiramente que exerce atribuições para oficiar nos processos virtuais e físicos relativos à execução penal da Comarca de Pedreiras e friosu que existe uma Unidade Regional de Ressocialização-URRP, e uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, ambas com grande número de condenados o que exige que haja constantemente uma pronta intervenção do Ministério Público em tais feitos. Disse haver 12 (doze) processos com vista no sistema VEP, sendo o mais antigo datado de 25 de maio de 2015. Aduziu que, após entrar em exercício como Titular da 2ª na Promotoria de Justiça de Pedreiras, respondeu cumulativamente pela: 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, 3ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, Juizado Especial de Pedreiras, Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Paruá, bem como pela Promotoria de Joselândia, esta última cumulativamente, durante todo o período em que esteve em exercício na 2ª Promotoria de Pedreiras, sendo atualmente Diretor das Promotorias de Justiça de Pedreiras e Joselândia. Ao entrar em exercício como Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Pedreiras em 05/05/2014, encontrou vasto número de procedimentos administrativos, conforme pode ser verificado através dos relatórios semestrais enviados anteriormente a esta Corregedoria-Geral do Ministério Público. Relatou que, após a verificação das observações constantes do relatório da inspeção do CNMP, todos foram convertidos em notícia de fato. Ante tal situação, ressaltou que, na medida do possível, face a carga de trabalho, conciliou a análise de procedimentos mais antigos com aqueles instaurados recentemente, tendo em vista a necessidade de pronta resolução de novas demandas surgidas na atuação ministerial. Quanto às observações expostas pelo CNMP que fazem referência à presença de 142 (cento e quarenta e duas) notícias de fato, esclareceu que, atualmente existem 96 (noventa e seis), havendo a instauração de 14 (quatorze) após a referida inspeção, enviou documentação à Corregedoria Nacional (fls. 645 a 648, Anexo II, Volume IV). Demais documentos foram também juntados aos autos da Corregedoria Nacional (fls. 648 a 650, Anexo II, Volume IV), a exemplo dos inquéritos civis, os quais informou que existe 01 passível de conclusão, sendo que, os outros 03 instaurados originaram ações civis públicas ambientais. Existem, ainda, 01 procedimento investigatório criminal posterior a inspeção, 08 (oito) procedimentos preparatórios e um autuado geral.

**14.55. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDREIRAS/MA**

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)		Infância e Juventude. Criminal todas as ações em tramitação na 3ª Vara Judicial, com exceção dos crimes contra mulher. Civil, nas ações de Família, Massas Falidas, Infância e Juventude – atos infracionais e medidas protetivas. Extrajudicial, Defesa da Educação, habilitação de casamento, Saúde – relativo a criança e adolescente, Eleitoral perante a 9ª Zona.											
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		EVELINE BARROS MALHEIROS											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro assumiu o órgão em março de 2012; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente por outro órgão; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades; cumpre expediente de segunda e sexta-feira, das 8h às 20h, incluindo escala de plantão a cada três semanas, em média.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Diariamente, conforme a demanda.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor comissionado (exclusivo), além de contar com 2 Oficiais de Promotoria e 2 Técnicos Administrativos, todos concursados, além de 2 servidores cedidos pelo município, sendo estes comuns as 3 Promotorias.											
Estrutura física		Um gabinete para cada Promotor, além de sala de reuniões e mais três salas de uso comuns para todas as Promotorias.											
Sistema de Arquivo		Pastas de arquivos digitais.											
Sistema de Registro		Pastas e livros.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Conta judicial aberta com posterior destinação a entidades assistenciais.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.868 (3ª Vara Judicial).													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 12.													
INFÂNCIA E JUVENTUDE													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Distribuídos no mês	5	7	5	14	8	14	F	9	7	18	16	43	
Impulsionados no mês	5	7	5	14	8	14	F	9	7	18	16	43	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	
Audiências realizadas	8	-	10	13	2	5	F	19	10	14	22	8	
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	11	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	
Ação Civil Pública proposta	-	-	-	2	1		F	2	2	1	3	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	7	6	2	5	-	3	F	2	2	7	6	2	
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	
Termos de Depoimento	-	-	-	3	4	-	F	2	1	4	3	2	
Oitivas informais de adolescentes	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0	

Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	2
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	3
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP / ações coletivas (exceto improbidade)										-	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										-	
	Ações de destituição do poder familiar										-	
Processos Inf. e Juventude – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										-	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										-	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										-	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										-	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										-	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										-	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										-	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										-	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										-	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											-	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											-	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											-	
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)											-	
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:											-	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										-	
	Centro de Internamento Provisório:										-	
	Entidade de acolhimento institucional:										-	
	Outras unidades de atendimento:										-	
	Estabelecimentos de Saúde:										-	
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										-		
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:											-	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês:	25	26	3	50	12	22	F	42	51	5	44	11
Impulsionados no mês:	25	26	3	50	12	22	F	42	51	5	44	11
Saldo do mês atual:	-	-		-	-	-	F	-	-		-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:							F				5	4
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	-	-	-	-	-	-	F				-	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos		24		-			F		-	-	32	11
Arquivamentos e Remissões	1	15	3	20	4	-	F		6	12	28	0

Representações	2	-	-	12	7	4		3	7	-	8	1
Audiências de Apresentação		-		6	5	-	F		5	-	3	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										1		
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:									Prejudicado		
	Unidades de Internação:									Prejudicado		
Se existe critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	54	41	60	140	91	90	F	136	132	85	149	65
Impulsionados no mês	54	41	60	140	91	90	F	136	132	85	149	60
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	F	0	0	0	0	5
Audiências realizadas	122	0	113	80	-	-	F	37	49	103	23	23
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	14	15	50	31	9	5	6	27	39	23	28	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	2	1	-	-	2	2	1	3	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	7	6	2	5	-	3		2	2	7	6	2
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Atendimento ao público	14	15	50	31	9	5	6	27	39	23		26

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Não possui este dado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Não possui este dado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										6	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										12	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										3	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										3	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										1	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										39	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:											0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:											0	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:											0	
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):											2	
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:											Prejudicado	
Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	22	8	25	30	25	14	-	52	13	29	33	41
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	22	8	25	30	25	14	-	52	13	29	33	34
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	16	21	-	40	-	-	-	37	-	36	16	23
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	2	-	-	3	2	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	1	16	18	5	5	6	-	13	-	5	6	9

Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	1	-	5	3	2	1	-	6	3	2	5	1
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	10	1	6	8	9	4	-	13	8	7	8	5
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado

Se existe critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Aumento do número de servidores; inclusão de analistas judiciários (assistente social, psicólogo, jurídico); 2) Instalação da Promotoria com atuação junto Juizado Especial Criminal; 3) Divisão de atribuições, para que Educação saia da 3ª Promotoria, que já conta com Família e Infância e Adolescência, que demandam muita dedicação e disponibilidade.

PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Peça de Informação	12/2013	10.10.2013	Irregular - último impulso em 21.08.2014
Procedimento Administrativo	020/2014	04.08.2014	Irregular - último impulso em 22.10.2014

OBSERVAÇÕES

- Os demais processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;
- Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.



**14.55.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme esclarecimentos prestados pela Promotora de Justiça Eveline Barros Malheiros, a Peça de Informação nº 12/2013, tida como irregular, teve apenas seu trâmite atualizado em novembro de 2014, embora todas as diligências já tivessem sido cumpridas, sendo concusivo pelo seu arquivamento. O Procedimento Administrativo nº 020/2014 também foi atualizado em novembro de 2014. O membro inspecionado esclareceu que as irregularidades tiveram como causa o acúmulo de serviço no Setor de procedimentos Administrativos, ocasionado pelo mutirão realizado junto à 1ª PJ em conjunto com o GPI, em meados de outubro de 2014. Quanto a ausência de “experiências inovadoras” apontado no item 2 das observações, ressaltou que existe em tramite naquela Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo Rede Social contra as Drogas, apresentado à equipe de inspeção, tendo naquela ocasião, como último ato realizado, um Seminário com os alunos do município de Pedreiras (em novembro de 2014).

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDARÉ-MIRIM/MA

14.56. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PINDARÉ MIRIM/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Cumulativa – promotoria única
Atribuições extrajudiciais? Sim	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Sim	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	CLÁUDIO BORGES DOS SANTOS
SUBSTITUTO	LÚCIO LEONARDO FROZ GOMES
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado (Foi titular de julho de 2012 até 01 de setembro de 2014, quando foi promovido para comarca de Santa Luzia do Tide, desde então continua substituindo nesta Promotoria; o cargo foi provido através de remoção pelo Dr. Cláudio Borges dos Santos, que ainda não assumiu); não reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Tide/MA; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente das 8h às 12h e das 14h às 18h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 12h. Há atendimentos no período da tarde de forma excepcional, por exemplo de pessoas de povoados distantes da sede.
Estrutura de Pessoal	3 servidores, sendo 2 do quadro e 1 cedido pela Prefeitura (auxiliar de serviços gerais). Na data de 06 de novembro entrou em exercício o técnico ministerial executor de mandado.
Estrutura física	Prédio novo, inaugurado em maio de 2014, com dois gabinetes, salas (protocolo, arquivo e de reuniões), banheiro, com total acessibilidade, cozinha. Equipada com computadores, impressoras e mobiliários novos.
Sistema de Arquivo	Manual. Protocolo em livros atas, livros de correspondência.
Sistema de Registro	Livros e pastas.
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Não informado.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.624.	
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 5, sendo o mais antigo recebido em 25/11/2014.	
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL	
PROCESSOS JUDICIAIS	

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	4	0	22	0	0	6	6	-
Distribuídos no mês	46	67	32	123	64	67	74	28	53	11	40	-
Impulsionados no mês	46	102	40	119	93	45	96	28	47	11	46	-
Saldo do mês	0	0	0	4	0	22	0	0	6	6	6	-
Audiências realizadas	182	33	72	5	9	90	-	114	-	-	37	-
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: Distribuição de iniciais: 1) dezembro de 2013: 22 iniciais; 2) fevereiro de 2014: 45 iniciais; 3) março 2014: 23 iniciais; 4) abril 2014: 21 iniciais; 5) maio: 9 iniciais; 6) junho: 21 iniciais; 7) julho 2014: 31 iniciais; 8) agosto 2014: 40 iniciais; 9) setembro: 28 iniciais e outubro de 2014: 30 iniciais. Os processos de ciência de audiência não vão para o livro de carga, apenas no livro de saída.

#### PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	-	-
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
Reuniões (com ata)	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	47	30	19	17	22	10	86	80	60	72	-	-

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	-
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	-
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	-
Processos cíveis - custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	-
	Em tramitação há mais de 30 dias:	-
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	-
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	-
	Em tramitação há mais de 180 dias:	-
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	-
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	-
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	-
	Em tramitação há mais de 90 dias;	-
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		-

Recomendações feitas nos últimos 12 meses:												-
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:												-
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):												-
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										-	
	Estabelecimentos prisionais:										-	
	Centros de internamentos provisórios:										-	
	Outras unidades de atendimento:										-	
	Estabelecimentos de idosos:										-	
	Estabelecimentos de deficientes:										-	
	Estabelecimentos de Saúde:										-	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										-	
Fundações:										-		
Qual o critério de recebimento de feitos: Não informado.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	28	29	23	48	14	2	2	0	0	4	-
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	90	77	37	36	51	18	21	14	13	30	35	-
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	62	76	43	80	85	30	71	64	19	26	35	-
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	28	29	23	48	14	2	2	0	0	4	4	-
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	18	33	14	35	49	90	-	47	2	-	3	-
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Termos Circunstanciados distribuídos	-	15		16	31	7	-	18	-	-	-	-
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	4	5	5	5	1	3	10	8	11	7	8	-
Arquivamentos de IP/PIC	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Denúncias oferecidas	9	-	1	4	9	4	-	3	3	1	3	-
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atendimento ao público	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Obs.: Nem todos os processos com ciência de audiência estão inclusos.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:										-	
	Com vista há mais de 6 meses:										-	
	Com vista há mais de 12 meses:										-	

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	-
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	-
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	-
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	-
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		-
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	-
	Estabelecimentos prisionais:	-
	Centros de internamentos provisórios:	-

Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	03/2012	14.08.2012	Irregular - Último impulso em 08.10.2012
Notícia de Fato	02/2012	09.08.2012	Irregular - último impulso em 14.11.2014
Notícia de Fato	04/2012	17.08.2012	Irregular - último impulso em 14.11.2014
Notícia de Fato	01/2012	01.02.2012	Irregular - último impulso em 14.07.2014

Os demais processos e/ou procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A equipe não entrevistou o promotor responsável pela Promotoria inspecionada, pois o mesmo é titular na Promotoria de Justiça de Santa Luzia de Tide, onde, segundo informação prestada via telefônica, estava participando de audiência de réu preso;
- 2) Não constam deste Termo de Inspeção os dados numéricos referentes ao mês de novembro por que em virtude da ausência do promotor e a movimentação do referido mês não estava com os servidores, no momento da inspeção. Diante do quadro apresentado, a equipe decidiu apenas fazer uma análise por amostragem dos procedimentos relacionados abaixo, fazendo ainda a juntada da relação de procedimentos pendentes na Promotoria, por meio do documento relativo ao anexo 3, entregue à equipe e juntado aos autos de inspeção. Mesmo fazendo uma análise superficial, a equipe percebeu que existe um número expressivo de pedências irregulares, e por isso, sugere que a situação merece uma atenção especial por parte da Corregedoria local;
- 3) Não foram relatadas experiências inovadoras nem sugestões por parte do membro inspecionado.

**14.56.1.MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, o Promotor de Justiça Lúcio Leonardo F. Gomes apresentou à Corregedoria Nacional (arquivo digital) a lista dos procedimentos em tramite na Promotoria de Justiça de Pindaré Mirim, os mapas cível e criminal, bem como a relação de protocolos de entradas e saídas de processos referentes ao mês de maio de 2015.

#### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA

##### 14.57. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA

ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Proibidade Administrativa e Patrimônio Público; Defesa da Saúde; Defesa da Ordem Econômica; Criminal perante a 1ª Vara Judicial, com exceção dos crimes de violência doméstica.
Atribuições extrajudiciais?	Sim, inclusive nas inspeções das unidades prisionais, embora não tenha atribuição na execução penal.
Atribuição na área da improbidade administrativa?	Sim
Atribuição criminal nos feitos correlatos?	Sim
Atribuições de controle externo da atividade policial?	Não
Atribuições para investigação criminal pelo MP?	Sim
TITULAR	LARISSA SÓCRATES DE BASTOS
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 02/09/2014; reside na comarca de lotação (alojamento da PJ); nos últimos 6 meses participou dos cursos regulares de aperfeiçoamento oferecidos pela instituição; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Pio XII (distante 30 km da comarca de titularidade); nos últimos 6 meses não recebeu colaboração e afastou-se das atividades em razão de férias (21/10 a 18/11); cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h.	

EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público	Das 8h às 18h, conforme a demanda e disponibilidade.												
Estrutura de Pessoal	1 assessor de nível superior comissionado, além da estrutura comum a todas as 5 promotorias, assim composta de 12 servidores concursados, com exceção de um que é cedido pelo município.												
Estrutura física	Um gabinete de 12 metros quadrados, com computadores, scanner, impressoras e mobiliário em geral.												
Sistema de Arquivo	Não informatizado – pastas A/Z.												
Sistema de Registro	Não informatizado –Livros Atas/Protocolo.												
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Prejudicado													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.772 processos.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 1 processo.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	-	-	-	5	0	0	1	7	8	12	8	
Impulsionados no mês	-	-	-	-	5	0	0	1	7	8	12	8	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas				5	7	5	4	10	8	8	18	0	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	1	3	3	5	21	12	6	5	4	9	
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário								Improbidade administrativa		0			
								ACP/ações coletivas (exceto improbidade)		0			
								Ações para a defesa de direito individual indisponível		0			
Processos cíveis – custos legis								Com vista há mais de 30 dias:		0			
								Com vista há mais de 6 meses:		0			
								Com vista há mais de 12 meses:		0			
Processos cíveis ajuizados pelo MP								Com vista há mais de 30 dias:		0			
								Com vista há mais de 6 meses:		0			
								Com vista há mais de 12 meses:		0			

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	1										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	0										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	1										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	34										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	1										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	3										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	4										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		1										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	16										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de deficientes:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de Saúde:	0										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0										
Fundações:		0										
Qual o critério de recebimento de feitos: Atua em todos os feitos de sua atuação extrajudicial.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	8	12	7	51	42	49	54	36	62
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	-	-	-	8	12	7	51	42	49	54	36	61
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	24	18	17	24	21	16	31	11	0
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Recursos interpostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	4	6	7	7	3	4	11	11	5	7	5	5
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	-	-	-	3	3	4	6	5	9	10	4	6
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										



Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	-
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	-
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	16
	Centros de internamentos provisórios:	0

Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os processos criminais em tramitação na 1ª Vara Judicial, com exceção dos relativos a violência doméstica.

#### SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

1) Modificação no que diz respeito a inspeção na unidade prisional, porque entende que essa atribuição deveria ser do promotor que atua na execução penal; 2) Regulamentação na tramitação dos feitos da área extrajudicial.

#### PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS

Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Peça de Informação	012/2013	04.06.2013	Irregular - Último impulso 28.02.2014
Peça de Informação	004/2013	15.02.2013	Irregular - Último impulso 30.04.2014
Peça de Informação	002/2013	15.02.2013	Irregular - Último impulso 10.03.2014
Inquérito Civi	019/2011	16.08.2011	Irregular - Último impulso 24.02.2012
Inquérito Civil	01/2005	10.03.2005	Irregular - Último impulso 26.04.2011
Inquérito Civil	021/2011	10.08.2011	Irregular - Último impulso 13.11.2012

#### OBSERVAÇÕES

- 1) A promotora inspecionada disse que assumiu recentemente a Promotoria (02.09.2014) e encontrou vasta documentação sem o cumprimento das formalidades necessárias. Como exemplo, menciona que quase cinquenta providências preliminares sem registro, muito embora autuadas com providência preliminar, mas não eram registradas em qualquer tipo de controle, as quais permanecem em grande parte na mesma situação, porque está regularizando aos poucos, outros procedimentos são registrados como "Peças de Informações" e três procedimentos *latu sensu* atuado como representação. Manifestou o propósito, de pelo menos, analisar todos os procedimentos paralisados e dar o respectivo impulso até o final de janeiro de 2015;
- 2) Por fim, a promotora informou que a titular anterior nesta Promotoria era Dra. Flávia Valéria Nava Silva, que atuou na Promotoria até abril de 2014, quando foi removida para Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim, ocupando a titularidade desta Promotoria aproximadamente dois anos;
- 3) Em face do elevado número de pendência tramitando (as mais antigas datadas de 2010), nos termos da relação constante no anexo 7, juntado aos autos de inspeção, a equipe sugere que a Corregedoria local seja instada a acompanhar de perto a situação e estabelecer prazo para a promotora titular resolva a irregularidades pendentes;
- 4) Inúmeras outras irregularidades constantes da relação do anexo 7, todas juntadas aos autos de inspeção.
- 5) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado;
- 6) Os demais processos e/ou procedimentos analisados estavam com o trâmite regular.

**14.57.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Promotora de Justiça Larissa Sócrates de Bastos apresentou relatório periódico dos procedimentos administrativos em trâmite na Promotoria de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2015.

14.58. 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA													
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)			Atuação perante os feitos da 2ª Vara Judicial (Civil, Criminal e Execução Penal); Defesa do Idosos, Defesa do Meio Ambiente; Defesa do Deficiente Físico; Fundações.										
Atribuições extrajudiciais? Sim													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
TITULAR		SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO											
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em 01/09/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses, cumpre expediente das 8h às 18h.													
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h, conforme a demanda.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor de nível superior comissionado, além da estrutura comum a todas as 5 promotorias, assim composta de 12 servidores concursados, com exceção de 1 que é cedido pelo município.											
Estrutura física		Um gabinete de 12 metros quadrados, com computadores, scanner, impressoras e mobiliário em geral.											
Sistema de Arquivo		Livros/Protocolos/Pastas.											
Sistema de Registro		Livros/Protocolos/Pastas.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? Transações penais são depositadas em contas judiciais.													
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 1.927.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL													
PROCESSOS JUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês	-	27	32	24	14	25	26	83	43	36	48	27	
Impulsionados no mês	-	27	32	24	14	25	26	83	43	36	48	27	
Saldo do mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas	4	-	4	-	37	-	-	21	5	-	-	-	51
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obs.: Indagado sobre a disparidade numérica de audiência no mês de novembro e nos meses anteriores, esclareceu que a juíza titular se encontra afastada há mais de um ano e no mês de novembro foram designados dois juizes que fizeram, em quinze dias, um mutirão na área civil.													
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Notícia de fato distribuída	-	-	-	-	1	-	-	-	3	5	4	1	
TAC firmado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0

Execução de TAC proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	P
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos de Depoimento	-	-	-	-	1		1	1	2	3	2	3
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2
Atendimento ao público	7	3	7	3	19	16	18	20	11	15	10	16

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa	Prejudicado										
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)	Não possui estes dados										
	Ações para a defesa de direito individual indisponível	Não possui estes dados										
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:	0										
	Com vista há mais de 6 meses:	0										
	Com vista há mais de 12 meses:	0										
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado										
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado										
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 30 dias:	1										
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	0										
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	0										
	Em tramitação há mais de 180 dias:	0										
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	2										
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	0										
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;	0										
	Em tramitação há mais de 90 dias;	0										
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:		0										
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		2										
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:		0										
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):		0										
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado										
	Estabelecimentos prisionais:	12										
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado										
	Outras unidades de atendimento:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de idosos:	0										
	Estabelecimentos de deficientes:	0										
	Estabelecimentos de Saúde:	Prejudicado										
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	0										
Fundações:	0											
Qual o critério de recebimento de feitos: De acordo com as atribuições.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	7	10	9	32	31	13	32	31	21	62	67	64
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	7	10	9	32	31	13	32	31	21	62	67	64
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	1		2	1	-	1	1		2	5	-	40
Sessões do Tribunal do Júri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Recursos interpostos	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	0
Termos Circunstanciados distribuídos	2	-	-	1	-	-	-	-	2	2	4	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	8	7	9	23	20	7	16	2	23	20	11	7
Arquivamentos de IP/PIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Denúncias oferecidas	1	-	5	16	11		4		8	11	8	7
Número de interceptações telefônicas iniciadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Atendimento ao público	-	-	-	1	-	2	2	-	-	2	2	3

EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	Prejudicado
	Com vista há mais de 6 meses:	Prejudicado
	Com vista há mais de 12 meses:	Prejudicado
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	12
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Não informado		

SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
1) A ampliação do prazo para notícia de fato, pelo menos em 90 e 120 dias, vez que o prazo de 30 dias é insuficiente para prática de diligência singela, como a resposta de ofício; 2) Implantação do sistema informatizado.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	008/2014	08.10.2014	Irregular - Último impulso em 27.11.2014
OBSERVAÇÕES			
1) Os processos e procedimentos analisados estavam com o trâmite regular;			
2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.58.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, com relação ao Relatório Preliminar esclareceu que a Notícia de Fato nº 008/2014 indicada no citado relatório como “irregular” foi devidamente arquivada. Além disso, encaminhou à Corregedoria Nacional (fls. 682 a 692, Anexo II, Volume IV) a relação de processos judiciais recebidos e despachados no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Inês/MA no mês de maio de 2015, bem como a relação dos procedimentos administrativos (inquéritos civis, procedimentos administrativos, notícias de fato) ainda em tramitação na mencionada Promotoria de Justiça.

14.59. 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA	
ATRIBUIÇÕES (Ato normativo)	Família, Sucessões, Criminal, nos feitos que tramitam na 3ª Vara Judicial (exceto o Juizado); Violência Doméstica perante todas as varas judiciais e Defesa do Consumidor perante a 1ª Vara Judicial.
Atribuições extrajudiciais? Apenas em relação ao consumidor.	
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não	
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Sim	
Atribuições de controle externo da atividade policial? Não	
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim	
TITULAR	NÃO INFORMADO (atua como Promotor Auxiliar do Procurador Regional Eleitoral)
SUBSTITUTO	MARCO ANTONIO SANTOS AMORIM
DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
O membro informou que não é titular do órgão inspecionado, sendo que o titular se encontra exercendo o cargo de Promotor Auxiliar junto ao Procurador Regional Eleitoral, a aproximadamente dois anos, com exclusividade); assumiu o órgão em maio/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses não participou de curso de aperfeiçoamento; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; responde cumulativamente pela titularidade da 4ª PJ de Santa Inês/MA; nos últimos 6 meses não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.	
EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público	Das 8h às 18h.
Estrutura de Pessoal	1 assessor de nível superior comissionado, além da estrutura comum a todas as 5 promotorias, assim composta por 12 servidores concursados, todos do quadro do Ministério Público, com exceção de 1 que é cedido pelo município.
Estrutura física	Um gabinete de 12 metros quadrados, com computadores, scanner, impressoras e mobiliário em geral.
Sistema de Arquivo	Não informatizado - pastas A/Z (A promotoria não tem sistema informatizado de gerenciamento de atuação, pois no Estado do Maranhão apenas as comarcas de São Luis, Imperatriz e Timon, possuem o SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público).
Sistema de Registro	Livros Atas/Protocolo
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? No geral, via judiciário.	
EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA	
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 2.668.	

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 3.												
INFÂNCIA E JUVENTUDE												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL												
PROCESSOS JUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	2	2	30	0	10	22	34	0	34	16	16	27
Impulsionados no mês	2	2	30	0	10	22	34	0	34	16	16	21
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Audiências realizadas	0	0	65	3	2	0	0	2	2	17	11	10
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	2	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	5	1	2	9	7	3	-	15	4	2	3
Oitivas informais de adolescentes	0	4			6	4	2	-	10	3		3
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário								ACP / ações coletivas (exceto improbidade)		0		
								Ações para a defesa de direito individual indisponível		2		
								Ações de destituição do poder familiar		0		
Processos Inf. e Juventude – custos legis								Com vista há mais de 30 dias:		0		
								Com vista há mais de 6 meses:		0		
								Com vista há mais de 12 meses:		0		
Processos Inf. e Juv. Ajuizados pelo MP								Com vista há mais de 30 dias:		0		
								Com vista há mais de 6 meses:		0		
								Com vista há mais de 12 meses:		0		
Processos eleitorais								Com vista há mais de 30 dias:		0		
								Com vista há mais de 6 meses:		0		
								Com vista há mais de 12 meses:		0		
Notícias de Fato								Em tramitação há menos de 30 dias:		0		
								Em tramitação há mais de 30 dias:		0		
Procedimentos Preparatórios								Em tramitação há menos de 90 dias:		0		
								Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):		0		
								Em tramitação há mais de 180 dias:		0		
Inquéritos Cíveis								Em tramitação há menos de 1 ano:		0		
								Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):		0		
Procedimentos Administrativos								Em tramitação há menos de 90 dias;		0		
								Em tramitação há mais de 90 dias;		0		
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										2		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										2		



Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social (últimos 12 meses)		10
Audiências Concentradas em Entidades de Acolhimento nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Centro de Internamento Provisório:	0
	Entidade de acolhimento institucional:	0
	Outras unidades de atendimento:	5
	Estabelecimentos de Saúde:	4
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:	Prejudicado
Número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições:		0

Obs.: O município não dispõe de unidade de atendimento, tanto para proteção como para adolescentes infratores.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO (Ato Infracional)

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês:	2	2	4	22	12	10	10	8	24	10	14	8
Impulsionados no mês:	2	2	4	22	12	10	10	8	24	10	14	3
Saldo do mês atual:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	10
Recursos interpostos nos últimos 30 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termo Circunstanciado / Notícia de Ato Infracional distribuídos	0	0	0	11	2	5	1	1	12	5	7	8
Arquivamentos e Remissões	0	0	0	9	2	0	0	0	5	2	0	0
Representações	0	0	2	2	2	5	1	1	7	3	3	3
Audiências de Apresentação	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0

#### EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Termos circunstanciados/Notícia de ato infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
3. Execução de medidas socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	3
	Unidades de Internação:	0

Se existe critério de recebimento de feitos: Atua em todos os feitos que envolve atribuição da Infância e da Juventude.

#### ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO - CÍVEL

##### PROCESSOS JUDICIAIS

PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês	33	0	19	0	0	12	33	99	49	45	59	80
Impulsionados no mês	33	0	19	0	0	12	33	99	49	45	59	80
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Audiências realizadas	36	0	30	0	1	0	0	14	41	20	1	14
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos de Depoimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	1	0	0	0	0	2	32	36	25	26	23	52
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										0	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										0	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										0	
	Com vista há mais de 6 meses:										0	
	Com vista há mais de 12 meses:										0	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										0	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										8	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		

Visitas realizadas	Delegacias de polícia:										Prejudicado	
	Estabelecimentos prisionais:										Prejudicado	
	Centros de internamentos provisórios:										Prejudicado	
	Outras unidades de atendimento:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de idosos:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de deficientes:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de Saúde:										Prejudicado	
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:										Prejudicado	
Fundações:										Prejudicado		
Qual o critério de recebimento de feitos: Todos os processos cíveis em tramitação na 3ª Vara Judicial.												
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	7	0	15	0	34	17	44	65	38	51	43	50
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	7	0	15	0	34	17	44	65	38	51	43	50
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	0	0	8	0	1	1	3	0	2	4	1	3
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Termos Circunstanciados distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Denúncias oferecidas	1	0	0	0	14	6	14	12	12	23	13	15
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	2	0	0	0	0	28	2	0	2	0	0	0
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0		
	Com vista há mais de 6 meses:									0		
	Com vista há mais de 12 meses:									0		
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:									0		
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):									0		
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):									0		

Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0
	Com vista há mais de 6 meses:	0
	Com vista há mais de 12 meses:	0
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	Prejudicado
	Estabelecimentos prisionais:	Prejudicado
	Centros de internamentos provisórios:	Prejudicado
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os feitos criminais em tramitação na 3ª Vara Judicial, e de todas as varas judiciais relativos à violência doméstica.		
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO		
O membro inspecionado sugeriu que as atividades extrajudiciais sejam quantificadas nos relatórios, pois grande parte de sua atuação é voltado para atuação extrajudicial.		
EXPERIÊNCIAS INOVADORAS		
Projeto Gandhi; Conte até 10 – Esporte nas Escolas; MP na Escola; Cabrera; e, Chá com os Artistas. O Projeto Conte até Dez – Esporte nas Escolas foi premiado pelo CNMP neste ano de 2014, conforme anexo 5, apresentado à equipe e juntado aos autos de inspeção.		
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS		
A equipe de inspeção não fez anotações no item “processos e procedimentos analisados” porque o processo mais antigo na promotoria é datado de 26 de novembro de 2014.		

**14.59. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Na resposta encaminhada pela unidade inspecionada, constam duas tabelas referentes a procedimentos extrajudiciais, conforme segue:

TAC	04
Execução de TAC	00
ACP's Ajuizada	00
Medidas Judiciais de Defesa de Direito Individual Indisponível	00
Arquivamento sem remessa	00
Arquivamento com remessa	00
Audiências Judiciais	14
Reuniões	01
Procedimentos Extrajudiciais	04
Judiciais	--

Proced. Adm/Inquérito Civil Nº	Portaria	Instauração	Última movimentação	Data da decisão fundamentada de prorrogação de prazo	Observações
Inquérito Civil nº 01/2015 – Táxi (Consumidor)	01/2015–3ª PJSI	30/01/15	13/04/15		-Aguardando resposta do Ofício n.º 11/2015 – José de Ribamar Costa Alves – Prefeito Municipal (Solicitação de Informações);
Inquérito Civil nº 02/2015 – GLP (Consumidor)	02/2015–3ª PJSI	04/02/15	07/04/15		-Concluso;
Inquérito Civil nº 03/2015 – Farmácias (Consumidor)	04/2015–3ª PJSI	31/03/15	21/05/15		-Concluso;

Notícia de Fato nº 001/2014 – CEMAR – Moradores do Condomínio Sol Nascente (Consumidor)	Sem portaria;	02/12/14	29/04/15		Reunião com os representantes da localidade;
Procedimento Investigatório Criminal nº 01/2015	03/2015 – 3ª PJSI	26/02/15	01/06/2015	Prorrogação em 25/05/2015	-Aguardando resposta do Ofício nº 21/2015 – José de Ribamar Costa Alves – Prefeito Municipal (Solicitação de Informações);

#### 14.60. 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS/MA

<b>ATRIBUIÇÕES</b> (Ato normativo)		Juizado Especial Criminal, Controle Externo da Atividade Policial e Carta Precatória Ministerial, Defesa da Cidadania.											
Atribuições extrajudiciais? Sim (Controle Externo da Atividade Policial, Defesa da Cidadania e Precatórias).													
Atribuição na área da improbidade administrativa? Não													
Atribuição criminal nos feitos correlatos? Não													
Atribuições de controle externo da atividade policial? Sim													
Atribuições para investigação criminal pelo MP? Sim													
<b>TITULAR</b>		FRANK TELES ARAÚJO											
<b>DADOS RELACIONADOS COM O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>													
O membro informou que é titular do órgão inspecionado; assumiu o órgão em abril/2014; reside na comarca de lotação; nos últimos 6 meses participou dos seminários “Lei Maria da Penha”, “Investigação Criminal” e “Saúde”; não exerce o magistério nem a advocacia; não respondeu nem está respondendo a procedimento administrativo disciplinar; não responde cumulativamente por outro órgão; não recebeu colaboração nem afastou-se das atividades nos últimos 6 meses; cumpre expediente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.													
<b>EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>													
Atendimento ao público		Das 8h às 18h, conforme a demanda.											
Estrutura de Pessoal		1 assessor de nível superior comissionado, além da estrutura comum a todas as 5 promotorias, assim composta por 12 servidores concursados, todos do quadro do Ministério Público, com exceção de 1 que é cedido pelo município.											
Estrutura física		Um gabinete de 12 metros quadrados, com computadores, scanner, impressoras e mobiliário em geral.											
Sistema de Arquivo		Não informatizado – pastas A/Z											
Sistema de Registro		Não informatizado – Livros Atas/Protocolo.											
De que modo são geridos eventuais recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, transações penais e outros acordos? No geral, via Judiciário, e o Ministério Público apenas fiscaliza a destinação dos recursos decorrentes das penas pecuniárias às instituições beneficentes.													
<b>EM RELAÇÃO À UNIDADE JUDICIÁRIA</b>													
Quantidade de processos que tramitam na(s) unidade(s) judiciária(s): 249.													
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 0 (zero).													
<b>ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CÍVEL</b>													
<b>PROCESSOS JUDICIAIS</b>													
<b>PERÍODO</b>	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Distribuídos no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Impulsionados no mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Saldo do mês	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Audiências realizadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	

Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Obs.: Não tem atuação no Juizado Especial Civil.												
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS												
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Notícia de fato distribuída	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAC firmado	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução de TAC proposta	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ACP de Improbidade Administrativa proposta	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa)	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento sem Remessa	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamento com Remessa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termos de Depoimento	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências Extrajudiciais (exceto Audiências Públicas)	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reuniões (com ata)	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-	-	7	9	20	17	18	10	17	16	18
Obs.: O Promotor justificou a inexistência de movimentação extrajudicial no fato de que a Promotoria tem esta atuação restrita ao controle externo da atividade policial, pois os problemas que envolvem saúde, educação e idosos, são das 1ª, 2ª e 4ª Promotorias de Justiça.												
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO												
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa										Prejudicado	
	ACP/ações coletivas (exceto improbidade)										Prejudicado	
	Ações para a defesa de direito individual indisponível										Prejudicado	
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 6 meses:										Prejudicado	
	Com vista há mais de 12 meses:										Prejudicado	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 30 dias:										12	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:										0	
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):										0	
	Em tramitação há mais de 180 dias:										0	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:										0	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):										0	
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias;										0	
	Em tramitação há mais de 90 dias;										0	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:										0		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:										0		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:										0		
Reuniões em Conselhos de Controle Social (comparecimentos):										0		



Visitas realizadas	Delegacias de polícia:									20			
	Estabelecimentos prisionais:									20			
	Centros de internamentos provisórios:									Prejudicado			
	Outras unidades de atendimento:									Prejudicado			
	Estabelecimentos de idosos:									Prejudicado			
	Estabelecimentos de deficientes:									Prejudicado			
	Estabelecimentos de Saúde:									Prejudicado			
	Estabelecimentos de comunidades terapêuticas:									Prejudicado			
Fundações:									Prejudicado				
Qual o critério de recebimento de feitos: Prejudicado.													
ESTATÍSTICA DO ÓRGÃO – CRIMINAL (Judicial e extrajudicial)													
PERÍODO	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Saldo do mês anterior (ações penais, e IP's outros)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuídos no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Impulsionados no mês (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Saldo do mês atual (ações penais e IP's):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas nos últimos 30 dias:	-	-	-	26	29	9	5	6	16	10	8	6	
Sessões do Tribunal do Júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recursos interpostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Termos Circunstanciados distribuídos	-	-	-	0	0	0	0	1	1	31	5	0	
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arquivamentos de IP/PIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Denúncias oferecidas	-	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de interceptações telefônicas iniciadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atendimento ao público	-	-		0	0	1	2	6	2	1	1	18	
Obs.: Questionado sobre o baixo volume de movimentação dos feitos no Ministério Público, pelo promotor inspecionado foi dito que isso se deve ao fato que os TCs são enviados pela autoridade policial ao Judiciário, com data já marcada pela autoridade policial em planilha encaminhada pelo Judiciário, sendo que eventuais denúncias são feitas oralmente, por ocasião das audiências. No presente ano não foi oferecida nenhuma denúncia e a última oferecida foi no ano de 2013, por maus tratos de animais.													
EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO													
Inquéritos policiais	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			
Processos criminais	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			
Processos de Execução Penal	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			
Termos Circunstanciados	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			
Autos de Prisão em Flagrante	Com vista há mais de 30 dias:									0			
	Com vista há mais de 6 meses:									0			
	Com vista há mais de 12 meses:									0			

Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias:	0	
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação):	0	
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):	0	
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:	0	
	Com vista há mais de 6 meses:	0	
	Com vista há mais de 12 meses:	0	
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		0	
Visitas realizadas nos últimos 12 meses	Delegacias de polícia:	0	
	Estabelecimentos prisionais:	0	
	Centros de internamentos provisórios:	0	
Se existe critério de recebimento de feitos: Todos os processos oriundos do Juizado Especial Criminal.			
SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO			
O membro inspecionado sugeriu a informatização das atividades da Promotoria.			
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ANALISADOS			
Espécie	Número do procedimento	Data da instauração	Situação detectada
Notícia de Fato	002-13	17.07.2013	Irregular - Último impulso em 15.10.2014
Notícia de Fato	005-14	04.06.2014	Irregular - Último despacho em 15.10.2014
Notícia de Fato	004-14	20.03.2014	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	003-14	17.03.2014	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	002-14	21.02.2014	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	001-14	13.02.2014	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	011-13	20.11.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	010-13	21.11.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	009-13	05.11.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	007-13	22.10.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	006-13	22.10.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
Notícia de Fato	003-13	17.07.2013	Irregular - Último despacho datado de 22.10.2014
OBSERVAÇÕES			
1) Pelo Promotor inspecionado foi dito que nos últimos dois anos sempre acumulou substituições em outras promotorias, inclusive em outras comarcas; 2) Não foram relatadas experiências inovadoras por parte do membro inspecionado.			

**14.60.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Promotor de Justiça Frank Teles Araújo encaminhou à Corregedoria Nacional (fl. 695, Anexo II, Volume III), lista dos processos e procedimentos analisados. Quanto às informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado, nada acrescentou, eis que eventualmente isso ocorra. Em relação à apresentação de relação atualizada dos procedimentos e processos judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação, esclareceu que em virtude de um acidente, teve que se submeter à cirurgia de religamento do labrum, no ombro direito, estando, por este motivo, afastado de suas funções desde janeiro de 2015 e impossibilitado de apresentar referidos dados.

## 15. RELATÓRIOS COMPLEMENTARES DAS EQUIPES DE INSPEÇÃO

### 15.1. RELATÓRIO COMPLEMENTAR DA EQUIPE Nº 08

**15.1.1.** A equipe, embora tenha inspecionado as Promotorias de Justiça Criminais, teve acesso a poucos inquéritos policiais. Constatou-se que os inquéritos policiais ficam concentrados na CENTRAL DE INQUÉRITOS que, segundo os Promotores de Justiça inspecionados, não está integrada ao SIMP. A CEN-

TRAL é responsável pelos inquéritos policiais até que sejam relatados, após o que são distribuídos às promotorias criminais. Segundo informações colhidas, não há cargo de Promotor de Justiça na Central de Inquéritos. Os dois Promotores de Justiça que atuam na Central de Inquéritos o fazem por designação, acumulando tal atribuição com seu cargo: Ruy Antônio Vieira de Carvalho (Promotor de Justiça de Substituição Plena, em exercício na 13ª Promotoria de Justiça Criminal) e Gilberto Câmara França Junior (Promotor de Justiça de Substituição Plena, em exercício na 28ª Promotoria Criminal). Pelos Promotores de Justiça Criminais, de um modo geral, foi mencionado o atraso da Central de Inquéritos na distribuição e remessa de inquéritos e seu encaminhamento às Promotorias de Justiça, em especial quando se trata de réus presos.

**15.1.2.** Ao inspecionar a 18ª Promotoria de Justiça, a equipe constatou que as atribuições foram esvaziadas já que a sua principal atribuição seria “Conhecer das comunicações de prisão feitas na forma do artigo 306 do CPP, fora das hipóteses de plantão, adotando as providências cabíveis em cada caso” (Resolução nº 19/2013-CPMP). Isso ocorre em razão de todos os autos de prisão em flagrante, com exceção do plantão, serem remetidos à Central de Inquéritos. Hoje, na realidade, a 18ª Promotoria de Justiça Criminal não recebe e não se manifesta oficialmente em qualquer auto de prisão em flagrante, ressaltando-se que não foi encontrado qualquer expediente relativo às atribuições de tal promotoria no gabinete durante a inspeção. A situação é bem refletida nos dados estatísticos colhidos pela equipe de inspeção.

**15.1.3.** Os Promotores de Justiça que atuam nas Varas de Entorpecentes têm se sentido intimidados e inseguros pelos criminosos em audiências, que lhes fazem gestos de ameaça.

**15.1.4.** A sede das promotorias criminais da Capital está instalada em local de difícil acesso à população. O local não é servido por transporte público. O diminuto atendimento ao público é bem evidenciado nos dados estatísticos dos relatórios de inspeção (quase todos zerados). Durante os trabalhos de inspeção (esta equipe visitou 30 Promotorias de Justiça) não se presenciou um único atendimento ao público. Segundo um dos promotores inspecionados, não há divulgação de onde é a sede das promotorias.

**15.1.5.** No geral, as promotorias inspecionadas foram confusas em fornecer dados, demonstrando não haver padrão de registros. Foi observado que houve dificuldade, inclusive, na informação acerca de horário de atendimento e expediente da promotoria de justiça. Chamou a atenção o fato de grande parte dos inspecionados afirmarem cumprir o expediente até 14 ou 15 horas. Numa das unidades inspecionadas (7ª Promotoria de Justiça Criminal), na necessidade de se cobrar dados, a equipe retornou ao local por volta das 16 horas, e a encontrou trancada. Na oportunidade, o Assessor do Promotor de Justiça comprometeu-se a entregar à equipe de inspeção, no mesmo dia, o número de denúncias oferecidas no mês de novembro. Ante a inércia da entrega dos dados, no dia 3.12.2014, às 16h15, a equipe retornou à Promotoria de Justiça, sendo que num primeiro momento, a porta estava trancada. Após bater à porta, alguém questionou, sem abrir: “quem é?”. A equipe identificou-se, no que pediu-se um momento. Em seguida, o Assessor do Promotor de Justiça abriu a porta e informou que efetivamente teria se comprometido a entregar os dados, mas que ainda não os tinha, ficando de entregá-los até o final da tarde do dia 03.12.2014. No final da tarde, por volta das 17 horas, o Assessor de Promotoria forneceu os dados.

**15.1.6.** Mencionou-se por alguns Promotores de Justiça, que no plantão, há contratação de recepcionistas de empresas terceirizadas, contratação de motorista terceirizado, não há segurança (polícia), e carece a presença de funcionário do quadro do Ministério Público, para que os serviços possam ser devidamente prestados e com a segurança de um servidor do quadro. Quando acaba o plantão, as recepcionistas que não fazem parte do quadro do Ministério Público redigem uma ata daquele plantão. Quando o Promotor pede compensação, fica subordinado ao entendimento das recepcionistas. A promotora (DRA NÚBIA – 16ª Promotoria de Justiça) pede que o CNMP vá visitar o plantão, que fica no prédio do fórum, das 18 às 8h, diariamente. Quanto

ao plantão, ainda, a Dra. Ilana – 20ª Promotoria de Justiça) menciona a falta de segurança. Reclamou-se, ainda, quanto ao plantão que no caso de pedido de compensação, de 5 dias, a Corregedoria-Geral do Ministério Público converte o feito em diligências para ouvir os funcionários (terceirizados) que ficam de plantão.

**15.1.7.** Durante a inspeção, houve relato de Promotor de Justiça reclamando da existência de “2 Ministérios Públicos no Maranhão”, sendo um de primeira instância e outro de segunda instância. Mencionou-se a disparidade de tratamento de assessores. Atualmente, foi dito que nenhum assessor bate ponto, porque somente os assessores de procurador não batiam. A solução tomada, após reclamação de Promotores à Administração, foi de ninguém bater ponto. Foi dito sobre a disparidade entre a remuneração de assessor de promotor e de procurador, já que um assessor de procurador ganharia cerca de 3 vezes mais. Outro destaque quanto a essa questão foi a criação de 31 novos cargos uma para cada procurador, que já tinham 2 assessores e passaram a contar com 3 assessores. Reclamação: “A primeira instância é tratada como uma classe subalterna da segunda instância”, além do que “a segunda instância não é fiscalizada pela Corregedoria”. O cargo de secretário de gabinete de procurador foi transformado em chefe, mas não chefia ninguém.

**15.1.8.** Todas as promotorias de justiça criminais declararam não possuir atribuições de controle externo da atividade policial, atribuições para investigação criminal (PIC), visitas a delegacias de polícia e estabelecimentos prisionais. Isso chamou a atenção da equipe de inspeção, em razão de as promotorias terem natureza criminal e os promotores afirmarem não possuir tais atribuições.

**15.1.9.** Chamou a atenção da equipe o pequeno volume de movimentação processual e número de audiências informados nos dados estatísticos das promotorias de justiça criminais. Alguns promotores reclamaram que passam muitas manhãs em audiências. Na visão da equipe, tais reclamações não se justificariam diante do cenário encontrado e pelos dados apresentados. Como exemplo, a 19ª Promotoria de Justiça Criminal, que atua nos feitos de numeração ímpar, e a 21ª, que atua nos feitos de numeração par, ambas na 1ª Vara de Entorpecentes, que conta com 155 feitos na unidade judiciária. A equipe sugere que sejam reavaliadas as atribuições das Promotorias de Justiça criminais, a fim de um melhor aproveitamento das atividades ministeriais.

**15.1.10.** A equipe de inspeção constatou que a 17ª Promotoria de Justiça está instalada em local de difícil acesso, tratando-se de um prédio em péssimas condições de manutenção, localizado no interior das dependências da Faculdade São Luís, onde também funciona o 3º Juizado Especial Criminal da Capital. A Promotoria de Justiça ocupa uma pequena sala desse prédio. Não há indicativos ao público de que lá funciona a promotoria, bem como o acesso se dá somente por uma escadaria. A sala não tem tamanho suficiente sequer para a equipe da Promotoria de Justiça.

**15.1.11.** Os Promotores de Justiça em Substituição Plena possuem, cada um, um assessor comissionado. Pelo que se observou, estes Promotores de Justiça têm como atribuição substituir os titulares, por motivos de afastamentos. Quando esses Promotores atuam em substituição, têm à sua disposição o seu próprio assessor, além do assessor do Promotor de Justiça substituído. Em suma, o Promotor em Substituição Plena, em regra, possui à sua disposição 2 assessores, diferenciando-se dos demais.

**15.1.12.** A equipe sugere a instauração de RIEP para melhor avaliação dos trabalhos da 7ª Promotoria de Justiça, pelo seguinte motivo: a 7ª e a 8ª Promotorias de Justiça atuam frente à 4ª Vara Criminal de São Luís, que tem apenas 296 processos, sendo que o Promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça (Dr. Esdras Liberalino Soares Junior), por ocasião da visita de inspeção, tinha em gabinete 31 autos, sendo que destes, 13 há mais de 30 dias.

**15.1.13.** A equipe sugere a instauração de RIEP para melhor avaliação dos trabalhos da 12ª Promotoria de

Justiça, de responsabilidade da Dra. Marcia Moura Maia, pelo seguinte motivo: por ocasião da inspeção, constatou-se que havia no gabinete 24 feitos, sendo que desses, 4 lá estavam há mais de 30 dias e, entre eles, havia um pedido de prisão preventiva há mais de 12 meses e uma ação penal para contrarrazões desde o mês de abril de 2014, ou seja, há mais de 6 meses. A outra promotoria que atua frente à mesma Vara (11ª Promotoria de Justiça), por sua vez, tinha apenas 2 autos em gabinete, estando ambos regulares. Além disso foi encontrado um procedimento – PIC –, mas sem qualquer registro efetivo na Promotoria de Justiça. Tão somente constava o número de ordem 994/2014 – DPJC, remetido pela Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital, com data de envio de 25.08.2014. A documentação, no momento da inspeção, estava toda solta em uma capa plástica. Segue documento entregue à equipe e juntado aos autos de inspeção.

## 15.2. RELATÓRIO COMPLEMENTAR DA EQUIPE Nº 10

### 15.2.1. Promotoria de Justiça de João Lisboa/MA

**15.2.1.1.** As duas Promotorias de Justiça de João Lisboa estão instaladas em um edifício cedido pelo Estado do Maranhão, localizado na Rua XV de Novembro, s/n, Centro, portanto, de amplo conhecimento e fácil acesso da população.

**15.2.1.2.** Esse edifício, embora com aparência simples, apresenta condições adequadas para o regular exercício das atividades ministeriais, contendo, além de outras repartições, como sala de audiência e salas de apoio, 2 (dois) gabinetes, que são disponibilizados aos Membros lotados no lugar.

**15.2.1.3.** Os gabinetes são dotados de salas amplas, banheiros e subdivididos em área de apoio, de modo que são, de certo modo, confortáveis e bem estruturados, especialmente com móveis e equipamentos apropriados, embora desprovidos de luxo.

**15.2.1.4.** Em relação aos aspectos físicos, ou estruturais, da sede do MPE em João Lisboa, vide as reproduções fotográficas anexas.

**15.2.1.5.** Apesar de ter sido alvo da equipe de inspeção apenas a 2ª Promotoria de Justiça, foi constatado que em ambas as Promotorias de Justiça de João Lisboa inexistia qualquer inquérito civil, procedimento preparatório ou procedimento de investigação criminal.

**15.2.1.6.** Tal situação chamou à atenção da equipe de inspeção, já que a região é notoriamente carente da assistência do Poder Público, mostrando-se, smj, estranha a falta de qualquer procedimento investigatório do Ministério Público Estadual relacionado aos interesses da cidadania, especialmente no que se refere à criança e adolescente, idosos e meio ambiente.

### 15.2.2. Promotorias de Justiça de Açailândia/MA

**15.2.2.1.** As Promotorias de Justiça de Açailândia estão instaladas em um edifício próprio, construído em um terreno espaçoso, propício a futuras edificações. Localiza-se, apesar de encontrar-se afastada da região central, ao lado do Fórum de referida Cidade, portanto, consiste em um local de amplo conhecimento da população, bem assim de fácil acessibilidade.

**15.2.2.2.** Os gabinetes disponibilizados ao Membro do Ministério Público em cada Promotoria, totalmente

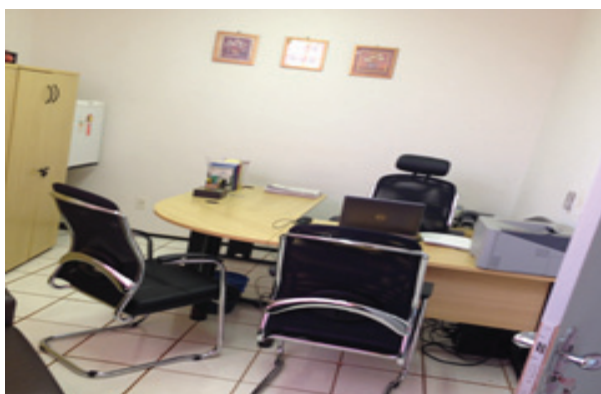


desprovidos de luxo ou ostentação, são bons e, pois, adequados para o efetivo desempenho das atribuições ministeriais, até porque consistem em salas individualizadas, com banheiros e, normalmente, com áreas destinadas ao apoio, de modo que se tratam de locais bem estruturados, especialmente com móveis e equipamentos apropriados.

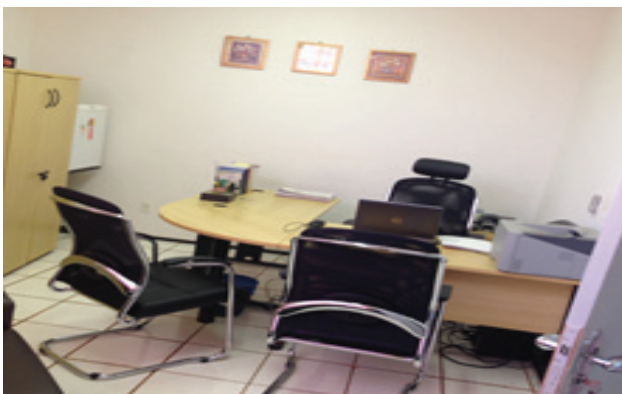
**15.2.2.3.** Merece destaque os esforços empreendidos pelas Promotoras de Justiça de Açailândia no controle manual de processos e procedimentos que tramitam na Unidade, com registros em livros e controles paralelos de toda a movimentação de cada promotoria, em que pese entendermos que a adoção de um sistema eletrônico eficaz e operante, nos moldes do MPT Digital, poderia evitar essa forma ultrapassada de controle e, por consequência, evitando grande perda de tempo dos Membros e servidores.

**15.2.2.4.** Também merece destaque o fato de todos os Membros do MPE em Açailândia inspecionados afirmarem que não conheciam, nem foram orientados sobre os procedimentos, as regras que dispõem sobre a conversão de notícia de fato em inquérito civil ou em procedimento preparatório no tempo e modo devidos, menos ainda sobre a prorrogação de inquérito civil com tramitação superior a 1 (um) ano. Disseram-nos também desconhecer o “Manual das Tabelas Unificadas do Ministério Público”, editado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2013.

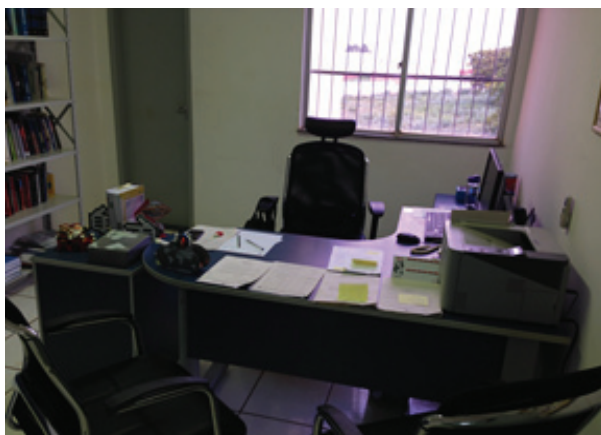
**15.2.2.5.** Em relação aos aspectos físicos, ou estruturais, da sede do MPE e dos Gabinetes destinados aos seus membros lotados em Açailândia, vide as fotos abaixo:



*1ª Promotoria de Justiça de Açailândia/MA*



*2ª Promotoria de Justiça de Açailândia/MA*



*3ª Promotoria de Justiça de Açailândia/MA*



*4ª Promotoria de Justiça de Açailândia/MA*



### 15.2.3. Promotorias de Justiça de Imperatriz/MA

**15.2.3.1.** As Promotorias de Justiça de Imperatriz estão instaladas em 3 (três) edifícios distintos: um denominado de “Edifício-sede” e outros dois como “Anexo I” e “Anexo II”. O “Edifício sede”, que é próprio, está localizado na Rua Barão do Rio Branco, n. 36, Centro, Imperatriz, Maranhão. O “Anexo I”, que é alugado, está localizado quase em frente ao “Edifício-sede”, no caso, na Rua Barão do Rio Branco, n. 63, Centro, Imperatriz, Maranhão. Por sua vez, o “Anexo II”, também alugado, está instalado ao lado do “Edifício-sede”, mais precisamente na Rua Barão do Rio Branco, n. 28, Centro, Imperatriz, Maranhão.

**15.2.3.2.** No “Edifício sede” estão instaladas as seguintes Promotorias de Justiça: a) 2ª Promotoria de Justiça Cível; b) 3ª Promotoria de Justiça Cível; c) 2ª Promotoria de Justiça Especializada; d) 3ª Promotoria de Justiça Especializada; e) 4ª Promotoria de Justiça Especializada; f) 6ª Promotoria de Justiça Especializada; g) 3ª Promotoria de Justiça Criminal; h) 4ª Promotoria de Justiça Criminal; i) 5ª Promotoria de Justiça Criminal; j) 6ª Promotoria de Justiça Criminal; k) 7ª Promotoria de Justiça Criminal. Já no “Anexo I” estão instaladas as seguintes Promotorias de Justiça: a) 1ª Promotoria de Justiça Especializada; b) 5ª Promotoria de Justiça Especializada; c) 7ª Promotoria de Justiça Especializada; d) 8ª Promotoria de Justiça Especializada; e, e) 1ª Promotoria de Justiça Criminal. Por outro lado, no “Anexo II” estão instaladas as seguintes Promotorias de Justiça: a) 1ª Promotoria de Justiça Cível; e, b) 2ª Promotoria de Justiça Criminal.

**15.2.3.3.** Notamos que as instalações do “Edifício sede”, caso específico dos gabinetes que compõem cada Promotoria, são bons; porém regulares quanto aos locais de atendimento ao público e ruim quanto à acessibilidade, até porque nada foi projetado para essa finalidade. Em relação aos gabinetes, notamos que são salas normalmente desprovidas de banheiros para uso do Membro, com destaques pelas improvisações efetuadas nas salas, que se encontravam algumas em fase de reforma. Merece destacar que 2 (dois) banheiros instalados no térreo do “Edifício sede” do MPE em Imperatriz, utilizados por Membros, servidores e terceiros, encontravam-se interditados com o seguinte aviso: “sem água”. Observamos que a falta de água não era de exclusiva responsabilidade do Órgão Ministerial, mas da Companhia responsável pelo fornecimento na cidade, que vem se tornando um problema constante da população.

**15.2.3.4.** As condições físicas das instalações do “Anexo I” se mostram de regulares para ruins, embora se encontre todo em reforma, que certamente resultará em melhorias. A propósito desse prédio, presenciamos o desabamento de parte do teto da sala de apoio da 1ª Promotoria de Justiça de Justiça Especializada, que, por pouco, não caiu sobre a cabeça de servidora que se encontrava sentada abaixo, não se machucando porque o barulho alertou-a do perigo. Frisa-se que as atividades no local, em razão do risco de acidentes, foram parcialmente paralisadas. Antes da conclusão das reformas que se encontram em andamento nesse edifício não é possível mensurar se os gabinetes destinados aos Membros, as salas destinadas aos servidores e os locais destinados ao público são bons e adequados às atividades do Ministério Público do Estado em Imperatriz.

**15.2.3.5.** O “Anexo II” também apresenta instalações físicas deficientes, até porque consistem na improvisação, ou adaptação, de uma antiga residência em gabinetes e salas de apoio destinadas à instalação da 1ª Promotoria de Justiça Cível e da 2ª Promotoria de Justiça Criminal.

**15.2.3.6.** Também observamos que o “Edifício sede” e seus anexos não se encontram devidamente dotados de acessibilidade, até mesmo levando em consideração o funcionamento da Promotoria de Justiça Especializada na defesa do idoso, pessoas com deficiências e registros públicos.

**15.2.3.7.** Todo o mobiliário, tanto no “Edifício sede” quanto nos “Anexos”, que integram gabinetes, salas de

apoio, secretarias e outros pareceu-nos adequados e propícios ao bom desempenho das atividades ministeriais.

**15.2.3.8.** Releva-nos destacar que, segundo as projeções da administração do MPE local, no máximo em 2 (dois) estarão finalizadas as obras do edifício onde serão instaladas as Promotorias de Justiça de Imperatriz. Visitamos as obras do novo Edifício sede do Ministério Público do Estado em Imperatriz e constatamos que já encontram na fase de concretagem do segundo pavimento (Edifício com 4 pavimentos), bem assim percebemos o andamento da edificação.

**15.2.3.9.** Os Promotores de Justiça Domingos Eduardo da Silva (5ª Promotoria Criminal), Alessandro Brandão Marques (7ª Promotoria Criminal) e a Promotora de Justiça Alline Matos Pires (4ª Promotoria de Justiça Especializada) apresentaram à Equipe de Inspeção experiências ou ideias inovadoras, todas relatadas nos respectivos Termos de Inspeção e, fisicamente, demonstradas nos documentos constantes dos envelopes anexos, os quais foram juntados aos autos de inspeção.

**15.2.3.10.** Igualmente merecem registros os pedidos de providências encaminhados à Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, via da equipe de inspeção. Esses pedidos foram subscritos pelo Promotor de Justiça Albert Lages Mendes (6ª Promotoria Cível de Imperatriz), pela senhora Conceição de Maria Amorim, Coordenadora do Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, e pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino em Davinópolis.

**15.2.3.11.** Merecem também destaques as seguintes situações constatadas pela equipe de inspeção, nas Promotorias de Justiça de Imperatriz-MA: a) O emprego de notícias de fato e procedimentos administrativos em substituição a procedimentos preparatórios e inquéritos civis (confira, por exemplo, os termos de inspeção referentes a 5ª e 6ª Promotorias de Justiça Especializadas de Imperatriz). Aliás, deduz-se da cópia anexa dos autos da notícia de fato nº 1123CS/2011, que tal prática seja inclusive aceita pelo Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão. b) O Promotor de Justiça titular da 7ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, apesar da notória carência da população da região (há 56 crianças e adolescentes acolhidos em instituições da cidade de Imperatriz), encontra-se cumulando as atribuições da 1ª Promotoria de Justiça Criminal, vaga há mais de 01 (um) ano, uma vez que seu titular, Dr. Reginaldo Junior Carvalho, exerce cargo em comissão perante a Administração Superior do MP/MA. c) Na 1ª, 2ª e 4ª Promotorias de Justiça Criminais tramitam 85 (oitenta e cinco) PICs, dos quais 79 (setenta e nove) referem-se a possíveis fraudes em resgates de seguros do DPVAT, enquanto que apenas os outros 06 (seis) dizem respeito a possíveis ilícitos cometidos por policiais. Tal situação causa espanto, especialmente diante do teor da representação apresentada à equipe de inspeção pelo Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Pe. Josimo noticiando possível desídia do Ministério Público Estadual no exercício do controle externo da atividade policial, e da matéria publicada no Jornal “O Progresso”, edição de 02.12.2014, informando o assassinato de um cinegrafista por um policial militar, na noite do dia 29.12.2014, (docs. anexos entregue à equipe e juntados aos autos de inspeção). E não é só! Quanto ao incidente ocorrido na localidade “Batata da Terra”, mencionado na dita representação, a equipe de inspeção constatou, quando da inspeção realizada na 2ª Promotoria de Justiça João Lisboa, que expediente relacionado a tal episódio encontrava-se até a data da inspeção sem registro, ou seja, ainda não havia sido autuado nem mesmo como notícia de fato (confira termo de inspeção da 2ª Promotoria de Justiça de João Lisboa). d) Na 3ª Promotoria de Justiça Especializada, que tem dentre suas atribuições a defesa da educação, verificou-se várias notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias, além de inquérito civil instaurado quase 01 (um) ano após o protocolo da representação, relacionados à defesa da educação (confira termo de inspeção respectivo). Tal constatação chama mais atenção diante da representação apresentada pelo SINTEED – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino em Davinópolis a equipe de inspeção, noticiando possível desídia do Ministério Público Estadual na defesa da educação. e) A 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça Cível (família) apresentam baixa demanda de

serviço, ao ponto de no mês de novembro/2014, as três conjuntamente terem impulsionado 347 (trezentos e quarenta e sete) feitos e participado de 202 (duzentas e duas) audiências, o que dá uma média para cada uma de 115 feitos impulsionados e 67 participações em audiências, via de regra como custos legis. E mais! Não se registra em seus termos de inspeção nenhuma interposição de recurso (confira termos de inspeção específicos). f) O 4º e 5º Promotores de Justiça Criminais, Drs. Antônio Coelho Soares Junior e Domingos Eduardo da Silva, como informado pelo segundo à equipe de inspeção, ministram aulas junto a Universidade Federal do Maranhão, percebendo por 40 horas semanais. Entretanto, segundo aquele mesmo promotor de justiça, não exerceriam efetivamente em sala de aula mais que 12 horas semanais, percebendo o restante a título de atividade extraclasse. Smj, tal situação mereceria a coleta de informações junto à Universidade Federal do Maranhão, para perfeita análise da regularidade da situação. g) Apesar de a 1ª e 6ª Promotorias de Justiça Especializadas terem atribuições na defesa do patrimônio público e probidade administrativa, tem sido adotado o entendimento que tais órgãos de execução não teriam atribuições para atuar nos casos que versassem a respeito de recursos públicos da área de educação ou saúde pública, hipóteses em que a atuação competiria às Promotorias de Justiça da Defesa da Educação e Saúde respectivamente. Tal entendimento tem levado a situações inusitadas, como a detectada pela equipe de inspeção (procedimento administrativo 34/2014), da promotoria responsável pela defesa de saúde presidir procedimento administrativo destinado à verificação de possível cumulação ilegal de cargos públicos, em razão de um dos cargos supostamente cumulados ilegalmente ser em órgão público da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz. O resultado disso é simples: na 1ª Promotoria de Justiça Especializada não tramita nenhum inquérito civil e na 6ª Promotoria de Justiça Especializada apenas 04 (quatro) inquéritos civis, situações muito diversas daquelas vivenciadas na 5ª Promotoria de Justiça Especializada (saúde), que se encontra abarrotada de expedientes extrajudiciais (confira termos de inspeção da 1ª, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça Especializadas).

**15.2.3.12.** Por fim, em relação aos aspectos físicos, ou estruturais, dos locais onde atualmente funciona o MPE em Imperatriz, também as obras de seu futuro Edifício sede, vide as reproduções fotográficas anexas.



*Sede das Promotorias de Justiça Especializadas de Imperatriz/MA*



*Entrada da Sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz/MA*

### 15.3. RELATÓRIO COMPLEMENTAR DA EQUIPE Nº 11

#### 15.3.1. Promotorias de Justiça de Codó/MA

**15.3.1.1.** Durante os trabalhos de inspeção nas Promotorias de Justiça de Codó constatou-se uma reduzida movimentação de feitos extrajudiciais, o que permitiu à equipe concluir que atribuições relevantes à satisfação do interesse público não estão sendo efetivamente observadas.

**15.3.1.2.** Vislumbrou-se uma aparente falta de organização afeta aos feitos extrajudiciais em tramitação, com a ausência de efetivo controle dos prazos fixados na Resolução n.º 23/2007, bem como inobservância à taxonomia firmada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

**15.3.1.3.** A unidade conta com 03 (três) Promotorias de Justiça, com coerente distribuição das atribuições e carga de trabalho entre todos.

**15.3.1.4.** Os membros inspecionados relataram dificuldades em participação de capacitações, eis que todos os cursos ofertados ocorrem em São Luis, restando prejudicado o deslocamento à capital e razão da grande distância. Foi sugerido pelas inspecionadas, nesse contexto, que tais capacitações ocorressem de forma regionalizada ou de forma virtual.

**15.3.1.5.** Chamou a atenção a existência de servidores cedidos pela municipalidade, ficando clara a necessidade de realização de concurso público para o provimento de cargos administrativos.

**15.3.1.6.** A unidade funciona em imóvel próprio (alugado) desvinculado do Poder Judiciário, entretanto, a estrutura é deficitária e não atende às necessidades gerais.

#### 15.3.2. Promotorias de Justiça de Caxias/MA

**15.3.2.1.** As Promotorias de Justiça de Caxias apresentaram uma coerente organização administrativa. A estrutura física é regular, apesar de todos os colegas inspecionados reclamarem da ausência de estacionamento.

**15.3.2.2.** A divisão das atribuições é equânime, não havendo que se falar em sobrecarga de demanda de uma unidade em relação a outra.

**15.3.2.3.** Em regra, os colegas inspecionados apresentaram-se entusiasmados e dispostos ao trabalho.

**15.3.2.4.** A Promotoria de Justiça é responsável pelos municípios de Caxias, São João do Sóter e Aldeias Altas, entretanto, foi possível constatar que a carga de trabalho é, predominantemente, voltada para as demandas do primeiro, restando prejudicadas as atribuições inerentes a São João do Sóter e Aldeias Altas.

**15.3.2.5.** Não há a observância à taxonomia firmada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sendo possível constatar, por vezes, “procedimentos administrativos” instaurados em detrimentos de notícias de fato, procedimento preparatório ou inquérito civil.

**15.3.2.6.** Em que pese os problemas sociais enfrentados pelos municípios de toda a região, observou-se uma quantidade reduzida de procedimentos extrajudiciais voltados à implementação de políticas públicas. De igual forma, a investigação direta promovida pelo Ministério Público por meio do manejo de PIC é inexistente.

### **15.3.3. Promotorias de Justiça de Timon/MA**

**15.3.3.1.** Chamou a atenção de forma positiva o entusiasmo e disposição dos colegas das Promotorias de Justiça de Timon, inclusive, aqueles com muitos anos de carreira. Por se tratar de uma cidade localizada muito próxima a Teresina, Timon é vista, por alguns, como “final de carreira” e, ainda assim, há colegas com ânimo para produzir um trabalho de qualidade.

**15.3.3.2.** De forma unânime, os colegas relataram a satisfação em receber a equipe do CNMP e externaram que a inspeção representou um divisor de águas, eis que foi possível realizar um auto diagnóstico das demandas, erros e acertos, sobretudo, em relação a dados estatísticos, até então inexistentes.

**15.3.3.3.** A distribuição de atribuições entre os órgãos inspecionados é equilibrada e justa.

**15.3.3.4.** Foi possível constatar que, em regra, a atuação judicial dos órgãos inspecionados é célere e efetiva. No mesmo sentido, percebeu-se que o Poder Judiciário local mantém a mesma preocupação de efetividade na prestação jurisdicional.

**15.3.3.5.** A unidade conta com imóvel próprio, porém, insuficiente ao atendimento de todas as necessidades, entretanto, há uma grande área externa apta à ampliação da estrutura. As obras de ampliação já foram autorizadas (o projeto já está pronto e foi apresentado à equipe), contudo, pendentes de procedimento licitatório.

**15.3.3.6.** O imóvel não é adequado ao atendimento às pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida. Em razão disso, as Promotorias de Justiça afetas a essas pessoas encontram-se localizadas no andar térreo.

**15.3.3.7.** Foi constatada a existência de um número considerável de servidores cedidos pela municipalidade, ficando clara a necessidade de realização de concurso público para o provimento de cargos administrativos. Há uma assistente social integrante dos quadros de servidores efetivos do Ministério Público

**15.3.3.8.** Em que pese os problemas sociais enfrentados pelos municípios de toda a região, observou-se uma quantidade reduzida de procedimentos extrajudiciais voltados à implementação de políticas públicas. De igual forma, a investigação direta promovida pelo Ministério Público por meio do manejo de PIC é praticamente inexistente.

## **15.4. RELATÓRIO COMPLEMENTAR DA EQUIPE Nº 12**

**15.4.1.** A Equipe inspecionou as Promotorias de Justiça de Bacabal, de Santa Inês, de Pindaré-Mirim, de Pedreiras e de Lago da Pedra, além das unidades do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal, com sedes em Bacabal, constatando, em geral, que todas as unidades são dotadas de estrutura material e pessoal adequadas para o exercício de suas atividades ministeriais. Destaca-se que no âmbito do Ministério Público estadual todos os promotores têm um assessor comissionado, com serviço exclusivo em cada promotoria, além de contar corpo técnico adequado para auxiliar no exercício de suas atividades. A única exceção existente, dentre estas, é relativa à sede das Promotorias de Justiça de Lago da Pedra, que funcionam em prédio locado e as suas estruturas se apresentam em estado precário de manutenção.

**15.4.2.** A Equipe percebeu de que a atuação das promotorias no âmbito extrajudicial está muito aquém daquilo que se espera, encontrando-se baixa movimentação de procedimentos e, em alguns casos, até a inexistência de tramitação de qualquer procedimento extrajudicial em áreas importantes como Meio Ambiente e Cidadania.

**15.4.3.** A Equipe também notou que a grande maioria das promotorias não segue a taxonomia estabelecida pelo CNMP, constatando, como regra, que a formalização se resume a autuação dos feitos como “peças de informação” ou “procedimento administrativo”, sendo que era corriqueira a inexistência de tramitação como Notícias de Fato, espécie praticamente desconhecida nas unidades até o conhecimento da realização da inspeção pelo CNMP. Neste ponto, a Equipe sugere que a Corregedoria local seja instada a exigir que os promotores adot doravante em a taxonomia vigente.

**15.4.4.** A Equipe ainda vislumbrou disparidade na divisão das atribuições em algumas promotorias (Santa Inês e Bacabal), destacando aquelas com atribuição exclusiva no Juizado Especial Criminal, as quais evidenciaram uma movimentação tão baixa, que pelos números apresentados, sequer justifica a existência destas próprias promotorias.

**15.4.5.** No âmbito das Procuradorias do Trabalho e da República, embora os respectivos procuradores não tenham sido entrevistados, pelas suas ausências justificadas, notou-se em ambas uma excelente estrutura material e de pessoal, porém, com um volume excessivo de procedimentos em atraso, que talvez mereça uma atenção especial dos órgãos controladores.

**15.4.6.** Por fim, a Equipe destaca que percebeu uma notória falta de vinculação dos promotores de justiça com as respectivas comarcas, destacando-se que de todos os promotores entrevistados, apenas dois deles mantêm residência fixa na sede de sua promotoria, morando com seus familiares, enquanto a maioria dos demais apenas pernoita nos alojamentos da sede de sua Promotoria e nos finais de semana se deslocam para a Capital (onde se moram suas famílias), que distancia cerca de 250 Km.



## 16. CONSTATAÇÕES DA ÁREA-FIM

As atividades realizadas pelas diversas equipes de inspeção evidenciaram a necessidade e conveniência de que a unidade inspecionada, por sua Administração Superior ou respectivos órgãos responsáveis possam, querendo, manifestarem-se sobre as seguintes constatações:

### 16.1. CONSTATAÇÕES PRELIMINARES

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**4.1.20.h) Existência de ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e disponibilidade do Portal da Transparência, nos termos da Resolução 38/CNMP (prazo cumprimento: 15/01/2009)**

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**4.2.1.6. Pendências relativas aos procedimentos administrativos.**

**4.2.1.12. Procedimentos administrativos disciplinares pendentes de análise.**

**Órgão destinatário:** Responsável pelo órgão inspecionado.

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

**4.2.2.9. Representações ou peças informativas com pendências.**

**Órgão destinatário:** Responsável pelo órgão inspecionado.

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**5.7. Procedimentos de redistribuição de atribuições de órgãos do Ministério Público pendentes de análise.**

**Órgão destinatário:** Responsável pelo órgão inspecionado.

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**6.21. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### CORREGEDORIA-GERAL

**7.5. Estatística 2013/2014 de procedimento disciplinares que tramitaram na Corregedoria-Geral.**

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral do Ministério Público.

#### **7.5.1. Procedimentos disciplinares pendentes de análise pela Corregedoria-Geral.**

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral do Ministério Público.

#### **7.6. Inspeções e Correições (regulamentação interna e periodicidade).**

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral do Ministério Público.

##### **7.6.1. Controle de resultado relativamente a procedimentos disciplinares pela Corregedoria-Geral (informar o método empregado).**

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral do Ministério Público.

#### **7.12. Acompanhamento do estágio probatório.**

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral do Ministério Público.

#### **7.18. Observações da equipe de inspeção (exceto o item a).**

**Órgãos destinatários:** Corregedoria-Geral e Procuradoria-Geral de Justiça.

### **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL**

#### **9.1.2. Coordenação. Sugestões do titular do órgão.**

**Órgão destinatário:** Procurador-Geral de Justiça.

### **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

#### **9.2.3. Controle de representações ou peças informativas.**

**Órgão destinatário:** Responsável pelo órgão inspecionado.

#### **9.2.5. Controle de informações técnico-jurídicas.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

#### **9.2.14. Observação da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

### **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO**

#### **9.4.13. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

## **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO**

### **9.6.13. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

## **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA**

### **9.7.4. Representações ou peças informativas pendentes de manifestação.**

### **9.7.13. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgão destinatário:** Responsável pelo órgão inspecionado.

## **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **9.9.13. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

## **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL**

### **9.10.12. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça e responsável pelo órgão inspecionado.

## **OUVIDORIA-GERAL**

### **10.10. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Responsável pelo órgão inspecionado e Procuradoria-Geral de Justiça.

## **GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO**

### **11.14. Observações da equipe de inspeção.**

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e responsável pelo órgão inspecionado.

## **PROCURADORIAS DE JUSTIÇA**

### **12.1. 1ª Procuradoria de Justiça Cível (Domingas de Jesus Fróz Gomes):**

1) informações em relação a feitos no órgão do Ministério Público (29 processos com vista há mais de 30 dias).

2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados, observações da equipe de inspeção (item 1) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 12.2. 1ª Procuradoria de Justiça Cível (Marco Antônio Anchieta Guerreiro):

Informações em relação a processos e procedimentos analisados, observações da equipe de inspeção, e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 12.3. 1ª Procuradoria de Justiça Cível (José Antônio Oliveira Bents):

1) Informações em relação a feitos no órgão do Ministério Público (12 processos com vista há mais de 30 dias).

2) Informações em relação a processos e procedimentos, observações da equipe de inspeção (item 1) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 12.11. 3ª Procuradoria de Justiça Cível (Marilea Campos dos Santos Costa):

Informações sobre o item 3 das observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria Geral.

#### 12.15. 4ª Procuradoria de Justiça Cível (José Henrique Marques Moreira):

1) Informações em relação a processos e procedimentos, observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

2) Informações sobre o teor das informações constantes no campo experiências inovadoras e item 3 das observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 12.17. 5ª Procuradoria de Justiça Cível (Joaquim Henrique de Carvalho Lobato):

1) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (15 processos com vista há mais de 30

dias e 4 processos com vista há mais de 6 meses).

2) Informações em relação a processos e procedimentos, observações da equipe de inspeção (item 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**12.20. 1ª Procuradoria de Justiça Criminal (Domingas de Jesus Fróz Gomes):**

Informações em relação a processos e procedimentos, observações da equipe de inspeção (item 1) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**12.21. 1ª Procuradoria de Justiça Criminal (Eduardo Jorge Hiluy Nicolau):**

Esclarecimentos sobre a informação de que o membro inspecionado não trabalha às sextas-feiras.

**12.23. 1ª Procuradoria de Justiça Criminal (Maria dos Remédios F. Serra):**

Informações sobre observações da equipe de inspeção relativas à regularidade do comparecimento do membro de segundo grau às sessões de julgamento no Tribunal de Justiça e ao cumprimento de suas demais obrigações funcionais.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**12.25. 2ª Procuradoria de Justiça Criminal (Lígia Maria da Silva Cavalcanti):**

1) Informações sobre sugestões/observações do membro, em relação ao relatado quanto a possível situação de inadequação da internação de portadores de transtorno mental no Hospital Público Nina Rodrigues.

**Órgão destinatário:** unidade ministerial com atribuições para fiscalização dos serviços de saúde prestados pelo Hospital Nina Rodrigues.

2) Informações sobre observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral (item 1) e responsável pela unidade (item 2).

**12.26. 2ª Procuradoria de Justiça Criminal (Joaquim Henrique de Carvalho Lobato):**

Informações em relação a feitos no órgão do Ministério Público (20 processos/procedimentos com vista há mais de 30 dias) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 12.29. 3ª Procuradoria de Justiça Criminal (Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro):

Informações sobre sugestões do membro (item 3).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### 13.9. 9ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís/MA – 5º Promotor da Fazenda Pública:

Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (10 processos cíveis – custos legis – com vista há mais de 30 dias) e processos e procedimentos analisados pela equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.24. 1ª Promotoria de Justiça Especializada De São Luís/MA - Fundações e Entidades de Interesse Social:

1) Informações sobre a estatística do órgão – CÍVEL, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (0 notícias de fato distribuídas no período de dezembro/2013 a outubro/2014; 0 TACs firmados; 0 ACPs de improbidade propostas; 0 ações civis públicas propostas; dados não informados de atendimento ao público no período de dezembro/2013 a outubro/2014) e observações da equipe de inspeção no campo próprio quanto à regularidade do registro de procedimentos no sistema SIMP.

2) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (1 ACP de improbidade administrativa e 0 ACPs coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária e 10 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade (relação anexa).

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade

### 13.25. 2ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís/MA - Fundações e Entidades de Interesse Social:

1) Informações sobre a estatística do órgão – CÍVEL, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (01 TAC firmado; 0 ACPs de improbidade propostas; 0 ações civis públicas propostas e dados não informados de atendimento ao público) e observações da equipe de inspeção no campo próprio quanto à forma e registro de atendimentos ao público pela unidade.

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (0 ACP de improbidade administrativa e 0 ACPs coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 43 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias e 0 procedimentos preparatórios e 0 inquéritos civis em tramitação na unidade).



- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 1 e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.26. 3ª Promotoria de Justiça Especializada em Registros Públicos e Massas Falidas:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão - CÍVEL, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (01 TAC firmado; 2 ações civis públicas propostas; 0 arquivamentos com remessa; 0 termos de depoimento tomados) e observações da equipe de inspeção no campo próprio.
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados sobre medidas judiciais em sob acompanhamento da unidade judiciária prejudicados; 0 procedimentos preparatórios, inquéritos civis e procedimentos administrativos em tramitação na unidade judiciária).
- 3) informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.27. 4ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Educação:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão - CÍVEL, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (03 TACs firmados; 0 ações de improbidade administrativa propostas; 1 ação civil pública (exceto improbidade) proposta e 19 arquivamentos sem remessa realizados de forma concentrada no mês de novembro/2014), bem como observações da equipe de inspeção no respectivo campo sobre a irregularidade de registro de procedimentos.
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (2 ações de improbidade administrativa e 0 ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 38 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 31 procedimentos preparatórios em tramitação há mais de 180 dias e número de 3 inquéritos civis em tramitação na unidade).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade (relação anexa).
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1, 2 e 3) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.28. 5ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Educação:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão - CÍVEL, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (03

TACs firmados; 0 ações de improbidade administrativa propostas; 1 ação civil pública (exceto improbidade) proposta e 19 arquivamentos sem remessa realizados de forma concentrada no mês de novembro/2014), bem como observações da equipe de inspeção no respectivo campo sobre a irregularidade de registro de procedimentos.

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (0 ações de improbidade administrativa e 1 ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 54 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias e 0 procedimentos preparatórios, 0 inquéritos civis e 0 procedimentos administrativos em tramitação na unidade).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 – relação anexa), 2 e 3) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.29. 7ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa do Meio Ambiente:

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 01 TAC firmados; 1 termo de depoimento tomado e dados não informados de atendimento ao público; CRIMINAL: dados não informados sobre o número de autos de prisão em flagrante distribuídos; interceptações telefônicas iniciadas e atendimentos ao público).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de processos sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; proporção entre o número de 26 inquéritos civis em tramitação há mais de 1 ano e 13 inquéritos civis em tramitação há menos de 1 ano).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.30. 8ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa do Meio Ambiente:

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 01 TACs firmados; 0 termos de depoimento tomados, 0 audiências extrajudiciais, 0 reuniões com ata e 0 atendimentos ao público; CRIMINAL: dados não informados sobre o número de autos de prisão em flagrante distribuídos; interceptações telefônicas iniciadas e atendimentos ao público).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (0 ações de improbidade administrativa sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e

apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### **13.31. 9ª Promotoria de Justiça Especializada – 1º Promotor de Justiça do Consumidor:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 ações civis públicas propostas; 3 arquivamentos sem remessa; 6 termos de depoimento; 0 reuniões com ata; CRIMINAL: dados não informados sobre o número de autos de prisão em flagrante distribuídos; intercepções telefônicas iniciadas e atendimentos ao público).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (1 procedimento preparatório e 0 inquéritos civis em tramitação na unidade).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### **13.32. 10ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça do Consumidor:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 2 ações de improbidade propostas; 2 ações civis públicas propostas; dados não informados sobre arquivamentos com e sem remessa e reuniões com ata; CRIMINAL: dados não informados sobre o número de autos de prisão em flagrante distribuídos; arquivamentos de IP/PICs e atendimentos ao público), bem como observações sobre a irregularidade no registro de atendimentos ao público.
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de notícias de fato, procedimentos preparatórios e inquéritos civis em tramitação na unidade; número de termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento e recomendações feitas nos últimos 12 meses).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### **13.33. 11ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa dos Direitos Humanos:**

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 3 ações civis públicas propostas; 0 medidas judiciais para proteção de direito individual indisponível; 0 arquivamentos com remessa; 0 termos de depoimento; 0 reuniões com ata).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 8 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 2 procedimentos preparatório e 2 inquéritos civis em tramitação na unidade; 0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento; 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1- relação anexa, e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.34. 12ª Promotoria de Justiça Especializada - Promotoria de Justiça Itinerante:**

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 0 arquivamentos com remessa; 0 termos de depoimento; 0 reuniões com ata, 0 audiências extrajudiciais) e observações da equipe de inspeção no respectivo campo.

2) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 1 - relação anexa) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.35. 13ª Promotoria de Justiça Especializada - Promotoria de Justiça Itinerante:**

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 14 arquivamentos sem remessa, todos realizados no mês de novembro/2014; 0 arquivamentos com remessa; 0 termos de depoimento; 1 reunião com ata e 0 audiências extrajudiciais).

2) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.36. 14ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Pessoa com Deficiência:**

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 2 arquivamentos com remessa, 2 termos de depoimento e 0 reuniões com ata).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento; 0 recomendações expedidas, 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (item 1 – relação anexa).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.37. 15ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa da Pessoa com Deficiência:**

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 2 ações civis públicas propostas; 1 medida judicial de defesa de direito individual indisponível; 1 arquivamento com remessa, 6 termos de depoimento, 1 audiência extrajudicial; 1 atendimento ao público e 1 reunião com ata).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (2 ações coletivas e 1 ação para defesa de direito individual sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento e 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.38. 16ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa do Idoso:**

1) Informações mais detalhadas sobre a carga horária e a natureza dos cargos de magistério que exerce o membro e respectiva autorização, bem como condições de exercício cumulativo com outra unidade ministerial.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

2) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 1 arquivamento sem remessa; dados não informados de reuniões com ata e atendimentos ao público).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

3) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 29 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 0 procedimentos extrajudiciais em tramitação na unidade; 0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento, dados não informados sobre recomendações expedidas nos últimos 6 meses e 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

4) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

5) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 – relação anexa, 2 e 3) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.39. 17ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa do Idoso:

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 0 ações civis públicas propostas; 0 medidas para defesa de direitos individuais indisponíveis; 16 arquivamentos sem remessa, realizados de forma concentrada nos meses de outubro e novembro/2015; 0 arquivamentos com remessa; 2 termos de depoimentos; 2 audiências extrajudiciais e 0 reuniões com ata; CRIMINAL: dados não informados no período de dezembro/2013 a outubro/2014).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 15 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 0 procedimentos extrajudiciais em tramitação na unidade; 0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento, 0 recomendações expedidas nos últimos 6 meses, 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 – relação anexa, 2, 3, 4 e 5) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.40. 18ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Saúde:

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 0 TACs firmados; 0 termos de depoimentos; 0 audiências extrajudiciais e 0 reuniões com ata).

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (12 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 0 procedimentos preparatórios e 6 inquéritos civis em tramitação na unidade, todos há mais de 1 ano; 0 termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento, 0 comparecimentos em reuniões de conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 2, 3, 4 e 5) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.



#### 13.41. 19ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Saúde:

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: dados não informados no período de dezembro/2013 a outubro/2014 e observações da equipe de inspeção no respectivo campo sobre a irregularidade no registro de procedimentos; CRIMINAL: dados não informados sobre recursos interpostos e autos de prisão em flagrante distribuídos).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (63 procedimentos preparatórios em tramitação há mais de 180 dias).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1, 2, 3, 6 – relação anexa, 7 e 8) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.42. 20ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Saúde:

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CÍVEL: 1 TAC firmado; 0 ações de improbidade propostas; 0 ações civis públicas propostas; 0 arquivamentos com remessa; 4 termos de depoimento; 0 reuniões com ata).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (0 ações de improbidade administrativa e 0 ações coletivas sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; 24 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 0 recomendações feitas nos últimos 12 meses; 0 comparecimentos em reuniões em conselhos de controle social e 0 visitas realizadas).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.43. 21ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Mulher:

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre recursos interpostos, termos circunstanciados distribuídos e autos de prisão em flagrante distribuídos).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (14 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.44. 22ª Promotoria de Justiça Especializada - Defesa da Mulher:**

1) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (12 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias).

2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

3) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 3).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.45. 23ª Promotoria de Justiça Especializada - Controle Externo da Atividade Policial:**

1) Esclarecimentos sobre a autorização para o membro exercer o magistério, considerando o informado no campo de dados relacionados com membro do Ministério Público.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

2) Informações sobre o teor do consignado no campo sistema de registro, acerca do suposto desconhecimento do membro inspecionado em relação à rotina administrativa da unidade ministerial.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

3) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Procedimentos Extrajudiciais: 2 ações de improbidade administrativa e dados não informados no referido campo; CRIMINAL: dados não informados no referido campo).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

4) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (CÍVEL: 0 inquéritos civis públicos em tramitação na unidade).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

5) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

6) Informações em relação às observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.46. 24ª Promotoria de Justiça Especializada - Controle Externo da Atividade Policial:

- 1) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Processos Judiciais e Procedimentos Extrajudiciais: dados não informados nos referidos campos).
- 2) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (CÍVEL: 0 inquéritos civis públicos em tramitação na unidade e 7 procedimentos preparatórios em tramitação há mais de 180 dias).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.
- 4) Informações em relação às observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### 13.47. 25ª Promotoria de Justiça Especializada - Controle Externo da Atividade Policial:

- 1) Informações sobre os critérios de designação para acumulação de funções e representação em Conselhos do membro inspecionado, conforme informado em dados relacionados ao membro do Ministério Público.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

- 2) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Processos Judiciais e Procedimentos Extrajudiciais: dados não informados nos referidos campos; CRIMINAL: dados não informados nos referidos campos).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

- 3) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (CÍVEL: 0 inquéritos civis públicos e 0 procedimentos preparatórios em tramitação na unidade).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

- 4) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

- 5) Informações em relação a observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade (itens 1, 2 e 4).

#### 13.48. 26ª Promotoria de Justiça Especializada - 1ª PJ da Ordem Tributária e Econômica:

- 1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre recursos interpostos, termos circunstanciados distribuídos, autos de prisão em flagrante distribuídos, número de intercepções telefônicas iniciadas e número de denúncias oferecidas).

2) informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.49. 27ª Promotoria de Justiça Especializada – 2ª PJ da Ordem Tributária e Econômica:**

1) Informações sobre a estatística do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre recursos interpostos, termos circunstanciados distribuídos, autos de prisão em flagrante distribuídos, número de interceptações telefônicas iniciadas e número de denúncias oferecidas).

2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.50. 28ª Promotoria de Justiça Especializada – Patrimônio Público:**

1) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (35 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; número reduzido de 4 inquéritos civis públicos em tramitação na unidade).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

3) Informações em relação a observações da equipe de inspeção.

**Órgãos destinatários:** responsável pela unidade (itens 1, 2 e 3) e Procuradoria-Geral (item 2).

#### **13.51. 29ª Promotoria de Justiça Especializada – Patrimônio Público:**

1) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Processos Judiciais e Procedimentos Extrajudiciais: dados não informados nos referidos campos; CRIMINAL: dados não informados nos referidos campos).

2) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (35 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; número reduzido de 4 inquéritos civis públicos em tramitação na unidade).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.52. 30ª Promotoria De Justiça Especializada - Patrimônio Público:**

1) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Processos Judiciais e Procedimentos Extrajudiciais: dados não informados nos referidos campos; CRIMINAL: dados não informados nos referidos campos).

2) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (38 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; número reduzido de 7 inquéritos civis públicos em tramitação na unidade).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.53. 31ª Promotoria de Justiça Especializada - Patrimônio Público:**

1) Informações sobre estatística do órgão, em relação à produtividade dos últimos 12 meses (CÍVEL – Processos Judiciais e Procedimentos Extrajudiciais: dados não informados nos referidos campos; CRIMINAL: dados não informados nos referidos campos).

2) Informações sobre feitos no órgão do Ministério Público (135 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

4) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1, 2 e 3).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.54. 32ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça Infância e Juventude:**

1) Informações sobre inconsistências nas estatísticas Cíveis Judiciais apresentadas pela unidade inspecionadas.

2) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (dados não informados sobre o número de ações de destituição de poder familiar sob acompanhamento da promotoria na unidade judiciária; número de procedimentos extrajudiciais em tramitação, visitas realizadas e audiências concentradas em entidades de acolhimento), bem como sobre as respectivas observações da equipe de inspeção (tramitação de 14 inquéritos civis; 14 procedimentos administrativos; 584 procedimentos preparatórios e 4.949 notícias de fato – destas

718 não tiveram nenhuma análise desde a autuação e ausência de controle de feitos, conforme relação em mídia eletrônica (CD), anexa).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.55. 33ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça Infância e Juventude:**

1) Informações em relação ao controle de feitos por unidade ministerial, a teor do consignado em observações nos campos em relação à unidade judiciária e estatística de ato infracional.

2) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (Extrajudiciais – Cível: dados não informados sobre o número de oitivas informais de adolescentes realizadas no período de agosto a novembro/2014; Ato Infracional: dados não informados sobre número de feitos distribuídos e respectivos saldos e recursos interpostos).

3) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de visitas realizadas; 98 notícias de ato infracional com vista há mais de 30 dias; 46 notícias de ato infracional com vista há mais de 6 meses; 5 procedimentos de apuração de ato infracional com vista há mais de 30 dias e 1 procedimento de apuração de ato infracional com vista há mais de 6 meses).

4) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.56. 34ª Promotoria de Justiça Especializada - 3ª Promotor de Justiça da Infância e Juventude:**

1) Informações em relação ao controle de feitos por unidade ministerial, a teor do consignado em observações no campo estatística de ato infracional.

2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de visitas realizadas; 93 notícias de ato infracional com vista há mais de 30 dias; 12 notícias de ato infracional com vista há mais de 6 meses; 23 procedimentos de apuração de ato infracional com vista há mais de 30 dias e 1 procedimento de apuração de ato infracional com vista há mais de 6 meses).

3) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (Ato Infracional: dados não informados sobre número de feitos distribuídos e respectivos saldos e recursos interpostos).

4) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.



### 13.57. 35ª Promotoria de Justiça Especializada - 4ª Promotor da Infância e Juventude:

- 1) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre o número de sessões do tribunal do júri realizadas; interceptações telefônicas iniciadas e atendimentos ao público).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (dados não informados sobre o número de visitas realizadas em relação as funções de controle externo da atividade policial; inquéritos policiais e processos criminais com vista ao Ministério Público e PICs tramitando na unidade judiciária).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.58. 36ª Promotoria de Justiça Especializada - 5ª Promotor da Infância e Juventude:

- 1) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre o número de recursos interpostos; interceptações telefônicas iniciadas e atendimentos ao público).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (13 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias; 53 procedimentos administrativos em tramitação há mais de 90 dias e dados não informados sobre o número de visitas realizadas em relação as funções de controle externo da atividade policial).
- 3) Informações sobre processos e procedimentos em situação de irregularidade e observações da equipe de inspeção (item 2).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.60. 38ª Promotoria de Justiça Especializada - Conflitos Agrários:

- 1) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (16 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias, 4 procedimentos preparatórios em tramitação há mais de 180 dias e 0 inquéritos civis em tramitação).
- 2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### 13.61. 39ª Promotoria de Justiça Especializada - Conflitos Agrários:

- 1) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (8 notícias de fato em tramitação há mais de 30 dias e 1 inquérito civil em tramitação há mais de 1 ano).
- 2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.
- 3) Informações em relação a observações da equipe de inspeção (itens 1, 2 e 3) e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.68. 7ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

- 1) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 recursos interpostos) e observações da equipe de inspeção no respectivo campo.
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do ministério público (2 inquéritos policiais com vista há mais de 30 dias e 18 processos criminais com vista há mais de 30 dias).
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.72. 11ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 1 recurso interposto).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.73. 12ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

- 1) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 recursos interpostos).
- 2) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (1 inquérito policial com vista há mais de 12 meses; 2 processos criminais com vista há mais de 30 dias e 1 processo criminal com vista há mais de 6 meses) e observações da equipe de inspeção relativas à regularidade do registro do PIC n. 994/2014-DPJC.
- 3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.74. 13ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

- 1) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 1 recurso interposto).
- 2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.75. 14ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e

apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.76. 15ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.79. 18ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público, relativamente à ausência de procedimentos em tramitação na unidade e observações da equipe de inspeção (itens 1 e 2).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.81. 20ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 autos de prisão em flagrante distribuídos; 0 arquivamentos de IP/PIC).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.82. 21ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 autos de prisão em flagrante distribuídos e 3 arquivamentos de IP/PIC e 0 interceptações telefônicas iniciadas).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.83. 22ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 autos de prisão em flagrante distribuídos e 0 interceptações telefônicas iniciadas).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.85. 24ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.86. 25ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre autorização para o exercício do magistério pelo membro inspecionado.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**13.88. 27ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.89. 28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 recursos interpostos).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.90. 29ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 0 recursos interpostos).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.91. 30ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA:**

Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: 2 recursos interpostos).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade

**13.92. 31ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA - 1ª Promotoria de Justiça de Execução Penal:**

Informações sobre as atribuições da unidade em relação à realização de visitas a estabelecimentos prisionais e a produtividade de tais visitas nos últimos 12 meses.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

**13.93. 32ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA - 2ª Promotoria de Justiça de Execução Penal:**

1) Informações sobre as atribuições da unidade em relação à realização de visitas a estabelecimentos prisionais e a produtividade de tais visitas nos últimos 12 meses.

2) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.94. 33ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA - 3ª Promotoria de Justiça de Execução Penal:**

1) Informações sobre a realização de visitas a estabelecimentos prisionais e a produtividade de tais visitas nos últimos 12 meses.

2) Informações sobre estatísticas do órgão, relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (CRIMINAL: dados não informados sobre o número de audiências realizadas).

3) Informações em relação a processos e procedimentos analisados em suposta situação de irregularidade e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.95. 34ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA - 4ª Promotoria De Justiça De Execução Penal:**

Informações sobre as atribuições da unidade em relação à realização de visitas a estabelecimentos prisionais e a produtividade de tais visitas nos últimos 12 meses.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

#### **13.96. Central de Inquéritos (Ruy Antonio Vieira de Carvalho (titular da 8ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena) e Gilberto Câmara França Júnior (titular da 12ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena)**

Esclarecimentos sobre dados não informados no termo de inspeção (estatística do órgão e feitos no órgão do Ministério Público).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade.

### **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR**

#### **14.1. Promotoria de Justiça de Raposa**

1) Dados estatísticos a respeito dos campos não informados no termo de inspeção (“Estatística do Órgão – Cível – Processos Judiciais”; “Estatística do Órgão – Criminal – Judicial e extrajudicial”; “Infância e Juventude

(Cível) – Estatística do Órgão – Processos Judiciais”; “Estatística do Órgão (Ato Infracional)”.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

3) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral.

#### 14.6. 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

Informações a respeito do teor da manifestação do membro inspecionado, consignada no campo de observações da equipe de inspeção.

**Órgão destinatário:** Procurador-Geral de Justiça.

#### 14.7. 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

1) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (81 Notícias de Fato em tramitação há mais de 30 dias).

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

3) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.8. 4ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.9. 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

1) Informações sobre a utilização de Procedimentos Administrativos para conduzir investigações sobre fatos determinados (“Processos e procedimentos analisados”).

2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com



datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.10. 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

- 1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.11. 7ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz/MA

- 1) Informações a respeito da estatística do órgão relativamente à produtividade nos últimos 12 meses (dados não informados nos respectivos campos).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

- 2) Informações em relação a feitos no órgão do Ministério Público (número de 0 procedimentos preparatórios e 7 inquéritos civis em tramitação na unidade; 11 procedimentos de apuração de ato infracional com vista há mais de 30 dias e 1 procedimento de apuração de ato infracional com vista há mais de 6 meses)

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

- 3) Informações sobre processos e procedimentos analisados, e apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.13. 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA

- 1) Informações sobre o procedimento examinado, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.14. 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA

- 1) Informações sobre o procedimento examinado, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.16. 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA

- 1) Informações sobre a carga horária em atividades docentes (40 horas), mormente em relação à eventual incompatibilidade dessas atividades com a jornada de trabalho declarada pelo membro inspecionado.
- 2) Informações quanto aos feitos no órgão do Ministério Público (39 inquéritos policiais há mais de 30 dias).
- 3) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 4) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.17. 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA

- 1) Informações sobre a carga horária em atividades docentes (40 horas), mormente em relação à eventual incompatibilidade dessas atividades com a jornada de trabalho declarada pelo membro inspecionado.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.20. 1ª Promotoria de Justiça de Açaílandia/MA

- 1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.21. 2ª Promotoria de Justiça de Açaílandia/MA

- 1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.22. 3ª Promotoria de Justiça de Açaílandia/MA

Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

#### 14.23. 4ª Promotoria de Justiça de Açaíândia/MA

- 1) Informações a respeito da forma de controle do número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições.
- 2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 3) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.24. 5ª Promotoria de Justiça de Açaíândia/MA

- 1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.25. 6ª Promotoria de Justiça de Açaíândia/MA

- 1) Dados estatísticos a respeito dos campos não informados no termo de inspeção (“Estatística do Órgão - Criminal”, meses de dez/13 a out/14).
- 2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.26. 2ª Promotoria de Justiça de João Lisboa/MA

- 1) Informações a respeito da inexistência de Procedimentos de Investigação Criminal, Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios instaurados ou em tramitação na unidade inspecionada.
- 2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade (documento sem registro).
- 3) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.27. 1ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.28. 2ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

1) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.29. 3ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.30. 4ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

1) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.31. 5ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

1) Dados estatísticos a respeito dos campos não informados no termo de inspeção (“Estatística do Órgão - Cível - Processos Judiciais”, de dez/13 a out/14).

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

3) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.32. 6ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

1) Informações a respeito da atuação extrajudicial, no período considerado (0 TAC's firmados, 0 ACP's de improbidade; 6 ACPs ajuizadas; 0 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 0 arquivamentos sem remessa; 2 arquivamentos com remessa; 1 termo de depoimento; 0 audiências extrajudiciais; 0 reuniões).

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.33. 7ª Promotoria de Justiça de Caxias/MA

1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.34. 1ª Promotoria de Justiça de Codó/MA

1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

3) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.35. 2ª Promotoria de Justiça de Codó/MA

1) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

3) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.36. 3ª Promotoria de Justiça de Codó/MA

1) Informações a respeito da atuação extrajudicial, no período considerado (1 TAC firmado, 0 execuções de TAC's, 1 ACP ajuizada; 1 medida judicial de defesa de direito individual indisponível; 8 arquivamentos sem remessa; 1 arquivamento com remessa; 1 termo de depoimento; 0 audiências extrajudiciais; 1 reunião).

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

3) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.38. 2ª Promotoria de Justiça Cível de Timon/MA

1) Informações a respeito da atuação extrajudicial, no período considerado (5 TACs firmados, 0 execuções de TAC's, 2 ACPs ajuizadas; 6 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 0 arquivamentos com remessa; 0 termos de depoimento).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

3) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.40. 4ª Promotoria de Justiça Cível de Timon/MA

1) Informações a respeito da atuação extrajudicial, no período considerado (2 TACs firmados, 0 execuções de TAC's, 3 ACPs ajuizadas; 6 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 1 arquivamentos sem remessa; 2 reuniões).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Conhecimento das sugestões/observações do membro.



**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

3) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.41. 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon/MA

Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.42. 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.44. 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.45. 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado, os quais não foram informados (TACs firmados, execuções de TAC's, ACPs ajuizadas; medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; arquivamentos com remessa; reuniões).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

3) Informações a respeito das condições em que o membro titular encontra-se afastado das atribuições do órgão inspecionado (tempo de afastamento, afastamento parcial ou total e ônus remuneratório).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.46. 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.47. 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.48. 3ª Promotoria de Justiça de Bacabal/MA

1) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.49. 4ª Promotoria de Justiça de Bacabal/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.50. 5ª Promotoria de Justiça de Bacabal/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado, os quais não foram informados (TACs firmados, execuções de TAC's, ACPs ajuizadas; medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; arquivamentos com remessa; reuniões), bem como sobre dados não informados na estatística do órgão – CRIMINAL.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.51. 1ª Promotoria de Justiça de Lago da Pedra/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada e Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.52. 2ª Promotoria de Justiça de Lago da Pedra/MA

1) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada e Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.53. 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras/MA

1) Informações em relação aos feitos no órgão do Ministério Público (137 notícias de fato há mais de 30 dias).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada

2) Conhecimento das sugestões/observações do membro.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 14.54. 2ª Promotoria de Justiça de Pedreiras/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.56. Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim/MA

Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.57. 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado, os quais não

foram informados (TACs firmados, execuções de TAC's, ACPs ajuizadas; medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; arquivamentos com e sem remessa; audiências extrajudiciais; reuniões).

2) Informações sobre as observações da equipe de inspeção, inclusive mediante a apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.58. 2ª Promotoria de Justiça de Santa Inês/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado (0 TACs firmados, 0 execuções de TAC's, 2 ACPs ajuizadas; 1 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 0 arquivamentos com remessa; 0 audiências extrajudiciais; 5 reuniões).

2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 14.59. 3ª Promotoria de Justiça de Santa Inês/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado (0 TACs firmados, 0 execuções de TAC's, 3 ACPs ajuizadas; 5 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 0 arquivamentos sem remessa; 1 arquivamento com remessa; 0 audiências extrajudiciais; 3 reuniões).

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

2) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

#### 4ª Promotoria de Justiça de Santa Inês/MA

1) Informações a respeito dos dados referentes à atuação extrajudicial, no período considerado (0 TACs firmados, 0 execuções de TAC's, 0 ACPs ajuizadas; 0 medidas judiciais de defesa de direito individual indisponível; 0 arquivamentos sem remessa; 0 arquivamento com remessa; 0 audiências extrajudiciais; 0 reuniões).

2) Informações sobre processos e procedimentos examinados, em suposta situação de irregularidade.

3) Apresentação de relação atualizada de todos os procedimentos extrajudiciais e judiciais existentes, com datas de protocolo, autuação e última movimentação.

**Órgão destinatário:** responsável pela unidade inspecionada.

## 16.2. CONSTATAÇÕES GERAIS

A partir da análise da atuação, das estruturas e realidades operacionais dos diversos órgãos inspecionados, são merecedoras de destaque, ainda, as constatações consignadas nos seguintes itens do presente relatório preliminar:

**16.2.1.** Informações sobre o horário de funcionamento da instituição, considerando suposta incompatibilidade com a realidade dos demais órgãos do sistema de justiça (25ª Promotoria de Justiça Especializada Controle Externo da Atividade Policial – item 3 de observações da equipe de inspeção).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Procuradora-Geral de Justiça informou que, por força do Ato Regulamentar nº 18/2012 a Procuradoria Geral de Justiça funciona de 08 as 15 horas, e as promotorias de justiça possuem horário diferenciado em razão das atribuições de que desempenham e as peculiaridades dos Municípios, uma vez atendem a população. O horário de funcionamento foi disciplinado tendo em vista a necessidade de adequação do trabalho desenvolvido e a quantidade de servidores existentes no quadro de pessoal. Entretanto, cumpre salientar que o horário da Procuradoria Geral de Justiça nada tem a prejudicar o desempenho das atividades dos membros e servidores das unidades ministeriais que são autônomas e mais, diversos órgãos do Estado possuem horários diversos, a exemplo do TCE( 08 as 14 horas), Assembleia Legislativa (08 as 14 horas), Tribunal de Justiça( 08 as 14 horas). Frise-se que os setores de Protocolo da PGJ funcionam até as 18 horas. Esclareceu que as promotorias de justiça devem funcionar nos horários necessários para o desempenho de suas funções e os servidores cumprem jornada de trabalho em conformidade com o Estatuto dos Servidores, seja de 06 horas ou 08 horas, e os comissionados de 07 horas corridas.

**16.2.2.** Informações sobre a presença de promotores e procuradores de justiça unidades ministeriais, a teor da recorrência do consignado quanto a prática institucional de não comparecimento de membros do MPMA às sedes institucionais no período vespertino, a teor do quanto consignado no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (itens 15.1.5. e 15.1.7.) e nos termos de inspeção da 1ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís e das 1ª, 5ª, 7ª, 8ª e 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 21ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís e também de algumas Procuradorias de Justiça.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.2.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que é dever de todos os membros e servidores comparecerem ao local de trabalho e desempenhar suas funções institucionais. Desta forma, todas as constatações feitas pela Corregedoria Nacional devem ser apuradas pela Corregedoria Geral do MP, em relação aos membros e pela Subprocuradora para Assuntos Administrativos em relação aos servidores.

**16.2.3.** Informações sobre a presença e permanência de promotores de justiça nas comarcas e unidades ministeriais do interior do Maranhão, bem como sobre o controle da residência na comarca por membros titulares.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.3.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que a mesma sistemática do item 16.2.2.1, deve ser adotada pela Corregedoria Geral do MP. Ou seja, apurar a conduta de membros que não comparecem ao local de trabalho. A autorização para residir fora da Comarca é precedida de um Procedimento Administrativo e registrada no prontuário do membro para efetivo controle.

**16.2.4.** Informações sobre a regularidade do comparecimento dos procuradores de justiça às sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que, segundo o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, Ato Regulamentar n.º 20/2008, é dever funcional dos membros de 2º Grau comparecer as sessões do Colégio de Procuradores de Justiça, dadas as suas respectivas atribuições. Nesse caso sendo dever funcional o comparecimento as Sessões, por consequência, o não cumprimento de tal obrigação sujeita o responsável a responsabilidade legal. Nesse sentido, o Art. 16, inc. II, da Lei Complementar n.º 013/91 estabelece ser da Corregedoria Geral realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.

**16.2.5.** Informações sobre a fiscalização quanto ao registro e controle de ponto (se existente e em qual modalidade) dos servidores públicos do MPMA, inclusive dos assessores de promotores e procuradores de justiça, a teor do quanto consignado no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (itens 15.1.5. e 15.1.7.) e nos termos de inspeção da 2ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, 18ª e 21ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís e da 2ª Procuradoria de Justiça Criminal (Dra. Lígia Maria da Silva Cavalcanti).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.5.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Quanto a este item, a Procuradora-Geral de Justiça informou que o controle de ponto é feito por sistema biométrico, por força dos Atos Regulamentares n.º 17/2014 e n.º 18/2012 e sob a Coordenação e fiscalização da Subprocuradora Administrativa Dra. Terezinha Guerreiro, e tendo como administradores dos pontos e superiores os Diretores das Promotorias de Justiça, responsáveis diretos pelo registro de ponto. Esclareceu que, conforme disciplina o artigo 8º do Ato Regulamentar n.º 17/2014, os seguintes cargos comissionados não estão sujeitos a controle biométrico de ponto: diretor-geral, diretor de secretaria, coordenador, assessor chefe, chefe de gabinete, assessor de Procurador-Geral de Justiça, assessor de Promotor de Justiça e Procurador de Justiça, Assessor de Planejamento Geral, presidente da Comissão Permanente de Licitação, Assessor do Subprocurador Geral de Justiça, Assessor do SubCorregedor Geral do MP, Chefe de Cerimonial, policiais militares a disposição do MP e servidores lotados no gabinete dos Procuradores de Justiça são dispensados do ponto, conforme a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça.

**16.2.6.** Informações sobre o cronograma de conclusão da nova sede das Procuradorias de Justiça do MPMA, tendo em vista o quanto constatado sobre a inadequação da estrutura em funcionamento às atividades dos membros de segundo grau.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.6.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou a Procuradora-Geral de Justiça que o Cronograma de entrega da PGJ conforme calendário entregue pela Engenharia da PGJ é de que a obra já foi en-



tregue agora no mês de maio de 2015, conforme anexos em tabelas e publicados no Portal da Transparência e encontra-se em fase de projeto de cabeamento lógico para ser feita a mudança.

**16.2.7.** Informações sobre a estrutura física do MPMA, notadamente em relação à possível inadequação das instalações das seguintes unidades:

a) Das Promotorias de Justiça Criminais de São Luís, a teor do consignado no relatório complementar da equipe de inspeção no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (item 15.1.4.), sobre dificuldades no acesso da população para atendimento ao público.

b) Da 17ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, a teor do consignado no relatório complementar da equipe de inspeção no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (item 15.1.10.).

c) Das Promotorias de Justiça de Família de São Luís, a teor do consignado no termo de inspeção da 12ª Promotoria de Justiça de São Luís, sobre dificuldades no acesso da população para atendimento ao público. Órgão destinatário: Procuradoria-Geral de Justiça.

d) Das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de São Luís, a teor das observações consignadas nos termos de inspeção das 9ª, 32ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª e 37ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

e) Das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, a teor dos termos de inspeção das 7ª e 8ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

f) Das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, a teor dos termos de inspeção das 9ª e 10ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís, em relação às condições de salubridade e de acessibilidade ao público.

g) Das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa do Direitos Humanos, a teor do termo de inspeção da 11ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Com relação à estrutura física das promotorias de justiça e operacionais das promotorias, A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que o Ministério Público do Estado do Maranhão é uma Instituição que vem melhorando a cada ano sua estrutura administrativa, visando a melhoria na qualidade de vida dos servidores e membros, com um ambiente de trabalho adequado. Todavia, por limitações orçamentárias, não se consegue mudar a estrutura física de todas as unidades em um só momento. Em 2008, foi realizada a transferência de todas as unidades ministeriais da Capital, leia-se promotorias de justiça de São Luís, para um prédio situado no Bairro COHAMA. Entretanto, a Administração Superior em 2012, verificando que as instalações não eram adequadas, através de procedimento administrativo, locou 03 novas unidades ministeriais, em um só bairro, para abrigar 119 promotores de justiça e mais de 330 servidores, dotando estes prédios de condições mínimas de uso, após ampla reforma e adequação as normas de acessibilidade. Não obstante o explanado, aduziu que ainda precisa de mais espaço e condições de trabalho, para tanto, a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça já entregue e em fase de instalação de cabeamento lógico, vai

abrigar toda as procuradorias de justiça, unidades administrativas e assim, o atual prédio da Procuradoria Geral de Justiça e seus anexos, abrigará toda a estrutura dos CAOPS, que hoje estão alojados não adequadamente, diante de suas importâncias. E mais, o atual prédio da PGJ também abrigará a Escola Superior do Ministério Público, visando assim proporcionar melhor estrutura a Escola Superior, bem como diminuir os custos com a locação da atual Unidade da Escola Superior. Assim, no segundo semestre, será vencida a etapa de mudança do Prédio Sede da Procuradoria Geral de Justiça, proporcionando a membros e servidores melhores espaços e condições de trabalho. Frisou que, a atual sede da Procuradoria Geral de Justiça possui espaço suficiente, para também abrigar as Promotorias de Justiça Itinerantes, Cidadão e outras especializadas, fato que levará também, a que fiquem mais próximas do Centro da Cidade, de fácil acesso ao Cidadão e com acessibilidade a todos. Por fim, ressaltou que está incansavelmente trabalhando para que no prazo máximo de 06 meses haja as mudanças de sede e com isso, todos os setores e unidades possam ser acomodadas corretamente e mencionou que está também em fase de conclusão, para o segundo semestre de 2015, o prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital, atualmente em reforma, localizado em São Luís e nas proximidades do Fórum, além da outra obra de grande porte, com conclusão para o 1º semestre de 2016 – sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz, com espaço suficiente para os 19 promotores de justiça e todos os servidores. Entende que todas as obras em andamento e com prazo de entrega já para o segundo semestre de 2015 ofertarão melhores condições e superarão os entraves apresentados pelos membros e servidores. Quanto às promotorias itinerantes, aduziu que foi feita a reforma do atual ônibus, e que existe processo administrativo para aquisição de outro, entretanto, falta orçamento para isto. O quadro de pessoal foi aumentado com a disponibilização de uma assistente social. As promotorias itinerantes tiveram a inscrição de um Projeto dos núcleos de mediação no SICONV com recebimento e aprovação do Projeto na ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em fase de implantação. Todas as reformas e solicitações feitas pelas Promotorias de Justiça são atendidas em conformidade do orçamento do MP/MA.

**16.2.8.** Informações sobre as condições operacionais de consecução das atividades das promotorias de justiça itinerantes, a teor do consignado nos termos de inspeção das 12ª e 13ª Promotorias de Justiça Especializadas.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.8.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em sua manifestação, a Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que foi feita reforma do atual ônibus e que existe processo administrativo para aquisição de outro, porém, falta orçamento para isso. O quadro de pessoal foi aumentado com a disponibilização de uma assistente social. As promotorias itinerantes tiveram a inscrição em um Projeto dos núcleos de mediação SINCov com recebimento e aprovação do Projeto na ordem de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em fase de implantação. Todas as reformas e solicitações feitas pelas Promotorias de Justiça são atendidas em conformidade do orçamento do MP/MA.

**16.2.9.** Informações sobre a estrutura de pessoal definida para as promotorias de justiça do MPMA, devendo ser esclarecido, a teor do registrado nos termos de inspeção da 4ª Promotoria de Justiça Cível de São Luís; das 1ª, 5ª, 8ª, 9ª, 11ª, 14ª, 32ª, 33ª, 34ª, 37ª e 38ª Promotorias Especializadas de São Luís e das 9ª, 10ª e 16ª Promotorias Criminais de São Luís, das Promotorias de Justiça Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial e de Patrimônio Público de São Luís, o seguinte:

**a)** Se há previsão de lotação mínima para cada unidade ministerial, bem como o critério da distribuição de servidores de apoio administrativo e de assessoria jurídica entre os órgãos;

**16.2.9.1.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou A Procuradora-Geral de Justiça, que, por força do Ato Regulamentar n.º 06/2014, a estrutura de pessoal do MP é definida em Ato, abrangendo todas as Pro-

motorias de Justiça. Considerando o quantitativo lotado nas Promotorias de Justiça da capital, 276 servidores, excluindo-se o total de Promotores de Justiça. Apresentou planilha contendo o número de servidores proporcional ao número de Promotores de Justiça da Capital (fls. 177 a 179, Anexo II, Volume I dos autos de inspeção).

b) Qual a proporção entre o número de servidores (assessoria jurídica e servidores de apoio administrativo) e o número de membros do MPMA;

**16.2.9.1.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou A Procuradora-Geral de Justiça que os servidores são lotados conforme Ato Regulamentar nº 19/2013 – GPGJ, de 29/11/2013, que dispõe sobre a lotação dos cargos do quadro de pessoal e apoio técnico-administrativo do ministério público estadual (publicação apenas no boletim interno eletrônico).

c) Se há servidores públicos cedidos ao MPMA por outros órgãos, esclarecendo o quantitativo, qualificação e órgão cedente;

**16.2.9.1.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça apresentou print do sitio do Portal da Transparência relacionando os servidores e membros cedidos pelo MP/MA (fl. 178, Anexo II, Volume I dos autos de inspeção).

d) A existência e respectiva lotação de cargos de oficiais de diligências nas promotorias de justiça;

**16.2.9.1.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que existe no âmbito do MP técnico ministerial – função de executor de mandados lotados nas Promotorias de Justiça conforme quadro apresentado (fls. 178/179, Anexo II, Volume I dos autos de inspeção).

e) Se há previsão escala de substituição nas hipóteses de afastamentos de servidores, neste item, inclusive em relação às Procuradorias de Justiça.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.9.1.e. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que não há escala de substituição dos servidores, sendo estes substituídos na medida da necessidade por outros servidores, considerando o quadro reduzido de pessoal.

**16.2.10.** Informações sobre a estrutura de pessoal e funcionamento da Coordenadoria de Processos no âmbito das Procuradorias de Justiça do MPMA, considerando o quanto consignado sobre a demora na distribuição de feitos em observações nos termos da 2ª Procuradoria Cível (Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho) e da 3ª Procuradoria Criminal (Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira).

**16.2.10.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que, atualmente, a estrutura de pessoal da Coordenadoria conta com 08 (oito) técnicos ministeriais, uma Coordenadora de processos e um estagiário.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.11.** Informações sobre a estrutura de pessoal e funcionamento da Central de Inquéritos de São Luís, considerando o quanto consignado sobre a demora na distribuição de feitos no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (item 15.1.1.).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.11.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que a Central de Inquéritos funciona com um servidor e dois Promotores de Justiça designados e dois assessores dos Promotores de Justiça, tendo sido instalado o SIMP na Central de Inquéritos, estando em fase de análise das atribuições da central de inquéritos para que sejam agregadas a uma das Promotorias de Justiça da Capital.

**16.2.12.** Informações sobre a existência de estrutura de apoio técnico e pericial centralizada. Em caso positivo, esclarecer o atual quadro de servidores e o desempenho atual, especificando, relativamente aos últimos 12 meses, o número de demandas recebidas, o número de demandas atendidas e a média de tempo de espera, bem como a atual demanda reprimida do setor.

**16.2.12.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Assessoria Técnica funciona vinculada a Procuradora-Geral de Justiça e conta com 09 analistas (1 medica, 03 economistas, 04 contadores e uma técnica) e possui dois analistas contadores nas Promotorias da Capital. Por determinação da Procuradora-Geral de Justiça os servidores da Assessoria Técnica trabalham em inerência desenvolvendo o trabalho nas promotorias de justiça, quando solicitados e em auxílio ao Grupo GPI.

ASSESSORIA TÉCNICA		
QUANTIDADE DE PROCESSOS NO PERÍODO DE JUNHO/14 A MAIO/15		
RECEBIDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES
391	308	83
OBS.: PARECERES EMITIDOS ATÉ 08/06/15: 421		

**16.2.13.** Informações sobre as inspeções e correições realizadas pela Corregedoria-Geral junto às Procuradorias de Justiça nos últimos 24 meses, bem como o respectivo cronograma de inspeções para os próximos 12 meses.

**Órgão destinatário:** Corregedoria-Geral.

**16.2.13.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Vide informações prestadas no item 7.

**16.2.14.** Informações e esclarecimentos sobre a existência de funcionalidades no sistema SIMP destinadas ao seguinte:

a) Registro e controle de atendimentos ao público realizados pelas unidades do MPMA.

**16.2.14.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que existe a possibilidade de cadastro de atendimento ao público e nos cursos de implantação e treinamento foi mostrada esta ferramenta.

b) Acompanhamento de ações judiciais, devendo ser esclarecido se há possibilidade de extração de relatórios das medidas judiciais sob a responsabilidade de cada promotoria de justiça/unidade ministerial, bem como se há registro da vinculação da medida judicial ao procedimento extrajudicial de origem, ex vi dos termos de inspeção das 8ª Promotoria de Justiça Cível e da 7ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís e das Promotorias de Controle Externo da Atividade Policial.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.14.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que é possível fazer o controle dos processos desde que haja sido cadastrado no SIMP pelo órgão de execução, podendo ser feita a extração dos relatórios.

c) Controle da atuação ministerial por unidade/órgão, considerando a informação consignada no termo de inspeção da 19ª Promotoria de Justiça de São Luís sobre a suposta impossibilidade de extração de registros das movimentações dos feitos na promotoria nos períodos de substituição por outro membro do Ministério Público.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.14.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que cada membro pode retirar o relatório de produtividade individual vinculando a promotoria do qual é titular e/ou respondendo (substituindo).

d) Registro e controle discriminado de atos praticados pelos membros em audiências, a teor do consignado no termo e inspeção da 16ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.14.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que existe a ferramenta do registro e atos de audiência em campos específicos dentro do Sistema e foi ofertado treinamento em relação à matéria e funcionalidade.

**16.2.15.** Informações sobre a qualificação de membros e servidores no manejo das funcionalidades do sistema SIMP, tendo em vista o quanto consignado no bojo deste relatório quanto a equívocos e dúvidas de utilização, a exemplo dos termos de inspeção das 22ª Promotoria de Justiça Cível e das 12ª, 13ª, 21ª, 36ª e 39ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.16.** Informações sobre a implantação e/ou cronograma de implantação do sistema SIMP a todas as unidades ministeriais e órgãos do MPPA (Relatório Complementar da Equipe nº 08 – item 15.1.1.).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.15.1. e 16.2.16.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o Sistema SIMP foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado em 2014, visando o cadastro, protocolo, controle dos processos administrativos e judiciais a cargo do Ministério Público do Estado e de todas as suas unidades. Desta forma, foi criada Comissão de implantação e treinamento do SIMP, tendo sido implantado em todas as unidades do Ministério Público a saber: 119 promotorias de justiça da Capital, Imperatriz, Timon, Região da Grande Ilha, compreendendo Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, Caxias, Açailândia, Santa Luzia do Tide, 31 Procuradorias de Justiça, Centros de Apoio, GAECO, Assessoria Especial, Secretarias dos órgãos Colegiados. A implantação deu-se em abril de 2014, após terem sido implantadas as Tabelas Unificadas no âmbito do Ministério Público, em 2014, com visita do CNMP no Maranhão e treinamento efetivado pela Comissão do CNMP, considerando que na atual gestão foi deflagrado o processo

de implantação das Tabelas Unificadas do CNMP, pois não haviam sido implantadas anteriormente. Desta forma, após o início da implantação do SIMP, com treinamentos in loco pela equipe, conforme se constata pelas matérias expostas e listas de frequência. A Administração Superior, através do Comitê do SIMP, convidou e treinou todos os membros que estavam aptos a receber a implantação, conforme cronograma imposto pela Equipe. Inobstante, os convites feitos por ofício Circular aos membros, via e-mail institucional, ligações diretas aos membros e servidores, temos a constatar o desinteresse dos membros envolvidos na fase de treinamento, conforme lista de frequência. Entretanto, por força do Ato Regulamentar Conjunto n.º 04/2014, este Sistema é de uso obrigatório e nenhum membro ou servidor pode alegar desconhecimento, sejam das tabelas ou do sistema, pois foi oportunizado treinamento e implantação in loco em cada promotoria de justiça envolvida, conforme matérias, ofícios anexos a este relatório.

#### 16.2.17. Informações e esclarecimentos sobre o seguinte:

a) Se o setor de tecnologia da informação autoriza o desenvolvimento de sistemas de informação corporativos sem o acompanhamento de seus técnicos;

**16.2.17.1.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o setor não autoriza o desenvolvimento de sistema sem seu acompanhamento.

b) Se a Procuradoria-Geral de Justiça, especialmente o setor de tecnologia da informação, possui conhecimento da existência e auxiliou no desenvolvimento do sistema próprio para controle processual instalado na 32ª Promotoria de Justiça Especializada capital, e, em caso positivo, quem mantém o suporte e a manutenção dessa aplicação;

**16.2.17.1.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o sistema é do TJ/CNJ, utilizado em todo o País, na área da execução penal. Foi relatado ao CNMP, membros integrantes do Comitê das Tabelas Unificadas que não existe a possibilidade de interoperabilidade entre esse Sistema da VEP/CNJ e outros Sistemas.

c) Existência problema de conectividade entre os servidores instalados na PGJ e a 32ª Promotoria de Justiça Especializada da capital.

**16.2.17.1.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que a conectividade é a mesma do Prédio das Promotorias da Capital, via rádio, de alta potência.

**16.2.18.** Informações e esclarecimentos sobre o cronograma de implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e o Ministério Público, nos moldes da Resolução Conjunta CNMP n.º 3/2013, considerando indicativos de remanescerem incompatibilidades do atual sistema adotado pelo Poder Judiciário às necessidades institucionais do Ministério Público, a exemplo do consignado em observações da equipe de inspeção no termo de inspeção da 9ª Promotoria de Justiça Especializada e São Luís e das 31ª e 32ª Promotorias de Justiça Criminais de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça

**16.2.18.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em suas informações, a Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que o Modelo de Interoperabilidade entre o MP e o TJ foi iniciado e está em fase conclusiva, tendo sido concluída a fase do Ministério Público do Estado, faltando apenas a fase de conclusão do TJ/MA.



**16.2.19.** Informações e esclarecimentos sobre a existência de plano de segurança institucional e sua implementação no âmbito do MPMA, considerando o consignado Relatório Complementar da Equipe nº 08 (itens 15.1.3. e 15.1.6.), nos termos de inspeção das 20ª e 23ª Promotorias de Justiça Criminais de São Luís e no termo de inspeção da 1ª Procuradoria de Justiça Criminal (Dra. Selene Coelho de Lacerda).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.19.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça informou que o Plano de Segurança Institucional foi implantado no MP e é de conhecimento de todos os membros, conforme Ato Regulamentar nº 09/2009-GPGJ, de 11/11/2009 e Ato Regulamentar nº 18/2013-GPGJ, que estabelece os procedimentos de segurança aproximada de Membros, de seus familiares e de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

**16.2.20.** Informações sobre o quanto constatado acerca da distribuição de atribuições nas procuradorias de justiça do Ministério Público do Maranhão, notadamente em relação aos seguintes aspectos:

a) Necessidade de definição normativa da divisão de atribuições entre as Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais do MPMA, a teor do consignado nos respectivos termos de inspeção.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

b) Desproporção entre as atribuições das procuradorias de justiça com atribuições perante a 5ª Câmara Cível do TJMA em relação às procuradorias de justiça com atribuições nas demais Câmaras do TJMA, considerando o consignado nos termos de inspeção das 4ª e 5ª Procuradorias Cíveis (Drs. Joaquim Henrique De Carvalho Lobato e Sâmara Ascar Sauaia).

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.20.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça remeteu sua resposta aos artigos 17, 18 e 19, do Ato Regulamentar nº 20/2008 que prevê a forma de distribuição das atribuições das Procuradorias de Justiça (fls. 181/182, Anexo II, Volume I dos autos da Corregedoria Nacional).

**16.2.21.** Informações sobre o quanto constatado acerca da distribuição de atribuições nas promotorias de justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, notadamente quanto aos seguintes aspectos:

a) Necessidade de definição normativa e criação de cargos de promotores de justiça para atuar perante a Central de Inquéritos de São Luís, a teor do constatado no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (item 15.1.1.).

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

b) Necessidade de redimensionamento das atribuições das promotorias de justiça criminais de São Luís, a teor do consignado no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (itens 15.1.8. e 15.1.9.).

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

c) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições de interveniência cível de Goiânia, a teor das movimentações constatadas nos termos

das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

d) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições de interveniência em fazenda pública da Capital, a teor das movimentações constatadas nos termos das 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

e) Possibilidade extinção ou agregação de atribuições às Promotorias de Justiça, com atuação exclusiva ou praticamente exclusiva em matéria de interdições e sucessões e em registros públicos e massas falidas, a teor dos termos de inspeção da 10ª e 11ª Promotorias de Justiça Cíveis e da 3ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

f) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições perante as varas de família de São Luís, a teor das movimentações e observações que constam dos termos das 11ª, 12ª, 15ª, 16ª, 17ª, 19ª, 20ª, 22ª e 23ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

g) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou fusão das Promotorias de Justiça da Ordem Tributária e Econômica, a teor das movimentações informadas nos termos de inspeção das 26ª e 27ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

h) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições em conflitos agrários, a teor das movimentações constatadas nos termos das 38ª e 39ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

i) Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições à promotoria de justiça com atribuições exclusivas no recebimento de comunicações de flagrante e precatórias criminais (18ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís e item 15.1.2 do Relatório Complementar da Equipe nº 08), a teor das movimentações e observações constatadas no respectivo termo de inspeção.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

j) Possibilidade de agregação de atribuição cível às Promotorias de Justiça Especializadas em crimes contra a saúde pública e na Defesa da Mulher, a teor das movimentações e observações que constam dos termos das 19ª e 21ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

l) Necessidade de definição normativa e aprimoramento nos critérios de distribuição entre as promotorias de

justiça especializadas com atribuições concorrentes em matéria de educação, a teor do consignado no termo de inspeção da 5ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**m)** Necessidade de desmembramento e criação de novos cargos de Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, considerando possível sobrecarga de trabalho nas unidades ministeriais que atualmente congregam tais atribuições, a teor dos respectivos termos de inspeção, notadamente os das 32ª, 33ª e 34ª Promotorias de Justiça de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**n)** Informações sobre a existência de grupo de trabalho ou comissão responsável pela avaliação periódica da necessidade de redistribuição de atribuições entre os diversos órgãos de execução do Ministério Público do Maranhão, objetivando uma distribuição equitativa das atribuições acometidas às suas unidades ministeriais.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.21.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Com relação ao reduzido volume de trabalho nas unidades ministeriais – possibilidade de extinção e agragação de atribuições – comissão de avaliação instituída – trabalhos desenvolvidos, A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que, ao longo dos anos, a Chefia da Instituição tem encaminhado ao Colégio de Procuradores de Justiça, órgão que detém atribuição para reexaminar, alterar e criar promotorias de justiça, diversas propostas para modificar as atribuições das promotorias de justiça da capital e interior, dentro das necessidades dos órgãos de execução e do melhor atendimento da sociedade, primando pela eficiência e eficácia da Instituição. No ano de 2012 foi criada Comissão, por sua delegação, para que a mesma pudesse reexaminar as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital, e verificassem a possibilidade de extinção, transformação de cargos, agregação de atribuições. A referenciada Comissão apresentou relatório, com sugestões, originando a aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça da Resolução n.º 019/2013, que criou novas promotorias de justiça, agregou atribuições a outras e transformou promotorias cíveis em especializadas. Após este trabalho, já houve novas alterações, a exemplo da matéria que se encontra em análise do Colégio de Procuradores de Justiça, em que agrega atribuições a 19ª Promotoria de Justiça Criminal, que tem a frente a titular Dra. Cassia, dando-lhe atribuições da Central de Inquérito. O processo encontra-se em análise no Colégio de Procuradores de Justiça, processo n.º 12913/2014, distribuído para a Procuradora de Justiça Dra. Clodenilza Ribeiro Ferreira. Frise-se que também se encontra para relatoria o Processo n.º 12944 Ad/2014 – que trata das atribuições da Turma Recursal das Promotorias de Justiça do Interior, estando sob a relatoria da Procuradora de Justiça Dra. Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes. Frise-se que agora em 2015 foi aprovada a Resolução n.º 27/2015 – CPMP, de 26 de março de 2015 que descreve, com acréscimo do artigo 6º-A à Resolução n.º 02/2009-CPMP, as atribuições próprias do âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas e dá outras providências, alterando as atribuições das Promotorias Especializadas. Informou, ainda, que, diante das constatações do CNMP, este relatório será encaminhado à Comissão para análise e posterior encaminhamento ao Colégio de Procuradores de Justiça.

**16.2.22.** Informações sobre o funcionamento da Coordenação do GPI (Grupo de Promotores de Justiça Itinerante), devendo ser esclarecidas a natureza dos cargos dos membros integrantes (de titularidade ou mediante designação do Procurador Geral de Justiça) e as respectivas atribuições.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.22.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou A Procuradora-Geral de Justiça que o Grupo de Promotores Itinerante foi criado por força do Ato Regulamentar n.º 01/2013 GPGJ/CGMP que dispõe sobre a criação e funcionamento do Grupo de Promotores de Justiça Itinerante - GPI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão. O grupo foi criado por ato conjunto da Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão e do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando as limitações financeiras momentâneas experimentadas pelo Ministério Público em decorrência da observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, a impedir o preenchimento de todos os cargos de Promotor de Justiça hoje existentes e a obstaculizar o livre acesso do cidadão à Justiça; considerando que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação” (CF, art. 5º, LXXVIII), considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis; considerando que é função institucional no Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Republicana, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, considerando a necessidade de o Ministério Público otimizar sua atuação processual e extraprocessual. Tem como objetivo de, em sistema de mutirão, auxiliar no desempenho das atividades processuais e extraprocessuais junto as Promotorias de Justiça desde que o elevado número de procedimentos administrativos justifique a atuação do Grupo. A atuação do Grupo de Promotores de Justiça Itinerante é precedida de formulação escrita, fundamentada e devidamente instruída com documentos que comprovem a necessidade de cooperação do Grupo e com a relação de procedimentos a serem analisados e o requerimento deverá ser dirigido a Procuradora-Geral de Justiça e subscrito pelo Promotor de Justiça interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da designação do Grupo, ouvindo-se sempre o Corregedor-Geral do Ministério Público. Até a data de hoje, o GPI já atuou nas Promotorias de Justiça Açailândia, Pedreiras, São Luís (30ª Promotoria de Justiça Especializada na defesa do Patrimônio Público da Capital), com relatórios aprovados pelo Corregedor Geral do Ministério Público do Estado. Os resultados têm sido satisfatórios e concretos, com resultados para a sociedade.

**16.2.23.** Informações sobre os critérios de substituição de procuradores de justiça do MPMA e/ou critério de distribuição de feitos, nas hipóteses de vacâncias e afastamentos temporários dos membros de segundo grau, tendo em vista o consignado nos termos de inspeção das 1ª, 2ª Procuradoria Cível (Drs. Domingas de Jesus F. Gomes, Eduardo Daniel P. Filho), da 2ª Procuradoria Criminal (Dr. Krishnamurti Lopes M. França) e em observações da equipe no termo de inspeção da 4ª Procuradoria Cível (Dr. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.23.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Quanto à essa questão, A Procuradora-Geral de Justiça informou que, conforme disciplinado no Regimento Interno da PGJ, Ato Regulamentar nº 20/2008, artigo 20, em caso de licença de procurador de justiça ou afastamento de suas funções junto a Procuradoria de Justiça será convocado o promotor de justiça da mais alta entrância para substituí-lo, assim como os próprios membros podem substituí-lo.

**16.2.24.** Informações sobre os critérios de substituição de membros do MPMA de primeiro grau, notadamente nas hipóteses de vacâncias e/ou afastamentos temporários de titulares, não solucionáveis pela designação de promotores substitutos, ou seja, no regime de acumulação de funções de mais de uma unidade ministerial por promotores de justiça titulares, tendo em conta a recorrente informação de adoção dessa prática no âmbito do MPMGO, a exemplo do constatado nos termos de inspeção das 1ª, 2ª, 5ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís, 1ª, 2ª, 5ª, 10ª e 11ª, 14ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 32ª, 33ª, 34ª e 36ª Promotorias de Justiça Especializadas e 1ª, 2ª, 7ª, 9ª, 10ª, 13ª, 17ª, 32ª Promotorias de Justiça Criminais de São

Luís e o teor das observações apostas nos termos de inspeção das 5ª, 6ª Promotorias de Justiça Cíveis e 7ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís.

**Órgãos destinatários:** Procuradoria-Geral de Justiça e Corregedoria-Geral.

**16.2.25.** Informações sobre o instituto da “substituição plena” referido durante a inspeção em algumas unidades ministeriais, devendo ser esclarecida a forma de sua utilização, se por titularidade ou designação e, na segunda hipótese, se a designação pressupõe o afastamento, integral ou parcial, de membro do MPMA das suas atribuições de titularidade, bem como os critérios de sua aplicação e a relação de membros do MPMA que estão inseridos em tal sistemática de substituição (com e sem afastamento integral).

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.24.1. e 16.2.25.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme esclarecimentos da Procuradora-Geral de Justiça, os cargos de Substituição Plena foram criados por força da Lei Complementar nº 155, de 1º de agosto de 2013, que criou cargos de Promotor de Justiça, com alterações no Anexo Único da Lei Complementar Estadual nº 13/1991 (Lei Orgânica do Ministério Público), com o objetivo de melhorar a estrutura do quadro de pessoal na Capital e proporcionar a substituição dos promotores de justiça afastados para a Administração Superior, e em situações de afastamentos legais. Todos os cargos possuem grupo a que pertencem e a eles são vinculados, e salvo constatada a necessidade e por motivação do Corregedor Geral, estes membros são designados para substituírem promotores de justiça em grupo diverso a qual pertencem. Vale destacar que existe a Resolução n.º 13/2013-CPMP, que reorganiza as atribuições dos membros da capital e dispõe sobre as substituições destes.

**16.2.26.** Informações quanto à estrutura de segurança e apoio administrativo e de assessoria jurídica concedidos aos membros do MPMA durante a realização de plantões, a teor do disposto no Relatório Complementar da Equipe nº 08 (item 15.1.6.) e no termo de inspeção da 20ª PJ Criminal de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.26.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que a segurança dos membros do Ministério Público tem sido uma preocupação constante da Administração Superior através da adoção de ações e metas para melhorar a estrutura de segurança institucional, através do PA n.º 8638 AD/2014. Inclusive, estão sendo adotadas medidas para colocar um policial militar da reserva, na sala dos plantões, por força de Convênio existente entre o MP/MA e a Polícia Militar do Estado. A estrutura de pessoal é de um servidor terceirizado durante 24 horas, e o Promotor de Justiça poderá solicitar o auxílio de seu assessor, cargo comissionado, considerando que os servidores concursados não possuem este regramento de trabalharem em sistema de plantão.

**16.2.27.** Informações e esclarecimentos sobre a prática institucional normatizada no âmbito do MPMA de fiscalização de termos de ajustamento de conduta no bojo do inquérito civil público em que foi formalizado, com remessa para homologação pelo CSMP condicionada ao término da fiscalização quanto ao efetivo cumprimento das cláusulas do ajuste, conforme constatado nos termos de inspeção das 5ª, 7ª, 10ª e 20ª Promotorias de Justiça Especializada de São Luís.

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**16.2.27. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informou A Procuradora-Geral de Justiça que o controle

do cumprimento dos TACS e Inquéritos Cíveis são feitos pelo Conselho Superior do Ministério Público e pela Corregedoria Geral quando das inspeções e correições.

**16.2.28.** Informações sobre a existência de Coordenadorias Recursais Cível e Criminal no âmbito do MPMA, esclarecendo, em caso positivo, as respectivas estruturas de pessoal e produtividade dos últimos 12 meses, a teor do consignado nos termos das Procuradorias de Justiça sobre as movimentações informadas em relação a recursos interpostos e sugestões pertinentes (1ª Procuradoria de Justiça Cível (Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf), 2ª Procuradoria de Justiça Criminal (Lígia Maria da Silva Cavalcanti)

**Órgão destinatário:** Procuradoria-Geral de Justiça.

**2.28.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Segundo o Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, existe na estrutura da Distribuição de Processos apenas uma Coordenadoria de Processos, que possui dentre as suas atribuições as cíveis e criminais, com um quadro de 08 pessoas. Tendo como processos distribuídos no ano de 2014.

**2.29.** Informações a respeito da tramitação da proposta de resolução que trata da redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz.

**Órgão destinatário:** Colégio de Procuradores de Justiça.

**16.2.29.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme esclarecimentos da Procuradora-Geral de Justiça, a Resolução n.º 29/2015 CPMP, que trata das atribuições das Promotorias de Justiça de Imperatriz, oriundas do PA n.º 6862/2013, foi aprovada na última sessão do Colégio de Procuradores de Justiça, dia 28 de maio de 2015.



## ÁREA ADMINISTRATIVA

### 17. ÁREA ADMINISTRATIVA

O presente relatório tem por finalidade evidenciar os processos internos praticados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, a partir de constatações realizadas na área administrativa, por ocasião da inspeção da Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público na unidade inspecionada.

#### 17.1. PLANEJAMENTO

Planejamento é uma palavra que significa o ato ou efeito de planejar, criar um plano para otimizar a alcance de um determinado objetivo. Esta palavra pode abranger muitas áreas diferentes. O planejamento consiste em uma importante tarefa de gestão e administração, que está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um determinado objetivo. É essencial na tomada de decisões e execução dessas mesmas tarefas. Posteriormente, o planejamento também a confirmação se as decisões tomadas foram acertadas (feedback). Uma organização que utiliza o planejamento como uma ferramenta no seu trabalho demonstra um interesse em prever e organizar ações e processos que vão acontecer no futuro, aumentando a sua racionalidade e eficácia.

Existem três níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional. O planejamento estratégico é um importante componente do planejamento de governo, na medida que facilita estabelece uma perspectiva de futuro a gestão de uma Instituição. Planejar estrategicamente significa usar os recursos disponíveis de forma eficiente, aumentando a produtividade de um indivíduo ou organização. O Planejamento tático ou intermediário, visa alinhar as ações prioritárias, que deverão ser executadas de forma organizada no planejamento operacional.

Através do Processo de Inexigibilidade de licitação 1133AD/2011, foi contratado a empresa 3GEN Consultoria Empresarial Ltda., para ministrar curso de capacitação em metodologia e instrumentos de planejamento e gestão estratégica organizacional no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, pelo valor de R\$ 331.743,00 (trezentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais).

O produto desta contratação foi o documento “Planejamento Estratégico 2012 – 2016. Este documento contempla uma Mapa Estratégico, com 22 objetivos estratégicos. Cada objetivo estratégico contempla um conjunto de informação relacionada a descrição, projetos, indicadores e resultados.

Os resultados apresentados indicam que muitos objetivos foram atingidos existindo alguns com resultados parciais. Embora a equipe seja modesta com três pessoas apenas, que realizam o monitoramento das ações e dos resultados, vinculados aos objetivos definidos no Plano Estratégico, cujo resultado contempla:

Perspectiva	Tema	Objetivo	Indicador Proposto	Potenciais projetos	Observação
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Financeiro	Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários	Gestão dos recursos extra-orçamentários	RECURSOS JA!	A Assessoria de Planejamento foi recentemente criada e implementada em 2011 e está contribuindo com a Administração Superior na elaboração de projetos de captação de recursos extra-orçamentários para a Instituição. Contudo, ainda não existe um setor formalmente criado para essa finalidade, devido a limitações orçamentárias para criação de cargos.
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Financeiro	Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários	Desempenho da gestão orçamentária estratégica		

Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Infraestrutura	Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	Sistema único e integrado	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS ARQUIMEDES	O Sistema Arquimedes foi substituído pelo SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público) da atividade fim, que está em fase de implantação, tendo sido implantado nas Promotorias da Capital e nas Promotorias de Imperatriz e Timon. Na atividade meio, está em fase de homologação com previsão de funcionamento os módulos integrados de RH, Folha de Pagamentos, Protocolo, desenvolvido por uma empresa de fabricação de software licitada. Também está em fase de teste a implantação do DIGIDOC, software de movimentação processual, cedido pelo TJ-MA, por meio de Termo de Cooperação Técnica com o MPMA.
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Infraestrutura	Estrutura	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do Ministério Público	Infraestrutura tecnológica	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE E INTERNET E DO CPD	O CPD e a estrutura de rede foram modernizados com a aquisição de servidores Blade (lâminas), aquisição de grupo gerador, softwares de virtualização, aquisição de desktops, nobreaks e estabilizadores, sendo informações da CM-TI-PGJ.
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Infraestrutura	Estrutura	Assegurar Infraestrutura física adequada	Adequação da infraestrutura física	PROMOTORIA MODELLO	A Coordenação de Obras, Engenharia e Arquitetura desenvolveu modelos de projetos padronizados para Promotorias de Justiça conforme a comarca.
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Pessoas		Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP	Pessoas adequadas para o volume de trabalho	PCCS – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS	Implantado
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Pessoas		Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP	Preenchimento de vagas		
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Pessoas		Garantir clima organizacional favorável	Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	PROJETO INTEGRAÇÃO	
Recursos Humanos, Físicos e Financeiros	Pessoas		Capacitar continuamente membros e servidores	Horas de aperfeiçoamento	CALENDÁRIO ANUAL	Elaborado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) em conjunto com a Escola Superior do Ministério Público.
Institucional	Eficiência e Eficácia		Padronizar rotinas e procedimentos	Processos padronizados e normatizados	PPO – PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ORGANIZACIONAIS	Elaborados e revisados os fluxogramas de processos pela Diretoria Geral e ASPLAN.

Institucional	Eficiência e Eficácia	Fortalecer a imagem do MP intensificando ações de divulgação externa	Aparições positivas* na mídia e exposições presenciais *Aparições positivas na mídia são todas as ações bem-sucedidas desenvolvidas pela Instituição registradas pela imprensa.	ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	Trata-se de um programa de rádio produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA, com duração de uma hora e veiculado aos sábados, desde 2011, sem ônus para o Parquet, numa parceria com a Rádio São Luís AM 1340 Khz. A estratégia proposta pela CCOM vai além da divulgação das ações. Inclui outros aspectos igualmente importantes, como a conscientização da sociedade sobre o papel do Ministério Público; o esclarecimento de dúvidas; a transparência da instituição ao desenvolver suas ações; a aproximação entre Ministério Público e sociedade; o fortalecimento da imagem da instituição.
Institucional	Eficiência e Eficácia	Ampliar parcerias estratégicas	Parcerias realizadas		
Institucional	Eficiência e Eficácia	Garantir segurança institucional	Adequação em segurança (Segurança da informação, dos processos internos, do patrimônio e das pessoas)	PROJETO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO / MINISTÉRIO PÚBLICO SEGURO	
Processos	Direitos Humanos	Combater a violência doméstica	Ações de combate à violência doméstica	PROJETO LEI MARIA DA PENHA EM AÇÃO	Prevenir e combater a violência doméstica levando informação a sociedade em geral, e em particular, aos alunos e professores da Rede Pública de Ensino. Objetivo Estratégico PEN-MP: sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica vivenciadas pelas mulheres, para que tenhamos cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres. Atendidos até o momento 51.600 alunos da rede pública de ensino com palestras e concursos; 1500 pessoas participaram das caminhadas e 1500 pessoas participaram da Ação Social promovida pelo Ministério Público.
Processos	Direitos Humanos	Garantir os direitos das minorias	Prédios de uso público que atenderam as normas de acessibilidade a partir da intervenção do MPMA		
Processos	Direitos Humanos	Garantir os direitos das minorias	Existência de rede de atendimento a pessoas idosas	MINISTÉRIO PÚBLICO: IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA	

Processos	Direitos Humanos	Garantir os direitos das minorias	Intervenções exitosas de garantia de plena integração social a pessoas portadoras de deficiência	CRIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL QUILOMBOLA / IGUALDADE PARA TODOS	
Processos	Direitos Humanos	Garantir a política de Assistência Social	Centros de Referência e Conselhos de assistência social institucionalizado	IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Processos	Educação	Exigir o cumprimento do direito à educação	Ações de fiscalização da execução da política pública de educação	EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PRIORIDADE DO MUNICÍPIO	Em 2013 foi instituído no âmbito do MPMA o Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”, com o objetivo Exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo a evasão escolar, por meio de ações de fiscalização, proposição de TACs e ACPs, capacitações e produção de material informativo
Processos	Educação	Exigir o cumprimento do direito à educação	Fiscalização de vagas na educação infantil		
Processos	Saúde	Implementar e efetivar as políticas de saúde	Intervenções judiciais e extrajudiciais – garantia do direito à saúde	Projeto Pró-Vida, onde será realizada Audiências a fim de levantar as principais demandas dos municípios	Em 2013 foi instituído no âmbito do MPMA o Programa Interinstitucional “Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção”, nos moldes do programa da Educação
Processos	Infância e Juventude	Atuar na proteção da criança e adolescente	Municípios com rede de proteção da criança e adolescente	A JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA NA REESTRUTURAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI / MP NO COMBATE ÀS DROGAS	O MPMA participa da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, cujo objetivo é ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei, por meio do CAOp/IJ e das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital com atribuição na matéria.
Processos	Infância e Juventude	Atuar na proteção da criança e adolescente	Compatibilização dos orçamentos		
Processos	Cível	Racionalizar a atuação do MP na área Cível, rebalanceando a distribuição da carga de trabalho	Intervenções do MP na Área Cível		

<b>Processos</b>	<b>Meio Ambiente</b>	Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado	Procedimentos administrativos instaurados e ações judiciais propostas na área do Saneamento Básico	PROJETO DE REGIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO AMBIENTAL / PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS	Realizadas Oficinas de trabalho sobre Resíduos Sólidos e Saneamento, de Valoração de Serviços e Danos Ambientais, sobre o novo Código Florestal, Avaliação de Planos Municipais de Resíduos Sólidos e proposição de TACs com Prefeitos Municipais para adequação e/ou elaboração.
<b>Processos</b>	<b>Probidade</b>	Combater as condutas ímprobas	Portal da Transparência	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	Instalado no site do MPMA.
<b>Processos</b>	<b>Criminal</b>	Estreitar o relacionamento com as Polícias visando cooperação e fiscalização	Projetos e operações construídos em conjunto às polícias Civil, Militar e Federal		Em 2013 foi instituído no âmbito do MPMA, o Plano de Ação Integrado do MPMA de Controle e Fiscalização dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário do Estado
<b>Processos</b>	<b>Criminal</b>	Combater o crime organizado	Quantidade de ações voltadas ao combate ao crime organizado com participação do GECOC		
<b>Impacto social</b>		Ser reconhecido como Ministério Público resolutivo e mais próximo do cidadão	Melhoria do IDH nos municípios	MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: POSITIVANDO O DESENVOLVIMENTO HUMANO	O projeto Ministério Público do Maranhão Positivando o Desenvolvimento Humano tem como objetivo contribuir para uma melhor qualidade de vida da população do Estado.
<b>Processos</b>	<b>Consumidor</b>	Garantir a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo	Evolução da rede de proteção do consumidor	SOS CONSUMIDOR	Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do projeto de municipalização dos PROCONS;

Embora a planilha acima contemple algumas realizações, não existem evidências que a execução do Planejamento Estratégico seja de conhecimento dos membros e servidores da Instituição, pois suas ações e indicadores de resultados não constam do Portal Transparência.

Não foram encontrados, pela equipe de inspeção, nenhum Plano Geral de Atuação – PGA e Relatórios de Gestão Institucional – RGI, impressos, com evidência de detalhamento do Planejamento Estratégico a ser executado anualmente, bem como, a comprovação de resultados expressos nos RGI, para os períodos de 2012 a 2014.

## 17.2. FINANÇAS E CONTABILIDADE

A administração financeira compreende um conjunto de práticas administrativas que envolvem a análise e o planejamento das atividades financeiras de uma organização, com o objetivo de melhorar seus resultados. Por meio desta gestão financeira, é possível visualizar a situação atual da organização, bem como planejar seu futuro a curto, médio e longo prazos, considerando questões relacionados a fluxo financeiro e registros históricos, para suporte à decisão. Em análise das finanças do Estado do Maranhão, detalhada no quadro a seguir, foi possível identificar:

Que no exercício financeiro de 2013, a arrecadação foi maior que a receita estimada em 7,75% (sete, vírgula setenta e cinco por cento). Esta informação é relevante para compreender que o valor estimado para o orçamento de 2014 é subestimado, na medida em que o valor projetado é muito próximo ao valor arrecadado no ano anterior.

ORÇAMENTO DO ESTADO	2012	2013	2014
FISCAL	R\$ 8.212.169.187,00	R\$ 9.646.648.073,00	R\$ 10.115.346.445,00
SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 2.708.581.696,00	R\$ 3.382.073.241,00	R\$ 3.952.629.113,00
INVESTIMENTO	R\$ 460.929.000,00	R\$ 50.500.000,00	R\$ 53.600.000,00
TOTAL	R\$ 10.966.842.883,00	R\$ 13.079.221.314,00	R\$ 14.121.575.558,00
ARRECADOU	R\$ 11.026.902.690,00	R\$ 14.093.110.892,00	
% ORÇADO X REALIZADO	0,55%	7,75%	
<b>MPMA - Orçamento</b>	<b>R\$ 222.187.001,00</b>	<b>R\$ 233.702.930,00</b>	<b>R\$ 223.787.280,00</b>
Unidade MP	R\$ 216.991.460,00	R\$ 231.902.930,00	R\$ 222.527.568,00*
Unidade FUNDO	R\$ 5.195.541,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.259.712,00*
<b>Unidade MP empenhado</b>	<b>R\$ 217.956.082,20</b>	<b>R\$ 306.214.199,45</b>	<b>R\$ 238.553.596,32</b>

\*Dados de outubro de 2014.

No quadro anterior, ainda é possível identificar que o orçamento do Ministério Público do Estado Maranhão, não apresenta crescimento compatível como crescimento do Orçamento do Estado de 28,77% (vinte oito, vírgula setenta e sete por cento) do período 2012/2014, comparado com seu crescimento orçamentário de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por centos) no mesmo período. Em relação a execução orçamentária, no exercício de 2013, o MPMA agrega em seu orçamento créditos suplementares, que não se consolidam para 2014.

No quadro a seguir é possível identificar que a Receita Corrente Líquida cresceu 12,04% (doze, vírgula zero quatro por cento) do 3º Quadrimestre de 2012 para o 2º Quadrimestre de 2014. Contudo, o comprometimento da despesa com pessoal face a Lei de Responsabilidade Fiscal, subiu de 1,56% para o Limite Prudencial de 1,90%.

Relatório Gestão Fiscal	3ºQuad. 2012	3ºQuad. 2013	2ºQuad. 2014
Despesa Bruta com Pessoal	R\$ 231.357.141,25	R\$ 269.477.591,12	R\$ 295.729.249,88
Inativos e Pensionistas	R\$ 40.578.115,50	R\$ 41.123.092,92	R\$ 45.240.838,39
Ativos	R\$ 190.779.025,75	R\$ 228.354.498,20	R\$ 250.488.411,49
Despesas não computadas	R\$ 92.764.590,23	R\$ 105.674.913,99	R\$ 106.169.186,73
Inativos e Pensionistas	R\$ 40.578.115,50	R\$ 41.123.092,92	R\$ 45.240.838,39
Despesas Líquida	R\$ 138.592.551,02	R\$ 163.802.677,13	R\$ 189.560.063,15
Receita Corrente Líquida	R\$ 8.893.651.133,82	R\$ 9.139.181.015,59	R\$ 9.964.478.378,29
<b>% de Comprometimento</b>	<b>1,56%</b>	<b>1,79%</b>	<b>1,90%</b>

DETALHAMENTO DO RPPS DO MPMA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
Patronal	R\$ 19.077.396,03	R\$ 23.166.673,18	R\$ 20.929.188,46
Retenções	R\$ 9.031.918,38	R\$ 15.923.213,68	R\$ 14.114.693,48
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28.109.314,41</b>	<b>R\$ 39.089.886,86</b>	<b>R\$ 35.043.881,94</b>



DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2012	2013	2014
Inativos	R\$ 29.044.402,95	R\$ 30.851.936,23	R\$ 20.094.678,29
Pensionistas	R\$ 11.533.712,55	R\$ 12.586.831,41	R\$ 9.244.998,34
RETENÇÕES	R\$ 879.861,87	R\$ 962.552,43	R\$ 896.618,20
TOTAL	R\$ 41.457.977,37	R\$ 44.401.320,07	R\$ 30.236.294,83

A análise do RPPS, permite identificar que as Receitas Previdenciárias arrecadas até o período da inspeção, apresentam um desempenho superavitário.

### 17.3. RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

Nos últimos anos muita coisa mudou na gestão de pessoas das empresas. Novos valores foram incorporados e a preocupação com o bem-estar das pessoas, bem como os investimentos em desenvolvimento e qualidade de vida, foram reforçados no ambiente corporativo. Neste contexto, a Gestão de Pessoas é também responsável pela disseminação da cultura organizacional, tendo conhecimento de todos os processos internos, e os mecanismos de funcionamento dos elementos que compõem a Instituição.

#### 17.3.1. Análise da estrutura de pessoal.

Os dados sobre a estrutura de pessoal do Ministério Público do Estado do Maranhão, visam identificar a lotação das pessoas nas estruturas existentes, para a execução regular das atividades da Instituição.

##### a) Administração Superior

Lotação	Efetivos	Comissionados	À disposição	Estagiários	Total
Diretoria Geral	5			1	6
Secretaria p/ Assuntos Institucionais	2	3		1	6
Secretaria Adm-Financeira	2	4		1	7
Subprocuradoria-Geral - Jurídicos		1			1
Subprocuradoria-Geral - Administrativa	2	2		1	5
Cerimonial		2	1	1	4
Gabinete da PGJ	4	5	2	1	12
Coord. Folha de Pagamento	3		1		4
Coord. Comunicação	7	2	1	2	12
Coord. Orçamento e Finanças	7	1		1	9
Coord. Administração	6	5		3	14
Coord. Serviços Gerais	10	5	47	2	64
Coord. Gestão de Pessoas	9	2	2	3	16
Coord. Engenharia	15	3		1	19
Coord. Distribuição de Processos	8	8		1	17
Coord. GAECO	12		6		18
Coord. Tec e Modernização da Informação	18	2	1	5	26
Coord. Documentação e Biblioteca	12	1		1	14

Comissão Permanente de Licitação	8				8
Assessoria Auditoria	3				3
Assessoria Controle Interno	8				8
Assessoria Técnica	10				10
Assessoria Especial	15	5	1	2	23
Assessoria Jurídica da Administração	2	4			6
Setor Médico	6	2	1		9
Protocolo	4	1		3	8
Ouvidoria	1	4			5
Planejamento (Dir.Geral – Assessoria d)	1	2			3
Conselho Superior do MP	1	2			3
CAOP-PROAD	3			1	4
CAOP – CEAP	2			1	3
CAO-UMA (Meio Ambiente)	2			1	3
CAOP-SAÚDE		1		1	2
CAOP – IDOSO				1	1
CAOP – CONSUMIDOR				1	1
CAOP – CRIMINAL				1	1
CAOP EDUCAÇÃO	1	1		1	3
CAOP – Direitos Humanos e Cidadania	2			1	3
CAOP – Infância e Juventude	1	2			3
ASFUPEMA			2		2
Corregedoria-Geral	11	6			17
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>76</b>	<b>65</b>	<b>39</b>	<b>383</b>

## b) Promotorias de Justiça

Nº	Promotoria de Justiça	Membros	Comissio- nados	Efetivos	Estagiá- rios	À dispo- sição	Terceiri- zados	Total
1	AÇAILÂNDIA	6	6	5	3	6	4	30
2	ALCÂNTARA	1	1	2		1		5
3	ALTO PARNAÍBA	1	1	2		1		5
4	AMARANTE DO MA	1	1	2		1		5
5	ANAJATUBA	1	1	2		1		5
6	ARAIÓSES	2	2	2		3		9
7	ARAME	1	1	2		2		6
8	ARARI	1	1	2		3		7
9	BACABAL	5	5	8	4	3	3	28
10	BACURI	1	1	1		2		5
11	BALSAS	5	5	5	2	7	5	29
12	BARÃO DE GRAJAÚ	1	1	2				4
13	BARRA DO CORDA	2	2	3				7
14	BARREIRINHAS	1	1	2		2		6

15	BEQUIMÃO	1	1	2				4
16	BOM JARDIM	1	1	2		4		8
17	BREJO	1	1	2		1		5
18	BURITI	1	1	2		1		5
19	BURITI BRAVO	1	1	2				4
20	BURITICUPU	1	1	2		2		6
21	CÂNDIDO MENDES	2	2	2		5		11
22	CANTANHEDE	1	1	1		3		6
23	CAROLINA	1	1	2				4
24	CARUTAPERA	1	1	2		2		6
25	CAXIAS	7	7	12	5	5	4	40
26	CEDRAL	1	1	2				4
27	CHAPADINHA	2	2	6		5		15
28	CODÓ	3	3	5	3	6		20
29	COELHO NETO	2	2	3		2		9
30	COLINAS	1	1	2		5		9
31	COROATÁ	2	2	3		1		8
32	CURURUPU	1	1	2		2		6
33	DOM PEDRO	1	1	2		2		6
34	ESPERANTINÓPOLIS	1	1	2		1		5
35	ESTREITO	2	2	3		3		10
36	GOV. EUGÊNIO BARROS	1	1	2		2		6
37	GOV. NUNES FREIRE	1	1	2		3		7
38	GRAJAÚ	2	2	3		1		8
39	GUIMARÃES	1	1	2				4
40	HUMBERTO DE CAMPOS	1	1	2		1		5
41	ICATU	1	1	2		1		5
42	IGARAPÉ GRANDE	1	1	2		2		6
43	IMPERATRIZ	20	20	23	17	13	8	101
44	ITAPECURU-MIRIM	3	3	5		6		17
45	ITINGA	1	1	2		2		6
46	JOÃO LISBOA	2	2	2		1		7
47	JOSELÂNDIA	1	1	0		1		3
48	LAGO DA PEDRA	2	2	3		3		10
49	LORETO	1	1	2				4
50	MAGALHÃES DE ALMEIDA	1	1	1		3		6
51	MARACAÇUMÉ	1	1	2				4
52	MATINHA	1	1	2		1		5
53	MATÕES	1	1	2		2		6
54	MIRADOR	1	1	2				4
55	MIRINZAL	1	1	1		2		5
56	MONÇÃO	1	1	2		2		6
57	MONTES ALTOS	1	1	2		2		6
58	MORROS	1	1	2		1		5
59	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	1	1	2		2		6
60	OLINDA NOVA	1	1	1				3
61	PAÇO DO LUMIAR	3	3	4		1		11
62	PARAIBANO	1	1	1		1		4
63	PARNARAMA	1	1	2		1		5

64	PASSAGEM FRANCA	1	1	2				4
65	PASTOS BONIS	1	1	2				4
66	PAULO RAMOS	1	1	2		2		6
67	PEDREIRAS	3	3	4		7		17
68	PENALVA	1	1	2		1		5
69	PERITORÓ	1	1	0				2
70	PINDARÉ-MIRIM	1	1	2		1		5
71	PINHEIRO	2	2	3		2		9
72	PIO XII	1	1	2		5		9
73	POÇÃO DE PEDRAS	1	1	1		1		4
74	PORTO FRANCO	2	2	3		1		8
75	PRESIDENTE DUTRA	2	2	5		4		13
76	RAPOSA	1	1	2		3		7
77	RIACHÃO	1	1	2		2		6
78	ROSÁRIO	2	2	2		3		9
79	SANTA HELENA	1	1	2				4
80	SANTA INÊS	5	5	10		6	4	30
81	SANTA LUZIA	2	2	3		3		10
82	SANTA LUZIA DO PARUÁ	1	1	2		2		6
83	SANTA QUITÉRIA	1	1	2		2		6
84	SANTA RITA	1	1	2		1		5
85	SANTO ANTONIO DOS LO- PES	1	1	2		1		5
86	SÃO BENTO	1	1	2		3		7
87	SÃO BERNARDO	1	1	2		1		5
88	SÃO DOMINGOS DO AZEI- TÃO	1	1	1		1		4
89	SÃO DOMINGOS DO MA	1	1	2		1		5
90	SÃO FRANCISCO DO MA- RANHÃO	1	1	1		1		4
91	SÃO JOÃO BATISTA	1	1	2		2		6
92	SÃO JOÃO DOS PATOS	1	1	2		1		5
93	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	6	6	6		9	4	31
94	SÃO LUÍS	117	117	288	92	105	146	865
95	SÃO LUIZ GONZAGA	1	1	2		3		7
96	SÃO MATEUS	1	1	2		1		5
97	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	1	1	0		1		3
98	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	1	1	2				4
99	SÃO VICENTE DE FERRER	1	1	2		3		7
100	SENADOR LA ROQUE	1	1	2		2		6
101	SUCUPIRA DO NORTE	1	1	1		1		4
102	TASSO FRAGOSO	1	1	1				3
103	TIMBIRAS	1	1	2		3		7
104	TIMON	10	10	15	6	9	4	54
105	TUNTUM	1	1	2				4
106	TURIAÇU	1	1	2		2		6

107	TUTÓIA	1	1	2		2		6
108	URBANO SANTOS	1	1	2		2		6
109	VARGEM GRANDE	1	1	2		2		6
110	VIANA	2	2	2		3		9
111	VITÓRIA DO MEARIM	1	1	2		2		6
112	VITORINO FREIRE	2	2	2		2		8
113	ZÉ DOCA	2	2	4		3		11
	TOTAL	311	311	591	132	348	182	1.875

### c) Promotorias de Justiça da Capital

Nº	Promotoria de Justiça	Membro	Comissionado	Efetivo	Requisitado	Estagiário	Terceirizado	Total
1	1ª CRIMINAL - 1º Promotor de Justiça Criminal) 1ª vara criminal	1	1			1		3
2	1ª PROMOTORIA CÍVEL - 1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, habilitação de casamento, Turma Recursal Cíveis	1	1					2
3	1ª Promotoria de Justiça Especializada - 1ª Promotoria de Justiça Especializada) 1º Promotor de Fundações e Entidades de Interesse Social	1	1	3		1		6
4	1ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - 1º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 24ª Promotorias Cíveis	1	1					2
5	2ª CRIMINAL - 2º Promotor de Justiça Criminal - 1ª vara criminal	1	1			1		3
6	2ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Fundações e Entidades de Interesse Social	1	1					2
7	2ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - 2º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 24ª Promotorias Cíveis	1	1					2
8	2ª PROMOTORIA-CÍVEL - 3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, habilitação de casamento, Turma Recursal Cíveis	1	1					2

9	3ª CRIMINAL - 3º Promotor de Justiça Criminal - 2ª vara criminal	1	1			1		3
10	3ª PROMOTORIA CÍVEL - 5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Transitório, precatórias cíveis, habilitação de casamento, Turma Recursal Cíveis	1	1					2
11	3ª Promotoria de Justiça Especializada em Registros Públicos) Promotor de Justiça de Registros Públicos e de Massas Falidas	1	1	1				3
12	3º Promotor de Substituição Plena 1ª a 24ª Promotorias Cíveis	1	1					2
13	4ª CRIMINAL - 4º Promotor de Justiça Criminal) 2ª vara criminal	1	1			1		3
14	4ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça Defesa da Educação	1	1	2				4
15	4ª PROMOTORIA-CÍVEL - 7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, precatórias, família, turma recursal	1	1		1			3
16	4º Promotor de Substituição Plena 1ª a 14ª Promotorias Criminais	1	1					2
17	5ª CRIMINAL - 5º Promotor de Justiça Criminal) 3ª vara criminal	1	1			1		3
18	5ª PROMOTORIA CÍVEL - 1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível	1	1					2
19	5ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça Defesa da Educação	1		2				3
20	5º Promotor de Substituição Plena 1ª a 14ª Promotorias Criminais	1	1					2
21	6ª CRIMINAL - 6º Promotor de Justiça Criminal - 3ª vara criminal	1	1			1		3



22	6ª PROMOTORIA CÍVEL - 2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível	1	1					2
23	6ª Promotoria de Justiça Especializada - Promotor de Justiça Militar	1	1					2
24	6º Promotor de Substituição Plena 1ª a 14ª Promotorias Criminais	1	1					2
25	7ª CRIMINAL - 7º Promotor de Justiça Criminal - 4ª vara criminal	1		1		1		3
26	7ª PROMOTORIA CÍVEL - 3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível	1	1					2
27	7ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente	1		3				4
28	7ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA (7º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 14ª Promotorias Criminais	1	1					2
29	8ª CRIMINAL - 8º Promotor de Justiça Criminal - 4ª vara criminal	1	1	1		1		4
30	8ª PROMOTORIA CÍVEL - 4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível	1	1					2
31	8ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente	1	1					2
32	8ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - 8º Promotor de Substituição Plena - 1ª a 14ª Promotorias Criminais	1	1					2
33	9ª CRIMINAL - 9º Promotor de Justiça Criminal - 5ª vara criminal	1	1			1		3

34	9ª PROMOTORIA CÍVEL - 5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda pública	1	1					2
35	9ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor	1	1	1		1		4
36	9ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA (9º Promotor de Substituição Plena) 15ª a 17ª Promotoria de Justiça, 1ª a 3ª Juizados Especiais Criminais, 18ª Criminal	1	1					2
37	10ª CRIMINAL (10º Promotor de Justiça Criminal) - 5ª vara criminal	1		1		1		3
38	10ª PROMOTORIA CÍVEL - 1º Promotor de Interdição, tutela e ausência, 1ª vara de interdição	1	1					2
39	10ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor	1	1	1	1			4
40	10ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - (10º Promotor de Substituição Plena) 19ª a 22ª Promotoria Criminais, 1ª a 4ª Entorpecentes	1						1
41	11ª CRIMINAL (11º Promotor de Justiça Criminal) - 6ª vara criminal	1	1			1		3
42	11ª PROMOTORIA CÍVEL - 1º Promotor de Justiça de Família, 1ª vara da família	1	1	1				3
43	11ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos	1	1					2
44	11ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - (11º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 8ª Promotoria do Júri	1	1					2

45	12ª CRIMINAL - (12º Promotor de Justiça Criminal) 6ª vara criminal	1	1			1		3
46	12ª PROMOTORIA CÍVEL - 2º Promotor de Justiça de Família, 1ª vara da família	1	1					2
47	12ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça Itinerante	1	1	1	2			5
48	12ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - (12º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 8ª Promotoria do Júri	1	1					2
49	13ª CRIMINAL (13º Promotor de Justiça Criminal) 7ª vara criminal	1	1			1		3
50	13ª PROMOTORIA CÍVEL - 3º Promotor de Justiça de Família, 2ª vara da família	1	1					2
51	13ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça Itinerante	1	1	2				4
52	13ª PROMOTORIA DE SUBSTITUIÇÃO PLENA - (13º Promotor de Substituição Plena) 1ª a 4ª Promotoria Execuções Penais	1	1					2
53	14ª CRIMINAL (14º Promotor de Justiça Criminal) 7ª vara criminal	1	1			1		3
54	14ª PROMOTORIA CÍVEL - 4º Promotor de Justiça de Família, 2ª vara da família	1	1					2
55	14ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência	1	1	2				4
56	14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - (14º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 2ª Promotoria de Fundações, Entidades de Interesse Social, 1ª e 2ª Defesa da Educação, 1ª e 2ª Itinerante	1	1					2

57	15ª CRIMINAL (15º Promotor de Justiça Criminal) 1º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal	1	1			1		3
58	15ª PROMOTORIA CÍVEL - 5º Promotor de Justiça de Família, 3ª vara da família	1	1					2
59	15ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência	1	1	1				3
60	15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - (15º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 2ª Promotoria Defesa do Meio Ambiente, 1ª e 2ª Defesa do Consumidor, 1ª e 3ª Defesa da Saúde)	1	1					2
61	16ª CRIMINAL - 16º Promotor de Justiça Criminal 2º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal	1	1			1		3
62	16ª PROMOTORIA CÍVEL - 6º Promotor de Justiça de Família, 3ª vara da família	1	1					2
63	16ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa do Idoso	1	1			1		3
64	16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - 16º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 2ª Defesa do Idoso, 1ª e 2ª Defesa da Pessoa com Deficiência, 1ª e 2ª Defesa da Mulher, Defesa dos Direitos Humanos	1	1					2
65	17ª CRIMINAL (17º Promotor de Justiça Criminal) 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal	1	1					2
66	17ª PROMOTORIA CÍVEL - 7º Promotor de Justiça de Família, 4ª vara da família	1	1					2
67	17ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa do Idoso	1	1					2

68	17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - 17º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 3ª Controle Externo da Atividade Policial, 1ª e 2ª Defesa da Ordem Tributária e Econômica, Justiça Militar	1						1
69	18ª PROMOTORIA CÍVEL - 8º Promotor de Justiça de Família, 4ª vara da família	1	1					2
70	18ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa da Saúde	1	2	1				4
71	18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - 18º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 4ª Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	1	1					2
72	18º Promotor de Justiça Criminal	1		1				2
73	19ª PROMOTORIA CÍVEL - 9º Promotor de Justiça de Família, 5ª vara da família	1	1					2
74	19ª Promotoria de Justiça Criminal 1º Promotor de Justiça Entorpecentes, 1ª vara de entorpecentes	1	1					2
75	19ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa da Saúde	1	1	1				3
76	19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - 19º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 6ª Defesa da Criança e Adolescente	1	1					2
77	20ª PROMOTORIA CÍVEL - 10º Promotor de Justiça de Família, 5ª vara da família	1	1					2
78	20ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor de Justiça Entorpecentes, 2ª vara de entorpecentes	1	1			1		3
79	20ª Promotoria de Justiça Especializada - 3º Promotor de Justiça de Defesa da Saúde	1	1	1				3

80	20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA SUBSTITUIÇÃO PLENA - 20º Promotor de Justiça Substituição Plena) 1ª e 6ª Defesa da Criança e Adolescente	1	1					2
81	21ª PROMOTORIA CÍVEL - 11º Promotor de Justiça de Família, 6ª vara da família	1	1					2
82	21ª Promotoria de Justiça Criminal 3º Promotor de Justiça Entorpecentes, 1ª vara de entorpecentes	1	1			1		3
83	21ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher	1	1					2
84	22ª PROMOTORIA CÍVEL - 12º Promotor de Justiça de Família, 6ª vara da família	1	1					2
85	22ª Promotoria de Justiça Criminal 4º Promotor de Justiças Entorpecentes, 2ª vara de entorpecentes	1	1			1		3
86	22ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher	1	1	1		1		4
87	23ª PROMOTORIA CÍVEL - 13º Promotor de Justiça de Família, 7ª vara da família	1		1				2
88	23ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor do Júri, 1ª vara do tribunal do júri	1	1			1		3
89	23ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial	1	1			1		3
90	24ª PROMOTORIA CÍVEL - 14º Promotor de Justiça de Família, 7ª vara da família							0
91	24ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor do Júri, 2ª vara do tribunal do júri	1	1					2
92	24ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial	1	1					2
93	25ª Promotoria de Justiça Criminal - 3º Promotor do Júri, 3ª vara do tribunal do júri	1	1					2



94	25ª Promotoria de Justiça Especializada - 3º Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial	1	1					2
95	26ª Promotoria de Justiça Criminal - 4º Promotor do Júri, 4ª vara do tribunal do júri	1		1				2
96	26ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	1	1	1				3
97	27ª Promotoria de Justiça Criminal - 5ª Promotor do Júri, 1ª vara do tribunal do júri, sentença de pronúncia	1		2		1		4
98	27ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	1	1					2
99	28ª Promotoria de Justiça Criminal - 6ª Promotor do Júri, 4ª vara do tribunal do júri, sentença de pronúncia	1	1			1		3
100	28ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	1	1					2
101	29ª Promotoria de Justiça Criminal - 7º Promotor do Júri, 2ª vara do tribunal do júri, sentença de pronúncia	1	1					2
102	29ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	1	1	2				4
103	30ª Promotoria de Justiça Criminal - 8ª Promotor do júri, 3ª vara do tribunal do júri, sentença de pronúncia	1	1			1		3
104	30ª Promotoria de Justiça Especializada - 3º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	1	1					2
105	31ª Promotoria de Justiça Criminal - 1º Promotor de Justiça de Execuções Penais, 1ª vara de execuções criminais, fiscalização de presídios	1	1					2

106	31ª Promotoria de Justiça Especializada - 4º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	1	1					2
107	32ª Promotoria de justiça criminal 2º Promotor de Justiça de Execuções Penais, 2ª vara de execuções criminais, casas de detenção e custódia, fiscalização de casas de albergado	1	1					2
108	32ª Promotoria de Justiça Especializada - 1º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1	3	1	2		8
109	33ª Promotoria de Justiça Criminal - 3º Promotor de Justiça de Execuções Penais, 1ª vara de execuções criminais, fiscalização de presídios	1	1					2
110	33ª Promotoria de Justiça Especializada - 2º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1					2
111	34ª Promotoria de Justiça Criminal - 4º Promotor de Justiça de Execuções Penais, 2ª vara de execuções criminais, casas de detenção e custódia, fiscalização de casas de albergados	1	1					2
112	34ª Promotoria de Justiça Especializada - 3º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1					2
113	35ª Promotoria de Justiça Especializada - 4º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1	5		2		9
114	36ª Promotoria de Justiça Especializada - 5º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1					2
115	37ª Promotoria de Justiça Especializada - 6º Promotor de Justiça Infância e Juventude	1	1	1				3
116	38ª Promotoria de Justiça Especializada Conflitos Agrários (1º Promotor de Justiça de Conflitos Agrários	1	1					2
117	39ª Promotoria de Justiça Especializada Conflitos Agrários (2º Promotor de Justiça de Conflitos Agrários	1	1					2
118	ASSESSORIA TÉCNICA			3		1		4

119	CENTRAL DE IN- QUÉRITO					1		1
120	DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		1	8	20	1	12	42
121	NUCLEO EXE- CUÇÃO DE MAN- DADOS			9				9
122	NUCLEO PSICOS- SOCIAL			6		6		12
123	PROMOTORIAS DA INFÂNCIA E JU- VENTUDE (33ª, 34ª E 37ª PROMOTO- RIAS)		1		1	2		4
124	PROTOCOLO		2	8	2	2		14
125	INFORMÁTICA				1			1
126	SETOR MÉDICO				1			1
	TOTAL	116	111	78	30	45	12	392

**c) Os dados da tabela acima permitem identificar:**

**c.1)** um volume significativo de servidores cedidos a disposição do MPMA, nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado.

**c.2)** uma diferença de informação entre as informações prestadas referente as Promotorias de Justiça do Estado e a planilha que detalha os números da Comarca de São Luís. (Membros 117x116, comissionados 117x111, Servidores 228x78, Estagiários 92x30, Servidor a Disposição 105x45, terceirizados 146x12).

**c.3)** Embora o Estado do Maranhão apresente 6.574.789 habitantes e São Luís 1.014.837 habitantes (IBGE 2010), ou seja 15,44% da população, a distribuição da força de trabalho é concentrada na capital.

**17.3.2. Folha de Pagamento**

Na análise da folha de pagamento ficou identificado o pagamento de verbas de exercícios anteriores, detalhadas a seguir.

**Processo Administrativo: 167/AD/2013 v1**

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

Assunto: Conversão em pecúnia de um terço das férias para membros do MPMA.

**Processo Administrativo: 6286AD/2013**

Interessado: Selene Lacerda Coelho

Assunto: Reintegração em seu subsídio da Gratificação de função de 30%, por ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça Adjunto

**Processo Administrativo: 6309/AD/2013**

Interessado: Francisco das Chagas Barros de Sousa

Assunto: Reintegração em seu subsídio da Gratificação de função de 30%, por ter exercido o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público.

**Processo Administrativo: 675/AD/2013**

Interessado: Regina Lúcia de Almeida Rocha

Assunto: Reintegração em seu subsídio da Gratificação de função de 30%, por ter exercido o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público.

**Processo Administrativo: 6017AD/2013 Vol. 1**

Interessado: Krishnamurti Lopes Mendes França

Assunto: Reintegração em seu subsídio da Gratificação de função de 30%, por ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça

**Processo Administrativo: 10627/2014 Vol. 1**

Interessado: STF

Assunto: Suspensão de pagamento de 40% de gratificação de subsídio pelo exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça da Procuradora Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

**Processo Administrativo: 3181AD/2014**

Interessado: TJMA

Assunto: Liminar fixando o prazo de 48 horas para que se proceda a reincorporação da função pelo exercício do cargo de Corregedor-Geral do MPMA, pelo impetrante Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

**Processo Administrativo: 5282AD/2013**

Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Assunto: Embargos de Declaração

**Processo Administrativo: 1100AD/2012**

Interessado: Comissão Especial criada para analisar o Pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE

Assunto: PAE

**Processo Administrativo: 168AD/2013**

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

Assunto: Auxílio Alimentação

**Processo Administrativo: 2445AD/2009**

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

Assunto: Auxílio Moradia: Termo de Transação Extrajudicial, homologado por sentença judicial

**Processo Administrativo: 2442Ad/2014**

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão

Assunto: Compensação de Imposto de Renda.

**Processo Administrativo: 5084/AD/2014**

Interessado: Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Assunto: Reintegração em seu subsídio da Gratificação de função de 40%, por ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça

Em relação aos processos analisados, o coordenador da folha de pagamento prestou as seguintes informações:

Processo	Assunto	Valor devido	Valor pago	Saldo devedor	Obs.:
6017AD/2013	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procurador de Justiça Krishnamurth Lopes Mendes França	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos.
675AD/2013	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procuradora de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos.
6309AD/2013	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos.
167AD/2013	Conversão em Pecúnia das Férias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Pleiteado o Direito à Conversão em Pecúnia de 1/3 das férias. Concedido e regulamentado o direito. Sem valores retroativos.
2445AD/2009	Auxílio-moradia a título de indenização por perdas e danos. Termo de Transação Extrajudicial.	R\$ 58.431.946,46	Quitado	R\$ 0,00	-
168AD/2013	Auxílio-alimentação Retroativo.	R\$ 10.702.671,66	R\$ 10.574.646,18	R\$ 128.025,48	Saldo devedor corresponde a valores de membros que, por estarem exonerados, não faziam mais parte do quadro de sócios da AMPEM e que estão sendo pagos mediante requerimento individual. Os valores correspondentes aos membros da casa já foram quitados.
10627AD/2014 5084/AD/2014	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos; atualmente retirada do contracheque em vista da decisão judicial em vigor.
3181AD/2014	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos.
5282AD/2013	Reintegração de Gratificação (VPNI) – Procurador de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Determinada somente a incorporação, limitada ao teto, sem pagamento de retroativos. Procurador pediu atualização pelo valor percentual com base no subsídio.

2442AD/2014	Cumprimento de Decisão Judicial – Compensação de Imposto de Renda	R\$ 6.000.494,48	R\$ 5.767.324,04	R\$ 233.170,44	Implantado em folha sob a verba 223 – Compensação de Imposto de Renda, na forma de crédito correspondente ao valor do imposto de renda calculado para o mês de referência, gradativamente, até acabar o saldo individual de cada beneficiário. Saldo devedor corresponde a membros que optaram por aguardar o trânsito em julgado da demanda ou a membros que entraram com ação individual posterior à ação geral impetrada pela AMPEM.
1100AD/2012	PAE – Parcela Autônoma de Equivalência	R\$ 132.470.237,21	R\$ 53.120.951,37	R\$ 79.349.285,84	Saldo devedor em execução, restando 51 parcelas a pagar.

#### 17.3.2.1. Evidências encontradas:

a) Não foi prestada informação sobre o processo 6286AD/2013.

b) O Procurador de Justiça Krishamurti Lopes Mendes França, em 16 de julho de 2013, entrou com Processo Administrativo 6017AD/2013, requerendo a reintegração da gratificação de Procurador-Geral de Justiça Adjunto e as diferenças de atrasado. Sem esperar decisão administrativa ingressou com ação ordinária n. 43927/2013, no dia 19/07/2013, para pagamento de R\$ 545.417,59, a título de retroativo e não pago administrativamente. Obteve decisão favorável em 22/07/2014. Foram beneficiados com esta decisão os demais membros que já ocuparam cargos na Administração Superior da Instituição.

c) Verbas analisadas no sistema de folha de pagamento consideradas irregulares:

**c.1) Gratificação de Risco de Vida.** O art. 91 da Lei 6.107 de 27 de julho de 1994 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, define que pela execução do trabalho de natureza especial com risco de vida será concedido uma gratificação no percentual de 100% sobre o vencimento aos servidores: “VI – ocupantes de cargo de Vigia do Grupo Apoio Administrativo e Operacional, no efetivo exercício da função de vigilância de prédios públicos.” Embora a regra seja objetiva em relação a sua concessão, foram observados o pagamento mensal desta verba para os seguintes servidores, sem a necessária comprovação de que estariam em disfunção fazendo serviço de vigilância.

Ordem	Nome	Cargo	Gratificação	Valor
1	ADEMARIO PENHA DE OLIVEIRA	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
2	ADENILDES BARBOSA DE SOUSA	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
3	ADENILZA CRISTINA MARINHO DA SILVA	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
4	ADILSON DINIZ FERREIRA JUNIOR	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
5	ADRIANA DE CARVALHO BRITO	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
6	ADSON ANTONIO PORTELA PINTO	Técnico Ministerial	Gratificação de Risco de Vida	1.157,29



7	AGNALDO DINIZ	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
8	AGUINALDO DA SILVA PORTO NETO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
9	ALCIONARIO FEITOSA SIMÕES	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	775,09
10	ALESSANDRO FRANK DE CASTRO E SOU- SA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
11	ALEXANDRE BRITO ARAÚJO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
12	ÁLVARO BANDEIRA DE ARAÚJO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
13	AMANDA DOS SANTOS SOUSA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
14	ANDERSON SILVA PEREIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
15	ANDREIA FRANÇA SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
16	ANTONIO REGINALDO FERNANDES FA- RIAS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
17	ANTONIO RODRIGUES BARBOSA JÚ- NIOR	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
18	ANTONIO TRAJANO SOUSA JUNIOR	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
19	ARIADNE MARIA DE CASTRO LIMA CAR- DOSO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
20	CAROLINE LIEBL	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
21	CHRISTIANY NUNES PESSOA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
22	CLAUDIO LUIS LIMA E SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	813,09
23	CLAUDIO PIRES ERICEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
24	CLAUNISIO AMORIM CARVALHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
25	CLECIO CARDOSO DA SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
26	CONCEIÇÃO DE MARIA VIANA EGYPTO FELIX	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
27	CRISTIANO ANDRÉ CARVALHO RÊGO CARDOSO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
28	CYNTIA MARA LEAL DE SOUSA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	781,82
29	DANIEL DOURADO BARROS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
30	DANIEL MARCOS DA PAZ MATOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.112,77
31	DANILLO WENDELL RAPOSO DE CARVA- LHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
32	DANILO MOURA MENDES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
33	DAVI SARAIVA NORONHA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
34	DAZIEL FACURE CUTRIM	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
35	DENERVAL QUIRINO NASCIMENTO	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
36	DEYVID ANTONIO LOPES CHAVES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
37	DIEGO BARBOSA CAVALCANTE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
38	DIOGO PEREIRA DE CARVALHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
39	DIVINA BRITO DE ANDRADE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
40	EDILSON LINDOSO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
41	EDIZ DA COSTA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
42	EDLAYNNE DA SILVA DANTAS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
43	EDUARDO COSTA PACHÊCO JÚNIOR	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
44	ELIELSON LIMA BARBOSA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84

45	ELISSANDRO DE JESUS MACHADO FERREIRA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
46	EMERSON SILVA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
47	ERICK MARTINS COELHO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
48	ERIVELTON GOMES BORGES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
49	EVANDRO OLIVEIRA MACIEL	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
50	EZEQUIAS MESQUITA LOPES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.069,98
51	FABIA PINHEIRO DE MORAES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.157,29
52	FÁBIO DA SILVA FURTADO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
53	FÁBIO DE OLIVEIRA NUNES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
54	FÁBIO LUIS VIANA COSTA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
55	FABIO MIRANDA BARROS	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
56	FELIPE JOSÉ SALGUEIRO FIGUEREDO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
57	FERNANDA SHEYLA DE SOUSA CASTRO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
58	FERNANDO AMERICO COSTA RIBEIRO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
59	FILIPE GADELHA DIOGENES FORTES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
60	FLAVIA FERNANDA FERREIRA SILVA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	813,09
61	FLÁVIO BELFORT CARVALHO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
62	FRANCISCA LARUSSA PINHO DE AGUIAR DA SILVA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.069,98
63	FRANCISCA RAQUEL SILVA NAVA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.157,29
64	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DE FREITAS	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
65	FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO DE ANDRADE	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
66	FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
67	FRANCISCO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
68	GENIVAN AYRES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
69	GILSON SANTOS LIMA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	890,33
70	GIOTTO HERNANDES NEVES LIMA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
71	GIUZEPP RODRIGUES DE MIRANDA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
72	HENRIQUE GUILHON DE PAULA FERREIRA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
73	HUGO LEONARDO NERO SANTOS	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
74	IRISLANDA MENDES GALVAO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
75	ISAIAS CASTRO OLIVEIRA NETO	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
76	ÍTALO ROMELSON SILVA SANTOS	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
77	JADILSON COSTA DE ABREU	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
78	JAMES WILLIAN DE SOUZA GUEDES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
79	JEFFERSON DAYVID LIMA DE SENA ROSA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
80	JEFFERSON TORQUATO DA COSTA FRANÇA	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
81	JERONIMO DE SOUSA ALVES	Técnico	Minis-terial	Gratificação de Risco de Vida	1.157,29

82	JOACY PINHEIRO COELHO SOBRINHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
83	JOANILCE GUSMÃO MOTA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
84	JOATHAN CARLOS DE SOUZA RIPARDO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
85	JOEL RODRIGUES DA SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
86	JONAS FERNANDES DE OLIVEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
87	JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
88	JOSE MARIANO REIS LOPES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.069,98
89	JOSÉ RIBAMAR NUNES SOARES	Requisitado		Gratificação de Risco de Vida	1.036,34
90	JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES DE MORAIS FILHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
91	JOSELICE DE SOUSA GONÇALVES PEREIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	813,09
92	JUDSON ALVES DOS SANTOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
93	JULIO CESAR FERREIRA MATOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
94	KATLYN DANIELLE TEIXEIRA NOGUEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
95	LEILKER MOREIRA BRASIL	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
96	LETICIA SOARES BEZERRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
97	LILHIANE BOTÃO SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
98	LISANDRA GUEDES FERNANDES FELIPE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
99	LUCIANA MARIA CARVALHO LIMA DO NASCIMENTO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
100	LUCIANO ALVES DOS SANTOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
101	LUIS CARLOS ATAIDE PASSOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
102	LUIS CARLOS DINIZ	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
103	LUIZ CLÁUDIO PRADO DE ALMEIDA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
104	LUIZA MONTEIRO LYRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
105	MAGDA KELLY LIMA DE QUEIROZ	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
106	MANOEL CARLOS SERRÃO	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
107	MARCELO FIGUEIREDO GOMES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
108	MÁRCIA CRISTINA FIGUEIRÊDO GOMES BERRÊDO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
109	MARCIO PATRIZIO MATOS SANTOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
110	MARCOS ANDRE VIANA DA SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
111	MARCOS PAULO LEITE SOARES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
112	MARCUS PERIKS BARBOSA KRAUSE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
113	MARIA APARECIDA CHAVES COSTA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
114	MARIA IVONE DOS SANTOS RIBEIRO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
115	MARICELIA FERREIRA SILVA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
116	MARILURDES SOUSA PEREIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
117	MARILZA SILVA BEZERRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.112,77
118	MARTA ANDREIA SOARES DE SOUSA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62

119	MARVIA NASCIMENTO SOUSA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20
120	MAURO LEITE BRAGA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
121	MAX DOUGLAS BEZERRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.028,82
122	MAYLTON RODRIGUES DE MIRANDA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
123	MIERCIO DE BRITO CUTRIM	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
124	MIRIAN RIBEIRO COSTA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.157,29
125	NELSON DIAS DOS SANTOS	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
126	PATRICIO RIBEIRO FELIX	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	879,44
127	PAULO RICARDO MACIEIRA SAMPAIO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
128	PEDRO MOYSES DA SILVA FILHO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
129	RAFAEL JAIRO VIEGAS CORREA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	845,62
130	RAFAEL SOBRINHO MACEDO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
131	RAIMUNDO AQUILES MONTEIRO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
132	RAIMUNDO GONÇALVES REIS	Requisitado		Gratificação de Risco de Vida	1.036,34
133	REVERSON PEDRO BOTENTUIT DE ASSIS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
134	RHANDER LIMA TEIXEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
135	RICARDO SANTANA PACHECO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.251,72
136	ROBERTA MOURA ROCHA SANTOS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
137	ROBERVAL COSTA LIMA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	813,09
138	ROGÉRIO SOUSA LIMA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	1.069,98
139	RONDINELE SOUSA LEITE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
140	ROSEANE DE SOUSA OLIVEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	751,75
141	SAMIA MARIA VERRY CARNEIRO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
142	SHEILA MACIEL DE MELO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
143	TALITA PAULO DE BARROS MACIEL	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
144	THIAGO CAVALCANTE GOMES	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
145	TIAGO FRANKLIN LOPES CALISTO	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
146	VALQUÍRIA CORREA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	914,62
147	VICENTE DE PAULO ALVES DE SOUSA	Auxiliar	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida (Vigia)	943,02
148	VICTOR EMANUELL GALLAS FERREIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
149	VIVIA VALERIA MOTA OLIVEIRA	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
150	VIVIAN PESSOA ALENCAR	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
151	WELSON OLIVEIRA AMORIM	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	989,25
152	WERNER SOLLE	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	722,84
153	WLLIANA SAID TAJRA CALDAS	Técnico	Minis- terial	Gratificação de Risco de Vida	951,20

**c.2) Adicional de Insalubridade.** Foi identificado o pagamento de adicional de insalubridade para os servidores a seguir relacionados, sem a apresentação de norma legal para o pagamento, assim como a motivação para o mesmo.

Ordem	Nome	Cargo	Verba	Valor
1	AGUIDA NETA VILA NOVA SOARES	Assessor Técnico III	Adicional de Insalubridade	1.001,93
2	ALEXANDRE DE ARAUJO ALVES	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.877,58
3	ANA LIRA SANTANA DOS SANTOS	Auxiliar Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.508,83
4	CLAUDIO COSTA ARAUJO	Requisitado	Adicional de Insalubridade	413,48
5	DJALMA LOPES BARBOSA	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.503,44
6	EDI PIRES DE LIMA	Requisitado	Adicional de Insalubridade	413,48
7	ESTEVAM CARLOS DE OLIVEIRA LULA	Analista Ministerial	Adicional de Insalubridade	3.006,07
8	FERNANDO ESSER OLIVEIRA	Requisitado	Adicional de Insalubridade	330,34
9	FRANCISCO DE SALES CORREIA	Requisitado	Adicional de Insalubridade	414,54
10	GERMANA BRITO SOARES	Analista Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.375,74
11	GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.758,88
12	JAMES NUNES LIMA	Auxiliar Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.131,62
13	JOÃO JOSE MARAMALDO	Auxiliar Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.508,83
14	JOISE DE MORAES ARAGÃO	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.483,88
15	JULIA GARCEZ BARBOSA	Requisitado	Adicional de Insalubridade	310,11
16	LAUBER JOSE DOS S. ALMEIDA JUNIOR	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.084,25
17	LEIDIANE COSTA NASCIMENTO	Chefe de Seção	Adicional de Insalubridade	1.001,93
18	LOURENÇO NILO TEIXEIRA	Requisitado	Adicional de Insalubridade	310,11
19	LUIZ ANTONIO ALVES DE ARAUJO	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.503,44
20	MARCO ANTONIO PINTO AMORIM	Auxiliar Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.508,83
21	MARCONE FABIANO DE ANDRADE SANTOS	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.483,88
22	MARCONI SATUF AMARAL	Analista Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.672,38
23	MARIA DA GRAÇA CARDOSO DE MELO	Requisitado	Adicional de Insalubridade	217,20
24	ROBERT BARROS DOS SANTOS	Auxiliar Ministerial	Adicional de Insalubridade	1.508,83
25	RODOLFO VIEIRA SILVA	Analista Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.672,38
26	ROGERIO ALEX PEREIRA ABREU	Técnico Ministerial	Adicional de Insalubridade	2.057,64

### 17.3.3. Sistema de Recursos Humanos

**a)** Constatado que o Sistema de Recursos Humanos não registra em campo específico as conversões de férias e licença prêmio em pecúnia. Este procedimento fica registrado em planilha, com alimentação manual e sem qualquer tipo de segurança em relação a inclusão ou exclusão de dados.

**b)** Constatado que existem 7.594 dias de férias não gozadas por Procuradores de Justiça e 45.310 dias por Promotores de Justiça, até o período da Inspeção.

**c)** Constatado no registro de ponto diário dos servidores do MPMA, a prática de registro de horas adicionais para o “Banco de Horas”, com autorização da chefia. O sistema permite que o registro de 15 minutos na entrada e na saída possam ser contabilizadas para o banco de horas, totalizando 30 minutos dia. Estes registros permitem que sejam acumulados no mês de 22 dias úteis, até 11 horas, ou seja, aproximadamente dois dias de trabalho para gozo oportuno.

**d)** Identificado que desde 2009 as declarações relacionadas ao Nepotismo (Resolução 37/2009), não estão sendo entregues e tão pouco atualizadas. Contudo, foi constatado que através do Ofício Circular n. 28/GPGJ, de 03 de novembro de 2014, foi expedido um pedido de informação, com prazo de 10 (dez) dias para o envio de informações. Durante o período de Inspeção nenhuma ficha atualizada havia sido encaminhada.

**e)** Constatado 55.833,95 horas, sem registro, no período de janeiro a novembro de 2014, no banco de dados do sistema de registro de ponto dos servidores, sem qualquer tipo de ação para inibir esta prática de não registrar o ponto pelos servidores.



- f) Constatado a ausência de entrega de relação atualizada de bens de membros e servidores ocupantes de cargo em Comissão para o setor de recursos humanos na forma da legislação vigente.
- g) Constatado o pagamento de “Gratificação de Risco de Vida” parra 153 servidores e de “Insalubridade” para 26 servidores, sem que fosse apresentado, as motivações específicas para cada uma das concessões.
- h) Constatado um volume expressivo de dias de férias e de licença prêmio para serem gozados. Esta situação identificada gera um passivo financeiro para o MPMA, que precisa identificado e gerenciado.

## 17.4. ADMINISTRAÇÃO

A área administrativa do Ministério Público do Estado Maranhão possui organograma definido e publicado na página do Órgão, contudo inexistem fluxogramas e manuais para alguns setores administrativos.

### 17.4.1. LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Comissão de Licitação está ligada funcionalmente ao Gabinete do Procurador Geral de Justiça, de acordo com o Ato Regulamentar nº 020/2008:

*“Art. 94 Compete à Comissão Permanente de Licitação, vinculada diretamente ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça:*

- I – elaborar a minuta de atos convocatórios inerentes à licitação;*
- II – controlar e coordenar o registro de todas as fases dos procedimentos licitatórios;*
- III – acompanhar a elaboração de termos de referência em todas as áreas do Ministério Público;*
- IV – acompanhar a programação de aquisição de materiais e as contratações de serviços de terceiros;*
- V – manter o controle da atualização dos dados cadastrais de fornecedores;*
- VI – providenciar a publicação de avisos de licitação e de outros atos previstos em lei;*
- VII – acompanhar os prazos de vigência dos contratos;*
- VIII – manter e atualizar o registro de contratos firmados;*
- IX – exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Comissão.*

*Parágrafo Único. Aos servidores ocupantes da Função Comissionada de Pregoeiros, vinculados à presidência da Comissão permanente de Licitação, competem as atribuições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002*

*(Acrescentando pelo Ato Regulamentar nº 16/2012- GPGJ, de 24 de setembro de 2012).”*

A Comissão Permanente de Licitação está organizada, conforme Portaria nº 3948/2014 – GPGJA, publicada em 18 de junho de 2014.

CPL	Servidor	Formação Profissional	Cargo
Presidente	Vicimir Teixeira Mota Fontenelle	Ciências Contábeis, especialização em Administração Pública	Analista Ministerial Área Contábil
Membros	Francisco de Assis Martins Queiroz	Ciências Econômicas	Técnico Ministerial
	Sérgio Henrique Ferreira da Silva	Licenciatura Plena em Matemática, cursando Direito	Técnico Ministerial
	João Carlos Almeida de Carvalho	Engenharia Elétrica	Técnico Ministerial – Execução de Mandados
	Afonso Clenício da Costa Silva	Direito e Biblioteconomia	Técnico Ministerial – Execução de Mandados
	Iandeyjara Araujo Silva	Direito	Técnico Ministerial – Execução de Mandados
	Marister Nunes de Oliveira	Direito	Técnico Ministerial – Área Administrativa
	José Lívio Marinho Lima	Administração, especialização em Gestão da Administração Pública	Analista Ministerial

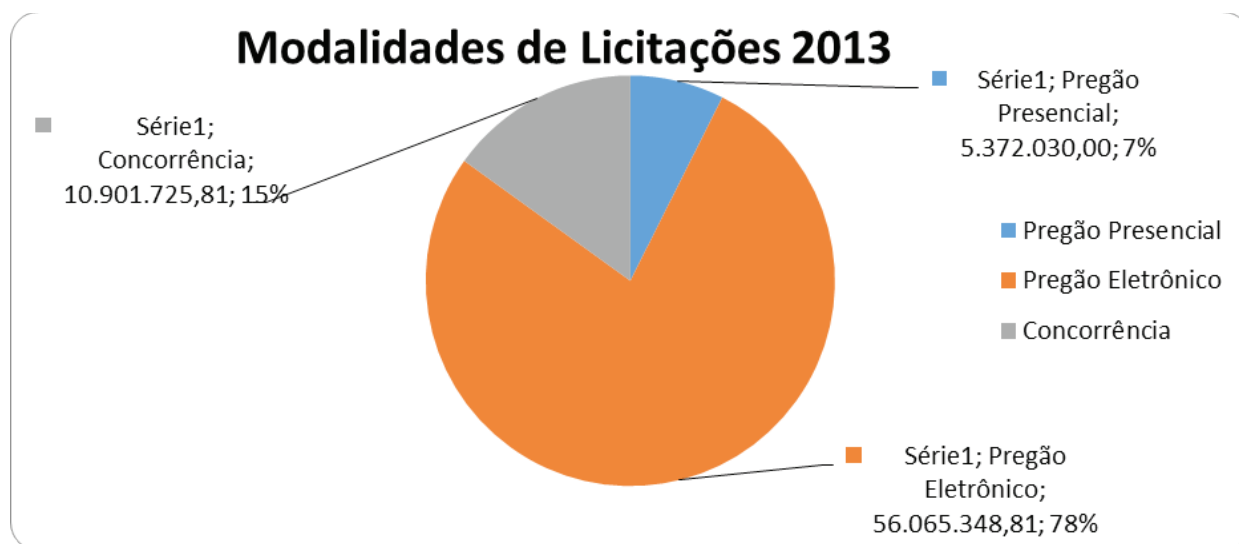


As comissões de licitação são instituídas mediante portaria da Procuradora-Geral de Justiça e obedecem ao critério de investidura estabelecido no Art. 51 da Lei 8.666/93.

O MPMA encontra-se com 81 contratos vigentes. Percebe-se a ausência de fiscais em 37 contratos. Importa-se ressaltar a importância da figura do fiscal e do gestor nos contratos, ambos pertencentes aos quadros da Administração, porém, o primeiro deve ser formalmente designado a acompanhar a execução do contrato e o segundo responsável pelas atribuições de tratar com o contratado, exigindo o cumprimento do pactuado.

A fiscalização não é mera faculdade, trata-se de um dever, é fundamental, conforme art. 58, III. O art. 67, da Lei 8666/93 determina que a execução do contrato deva ser acompanhada e fiscalizada por representante nomeado formalmente para a execução do contrato.

O gráfico a seguir demonstra os dispêndios por modalidade de licitação realizados no ano de 2013:



Percebe-se no ano de 2013 aumento no dispêndio de Pregão Eletrônico, seguido de Concorrência.

#### 17.4.2. ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

As unidades de almoxarifado e Patrimônio encontram-se subordinadas à Coordenadoria de Administração. A unidade de almoxarifado está composta por 05 (cinco) servidores e 03 (três) terceirizados, conforme tabela a seguir:

NOME	CARGO EFETIVO / FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO COMISSIONADA
Alexandre de Araújo Alves	Téc. Ministerial	Chefe da seção de material
Djalma Lopes Barbosa	Téc. Ministerial	FC-02
Fernando Ésser Oliveira	Auxiliar de administração cedido	-
Francisco de Sales Correia	Auxiliar de serviços gerais cedido	-
James Nunes Lima	Auxiliar ministerial	FC-01
Reinaldo Luís Ferreira	Terceirizado	-
Francisco das Chagas Ferreira Lima Júnior	Terceirizado	-
Joedilson Dias Luzeiro	Terceirizado	-

O sistema de almoxarifado é próprio construído no MPMA, denominado de SOLMAT – Sistema de Solicitação de Material encontra-se na intranet, permitindo as requisições de materiais de consumo, bem como relatório de movimentação de almoxarifado: entradas, saídas e saldos, relatório de Notas Fiscais, relatório de estoque e relatório de solicitação por período de cada setor. Paralelamente utiliza-se o sistema do estado chamado de SIAGEM sistema do estado para almoxarifado e patrimônio. O inventário do almoxarifado é realizado semestralmente pela unidade conforme prevê o ato regulamentar nº 03/2014 – GPGJ que regulamenta o controle patrimonial de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão, vejamos:

*“Art. 57. A realização dos Inventários discriminados nos incisos II e V e art. 58, é de responsabilidade da Coordenadoria de Administração, através das Seções de Material de Patrimônio. §1º A realização do Inventário Anual de material permanente, e do Inventário Semestral de material de consumo previstos, respectivamente, nos incisos VI e VII do RT. 58, é de responsabilidade de Comissão, constituída por, no mínimo, três membros, designados por Portaria do Procurador- Geral de Justiça, podendo ser designado qualquer servidor desta Procuradoria, à exceção de servidor lotado na Assessoria de Auditoria Interna.”*

Dos testes realizados na semana da inspeção, foram selecionados 03 itens para checagem – café, resmas de A4 e tonner da marca SAMSUNG ML 3710, ocorrendo diferença de 02 (duas) unidades a maior no item tonner.

Os bens de consumo e de patrimônio são armazenados no imóvel localizado na **Rua Estrada da Vitória, nº 2409, Monte Castelo, galpões nº 18, 19, 20 e 25.**

A unidade de patrimônio encontra-se com 04 (quatro) servidores e 01 (um) estagiário, conforme tabela a seguir:

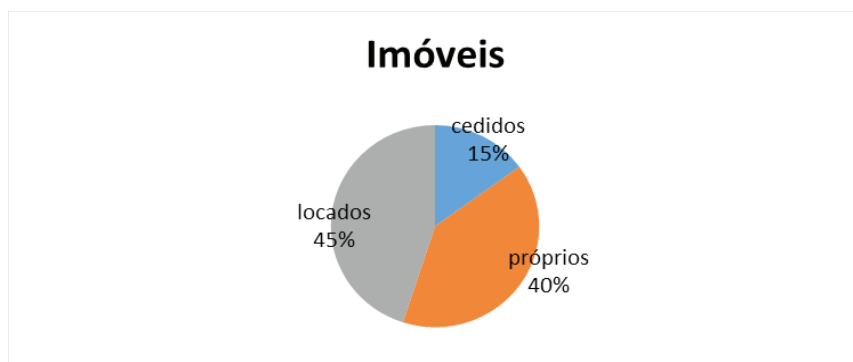
NOME	CARGO EFETIVO/ FUNÇÃO	CARGO/FUNÇÃO COMISSIONADA
Rosemiro Lima Setúbal	-	Chefe da Seção de Patrimônio
Marcone Fabiano de Andrade Santos	Téc. Ministerial	FC-01
João Pires Neto	-	Assessor Técnico III
Nilton da Silva Melo	Téc. Ministerial	FC-01
Jorge Fernando Carvalho Santos	Estagiário	-

O patrimônio não possui sistema próprio, utiliza o sistema do estado – SIAGEM, não sendo possível verificar a quantidade por item, sendo elaborado pela unidade em forma de EXCELL.

Atualmente o MPMA encontra-se realizando inventário de bens permanente. Na data 11/11/2014 e 20/11/2014 foram publicadas as Portarias nº 7091/2014 e nº 7302/2014 designando os servidores José Henrique Frazão Costa, Rafael Lima Moura, Mario Pinheiro de Moraes Neto, Ronald Silva Pereira, Alexsandro de Jesus Cutrim Silva, para a Comissão de Inventário de Materiais Permanentes do Ministério Público Estadual e designando a data de 01 a 30 de novembro de cada exercício financeiro a execução dos serviços de inventário.

### 17.4.3. IMÓVEIS

O MPMA possui 160 (cento e sessenta) imóveis. Destes, 24 (vinte e quatro) são cedidos, 64 (sessenta e quatro) próprios e 72 (setenta e dois) locados.



Conforme verificado, 21 (vinte e um) imóveis, das comarcas relacionadas abaixo, não se encontram averbados, quais sejam: Açailândia, Alto Parnaíba, Arari, Chapadinha, Governador Eugênio Barros, Grajaú, Guimarães, Itapecuru, Maracumé, Matinha, Montes Altos, Paraibano, Pindaré Mirim, Pinheiro, Pio XII, Santa Rita, São Luís Gonzaga, São Mateus, Turiaçu, Vargem Grande e Viana e 09 (nove) apresentam pendências na documentação segue abaixo:

Imóvel/ Localidade	Documentos
Bequimão	Imóvel doado ao MPMA, contudo não efetuada a transferência de propriedade no Registro de Imóveis.
Bom Jardim	Imóvel doado ao MPMA, contudo não efetuada a transferência de propriedade no Registro de Imóveis.
Presidente Dutra	Aguardando o envio de cópias da escritura pública de doação e de certidão atualizada na matrícula do imóvel solicitada à unidade ministerial local.
Santa Inês	Aguardando o envio de cópias da escritura pública de doação e de certidão atualizada na matrícula do imóvel solicitada à unidade ministerial local
Santa Rita	Aguardando o envio da escritura pública e certidão imobiliária atualizada de um terreno doado ao MP pelo o município de Santa Rita/ MA
Santo Antônio dos Lopes	Aguardando o envio da escritura pública e certidão imobiliária atualizada de um terreno doado ao MP pelo o município de Santo Antônio Lopes/ MA
São João Batista	Aguardando o envio da escritura de um terreno doado ao MP pelo o município de São João Batista/ MA
São Luís (sede da Procuradoria Geral de Justiça)	Aguardando a certidão atualizada da matrícula do imóvel solicitada junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital o processo de transferência do terreno doado pelo Estado do Maranhão para o patrimônio do MPMA.
São Luís (sede das Promotorias da Capital)	Tramitando no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital o processo de transferência do terreno doado pelo Estado do Maranhão ao Ministério Público do Maranhão, bem como a averbação da construção nele efetuada.

A averbação surge da necessidade de registrar a ocorrência de atos que modifiquem o status da propriedade ou do titular do domínio, corroborando com esse entendimento, dispõe o art. 246 e art. 167, III, da Lei 6.015/73.

Imóveis do Ministério Público Estadual do Maranhão encontram-se com os laudos de vistoria dos bombeiros nas cidades: São Luís, Imperatriz e Timon, contudo, observa-se que nos demais imóveis de outras comarcas inexistem laudos de vistoria dos bombeiros. Sobre o assunto, a unidade inspecionada declarou:

*“Oportunamente, informamos que as demais promotorias de justiça instaladas nas cidades do interior do Estado do Maranhão, não citadas anteriormente, em face da não obrigatoriedade de laudos quando de sua edificação, por possuírem áreas inferiores a 750 m<sup>2</sup>, conforme Artigo 4º, §2º, da Lei Estadual nº 6.546 de 29/12/1995.”*

*“Art. 4º O expediente relativo à Segurança Contra Incêndio e Pânico deverá tramitar no Corpo de Bombeiros obedecendo às seguintes normas:  
(...)”*

§2º Quando da necessidade de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico para as edificações construídas anteriormente à vigência deste Código, serão respeitadas as condições estruturais e arquitetônicas dos mesmos.”


Atualmente o MPMA encontra-se construindo nova PGJ, promotorias de Paço do Lumiar, Promotorias de Colinas, Promotorias da Capital e Promotorias de Imperatriz, estando 98%, 22,04%, 87,51%, 4,90% e 17,76%, respectivamente.

#### 17.4.4. VEÍCULOS

A unidade de transportes dispõe de 41 (quarenta e um) motoristas cedidos e 31 (trinta e um) motoristas terceirizados. A frota é própria totalizando 128 (cento e vinte e oito) veículos, sendo 126 (cento e vinte e seis) automóveis e 02 (duas) motos. A frota é regida pelo o Ato Regulamentar nº 06/2005 que dispõe sobre as formas de aquisição e utilização de veículos no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

Os veículos possuem seguros. As vistorias são realizadas as segundas e sextas no período da tarde. A guarda de veículos ocorre na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. No início dos trabalhos os carros cedem seus lugares para os carros dos membros, ficando na rua durante o dia.

O sistema de gerenciamento da frota chama-se VALE CARD, que permite a emissão dos seguintes relatórios: análise por motorista, CNH vencidas, abastecimento, kilometragem da frota, transação negada, demonstrativo de manutenção analítico e sintético, cotação pelo o sistema, vida útil de cada peça, faturamento sintético, composto e simples, orçamentos cancelados, itens de garantia, total de aprovados (quando aprovado o orçamento). A unidade gestora declarou que elabora relatórios gerenciais sobre a utilização dos veículos pertencentes à frota do MPMA, onde estão especificadas as quilometragens iniciais finais e percorridas em cada mês, abastecimentos, rendimento, custo de peças substituídas, custo de eventuais reparos e os serviços executados.

  
 ESTADO DO MARANHÃO  
 GOVERNADOR FALCÃO  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 COORDENADORIA DE FISCOS E DEPENDÊNCIAS  
 SEÇÃO DE TRANSPORTE

BOLETIM DE TRÁFEGO			VEÍCULO		PLACA	MOTORISTA		
			H1 Lux - SUV4 RR LUX		MAF-8128-04	MEIRELES		
DATA	ORIGEM		HORÁRIO DE SAÍDA	HODÔMETRO	DESTINO	HORÁRIO DE CHEGADA	HODÔMETRO	KM RODADO
10.10.14	M.	P. E	5:30	79.915	VIAJEM/Diversos	7:10	81.350	1435
20.10.14	u	u	5:30	81.350	Presidência Dutra	09:07	82.156	806
31.10.14	u	u	14:10	82.156	TURU/M.P.E	15:03	82.189	33 km
22.10.14	u	u	07:45	82.189	"	09:02	82.219	30 "
22.10.14	u	u	10:50	82.219	Diversos	12:10	82.246	27 "
22.10.14	u	u	13:40	82.246	TURU/M.P.E	16:14	82.274	28 "
23.10.14	u	u	07:50	82.274	"	09:10	82.310	36 "
23.10.14	u	u	14:30	82.310	"	15:52	82.373	63 "
24.10.14	u	u	07:50	82.373	"	09:17	82.403	30 "
24.10.14	u	u	15:01	82.403	"	16:13	82.421	

~~TOYOTA~~

VERIFICADOS	OBSERVAÇÕES OU ANORMALIDADES OCORRIDAS
AVARIAS NO VEÍCULO	Barras de grapple, Bastos Bous, Mirador, Presidência Dutra. 13/10/2014 a 18/10/2014
PNEUS	
ÓLEO-ÁGUA	
COMBUSTÍVEL	
OUTROS	Presidência Dutra 20.10.2014

#### 17.4.5. CONTROLE INTERNO

A Assessoria de Auditoria Interna foi criada pelo Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ (publicado no Diário Oficial - Poder Judiciário, em 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA – publicado no Diário Oficial - Poder Judiciário, em 16/05/2008).

O Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ determinou a extinção da Assessoria de Controle Interno e Auditoria, a criação da Assessoria de Controle Interno e da Assessoria de Auditoria Interna, bem como elencou suas atribuições e as dos cargos de Assessor-Chefe de Controle Interno e de Assessor-Chefe de Auditoria, nos seus artigos 1º., 2º., 3º., 9º., 10, 16 e 17, respectivamente. Precedendo o Ato em destaque, houve a criação do cargo de Assessor-Chefe de Auditoria e a transformação do cargo em comissão de Assessor-Chefe de Controle Interno e Auditoria no cargo de Assessor-Chefe de Controle Interno, de acordo com os artigos 8º. e 9º. da Lei Estadual nº. 9.517/2011 (publicada no Diário Oficial - Poder Executivo, em 06/12/2011), sendo que o provimento destes cargos dar-se-ia a partir de 01/01/2012, na forma do artigo 10 da referida Lei.

Atualmente a Assessoria de Auditoria Interna é composta por 03 (três) servidores.

Nome	Cargo/ Função	Formação Profissional
Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior	Assessor-Chefe de Auditoria	Ciências Contábeis/ Especialização Em Auditoria Contábil
Fábio Rafael Viana L. Da Silva	Assessor Técnico II	Ciências Contábeis / Ciências Econômicas/ Especialização Em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal
Raimundo João S. Azevedo Filho	Função de Confiança / Fc-01	-

A Assessoria de Controle Interno é composta por 08 (oito) servidores:

Nome	Cargo/ Função	Formação Profissional
Carmem Lígia Paixão Viana	Assessor Chefe do Contr. Interno	Ciências Contábeis/ Especialização em Contabilidade e Controladoria Pública
Maria Emília Martins Silva	Função de Confiança / Fc-01	Administração e Ciências contábeis/ Especialização em Contabilidade Controladoria Pública
Flávia Mendes Pereira		Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados/ Especialização em Contabilidade Controladoria Pública
Francisca Ferreira de Sousa		Ciências Contábeis/ Especialização em Contabilidade Controladoria Pública
Jadiel Fernandes França	Função de Confiança / Fc-02	Ciências Contábeis/ Especialização em Controladoria Auditoria e Perícia Contábil
Silvana Maria Nascimento de Carvalho	Função de Confiança / Fc-02	Ciências Contábeis/ Especialização em Gestão Pública
Alan Vasconcelos Santos		Economia/ Especialização em Estatística/ Mestrado em Economia e Doutorado em andamento
Albert Weyder M. da Silva	Função de Confiança / Fc-02	Economia/ Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria

A Assessoria de Controle Interno participa em todos os processos de pagamentos, não fazem controle de almoxarifado e patrimônio, bem como não elaboram relatórios gerenciais. Inexiste programa de capacitação para a Assessoria de Controle Interno, os cursos são concedidos de acordo com as solicitações dos servidores.

## 18. CONSTATAÇÕES DA ÁREA ADMINISTRATIVA

### 18.1. PLANEJAMENTO

O Questionário, anexo XIII, do CNMP, foi integralmente respondido pelo MPMA. As questões consideradas prioritárias e relevantes para a inspeção permitiram constatar:

a) Ausência de detalhamento da execução do processo de planejamento estratégico através de um Plano Geral de Atuação Anual – PGA, que permita identificar quais prioridades do planejamento estão sendo executadas em cada exercício, nos períodos de 2012 a 2014.

**18.1.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Plano Geral de Atuação Anual – PGA instrumento que visa identificar as prioridades do Planejamento Estratégico a serem executadas no período supramencionado, é elaborado no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça a partir das respostas enviadas pelas respectivas unidades administrativas do MPMA, bem como dos Centros de Apoio Operacional (CAOPs), por meio da solicitação da Diretoria Geral, que encaminha à Assessoria de Planejamento, bem como à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para consolidação e compatibilização com a proposta orçamentária anual. Tal documento é utilizado como instrumento de planejamento interno do órgão, contudo a partir desse ano, por solicitação da Administração Superior do Ministério Público passa a ser publicizado nos canais de divulgação da instituição, podendo ser acessado no link: [http://www.mpma.mp.br/index.php/component/view\\_up\\_arquivos/?view=view\\_up\\_arquivos&tabela=up\\_arquivos&id\\_tipo=34&tipo\\_visualizacao=3&Itemid=440](http://www.mpma.mp.br/index.php/component/view_up_arquivos/?view=view_up_arquivos&tabela=up_arquivos&id_tipo=34&tipo_visualizacao=3&Itemid=440)

b) Ausência de Relatório de Gestão Institucional anual, no qual a Administração Superior preste contas para a sociedade e para seus membros e servidores, dos resultados alcançados frente as ações planejadas para o exercício, nos períodos de 2012 e 2013.

**18.1.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** No âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, os relatórios de Gestão Institucional são denominados de Relatórios Anuais de Atividades, e estão disponíveis no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no seguinte endereço: [http://www.mpma.mp.br/index.php/component/view\\_up\\_arquivos/?view=view\\_up\\_arquivos&tabela=up\\_arquivos&id\\_tipo=35&tipo\\_visualizacao=3&Itemid=443](http://www.mpma.mp.br/index.php/component/view_up_arquivos/?view=view_up_arquivos&tabela=up_arquivos&id_tipo=35&tipo_visualizacao=3&Itemid=443)

Nesse link é possível acessar os relatórios relativos aos anos supracitados, com as informações acerca das ações e resultados alcançados pelo órgão no exercício de suas funções, tanto as da área meio como da área-fim.





c) Ausência de publicação no Portal Transparência das ações de planejamento realizadas durante o exercício.

**18.1.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Reconhecemos que as ações de planejamento ainda não estão sendo divulgadas no Portal da Transparência, mas passarão a ser, a partir da revisão do Planejamento Estratégico e da elaboração do novo plano, previsto para acontecer a partir do segundo semestre de 2015, por meio de contratação de consultoria especializada. Também está em curso a Assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio do Departamento de Administração e da Vice-Reitoria, que em reunião com o Diretor-Geral do Ministério Público se dispuseram em contribuir nesse processo de revisão e construção do novo Planejamento Estratégico institucional.

d) Ausência de justificativa da não execução de 10 das 30 metas fixadas no Planejamento estratégico.

**18.1.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Planejamento Estratégico está em fase de revisão e o relatório de acompanhamento das metas está em construção, onde aponta o cumprimento e/ou não das metas, apresentando as ações e estratégias para correção das mesmas. Vislumbra-se a conclusão desse processo de revisão para o mês de agosto de 2015. Sem prejuízo do trabalho de revisão, apresenta-se em abaixo, o Relatório Preliminar de Monitoramento das Ações do Planejamento Estratégico, atualizadas até o mês de junho de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTADO DO MARANHÃO

Procuradoria Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO GERAL

MISSÃO

Promover a efetivação do Estado Democrático de Direito, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Destacar-se como instituição eficiente na defesa do Estado Democrático de Direito e na garantia da justiça social e da cidadania.

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS AÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012 - 2016

PERSPECTIVA:

RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS

TEMA:

FINANCEIRO

OBJETIVO	Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários	INDICADOR	Gestão dos recursos extra-orçamentários
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Desenvolver ações voltadas na captação e gestão de recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários, para viabilizar o custeio da Instituição e a execução dos projetos estratégicos	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Demonstrar o recurso extra-orçamentário captado e realizado para o devido fim
PROJETOS PREVISTOS	RECURSOS JÁ!		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>No período de 2012 e 2014, foi elaborados 04 (quatro) projetos visando a captação de recursos extraorçamentários para melhoria da infraestrutura de Unidades do MPMA. Em 2014, foram elaborados e apresentados à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão dois projetos de Modernização das instalações das sedes da nova PGJ-MA e do prédio das Promotorias da Capital, sendo: um no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais) na área de cabeamento lógico e segurança institucional (sede nova da PGJ); e outro de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), de climatização (PROMOCAP). O governo do Estado aprovou os projetos, contudo autorizou, inicialmente, a liberação dos recursos apenas para o cabeamento lógico e segurança institucional da nova sede da PGJ por meio de crédito suplementar ao orçamento de 2015, no valor de R\$ 13 milhões. No biênio 2013/2014, foram negociados 02 (dois) projetos junto Ministério da Justiça, dentro do Programa de Democratização do Acesso à Justiça, por meio de inserção no SICONV. Um com recursos oriundos de emenda parlamentar da bancada maranhense no Congresso Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), para aquisição de equipamentos de informática e segurança institucional. O projeto foi aprovado no MJ, contudo o recurso foi contingenciado pelo Ministério do Planejamento, em 2013. O outro projeto elaborado e aprovado junto ao Ministério da Justiça foi o de implantação de um Núcleo de Mediação de Conflitos em São Luís junto ao Ministério da Justiça, no valor de R\$ 187.887,93 (cento e oitenta e sete mil oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos), deste a contrapartida do MPMA é de R\$ 18.788,79 (dezoito mil setecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos). Os recursos foram empenhados em 2014 e serão liberados para execução a partir de 2015, em 02 (duas) parcelas, conforme o Convênio Nº 812710/2014, Processo Nº 08025002425201491 formalizado entre o MPMA e o MJ, publicado no DOU Nº 14, de 21 de janeiro de 2015.</p>		

OBJETIVO	Garantir captação e gestão de recursos orçamentários e extra-orçamentários	INDICADOR	Desempenho da gestão orçamentária estratégica
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Desenvolver ações voltadas na captação e gestão de recursos financeiros orçamentários e extraorçamentários, para viabilizar o custeio da Instituição e a execução dos projetos estratégicos	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Controlar o orçamento previsto e o realizado no período estimado para as ações do mapa, principalmente aqueles objetivos que beneficiam toda a organização.
PROJETOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>Em 2012, o orçamento do MP foi de R\$ 255.318.931,21 e a sua execução foi de 92,84%; Em 2013, o orçamento do MPMA foi de R\$ 364.547.016,94 e a sua execução foi de 89,77%. Em 2014 o orçamento foi de R\$ 340.081.415,00 e sua execução foi de 94,91%.</p>		

PERSPECTIVA:	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
TEMA:	INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA		
OBJETIVO	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do MP	INDICADOR	Sistema único e integrado
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Implantar sistemas e banco de dados que atendam às necessidades do Ministério Público com foco na segurança da informação, comunicação de dados e inovação tecnológica, de forma permitir o acesso às informações entre as diversas áreas de atuação.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Garantir sistema único ou integrado tanto da área meio quanto da área fim. Garantindo que as pessoas tenham acesso às informações necessárias para sua atividade.
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS ARQUIMEDES		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	O Sistema Arquimedes foi substituído pelo SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público), voltado para a atividade fim, que está em fase de implantação no âmbito do MPMA. Na 1ª fase o sistema foi implantado em 119 Promotorias de Justiça da Capital, 06 na Comarca de São José de Ribamar, 03 em Paço do Lumiar, 01 na Raposa, 19 em Imperatriz, 10 em Timon, 05 em Açailândia, 02 em Santa Luzia, 07 em Caxias e nas 31 Procuradorias de Justiça, com a realização de capacitações e treinamentos para membros e servidores. Também foram capacitados servidores e assessores dos setores de protocolo da PGJ e Diretoria da Capital, Centros de Apoio Operacional (CAOps), Assessoria Especial e Técnica. O SIMP foi desenvolvido utilizando a tabela de taxonomia do CNMP. No âmbito da atividade meio, está em fase de homologação com previsão de funcionamento os módulos integrados de RH, Folha de Pagamentos, Protocolo, desenvolvido por uma empresa de fabricação de software licitada pela PGJ-MA. Também está em fase de teste a implantação do DIGIDOC, software de movimentação processual, cedido pelo TJ-MA, por meio de Termo de Cooperação Técnica com o MPMA.		

OBJETIVO	Garantir sistemas de informação e bases de dados que suportem a atuação do MP	INDICADOR	Infraestrutura tecnológica
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Implantar sistemas e banco de dados que atendam às necessidades do Ministério Público com foco na segurança da informação, comunicação de dados e inovação tecnológica, de forma permitir o acesso às informações entre as diversas áreas de atuação.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Garantir infraestrutura tecnológica, desde infraestrutura de rede até parque de equipamentos, que dêem suporte aos sistemas integrados.
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE E INTERNET E DO CPD		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	O CPD e a estrutura de rede foram modernizados com a aquisição de servidores Blade (lâminas), aquisição de grupo gerador, softwares de virtualização, aquisição de desktops, nobreaks e estabilizadores, adquiridos pela Procuradoria-Geral de Justiça no período de 2012 a 2014.		

OBJETIVO	Assegurar Infraestrutura física adequada	INDICADOR	Adequação da infraestrutura física
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Assegurar a disponibilidade de sedes próprias ou locadas que apresentem as condições físicas necessárias para realização das atividades do Ministério Público. Padronizar fisicamente a estrutura das promotorias.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Número de promotorias e unidades administrativas dotadas de instalações físicas, equipamentos, móveis e materiais de expediente considerados adequados*, garantindo a integração física quando necessário.
PROJETOS PREVISTOS	PROMOTORIA MODELO		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>A Coordenação de Obras, Engenharia e Arquitetura desenvolveu modelos de projetos padronizados para construção de Promotorias de Justiça conforme o porte das mesmas, com todas normas de acessibilidade. Já foram construídas nesse modelo 04 (quatro) Promotorias de Justiça, no período de 2012 a 2014, estando em fase de construção mais 02 (duas) outras. Em 2013, a Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou 4.522 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois) itens, valendo destacar a aquisição de 828 (oitocentos e vinte e oito) itens mobiliários (poltronas e cadeiras); 915 (novecentos e quinze) livros e revistas; 03 (três) elevadores; 500 (quinhentos computadores); 383 (trezentos e oitenta e três) estabilizadores; 502 (quinhentos e dois) nobreaks; 89 (oitenta e nove) condicionadores de ar; 15 (quinze) veículos, 300 (trezentos) estrados de plástico; 01 (um) gerador de energia elétrica; 386 (trezentos e oitenta e seis) impressoras; 67 (sessenta e sete) racks/informática, dentre outros.</p> <p>Em 2014, realizou a formação de registros de preços para aquisição eventual e futura de estrutura de trabalho para os novos servidores e membros do Ministério Público, tendo em vista a realização de concursos públicos nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente para provimento de cargos de servidores e Promotores de Justiça. No tocante a bens imóveis, foram mapeadas as situações de todos os imóveis da instituição, tendo sido deflagrados aproximadamente 50 (cinquenta) processos administrativos visando a regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade do Ministério Público do Maranhão para adoção de providências de averbações de construções, lavratura de escrituras públicas de doação, registros de transferências de propriedade, renovação de contratos de cessão de uso, dentre outras atividades inerentes à gestão de bens imóveis.</p>		

\*Adequados refere-se a mobiliário, equipamentos, instalações físicas e materiais em condições que atendam as questões de acessibilidade e normas da ABNT.

PERSPECTIVA:	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
TEMA:	GESTÃO DE PESSOAS		
OBJETIVO	Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP	INDICADOR	Pessoas adequadas para o volume de trabalho
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Criar novas vagas e promover concursos públicos para o provimento dos cargos de membros e servidores, visando atender às reais necessidades do Ministério Público.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Após levantamento sobre os cargos e carga de trabalho, MP deverá readequar as pessoas e confirmar os cargos hoje já estabelecidos.
PROJETOS PREVISTOS	PCCS – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>Admissão de 128 (cento e vinte e oito) estagiários, não-obrigatório, aprovados no referido Seletivo Público, realizada em 7 chamadas por edital;</p> <p>Realização das provas objetivas do Concurso Público para o provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;</p> <p>Provimento de 129 (cento e vinte e nove) cargos efetivos com a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Edital de Homologação, de 04 de novembro de 2014, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2014, sendo 23 cargos de Analista Ministerial e 106 de Técnico Ministerial;</p> <p>Realização e homologação do 3º Concurso de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 21 cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 11(once) na área Administrativa e 10(dez) na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior, conforme Edital de Remoção nº 01/2013, de 05/12/13 e de Retificação nº 01/2013, de 23/12/13.</p> <p>Realização e homologação do 4º Concurso de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 01(um) cargo de Técnico Ministerial na área Administrativa com lotação em São Luís-MA;</p>		

OBJETIVO	Ampliar e adequar quadro funcional de acordo com a efetiva necessidade do MP	INDICADOR	Preenchimento de vagas
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Criar novas vagas e promover concursos públicos para o provimento dos cargos de membros e servidores, visando atender às reais necessidades do Ministério Público.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Verifica o percentual de preenchimento das vagas criadas para as respectivas categorias funcionais
PROJETOS PREVISTOS	PCCS – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Em 2012 foi instituído o novo Plano de Cargos e Salários para Servidores Efetivos, com aumento de salário, incorporação de GPM e aumento do Auxílio Alimentação. Nomeações cargos Efetivos: Em <b>2012</b> foram nomeados: 02 (dois) Promotores de Justiça; Em <b>2013</b> foram nomeados: 03 (três) Promotores de Justiça; 23 (vinte e três) Analistas Ministeriais (nível superior); 86 (oitenta e seis) Técnicos Ministeriais (nível médio); Em <b>2014</b> foram nomeados: 01 (um) Promotor de Justiça; 04 (quatro) Analistas Ministeriais (nível superior); 67 (sessenta e sete) Técnicos Ministeriais (nível médio); Nomeação de Cargos Comissionados: Em <b>2012</b> foram 340 (trezentos e quarenta) ; Em <b>2013</b> foram 256 (duzentos e cinquenta e seis); Em <b>2014</b> , 144 (cento e quarenta e quatro).		

OBJETIVO	Garantir clima organizacional favorável	INDICADOR	Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Construir um ambiente de trabalho que promova a inovação, qualidade de vida e a integração entre servidores e membros. Implementar as melhores práticas e políticas de gestão de pessoas, no que se refere a plano de carreira, cargos e salários, promovendo tratamento igualitário a todos os servidores e membros.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de ações/iniciativas realizadas na busca da melhoria do clima organizacional
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO INTEGRAÇÃO		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<b>2012</b> - instituído o novo Plano de Cargos e Salários para Servidores Efetivos, com aumento de salário, incorporação de GPM e aumento do Auxílio Alimentação; Legalização do Auxílio Alimentação; Recriação da Diretoria de Promotoria em percentual de 10%; Reconhecimento e início do pagamento da PAE. <b>2013</b> - Aumento dos subsídios em 5% para membros; Fixação do Auxílio Alimentação em percentual de 10%; Reconhecimento e pagamento total do Auxílio Alimentação retroativo; Extensão da Diretoria de Promotoria para a entrada inicial; Continuidade do pagamento da PAE; Instituição e pagamento do Abono Pecuniário de 1/3 (um terço) das férias. <b>2014</b> - Aumento de 5% nos subsídios para membros. Implantação do Adicional de Qualidade de Vida; Concessão de Adicional de Qualificação – AQ a 32 (trinta e dois) servidores. Com isso, 351 servidores passam a ser contemplados com o AQ, correspondendo a 77% do atual quadro de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, representando um acréscimo de, no mínimo, 10% nos seus vencimentos; <b>2015</b> - Pagamento de 21,7% a todos os servidores efetivos e comissionados. Realização da Semana de Qualidade de Vida.		

<b>OBJETIVO</b>	Capacitar continuamente membros e servidores	<b>INDICADOR</b>	Horas de aperfeiçoamento
<b>DESCRIÇÃO DO OBJETIVO</b>	Garantir a capacitação contínua dos membros e servidores promovendo o aperfeiçoamento em suas áreas de atuação. Incentivar a cultura do aperfeiçoamento profissional.	<b>DESCRIÇÃO DO INDICADOR</b>	Mensura o esforço da instituição em média/hora de aperfeiçoamento por colaborador
<b>PROJETOS PREVISTOS</b>	CALENDÁRIO ANUAL		
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014</b>	Nº Membro/Servidores Treinados: Em 2012, 207; Em 2013, 374 e em 2014 foram 297.		

<b>PERSPECTIVA:</b>	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
<b>TEMA:</b>	EFICIÊNCIA E EFICÁCIA		
<b>OBJETIVO</b>	Padronizar rotinas e procedimentos	<b>INDICADOR</b>	Processos padronizados e normatizados
<b>DESCRIÇÃO DO OBJETIVO</b>	Realizar o redesenho de rotinas e procedimentos, utilizando um sistema de informação consistente, visando a otimização e padronização do seu fluxo.	<b>DESCRIÇÃO DO INDICADOR</b>	Para este indicador é necessário, antes, fazer um levantamento de todos os processos passíveis de padronização e normatização.
<b>PROJETOS PREVISTOS</b>	PPO – PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ORGANIZACIONAIS		
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015</b>	Em 2012, foram revisados alguns fluxogramas de processos e elaborados novos, pela Assessoria de Planejamento, vinculado à Diretoria Geral. Em 2014 foi atualizado o Organograma do MPMA pela ASPLAN. Também em 2014, foi iniciado o mapeamento de processos administrativos visando a construção do Manual de Processos.		

<b>OBJETIVO</b>	Fortalecer a imagem do MP intensificando ações de divulgação externa	<b>INDICADOR</b>	Aparições positivas* na mídia e exposições presenciais
<b>DESCRIÇÃO DO OBJETIVO</b>	Esclarecer o papel do Ministério Público para sociedade por meio da mídia, fortalecendo sua imagem.	<b>DESCRIÇÃO DO INDICADOR</b>	*Aparições positivas na mídia são todas as ações bem sucedidas desenvolvidas pela Instituição registradas pela imprensa.
<b>PROJETOS PREVISTOS</b>	ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO		
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014</b>	Estação Ministério Público é um programa de rádio produzido pela Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público e vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9h às 10h da manhã. No período de 7 de julho a 31 de dezembro de 2012 foram realizados 22 programas; Em 2013, foram ao ar 46 edições; Em 2014 foram ao ar 41 edições. Número de aparições positivas do MPMA na mídia impressa em 2013, apurada pela CCOM foi de 1.150, de um total de 1.256. Em 2014, foram 927 aparições positivas contra 82 negativas.		



OBJETIVO	Ampliar parcerias estratégicas	INDICADOR	Parcerias realizadas
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Buscar parcerias estratégicas que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mensura a quantidade de parcerias realizadas pelo Ministério Público em prol dos objetivos estratégicos
PROJETOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014	<p><b>Em 2012</b> foram firmados Termos de Cooperação Técnica com o Ministério Público Federal visando a agilização de procedimentos investigativos mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA); Termo de Cooperação com o Ministério Público do Rio de Janeiro visando à instalação do projeto da Rede Ambiental Participativa; Termo de Cooperação com o Conselho Regional de Contabilidade no Maranhão com o objetivo de firmar parceria e implantar no âmbito do Ministério Público o Programa Federal do Voluntariado Contábil; Termo de Compromisso Operacional entre a União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Ministério Público do Estado do Maranhão, por intermédio da Procuradora-Geral de Justiça, e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPG), para acompanhamento das denúncias do Disque 100. <b>Em 2013</b> foram celebrados os termos de Cooperação Técnica e científica entre o Ministério Público do Trabalho /Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região e o Ministério Público do Estado do Maranhão/Procuradoria Geral de Justiça, visando articulação e a interação das Partes para atuação em conjunto com vista à prevenção de acidentes do trabalho, proteção e defesa do trabalhador no meio urbano e rural; Com o Ministério da Justiça(MJ), por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de conjugação de esforços dos partícipes no sentido de desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos de sensibilização, cursos de aperfeiçoamento em técnicas e outros cursos de mediação, conciliação e negociação de conflitos, a publicação de materiais pertinentes e a promoção de uma cultura de harmonização social; Protocolo de Intenções celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão tem por objetivo estimular a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEDUC) em municípios do Estado do Maranhão, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República; Termo de Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional Celebrado entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional do Ministério Público, o MPE/MA passa a ter acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP N° 01/2013; Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a PRF - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, que possibilita aos policiais rodoviários a confecção de termos circunstanciados de ocorrência e boletins de ocorrência ao longo das rodovias federais no Maranhão.</p> <p><b>Em 2014</b> foram estabelecidos acordos de cooperação técnica, científica e operacional com instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Teresinense de Ensino (ATE); conselhos de classe (Conselho Regional de Medicina – CRM, Regional de Contabilidade - CRC, Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Regional de Nutricionistas da 6ª Região – CRN/6); órgãos públicos estaduais e municipais (Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJ/MA; Instituto Médico Legal – IML; Instituto de Criminalística do Estado do Maranhão – Icrim; Secretaria de Estado da Mulher; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão; Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) e com outras unidades do Ministério Público, como o do Estado do Paraná e o Ministério Público Federal.</p>		

PERSPECTIVA:	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
TEMA:	DIREITOS HUMANOS		
OBJETIVO	Combater a violência doméstica	INDICADOR	Ações de combate a violência doméstica
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Assegurar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07/08/06), bem como todas as medidas de combate à violência no âmbito familiar.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Consideram-se ações de combate: proposição de ações penais, ICP's, procedimentos preparatórios, recomendações, ações civis, ajuizamento de medidas protetivas e registros de atendimentos encaminhados.
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO LEI MARIA DA PENHA EM AÇÃO		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Desde 2012, o MPMA desenvolve o projeto Maria da Penha em Ação, pela 15ª Promotoria de Justiça Criminal, por meio de uma campanha de prevenção e combate à violência doméstica, levando informações à sociedade em geral e em particular, aos alunos e professores da rede pública estadual e municipal de ensino. No período de 2012 a 2014, mais de 52 mil alunos da rede pública participaram de palestras e concursos de redação, desenho e vídeos; 2000 pessoas participaram de 04 caminhadas e 1500 pessoas da Ação Social promovida pelo MPMA.		

OBJETIVO	Garantir segurança institucional	INDICADOR	Adequação em segurança (Segurança da informação, dos processos internos, do patrimônio e das pessoas)
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Proporcionar condições de segurança para que os integrantes do Ministério Público exerçam suas atividades, sem com isso inibir o acesso da população.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mensura o grau de adequação* da segurança institucional, sob o prisma de estrutura e ações realizadas em todo o Estado
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO / MINISTÉRIO PÚBLICO SEGURO		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014	<p>Capacitação sobre combate a crimes financeiros destinada a membros e servidores do MPMA e de instituições financeiras e da Polícia Civil. 2º Encontro Operacional Criminal destinado a membros do Ministério Público, juízes e delegados e teve como objetivo discutir a importância da união de todas as instituições de justiça no combate ao crime organizado existente dentro do sistema prisional;</p> <p>Curso de formação de Brigada de Incêndio</p> <p>- O primeiro curso de formação de uma Brigada de Incêndio no Ministério Público do Maranhão foi realizado no dia 27 de novembro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Na primeira turma, 21 servidores foram treinados pelo 1º Grupamento de Bombeiros Militar do Maranhão (1º GBM). Os integrantes dessa 1ª Brigada passarão por cursos de reciclagem periodicamente. Estão previstas para 2015, as formações de brigadas de incêndio das Promotorias de Justiça da Capital e de diversas promotorias no interior do Maranhão. Os treinamentos serão realizados nas cidades que contam com estrutura do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Discussão sobre segurança institucional realizada numa reunião na Procuradoria Geral de Justiça para discutir temas ligados à questão da segurança institucional no âmbito dos órgãos que atuam no sistema de justiça do Maranhão. O foco principal da discussão foi a fragilidade dos aparatos de segurança das unidades judiciais, nas promotorias de justiça e até nas delegacias de polícia, que coloca em risco membros e servidores do Ministério Público, Judiciário, advogados, defensores públicos, policiais e a sociedade em geral.</p> <p>I Encontro Regional de Inteligência em Nível Estratégico, Tático e Operacional promovido pelo Gaeco em parceria com a Escola Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gncoc) e destinado aos promotores de justiça e assessores do MPMA na Região Tocantina. Teve como tema "Investigação Criminal pelo Ministério Público – Técnicas de Investigação e Técnicas de Operação de Inteligência" e foi realizado no auditório do Fórum de Justiça de Imperatriz.</p> <p>Reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), que reúne integrantes de todos os Grupos de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecos) do país. O objetivo do encontro foi o intercâmbio de informações e experiências. Investimento nas instalações do Centro de Monitoramento Eletrônico, que integra o Projeto de Segurança Institucional do Parquet maranhense, orçado em R\$ 2,355 milhões.</p>		

\*As adequações envolvem segurança das instalações físicas, de tecnologia de informações, de pessoal, da documentação e do material, contra acidentes, nas comunicações.

OBJETIVO	Garantir os direitos das minorias	INDICADOR	Prédios de uso público que atenderam as normas de acessibilidade a partir da intervenção do MPMA
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na identificação e assistência as pessoas com deficiência física e mental, idosos, bem como enfocar a questão da diversidade sexual.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Aquí será medido somente os prédios que receberam determinações administrativas para acessibilidade e que efetivamente cumpriram as exigências (obra acabada), não contabilizar os prédios visitados, nem os que receberam as determinações. Os prédios que serão buscados: prefeituras e câmaras de todos os municípios do Maranhão.
PROJETOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>Realização de audiência pública sobre inclusão social das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e emissão de Recomendação para que estabelecimentos públicos e comerciais se adaptem à Lei de Acessibilidade em 90 dias na Comarca de Porto Franco.</p> <p>Em abril de 2015, foi realizada vistoria por representantes do Ministério Público do Maranhão, Prefeitura de São Luís, e dos Conselhos Municipais e Estaduais de Defesa da Pessoa com Deficiência nas praças Maria Aragão e Gonçalves Dias, no Centro de São Luís. A iniciativa, proposta pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, contou com a presença de representantes dos Conselhos Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh) e Fundação Municipal de Cultura (Func). O objetivo da visita foi verificar as condições de acessibilidade das praças e propor as mudanças necessárias com o fito de buscar melhorias de acessibilidade que atualmente são precárias, dificultando assim a locomoção dos deficientes físicos.</p> <p>Tal vistoria resultou de um acordo firmado entre o Ministério Público e o Município de São Luís para adaptar as praças Maria Aragão e Gonçalves Dias para receber pessoas com deficiência.</p> <p>O acordo estabelece que o Município possui o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar projeto de adaptação desses logradouros, e as obras apenas podem ser iniciadas após a aprovação do Ministério Público e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2014 foi inaugurada a nova sede das Promotorias de Maracaçumé, cujo projeto arquitetônico possui as especificações de acessibilidade conforme norma da ABNT. O Ministério Público do Maranhão ingressou com Ação Civil Pública, no dia 28 de abril de 2015, contra a empresa de transporte urbano e semiurbano Viação Nossa Aparecida do município de Imperatriz. A ACP é resultado de investigações realizadas pela titular da Promotoria de Justiça em Defesa do Idoso e das Pessoas com Deficiência em Imperatriz, Aline Matos Pires. Ajuizamento de Ação Civil Pública Cominatória de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Antecipada contra o Município de Matões, requerendo a construção de um prédio adequado e com acessibilidade para funcionamento de uma escola municipal na zona rural. Também foi ajuizada ACP contra o município de Santa Rita. Inauguração da Promotoria de Pindaré que seguiu a NBR 9050/2004, que trata das normas de acessibilidade. O prédio tem piso podotátil, que facilita a locomoção das pessoas com deficiência visual, e sinalização em braille. Além disso, o espaço é totalmente acessível para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. Emissão de recomendação do Promotor de Justiça da Comarca de Caxias - MA, o Drº Edilson Santana de Sousa, solicitando a tomada de medidas, no prazo de 120 dias, para que as Secretarias de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico da Cidade de Caxias, garantam mais acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida. A Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município, cobrando a adaptação das escolas municipais às regras de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência de São Luís emitiu Recomendação às empresas organizadoras de shows no município de São Luís, para que deem cumprimento às normas que disciplinam o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em seus eventos.</p>		

OBJETIVO	Garantir os direitos das minorias	INDICADOR	Existência de rede de atendimento a pessoa idosa
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na identificação e assistência as pessoas com deficiência física e mental, idosos, bem como enfocar a questão da diversidade sexual.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputo dos municípios certificados pelo MP capazes de assegurar eficaz rede de proteção a direitos dos idosos. Políticas e práticas dos entes governamentais (por exemplo, qualidade da rede de asilos, existência de formas alternativas ao asilamento, tratamento diferenciado do idoso quando vítima de crime, número decrescente de idosos em abrigos como primeira evidência de maior reinserção familiar) comporiam um rol de quesitos a serem aferidos pelo respectivo CAOP como parâmetros para a avaliação.
PROJETOS PREVISTOS	MINISTÉRIO PÚBLICO: IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	O MPMA, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, realizou inspeções periódicas para verificar se as instalações do Asilo de Mendicidade atendiam à determinação judicial de garantir as condições de higiene e a reestruturação física do prédio e melhoria dos serviços médicos e odontológicos. Em janeiro de 2015, a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso realizou inspeção no Solar do Outono, em São Luís. O objetivo foi avaliar as instalações do asilo após a conclusão da reforma a pedido do Ministério Público. A obra foi iniciada após assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado, em dezembro de 2012, pelo MPMA com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, a época responsável pelo asilo.		

OBJETIVO	Garantir os direitos das minorias	INDICADOR	
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na identificação e assistência as pessoas com deficiência física e mental, idosos, bem como enfocar a questão da diversidade sexual.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	
PROJETOS PREVISTOS	CRIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL QUILOMBOLA / IGUALDADE PARA TODOS		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Criação do Núcleo da Igualdade Étnico-Racial, no âmbito do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Cidadania, visando acompanhar as questões relativas à temática, com participação ativa nas reuniões de trabalho da Comissão Temporária Estadual de Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social Quilombola – MA; Participação no Encontro Nacional “A Atuação do MP Brasileiro no Enfrentamento ao Racismo”; e no Encontro Inter-Regional de trabalhadores resgatados pelo trabalho escravo contemporâneo; Participação nas Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (COETRAE) e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP);		

OBJETIVO	Garantir a política de Assistência Social	INDICADOR	Centros de Referência e Conselhos de assistência social institucionalizados
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na exigência de implementação dos Centros de Referência e Conselhos de Assistência Social	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de Centros de referência e conselhos de assistência social institucionalizados após a intervenção do MP
PROJETOS PREVISTOS	IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	O Maranhão atingiu 100% da meta estabelecida, com a implantação de Centros de Referência e Conselhos de Assistência Social nos 207 municípios do Estado.		

PERSPECTIVA: RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS			
TEMA: EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE			
OBJETIVO	Exigir o cumprimento do direito à Educação	INDICADOR	Ações de fiscalização da execução da política de Educação
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Exigir junto ao Poder Executivo o cumprimento do direito à Educação de qualidade em todos os níveis, desde o Ingresso até a permanência, combatendo a evasão escolar.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Mede a quantidade de fiscalizações das políticas públicas na área da educação, através de medidas judicializadas ou não (ações civis públicas, ações penais, inquéritos civis, procedimentos preparatórios, recomendações e TACs)
PROJETOS PREVISTOS	PROGRAMA INSTITUCIONAL "EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PRIORIDADE DO MUNICÍPIO"		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>Implementação do Programa Institucional "Educação de qualidade: direito de todo maranhense", em 2012, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Educação, cujo objetivo é exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo à evasão escolar, garantindo transporte e alimentação escolares adequados, especialmente entre as crianças e adolescentes. Foram realizados 02 Encontros Estaduais do Ministério Público na área da Educação em parceria com o Ministério da Educação (MEC); • 01 Encontro Regional na Comarca de Pedreiras/MA; Participaram 957 pessoas entre estudantes, professores, secretários municipais de Educação, prefeitos, vereadores, gestores escolares, conselheiros tutelares e de educação, promotores de justiça e representantes da sociedade civil, dos dois seminários e um encontro regional sobre a temática, de mais de 150 municípios maranhenses. Foi contratada a Escola de Formação de Governantes, para desenvolver o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica do Maranhão (SOMA), a fim de implementar um Observatório da Educação. Implementação do Projeto de Fiscalização da Qualidade do Transporte Escolar, com a deflagração da Operação Pau de Arara, em parceria com o Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União, referente à oferta de prestação de serviço de transporte escolar nas Comarcas de Caxias (município de São João do Sóter), Itapecuru-Mirim (Miranda do Norte), Lago da Pedra (Lago da Pedra), Morros (Cachoeira Grande), Vargem Grande (Presidente Vargas). Foram fiscalizados todos os recursos aplicados na prestação do serviço de transporte escolar, seja PNATE, seja FUNDEB ou recursos próprios do Município, executados em 2013 e 2014. Foram envolvidas 09 (nove) empresas, totalizando, apenas no exercício de 2013, o montante de R\$ 6.563.935,00 (seis milhões quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais). Também está em execução o Projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), numa parceria entre o MPE e o MPF através de protocolo de intenções tendo como objetivo melhorar os índices educacionais do Maranhão. Sua metodologia favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, bem como permite a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando problemas enfrentados a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis. No Maranhão, o projeto é desenvolvido nos 10 municípios com o IDEB mais baixo.</p>		
OBJETIVO	Exigir o cumprimento do direito à Educação	INDICADOR	Fiscalização de vagas na educação infantil
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Exigir junto ao Poder Executivo o cumprimento do direito à Educação de qualidade em todos os níveis, desde o Ingresso até a permanência, combatendo a evasão escolar.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputo da ampliação de vagas da educação infantil criadas a partir da intervenção do MP.
PROJETOS PREVISTOS	PROGRAMA INSTITUCIONAL "EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PRIORIDADE DO MUNICÍPIO"		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>A Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Direito à Educação de São Luís estabeleceu a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com a Secretaria Municipal de Educação, visando a instalação de 10 dez creches para oferta de educação infantil. O CAOp/Educação por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica (SOMA) em implementação por meio de contrato com a Escola de Formação de Governantes (EFG-MA), realizará um diagnóstico da situação das creches e da oferta de vagas na educação infantil, a fim de estabelecer uma ação conjunta entre todas as Promotorias de Justiça do Estado, visando garantir o direito às crianças maranhenses. Inicialmente serão vislumbradas 50 promotorias até o final de 2015.</p>		



OBJETIVO	Implementar e efetivar as políticas de saúde	INDICADOR	Intervenções judiciais e extra-judiciais para a garantia do direito à saúde
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar promovendo interlocução com o Conselhos de saúde, comissões inter-gestores bipartite e tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviço de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Número de intervenções judiciais e extrajudiciais do MP para promover as ações e serviços de saúde de maneira a garantir o direito à saúde.
PROJETOS PREVISTOS	Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção"		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Criação e implementação do Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção", com o objetivo de atuar na promoção da interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações da sociedade civil e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente. Principais resultados atingidos: Realização de 03 (três) Encontros Regionais de Saúde (Imperatriz, Caxias e Pinheiro), reunindo mais de 700 pessoas, de 70 municípios, sendo: 40 promotores de justiça; 90 Gestores de Saúde; 430 conselheiros municipais de saúde; • 01 Oficina sobre Sistemas de Informação do SUS, em Imperatriz/MA, reunindo 8 (oito) promotores de justiça, 8 (oito) servidores e 42 (quarenta e dois) conselheiros de saúde; • Inspeções em Hospital de Alta Complexidade e recomendação para solução de problemas identificados; • Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Promotoria de Caxias e a Prefeitura Municipal para reforma de 28 postos de saúde; • Envio de minuta de Recomendação aos promotores de justiça com atuação na matéria, solicitando a elaboração de Portaria Municipal para implantação da REMUNE; • Criação de mais uma Promotoria Especializada de Defesa do Direito à Saúde em São Luís, capital do Estado.		
OBJETIVO	Garantir o Saneamento Ambiental em todos os municípios do Estado	INDICADOR	Procedimentos administrativos instaurados e ações judiciais propostas na área do Saneamento Básico
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Fiscalizar e assegurar a implementação do plano Estadual e dos planos Municipais de resíduos sólidos e de saneamento, previstos nas leis 12305/2010 e 11445/2009. Promover ações e medidas extrajudiciais visando a regularização urbanística e fundiária dos municípios do Estado.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputos dos Municípios que implementaram o plano municipal de resíduos sólidos
PROJETOS PREVISTOS	PROJETO DE REGIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO AMBIENTAL / PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	parecer sobre o tema "avaliação de Danos Ambientais". Foi elaborado o convênio firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a adesão do Ministério Público do Maranhão no projeto da Rede Ambiental Participativa, que se encontra na fase de implantação do comitê gestor. • Manutenção do serviço de comunicação de licenças ambientais aos Promotores de Justiça, tendo sido feitas 820 (oitocentas e vinte) aos Promotores de Justiça de todo o Estado do Maranhão. Por meio do canal de consultas e denúncias, o CAO-UMA encaminhou 43 (quarenta e três) denúncias de infrações ambientais aos membros do Ministério Público. Remessa de ofícios circulares relacionados aos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e engajamento no projeto de mapeamento e análise dos Planos Municipais de Saneamento Básico, capitaneado pela ABRAMPA e pelo Instituto Trata Brasil. Realizadas mais duas reuniões de trabalho com os promotores de justiça visando o cumprimento da Lei nº12.305/2010, com a apresentação de um diagnóstico feito pelos técnicos do CAO-UMA e que avaliou 34 (trinta e quatro) Planos Municipais de Resíduos Sólidos existentes no Estado do Maranhão. Demonstrando a má qualidade dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos elaborados pelos prefeitos cujos mandatos se encerraram em 31/12/2012, decidiu-se pela elaboração de um pacote de modelos que incluiu ações civis por improbidade contra ex-prefeitos, fluxogramas para investigação e modelos de TACs a serem propostos aos novos prefeitos. Até o final de 2013, foram contabilizadas a assinatura de 15 (quinze) TACs celebrados por promotores de justiça com os atuais prefeitos para a elaboração de novos Planos Municipais de Resíduos Sólidos. Em 2013 foram realizadas 02 (duas) Oficinas sobre Resíduos sólidos e valoração de danos ambientais, nas quais participaram 21 (vinte e um) promotores de justiça. Em 2014 foram oferecidas ações civis públicas contra 74 municípios do Maranhão visando a implantação de		



PERSPECTIVA:	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
TEMA:	INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, CÍVEL, PROBABILIDADE		
OBJETIVO	Atuar na proteção da criança e adolescente	INDICADOR	Municípios com rede de proteção da criança e adolescente
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na exigência do efetivo funcionamento dos conselhos tutelares, conselhos de direito e fundos especiais, bem como fiscalizar e assegurar a prioridade absoluta na dotação e execução de recursos orçamentários destinados a criança e adolescente, especialmente no Combate à violência, dependência química e medidas socioeducativas.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputo dos municípios capazes de assegurar a rede de proteção a direitos de crianças e adolescentes, garantindo políticas e programas eficazes de execução de medidas socioeducativas em meio aberto para a criança e o adolescente
PROJETOS PREVISTOS	A JUSTIÇA JUVENIL RESTAURATIVA NA REESTRUTURAÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI / MP NO COMBATE ÀS DROGAS		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	<p>Em 2012 foi assinado o Protocolo de Intenções da Rede Maranhense de Justiça Juvenil no dia 05 de outubro/2012, na sala dos Órgãos Colegiados da PGJ. O protocolo estabelece a mútua cooperação e as diretrizes da Rede, que se baseia no diálogo entre poder público e sociedade civil organizada na busca da qualificação das medidas socioeducativas, conforme determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e ainda da disseminação do conceito de Justiça Juvenil Restaurativa: Oficina Internacional de Monitoramento de Locais de Privação de Liberdade no Brasil, realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania no período de 14 a 16 de março/2012; • Seminário de Socialização dos Resultados da Pesquisa Estadual sobre Atendimento Socioeducativo no Maranhão, realizada pela Universidade Estadual do Maranhão (UFMA) nos dias 11 e 12 de abril/2012; Seminário sobre Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) realizado nos dias 22 e 23 de novembro/2012 na Assembleia Legislativa do Maranhão e promovido pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei de São Luís; Em 2013, foi realizado o Seminário "Justiça Restaurativa – Tecendo a Rede", idealizado e organizado em conjunto pelo CAOP/IJ e outras instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, a partir do Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa, cujo objetivo geral consistiu em sensibilizar juízes, promotores de justiça, defensores públicos e policiais, no sentido de proporcionar uma aproximação ao conceito e aplicabilidade da Justiça Restaurativa, a fim de fomentar a implantação em suas práticas; Palestra "O Sistema de Justiça juvenil e a Escola", proferida em escola públicas de São Luís pela promotora de justiça da Infância e Juventude, Fernanda Helena Nunes Ferreira, integrante do CAOP/IJ, intenção é divulgar o trabalho que é feito pelo MP e pela Justiça para proteger os direitos das crianças e adolescentes; • Reunião de Trabalho com os Promotores Integrantes do CAOP/IJ, 19 e 20 de setembro/2012, no auditório do Tribunal de Contas Estadual, tendo como pauta: conselho tutelar, atendimento socioeducativo no Maranhão, acolhimento familiar e institucional, rede de atendimento e Disque 100, estratégias de investigação e publicização de Nota Técnica; O CAOP/IJ orientou e acompanhou Promotores de Justiça em inspeções realizadas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo da Capital, São José de Ribamar e Imperatriz, para contribuir com a instauração de inquérito policial, bem como, com Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e a Funac e representação ao Ministério Público do Trabalho para averiguar as condições de insalubridade a que estão submetidos os servidores da instituição; Elaboração e execução do Projeto Superando Barreiras, que promove visitas agendadas e reuniões, envolvendo a direção e técnicos dos CREAS em São Luís e o Ministério Público. Durante as reuniões são apontadas questões que envolvem a relação dos Centros com a 31ª PJ Especializada, tais como a elaboração dos Planos Individuais de Atendimento - PIA e sua pactuação, relatórios de acompanhamento, dificuldades e avanços, etc, bem assim a situação específica de algum socioeducando, sendo pontuadas alternativas de encaminhamento. Em 2014, O CAOP/IJ levantou as ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento socioeducativo, entre outras; elaborou minuta de Ação Civil Pública por dano moral coletivo, tendo por objeto a liberação compulsória de adolescente autor de ato infracional por falta de vaga para cumprimento da medida imposta judicialmente, para análise da pertinência e adequação por parte dos Promotores; e mapeou, com apoio das Promotorias, os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo. Participou do Seminário "Os novos caminhos para o atendimento socioeducativo no Estado do Maranhão – Plano Decenal 2014-2024", realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (Cedca/MA), 07 e 08/05/14, no Convento das Mercês, em São Luís. Um projeto de reestruturação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com Lei foi elaborado pela Rede Maranhense de Justiça Juvenil, visando a reforma da infraestrutura predial e melhoria do atendimento aos adolescentes, mas o mesmo não foi aprovado no âmbito do Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA). Realização da campanha "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?", idealizada pela 11ª Promotoria Especializada de Substituição Plena, com o objetivo de prevenir e combater as drogas, visando despertar uma reflexão sobre a problemática e suas implicações na vida familiar e social. Outra finalidade é contribuir para a diminuição da criminalidade, consistindo em palestras e concursos de desenhos e poesias em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís.</p>		
OBJETIVO	Atuar na proteção da criança e adolescente	INDICADOR	Compatibilização dos orçamentos
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar na exigência do efetivo funcionamento dos conselhos tutelares, conselhos de direito de fundos especiais, bem como fiscalizar e assegurar a prioridade absoluta na dotação e execução de recursos orçamentários destinados a criança e adolescente, especialmente no Combate à violência, dependência química e medidas socioeducativas.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputo das intervenções do MP (judiciais e extrajudiciais), objetivando que os poderes públicos compatibilizem suas propostas orçamentárias ou sua execução com as exigências da implementação e efetivação das políticas constitucionais na área da infância e juventude
PROJETOS PREVISTOS	CAMPANHA DE DOAÇÃO AO FIA		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Realização de campanha de incentivo de doação de recursos ao Fundo da Infância e Adolescência, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão; Envio de expediente aos promotores de justiça solicitando que oficiem aos chefes dos executivos municipais a garantia de recursos para as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal, por meio do princípio da prioridade absoluta.		

OBJETIVO	Racionalizar a atuação do MP na área Cível, rebalanceando a distribuição da carga de trabalho	INDICADOR	Intervenções do MP na Área Cível
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Analisar criteriosamente as múltiplas atribuições do Ministério Público do Estado na área Cível e Fazendária, racionalizando e melhor distribuindo as atividades nas Promotorias.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Cômputo de intervenções do MP na área cível
PROJETOS PREVISTOS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Implantação do Portal da Lei de Acesso à Informação e novo Portal da Transparência, conforme resolução do CNMP. No sítio eletrônico do Ministério Público constam todos os dados dos membros e servidores, tabela com subsídios e vencimentos, vantagens e descontos. Instituída a Sala da Lei de Acesso do Cidadão - instalada na biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça, bem como formulários padronizados para acesso ao cidadão no protocolo da Procuradoria.		

PERSPECTIVA:	RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS E FINANCEIROS		
TEMA:	PROBIDADE, CRIMINAL, CONSUMIDOR		
OBJETIVO	Combater as condutas ímprobas	INDICADOR	Portal da Transparência
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Atuar no combate as condutas que lesam o patrimônio público, que possibilitem enriquecimento ilícito e que não observem princípios constitucionais da administração pública.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Controle externo e auditoria
PROJETOS PREVISTOS	Portal da Transparência		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz ajuizou Ação Civil Pública, no último dia 27, contra os Municípios de Davinópolis, Governador Edison Lobão e Vila Nova dos Martírios e seus respectivos gestores. As ações foram motivadas pela falta de atualização dos portais da transparência dos municípios. A omissão do Município de São José de Ribamar em adequar seu Portal da Transparência à lei específica (Lei nº 12.527/11), conforme foi requerido diversas vezes pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), levou a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca a ajuizar, em 30 de janeiro, Ação Civil por ato de improbidade administrativa contra o prefeito Gilliano Fred Nascimento Cutrim (mais conhecido como Gil Cutrim).		

OBJETIVO	Estreitar o relacionamento com as Polícias visando cooperação e fiscalização	INDICADOR	Projetos e operações construídos em conjunto às polícias Civil, Militar e Federal
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Estreitar o relacionamento com as Polícias a fim de assegurar que suas atividades estejam pautadas pelos princípios constitucionais e legais, buscando máxima eficácia e objetividade.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Criação de projetos e operações da área criminal formulados em conjunto as polícias civis, militar e federal.
PROJETOS PREVISTOS	Programa Institucional de Controle e Fiscalização dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário do Estado		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014	Mutirão Carcerário; Projeto de revisão de processos de presos da Comarca Imperatriz; Diagnóstico de estabelecimentos penais de São Luís; Inspeção do Ministério Público na penitenciária feminina de São Luís; Inspeção do Ministério Público na CCPJ do Anil; Inspeção do Ministério Público no Complexo Penitenciário de Pedrinhas; Reunião entre os governos Estadual e Federal para a resolução da crise no sistema penitenciário com a participação do Ministério Público; Investigação de denúncias de violência sexual dentro dos presídios; Termo de Compromisso assinado por representantes do CNJ, TJMA, MPE e DPE com propostas entregues ao Governo do Estado do Maranhão para a melhoria dos presídios e das unidades de internação do Estado; Interposição de Ações Cíveis Públicas para a interdição de Delegacias de Polícia Civil na capital e no interior do Estado; Reunião para discussão da situação dos estabelecimentos prisionais: PGJ e SEJAP; Mapeamento de todas as Ações Cíveis Públicas interpostas pelo MPMA na área da Segurança Pública.		

OBJETIVO	Combater o crime organizado	INDICADOR	Quantidade de ações voltadas ao combate ao crime organizado com participação do GECOC
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Intensificar a atuação do MP no combate às organizações criminosas, em especial no combate a corrupção, tráfico de drogas, sonegação fiscal e organizações que atuam nos presídios.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Só serão contabilizadas as operações que resultarem em ações penais com impacto social e econômico.
PROJETOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ JUNHO/2015	Operação Geist, colher provas para que sustentem investigações sobre licitações da Prefeitura da Cidade de Anajatuba - MA; Operação Imperador, que prendeu a ex-prefeita de Dom Pedro, Arlene Barros, por suspeita de envolvimento com uma quadrilha de agiotagem, em março de 2015;		
OBJETIVO	Garantir a proteção jurídica do cidadão nas relações de consumo	INDICADOR	Evolução da rede de proteção do consumidor
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	Fortalecer a atuação na defesa do consumidor priorizando a orientação da sociedade acerca dos seus direitos.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	Delegacia de Polícia Especializada nas Relações de Consumo; Criação de Juizados Especiais para tratar das relações de consumo exclusivo; Criação de uma Vara Cível para processos cíveis coletivos com uma equipe especializada para atuar;
PROJETOS PREVISTOS	SOS CONSUMIDOR		
RESULTADOS ALCANÇADOS ATÉ NOVEMBRO/2014	Instalação do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor) em 2012 no âmbito do Ministério Público Estadual; Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do projeto de municipalização dos Procon's; Organização, em conjunto com o Ministério Público Federal, do Encontro Regional – Região Nordeste, promovido pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ocorrido nos dias 13 e 14 de novembro de 2013; Implementação do Projeto Consumidor Vencedor no site do Ministério Público (MP), que dá acesso aos cidadãos a informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores;		

e) Ausência de resultados em relação aos projetos, programas e iniciativas relatadas nas 20 ações onde foram indicadas iniciativas realizadas.

**18.1.e. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme explicado no item “c”, o Planejamento Estratégico do MPMA está em fase de revisão neste ano de 2015 e, nesse processo, estão sendo compiladas todas as informações relativas às ações, projetos, programas e iniciativas desenvolvidas no período de vigência (2012 a 2015), visando a mensuração do cumprimento das metas pactuadas e a elaboração de um novo plano. Sem prejuízo do trabalho de revisão, apresenta-se em anexo ao item anterior (d), o Relatório Preliminar de Monitoramento das Ações do Planejamento Estratégico, atualizadas até o mês de junho de 2015.

## 18.2. FINANÇAS E CONTABILIDADE

O Questionário, anexo XII, do CNMP, foi integralmente respondido pelo MPMA. As questões consideradas prioritárias e relevantes para a inspeção permitiram constatar:

a) Em relação ao Orçamento Anual, uma perda de participação em relação ao crescimento das receitas do Estado no mesmo período.

**18.2.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A Lei Orçamentária Anual do MPMA é elaborada a partir de informações coletadas junto aos diversos setores do Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA, consolidadas pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, após análise da Diretoria Geral, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. No período de 2012-2014, o Governo Estadual teve um acréscimo orçamentário, através de Crédito Adicional, o que não foi acompanhado pelo Orçamento deste MPMA.

b) Em relação a execução do Orçamento Anual, um fluxo de participação menor que a do Orçamento ajustado pelo Poder Executivo, na medida em que este, adota a prática de trabalhar com um Orçamento subestimado.

**18.2.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O Orçamento do Estado do Maranhão sofreu um acréscimo mediante Crédito Adicional, não acompanhado pelo Orçamento do MPMA na mesma proporção. Ressalte-se que não há dispositivo legal que vincule o orçamento do Ministério Público ao incremento do Orçamento do Estado.

c) O último Relatório de Gestão da LRF, indicou um comprometimento de 1,90%, ou seja, o Ministério Público do Estado do Maranhão chegou no limite prudencial, ficando em razão do art. 19, II, d, da Lei 101/200, com restrições a ser observadas, na forma do art. 22 dessa lei.

*“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.*

*Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:*

*I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*

*II - criação de cargo, emprego ou função;*

*III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*

*IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*

*V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6o do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.*

**18.2.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** O aumento do comprometimento da Receita Corrente Líquida com a despesa total com pessoal deste Ministério Público, justifica-se pela grande estruturação de nosso quadro de pessoal, com criação e provimento de cargos, bem como de concessão de vantagens a membros e servidores, no período de 2011 a 2014, a saber:

LEI Nº 9.397, DE 14 DE JUNHO DE 2011	Cria cargos de Técnico Ministerial e de Assessor de Promotor de Justiça e dá outras providências
LEI Nº 9.517, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011	Cria cargos de apoio técnico administrativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências
LEI Nº 9.549, DE 4 DE JANEIRO DE 2012	Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2012 e dá outras providências.
LEI Nº 9.687, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012	Altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.077/2004, de 07 de janeiro de 2004, fixa os valores dos vencimentos-base dos cargos de analista ministerial, técnico ministerial e auxiliar ministerial e dá outras providências

LEI Nº 9.688, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012	Cria cargos comissionados para funções de chefia e assessoramento, e funções de confiança no quadro do Ministério Público do Estado do Maranhão, altera o Anexo II e o Anexo A, da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências
LEI Nº 9.809, DE 30 DE ABRIL DE 2013	Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2013, altera anexos da Lei nº 8.077/2004, e dá outras providências.
LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	Cria cargos de Promotor de Justiça, altera o Anexo Único da Lei Complementar Estadual nº 13/1991 (Lei Orgânica do Ministério Público) e dá outras providências
LEI Nº 9.885, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	Cria cargos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando o Anexo II e o Anexo VI da Lei Estadual nº 8.077/2004 e dá outras providências
LEI Nº 9.925, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013	Altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.077/2004, de 7 de janeiro de 2004, fixa os valores dos cargos comissionados e das funções de confiança no Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.
LEI Nº 10.035, DE 2 DE ABRIL DE 2014	Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2014, altera anexos da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências
LEI Nº 9.808, DE 30 DE ABRIL DE 2013	Adequa os subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão ao novo subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com art. 108, da Lei Complementar Estadual nº 13/91

A título de melhor exemplificar tal estruturação, em setembro de 2012 foram criados, entre outros, 169 (cento e sessenta e nove) cargos de Assessor de Promotor de Justiça. Em outubro de 2013, foi concedida vantagem, a título de Adicional de Qualificação, a 338 (trezentos e trinta e oito) servidores, em percentuais que variam de 10% a 15%. Já ao longo de 2014, com a homologação do Concurso Público para provimento de cargos do quadro técnico-administrativo, foram providos 129 (cento e vinte e nove) cargos, tendo sido 109 (cento e nove) providos em janeiro do referido ano. Diante da estruturação da carreira dos servidores, concessão de vantagens, bem como provimento dos cargos criados, chegou-se a esse percentual, todavia, medidas estão adotadas para retorno ao percentual adequado.

**d)** Em relação às receitas e despesas do Regime Previdenciário, até o término da Inspeção, não foram fornecidas as receitas e despesa praticadas mensalmente pelo MPMA, durante os exercícios de 2012 a 2014, segmentadas pelos respectivos fundos financeiro e previdenciário, o que prejudicou a análise deste item.

**18.2.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Vale esclarecer, a priori, que não foi solicitado a este MPMA informações sobre as receitas e despesas praticadas mensalmente, durante os exercícios de 2012-2014. Foi informado, no entanto, conforme se verifica no verso das fls. 506, do Relatório Preliminar de Inspeção do CNMP, o “Detalhamento do RPPS do MPMA”, anual, referente aos anos de 2012-2014. Entretanto, seguem nos Anexos I e II, informações sobre receitas e despesas previdenciárias, com periodicidade mensal.

### 18.3. RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

O Questionário, anexo XV, do CNMP, foi integralmente respondido pelo MPMA. As questões consideradas prioritárias e relevantes, para a inspeção permitiram constatar:

**18.3. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Preliminarmente, cumpre informar que o Sistema de Recursos Humanos passa por modificações estruturais, na medida em que o novo Sistema de RH está em fase de conclusão pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), conforme consta no PA nº 11702AD/2014, Sistema Tecnológico que levará a uma melhoria na análise dos processos internos e



aplicação de mecanismos de controle e fiscalização. Desta forma, conforme informado pela Coordenadoria de RH, cumpre ainda informar, que consoante Procedimento de Controle Administrativo, o Ministério Público do Estado do Maranhão explicitou todas as razões e decisões adotadas no âmbito da estrutura de pessoal, com motivação dos atos, e justificando a atual estrutura de pessoal, desde a realização do concurso público para provimento de cargos em 2013, com nomeação e posse de novos servidores em 2014, e quando em 2012, houve o aumento de cargos de Assessor de Promotor de Justiça para todos os membros da Instituição, aumentando em 100% seu quadro de apoio, considerando que cada membro possui um assessor e também, com a duplicação no número de estagiários, considerando que foi feita a expansão de número de estagiários para o interior do Estado, contemplando as Promotorias de Justiça de Imperatriz, Caxias, Balsas, Timon, Bacabal, Codó. Salientamos ainda, que a Administração Superior vem adotando medidas de controle acerca da obrigatoriedade dos membros em firmar declaração sobre nepotismo e sobre a entrega anual da declaração de bens e rendimentos, através da expedição de ofício requisitório e controle pelo Sistema de RH.

**18.3.1.** Em relação aos Processos Administrativos analisados com pagamento de verbas de exercícios anteriores ficou identificado:

**a)** ausência de planilha da estimativa de que trata o inciso I do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

**18.3.1.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Todos os Processos Administrativos possuem planilha e declaração da adequação da despesa, conforme determina o artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**b)** em relação ao Processo Administrativo 2442AD/2014, foi identificado que ocorreu a compensação do Imposto de Renda pela Instituição no valor de R\$ 5.767.324,04, através da retenção do Imposto de Renda. A medida visa dar cumprimento à decisão judicial que suspende a incidência do Imposto de Renda sobre o terço de férias dos membros desta Casa. O fato a ser justificado é relacionado a competência do MPMA em devolver recursos da União, sem autorização prévia para isto, em processo administrativo, que em tese, deveria ter sido protocolado junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**18.3.1.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A compensação de imposto de renda deu-se em cumprimento a ordem judicial, que determinou que a compensação fosse feita pelo MP/MA, conforme Processo Administrativo nº 2442AD/2014 e Processo Judicial 0010755-79.2013.8.10.000.

**c)** ausência de lançamento contábil dos valores a pagar existentes.

**18.3.1.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A partir de janeiro de 2016, diante das regras da nova contabilidade pública passou-se a fazer o lançamento contábil dos valores a pagar existente.

**18.3.2.** Identificado que existem 346 servidores cedidos para o Ministério Público, sendo 87 pelo Governo do Estado e 259, pelas Prefeituras Municipais. O ônus fica com a origem, contudo é pago a Gratificação por condições especiais de trabalho, Gratificação de Padrão Ministerial e Auxílio-Alimentação, com um custo anual estimado em aproximadamente R\$ 7milhões/ano, sem considerar o custo na origem.

**18.3.2.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Os servidores que são cedidos para o Ministério Público conforme publicado no Portal da Transparência não possuem ônus para o MP/Ma, apenas recebem pagamento por lei de GPM e auxílio alimentação.



**18.3.3.** Em relação aos processos administrativos e judiciais relacionados a incorporação de função por membros do MPMA, deve haver cautela em relação aos pagamentos, considerando que já existe uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, que defere o pedido, a fim de suspender a liminar concedida nos autos de Mandado de Segurança n.6817-42.2014.8.10.000, impetrado pela Procuradora Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

**18.3.3.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Os membros que tiveram a incorporação de gratificação, ainda não receberam as verbas indenizatórias.

**18.3.4.** Em relação ao sistema de Recursos Humanos ficou identificado a fragilidade de controle, na medida em que os controles de férias convertidas em pecúnia para membros possuem ficha de controle fora do sistema preenchido manualmente.

**18.3.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Cumpre-nos informar que o atual Sistema de Recursos Humanos realmente não disponibiliza campo específico para registro das conversões em pecúnia de férias e licenças especiais. Entretanto, enquanto o novo sistema de RH, desenvolvido pela empresa PD Case, não está em funcionamento, esta Coordenadoria analisa cada pedido de conversão em pecúnia considerando três fontes de informação, a saber: 1 – os registros manuais feitos nos dossiês eletrônicos dos membros com base na Portaria de concessão da conversão; 2 – os registros/controle em planilha excel, desta Coordenadoria de Gestão de Pessoas, com os saldos de férias e licenças especiais e, por fim, 3 – verificam-se as fichas financeiras para comprovação ou não do pagamento do período respectivo. Um novo sistema de recursos humanos está em fase de testes (Projeto de Gestão de Recursos Humanos como um dos módulos de um ERP de Gestão Pública para esta Instituição), com o intuito de automatizar e controlar as férias, licenças e conversões em pecúnia de tais benefícios de servidores e membros. O referido projeto já teve sua concepção concluída em 15 de maio de 2015. Vale ressaltar que os lançamentos manuais são feitos mediante Portaria de concessão da conversão, que representa a prova material do registro do período convertido.

**18.3.5.** Em relação ao Sistema de registro de pontos, existe a necessidade de excluir o saldo permitidos de 15 (quinze) minutos da entrada e da saída para o computo do Banco de Horas, e a justificativa individualizada.

**18.3.5.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Considerando que o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ institui o banco de horas para os servidores, informamos que o sistema de ponto registra o saldo positivo de até 15 minutos em caso de chegada antecipada, bem como a saída após o horário de trabalho do servidor, mas, também, registra os descontos em caso de chegada depois do horário, bem como a saída antecipada, considerando os horários registrados de entrada e saída do servidor, realizando, dessa forma, as compensações para a verificação do cumprimento da carga horária diária do servidor. Portanto, a adequação dar-se-á mediante a alteração do sistema de ponto para não permitir a formação de banco de horas, nesses intervalos.

**18.3.6.** Constatado a existência de 153 servidores recebendo “Gratificação de Risco de Vida” e 26 servidores recebendo insalubridade, sem que fosse apresentado os respectivos processos de concessão.

**18.3.6.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Considerando que a análise do pagamento referente à Gratificação de Risco de Vida, detalhado também, na alínea c.1) do item 17.3.2.1 (fls. 517), identificou apenas o direito a referida gratificação aos servidores em função de “vigilância”, esclarecemos que faz jus, também, à Gratificação de Risco de Vida os servidores ocupantes dos cargos de Técnico Ministerial, na área de Execução de Mandados e o de Auxiliar Ministerial, no exercício da função de Vigia, além dos servidores colocados à disposição/requisitados deste MPMA, que exercem a função de vigia. Ressaltamos que, conforme relatório apresentado, a concessão da Gratificação de Risco de Vida aos servidores efetivos, à disposição,

auxiliar ministerial, deste órgão, tem a sua fundamentação legal nas leis a seguir expostas: Auxiliar Ministerial: Lei 8.077/1994 – Art. 19-A; Técnico Ministerial: Lei 8.077/1994 – Art. 19; À disposição/ requisitado: Lei 6.107/1994 em seu artigo 91. No relatório de concessões de gratificação de risco de vida apresentado para fins de correição, fizemos constar as três situações acima especificadas, inclusive com as respectivas fundamentações legais. Ressaltamos que todas as concessões de gratificação de risco de vida aos servidores efetivos ocupantes do cargo de Técnico Ministerial, em efetiva atuação na atividade de execução de mandados, são solicitadas via Processo Administrativo, e atendidas por Portaria, após a devida comprovação do exercício das atividades. Em relação à concessão de Adicional de Insalubridade, esclarecemos que por ocasião da realização de Correição neste Ministério Público, foi entregue ao CNMP, relatório constando relação nominal dos servidores que percebem Adicional de Insalubridade, com as respectivas informações de Lotação, nº dos Processos de concessões e o percentual concedido, nos termos dos artigos 95 a 99 da Lei 6.107/94, ainda com respectivos laudos periciais, atestando o grau de insalubridade de cada setor, onde consta a fundamentação legal. Inclusive, foram apresentados os processos físicos, conforme solicitado.

**18.3.7.** A atualização da declaração sobre NEPOTISMO deve integrar as rotinas anuais da área de Recursos Humanos, visando dar cumprimento à Resolução 37/2009 do CNMP.

**18.3.7.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em atendimento a necessidade de atualização anual das informações sobre nepotismo informou o quantitativo de membros e servidores que responderam ao Ofício Circular nº 28/2014-GPGJ, de 03 de novembro de 2014, com o envio da declaração de inexistência de nepotismo, conforme descrito abaixo:

Discriminação	Quantitativo
Membros	128
Servidores efetivos	255
Servidores exclusivamente comissionados	290
Servidores à disposição/cedidos	74

Ressaltamos que já faz parte da rotina de análise da documentação para admissão em cargo comissionado e à disposição, neste MPMA, a exigência da apresentação de declaração de “inexistência de nepotismo”.

**18.3.8.** Necessidade de comprovar em 2014, 9.764 (nove mil, setecentos e sessenta e quatro) dias de faltas para desconto, apresentados pela Coordenadoria de Recursos Humanos. Este número difere do total apresentado pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal que foi de 640.

**18.3.8.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Esclarecemos que o relatório de faltas, quando gerado, contempla o nome dos servidores lotados nas Promotorias de Justiça onde o sistema de ponto não está implantado ou encontra-se com problemas técnicos, por falta de condição de registrar o ponto; os servidores cujas licenças/afastamentos foram deferidas após a emissão; os servidores que os chefes imediatos não fizeram a gestão do ponto no tempo hábil no sistema, encaminhando Ofício para a regularização manual. Após esses ajustes é que às faltas a serem descontadas são informadas à Coordenadoria de Folha de Pagamento.

**18.3.9.** Em relação a necessidade de entregar a declaração de bens relacionada ao Imposto de Renda, exercício 2013, apenas 23 Procuradores de Justiça e 142 Promotores de Justiça cumpriram as exigências da legislação vigente.

**18.3.9.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Em relação a apresentação da declaração de bens, não houve alteração nesse no quantitativo constatado.

**18.3.10.** A distribuição de membros e servidores do MPMA, em relação ao critério populacional, deve ser melhor distribuída, na medida em que a Comarca de São Luís apresenta uma participação populacional de 15,44% (Estado 6.574.789 – São Luís 1.014.837 habitantes).

**18.3.10.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Entende-se que a observação deste item considerou as informações de São Luís contidas na Planilha das Promotorias de Justiça do Estado (fls. 507-v a 509). Assim, o quantitativo apresentado de 865 servidores, em São Luís, refere-se a força de trabalho destinada a atender tanto as Promotorias de Justiça da Capital, bem como as aos Órgãos da Administração Superior (PGJ), que atendem, não só a São Luís, mas a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão. Considerando apenas o quantitativo lotado nas Promotorias de Justiça da capital, 276 servidores, excluindo-se o total de Promotores de Justiça, apresenta-se abaixo o número de servidores proporcional ao número de Promotores de Justiça da Capital:

Informação	Planilha das Promotorias de Justiça de São Luís (c)	Proporcionalidade por 116 Membros
Comissionados	111 cargos ocupados de Assessor de Promotor de Justiça em igualdade de situação dos Promotores de Justiça	1
Efetivos	78 com lotação nas Promotorias de Justiça da Capital	0,67
Estagiários	45 com lotação nas Promotorias de Justiça da Capital	0,39
À disposição	30 com lotação nas Promotorias de Justiça da Capital	0,26
Terceirizados	12 com lotação nas Promotorias de Justiça da Capital	0,10
<b>Total</b>	<b>276 (menos Membros)</b>	<b>2,38</b>

Comparando-se a proporcionalidade entre o quantitativo de servidores por Promotor de Justiça, percebe-se que São Luís apresenta índice inferior a média dos servidores/Promotor de Justiça nas Promotorias de Justiça do interior do Estado, conforme descrito a seguir:

Promotorias de Justiça	Membros	Assessor Promotor	Efetivos	Estagiários	À Disposição	Terceirizados	Total de servidores	% Servidor por Promotor de Justiça
SÃO LUÍS	117	117	78	45	30	12	282	2,41
INTERIOR	194	194	303	40	243	36	816	4,21
TOTAL	311	311	381	85	273	48	1.098	3,53

Observa-se claramente, que todos os pagamentos efetivados das verbas de insalubridade e gratificação de risco de vida pressupõe um Processo Administrativo, uma justificativa legal e uma Portaria autorizativa para o pagamento efetivado. Cabe frisar, que todos os documentos solicitados pela Inspeção foram apresentados conforme declaram os setores de Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

## ITEM DIRETORIA GERAL – FLUXOGRAMAS

Por oportuno, cabe mencionar que a Procuradoria-Geral de Justiça possui sim fluxogramas e manuais para todos os setores administrativos, conforme Ato n.º de 12 e seguintes. Salientando-se que a Diretoria-Geral apresentou durante a Inspeção documento que contemplava as boas praticas da Diretoria Geral, e no referenciado documento encontra-se a comprovação dos fluxogramas aprovados pela Administração Superior e devidamente publicada no setor da Biblioteca, no sítio do Ministério Público, conforme documentos em anexo.

## 18.4. LICITAÇÕES E CONTRATOS

a) Observada a ausência da figura do fiscal nas avenças vigentes do MPMA, estando em desacordo com os dispositivos art. 58, III. O art. 67, da Lei 8666/93.

**18.4.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Cumpre esclarecer que a Comissão Permanente de Licitação da PGJ/MA, tem como uma de suas metas a obediência aos regulamentos e normas que regem os procedimentos licitatórios e as contratações deles derivados, especialmente no que determina a Lei de Licitações e Contratos. Em relação a planilha em análise, temos contratos cujo objeto é a locação de imóveis para atender as Promotorias de Justiça, os quais a Administração, visando a facilidade na gestão e fiscalização contratual, designou um único servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos de locação, visto que atualmente esta PGJ/MA conta com 65 (sessenta e cinco) contratações derivadas de locação de imóveis, todos eles tendo como gestor o Coordenador de Serviços Gerais. Outros contratos que não constam o nome do fiscal são derivados de Atas de Registro de Preços, ou contratações de objetos com entrega imediata tendo como gestor e fiscal o Coordenador do setor que originou o Termo de Referência ou Projeto Básico. (Segue anexo nova planilha de Gestores e Fiscais de Contrato 2014).

**b)** Encaminhar planilha referente aos anos de 2012, 2013 e 2014 com as seguintes informações: total em valores de adesões, inexigibilidades, dispensas, tomadas de preços, concorrências, pregões presenciais e pregões eletrônicos, não encaminhada durante a inspeção no formato solicitado previamente.

**18.4.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** As informações solicitadas foram entregues no formato de planilha eletrônica, conforme orientações que nos foram passadas pela diretoria-geral, confeccionadas no programa software LibreOffice CALC, utilizado por esta Procuradoria-Geral de Justiça. Cabe informar que durante o período da correição foi solicitado planilhas no formato EXCEL, porém não foi possível atender pelo fato de que não dispomos de tal ferramenta. Acontece que quando da semana da correição a Auditora solicitou outras informações em formato de planilha. Tal solicitação foi atendida com a entrega do quadro geral anexo e entregue em arquivo digital à referida Auditora. A questão foi que ela fez uma série de exigências de compilação de dados – exigências essas não solicitadas anteriormente – a exemplo do valor total de licitações realizadas na modalidade de pregão presencial. Tal informação necessitaria de um somatório condicional ou utilização de filtros, ou ainda, utilização de fórmulas condicionais. O programa utilizado por esta Procuradoria tem uma limitação quanto ao número de linhas que podem fazer parte desse somatório condicional. O servidor que estruturou a tabela conhece o EXCEL, programa que poderia realizar a tarefa, no entanto, a licença desse programa não é gratuita e não está instalado nesta CPL. A exigência de somatório de células específicas é exagerada, sendo, a nosso entender, ônus de quem vai apreciar a tabela, não sendo obrigação de quem forneceu os dados solicitados. Em suma, a tabela entregue à Auditora e novamente encaminhada (em anexo) contém todos os dados solicitados, no entanto, os cálculos condicionais que a Auditora solicitou no momento em que permaneceu nesta PGJ, não puderam ser realizados pelo programa que utilizamos (CALC) e, além disso, não foram previamente solicitados.

**c)** Encaminhar planilha de Dispensa de Inexigibilidade fundamentada no art. 24, inciso II da Lei 8666/93 com as seguintes informações: nº processo, objeto, valor contratado, nome do contratado, dia do empenho e dotação orçamentária até o item da despesa.

**18.4.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A unidade informou que encaminhou, em anexo, a informação solicitada

**d)** Identificado nos processos de contratação direta a ausência de certidão exigida no parágrafo 4º da Resolução Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP nº 01/2005 e nº 07/2006.

**18.4.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Quanto a ausência da certidão verificada nos processos de contratação direta por dispensa de licitação, a Comissão Permanente de Licitação tem a esclarecer que vem adotando os mesmos critérios de análise nas contratações derivadas de licitação como nos procedimentos de

contratação direta por dispensa ou inexigibilidade, em observância ao artigo 9º, inciso III da lei 8.666/93, como em obediência as exigências contidas nas Resoluções nº. 01/2005 e nº. 07/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. A exemplo da certidão que é exigida nos editais de Licitações, passaremos a compor o processo de contratação direta com tal certidão.

## 18.5. ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

a) Inexistência de depreciação para os bens patrimoniais conforme previsto nas normas de contabilidade pública em suas Portarias nº 467/2009, nº 01/2011 e nº 406/2011, nº 634/2013 e nº 733/2014 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.1 e NBC T 16.2.

**18.5.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme informado na época da inspeção do CNMP, está sendo desenvolvido um sistema para controle dos bens patrimoniais do Ministério Público, denominado GESP, onde será possível atender as normas de contabilidade pública para depreciação dos bens, conforme cronograma repassado pela CMTI da PGJ, a fase de construção do mencionado sistema tem previsão de entrega para teste por parte desta Coordenadoria de Administração até dia 29/05/2015. Quanto a finalização das melhorias do sistema a empresa terá prazo máximo de 4 (quatro) meses com base em prazos contratuais, conforme documento anexo.

b) Sistema de patrimônio e almoxarifado não atende as necessidades do MPMA, pois não é possível verificar no patrimônio a quantidade por item, sendo elaborado pela unidade em forma de EXCELL, bem como não há previsão no sistema de depreciação.

**18.5.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** No sistema GESP, está previsto o controle dos bens patrimoniais em estoque por item.

## 18.6. IMÓVEIS

a) Detectada a ausência de averbações das construções em 21 (vinte e um) imóveis, estando em desacordo com o art. 246 e art. 167, III, da Lei 6.015/73.

**18.6.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Informamos que das 21 (vinte e um) construções, foram averbadas 02 (duas) das Promotorias de Justiça de Matinha e Paraibano, conforme documentos anexo. Quanto as demais estão sendo tomadas as providências necessárias para regularização das averbações, estando os outros processos em tramitação para regularização dos imóveis, conforme relação em anexo, considerando que não existia ação neste sentido antes de 2012.

b) Identificada a inexistência de Vistoria do Corpo de Bombeiros comprometendo o resguardo do patrimônio público, a melhor utilização dos bens imóveis, bem como a segurança daqueles que trabalham e circulam nos prédios.

**18.6.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme declaração da Engenharia da PGJ, imóveis com área inferior a 750,00 m, conforme legislação Estadual não necessita da vistoria do Corpo de Bombeiros. Vide certidão engenharia.

c) Observada pendências de documentação de transferência em 09 (nove) imóveis.

Imóvel/ Localidade	Documentos
Bequimão	Imóvel doado ao MPMA, contudo não efetuada a transferência de propriedade no Registro de Imóveis.
Bom Jardim	Imóvel doado ao MPMA, contudo não efetuada a transferência de propriedade no Registro de Imóveis.
Presidente Dutra	Aguardando o envio de cópias da escritura pública de doação e de certidão atualizada na matrícula do imóvel solicitada à unidade ministerial local.
Santa Inês	Aguardando o envio de cópias da escritura pública de doação e de certidão atualizada na matrícula do imóvel solicitada à unidade ministerial local
Santa Rita	Aguardando o envio da escritura pública e certidão imobiliária atualizada de um terreno doado ao MP pelo o município de Santa Rita/ MA
Santo Antônio dos Lopes	Aguardando o envio da escritura pública e certidão imobiliária atualizada de um terreno doado ao MP pelo o município de Santo Antônio dos Lopes/ MA
São João Batista	Aguardando o envio da escritura de um terreno doado ao MP pelo o município de São João Batista/ MA
São Luís (sede da Procuradoria Geral de Justiça)	Aguardando a certidão atualizada da matrícula do imóvel solicitada junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital o processo de transferência do terreno doado pelo Estado do Maranhão para o patrimônio do MPMA.
São Luís (sede das Promotorias de Justiça da Capital)	Tramitando no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital o processo de transferência do terreno doado pelo Estado do Maranhão ao Ministério Público do Maranhão, bem como a averbação da construção nele efetuada.

#### 18.6.c. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.

IMÓVEL LOCALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
BEQUIMÃO	Esta Coordenadoria por meio do memo nº 49/2015-CAD, com data de 11/02/2015, gerando o PA nº 1647AD/2015, solicitou as providências necessárias para a regularização da doação do imóvel. O Gabinete da Procuradora Geral de Justiça expediu Portaria 3098/2015-GPGJ de 07/05/2015, delegando atribuições ao respectivo Promotor, para que possa realizar junto ao Cartório de Registros de Imóveis, atos necessários para a regularização do mesmo, (documentos em anexo).
BOM JARDIM	As providências necessárias estão sendo requeridas e reiteradas desde 2012 por esta Coordenadoria, através dos memorandos: nº 306/2013-CAD, gerando o PA nº 10092AD/2013, e 43/2015-CAD, PA nº 1648AD/2015, estando aguardando as devidas providências, (documentos em anexo).
PRESIDENTE DUTRA	As providências necessárias estão sendo requeridas e reiteradas desde 2014 através do Memo nº 243/2014-CAD, com data de 13/10/14, gerando o PA nº 10751AD/2014, memo nº 244/2014-CAD, gerou o PA nº 10749AD/2014, estamos aguardando o envio de cópia da escritura pública de doação e de certidão atualizada na matrícula (documentos em anexo).
SANTA INÊS	As providências necessárias estão sendo requeridas e reiteradas desde 2014 através do Memo Nº 178/2014-CAD, com data de 14/08/2014, gerando o PA nº 8511AD/2014, segundo ofícios nº 152/2014-DPJSI, 051/2015-DPJSI, 026/2015-DPJSI, enviados pelo diretor das Promotorias de Justiça, (em anexo).. Estamos aguardando que o setor Engenharia envie memorial descritivo para a Promotoria de Santa Inês, que com o documento providenciara a devida regularização do terreno doado e posteriores registros e averbações necessárias, (documentos em anexo).
SANTA RITA	Quanto a regularização do terreno, esta Coordenadoria por meio do memo nº 49/2015-CAD, com data de 11/02/2015, gerando o PA nº 1647AD/2015, solicitou as providências necessárias para a regularização da doação. O Gabinete da Procuradora Geral de Justiça expediu Portaria 3098/2015-GPGJ de 07/05/2015, delegando atribuições ao respectivo Promotor para que possa realizar junto ao Cartório de Registro de Imóveis, atos necessários para a regularização do terreno doado, (documentos em anexo).
SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	As providências necessárias estão sendo requeridas e reiteradas desde 2014 através do memo Nº 318/2014-CAD, gerando o PA nº 13258AD/2014 e pelo memo nº 38/2015-CAD gerando o PA nº 1071AD/2015, já foi providenciado junto ao município de Santo Antônio dos Lopes o envio da Lei nº 003/2013 para o que o cartório providencie o registro da doação do terreno ao Ministério Público. Estamos aguardando o envio da escritura, (documento em anexo).



SÃO JOÃO BATISTA	As providências necessárias estão sendo requeridas através do memo Nº245/2014-CAD, gerou o processo nº10756AD/2014. Será pleiteado junto ao município de São João Batista, aprovação de uma nova Lei de doação, tendo em vista que, o ProjetoLei nº 12/2013, na qual autorizou a doação do terreno ao Ministério Público,estabeleceu 29/05/2015, como prazo final para construção da sede.
SÃO LUÍS (sede da Procuradoria Geral de Justiça)	Recebemos Ofício nº 619-2014-SAMOP-SEGEP, da Secretária Adjunta de Gestão, Modernização e Patrimônio informando que o Executivo Estadual, após o prazo de vedação constitucional será providenciada regularização da “doação” feita ao MPMA, uma vez que quando solicitado ao cartório de imóveis a cópia da escritura pública, foi constatado que a titularidade do imóvel ainda não foi transferida para o Estado do Maranhão, somente após o saneamento desta pendência é que a titularidade do bem poderá ser transferida ao Ministério Público. (documento em anexo).
SÃO LUÍS (sede das Promotorias de Justiça da Capital)	A escritura e o registro do imóvel já fora expedida, (em anexo), entretanto não há ainda a averbação da construção porque a obra não estando concluída impede a expedição do “habite-se” bem como a CND (documentos estes necessários) para tal procedimento. (documento em anexo).

d) Encaminhar publicação e componentes da comissão de fiscalização de obras e da comissão de recebimento de obras.

**18.6.d. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Conforme Portaria em anexos, encaminhados à Corregedoria Nacional, toda obra possui uma comissão de servidores designadas para tal.

## 18.7. VEÍCULOS

a) Identificada no diário de bordo o registro dos deslocamentos dos veículos a ausência de indicação clara e precisa do motivo, local e endereço a que se destina o veículo, estando em desacordo com o entendimento deste CNMP em relação ao Relatório de Inspeção Conclusivo da Corregedoria Nacional da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro, bem como comparações com outras normas na administração pública brasileira.

**18.7.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Os documentos de diário de bordo apresentados não dispõem de espaço suficiente para preenchimento quando se trata de vários itinerários, mas o diário é confrontado com a solicitação de veículo, a qual é preenchida com todas informações (indicação do motivo, local e endereço a que se destina o veículo). Além do mais, já estamos com o sistema informatizado de solicitação de veículos, em fase de teste, o qual constará as informações de: Unidade/Solicitante; Data/Hora; Destino/Endereço; Motivo/Autorização; Avaliação do atendimento; Avaliação do Motorista; Relatórios Sintéticos e Analíticos (atendimento/destino/consumo/quilometragem por veículo/entre outros).



DATA	HORA	DESTINO	COMENTÁRIOS
20/10/14	08:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	10:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	12:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	14:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	16:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	18:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	20:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	22:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	24:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	26:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	28:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público
20/10/14	30:00	Procuradoria Geral de Justiça	Para atendimento ao público

## VEÍCULOS DA PGJ

ITEM	COMARCA	VEÍCULO	MARCA	PLACA	COMBUSTIVEL	ANO
1		PALIO WEEKEND	FIAT	OJO7122	ALCOOL/GAS	2013/2014
2	ACAILÂNDIA	MOTO CARGO	HONDA	HOO1569	GASOLINA	2000/2000
3	ARAIOSES	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP2861	ALCOOL/GAS	2014/2014
4	BACABAL	RANGER	FORD	NXP2269	GASOLINA	2012/2012
5	BALSAS	S10	CHEVROLET	OIR9387	GASOLINA	2011/2011
6	BARRA DO CORDA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHF0189	ALCOOL/GAS	2007/2008
7	BARREIRINHAS	RANGER	FORD	NXP4173	GASOLINA	2012/2012
8	BREJO	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP7087	ALCOOL/GAS	2014/2014
9	BURITI	UNO MILLE 1.0	FIAT	OJB4095	ALCOOL/GAS	2013/2013
10	BURITICUPU	RANGER	FORD	NXP1832	GASOLINA	2012/2012
11		UNO MILLE 1.0	FIAT	NHF0031	ALCOOL/GAS	2007/2008
12	CAXIAS	RANGER	FORD	NXP4103	GASOLINA	2012/2012
13	CAROLINA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHF0283	ALCOOL/GAS	2007/2008
14	CANTANHEDE	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4818	ALCOOL/GAS	2008/2009
15	CHAPADINHA	RANGER	FORD	NXO7826	GASOLINA	2012/2012
16	CODÓ	RANGER	FORD	NXP3035	GASOLINA	2012/2012
17	COELHO NETO	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP3804	ALCOOL/GAS	2008/2009
18	COLINAS	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4891	ALCOOL/GAS	2008/2009
19	COROATÁ	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP5107	ALCOOL/GAS	2008/2009
20	CURURUPU	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP6267	ALCOOL/GAS	2008/2009
21	DOM PEDRO	UNO MILLE	FIAT	OJA7286	ALCOOL/GAS	2013/2013
22	ESTREITO	UNO MILLE	FIAT	OJB0821	ALCOOL/GAS	2013/2013
23	GRAJAÚ	PÁLIO 1.4	FIAT	NMV1340	ALCOOL/GAS	2009/2010
24		L 200	MITSUBISHI	NMW5140	DIESEL	2010/2010
25	IMPERATRIZ	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP3112	ALCOOL/GAS	2013/2014
26		LIVINA	NISSAN	NXM6331	ALCOOL/GAS	2011/2011
27	ITAPECURU-MIRIM	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF6957	ALCOOL/GAS	2013/2014
28	JOÃO LISBOA	PÁLIO 1.4	FIAT	NMU7434	ALCOOL/GAS	2009/2010
29	LAGO DA PEDRA	PÁLIO 1.4	FIAT	NMV0513	ALCOOL/GAS	2009/2010
30	LORETO	UNO MILLE	FIAT	OJB5200	ALCOOL/GAS	2013/2013
31	MANGABEIRAS	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP3726	ALCOOL/GAS	2008/2009
32	MARACAÇUMÉ	UNO MILLE	FIAT	OJB0752	ALCOOL/GAS	2013/2013
33		UNO MILLE 1.0	FIAT	NHF1830	ALCOOL/GAS	2007/2008
34	MONTES ALTOS	MOTO CARGO	HONDA	HPU5308	GASOLINA	2004/2005
35	MORROS	PRISMA	CHEVROLET	NHE5675	ALCOOL/GAS	2007/2008
36	NUNES FREIRE	UNO MILLE 1.0	FIAT	OJF4172	ALCOOL/GAS	2013/2013
37	PAÇO LUMIAR	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP0597	ALCOOL/GAS	2013/2014
38	PARAIBANO	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP7127	ALCOOL/GAS	2014/2014
39	PEDREIRAS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO7132	ALCOOL/GAS	2013/2014
40	PINHEIRO	RANGER	FORD	NXP2701	GASOLINA	2012/2012
41	PORTO FRANCO	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4374	ALCOOL/GAS	2008/2009
42	PRESIDENTE DU-TRA	S10	CHEVROLET	OIR2546	GASOLINA	2011/2011
43	RÁPOSA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP 6450	ALCOOL/GAS	2008/2009
44	RIBAMAR	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP7117	ALCOOL/GAS	2013/2014
45	RIACHÃO	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP5617	ALCOOL/GAS	2008/2009
46	ROSÁRIO	PÁLIO 1.4	FIAT	NMV1320	ALCOOL/GAS	2009/2010
47	SANTA INÊS	RANGER	FORD	NXP2259	GASOLINA	2012/2012
48	SANTA LUZIA DO PARUÁ	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP7760	ALCOOL/GAS	2014/2014
49	SANTA LUZIA DO TIDE	PÁLIO 1.4	FIAT	NMY9216	ALCOOL/GAS	2010/2010
50	SÃO BENTO	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHF0293	ALCOOL/GAS	2007/2008
51	SÃO BERNARDO	UNO MILLE	FIAT	OJB0772	ALCOOL/GAS	2013/2013
52	SÃO DOMINGOS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO6138	ALCOOL/GAS	2014/2014
53	SÃO FRANCISCO	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP2673	ALCOOL/GAS	2014/2014
54	SÃO MATEUS	UNO MILLE	FIAT/	OJB1425	ALCOOL/GAS	2013/2013
55	SÃO LUÍS	MICROÔNIBUS	MERCEDES BENZ	NNA2541	DIESEL	2009/2009
56	SÃO LUÍS	SW4	TOYOTA	NXF8128	DIESEL	2011/2011
57	SÃO LUÍS	SW4	TOYOTA	OIY8101	DIESEL	2013/2013
58	SÃO LUÍS	SENTRA	NISSAN	NXL9114	ALCOOL/GAS	2011/2011
59	SÃO LUÍS	SENTRA	NISSAN	NXL8566	ALCOOL/GAS	2011/2011
60	SÃO LUÍS	SENTRA	NISSAN	NXM4927	ALCOOL/GAS	2011/2011
61	SÃO LUÍS	SENTRA	NISSAN	NXM2422	ALCOOL/GAS	2011/2011
62	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM7585	ALCOOL/GAS	2011/2011
63	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM6569	ALCOOL/GAS	2011/2011
64	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM5702	ALCOOL/GAS	2011/2011
65	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM2444	ALCOOL/GAS	2011/2011

66	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM7565	ALCOOL/GAS	2011/2011
67	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM8253	ALCOOL/GAS	2011/2011
68	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM7728	ALCOOL/GAS	2011/2011
69	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM2314	ALCOOL/GAS	2011/2011
70	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM6209	ALCOOL/GAS	2011/2011
71	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM7815	ALCOOL/GAS	2011/2011
72	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM7766	ALCOOL/GAS	2011/2011
73	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM8243	ALCOOL/GAS	2011/2011
74	SÃO LUÍS	LIVINA	NISSAN	NXM6559	ALCOOL/GAS	2011/2011
75	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF1036	ALCOOL/GAS	2013/2014
76	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF3591	ALCOOL/GAS	2013/2014
77	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO6955	ALCOOL/GAS	2013/2014
78	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF5233	ALCOOL/GAS	2013/2014
79	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF4192	ALCOOL/GAS	2013/2014
80	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO2804	ALCOOL/GAS	2014/2014
81	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO8859	ALCOOL/GAS	2013/2014
82	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO6623	ALCOOL/GAS	2014/2014
83	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJE9904	ALCOOL/GAS	2013/2014
84	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO6811	ALCOOL/GAS	2013/2014
85	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO2774	ALCOOL/GAS	2013/2014
86	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO6603	ALCOOL/GAS	2013/2014
87	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP0717	ALCOOL/GAS	2013/2014
88	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF4075	ALCOOL/GAS	2013/2014
89	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJE9914	ALCOOL/GAS	2013/2014
90	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJF4085	ALCOOL/GAS	2013/2014
91	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJO8284	ALCOOL/GAS	2014/2014
92	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP4619	ALCOOL/GAS	2014/2014
93	SÃO LUÍS	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP3132	ALCOOL/GAS	2014/2014
94	SÃO LUÍS	LINEA	FIAT	NMU8553	ALCOOL/GAS	2009/2010
95	SÃO LUÍS	LINEA	FIAT	NMU7119	ALCOOL/GAS	2009/2010
96	SÃO LUÍS	LINEA	FIAT	NMY4274	ALCOOL/GAS	2010/2010
97	SÃO LUÍS	LINEA	FIAT	NMY2556	ALCOOL/GAS	2010/2010
98	SÃO LUÍS	LINEA	FIAT	NMY5225	ALCOOL/GAS	2010/2010
99	SÃO LUÍS	PÁLIO 1.4	FIAT	NMU9498	ALCOOL/GAS	2009/2010
100	SÃO LUÍS	PÁLIO 1.8	FIAT	NMU9450	ALCOOL/GAS	2009/2010
101	SÃO LUÍS	PÁLIO 1.4	FIAT	NMV1067	ALCOOL/GAS	2009/2010
102	SÃO LUÍS	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4171	ALCOOL/GAS	2008/2009
103	SÃO LUÍS	UNO MILLE	FIAT	OJB0189	ALCOOL/GAS	2013/2013
104	SÃO LUÍS	DUCATO CARGO	FIAT	NHE9875	DIESEL	2007/2008
105	SÃO LUÍS	DUCATO MINIBUS	FIAT	DTR7203	DIESEL	2006/2007
106	SÃO LUÍS	L 200	MITSUBISHI	NMW3987	DIESEL	2010/2010
107	SÃO LUÍS	L 200	MITSUBISHI	NHN8746	DIESEL	2008/2008
108	SÃO LUÍS	RANGER	FORD	OJJ4893	DIESEL	2013/2013
109	SÃO LUÍS	RANGER	FORD	OJJ1794	DIESEL	2013/2013
110	SÃO LUÍS	RANGER	FORD	OJJ5188	DIESEL	2013/2013
111	SÃO LUÍS	RANGER	FORD	OJP8633	DIESEL	2013/2013
112	SÃO LUÍS	VAN TRANSIT	FORD	OJH7556	DIESEL	2013/2013
113	SÃO LUÍS	PRISMA	CHEVROLET	NHE5913	ALCOOL/GAS	2007/2008
114	SÃO LUÍS	VECTRA	CHEVROLET	NHN9393	ALCOOL/GAS	2008/2008
115	SÃO LUÍS	VECTRA	CHEVROLET	NHO1230	ALCOOL/GAS	2008/2009
116	SÃO LUÍS	CAMINHÃO BAÚ	AGRALE	NHQ8868	DIESEL	2008/2008
117	SÃO LUÍS GONZA- GA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP5268	ALCOOL/GAS	2008/2009
118	SENADOR LA RO- QUE	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4469	ALCOOL/GAS	2008/2009
119	TIMBIRAS	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP4394	ALCOOL/GAS	2008/2009
120		PALIO WEEKEND	FIAT	OJF4499	ALCOOL/GAS	2013/2014
121	TIMON	LIVINA	NISSAN	NXM2454	ALCOOL/GAS	2011/2011
122		RANGER	FORD	NXO8184	GASOLINA	2012/2012
123	TUNTUM	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP3746	ALCOOL/GAS	2008/2009
124	TURIAÇU	PÁLIO 1.4	FIAT	NMZ0391	ALCOOL/GAS	2010/2010
125	TUTÓIA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP6307	ALCOOL/GAS	2008/2009
126	VIANA	UNO MILLE 1.0	FIAT	NHP3132	ALCOOL/GAS	2008/2009
127	VITORINO FREIRE	PALIO WEEKEND	FIAT	OJP0647	ALCOOL/GAS	2013/2014
128	ZÉ DOCA	UNO MILLE	FIAT	OJB1445	ALCOOL/GAS	2013/2013

**REQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA VIAGEM**

UNIDADE: Corregedoria de Obras, Engenharia e Arquitetura.  
DESTINO(S): ESPERANTINÓPOLIS E ST LUIZ DO PARUÁ  
SAÍDA: 20.10.2014

RETORNO: 22.10.2014

FINALIDADE(S): Vistorias de Avaliação dos prédio sedes de Promotorias de Justiça

NOME DO 1º PASSAGEIRO: Nelson Oliveira Castro

ENDEREÇO: Av. General Afonso Carneiro, Cond. Jacumã 2, casa 15, Tuna.

HORA: 08:00h

São Luís, 15 de outubro de 2014.

*[Assinatura]*  
\_\_\_\_\_  
AUTORIZAÇÃO DO DIRETOR GERAL

**PARA USO DA COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**

VEÍCULO: \_\_\_\_\_ PLACA: \_\_\_\_\_  
MOTORISTA: \_\_\_\_\_  
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: \_\_\_\_\_  
DESTINO: \_\_\_\_\_  
1º PASSAGEIRO: \_\_\_\_\_  
SAÍDA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

SETOR DE TRANSPORTES

COORD. SERV. GERAIS

RECEBIDO  
em 15.10.2014  
Sf. do Tráf.

**SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

12) Cópia do(s) edital(is) e contratos relativos ao(s) serviço(s) de mão-de-obra terceirizada (como seguranças, auxiliares, serventes, ascensoristas, motoristas, recepcionistas, telefonistas e etc).

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

13) Constam das licitações e contratos a convenção coletiva a qual pertence cada categoria?

( X ) Sim ( ) Não

14) Apresentar planilha de custos de cada cargo/posto contratado.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

15) Planilha (Excel ou OpenOffice habilitadas para edição) dos valores das remunerações de cada cargo/posto terceirizado contratado e valor efetivamente pago à empresa contratada por cargo/posto.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

16) Existe procedimento de controle e verificação das atividades diárias, semanais e mensais de cada um dos postos contratados? Caso exista, apresentar cópia das rotinas.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

17) Existe gestor para cada um dos contratos de terceirização? Caso exista, apresentar lista dos gestores e os respectivos contratos pelos quais são responsáveis.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

18) Há realização de atividades administrativas por funcionários terceirizados? Se sim, apresentar cópia do detalhamento das atividades previstas na licitação, contrato e convenção coletiva.

( ) Fornecido ( X ) Não fornecido

## IMÓVEIS

38) Relação das áreas de distribuição das promotorias em imóveis próprios, alugados, cedidos ou em espaços na estrutura do Poder Judiciário e outros, conforme modelo a seguir:

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

39) Apresentar índice ou forma de cálculo que embasam os cálculos dos valores dos alugueis.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

40) Apresentação de cópias da inspeção do corpo de bombeiros de cada um dos imóveis utilizados (próprios ou não)

( ) Fornecido ( X ) Não fornecido

41) Cópias de eventuais normas internas que imponham limites nos gastos com telefones, impressões, fotocópias e outros recursos tecnológicos colocados à disposição dos membros e servidores.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

42) Cópias de normas, instruções de serviço ou regras similares, orientando quanto à correta administração, controle e utilização da frota de veículos.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

43) Cópia de modelo do relatório de controle diário sobre a utilização de cada um dos veículos de representação e serviço, com informações relativas ao: motivo do deslocamento; quilometragem inicial e final, por deslocamento; detalhamento dos itinerários percorridos; e horários de saída e chegada com a assinatura do responsável pela utilização.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

44) Declaração sobre a existência ou não de relatórios gerenciais sobre a utilização dos veículos e que especifiquem, com precisão: as quilometragens iniciais, finais e as percorridas em cada mês; os abastecimentos efetuados; o rendimento litro/quilometragem; o custo das peças substituídas; os custos de eventuais reparos; e os serviços executados.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

45) Cópia da normatização interna sobre responsabilização em caso de sinistro ou multas nos veículos.



( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

46) Apresentar normatização sobre o uso e guarda de veículos, fora dos horários de expediente.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

47) Declaração da existência ou não de relatórios de vistoria nos veículos pelo encarregado do Setor.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

48) Caso tenha veículos locados, apresentar o procedimento licitatório, contrato e pagamentos dos últimos 6 meses.

( ) Fornecido ( X ) Não fornecido

49) Apresentar quantitativo de motoristas do quadro e motoristas terceirizados.

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

50) Cópia de eventual norma interna que estabeleça a identidade visual dos veículos

( X ) Fornecido ( ) Não fornecido

São Luís, 10 de novembro de 201

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenador de Serviços Gerais/PGJ/MA

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS – SEÇÃO DE TRANSPORTE			
SOLICITAÇÃO DE VEÍCULO		PASSAGEIRO	
UNIDADE SOLICITANTE	GAB. Dr. Rita		
DESTINO	Forum / PGJ		
TIPO DE VEÍCULO	PLACA	DATA	HORA
Semtra	007	05/11/2014	10h
HORA/SAÍDA	HORA/CHEGADA	MOTORESTA	
09:45	14:35	Paulo	
KMSAÍDA	KMSCHEGADA	KMS RODADOS	
18.785	18.804		
OBSERVAÇÃO			
ASSINATURA DA CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE		ASSINATURA DO MOTORISTA	
		Paulo	

b) Encaminhar a relação de veículos com as seguintes informações: placa, modelo, ano e lotação.

**18.7.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A relação de veículos com as informações: placa, modelo, ano e lotação, foi entregue durante o período da inspeção do CNMP.



## 18.8. CONTROLE INTERNO

a) Constatou-se que a Assessoria de Controle Interno apresenta características de gestão administrativa do órgão, atuando como parte necessária no fluxo de gestão em desconformidade ao Princípio da Segregação de Funções, Instrução Normativa TCU, nº 63/2010, The International Organisation of Supreme Audit Institutions – INTOSAI, Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.8, Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC nº 01 06/04/2001.

Assessoria de Controle Interno mantém-se executando atribuições administrativas, restando-lhe tempo exíguo para as atribuições estabelecidas nos artigos 70, 74 e 75 da Constituição Federal, artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº 101/2000, artigos 77 e 78 da Lei nº 4.327/64 e artigo 7, inciso VII, alínea “b” da Lei nº 12.527/2011.

A Assessoria de Controle Interno, dentre outras funções, deve averiguar a consistência e a qualidade dos controles internos das áreas administrativas, bem como, apoiar as atividades do controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas.

**18.8.a. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Considerando as constatações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, no tocante ao item 18.8 CONTROLE INTERNO, informamos que: Para que as questões suscitadas no sobredito Relatório Preliminar de Inspeção – especificamente aquelas consignadas nos itens 17.4.5 e 18.8 – sejam aclaradas, é necessário que preliminarmente resgatemos o cenário que antecedia a edição do Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), pelo qual foi determinada a divisão da Assessoria de Controle Interno e Auditoria em duas Assessorias distintas, porém complementares, a saber: Assessoria de Controle Interno e Assessoria de Auditoria Interna. Não é demasiado rememorar o registro em Processo Administrativo próprio (P.A. nº. 1785AD/2011) de que o desempenho das atribuições regimentais da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria, notadamente quanto à realização periódica sistemática de auditorias, vinha sendo prejudicado pela expressiva demanda processual ali existente em franca ascensão, cujo atendimento implicava a contínua emissão de pareceres sobre questões que exigiam tratamento célere.

Considerou-se, também, dada a especificidade e complexidade das atividades em questão, ser indesejável sua aglutinação sob a responsabilidade de uma mesma assessoria, o que, por exemplo, conduziria a uma situação esdrúxula em que um mesmo setor auditoria matéria já objeto das funções de controle propriamente ditas exercidas por si próprio, ferindo frontalmente o princípio da segregação de funções que almeja, sobretudo, garantir ou fortalecer os da moralidade, da eficiência e da especialidade. Entendeu-se, ainda, que a cisão da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria promoveria atuações distintas em prol da elevação da transparência, da credibilidade e da confiabilidade do sistema de controle interno desta Instituição, minimizando de forma significativa os problemas enfrentados, além de, obviamente, aperfeiçoar os atos administrativos mediante a valorização do princípio da eficiência, que se impõe a todo agente público para que execute suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. Judiciosamente atenta a esses aspectos, bem como à necessidade de que fossem aprimorados os mecanismos de controle na forma requerida nos artigos 70, 74 e 75 da Carta Magna de 1988 e também na legislação infraconstitucional, a Administração Superior deste Ministério Público, nos considerandos do já mencionado Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ, assim consignou:

*ATO REGULAMENTAR Nº 002/2012 - GPGJ*

*Altera o Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ e dá outras providências.*

*(...)*

*Considerando a necessidade de segregar as atribuições de controle interno e auditoria, como forma de fortalecer, sobretudo, os mecanismos internos de acompanhamento de toda a admi-*

*nistração, atuando o controle internopreventivamente e a auditoria,posteriormente, avaliando a eficiência do controle interno; (grifamos)*

Assim, dada a imprescindibilidade da cisão da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria, visando segregar as funções e atividades de auditoria das de controle interno – e, por conseguinte, aprimorá-las – houve, referenciada na Lei Estadual nº. 9.517/2011 (Diário Oficial, Poder Executivo, 06/12/2011), a edição do retrocitado Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ, por meio do qual foram elencadas as atribuições inerentes intrinsecamente às Assessorias de Controle Interno e de Auditoria Interna, assim como aos respectivos Assessores-Chefes de Controle Interno e de Auditoria, nos seus artigos 1º., 2º., 3º., 9º., 10, 16 e 17, respectivamente, o que, por corolário, alterou o Regimento Interno deste Parquet, senão vejamos:

*ATO REGULAMENTAR Nº. 002/2012-GPGJ*  
*[Publicado no D. O. Poder Judiciário, em 14/02/2012]*  
*Altera o Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ e dá outras providências.*  
*A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO,*  
*no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 8º., incisos I e VI, da Lei Complementar*  
*Estadual nº. 13/1991,*  
*(...)*  
*Considerando a necessidade de segregar as atribuições de controle interno e auditoria, como*  
*forma de fortalecer, sobretudo, os mecanismos internos de acompanhamento de toda a adminis-*  
*tração, atuando o controle interno preventivamente e a auditoria, posteriormente, avaliando a*  
*eficiência do controle interno;*  
*(...)*  
*RESOLVE:*  
*Art. 1º. Fica extinta a Assessoria de Controle Interno e Auditoria.*  
*Art. 2º. Fica criada a Assessoria de Controle Interno.*  
*Art. 3º. Fica criada a Assessoria de Auditoria Interna.*  
*(...)*  
*Art. 9º. O artigo 91 do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ passa a vigorar com a*  
*seguinte redação:*

*“Art. 91 Compete à Assessoria de Controle Interno:*  
*I - assessorar a Administração Superior em matéria de sua atribuição;*  
*II - analisar e manifestar-se acerca da regularidade dos processos administrativos;*  
*III - elaborar relatórios, pareceres e recomendações;*  
*V [sic] - acompanhar a implementação das recomendações, bem como as providências adotadas*  
*pelas unidades administrativas envolvidas;*  
*V - examinar a adequação e eficácia dos controles;*  
*VI - avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros;*  
*VII - elaborar os relatórios de gestão exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;*  
*VIII - acompanhar o cumprimento de metas e avaliar os resultados na sua área de atuação;*  
*IX - elaborar e analisar cálculos afetos a sua área de atuação;*  
*X - observar as legislações, as normas e as instruções do Conselho Nacional do Ministério*  
*Público e dos Tribunais de Contas da União e do Estado, pertinentes à sua área de atuação;*  
*XI - zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno;*  
*XII - avaliar regulamentos e manuais relativos ao funcionamento das atividades e dos processos*  
*de trabalho relativos a sua área de atuação;*  
*XIII - conscientizar e orientar os diversos segmentos do Ministério Público sobre a importância*  
*do sistema de controle interno para a proteção do patrimônio público;*  
*XIV - orientar os gestores da Procuradoria Geral de Justiça no desempenho efetivo de suas*  
*funções e responsabilidades;*  
*XV - executar os demais procedimentos correlatos com as funções de Controle Interno;*  
*XVI - exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria”.*

*Art. 10 O Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ passa a vigorar acrescido do art. 91-A,*

com a seguinte redação:

“Art. 91-A Compete à Assessoria de Auditoria Interna:

I - assessorar a Administração Superior em matéria de sua atribuição;

II - elaborar e submeter previamente ao Procurador-Geral de Justiça o Plano Anual de Auditoria Interna e promover sua execução;

III - realizar auditorias nas áreas atinentes à Folha de Pagamento, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira, Procedimentos Licitatórios e Contratos Administrativos e em outras que guardem relação de pertinência com a matéria, as quais terão como atividades:

a) exame da fidedignidade das informações e registros contábeis e operacionais;

b) verificação da exatidão dos cálculos;

c) avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos mecanismos de controle interno das unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça;

d) promoção de diligências, visando à obtenção de informações e esclarecimentos para melhor fundamentar suas conclusões;

e) solicitação, quando necessário, de parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado acerca de questões que exijam conhecimento específico; e

f) elaboração de relatórios, de forma a expressar claramente suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela Administração Superior.

IV - acompanhar a implementação das recomendações, bem como as providências adotadas pelas unidades administrativas envolvidas;

V - observar as legislações, as normas e as instruções do Conselho Nacional do Ministério Público e dos Tribunais de Contas da União e do Estado, pertinentes à sua área de atuação;

VI - contribuir para o aperfeiçoamento das regulamentações internas relativas ao funcionamento das atividades institucionais, objetivando racionalizar as ações de controle;

VII - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna; e

VIII - exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria.”

(...)

Art. 21 Este Ato Regularizar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Vê-se deste modo que, muito além da simples divisão formal da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria em duas assessorias distintas – inexoravelmente complementares, repise-se – a Administração Superior almejava precipuamente o fortalecimento do **sistema de controle interno** deste Órgão Ministerial, o que se fez também justamente em estrita observância ao **Princípio da Segregação de Funções**, dado que a novel **Assessoria de Auditoria** não teria como atribuição regimental a análise e manifestação acerca da regularidade dos processos administrativos na forma anteriormente efetivada pela então Assessoria de Controle Interno e Auditoria. Doravante, o monitoramento e avaliação dos controles das diversas unidades administrativas passaram a ser efetivados por duas assessorias harmônicas e independentes, ambas focadas na busca do aprimoramento do sistema de controle interno deste Órgão Ministerial, sistema esse que transborda a simples atuação das referidas assessorias. Destarte, no que tange especificamente às questões suscitadas pelo ínclito Conselho Nacional do Ministério Público a esta Assessoria de Controle Interno, para cujo tratamento julgamos tal contextualização histórica indispensável, há de se fazer o registro de duas ponderações fundamentais, a saber: A primeira é a de que a adequada avaliação do sistema de controle interno deste Ministério Público Estadual exige que descortinemos, conjunta e complementarmente, as atribuições regimentais da Assessoria de Controle Interno e da Assessoria de Auditoria Interna, posto que seus papéis se coadunam na estruturação e no funcionamento do aludido sistema. Logo, um eventual exame que convergissem para a atuação isolada de uma das assessorias em detrimento da outra certamente conduziria a um juízo imperfeito, porquanto parcial, que precipitadamente concluiria pela existência de lacunas ou mesmo de distorções tanto no sistema de controle interno deste Órgão, quanto na esfera de cada assessoria. A segunda consiste no fato de que **a atuação da Assessoria de Controle Interno tem sido pautada no estrito cumprimento a todo o conjunto de suas atribuições**, as quais, como já relatado, estão espalhadas no

Regimento Interno desta Procuradoria-Geral de Justiça. Em que pese o fato de que a atribuição de “analisar e manifestar-se acerca da regularidade dos processos administrativos” inquestionavelmente exige – tanto pelo volume documental quanto pela multiplicidade e complexidade das matérias analisadas – uma utilização maior de nossos recursos humanos e materiais tendo em vista as condições reais de trabalho e as demandas endereçadas à Assessoria, não olvidamos que mesmo tal cenário não exime da necessidade de cumprir as demais atribuições, pois presente e contínua é a exigência de que sejam avaliados os mecanismos de controle interno das diversas unidades administrativas. Esclareça-se, meramente a título de exemplo, que as questões enfrentadas quando da análise processual em comento implicam a verificação da formalidade e regularidade da documentação compulsada, dos cálculos efetuados, das pesquisas de preços, das informações e documentos dos prestadores de serviço e fornecedores, dos termos de referência ou projetos básicos, das anotações funcionais dos membros e servidores, dentre outros. Outrossim, impende igualmente esclarecermos – no intuito de elidir eventual compreensão simplista que desaguasse no risco de aquilatar injustamente os esforços no cumprimento do múnus que nos toca – que a execução da atribuição em tela (análise da regularidade dos processos administrativos) já traz consigo a necessidade inafastável de enfrentar concomitantemente outras atribuições assinaladas pela Assessoria no aludido Regimento Interno. Neste contexto, para a elaboração das manifestações que formalizam o produto das análises da referida Assessoria, a mesma é compelida, por exemplo: a examinar a adequação e eficácia dos controles das unidades envolvidas em cada tramitação; a avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros afins; a elaborar e analisar cálculos afetos a nossa área de atuação; a observar as legislações, as normas e as instruções dos órgãos de controle externo; e a avaliar regulamentos e manuais relativos ao funcionamento das atividades sob exame. Tudo com vistas a minimizar a ocorrência de falhas e inadequações na senda para o alcance dos objetivos institucionais, subsidiando com objetividade, clareza e precisão a Administração Superior em sua tomada de decisões, bem como orientando os gestores desta Procuradoria-Geral de Justiça no adequado desempenho de suas funções e responsabilidades, por meio da elaboração de recomendações para o aperfeiçoamento dos procedimentos e dos controles de suas respectivas unidades administrativas. Tal atribuição de análise e manifestação acerca da regularidade dos processos administrativos também oportuniza acompanhar a implementação das recomendações consignadas, porquanto, em regra, tais processos são encaminhados para apreciação da Assessoria de Controle Interno em diversas etapas de suas correspondentes tramitações. Prosseguindo na composição deste breve arrazoado pelo qual respeitosa e ponderamos, com a devida vênia, que a Assessoria de Controle Interno pauta suas atividades nos dispositivos constitucionais, legais e regulamentares trazidos a lume pelo excelso Conselho Nacional do Ministério Público em seu Relatório Preliminar, fazemos os seguintes apontamentos. Também efetivamente cumprida por esta Assessoria de Controle Interno é a incumbência de elaborar os **Relatórios Quadrimestrais** cuja exigência decorre da **Lei de Responsabilidade Fiscal**, relatórios tais que, combinados com o Relatório Anual que compõe prestação de contas deste Órgão, disponibilizam as informações gerenciais, dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Assinale-se que a Assessoria não ignora a necessidade de que seja fielmente cumprido o princípio constitucional da publicidade, do qual dimanam, por exemplo, os preceitos legais e regulamentares insculpidos na mencionada Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) – quanto à divulgação dos Relatórios Quadrimestrais –, na Instrução Normativa TCE/MA nº. 028/2012 – quanto ao envio anual da Prestação de Contas deste Ministério Público – e na Lei nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Em arremate, é imperioso trazer à baila que a atuação da Assessoria de Controle Interno, tomada em sua completude, destina-se à verificação da observância, nos respectivos atos administrativos, tanto dos princípios constitucionais como da legislação e das regulamentações aplicáveis, haja vista as atribuições e caracteres técnicos intrínsecos à Assessoria. Nesse diapasão, é também oportuno resgatar que a **Assessoria de Auditoria Interna**, na condição de unidade imbuída da busca **pelo fortalecimento do sistema de controle interno** deste Órgão – em atuação distinta, mas complementar à da Assessoria – **tem procedido ao cumprimento de suas atribuições** com base no Regimento Interno, **realizando auditorias** que têm como escopo as áreas: **operacional; pessoal; folha de pagamento; patrimonial; orçamentária; contábil; financeira; e**

**licitações e contratos administrativos**, no âmbito deste Ministério Público Estadual. A título informativo, impende anotar que conquanto a Assessoria de Auditoria já tenha feito auditorias na área patrimonial (no que tange aos procedimentos adotados sobre os materiais de consumo, bens permanentes e os bens imóveis para sua adequada gerência e conservação), também realiza periodicamente inspeções nos almoxarifados desta Instituição, examinando, in loco, os atos relativos à gestão dos bens de consumo e permanentes, com o propósito de avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles. Importa anotar que, considerando a normatização técnica pertinente, as atividades de auditoria têm como implicador o fato de que a matéria auditada deve ser avaliada por meio de procedimentos de análises documentais, exames dos registros, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para **aferição da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão**. Merece destaque ainda o fato de que, embora tanto a Assessoria de Controle Interno quanto a de Auditoria Interna tenham suas atuações diretamente relacionadas ao aprimoramento do sistema de controle interno, **não menos é exigido das demais unidades administrativas**, as quais também **devem constantemente avaliar e aprimorar seus próprios controles**, com vistas a garantir a confiabilidade dos seus registros e, por conseguinte, de seus atos administrativos, tudo isso objetivando minimizar a ocorrência de falhas e inadequações. Decorre disso que ambas as Assessorias, sob a égide do louvável compromisso desta Administração Superior com o perene aperfeiçoamento institucional – sem o qual todos os esforços restariam inócuos – persistem no trabalho conjunto de conscientizar e orientar os diversos segmentos deste Órgão sobre a importância do sistema de controle interno para o sucesso institucional, no sentido de fomentar uma atuação integrada de todas as unidades e agentes, que devem manter e continuamente aprimorar suas ferramentas de controle.

**b) Inexistência de programação de treinamento periódico para os servidores da Assessoria de Controle Interno.**

**18.8.b. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** Não obstante a ausência de programação de treinamento periódico para todas as competências necessárias à execução dos trabalhos da Assessoria de Controle Interno, sendo autorizados treinamentos a partir das solicitações do setor, quando da oferta de cursos por empresas especializadas, consoante informação prestada no Questionário Preliminar de Inspeção, os servidores deste setor, no período de 2012 a 2014, foram capacitados conforme quadro a seguir:

SERVIDOR	CURSO	ANO	HORAS
1 Carmen Ligia Paixão Viana	1- Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	2012	24h
	2- Formação de Controladores Internos de Órgãos Públicos.	2012	24h
	3- Processo nos tribunais de contas: acusação, defesa, julgamento e recursos.	2012	16h
	4 – Reflexos da desoneração do INSS nos contratos de construção civil e serviços contínuos.	2014	8h
	5- Gestão Tributária de Contratos e Convênios – Retenções e encargos tributários na contratação de pessoas físicas e jurídicas.	2014	24h
2 Maria Emília Martins Silva	1 – Formação de Controladores Internos de Órgãos Públicos.	2012	24h
	2 – Tomadas de Contas, Tomadas de Contas Especiais, Prestação de Contas e Controle na Administração Pública.	2012	24h

3	Flávia Mendes Pereira	1- Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	2012	24h
4	Francisca Ferreira de Sousa	1- Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	2012	24h
5	Jadiel Fernandes França	1- Gestão Tributária de Contratos e Convênios- Retenções e encargos tributários na contratação de pessoas físicas e jurídicas	2014	24h
6	Silvana Maria Nascimento de Carvalho	1 - Gestão Tributária de Contratos e Convênios- Retenções e encargos tributários na contratação de pessoas físicas e jurídicas.	2014	24h
		2 - 7 ° Congresso Brasileiro de Pregoeiros.	2012	25h
		3- Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.	2012	24h
7	Alan Vasconcelos Santos	1 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	2012	24h
		2 - Tomadas de Contas, Tomadas de Contas Especiais, Prestação de Contas e Controle na Administração Pública.	2012	24h
		3 - Formação de Controlador Interno de Órgãos Públicos	2012	25h
8	Albert Weyder Mousinho da Silva	Formação de Controladores Internos de Órgãos Públicos.	2012	25h
		7 ° Congresso Brasileiro de Pregoeiros.	2012	26h
		4 - Reflexos da desoneração do INSS nos contratos de construção civil e serviços contínuos.	2014	8h
		5- Gestão Tributária de Contratos e Convênios- Retenções e encargos tributários na contratação de pessoas físicas e jurídicas	2014	24h



## ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 19. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A inspeção na área de Tecnologia da Informação foi realizada no dia primeiro de dezembro de 2014. O setor inspecionado foi a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, localizada no prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça.

As informações abaixo elencadas foram prestadas pelo coordenador da área, Sr. Alan Robert da Silva Ribeiro, e confirmadas pela equipe de inspeção durante a visita realizada nos diversos setores.

#### 19.1. Existe Plano Diretor de Informática ou documento equivalente?

( X ) Sim ( ) Não

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), foi avalizado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e aprovado pela Procuradora-Geral de Justiça, por meio da Portaria nº 7510/2014-GPGJ. O documento tem vigência para o biênio 2015/2016.

#### 19.2. Existe Plano Estratégico de Tecnologia da Informação?

( X ) Sim ( ) Não

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), foi avalizado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e aprovado pela Procuradora-Geral de Justiça, por meio da Portaria nº 7510/2014-GPGJ. O período de duração do PETI, que engloba o biênio 2015/2016, está alinhado ao prazo de encerramento do ciclo atual do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Segundo esclarecido, o próximo PETI será trabalhado em paralelo com a revisão do PEI.

#### 19.3. Existe Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação?

( X ) Sim ( ) Não

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) foi instituído por meio da Portaria no 4674/2013-GPGJ.

#### 19.4. Existe rotina de submissão da área de Tecnologia da Informação a avaliações operacionais e de conformidade por setor responsável em exercer o controle interno da unidade?

( ) Sim ( X ) Não

Foi informado que, embora todos os procedimentos relacionados à aquisição de bens e serviços de TI, abertura dos respectivos certames licitatórios, bem como pagamentos decorrentes de tais contratações sejam submetidos ao setor de Controle Interno da unidade (Assessoria de Controle Interno), conforme disciplinado e padronizado nas ordens de serviço 13/2013-DG, 14/2013-DG e 15/2013-DG, inexistiu uma validação dos processos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, uma vez que esses processos ainda não foram mapeados.

**19.5. Existe alinhamento entre o planejamento de contratação de recursos de TI e desenvolvimento de serviços e softwares com o Planejamento Estratégico da unidade do Ministério Público?**

☒ ( X ) Sim ☐ ( ) Não

O alinhamento é realizado através do cumprimento dos objetivos previstos no Mapa Estratégico Institucional “Assegurar infraestrutura física adequada” e “Garantir sistemas de informação e base de dados que suportem a atuação do Ministério Público”. Os projetos de TI são gerenciados através de planilhas Calc e do software Redmine. Nada obstante, com a construção do PDTI, todas as contratações e desenvolvimento de serviços de TI serão aprovados pelo CETI.

**19.6. Existe documento que normatiza os processos de contratação de recursos de TI?**

☒ ( X ) Sim ☐ ( ) Não

Existem vários atos e documentos que normatizam e padronizam o fluxo e os procedimentos dos processos de contratação de recursos em geral, na qual estão incluídos os de TI. A partir da publicação da Resolução CNMP nº 102/2013, a CMTI solicitou à Procuradoria Geral de Justiça a criação de uma comissão para avaliação e mapeamento da estrutura mínima necessária para o cumprimento dessa norma, pois há necessidade de envolvimento de outras unidades da instituição (processo administrativo 10114AD/2013).

**19.7. Existe ato prevendo normas de utilização dos recursos de TI?**

☒ ( X ) Sim ☐ ( ) Não

A unidade inspecionada possui duas normas a respeito. O Ato Regulamentar nº 05/2005-GPGJ abrange a utilização dos recursos de TI, e o Ato Regulamentar nº 04/2012-GPGJ define a padronização dos ativos de TI da unidade.

**19.8. Existe plano de contingência para o caso de falhas em sistemas, equipamentos ou dispositivos de segurança (por ex.: espelhamento, redundância)?**

☐ ( ) Sim ☒ ( X ) Não

Embora inexistam rotinas documentadas, a unidade inspecionada executa procedimentos de sustentação dos serviços de TI sob sua gestão. No caso dos equipamentos do Data Center, a contingência se dá através da redundância dos switches do núcleo da rede, servidores de rack, plataforma blade, storages, switches fiber channel e links entre os equipamentos. Todos os equipamentos críticos que fornecem energia elétrica para o Centro de Processamento de Dados (CPD) têm fontes redundantes que são alimentadas por circuitos independentes, sendo um para cada nobreak. No caso dos blades, cada chassi possui 6 fontes, sendo 3 para cada nobreak; O CPD possui dois nobreaks trifásicos redundantes, que são ligados a um grupo gerador exclusivo. No caso dos sistemas, a plataforma de virtualização prevê resiliência em caso de pane de hardware, movendo os servidores virtuais para outros hosts. Além disso, o ambiente virtual possui backup automatizado. A unidade inspecionada não possui link de dados de contingência.

**19.9. Existem providências implementadas contra o risco de perda de dados (backup/cópia de segurança). Em caso positivo, descrever o procedimento adotado nos órgãos situados na capital e no interior?**

( X ) Sim ( ) Não

Segundo asseverado, o ambiente virtualizado do Data Center está sendo duplicado fisicamente para o segundo chassi da plataforma blade, de forma que ele possa ser recuperado integralmente através da ferramenta de Disaster Recovery do ambiente VMware. Além da recuperação de um eventual desastre/sinistro, esta cópia física será utilizada durante a transferência do Data Center para a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça, prevista para 2015. A cópia de segurança gerada obedece a critérios de periodicidade estabelecidos pela CMTI e leva em consideração cada serviço ou sistema gerido pela TI, sendo que uma cópia de segurança, em qualquer caso, é criada no máximo a cada 1 dia. No PDTI 2015/2016 estão previstas ações para documentar e estabelecer rotinas de backup e recuperação de dados, incluindo os testes periódicos de funcionamento da solução de Disaster Recovery para o ambiente virtualizado. A unidade inspecionada também incluiu no Plano Diretor de TI a aquisição de solução de mercado para backup em Fita LTO5 (local e remota) e backup em disco. Ainda não foram estabelecidas políticas de backup e recuperação de dados para as Promotorias de Justiça do Interior. Conforme dito, o maior entrave enfrentado é a baixa capacidade dos links de dados. Entretanto, os usuários são orientados a realizarem backups dos arquivos e documentos críticos localmente entre as estações de trabalho de cada Promotoria de Justiça.

#### 19.10. Existe procedimento de proteção contra a ação de “vírus de computador”?

( X ) Sim ( ) Não

A solução adotada é o F-Secure. À época da inspeção, a CMTI estava atualizando as licenças, juntamente com a configuração das estações de trabalho no novo domínio, de forma centralizada. O software é instalado nas estações da rede através de uma política do controlador de domínio (quando uma estação é configurada com o domínio, automaticamente o antivírus F-Secure é instalado), ou localmente através de pacote .msi pré-configurado na console de gerenciamento. Segundo afirmado, apenas nas Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado as permissões de administração dos computadores estão abertas, ou seja, os usuários possuem acesso a todos os recursos das máquinas clientes, uma vez inexistem técnicos de informática em todas as Comarcas.

#### 19.11. Existem procedimentos de gerencia/administração de banco de dados?

( ) Sim ( X ) Não

Não existe procedimento formal para administração dos bancos de dados. Segundo esclarecido, foi iniciado um estudo para elaboração de um modelo de procedimentos para gerência e unificação das bases, pois à época da inspeção o parque era composto por Bancos de Dados SqlServer 2000, SqlServer 2008, SqlServer 2012, Postgres, Mysql e Oracle 12c. O SGBD Oracle é o maior da instituição, pois é utilizado pelo SIMP, sistema de informação gerenciador da atividade fim, e será o banco de dados do DIGIDOC, aplicação que está em fase de homologação e será responsável por toda a tramitação documental e gerenciamento dos procedimentos administrativos da área meio da unidade inspecionada, incluindo a Corregedoria Geral. Segundo afirmado, o DIGIDOC foi cedido pelo Tribunal de Justiça do Estado e trabalhará exclusivamente com autos e documentos eletrônicos. Conforme esclarecido, o backup de todas as bases é realizado diariamente, fora do horário de expediente, depositados na própria máquina, e uma cópia enviada para um servidor remoto. Estão previstos no PDTI ações para atualização e descontinuidade das bases mais antigas, a medida que os sistemas legados (SQL Server) forem sendo substituídos.

**19.12. Existe processo/metodologia de desenvolvimento de software?**

( ) Sim      (X) Não

A unidade inspecionada não possui processo/metodologia de desenvolvimento de software. Contudo, o controle das demandas do desenvolvimento é realizado pela ferramenta Redmine associado à ferramenta de controle de versão BitBucket. A criação, consolidação e documentação de uma metodologia está inserida no PDTI como ação a ser executada no próximo biênio.

**19.13. Existem normas de segurança quanto aos locais de instalação dos equipamentos utilizados, especialmente sobre o CPD (por ex.: está instalado em sala cofre, possui ar condicionado redundante, mantém controle e alerta de temperatura)?**

( ) Sim      (X) Não

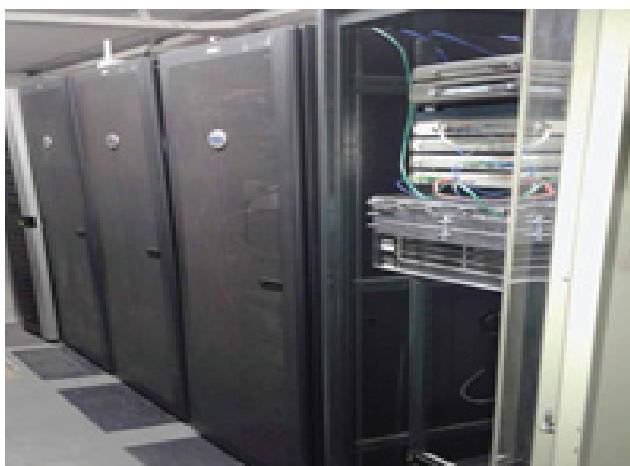
A unidade não possui documento formal de normas de segurança quanto aos locais de instalação de equipamentos. Entretanto, alguns procedimentos de instalação foram definidos internamente na seção de Segurança e Rede de Computadores da CMTI. A equipe de inspeção verificou que o Centro de Processamento de Dados (CPD) está instalado em uma sala sem piso elevado, com uma janela em uma das paredes, cujo acesso se dá por uma porta de vidro, que possui fechadura com tranca simples. As chaves ficam de posse somente dos servidores da área de TI. A entrada e a permanência de terceiros, segundo política instituída, mas não documentada, deve sempre ser acompanhada de um técnico da CMTI. O ambiente é monitorado com câmeras dentro e fora do CPD. A refrigeração da sala é mantida por três aparelhos condicionadores de ar, que funcionam simultaneamente. Verificou-se a instalação de sensores de temperatura e de umidade dentro do CPD, ambos sem sistema de alerta ativo, mas não havia sensor de fumaça. Observou-se um extintor de incêndio ao lado da porta de entrada da sala de computadores. O cabeamento de um dos rack estava desorganizado. A unidade inspecionada possui um gerador para o caso interrupção da energia elétrica da rede pública que está instalado no estacionamento da PGJ, que possui vigilância. Os nobreaks dos equipamentos do CPD estão colocados em uma sala dentro desse local. A distribuição dos serviços de rede e de internet, no prédio principal da Procuradoria Geral de Justiça, é feito através de equipamentos dispostos em dois rack instalados dentro do setor de manutenção, que estavam trancados. O cabeamento encontrava-se um pouco desorganizado. No prédio anexo da PGJ, foi observado que em todos os andares há um pequeno rack pregado na parede de uma sala, que é responsável pela distribuição dos serviços de rede e de internet. Com exceção da localizada no andar térreo, todas as demais salas estavam trancadas, embora os locais sirvam também de depósito de material de outros setores. Nada obstante, foi informado que em breve a Procuradoria Geral de Justiça mudará sua sede para outro prédio, conforme consta no Processo Administrativo nº 9805AD/2014. Segundo consta no projeto executivo elaborado, no novo prédio o acesso ao CPD e à sala de operação será controlado por meio de porta com fechadura biométrica, senha e cartão de acesso. Além disso, haverá monitoramento dentro e fora da sala de computadores através do sistema de controle de acesso do prédio. A temperatura do CPD será mantida por dois aparelhos condicionadores de ar de precisão, que possuirá controle de temperatura de umidade e será monitorado por equipe própria. O projeto prevê ainda a instalação de um sistema de detecção, alarme e combate automático de incêndio com inundação por gás. Paralelamente, foi asseverado que se tentará a compra e a instalação de uma sala-cofre.



Local de trabalho - CMTI



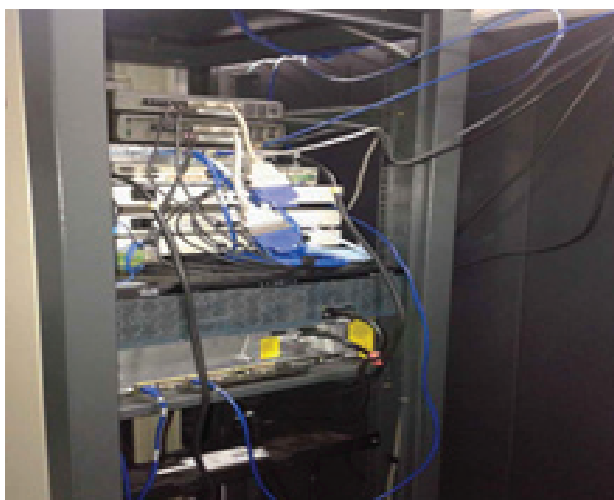
C P D



C P D



C P D



C P D



Sala de distribuição (prédio anexo)

**19.14. Existe inventário de contratos com seus respectivos acordos de nível de serviço (SLA's)?**  
**OBS: SLA é um acordo firmado entre a área de TI e seu fornecedor/cliente interno, que descreve o serviço de TI, suas metas de nível de serviço, além dos papéis e responsabilidades das partes envolvidas no acordo.**

( X ) Sim ( ) Não

O inventário de contratos é feito utilizando-se o software de gerenciamento Redmine e algumas planilhas. Cada contrato dispõe de SLA específico e definido em uma de suas cláusulas.

**19.15. Existe sistema de gerenciamento de ordens de serviços na área de TI, com um controle de acordo de nível de serviço (SLA)?**

( X ) Sim ( ) Não

O controle de ordens de serviços é feito através do sistema GLPI, com SLA definido de acordo com horário de funcionamento da Procuradoria Geral de Justiça, considerando apenas horas úteis (2ª a 6ª feira). Segundo informado, inexistente atendimento em níveis na unidade, mas o primeiro atendimento ao usuário é realizado por servidores e estagiários da área de TI, sendo que 95% dos chamados são registrados no sistema.

**19.16. Existe controle individualizado para cada equipamento de informática, no qual fique demonstrado, especialmente, o tipo de hardware?**

( X ) Sim ( ) Não

A unidade inspecionada utiliza o Sistema GLPI integrado ao OCS Inventory para coleta das informações de configuração de hardware das estações utilizadas na Procuradoria Geral de Justiça. Cada equipamento configurado no domínio "mpma.mp.br" disponibiliza suas características no GLPI. Além disso, é usado também o sistema gestão dos ativos permanentes (SIAGEM – dados patrimoniais).

**19.17. Existem mecanismos para acessibilidade das pessoas com deficiência no Portal de internet da unidade?**

( X ) Sim ( ) Não

Foi esclarecido que o portal da unidade inspecionada é homologado pela ferramenta ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade para Sítios) em conformidade com a cartilha eMag, consoante imagem do resultado da validação anexa.

**19.18. As tabelas taxonômicas do Ministério Público foram implementadas?**

( X ) Sim ( ) Não

As tabelas taxonômicas são utilizadas no Sistema SIMP (classes, assuntos e movimentos).

**19.19. Apresentar relação dos servidores, estagiários e terceirizados da área de TI contendo nome, cargo, formação acadêmica e empresa de vínculo (no caso de terceirizado). Em caso de existência de terceirizados, juntar cópia de todos os contratos.**



( X ) Sim

( ) Não

A relação de servidores da CMTI encontra-se documento anexo. A unidade inspecionada, embora apresente 1.825 usuários finais e 2.333 estações de trabalho, possui quadro reduzido de servidores, pois existem apenas 22 recursos humanos no setor localizado na PGJ, e 5 técnicos de informática lotados no interior, que ficam responsáveis tão somente ao atendimento e suporte ao usuário. Embora esses 5 técnicos lotados fora da capital sejam da área de TI, estão subordinados administrativamente ao Diretor das Promotorias e não ao Coordenador de Modernização de TI.

## 19.20. Outras constatações

### 19.20.1. Estrutura física do prédio

A equipe de inspeção verificou que as instalações físicas da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação não estão adequadas. Com efeito, as estações de trabalho ficam bastante próximas uma da outra, dificultando as atividades dos técnicos. Além disso, por ausência de espaço na sala da CMTI, três servidores do setor de infraestrutura laboram dentro da sala do CPD, ao lado dos equipamentos.

## 20. CONSTATAÇÕES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**20.1.** O mapeamento dos processos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação já foi realizado **(item 19.4)?**

**20.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A unidade inspecionada apresentou a seguinte manifestação, juntando os documentos indicados: “Os processos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação são validados através do Ato Regulamentar 020/2008, que trata do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) nos artigos 65 até o 68, e do Ato Regulamentar 005/2012, que tratam das atribuições da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), bem como das atribuições de cada uma das Seções que compõe a CMTI. Corroborando com o mapeamento contido nos documentos epígrafados, trimestralmente/semestral/anual, são encaminhados para a Administração Superior da Instituição relatório das atividades desempenhadas no período pela CMTI e suas respectivas seções.”

**20.2.** Foi contratado um link de dados de contingência **(item 19.8)?**

**20.2.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A unidade inspecionada apresentou a seguinte manifestação, juntando os documentos indicados: “O link de contingência ainda não foi contratado. A CMTI está elaborando o Termo de Referência para tal contratação, considerando os requisitos técnicos envolvidos para que a solução seja transparente para os usuários e para a própria infraestrutura. O principal objetivo é definir/construir um ambiente com redundância a falhas para suportar sistemas críticos como o SIMP, o DIGIDOC, o e-mail e o portal Institucionais, e criar a infraestrutura para futuros sistemas institucionais, garantindo independência de configuração em caso de falhas ou quando da mudança contratual dos provedores de serviços da Internet. O Projeto do Link de Contingência prevê a implantação de um sistema BGP (Border Gateway Protocol) com balanceamento de carga entre o Link Principal de Acesso à Internet e o Link de Contingência. Para tal empreitada, descreveremos o fornecimento de um 2º Link de acesso Internet que, junto ao link atual que possuímos, deverá implementar um ambiente de paralelismo/redundância no acesso. Nesse cenário, será necessário, além da contratação/implantação do Link de Contingência, a configuração dos servidores, a obtenção de ASN (Autonomous System Number), a obtenção de classe/bloco de endereços IP junto ao órgão com-petente (FAPESP ou NICBR), a atribuição da classe/bloco de endereços IP ao nos-so AS e configuração do servidor controlador do BGP.”

**20.3.** Os equipamentos de informática instalados fora da Procuradoria Geral de Justiça possuem um controle individualizado no Sistema GLPI (integrado ao OCS Inventory), a exemplo do que ocorre com aqueles da PGJ (**item 19.16**)?

**20.3.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A unidade inspecionada apresentou o seguinte esclarecimento: *“Para os equipamentos instalados fora da Procuradoria-Geral de Justiça, o controle individualizado também é feito no sistema GLPI e no sistema SLAGEM (Gestão de ativos permanentes - dados patrimoniais), devidamente integrado com o sistema OCS, contudo a instalação do agente do OCS, nesses equipamentos, é feita de maneira manual. O agente está sendo instalado nas máquinas das Promotorias externas via acesso remoto e/ou quando do envio dos equipamentos para manutenção.”*

**20.4.** Os técnicos de TI lotados fora da capital do Estado estão subordinados tecnicamente ao Diretor das Promotorias? Ou a subordinação é apenas para assuntos administrativos (**item 19.19**)?

**20.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE.** A unidade inspecionada apresentou o seguinte esclarecimento: *“(...) os técnicos de TI lotados fora da Capital do Estado estão subordinados tecnicamente e administrativamente aos respectivos Diretores das Promotorias de Justiça do Interior do Estado. Portanto, a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação não tem gerência e controle das atividades que são desenvolvidas pelos técnicos lotados fora da Capital do Estado.”*

## ATENDIMENTO AO PÚBLICO

### 21. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Durante os trabalhos de inspeção no Ministério Público do Estado do Maranhão, foram realizados 07 (sete) atendimentos ao público, oportunidade em que integrantes da equipe da Corregedoria Nacional reduziram a termo notícias de fato, além de terem respondido as dúvidas da coletividade e encaminhado aos órgãos competentes as matérias que exorbitavam a atribuição do Conselho Nacional do Ministério Público.

**21.1. Termo de Atendimento nº 01 (MPE/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que o requerente Júlio César Duarte Cutrim solicitou a adoção de providências em face da Procuradoria-Geral de Justiça do MPE/MA e do Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, uma vez que os promotores de justiça, de modo geral, bem como os servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, segundo o requerente, não cumprem a jornada de trabalho integral de 40 (quarenta) horas semanais. Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional determinou a juntada do termo de atendimento para processamento e acompanhamento nos autos da Inspeção Ordinária do Ministério Público do Estado do Maranhão, bem como fosse oficiado o Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro para manifestação acerca do conteúdo relatado no referido termo de atendimento.

**21.1.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE:** A respeito do consignado acima, o Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro manifestou-se nos seguintes termos: *“Inicialmente, cumpre esclarecer que o gabinete desta 17ª Promotoria de Justiça Criminal encontra-se instalado em dependência do prédio do 3º Juizado Especial Criminal de São Luís (MA), no qual oficia, e que se localiza na Rua Oswaldo Cruz, nº 1.475, Canto da Fabril, Centro. Servindo a esta Promotoria de Justiça, encontram-se um Técnico Ministerial e uma Assessora de Promotor de Justiça. Ainda preliminarmente, em exame ao sistema Jurisconsult, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, este Promotor de Justiça constata que o Processo nº 652/2011, a que se referiu o Senhor Júlio César Duarte Cutrim, trata-se de ação penal pública contra ele ajuizada, que tramitou no 3º Juizado Especial Criminal de São Luís, teve sentença condenatória e sofreu apelação da defesa, tendo sido essa julgada em 12/03/2015, seguindo o acórdão para publicação do Diário da Justiça, cinco dias depois, não havendo registro posterior de sua devolução ao primeiro grau. No que se refere às alegações antes mencionadas, esclarece este Promotor de Justiça que, nos termos do artigo 1º, do Ato Regulamentar nº 15/2008-GPGJ, o ‘horário único de trabalho [...] na Procuradoria-Geral de Justiça [do Estado do Maranhão], Prédio Anexo e Promotorias da Capital’ – sendo esse último o caso deste Órgão de Execução –, é de 8:00 horas às 14:00 horas, o mesmo se depreendendo do art. 4º, §1º, do Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, atualmente em vigor, quanto ao horário de expediente a ser observado pelos servidores (submetidos, aliás, a controle eletrônico de frequência), exceção feita àqueles ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança, hipótese na qual o termo final se estende até as 15:00 horas (§2º). Tanto é assim, que a Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, em função dos trabalhos de inspeção do CNMP neste Estado, alterou o horário de expediente, entre 1º e 5 de dezembro de 2015, para o período de 08:00 horas às 12:00 horas e de 14:00 horas às 18:00 horas. No caso específico deste Promotor de Justiça, cumpre ele diariamente o horário de serviço das 08:00 horas às 15:00 horas, sendo até as 14:00 horas acompanhado do Técnico Ministerial e da Assessora aqui lotados e, a partir desse horário até as 15:00 horas, acompanhado de sua Assessora, sem prejuízo de demais compromissos forenses ou administrativos que vão além desse horário (Ato Regulamentar nº 15/2008-GPGJ, art. 1º, §1º). Tendo em vista que, diariamente, no horário acima indicado (das 08:00 horas às 15:00 horas), este Promotor de Justiça, pessoalmente ou – quando em audiência ou atendendo a outro compromisso de trabalho – através dos servidores que o assistem, encontra-se disponível para atendimento ao público, e considerando que, da leitura do Termo de Atendimento, constata-se que o comunicante não informou o dia nem o horário em que teria comparecido ao gabinete desta Promotoria de Justiça,*

*presume-se que isso tenha ocorrido depois das 15:00 horas, quando já findado o expediente diário. Quanto à afirmação existente, ainda, no Termo de Atendimento, de que 'não existem Promotores de Justiça domiciliados no interior' e que esses 'não permanecem durante toda a semana nas comarcas em que estão lotados', este Membro do Ministério Público não pode oferecer qualquer esclarecimento, tendo em vista que desde 26/05/2008 (Ato nº 164/2008-GPGJ) encontra-se já em exercício nesta Capital (sendo que, desde 19/03/2010, nesta 17ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, antiga 30ª Promotoria de Justiça Criminal; Ato nº 180/2010-GPGJ), tendo desenvolvido suas atividades e residido em comarcas do interior do Estado, antes disso, por aproximadamente quinze anos, sem que jamais tenha sido questionado a esse respeito. Portanto, não corresponde à verdade a afirmação do Senhor Júlio César Duarte Cutrim de que este Promotor de Justiça não cumpre com o expediente de trabalho de sua Promotoria de Justiça, tendo em vista que se encontra esse adequado às normas contidas nos Atos Regulamenta-res nos 15/2008-GPGJ e 18/2012-GPGJ. Com a presente manifestação, seguem, anexos, consulta de movimentação processual no sistema Jurisconsult, no 3º JECr e na Turma Recursal Única de São Luís (4 laudas e 3 laudas, respectivamente), Ato Regulamentar nº 15/2008-GPGJ (1 lauda), Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ (3 laudas) e Memorando Circular nº 34/2014-DG."*

**21.2. Termo de Atendimento nº 02 (MPE/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que o requerente Júlio César Duarte Cutrim pleiteou a adoção de providências acerca da atuação da Procuradoria-Geral de Justiça do MPE/MA, uma vez que, segundo informou, é patente a ausência de fiscalização do Ministério Público do Estado do Maranhão em relação ao controle externo da atividade policial. Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional pugnou pela instauração de Pedido de Providências, autuado sob o nº 0.00.000.000486/2015-71 e distribuído ao Conselheiro Antônio Pereira Duarte em 15/05/2015. Posteriormente, em 08/06/2015, os autos foram arquivados, por decisão monocrática do relator, nos termos do art. 43, IX do RICNMP, ocorrendo o trânsito em julgado em 16/06/2015.

**21.3. Termo de Atendimento nº 02 (MPU/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que a requerente Alice Emiliana Ribeiro Brito requereu a adoção de providências em face da Procuradoria-Geral de Justiça do MPE/MA, em decorrência da ausência de providências acerca de supostas irregularidades na condução do processo de designação de interinos para a delegação de outorga para serventias extrajudiciais (cartórios), bem como no acompanhamento dos valores/notas fiscais apresentadas como despesas junto ao FERJ/TJMA (Fundo de Arrecadação, aparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão). Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional deliberou no sentido de oficiar o Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Nacional de Justiça e a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, de modo a terem ciência dos fatos narrados por ocasião do referido termo de atendimento.

**21.4. Termo de Atendimento nº 03 (MPE/MA) e nº 01 (MPU/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que os requerentes Herivelton Alves e Josué Alves de Meneses Pinto solicitaram a adoção de providências em face da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, uma vez que o quadro de servidores do MPE/MA é composto, em sua grande parte, por servidores comissionados e/ou cedidos por prefeituras do interior do Estado do Maranhão, muito embora a PGJ tenha sido realizado concurso público em 2013. Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional determinou a juntada do termo de atendimento para processamento e acompanhamento nos autos da Inspeção Ordinária do Ministério Público do Estado do Maranhão, bem como que fosse oficiada a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão para manifestação acerca do conteúdo relatado no referido termo de atendimento.

**21.4.1. MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE:** A Procuradora-Geral de Justiça, em resposta aos fatos acima noticiados, manifestou-se informando, preliminarmente, que o referido termo de atendimento deu origem à instauração do Processo Administrativo nº 5409AD/2015. Destacou, em seguida, que não procedem as argumentações aduzidas pelos requerentes, uma vez que baseadas em premissas equivocadas. Prova disso é que o próprio CNMP, nos autos do PCA nº 0.00.000.001407/2014-68, quando da análise e julgamento de matéria idêntica a aludida pelos postulantes, reconheceu como adequada a postura adotada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, ocasião em que o plenário do CNMP, seguindo voto do Exmo. Conselheiro relator Marcelo Ferra de Carvalho, entendeu não estar caracterizada a preterição dos candidatos excedentes aprovados no concurso público em vigor no Ministério Público do Estado do Maranhão, razão pela qual não haveria qualquer providência a ser tomada por este CNMP. Por fim, como forma de subsidiar as suas alegações, a unidade juntou também uma vasta quantidade de documentos, os quais foram juntados às fls. 28 a 107 do Anexo II, Volume I do Procedimento nº 0.00.000.001592/2014-91, entre eles o Procedimento Administrativo nº 10958AD/2014, que subsidiou as informações colacionadas ao PCA 1407/2014-68.

**21.5. Termo de Atendimento nº 04 (MPE/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que o Requerente Júlio César Duarte Cutrim pugnou pela adoção de providências em face do Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, uma vez que, no seu entender, o referido membro cerceou o seu direito de defesa quando da realização da audiência de transação penal, nos autos da Ação Penal nº 652/2011. Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional indeferiu as providências solicitadas pelo requerente e determinou o arquivamento do termo de atendimento no Núcleo de Inspeções e Correições da Corregedoria Nacional.

**21.6. Termo de Atendimento nº 05 (MPE/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que o requerente Elizabethe Lima Trindade pleiteou a adoção de providências em face da Procuradoria-Geral de Justiça do MPE/MA e do Centro de Apoio Operacional da Saúde do MPE/MA, uma vez que, segundo relata, não existe um acompanhamento adequado em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Saúde, seja na capital seja nos municípios do interior do Estado do Maranhão. Após a instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional pugnou pela instauração de Pedido de Providência, autuado sob o nº 0.00.000.000483/2015-37 e distribuído ao Conselheiro Leonardo de Farias Duarte, em 15/05/2015, o qual ainda se encontra em tramitação.

**21.7. Termo de Atendimento nº 07 (MPE/MA).** Distribuído ao membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim, em que o Requerente José Mauro dos Santos Carvalho solicitou a adoção de providências contra o Promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, uma vez que, conforme narrativa, o referido membro não deu a devida atenção à situação levada ao seu conhecimento, referente à edificação irregular do Condomínio Parque Jardim, localizado em frente a Av. Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma. Após instrução e análise dos autos no âmbito da Corregedoria Nacional, por sugestão do membro auxiliar, o Corregedor Nacional determinou a instauração de Reclamação Disciplinar, autuada sob o nº 0.00.000.000482/2015-92 e distribuída ao membro auxiliar Alisson Nelício Cirilo Campos, em 15/05/2015, ainda em tramitação no Núcleo Disciplinar da Corregedoria Nacional.



## PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL

### 22. PROPOSIÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL

Em atenção às constatações evidenciadas no Relatório Preliminar, deve-se inicialmente registrar que a Corregedoria Nacional deixa de indicar proposições ao Plenário do CNMP em relação a todas as questões que foram apontadas naquele relatório e que, de algum modo, foram esclarecidas ou receberam pronto acolhimento e adoção de providências imediatas pela Administração ou órgãos inspecionados, de modo a sanar eventuais pendências, bem como aquelas que restaram esclarecidas diante da análise sistêmica do arcabouço documental que instrui o presente relatório.

Segue, abaixo, os itens que, após a análise e conclusão da Corregedoria Nacional, foram objeto de proposições ao Plenário do CNMP.

#### 22.1. ÁREA INSTITUCIONAL

**22.1.1.** Em relação ao ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e a disponibilidade do Portal da Transparência (**item 4.1.20.h**), em que pese a unidade inspecionada ter informado, em resposta ao relatório preliminar, que todos os comandos da Resolução nº 86/2012 CNMP já estão sendo observados, aduziu que a edição da respectiva norma interna tem previsão estimada para julho de 2015. Por tais razões, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça e ao Colégio de Procuradores de Justiça**, para que comprovem, no prazo de 30 (trinta) dias, a expedição do ato normativo que regulamenta o desenvolvimento e a disponibilidade do Portal da Transparência, nos termos da Resolução nº 86/2012.

**22.1.2.** No que tange à **Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (itens 4.2.1.6 e 4.2.1.12)**, foram constatados 45 procedimentos administrativos, bem como sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares em tramitação na unidade, pendentes de conclusão. Oportunizada a resposta por ocasião do relatório preliminar, foi informado que, dos referidos autos, apenas 14 procedimentos ainda remanescem em andamento, em função de demandarem instrução ou providências diversas. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, para que adote providências com vistas à conclusão dos procedimentos administrativos ainda em tramitação naquela unidade, inclusive os de natureza disciplinar. À Corregedoria Nacional deve ser apresentado relatório dos resultados alcançados no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.3.** Ainda quanto à **Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (item 4.2.9.1)**, foram constatados também procedimentos em situação de suposta irregularidade. A Procuradora-Geral de Justiça informou que todas as pendências apresentadas pela Equipe de Inspeção foram sanadas, mas deixou de apresentar relatório referido como anexo da resposta. Por tais motivos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos**, para apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, o relatório de conclusão dos feitos referidos no termo de inspeção, com a devida providência.



**22.1.4.** Por ocasião da inspeção na **Corregedoria-Geral (item 7.5 e 7.5.1)**, foi constatada estatística que aponta para necessidade de aperfeiçoamento dos cronogramas de inspeções e correições, além dos desdobramentos disciplinares eventualmente decorrentes, de modo a permitir, de forma mais efetiva, o controle das orientações e a fiscalização quanto ao cumprimento de deveres funcionais. Ademais, verificou-se certa demora na decisão dos processos administrativos (sindicâncias). Em resposta ao relatório preliminar, a unidade informou sobre a conclusão de alguns procedimentos relacionados, exceto os Processos Administrativos nos 5628AD/2014 e 3996AD/2014, ambos em fase de instrução. Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que: **a)** adote providências com vistas à conclusão dos procedimentos ainda em tramitação naquela unidade, de modo a evitar o risco de prescrição da pretensão punitiva administrativa ou excesso de prazo; **b)** promova o aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Corregedoria-Geral, de modo incluir entre as rotinas da unidade o planejamento da realização de inspeções e correições, e a instrumentalização, em procedimento próprio, das apurações disciplinares eventualmente decorrentes de tais atividades. À Corregedoria Nacional deve ser apresentado relatório dos resultados alcançados no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.5.** De acordo com a constatação prevista nos **itens 7.6.1.1 e 7.18.c**, a Corregedoria-Geral não realizava com regularidade inspeções/correições nas Procuradorias de Justiça. Em resposta ao relatório preliminar, a Corregedoria-Geral informou que se encontram previstas 12 (doze) correições a serem realizadas em órgãos de segunda instância, sendo 04 (quatro) em junho do corrente ano e 08 (oito) no próximo mês de setembro de 2015. Diante do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, seja apresentado à Corregedoria Nacional o relatório das inspeções já realizadas e o cronograma de inspeções futuras, a fim de que todas as Procuradorias de Justiça sejam devidamente inspecionadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

**22.1.6.** Quanto ao controle de resultados relativos aos procedimentos disciplinares pela Corregedoria-Geral (**itens 7.6.1 e 7.18.d**), foi informado que os procedimentos administrativos de competência do órgão correicional local são registrados e controlados por aplicação de tabela Excel. Ademais, não existe rotina de controle, por parte da Corregedoria-Geral, do andamento dos procedimentos disciplinares pendentes de deliberação no Conselho Superior. Neste aspecto, consta que a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão já requereu nos autos do Procedimento Administrativo nº 5274AD/2015, seja desenvolvido sistema próprio e/ou ferramentas, contemplando o cadastramento, movimentação e controle de fluxo de informações quanto aos Processos Disciplinares iniciados por todos os órgãos da Administração Superior, bem como os de pedido de residência fora da comarca e os relatórios de atividades de magistério. No presente momento aguarda-se cumprimento do cronograma de execução de projetos sob encargo do CMTI para a convergência dessas funcionalidades no GESP (Sistema de Gestão Pública e ou DIGIDOC). Por tais razões, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, efetive a implantação de sistema ou funcionalidades que contemplem o controle de procedimentos de natureza disciplinar no âmbito da Administração Superior do MP-MA, bem como os requerimentos relativos à residência fora da comarca e os relatórios de atividades de magistério. Os resultados alcançados devem ser informados em igual prazo à Corregedoria Nacional.

**22.1.7.** Com relação ao acompanhamento do estágio probatório dos membros do MP-MA (**itens 7.12 e 7.18.f.g.h**), foi informado pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, instado por meio do relatório preliminar, que, em que pese a legislação interna dispor sobre o estágio e fases de sua avaliação, merece reformulação e adequação por critérios e procedimentos mais detalhados, razão pela qual se determinou a instalação de comissão de estudos formada por Promotores de Justiça Corregedores, mediante Ordem de Serviço

02/2015 GCGMPMA, para análise e proposição de normativa a atender a previsão de avaliações parciais, sequenciadas e conceituais, com critérios objetivos de aferição de eficiência e eficácia sócio institucionais das ações pugnadas e realizadas pelo órgão de execução em estágio probatório. Além disso, consta do relatório preliminar a informação de que não existe obrigatoriedade de todos os membros em estágio probatório serem correicionados. Em verdade, os promotores não vitaliciados só são correicionados se porventura se encontrarem nos cargos previamente designados no cronograma de correição. Desse modo, considerando-se a necessidade de acompanhamento diferenciado das atividades e da conduta funcional dos membros em estágio probatório, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que, mediante a edição de atos normativos próprios, no âmbito daquele órgão correcional e em conjunto com o Colégio de Procuradores de Justiça: **a)** promova a regulamentação do estágio probatório de membros do Ministério Público em suas fases de avaliação, bem como o procedimento de vitaliciamento, à luz das situações acima descritas; **b)** estabeleça uma sistemática própria de atividades de correições e/ou inspeções em relação aos membros em estágio probatório, de modo a que todos os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, em estágio probatório, ou que vierem a ingressar na carreira, sejam obrigatoriamente submetidos a pelo menos 1 (uma) atividade de correição ou inspeção ao longo do período de estágio, informando a Corregedoria Nacional quanto aos resultados de referida proposição, no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.8.** Foram constatadas necessidades de melhoria nas condições de acessibilidade da **Corregedoria-Geral (item 7.18.b) e na Ouvidoria Geral do MP-MA (item 10.10.b)**, tendo a Procuradora-Geral de Justiça informado, por ocasião do relatório preliminar, que a questão encontrará solução com a inauguração da nova sede, a qual conta com projeto arquitetônico respeitando acessibilidade e funcionalidades inclusivas e adaptadas aos usuários e ao público com restrições motoras. Em função disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, na medida das disponibilidades orçamentário-financeiras da unidade, seja disponibilizada estrutura física adequada às condições de acessibilidade da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria do MP-MA, informando à Corregedoria Nacional, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o cronograma de conclusão das obras acima referidas e os resultados alcançados.

**22.1.9.** Tendo em vista o quanto constatado sobre a ausência de nomeação formal para o exercício das funções de Coordenador do **Centro de Apoio Operacional Criminal (item 9.1.2)**, e a ausência de resposta da unidade em relação a tal circunstância, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que evite a ocorrência de situações que ensejem vácuo de nomeação e/ou designação de membros do Ministério Público para responder por unidades ou órgãos do MP-MA.

**22.1.10.** Foram identificadas 02 (duas) representações pendentes de manifestação e sem registro dos respectivos andamentos, no **Centro de Apoio Operacional de Proteção do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (item 9.7.4)**, ambas oriundas da Ouvidoria Geral do Ministério Público: **1)** A primeira, encaminhada por meio do Ofício nº 319/2013/GAB/OUV, da Ouvidoria Geral do Ministério Público, de 19 de abril de 2013, recebida no CAOP em 23 de abril de 2013, que cuida de representação por suposta ocorrência de improbidade administrativa envolvendo Comissões de Licitações das Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão; **2)** A segunda, encaminhada por meio do Ofício nº 570/2013/GAB/OUV, da Ouvidoria Geral do Ministério Público, de 15 de agosto de 2013, que cuida de representação anônima em face de servidor público em razão do acúmulo de cargos remunerados. O membro inspecionado não contemplou resposta ao relatório preliminar. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que apure, em procedimento próprio, os motivos de tais ocorrências adotando, se necessárias, as medidas disciplinares cabíveis e comunicando o resultado da apuração à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.11.** Por ocasião da inspeção, foram constatadas inconformidades nos processos de trabalho e fluxo de atividades desenvolvidas pelos **Centros de Apoio Operacionais do MP-MA (itens 9.2.3; 9.2.5; 9.2.14; 9.7.4; 9.7.13; 9.10.12)**, com indicativos de supostas irregularidades formais na tramitação de expedientes e necessidade de ajuste e aprimoramento das atividades desenvolvidas às respectivas finalidades institucionais. A unidade apresentou resposta informando a adoção de providências gradativas na estruturação dos Centros de Apoio. Diante disso e da necessidade de aprofundamento do quanto constatado pelas vias pertinentes, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, mediante procedimento próprio, apure os motivos de tais ocorrências, adotando as medidas de cunho administrativo que se revelem necessárias ao aprimoramento sugerido e comunicando os resultados alcançados da apuração à Corregedoria Nacional no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

**22.1.12.** Ainda no que concerne às condições de funcionamento dos **Centros de Apoio no âmbito do MP-MA (itens 9.2.3; 9.2.5; 9.2.14; 9.4.13.d; 9.6.13.b; 9.7.13; 9.9.13)**, foram constatadas inadequações de estrutura física e de pessoal. Instada a se manifestar, por ocasião do relatório preliminar, a Procuradora-Geral de Justiça assentiu quanto às dificuldades estruturais constatadas e informou que tem buscado adotar providências com vistas à adequação. Em face do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, na medida das disponibilidades orçamentário-financeiras da unidade, seja disponibilizada estruturas física e de pessoal adequadas às atividades dos **Centros de Apoio do MP-MA**, informando os resultados eventualmente alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**22.1.13.** Em relação aos mecanismos de controle dos **Centros de Apoio do MP-MA**, por ocasião da inspeção, o Coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (itens 9.9.13 e 9.9.14)**, consignou que todo o controle daquela unidade ainda é realizado por meios físicos, mediante protocolo de entrada e saída de documentos, dada a não implantação do SIMP. Face a tais constatações, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, efetive a implantação de sistema próprio de automação para distribuição e tramitação de feitos no âmbito de todos os Centros de Apoio do MP-MA, informando os resultados a esta Corregedoria Nacional.

**22.1.14.** Tendo em vista os registros sobre a atual normatização de substituição do Ouvidor Geral do MP-MA (**item 10.10.a**), que atribui aos remanescentes da lista de candidatos a condição de substitutos automáticos do cargo, o que pode ensejar vácuos de substituição nas hipóteses de ausência de pluralidade de candidatos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Procuradora-Geral de Justiça**, para que, **em conjunto com o Colégio de Procuradores de Justiça**, promova o aprimoramento da normativa de substituição do Ouvidor Geral do MP-MA, de modo a solucionar a situação anteriormente retratada, evitando dubiedade na regra de substituição e/ou descontinuidade nas atividades da Ouvidoria. Das providências adotadas, deve ser dada ciência à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.15.** Em atenção às constatações presentes no relatório preliminar de inspeção do **Grupo de Atuação Especializada No Combate às Organizações Criminosas – GAECO (item 11.14)**, relativamente a procedimentos em suposta situação de inconformidades quanto ao registro e aplicação das regras taxonômicas, a unidade aduziu que foi implantado no GAECO o sistema SIMP e, por força desta implantação, todos os processos administrativos e notícias de fato estão sendo autuados, sendo possível o controle efetivo da quantidade e distribuição dos mesmos, superando assim a pendência existente. Considerando, outrossim, a

necessidade de verificação mais aprofundada no funcionamento do órgão, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que: **a)** realize e encaminhe, à Corregedoria Nacional, relatório de correição, a ser realizada no GAECO, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o sigilo legal das investigações; **b)** mediante a edição de ato normativo próprio, no âmbito daquele órgão correcional, estabeleça sistemática específica de atividades de inspeções no GAECO, de modo a que tais atividades sejam realizadas, ao menos, uma vez a cada ano, informando a Corregedoria Nacional quanto aos resultados de referida proposição, no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.16.** Ainda por ocasião da inspeção no **GAECO (item 11.14.b)**, foram constatadas vulnerabilidades nos procedimentos adotados no âmbito do MP-MA na gestão de autos e documentos de inteligência e/ou sob sigilo legal. A unidade deixou de apresentar resposta específica sobre tal questão, por ocasião do relatório preliminar. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça e ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que adotem providências visando a fiscalização e a adequação dos processos de trabalho referentes à gestão de procedimentos e documentos de inteligência e/ou sob sigilo legal no âmbito do MP-MA, dando ciência dos resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 60 dias.

**22.1.17.** Durante as inspeções nas Procuradorias de Justiça, foi constatada a existência de processos com vista há mais de 30 (trinta) dias nos seguintes órgãos: 4ª Procuradoria de Justiça Cível (**item 12.15**), 5ª Procuradoria de Justiça Cível (**item 12.17**) e na 2ª **Procuradoria de Justiça Criminal (item 12.26)**. Oportunizada manifestação aos responsáveis pelas unidades, os mesmos se mantiveram silentes, razão pela qual a Corregedoria Nacional propõe ao plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que realize correição extraordinária nas Procuradorias de Justiça mencionadas, para averiguar se a situação ainda persiste, sem prejuízo da adoção das providências de índole disciplinar nos casos em que se mostrar necessário.

**22.1.18.** Constatou-se na inspeção realizada na 1ª **Procuradoria de Justiça Criminal (item 12.23)**, que a sua titular, a Procuradora de Justiça Maria dos Remédios Figueiredo Serra, vem sofrendo progressivo desgaste decorrente de quadro que alega se tratar de depressão crônica, deixando, inclusive, por vezes, de comparecer a atos judiciais ou pedir a substituição por considerar as sessões do Tribunal de Justiça “maçantes”. Oportunizada a manifestação à inspecionada, esta informou que, de fato, chegou a sofrer desmaio e ser transportada pelo SAMU e que a depressão vem progressivamente inviabilizando a sua atuação e forçando-a cada vez mais a tirar licenças médicas. Diante de tal quadro, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça e ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que, nos termos da legislação institucional e previdenciária, avaliem a capacidade da inspecionada para o exercício de suas atribuições. Das providências adotadas, deve ser dada ciência à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.19.** Verificou-se, outrossim, que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão transferiu o julgamento dos Prefeitos Municipais para as Câmaras Criminais, porém, foi relatado no termo de inspeção referente à 3ª **Procuradoria de Justiça Criminal (item 12.29)**, que, embora a douta Procuradora-Geral de Justiça não compareça às sessões nas Câmaras isoladas, não há ato formal delegando os atos de instrução nos processos de competência originária aos Procuradores de Justiça criminais que atuam junto às respectivas câmaras. Oportunizada manifestação, não houve resposta da Procuradoria-Geral de Justiça por ocasião do relatório preliminar. Diante do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, alternativamente, exerça sua atribuição originária ou, quando for o caso, delegue aos Procuradores de Justiça os atos instrutórios que corram perante as câmaras criminais e que tenham como réus pessoas portadoras de prerrogativa de julgamento junto ao Tribunal de Justiça.



**22.1.20.** Durante a realização da inspeção nos seguintes órgãos: 1ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Fundações e Entidades de Interesse Social (**item 13.24**), 2ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Fundações e Entidades de Interesse Social (**item 13.25**), 3ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Registros Públicos e Massas Falidas (**item 13.26**), 4ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Educação (**item 13.27**), 5ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Educação (**item 13.28**), 9ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 1º PJ do Consumidor (**item 13.31**); 11ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa dos Direitos Humanos (**item 13.33**); 17ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa do Idoso (**item 13.39**); 19ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Saúde (**item 13.41**); 20ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Saúde (**item 13.42**), 23ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Controle Externo da Atividade Policial (**item 13.45**), 24ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Controle Externo da Atividade Policial (**item 13.46**), 26ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 1ª PJ da Ordem Tributária e Econômica (**item 13.48**), 28ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Patrimônio Público (**item 13.50**), 29ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Patrimônio Público (**item 13.51**), 30ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Patrimônio Público (**item 13.52**), 32ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 1º PJ da Infância e Juventude (**item 13.54**), 33ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 2º PJ da Infância e Juventude (**item 13.55**), 34ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 3º PJ da Infância e Juventude (**item 13.56**), 39ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Conflitos Agrários (**item 13.61**), verificou-se diversos processos e procedimentos em suposta situação de irregularidade e/ou reduzida produtividade nos últimos 12 (doze) meses. Considerando as manifestações dos responsáveis e a conveniência de aprofundamento das atuais condições de regularidade das mencionadas unidades ministeriais, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que realize **correções** nos próximos 12 (doze) meses nas referidas unidades, a fim de verificar os motivos das situações apontadas nos respectivos termos de inspeção e a atual regularidade da atuação respectiva, bem como o estoque processual com movimentação em prazo acima do legalmente determinado, adotando-se, caso necessário, as providências disciplinares relativas às eventuais responsabilidades funcionais apuradas, apresentando à Corregedoria Nacional o cronograma das referidas correções no prazo de 30 (trinta) dias.

**22.1.21.** Por ocasião da inspeção junto aos seguintes órgãos: 8ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa do Meio Ambiente (**item 13.30**), 12ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Promotoria de Justiça Itinerante (**item 13.34**), 13ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Promotoria de Justiça Itinerante (**item 13.35**), 15ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Pessoa com Deficiência (**item 13.37**), 22ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Defesa da Mulher (**item 13.44**), 25ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Controle Externo da Atividade Policial (**item 13.47**), 27ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 2ª PJ da Ordem Tributária e Econômica (**item 13.49**), 36ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – 5º PJ da Infância e Juventude (**item 13.58**), 38ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís – Conflitos Agrários (**item 13.60**), 7ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís (**item 13.68**), foram constatadas irregularidades referentes a procedimentos em situação de suposto atraso procedimental e/ou reduzida produtividade na seara extrajudicial nos 12 (doze) meses anteriores à inspeção nacional. Considerando que, não obstante ausentes os indicativos para adoção de providências de ordem disciplinar, afigura-se pertinente a verificação sobre o saneamento das referidas unidades ministeriais, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que inclua as promotorias de justiça em referência no **calendário de inspeções** dos próximos 12 (doze) meses, dando ciência à Corregedoria Nacional dos resultados alcançados.

**22.1.22.** Tendo em vista o quanto constatado por ocasião das inspeções nas 7ª e 8ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís – Defesa do Meio Ambiente (**ítems 13.29; 13.30**), relativamente a possíveis prejuízos na atuação efetiva daquelas unidades, em decorrência do longo período em que estiveram sob a responsabilidade de membro que se encontrava em acumulação de funções, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que evite a designação de membros para acumular cargos e funções que mantiverem sob sua responsabilidade processos judiciais, inquéritos e procedimentos extrajudiciais com significativos excessos de prazo, dentre outros requisitos a serem considerados pela unidade, informando a Corregedoria Nacional quanto às medidas implementadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

**22.1.23.** Em relação à **10ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - 2º Promotor de Justiça do Consumidor (item 13.32)**, da qual é titular a Promotora de Justiça Lítia Teresa Costa Cavalcanti, tendo assumido o órgão em 04/07/2006, foram constatadas diversas inadequações e fortes indicativos de inércia e excesso de prazo e procedimentos extrajudiciais que se encontravam em situação de irregularidade, alguns com intervalos sem impulso bastante relevantes, a exemplo dos seguintes registros da equipe de inspeção: **1)** Procedimento Preparatório, instaurado em 013/2011, instaurado em 12/12/2011: Firmado TAC em 16/02/2012. Aditivo firmado em 18/02/2013. Última movimentação: juntado documento em 18/10/2013; **2)** Procedimento Preparatório nº 012/2011, instaurado em 13/12/2011: TAC firmado em 08/02/2012. Última movimentação: expedido ofício em 16/05/2012. Juntada informação do investigado em 25/11/2013. Sem análise; **3)** Notícia de Fato nº 017531-500/2014, instaurada em 16/02/2012: Notícia de crime cibernético, recebida na Promotoria em 13/02/2012. Sem análise desde a autuação; **4)** Notícia de Fato nº 017537-500/2014, instaurada em 02/04/2012: Notícia encaminhada pela Ouvidoria do MP em 02/04/2012. Sem análise desde a autuação; **5)** Notícia de Fato nº 017638-500/2014, instaurada em 17/07/2012: Última movimentação: juntada de documento em 20/09/2012. Após, sem análise; **6)** Notícia de Fato nº 01757-500/2014, instaurada em 31/08/2012: Sem análise desde a instauração; **7)** Notícia de Fato nº 017664-500/2014, instaurada em 07/12/2012: Sem análise desde a instauração; **8)** Notícia de Fato nº 017667-500/2014, instaurada em 27/12/2012, sem análise desde a instauração. O membro inspecionado deixou de apresentar resposta ao relatório preliminar, mesmo diante da gravidade dos atrasos consignados. Diante disso e, tendo em vista que as questões apuradas por ocasião da inspeção suscitam, no conjunto das verificações, a necessidade de adoção também de providências e aprofundamentos de ordem disciplinar, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que instaure **procedimento disciplinar próprio**, a fim de apurar possível falta funcional da Promotora de Justiça Lítia Teresa Costa Cavalcanti, em relação aos fatos acima descritos e registrados no respectivo termo de inspeção e às irregularidades que eventualmente persistirem, comunicando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.24.** Na inspeção realizada junto à **14ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Defesa da Pessoa com Deficiência (item 13.36)**, da qual é titular o Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos, tendo assumido o órgão em 26/03/2004, foram constatadas diversas inadequações e fortes indicativos de inércia e excesso de prazo e procedimentos extrajudiciais que se encontravam em situação de irregularidade, alguns com intervalos sem impulso bastante relevantes, a exemplo dos seguintes registros da equipe de inspeção: **1)** Inquérito Civil nº 018219-500/2014, instaurado em 05/02/2001: permaneceu paralisado desde o mês de novembro de 2010 até o mês de fevereiro de 2014, quando foi novamente impulsionado. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil; **2)** Inquérito Civil nº 018266-500/2014, instaurado em 31/10/2001: permaneceu paralisado desde o mês de agosto de 2012 até o mês de março de 2014, quando foi novamente impulsionado. Não há despacho de prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil; **3)** Procedimento Preparatório nº 007367-500/2014, instaurado em 27/06/2011: não há despacho de prorrogação do Procedimento Preparatório, tampouco de conversão deste em Inquérito



Civil. O feito permaneceu paralisado desde o mês de março de 2013 até o mês de junho de 2014, quando foi novamente impulsionado. Não obstante o Promotor de Justiça inspecionado tenha apresentado resposta indicando a atual regularização dos feitos, as questões apuradas por ocasião da inspeção suscitam, no conjunto das verificações, a necessidade de adoção também de providências e aprofundamentos de ordem disciplinar. Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que instaure **procedimento disciplinar próprio**, a fim de apurar possível falta funcional do Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos, em relação aos fatos acima descritos e consignados no respectivo termo de inspeção e às irregularidades que eventualmente persistirem, comunicando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.25.** Em relação ao relatório preliminar da **14ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Defesa da Pessoa com Deficiência (item 13.36)** e da **25ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Controle Externo da Atividade Policial (item 13.47)**, foram verificadas irregularidades, notadamente no cumprimento de prazos procedimentais. Consta que os membros titulares de tais unidades se encontravam em regime de designação para exercício de cargos na Administração Superior do MP-MA, com indicativos de prejuízos no desempenho das atribuições nas unidades de origem. Em face do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP expedir: **a) RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que evite a designação de membros para acumular cargos na administração superior que mantiverem sob sua responsabilidade processos judiciais, inquéritos e procedimentos extrajudiciais com significativos excessos de prazo, dentre outros requisitos a serem considerados pela unidade, informando a Corregedoria Nacional quanto às medidas implementadas, no prazo de 90 (noventa) dias; **b) RECOMENDAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que acompanhe a regularidade das atividades das promotorias e procuradorias de justiça submetidas a tal regime de atuação cumulativa permanente em órgãos da Administração Superior ou auxiliares, adotando, se necessário, as medidas de natureza disciplinar cabíveis.

**22.1.26.** Ainda em relação **14ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Defesa da Pessoa com Deficiência (item 13.36)**, consta informação de que o membro inspecionado, o Promotor de Justiça Ronald Pereira dos Santos, mantinha procedimentos em situação de inadequação quanto ao cumprimento de prazos regulamentares, ao tempo em que se encontrava autorizado para frequentar curso de doutorado na Universidade Federal do Maranhão. Diante de indicativos de aprimoramento dos mecanismos de fiscalização das atividades de membros autorizados a frequentar cursos de qualificação acadêmica ou profissional, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que estabeleça sistemática de acompanhamento da regularidade das atividades das promotorias e das procuradorias de justiça cujos membros estejam autorizados à frequência em cursos de qualificação ou aperfeiçoamento, adotando, se necessário, as medidas de natureza disciplinar cabíveis.

**22.1.27.** Na inspeção realizada junto à **18ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Defesa da Saúde (item 13.40)**, da qual é titular o Promotor de Justiça Herberth Costa Figueiredo, foram constatadas diversas inadequações e fortes indicativos de inércia e excesso de prazo e procedimentos extrajudiciais que se encontravam em situação de irregularidade, alguns com intervalos sem impulso bastante relevantes, a exemplo dos seguintes registros da equipe de inspeção: **1)** Processo Administrativo nº 4632AD/2009, instaurado em 15/07/2009: Objeto: cortes financeiros (glosas) efetuados na secretaria municipal de saúde em dezembro de 2002. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 03/05/2010); **2)** Representação nº 017/2003, instaurada em 23/12/2003: Objeto: improbidade administrativa. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 15.5.2006). Apensado à “Representação” nº 7/2008, que foi instaurada em 05/05/2008 (último andamento em 31.10.2013); **3)** Representação nº 002/2006, instaurada em 09/01/2006: Objeto: improbidade

administrativa. Não instaurado procedimento respectivo. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 09/07/2014). Permaneceu sem andamento no período de 22/11/2012 a 09/07/2014; **4)** Inquérito Civil nº 002/2012: Não há despacho de prorrogação do Inquérito Civil. Sem andamento há mais de 30 dias (último ato em 6.12.2013). Além disso, constou do termo de inspeção que a unidade contava, à época, com 145 procedimentos extrajudiciais em trâmite, dos quais a maioria não possuía regular andamento. A equipe de inspeção não constatou a existência de qualquer justificativa para os excessos de prazo para o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais. Não obstante o Promotor de Justiça inspecionado tenha apresentado resposta indicando a atual regularização dos feitos, as questões apuradas por ocasião da inspeção suscitam, no conjunto das verificações, a necessidade de adoção também de providências e aprofundamentos de ordem disciplinar. Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que instaure procedimento disciplinar próprio, a fim de apurar possível falta funcional do Promotor de Justiça Herberth Costa Figueiredo, em relação aos fatos acima descritos e consignados no respectivo termo de inspeção e às irregularidades que eventualmente persistirem, comunicando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.28.** No que se refere ao informado sobre o suposto extravio do Procedimento Preparatório nº 20/2011 em tramitação junto à **28ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Patrimônio Público (item 13.50)**, da qual é titular o Promotor de Justiça Lindonjonson Gonçalves de Sousa, a Procuradoria-Geral de Justiça informou que foi instaurada Sindicância e Procedimento Disciplinar para apurar os fatos internamente, com conclusão das investigações e encaminhamento para as Promotorias de Justiça Criminais, tendo havido manifestação pelo arquivamento das peças de informações. As informações e remessa integral dos autos da Sindicância e PAD foram enviadas ao Promotor de Justiça, ora inspecionado, em data de 27 de novembro de 2014. A unidade, contudo, não apresentou resposta sobre possível restauração dos autos da investigação constante do Procedimento Preparatório nº 20/2011. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do Conselho Nacional que expeça **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que instaure procedimento próprio, objetivando a restauração dos autos do Procedimento Preparatório nº 20/2011, em tramitação junto à 28ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Patrimônio Público. Das providências adotadas e resultados alcançados, dê-se ciência à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.29.** Em relação à **31ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - Patrimônio Público (item 13.53)**, da qual é titular o Promotor de Justiça Zanony Passos Silva Filho, tendo assumido o órgão em 02/02/2012, foram constatadas diversas inadequações e fortes indicativos de inércia e excesso de prazo, tendo sido observado pela equipe de inspeção o seguinte: **1)** Baixa produtividade do órgão. Nenhum PIC instaurado, nenhuma denúncia oferecida e apenas 02 ACPs ajuizadas; **2)** Diversas peças de informação e representações foram autuadas como NFs apenas em março do corrente ano, sendo que muitas delas ficaram paralisadas durante muitos anos (algumas desde 2011); **3)** Diversas peças de informação e representações convertidas em ICs ficaram paralisadas durante um longo período; **4)** em regra, os prazos não são observados; **5)** as prorrogações, quando ocorrem, são feitas fora do prazo e não são fundamentadas; **6)** elevado número de feitos na PJ sem que haja adoção de medidas para solver o assunto; **7)** investigações de fatos graves, envolvendo inclusive agentes políticos, não são impulsionadas com celeridade, protraindo-se no tempo, com requisições de diligências e informações, cujo prazo fixado normalmente não é atendido e nem reiteração ocorre imediatamente após o término do lapso temporal estabelecido. Além disso, havia procedimentos extrajudiciais que se encontravam em situação de irregularidade, alguns com intervalos sem impulso bastante relevantes, a exemplo dos seguintes registros da equipe de inspeção: **1)** Notícia de Fato nº 10/2014: Expediente encaminhado em 24/08/2011 à promotoria de justiça, com despacho de registro e autuação como Peças de Informação em 24/02/2014 e conversão em NF em 31/2014. Não houve manifestação de mérito entre 24/08/2011 até a presente data. Assunto: irregularidades verificadas por ocasião de pedido de alvará judicial; **2)** Inquérito

Civil nº 002/2008, instaurado em 05/05/2008: apuração de irregularidades perpetradas pela Secretária de Estado de Segurança Cidadã e o Chefe de Gabinete, tais como ausência de licitação, fragmentação de despesas, dentre outros. Ofício em 05/06/2008, 09/06/2008, 31/07/2008, 02/04/2009. Prorrogado prazo em 25/02/2011, com redistribuição do feito em 29/04/2011. E desde o dia 29/04/2011 até a presente data não houve qualquer movimento ou manifestação. **3)** Inquérito Civil nº 003/2007, instaurado em 13/11/2007: apuração de superfaturamento nas obras realizadas no Estádio Castelão, na Barragem Bacanga e na Ponte do São Francisco, de responsabilidade do Governo do Estado do MA. Juntada de documento em 04/03/2008. Ofício em 23/03/2009. Houve coleta de depoimentos em 27/05/2009. Promoção de arquivamento em parte. Prorrogado em 25/02/2011. Ofício em 03/03/2011. Feito recebido em redistribuição em 16/08/2012, sem qualquer manifestação ou movimentação desde então. O membro inspecionado deixou de apresentar resposta ao relatório preliminar, mesmo diante da gravidade dos atrasos consignados. Diante disso e, tendo em vista que as questões apuradas por ocasião da inspeção suscitam, no conjunto das verificações, a necessidade de adoção também de providências e aprofundamentos de ordem disciplinar, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que instaure **procedimento disciplinar próprio**, a fim de apurar possível falta funcional do Promotor de Justiça Zanony Passos Silva Filho, em relação aos fatos acima descritos e registrados no respectivo termo de inspeção e às irregularidades que eventualmente persistirem, comunicando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.30.** Em relação às constatações da **32ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís - 1º Promotor de Justiça da Infância e Juventude (item 13.54)**, foi verificada a tramitação, por ocasião da inspeção, de 14 inquéritos civis; 14 procedimentos administrativos; 584 procedimentos preparatórios e 4.949 notícias de fato – das quais 718 não haviam tido nenhuma análise desde a autuação e ausência de controle de feitos. Consoante o levantamento apresentado pela unidade por ocasião da resposta ao relatório preliminar, 30/05/2015 já tramitavam na unidade 5.016 (cinco mil e dezesseis) notícias de fato, além de 24 (vinte e quatro) procedimentos administrativos, 564 (quinhentos e sessenta e quatro) procedimentos preparatórios e 31 (trinta e um) inquéritos civis, perfazendo um total de 5.635 (cinco mil, seiscentos e trinta e cinco) itens de investigação extrajudicial a encargo desta Promotoria de Justiça. Diante da evidência da necessidade de saneamento da unidade, bem como de indicativos de conveniência do aprimoramento da triagem e gestão das representações de violação de direitos, além da correção referida em item próprio, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP expedição de: **a) RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova, junto ao setor administrativo competente, a adoção de medidas de aperfeiçoamento do sistema de recepção de representações, incluindo os “Disque 100” ou “Disque-denúncia”, notadamente no sentido de evitar a tramitação de notícias de fato eivadas de inespecificidade e ausência de dados mínimos de informação capazes de permitir a perfeita inteligência e seu processamento útil por parte dos órgãos de execução; **b)** promova, guardando observância ao artigo 24 da Lei nº 8.625/93, a designação extraordinária de membros e pessoal para atuação na referida unidade, de forma a viabilizar, em tempo razoável, a conclusão dos procedimentos extrajudiciais em situação de excesso de prazo regulamentar e em tramitação há mais de 12 meses; **c) RECOMENDAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que faça o acompanhamento do desempenho da aludida Promotoria de Justiça pelo prazo de 06 (seis) meses. Das providências e resultados alcançados devem ser prestadas informações à Corregedoria Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**22.1.31.** No tocante à **12ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís (item 13.73)**, da qual é titular a Promotora de Justiça Márcia Moura Maia, tendo assumido o órgão em 01/09/2004, foi constatada a então pendência do Inquérito Policial nº 44803-61.2013.8.10.0001, com vista aberta ao Ministério Público em 15 de outubro de 2013, para análise de pedido de prisão preventiva pela autoridade policial. Oportunizada a reposta por ocasião do relatório preliminar, o membro inspecionado não se manifestou. Por força da in-

dicação da necessidade de adoção de providências e aprofundamentos de ordem disciplinar, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que instaure **procedimento disciplinar próprio**, a fim de apurar possível falta funcional da Promotora de Justiça Márcia Moura Maia, em relação aos fatos acima descritos e registrados no respectivo termo de inspeção e às irregularidades que eventualmente persistirem, comunicando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.32.** Quanto a inspeção na **24ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís (item 13.85)**, consta registro, no termo de inspeção, de consignação relativa à Ação Penal 9866-45.2001.8.10.0001, recebida pelo protocolo do Ministério Público do Estado do Maranhão em 30/10/2014. Constatou-se que o Ministério Público apresentou recurso de apelação em plenário, sem que, na data, fosse proferida qualquer decisão pelo Juiz Presidente. Não constava dos autos decisão de recebimento do recurso ou qualquer ato posterior e o feito encontra-se no Ministério Público há mais de 30 dias, sem manifestação. Por ocasião da inspeção, o Promotor de Justiça disse que haveria equívoco na ata de júri, em especial porque consta o seu nome como Rodolfo Soares dos Reis, quando outro colega foi o responsável pelo Júri, havendo, inclusive, portaria do colega (José Benedito Nascimento Neto – Benedito Coroba), para a realização do julgamento em plenário, tendo em vista que houve alegação do próprio Promotor de Justiça Rodolfo Soares dos Reis de sua suspeição por causa superveniente ao primeiro julgamento. Instado a se manifestar por ocasião do relatório preliminar, o responsável pela unidade deixou de apresentar resposta. Em face do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que apure, em procedimento próprio, os motivos de tais ocorrências, adotando, se necessárias, as medidas disciplinares cabíveis, comunicando o resultado da apuração à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.33.** Durante a realização da inspeção nos seguintes órgãos: 1ª Promotoria de Justiça de Raposa (**item 14.1**), 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (**item 14.6**), 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (**item 14.7**), 4ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (**item 14.8**), 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (**item 14.9**), 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz (**item 14.13**), 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia (**item 14.21**), 5ª Promotoria de Justiça de Açailândia (**item 14.24**), 2ª Promotoria de Justiça de João Lisboa (**item 14.26**), 6ª Promotoria de Justiça de Caxias (**item 14.32**), 7ª Promotoria de Justiça de Caxias (**item 14.33**), 1ª Promotoria de Justiça de Codó (**item 14.34**), 2ª Promotoria de Justiça de Codó (**item 14.35**), 3ª Promotoria de Justiça de Codó (**item 14.36**), 2ª Promotoria de Justiça Cível de Timon (**item 14.38**), 4ª Promotoria de Justiça Cível de Timon (**item 14.40**), 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Timon (**item 14.42**), 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon (**item 14.44**), 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon (**item 14.45**), 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal (**item 14.46**), 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal (**item 14.47**), 3ª Promotoria de Justiça de Bacabal (**item 14.48**), 4ª Promotoria de Justiça de Bacabal (**item 14.49**), 5ª Promotoria de Justiça de Bacabal (**item 14.50**), 1ª Promotoria de Justiça de Lago da Pedra (**item 14.51**), 2ª Promotoria de Justiça de Lago da Pedra (**item 14.52**), 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras (**item 14.53**), 2ª Promotoria de Justiça de Pedreiras (**item 14.54**), Promotoria de Justiça de Pindaré Mirim (**item 14.56**), 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês (**item 14.57**), 2ª Promotoria de Justiça de Santa Inês (**item 14.58**), 3ª Promotoria de Justiça de Santa Inês (**item 14.59**) e 4ª Promotoria de Justiça de Santa Inês (**item 14.60**), verificou-se que diversos processos e procedimentos estavam em suposta situação de irregularidade e/ou as promotorias de justiça apresentavam dados de reduzida produtividade. Considerando as manifestações dos responsáveis pelas respectivas unidades inspecionadas, ou a ausência de resposta, em determinados casos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que realize **correções** nas referidas unidades, a fim de verificar a atual regularidade da atuação respectiva, bem como os motivos das ocorrências relativas às inadequações procedimentais e estoque processual com movimentação em prazo acima do legalmente determinado, com a instauração, se necessário, de



procedimento próprio para apuração de eventuais responsabilidades funcionais, comunicando os resultados alcançados da apuração à Corregedoria Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**22.1.34.** Foram solicitadas informações sobre o horário de funcionamento da Instituição, considerando suposta incompatibilidade com a realidade dos demais órgãos do sistema de justiça (**item 16.2.1**), e a informação de dificuldades no contato da população com membros do Ministério Público do Estado do Maranhão no período vespertino (**item 16.2.2**). Em resposta ao relatório preliminar, a Procuradora-Geral de Justiça informou que, por força do Ato Regulamentar nº 18/2012, a Procuradoria Geral de Justiça funciona de 08 as 15 horas e as promotorias de justiça possuem horário diferenciado em razão das atribuições de que desempenham e as peculiaridades dos Municípios. Deixou de detalhar, contudo, os horários estabelecidos para os diversos órgãos de execução em primeiro e segundo grau, havendo indicativos de que o expediente e o atendimento ao público não guardam uniformidade no âmbito do MP-MA. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que adote as medidas necessárias à uniformização do horário de expediente e de atendimento ao público pelas unidades ministeriais, visando a que o acesso da população ocorra da forma mais ampla e completa possível. No prazo de 90 (noventa) dias a Corregedoria Nacional deverá ser informada sobre o resultado desta recomendação.

**22.1.35.** Relativamente à permanência de membros nas comarcas e unidades ministeriais do interior do Maranhão (**item 16.2.3**), a Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que a autorização para residir fora da Comarca é precedida de um Procedimento Administrativo e registrada no prontuário do membro para efetivo controle da Corregedoria Geral do MP. Em sendo assim, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição **RECOMENDAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que estabeleça sistemática de acompanhamento da regularidade das atividades das promotorias e procuradorias de justiça cujos membros estejam autorizados a residir fora da comarca, adotando, se necessário, as medidas de natureza disciplinar cabíveis. Das providências adotadas deverá ser cientificada a Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.36.** Foi informado pela Procuradoria-Geral de Justiça (**item 16.2.5**), que não estão sujeitos ao controle biométrico o diretor de secretaria, coordenador, assessor chefe, chefe de gabinete, assessor de Procurador-Geral de Justiça, assessor de Promotor de Justiça e Procurador de Justiça, Assessor de Planejamento Geral, presidente da Comissão Permanente de Licitação, Assessor do Subprocurador Geral de Justiça, Assessor do SubCorregedor Geral do MP, Chefe de Cerimonial e servidores lotados no gabinete dos Procuradores de Justiça, conforme a decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. O registro eletrônico de ponto é mecanismo de controle do cumprimento da jornada de trabalho atribuída aos servidores públicos efetivos e comissionados, independentemente do órgão de execução a que estejam lotados. Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça e ao Colégio de Procuradores de Justiça**, para que promovam a adequação da normativa com vistas a instituir o registro de ponto eletrônico para controle de frequência dos servidores públicos referidos nesta proposição, justificando eventuais exceções de acordo com a necessidade funcional, informando os resultados alcançados à Corregedoria Nacional no prazo de até 60 (sessenta) dias.

**22.1.37.** Da realização da inspeção, constatou-se (**item 16.2.7**) possível inadequação das estruturas físicas das Promotorias de Justiça Criminais de São Luís (**itens 15.1.4 e 15.1.10**); das Promotorias de Justiça de Família de São Luís; das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de São Luís; das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís; das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís e das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa do Direitos Humanos de São Luís; da Promotoria de Justiça de Raposa; das Promotorias de Justiça de Imperatriz e das Promotorias de Justiça de Timon. Em

resposta ao relatório preliminar, a Procuradoria-Geral de Justiça informou previsão para a conclusão das obras relativas ao prédio Sede da Procuradoria Geral de Justiça e das sedes das Promotorias de Justiça da Capital e de Imperatriz no segundo semestre de 2015. Informou ainda, providências visando à adequação da estrutura predial da Promotoria de Justiça de Timon, o que permitirá que todos os setores e unidades possam ser acomodadas corretamente. Diante do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, na medida das disponibilidades financeiras e orçamentárias, seja providenciada estrutura física adequada às atividades das Promotorias de Justiça mencionadas na presente proposição, enfatizando-se as medidas necessárias à garantia da acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e dificuldades de locomoção, informando os resultados eventualmente alcançados à Corregedoria Nacional do Ministério Público no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**22.1.38.** No que diz respeito ao **item 16.2.9.1**, foi informado pela Procuradoria-Geral de Justiça que não há escala de substituição de servidores, nas hipóteses de afastamento temporários. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que estabeleça sistemática de organização dos trabalhos de servidores de assessoria e apoio jurídico, evitando solução de continuidade dos serviços, notadamente durante os afastamentos temporários de servidores.

**22.1.39.** No que concerne ao destaque das observações registradas por ocasião da inspeção no relativamente à necessidade de incremento do apoio técnico para o desempenho eficiente das funções institucionais do MP-MA (**item 16.2.12.1**), a Procuradoria-Geral de Justiça conta com 09 analistas (1 médica, 03 economistas, 04 contadores e uma técnica) e possui 02 analistas contadores nas Promotorias de Justiça da Capital. Por determinação da Procuradora-Geral de Justiça, os servidores da Assessoria Técnica trabalham em inerência desenvolvendo o trabalho nas promotorias de justiça, quando solicitados e em auxílio ao Grupo GPI. Em face do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que, na medida das disponibilidades orçamentário-financeiras da unidade, sejam envidados esforços com vistas ao aumento do quadro de pessoal técnico de apoio às atividades de execução dos órgãos do Ministério Público, inclusive mediante o aprimoramento das estruturas setoriais e dos respectivos processos de trabalho, dando notícia das providências adotadas no prazo de 12 (doze) meses.

**22.1.40.** Com relação ao **item 16.2.14.c**, a unidade informou que o sistema SIMP ainda não dispõe de funcionalidade de controle da atuação ministerial por unidade/órgão, sendo possível apenas a extração de relatórios de produtividade individual por membro vinculando a promotoria, o que pode implicar prejuízos na consolidação de estatística por unidades ministeriais. Desse modo, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que a referida funcionalidade venha a ser implementada no sistema SIMP, informando a Corregedoria Nacional quanto aos resultados de referida proposição, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

**22.1.41.** Em relação aos **itens 16.2.15 e 16.2.16**, o relatório preliminar apontou inadequações generalizadas no registro e uso da taxonomia relativamente à atuação extrajudicial no MP-MA. A alegação mais comum era a de recente implantação do sistema de gestão SIMP, ainda não disponível em todas as unidades do MP-MA, bem como a ausência de qualificação para o manejo de suas funcionalidades (**itens 13.24; 13.28; 13.29; 13.31; 13.33; 13.34; 13.38**). Além disso, o relatório preliminar informou sobre a existência de unidades que ainda não acessavam o sistema. A Procuradora-Geral de Justiça informou que o sistema SIMP foi instituído no âmbito do MP-MA em 2014, tendo sido implementado em todas as unidades do parquet estadual. A implantação deu-se em abril de 2014, contemplando, inclusive, as Tabelas Unificadas.



Informou, ainda, que houve treinamento de todos os membros que estavam aptos a receber a implantação, conforme cronograma imposto pela Equipe. Não obstante, a unidade informou desinteresse dos membros envolvidos na fase de treinamento, embora tenha sido estabelecido uso obrigatório do sistema por força do Ato Regulamentar Conjunto n.º 04/2014. Em razão disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de: **a) DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que adote medidas visando à obrigatoriedade da alimentação dos bancos de dados desse sistema, conforme a Taxonomia Unificada, bem como à contínua qualificação adequada dos respectivos usuários (membros e servidores) em relação às funcionalidades de registro e controle de atividades, informando os resultados à Corregedoria Nacional no prazo de até 120 (cento e vinte) dias; **b) DETERMINAÇÃO ao Exmo. Corregedor-Geral**, para que verifique em suas correições e inspeções o cumprimento desta determinação por parte dos membros, adotando as providências disciplinares em caso de descumprimento, informando os resultados à Corregedoria Nacional no prazo de 12 (doze) meses.

**22.1.42.** Com referência ao que foi constatado sobre o sistema distribuição de atribuições nas Procuradorias de Justiça do MP-MA (**item 16.2.20.1**), notadamente quanto às observações relativas à proporcionalidade na divisão de trabalho entre as Procuradorias de Justiça com atribuições perante a 5ª Câmara Cível do TJMA em relação às Procuradorias de Justiça com atribuições nas demais Câmaras do TJMA, a teor da informação sobre o número de Procuradorias que oficiam perante a 5ª Câmara Cível (3 Procuradorias de Justiça) e perante as demais Câmaras (4 Procuradorias de Justiça), a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que realize estudos que analisem a conveniência de ajustes na distribuição das atribuições entre as Procuradorias de Justiça, à luz da situação acima retratada, adotando, em conjunto com o **Colégio de Procuradores de Justiça**, as providências que eventualmente se afigurem necessárias. Das providências adotadas deve ser dada ciência à Corregedoria Nacional no prazo de 90 (noventa) dias.

**22.1.43.** Relativamente ao **item 16.2.21**, foi constatada a necessidade de aperfeiçoamento na distribuição de atribuições, no âmbito das Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão, notadamente quanto às seguintes questões: **1)** definição normativa e criação de cargos de promotores de justiça para atuar perante a Central de Inquéritos de São Luís (**item 15.1.1**); **2)** redimensionamento das atribuições das promotorias de justiça criminais de São Luís (**itens 15.1.8. e 15.1.9.**); **3)** reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições de interveniência cível de São Luís, a teor das movimentações constatadas nos termos das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís; **4)** reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições de interveniência em fazenda pública da Capital, a teor das movimentações constatadas nos termos das 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís; **5)** possibilidade extinção ou agregação de atribuições às Promotorias de Justiça, com atuação exclusiva ou praticamente exclusiva em matéria de interdições e sucessões e em registros públicos e massas falidas, a teor dos termos de inspeção da 10ª e 11ª Promotorias de Justiça Cíveis e da 3ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís; **6)** reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições perante as varas de família de São Luís, a teor das movimentações e observações que constam dos termos das 11ª, 12ª, 15ª, 16ª, 17ª, 19ª, 20ª, 22ª e 23ª Promotorias de Justiça Cíveis de São Luís; **7)** reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou fusão das Promotorias de Justiça da Ordem Tributária e Econômica, a teor das movimentações informadas nos termos de inspeção das 26ª e 27ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís; **8)** reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições às promotorias de justiça com atribuições em conflitos agrários, a teor das movimentações constatadas nos termos das 38ª e 39ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís; **9)** Reduzido volume de trabalho e possibilidade de extinção ou agregação de atribuições à promotoria de justiça com atribuições exclusivas no recebimento de comunicações de flagrante e precatórias criminais (18ª Promotoria de Justiça

Criminal de São Luís e item 15.1.2 do Relatório Complementar da Equipe nº 08), a teor das movimentações e observações constatadas no respectivo termo de inspeção; **10)** possibilidade de agregação de atribuição cível às Promotorias de Justiça Especializadas em crimes contra a saúde pública e na Defesa da Mulher, a teor das movimentações e observações que constam dos termos das 19ª e 21ª Promotorias de Justiça Especializadas de São Luís; **11)** necessidade de definição normativa e aprimoramento nos critérios de distribuição entre as promotorias de justiça especializadas com atribuições concorrentes em matéria de educação, a teor do consignado no termo de inspeção da 5ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís; **12)** necessidade de desmembramento e criação de novos cargos de Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, considerando possível sobrecarga de trabalho nas unidades ministeriais que atualmente congregam tais atribuições, a teor dos respectivos termos de inspeção, notadamente os das 32ª, 33ª e 34ª Promotorias de Justiça de São Luís. A Procuradora-Geral de Justiça esclareceu que, ao longo dos anos, a Chefia da Instituição tem adotado providências de redistribuição de atribuições entre as diversas unidades ministeriais e que as constatações do CNMP serão encaminhadas à Comissão para análise e posterior encaminhamento ao Colégio de Procuradores de Justiça. Considerando o quanto foi exposto, a Corregedoria Nacional sugere ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que avalie, em conjunto com o **Colégio de Procuradores de Justiça**, a necessidade de normatização de forma sistemática de todo o quadro de atribuições, promovendo a redistribuição das atribuições das referidas unidades ministeriais, inclusive mediante acréscimo, unificação ou a extinção de atribuições, de acordo com a necessidade decorrente das situações acima retratadas. Sobre as providências adotadas devem ser prestadas informações à Corregedoria Nacional no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

## 22.2. ÁREA ADMINISTRATIVA

**22.2.1.** A unidade inspecionada informou (**item 18.1.b**) que publicou no Portal de Transparência do MP-MA os Relatórios de Gestão Institucional – RGI dos anos de 2010 a 2013, faltando o de 2014. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que efetue a publicação do RGI 2014, no prazo de 30 (trinta) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.2.** Em relação à ausência de publicação no Portal Transparência das ações de planejamento realizadas durante o exercício, a unidade inspecionada informou (**item 18.1.c**) que efetuará uma revisão do Planejamento Estratégico e a elaboração do novo plano (PGA), previsto para acontecer a partir do segundo semestre de 2015. Por tais motivos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que efetue a atualização do Planejamento Estratégico e do PGA, sendo dado publicidade a execução do atual PGA, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.3.** As informações produzidas pela unidade inspecionada (**item 18.2.a**), em relação à perda de participação do MP-MA no Orçamento Anual do Estado, estão vinculadas à execução orçamentária, e, portanto, desconsideradas. Ante o exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP, a expedição de **OFÍCIO à Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público**, para conhecimento e eventual auxílio quanto à manutenção da capacidade orçamentária do Ministério Público do Estado do Maranhão.

**22.2.4.** A informação apresentada pela unidade inspecionada (**item 18.2.b**) indica que o MP-MA não possui uma ação específica para a abertura dos créditos adicionais do Estado, por falta de amparo legal. Frente a isso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO**

à **Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que realize junto ao Governo do Estado ações visando à participação proporcional na abertura de créditos adicionais do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.5.** Informou a unidade inspecionada (**item 18.2.c**) que houve o crescimento das despesas com pessoal, alcançando o patamar de 1,90% da RCL. Em razão disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que observe as restrições impostas pelo art. 19, inciso II c/c art. 22 da Lei nº 101/2000, adotando as medidas necessárias de modo a evitar que seja ultrapassado o limite legalmente estabelecido no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.6.** Em relação às informações mencionadas pela unidade inspecionada (**item 18.2.d**) sobre as receitas e despesas do Regime Previdenciário, até o término da Inspeção não foram fornecidas as receitas e despesas praticadas mensalmente pelo MP-MA, durante os exercícios de 2012 a 2014, segmentadas pelos respectivos fundos financeiro e previdenciário, o que prejudicou a análise deste item. Assim, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a instauração de **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**, de modo a esclarecer o tratamento institucional no tocante as receitas e despesas do RPPS do MP-MA, no período de 2012-2014.

**22.2.7.** Em relação à ausência de planilha da estimativa que trata o inciso I do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado, bem como a ausência de lançamento contábil dos valores a pagar existentes, em que pese a manifestação da unidade inspecionada (**item 18.3.1.a e c**), as declarações de adequação da despesa à Lei, informadas em relação ao item “a”, não suprem a necessidade da demonstração do apontamento relacionado ao impacto financeiro das autorizações realizadas no exercício atual e nos dois subsequentes, exigidos pela Lei Complementar 101/2000. Da mesma forma, a ausência de registro contábil das obrigações assumidas que ultrapassam o exercício, deve possuir um registro contábil específico, apontado na letra “c”. Nesse sentido, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a instauração de **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**, na forma dos artigos 123 a 128 do Regimento Interno do CNMP, a fim que se possa apurar a regularidade da ação administrativa acima mencionada.

**22.2.8.** A unidade inspecionada informou (**item 18.3.1.b**) que, cumprindo ordem judicial, suspendeu a incidência do Imposto de Renda sobre o terço de férias dos membros do MP-MA. No Processo Administrativo 2442AD/2014, identificou-se que a Instituição realizou a compensação do Imposto de Renda no valor de R\$ 5.767.324,04, retidos indevidamente, e que em tese deveriam ter sido pagos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dessa forma, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **OFÍCIO à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro**, para conhecimento e análise mais aprofundada da matéria.

**22.2.9.** A informação produzida pela unidade inspecionada (**item 18.3.2**) em relação aos 346 servidores cedidos para o Ministério Público, sendo 87 pelo Governo do Estado e 259 pelas Prefeituras Municipais, colabora no sentido de que o ônus fica com a origem, sendo pago pela Instituição a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho, Gratificação de Padrão Ministerial e Auxílio-Alimentação, sem a adequada justificativa. Sendo assim, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a instauração de **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**, com o fim de verificar o excessivo número de servidores cedidos ao MPMA, bem como as formalidades das cessões e o sistema de controle dos referidos atos.

**22.2.10.** Em relação à informação veiculada pela unidade inspecionada (item 18.3.3), de que os membros que tiveram incorporadas a gratificação de função, e que ainda não receberam as mesmas como verbas indenizatórias, deve ser analisada à luz da decisão do Superior Tribunal de Justiça, que deferiu o pedido, a fim de suspender a liminar concedida nos autos de Mandado de Segurança nº 6817-42.2014.8.10.000, impetrado pela Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. Por essa razão, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a instauração de **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**, na forma dos artigos 123 a 128 do Regimento Interno do CNMP, a fim de se possa apurar a regularidade da ação administrativa anteriormente mencionada.

**22.2.11.** A informação prestada pela unidade inspecionada (item 18.3.4) reafirma o apontamento de que existe fragilidade de controle férias convertidas em pecúnia para membros, em “Planilha Excel”, que somente será superado quando da implantação de um novo Sistema de Recursos Humanos em fase de teste. Por tal motivo, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP, a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie a implantação de novo Sistema de Gestão de Recursos Humanos, do qual conste funcionalidade que permita a extração de relatórios de férias pagas, bem como o detalhamento de valores pagos e créditos existentes em aberto e com programação para pagamento, informando à Corregedoria Nacional os resultados no prazo de 30 (trinta) dias.

**22.2.12.** A informação veiculada pela unidade inspecionada (item 18.3.5) colabora em relação ao apontamento de que o sistema de ponto permite o computo de 15 (quinze) minutos da entrada e da saída para o computo do Banco de Horas, ou seja, 00:30 minutos por dia, sem qualquer esforço adicional de trabalho. Nesse sentido, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova os ajustes nas normas internas que permitem esse registro, visando a eliminação do mesmo, no prazo de 30 (trinta) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.13.** A informação produzida pela unidade inspecionada (item 18.3.6), em relação ao pagamento da “Gratificação de Risco de Vida”, refere-se à disfunção criada para que Técnicos Ministeriais exerçam a atividade de “Vigia”, o que caracteriza a desconformidade. Em relação à insalubridade, o apontamento foi acatado. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a instauração de **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**, para avaliar a conformidade legal do pagamento da gratificação de risco de vida ou a existência de eventual desvio de função.

**22.2.14.** A informação prestada pela unidade inspecionada (item 18.3.8) não demonstrou a ação da Administração Superior, visando resolver o problema apontado relacionado a 9.764 (nove mil, setecentos e sessenta e quatro) dias de faltas sem desconto na folha de pagamento. Em relação à insalubridade o apontamento foi acatado. Por tais motivos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP, a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova levantamento visando a identificação das faltas para ulterior providência, e adoção das providências disciplinares e administrativas cabíveis, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.15.** A unidade inspecionada (item 18.3.9) não apresentou novas informações sobre a ausência de controle relacionado a entrega de declaração de bens relacionados no Imposto de Renda. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova a devida atualização de sua base de informação, com o objetivo de identificar possível irregularidade, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.16.** Em relação à ausência de indicação de gestores e fiscais para os contratos administrativos, estando em desacordo com o disposto nos artigos 58, III e 67, da Lei 8.666/93, em que pese a manifestação da unidade inspecionada (**item 18.4.a**). Sendo assim, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradoria-Geral de Justiça**, que conste a indicação de gestores e fiscais nos contratos de aquisição de bens e serviços, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.17.** A planilha encaminhada (**item 18.4.c**) não informa a dotação orçamentária até o item da despesa, prejudicando a análise. Nesse sentido, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradoria-Geral de Justiça**, que a planilha seja reenviada com as informações solicitadas, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.18.** Sobre a existência de depreciação dos bens patrimoniais, a unidade inspecionada informa (**item 18.5.a**) que serão sanadas através desse novo sistema informatizado de controle dos bens patrimoniais. Diante do exposto, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que informe à Corregedoria Nacional os resultados alcançados com as medidas adotadas pelo MP-MA, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**22.2.19.** A unidade inspecionada informa (**item 18.5.b**) que os problemas detectados no atual Sistema de Patrimônio serão sanados através de um novo sistema informatizado. Por tais motivos, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que encaminhe o Cronograma de Execução deste novo Sistema, no prazo de 30 (trinta) dias, informando a Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.20.** A unidade inspecionada informou (**item 18.6.a**) que dos 21 imóveis construídos, apenas 02 foram averbados. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova as averbações faltantes, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.21.** Não obstante a legislação do Estado do Maranhão não identificar a obrigatoriedade da vistoria do Corpo de Bombeiros, nos imóveis com área menor que 750m<sup>2</sup>, (**item 18.6.b**), a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova a vistoria do Corpo de Bombeiros em todos os imóveis pertencentes e utilizados pela Instituição, visando a segurança daqueles que trabalham e circulam nos aludidos prédios, no prazo de 90 (noventa) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.22.** Embora a unidade inspecionada informe (**item 18.6.c**) que estão sendo tomadas medidas visando à regularização das escrituras dos imóveis, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova a regularização imobiliária do acervo patrimonial do MPMA, no prazo de 180 dias, informando a Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.23.** Em que pese a informação prestada pela unidade inspecionada (**item 18.6.d**), existe a necessidade de haver a fiscalização e o recebimento de obras por comissões e/ou servidor distintos, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93. Nesse sentido, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP



a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que constitua comissão ou indique servidor que proceda separadamente à fiscalização e recebimento de obras no âmbito administrativo do MP-MA, no prazo de 30 (trinta) dias, informando à Corregedoria Nacional acerca dos resultados, ao fim do prazo estabelecido.

**22.2.24.** No que diz respeito à Assessoria de Controle Interno apresentar características de gestão administrativa do órgão, atuando como parte necessária no fluxo de gestão em desconformidade ao Princípio da Segregação de Funções, em que pese a manifestação da Unidade inspecionada (**item 18.8.a**), verificou-se a necessidade de reparo. Em razão disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **DETERMINAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que promova junto à área responsável a devida adequação das atribuições da Assessoria de Controle Interno, respeitando o Princípio da Segregação de Função e a legislação vigente, informando no prazo de 30 (trinta) dias, à Corregedoria Nacional acerca dos resultados.

**22.2.25.** Sobre a inexistência de programação de treinamento periódico para os servidores da Assessoria de Controle Interno, a unidade inspecionada informa (**item 18.8. b**) que são autorizados treinamentos a partir das solicitações do setor. Diante disso, a Corregedoria Nacional propõe ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que seja estabelecido o plano de capacitação anual para a Assessoria de Controle do MP-MA, levando-se em consideração o orçamento do MP-MA, sendo encaminhado à Corregedoria Nacional os resultados obtidos no prazo de 60 (sessenta) dias.

### 22.3. ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**22.3.1.** A manifestação da unidade inspecionada complementa a anotação da equipe de inspeção, mas não indica o cumprimento desse item, pois não foi implementada uma rotina de avaliação e de conformidade dos serviços prestados e das soluções entregues, conforme indicado, por exemplo, no COBIT, processo ME2 (**item 20.1.1**). Nessa esteira, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie a implementação de rotina de submissão da área de Tecnologia da Informação a avaliações operacionais e de conformidade. Em 180 (cento e oitenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.2.** A manifestação da unidade inspecionada completa a constatação da equipe de inspeção e indica uma iniciativa para cumprimento desse item. Nada obstante, considera-se boa prática criar e manter um Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Baseia-se no desenvolvimento preventivo de um conjunto de estratégias e planos de ação de maneira a garantir que os serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um desastre (**item 20.2.1**). Nessa esteira, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie: **a)** a contratação de um link de dados de contingência; **b)** a elaboração de um Plano de Contingência ou um Plano de Continuidade de Negócios, para o caso de falhas em sistemas, equipamentos ou dispositivos de segurança. Em 180 (cento e oitenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.3.** Embora tenha sido afirmado no **item 19.9**, que os usuários das Promotorias de Justiça do interior são orientados a realizarem backup entre as estações de trabalho, entende-se por necessário, pela sensibilidade do assunto, a formalização dessa simplificada rotina. Assim sendo, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie a formalização de uma rotina de backup/cópia de segurança, mesmo que simplificada, para as Promotorias de Justiça



do interior, dando-lhes ciência do documento. Em 120 (cento e vinte) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.4.** Considerando o constatado no **item 19.11**, acerca da existência de procedimentos de gerência/administração de banco de dados, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie a definição de um procedimento para administração dos bancos de dados, especialmente dos sistemas SIMP e DIGIDOC. Em 180 (cento e oitenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.5.** No que se refere ao que foi constatado no **item 19.12**, sobre a existência de processo/metodologia de desenvolvimento de software, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie a definição de uma metodologia de desenvolvimento de software e sistemas, adequado ao tamanho da unidade e às suas demandas. Em 180 (cento e oitenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.6.** Diante do constatado no **item 19.13**, mas considerando a iminência da mudança da Procuradoria Geral de Justiça para outro prédio com condições físicas adequadas, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie, na nova sede da PGJ, além dos recursos de segurança atualmente existentes: **a)** a instalação do Centro de Processamento de Dados (CPD) em sala sem janelas, com paredes de preferência de concreto ou outro material resistente; **b)** a instalação de uma porta de material resistente, sem vidros, na entrada do CPD; **c)** a instalação de um mecanismo de controle de acesso ao CPD mais sofisticado, como por exemplo por meio de biometria ou senha; **d)** a instalação de sensores de temperatura, umidade e fumaça, com sistema de alerta ativo, no CPD; **e)** a acomodação dos rack de distribuição dos serviços de rede e internet em ambientes que permaneçam trancados e que não sirvam de depósito de materiais; **f)** a organização do cabeamento conectado aos equipamentos de TI do CPD e dos rack de distribuição de serviços de rede e internet. Em 180 (cento e oitenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.7.** A segurança da rede interna e a preservação dos dados de uma instituição são mantidos por meio de uma governança na área de tecnologia da informação, que resulta na adoção de iniciativas que garantam a segurança da informação. O uso dos ativos e dos recursos de tecnologia da informação fora das especificações traçadas pelas unidades responsáveis por manter a segurança da informação põe em risco a estrutura de TI (**item 20.4.1**). Nessa esteira, diante do constatado, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie que os técnicos de informática lotados nas Promotorias de Justiça fora da capital sejam subordinados tecnicamente ao Coordenador da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação. Em 120 (cento e vinte) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

**22.3.8.** Em relação ao constatado no **item 19.20.1**, que diz respeito à estrutura física do prédio, propõe-se ao Plenário do CNMP a expedição de **RECOMENDAÇÃO à Exma. Procuradora-Geral de Justiça**, para que providencie que os servidores de informática que trabalham dentro da sala que acomoda o Centro de Processamento de Dados (CPD) sejam transferidos para um local adequado, e que não permita que novos servidores laborem naquele ambiente. Em 60 (sessenta) dias o Procurador-Geral informará à Corregedoria Nacional o resultado dessa recomendação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

### 23. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**23.1.** Antes de concluir, cabe deixar consignada a total colaboração das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão inspecionadas, o que certamente facilitou a coleta de dados e a elaboração do presente relatório de inspeção. Todos os membros, servidores e colaboradores dispuseram-se a fornecer as informações solicitadas e os meios materiais necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem qualquer objeção ou resistência, o que demonstra a disposição de enfrentar novos desafios, especialmente aqueles relacionados ao fortalecimento dos controles internos.

**23.2.** A Corregedoria Nacional agradece o imprescindível apoio dos Membros Auxiliares do CNMP e a colaboração, empenho e dedicação de todos os servidores, sem os quais este trabalho não teria sido realizado.

Brasília, 29 de julho de 2015.

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**  
Corregedor Nacional do Ministério Público